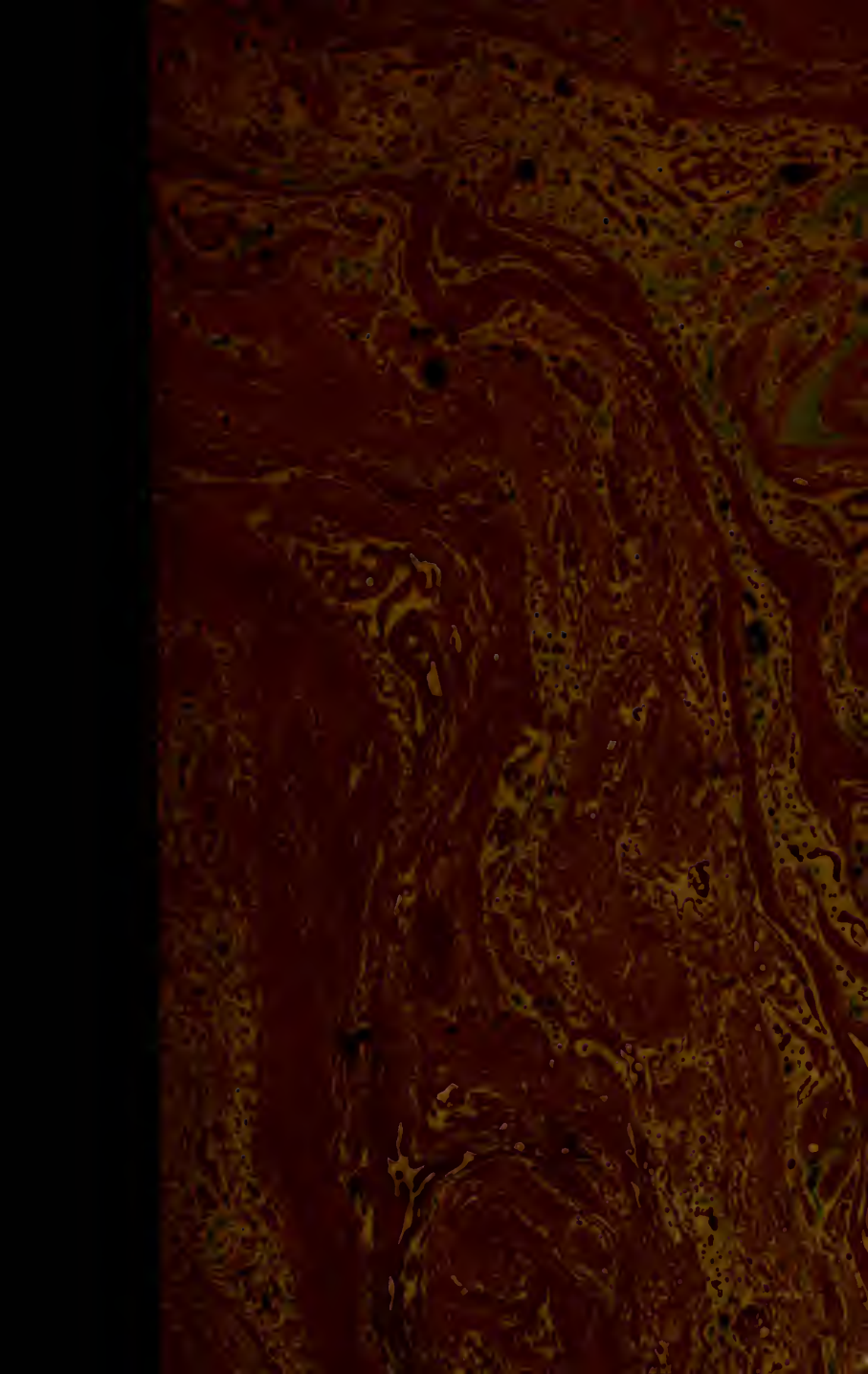


J. A. PINTO do CARMO

MINISTROS DA FAZENDA

1822 - 1930

PONGETTI

SE a administração pública brasileira ainda não conta com uma obra que lhe tenha fixado, em definitivo, as fases essenciais de sua criação e desenvolvimento, é inegavel que dispõe de várias memórias onde se encontra substancioso material para a futura obra de conjunto em que se deverá historiar o progresso já realizado em mais de um século de vida administrativa.

MINISTROS DA FAZENDA, que obedece rigorosamente à ordem cronológica dos ocupantes dessa pasta, traz valiosa contribuição para o estudo dos principais fatos que marcaram a passagem de tantos homens ilustres por êsse setor da administração pública, e é, igualmente, um trabalho que vem contribuir bastante para a história geral a que já nos referimos.

A obra que agora estamos lançando, da autoria do sr. J. A. Pinto do Carmo, inicia-se com a gestão do primeiro ministro que teve a pasta das finanças, — Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1822), vindo até o último que a ocupou na fase anterior à revolução de 1930, — Oliveira Botelho.

O material de que se serviu o autor para a documentação de seu trabalho é verdadeiramente excelente, bem como os comentários primam pelo senso de oportunidade.

Independente de valor literário que possa ter o livro do Sr. J. A. Pinto do Carmo, deve-se ter em conta o seu indiscutível cabedal de informações para os que necessitam de um retrospecto seguro e elucidativo sobre a história dos administradores da pasta da Fazenda no Brasil. Trata-se, ademais, do primeiro trabalho que, no gênero, se edita em nossa terra.

MINISTROS DA FAZENDA

POR

J. A. PINTO DO CARMO

Edição especial comemorativa da inauguração do palácio sede do Ministério da Fazenda

1944

RIO DE JANEIRO, D. F. — BRASIL

JOÃO DE LOURENÇO,
Diretor do Serviço de Estatística, Economica e Financeira;

ARMANDO CARNEIRO DA CUNHA,
Diretor da Divisão do Material;

CELSO BARRETO,
Diretor da Divisão do Imposto Sobre a Renda;

CAIO MARQUES DE SOUSA,
Diretor da Casa da Moeda;

GLADSTONE RODRIGUES FLORES,
Diretor da Caixa de Amortização;

GALDINO RAMOS,
Diretor do Laboratório Nacional de Análises;

ALBERTO GENTILE,
Presidente da Comissão de Eficiência;

VALENTIM F. BOUÇAS,
Secretario do Conselho Tecnico de Economia e Finanças;

ZENO MARQUES DE SOUSA ZIELINSKY,
Secretario da Secção de Segurança Nacional do Ministério da Fazenda

e

ARÍ FONTOURA AZAMBUJA,
Engenheiro chefe da Comissão de construção do Palácio da Fazenda.

Homenagem do autor.

À GUISA DE PREFÁCIO

Constitue objeto dêste trabalho despretensiosos escorços bio-bibliográficos, vários já dados à estampa em jornais e revistas. A sua finalidade não vai além de simples rememoração de alguns fatos (1) *ocorridos na vida dos homens públicos brasileiros que, efetiva, interina ou ocasionalmente, ocuparam a pasta da Fazenda. Muitos dos passos que aquí referimos, por terem sido pesquisados em fontes não muito acessíveis ao grande público, acreditamos sejam ainda pouco conhecidos; outros, constam, há bastante tempo, de dicionários biográficos e memórias especiais. O desenrolar dos acontecimentos, que anotamos, está disposto em forma cronológica, por ser a mais indicada ao gênero. Para maior clareza, separamos a parte biográfica da bibliográfica.*

Não tivemos o intuito premeditado de esclarecer ou apreciar a atuação dos ministros quando na direção da pasta. Exigiria isso estudo especializado, o que não nos propusemos, intencionalmente. Também não nos aventurámos a fotografar êsses personagens. Deparou-se-nos a mesma dificuldade de que nos fala Stourm: "Tracer le portrait du ministre des finances devient une tâche particulièrement difficile en France, tant les titulaires s'y succèdent rapidement. Qui choisir comme type parmi les 103 *détenteurs du portefeuille depuis cent ans? Chacun diffère à la fois de son prédécesseur et de son successeur."* (2) *Observa o autor citado que em França, num século, houve* 102 *ministros das Finanças, enquanto na Inglaterra, em igual período, somente* 36 *titulares ocuparam tal pôsto. No Brasil, ao tempo do Império* (1822-89: 67 *anos*), 83 *estadistas passaram pelo Ministério da Fazenda, o que dá uma média de mais de um por*

---

(1) — Sim, alguns fatos. Não se tratando de biografias completas, escolhemos os fatos que julgámos mais dignos de serem enumerados.

(2) — Stourm — *Le Budget*, Paris, 1909, p. 63.

ano. Na fase republicana (1889-1930: 41 *anos*) 31 *ministros tivemos na mencionada pasta.*

Administrando, esposaram êles os mais variados programas e, não raro, puseram em prática idéias as quais tinham combatido tenazmente. A propósito delas, falando no Senado (3), *dizia Barbacena: "Eu não creio nas idéias natas, nem me persuado que o simples bom senso baste para dirigir as Finanças de um Estado. O estudo profundo da ciência econômica, o conhecimento do que praticam as Nações mais civilizadas, são na minha opinião as qualidades indispensáveis ao Ministro da Fazenda, para empregar o bom senso na justa aplicação, segundo as circunstâncias particulares do país ou do tempo".*

Montezuma, brilhante e sempre muito sarcástico, contrariado em certa argumentação que desenvolvia, bradou, no legislativo imperial, generalizando a respeito dos estadistas que ilustraram tão importante cargo: "Ministros da Fazenda são os que, possuindo vastos conhecimentos de ciência econômica e das necessidades do país, estabelecem uma política larga como base de planos cientìficamente financeiros. Dessa espécie de ministros o Brasil nunca teve. Ministros do Tesouro são os que se limitam a assinar o expediente e a realizar as três operações: empréstimos internos, externos, e papel-moeda. São estes os ministros que o Brasil tem tido."

Não lhe cabe razão. À frente dos negócios financeiros do país tivemos, na maioria das vezes, os homens mais competentes. Uns, verdadeiros conhecedores da arte ou ciência das finanças, não passaram, como deviam, ao primeiro plano. Chamados ao Ministério justamente em períodos críticos, não puderam realizar tanto quanto seriam capazes, se não os embaraçassem entraves políticos e administrativos, injunções facciosas tais, a ponto de se prejudicar o interêsse nacional para satisfazer o desejo partidário. Outros, tidos como de poucos conhecimentos financeiros, chegaram ao cargo em fases mais afortunadas, obtiveram sucesso. E' que não conheceram embaraços políticos nem crises econômicas. De qualquer forma, predominou uma maioria perfeitamente conhecedora de nossos problemas.

*
* *

E' de se lamentar que não tenham os homens públicos brasileiros adquirido o hábito de escrever memórias. Relatórios todos fazem porque a lei os obriga. Mas a verdade é que o povo em geral não tem

(3) — *Anais do Senado.* Sessão de 10 de maio de 1831.

predileção por esse gênero tão cultivado. (4) *Já com a memória não sucede o mesmo. Aguça a curiosidade e, quase sempre, traz à baila muita observação digna de nota: comentários, por vezes, indiscretos, mas verdadeiros e onde bem melhor se compreendem determinados fatos mal interpretados por estarem encobertos por linguagem oficial, premeditada. Em se tratando de finanças, então ela tem valor dobrado. Num relatório o ministro explana a política do govêrno. Na memória êle pode expender considerações pessoais, falar mais à vontade acêrca das razões que motivaram sua política em relação aos problemas de sua pasta. Pelo menos, será mais uma fonte para estudo. José Higino* (5), *a propósito, escreveu: "São as "memórias" curiosos documentos históricos. As particularidades que encerram, e a sua mesma parcialidade, pintam muitas vezes melhor os homens e as épocas do que bem elaboradas histórias."*

*
* *

Entendido que o presente trabalho é obra de pequeno fôlego, oferecemos aos leitores esta sinopse, organizada com apontamentos colhidos no material de que nos utilizámos para alinhavar as minúsculas biografias que se seguem. O trabalho completo é dividido em três fases: imperial, republicana e a que compreende o Estado Novo. Neste volume, trataremos das duas primeiras. A terceira será objeto de outro, especial.

---

(4) — Maurois (*Arte de viver*, trad. port. Rio, 1939, p. 28) diz que "mais vale um relatório imperfeito que nenhum relatório de todo". O melhor será fazê-los sempre com a maior sinceridade, pois já se diz por aí e não sem muita razão: mentiroso como um relatório, — quando se quer fazer alusão a alguém acostumado a adulterar fatos, a faltar com a verdade.

A propósito dessas peças, escreveu o ministro Otavio Tarquínio de Sousa: "Os relatórios ministeriais são ordinàriamente monumentos de insinceridade, em que os ministros — (quando não são funcionários subalternos que preparam tais peças...) datam o comêço do mundo do dia em que foram nomeados e expõem as mais belas teorias e decantam os resultados maravilhosos de sua ação providencial..." (Em *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*, Rio, 1939, p. 123).

(5) — *Prefácio* ao Diário ou Narração histórica de Mateus von den Broeck, *in* Revista do Instituto Histórico, tomo XL, 1877, p. 5.

FASE IMPERIAL

Num espaço de 67 anos, tivemos 83 ministros da Fazenda, sendo 67 efetivos e 16 interinos, dos quais 34 bachareis em Direito, 6 doutores em Filosofia e Matemática, 2 médicos, 4 militares e 2 não possuiram diploma de curso superior.

Joaquim José Rodrigues Tôrres, que administrou a citada pasta por três vezes, foi também quem a dirigiu por maior espaço de tempo, somados os períodos de suas gestões — 6 anos, 3 meses e 20 dias (6).

6 foram portugueses de nascimento, 10 baianos, 12 mineiros, 4 fluminenses, 4 pernambucanos, 4 cariocas, 3 paulistas, 2 gaúchos, 1 paraense, 1 piauiense, 1 cearense e 1 alagoano.

22 não possuiram títulos nobiliárquicos; os demais foram barões, viscondes, condes e marqueses. Atualmente não existe nenhum dos administradores da pasta da Fazenda, no período imperial.

FASE REPUBLICANA

No espaço de tempo que decorre de 1889 a 1930, tivemos 31 ministros da Fazenda, sendo 29 efetivos e 2 interinos. Dêsses, 19 foram bacharéis em Direito, 2 engenheiros, 3 médicos, e 1 militar. Francisco de Paula Rodrigues Alves, José Leopoldo Bulhões Jardim e Augusto Tavares de Lira ocuparam a pasta por mais de uma vez (2 vezes cada um). No momento estão vivos quatro gestores dêsse ministério: Tavares de Lira, Aníbal Freire da Fonseca, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Getúlio Vargas.

(6) — Esta espécie de recorde de permanência no cargo foi ganho pelo Sr. Artur de Sousa Costa, que há mais de oito anos dirige a pasta da Fazenda.

Relação cronológica dos ministros que ocuparam a pasta da Fazenda no período compreendido entre 7 de Setembro de 1822 a 24 de Outubro de 1930

Martim Francisco Ribeiro de Andrada	7-9-1822	a	17-7-1823
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	17-7-1823	a	10-11-1823
Sebastião Luiz Tinoco da Silva	10-11-1823	a	13-11-1823
Mariano José Pereira da Fonseca	13-11-1823	a	21-11-1825
Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	21-11-1825	a	20-1-1826
Antônio Luiz Pereira da Cunha	20-1-1826	a	21-1-1826
Manoel Jacinto Nogueira da Gama	21-1-1826	a	15-1-1827
João Severiano Maciel da Costa	15-1-1827	a	20-11-1827
Miguel Calmon du Pin e Almeida	20-11-1827	a	15-6-1828
José Clemente Pereira	16-6-1828	a	18-6-1828
José Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré	18-6-1828	a	25-9-1828
Miguel Calmon du Pin e Almeida	25-9-1828	a	4-12-1829
Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	4-12-1829	a	2-10-1830
José Antônio Lisboa	2-10-1830	a	3-11-1830
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	3-11-1830	a	5-4-1831
Manoel Jacinto Nogueira da Gama	5-4-1831	a	7-4-1831
José Inácio Borges	7-4-1831	a	16-7-1831
Bernardo Pereira de Vasconcelos	16-7-1831	a	10-5-1832
Joaquim José Rodrigues Torres	10-5-1832	a	3-8-1832
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	3-8-1832	a	13-9-1832
Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro	13-9-1832	a	14-12-1832
Cândido José de Araujo Viana	14-12-1832	a	2-6-1834
Antonio Pinto Chichorro da Gama	2-6-1834	a	7-10-1834
Manuel do Nascimento e Castro e Silva	7-10-1834	a	16-5-1837
Manuel Alves Branco	16-5-1837	a	19-9-1837
Miguel Calmon du Pin e Almeida	19-9-1837	a	16-4-1839
Cândido Batista de Oliveira	16-4-1839	a	1-9-1839
Manuel Alves Branco	1-9-1839	a	18-5-1840
José Antônio da Silva Maia	18-5-1840	a	24-7-1840

Martim Francisco Ribeiro de Andrada	24-7-1840	a	23-3-1841
Miguel Calmon du Pin e Almeida	23-3-1841	a	20-1-1843
Joaquim Francisco Viana	20-1-1843	a	2-2-1844
Manuel Alves Branco	2-2-1844	a	2-5-1846
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	2-5-1846	a	17-5-1847
José Joaquim Fernandes Torres	17-5-1847	a	22-5-1847
Manuel Alves Branco	22-5-1847	a	20-10-1847
Saturnino de Sousa Oliveira Coutinho	20-10-1847	a	18-11-1847
Manuel Alves Branco	18-11-1847	a	8-3-1848
Antônio Paulino Limpo de Abreu	8-3-1848	a	14-5-1848
José Pedro Dias de Carvalho	14-5-1848	a	31-5-1848
Francisco de Paula Sousa e Melo	31-5-1848	a	18-8-1848
Bernardo de Sousa Franco	18-8-1848	a	29-9-1848
Pedro de Araujo Lima	29-9-1848	a	6-10-1848
Joaquim José Rodrigues Torres	6-10-1848	a	6-12-1850
Paulino José Soares de Sousa	6-12-1850	a	13-1-1851
Joaquim José Rodrigues Torres	13-1-1851	a	12-2-1853
Manuel Felizardo de Sousa e Melo	12-2-1853	a	6-3-1853
Joaquim José Rodrigues Torres	6-3-1853	a	6-9-1853
Honório Hermeto Carneiro Leão	6-9-1853	a	12-1-1855
Antônio Paulino Limpo de Abreu	12-1-1855	a	27-1-1855
Honório Hermeto Carneiro Leão	27-1-1855	a	23-8-1856
João Maurício Wanderley	23-8-1856	a	4-5-1857
Bernardo de Sousa Franco	4-5-1857	a	12-12-1858
Francisco de Sales Torres Homen	12-12-1858	a	10-8-1859
Ângelo Muniz da Silva Ferraz	10-8-1859	a	2-3-1861
José Maria da Silva Paranhos	2-3-1861	a	24-5-1862
José Pedro Dias de Carvalho	24-5-1862	a	30-5-1862
Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	30-5-1862	a	8-4-1863
Miguel Calmon du Pin e Almeida	8-4-1863	a	15-1-1864
José Pedro Dias de Carvalho	15-1-1864	a	31-8-1864
Carlos Carneiro de Campos	31-8-1864	a	12-5-1865
José Pedro Dias de Carvalho	12-5-1865	a	4-3-1866
Francisco de Paula da Silveira Lobo	4-3-1866	a	7-3-1866
João da Silva Carrão	7-3-1866	a	3-8-1866
Zacarias de Góes e Vasconcelos	3-8-1866	a	16-7-1868
Joaquim José Rodrigues Torres	16-7-1868	a	29-9-1870
Francisco de Sales Torres Homem	29-9-1870	a	7-3-1871
José Maria da Silva Paranhos	7-3-1871	a	25-6-1875
João Maurício Wanderley	25-6-1875	a	5-1-1878
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú	5-1-1878	a	13-2-1878
Gaspar da Silveira Martins	14-2-1878	a	8-2-1879

Afonso Celso de Assis Figueiredo	8-2-1879 a 28-3-1880
José Antônio Saraiva	28-3-1880 a 21-1-1882
Martinho Álvares da Silva Campos	21-1-1822 a 3-7-1882
João Lustosa da Cunha Paranaguá	3-7-1882 a 24-5-1883
Lafaiete Rodrigues Pereira	24-5-1883 a 5-6-1884
Manuel Pinto de Sousa Dantas	6-6-1884 a 5-5-1885
José Antônio Saraiva	6-5-1885 a 20-8-1885
Francisco Belisário Soares de Sousa	20-8-1885 a 9-3-1888
João Alfredo Correa de Oliveira	10-3-1888 a 7-6-1889
Afonso Celso de Assis Figueiredo	7-6-1889 a 20-7-1889
Cândido Luiz Maria de Oliveira	20-7-1889 a 28-7-1889
Afonso Celso de Assis Figueiredo	28-7-1889 a 15-11-1889
Rui Barbosa	15-11-1889 a 21-1-1891
Tristão de Alensar Araripe	22-1-1891 a 4-7-1891
Henrique Pereira de Lucena	4-7-1891 a 23-11-1891
Antão Gonçalves de Faria	23-11-1891 a 26-11-1891
Francisco de Paula Rodrigues Alves	26-11-1891 a 31-12-1891
Antão Gonçalves de Faria	31-12-1891 a 10-1-1892
Francisco de Paula Rodrigues Alves	10-1-1892 a 31-8-1892
Inocêncio Serzedelo Corrêa	31-8-1892 a 30-4-1893
Felisbelo Firme de Oliveira Freire	30-4-1893 a 18-8-1893
Alexandre Cassiano do Nascimento	18-8-1893 a 15-11-1894
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15-11-1894 a 20-11-1896
Bernardino de Campos	20-11-1896 a 23-6-1897
Joaquim Duarte Murtinho	23-6-1897 a 2-9-1902
Sabino Alves Barroso Junior	2-9-1902 a 15-11-1902
José Leopoldo de Bulhões Jardim	15-11-1902 a 15-11-1906
David Morethson Campista	15-11-1906 a 14-6-1609
José Leopoldo de Bulhões Jardim	14-6-1909 a 15-11-1910
Francisco Antônio de Sales	15-11-1910 a 9-5-1913
Rivadavia da Cunha Correa	9-5-1913 a 15-11-1914
Sabino Alves Barroso Junior	15-11-1914 a 31-5-1915
João Pandiá Calógeras	31-5-1915 a 29-5-1916
Augusto Tavares de Lira	29-5-1916 a 30-6-1916
João Pandiá Calogeras	30-6-1916 a 6-9-1917
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	6-9-1917 a 10-11-1918
Augusto Tavares de Lira	1-11-1918 a 15-11-1918
Amaro Cavalcanti	15-11-1918 a 17-1-1919
João Ribeiro de Oliveira e Sousa	17-1-1919 a 27-6-1919
Homero Batista	28-6-1919 a 15-11-1922
Rafael de Abreu Sampaio Vidal	15-11-1922 a 2-1-1925
Anibal Freire da Fonseca	2-1-1925 a 15-11-1926
Getúlio Dorneles Vargas	15-11-1926 a 17-11-1928
Francisco Chaves de Oliveira Botelho	17-12-1928 a 24-10-1930

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA

7-9-1822 a 17-7-1823
24-7-1840 a 23-3-1841

Nasceu em Santos, São-Paulo, em 1775 e alí faleceu em 23 de fevereiro de 1844. Filho do coronel de milícia José Bonifácio de Andrada e Maria Barbosa da Silva. Fez os primeiros estudos na cidade natal e na de São-Paulo, seguindo depois para Coimbra, onde se doutorou em ciências naturais, na famosa universidade portuguesa. Terminado o curso, no qual se distinguiu, acompanhou seu irmão, José Bonifácio, em excursões a que o mesmo procedeu na Escandinávia, comissionado pelo Govêrno português. (1) De volta, ofereceram-lhe emprêgo em Lisboa, no estabelecimento técnico Arco do Cego, aí permanecendo pouco tempo, pois, aceitou, a seguir, o lugar de inspetor das minas e matas da capitania de São-Paulo. Foi, aliás, um emprêgo a calhar, visto que era objeto de sua especialização. E é êle mesmo quem o diz: "Se Lineu intentou suas primeiras viagens a pé, e despido de todos os meios, eu tambem, para instruir-me conhecendo os produtos naturais desta capitania, tenho arrostado com todos os perigos, cobrindo-me com folhas da *oreca oleraco* e alimentando-me com o seu palmito, zombando de onças, tão danosas e malfasejas andando a pé por entre matas contínuas, emaranhados de espinhos: tudo isto tolero com gôsto, e só me desgosto com a escassez de observações". (2) Em março de 1820, empreendeu, com José Bonifácio, em São-Paulo, excursão com o fim de determinar terrenos metalíferos. No ano seguinte, ao ser organizado alí um govêrno provisório, chamaram-no para secretariá-lo. Com a extinção dessa entidade, foi êle preso e remetido para o Rio.

---

(1) — Em 1800, José Bonifácio, Martim Francisco e o tenente-general Napion, empreenderam, tambem por ordem do govêrno português, uma viagem minerográfica da Estremadura a Coimbra. Martim Francisco foi o encarregado de escrever o relatório da mesma, lido na Academia Real de Lisboa, em 1812.

(2) — Martim Francisco — Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo, em 1805. *Rev. Inst. Hist. Bras.*, tomo 9.

Aqui, entretanto, com a interferência de José Bonifácio, foi solto e, pouco depois, nomeado ministro da Fazenda. (3) Ao assumir êsse posto, encontrou o erário em absoluta penúria, pois D. João VI levára para a metrópole todos os haveres do mesmo. Urgia, portanto, encontrar meios para socorrer o tesouro público, quase às portas da falência. Decidiu-se que, para isso, seria feito um empréstimo interno. Cabendo ao ministro da Fazenda propô-lo, Martim Francisco o fez, exortando os brasileiros com a seguinte Fala:

"*Senhores — Quando um povo está resolvido a reassumir direitos que lhe usurparam, a conservar, defender preeminências, dignidades e gozos que lhe contestam, e a quebrar ferros, bem que dourados, com que de novo o pretendem agrilhoar, deve com todo o apuro e sem perda de tempo, começar a nova era da sua vida política por uma legislação própria, que, transformando o berço do seu nascimento ou de sua adoção, de terra da escravidão em terra da liberdade; que, estabelecendo e firmando a sua sorte futura, lhe assine lugar escolhido nos anáis das nações bem constituídas; e para obtê-la é mister que, abundante de recursos e alhanadas todas as dificuldades, que haja de estorvá-lo ou empecê-lo no caminho da glória que vai trilhar, êle possa dizer aos inimigos internos: ou retirai-vos ou eu vos punirei; aos inimigos externos: não vos temo, tenho força suficiente para repelir vossas agressões, justiça demasiada para ganhar amigos que protejam minha causa, e quando esta se decida, contra mim, quero antes sepultar-me debaixo das ruinas de minha pátria, do que viver escravo.*

Tal é, senhores, em resumo, a situação do Brasil: sem dúvida para continuação e remate de seus trabalhos, êle carece de alguns meios; porém êstes serão abundantemente supridos pelos enérgicos e heróicos sacrifícios de seus habitantes; porque todo homem livre sabe que a última gota de seu sangue, o último sopro de sua vitalidade, inda pertence à pátria.

Seguro dessa verdade, o jovem herói de nossa escolha, o perpétuo defensor de nossa liberdade, o grande e incomparavel príncipe

---

(3) — Tomando em consideração as distintas qualidades e grandes merecimentos, que concorrem na Pessoa de Martim Francisco Ribeiro d'Andrada, e a singular adhesão que tem mostrado a favor da causa do Brasil, e que lhe tem merecido a Opinião Publica: Hei por bem Nomeal-o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Thesouro Publico. O mesmo Ministro e Secretario o tenha assim entendido.

Paço, em 3 de julho de 1822.

Com a Rubrica de S. A. R. O Príncipe Regente — *José Bonifácio d'Andrade e Silva.*

que nos rege, vendo o Brasil em algum perigo, e a assembléia constituinte e legislativa ainda não instalada, persuadiu-se de que, pelo menos agora, só a êle devia competir o direito e a glória de salvá-lo, e para êste fim julgou indispensável abrir um empréstimo de quatrocentos contos de réis, debaixo das condições que tenho a honra de apresentar-vos.

Convencidos da necessidade, justiça e legalidade, que abonam êste procedimento, combinando vossas possibilidades com o vosso patriotismo, declarai, senhores, livremente, o que podeis emprestar. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1822.

O empréstimo, que serviu tambem para as primeiras providências relativas à independência brasileira, foi coberto e excedido, tendo sido decretada outra autorização imperial aceitando o recebimento da quantia oferecida a maior.

Proclamada a separação, em 7 de setembro, continuou Martim Francisco no cargo que já ocupava; dessa forma, foi o primeiro ministro da Fazenda do Brasil independente. Então, a sua tarefa foi hercúlea. E êle desempenhou-a dignamente. O seu esfôrço para organizar o aparelhamento fiscal, é reconhecido como heróico. Por decreto de 30 de dezembro de 1822, relativo a taxas sobre a importação de produtos de procedência estrangeira, extinguiu preferências e equiparou, exceto as de procedência inglesa (em virtude de tratado assinado), para o fim da taxa alfandegária, as mercadorias estrangeiras; criou, na Mesa do Consulado, uma administração para arrecadação de diversas rendas (decreto de 4-2-1823); proibiu o abuso das emissões e fugiu ao recurso do empréstimo externo, já por muitos indicado, naquele momento. Reunida a Constituinte, elegeram-no deputado. Dissolvida a mesma a (12 de novembro de 1823), prenderam-no e o deportaram, juntamente com seus irmãos, para a Europa (França), de onde retornou em 1828. Chegado aquí, foi novamente encarcerado e, por absolvição do Tribunal de Apelação (6 de setembro), posto em liberdade. Em setembro de 1829, votou-se lei pela qual o Banco do Brasil suspendeu suas atividades. O desaparecimento dessa casa de crédito causara verdadeiro transtorna na vida comercial do país e tornou-se assunto de todas as discussões. Novamente na Câmara no (1839), Martim Francisco enfrentou a questão opinando pela continuação do banco. "A lei de 23 de setembro de 1829 dissolveu o Banco do Brasil criado pela lei de 12 de outubro; podia o legislador dissolvê-lo? Respondo — sim. O legislador o havia criado, o legislador podia destruí-lo: o legislador lhe havia assinado um tempo certo de duração, êste tempo havia expirado e expirado com êle havia tambem sua existência. Devia a legislatura extinguí-lo? Respondo — não — e êste — não

— será verificado, submetendo ao escalpêlo da mais escrupulosa crítica as razões alegadas para destruí-lo." Teve, nesse momento, oportunidade de proferir discurso memorável, já pela forma esmerada, já pela sólida argumentação técnica que consubstanciou em *dez razões*, analisando todos os pontos da tese que defendeu, pela continuação do banco.

Com a abdicação do imperador, convidou-o a Regência, várias vezes, para cargos de destaque (para ministro da Fazenda, inclusive), e Feijó antes de renunciar, tambem insistiu para que êle aceitasse o seu pôsto. Entretanto, nada quís. Em 1838, já se dispusera a abandonar as lutas parlamentares, quando voltou a figurar ativamente na oposição, condenando a admissão de tropas estrangeiras no Brasil. Partidário convicto da maioridade, bateu-se ardorosamente pela sua realização. Discursando sôbre o assunto, teve ocasião de dizer:

"Quero que o monarca suba ao trono, não por amor ao poder, porque nunca o procurei, nem procuro; não por amor de honras, pequenos nadas, fúteis frivolidades da vaidade humana, porque eu — tenho titulos meus nas ações minhas; não por amor de riqueza, paixão baixa e vil à que nunca queimei incenso; mas por amor da pátria, paixão nobre, que arde em meu coração — pura como o fogo de Vesta. Quero o monarca no trono, porque estou persuadido de que êle será o anjo da paz, o que virá salvar-nos do abismo que nos ameaça; quero que o monarca suba ao trono, porque suponho que é a única medida que pode trazer remédio aos nossos males; quero que o monarca suba ao trono, porque amo a esta augusta família senhores, para cuja defesa e glória tenho contribuido com todo o cabedal de minhas fôrças. Quero finalmente, para cumprir uma promessa dada a um respeitável velho que jaz hoje na eternidade, meu falecido irmão, tão injustamente maltratado por tantos, o qual, no resto de seus dias, afirmava não poder morrer feliz senão vendo o Sr. D. Pedro II no trono, e o sistema constitucional consolidado. Senhores, se eu consigo isto, meus votos estão satisfeitos; cheios de júbilo posso exclamar como o poeta: "Oh! pátria, inda esta glória me consentes!". (4)

Finalmente, com o primeiro gabinete do reinado de D. Pedro II (chamado o da *maioridade*), voltou êle ao Ministério da Fazenda, pela segunda vez, permanecendo de 24 de julho de 1840 a 23 de março do ano seguinte. A situação financeira, que não era boa

---

(4) — Discurso na Câmara dos Deputados, na sessão de 26 de julho de 1840.

encontrou nele um ministro capaz de minorá-la. (5) A verdade é que, tanto da primeira como da segunda vez, assumiu a pasta em situações difíceis, tendo curta permanência no pôsto. Todavia, deu providências acertadas e justas, principalmente, em 1823. Em pouco mais de uma década, o Brasil passara de colônia a vice-reinado e a império. Esta transformação política-econômica-administrativa trouxe-nos encargos que, de muito ultrapassaram os meios de que dispunha o tesouro público. A independência custou-nos pequena guerra, porém grandes despesas. Alem disso, iniciávamos administração própria e pouco tínhamos sôbre o que improvizar. As fontes internas estavam desorganizadas e exaustas; restava o recurso ao empréstimo externo, o que as circunstâncias nos forçaram, pouco depois. Martim Francisco realizou quase um milagre.

Cientista, estadista, orador parlamentar, naturalista e matemático, presidiu a Assembléia Constituinte e a Câmara dos Deputados. Pertenceu ao conselho do imperador, ao quadro dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e era cavaleiro da Ordem de Cristo. De costumes severos e sóbrios e louvada probidade (6) Martim Francisco foi igualmente tido como o mais moderado dos irmãos.

BIBLIOGRAFIA

Jornais das Viagens pela Capitania de S. Paulo, de Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, estipendiado como diretor das minas e matas e naturalista da mesma capitania, em 1803 e 1804.

Diário de uma viagem mineralógica pela província de São Paulo no ano de 1805. Publicado na *Rev. Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1847, tomo 9.

Amérique méridionale. E' uma tradução, para o francês, do trabalho anterior, publicada no *Journal de Voyages*, 1827.

Fala, dirigida aos negociantes e capitalistas desta praça, rela-

(5) — Como a situação financeira exigisse fomos obrigados a contrair empréstimo para cobrir *deficit* orçado em 9.804:467$117.

(6) — "Martim Francisco não tinha consideração com ninguem, traçara uma linha reta que devera percorrer, quebrando todos os obstáculos que encontrasse no caminho, até chegar o seu destino. Nem com o príncipe admitia sair desta regra, e não lhe fazia a vontade na cousa mais insignificante, uma vez que não estivesse na rigorosa condição da lei. Fácil é conceber que sua presença no Ministério devia causar alguma mudança no sentido de maior autoridade em todos os ramos da pública administração" — Melo Morais, *Hist. do Brasil-Reino e Brasil-Império*, vol. 1.º, p. 372, Rio.

tiva ao empréstimo de quatrocentos contos de réis para urgências do Estado. 1823. — Rio.

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 12 de maio. Rio de Janeiro, Tip. E. Seignot Plancher, 1832.

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, na sessão de 17 de maio. Rio de Janeiro. Tip. E. Seignot Plancher, 1832.

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, na sessão de 19 de maio. Rio de Janeiro. Tip. E. Seignot Plancher, 1832. Rio.

Discurso pronunciado depois do Relatório do ministro da Justiça. Rio de Janeiro. Tip. E. Seignot Plancher, 1832.

Discurso proferido na Assembléia Legislativa da Província de São Paulo na sessão do dia 20 de março de 1833, por ocasião da discussão do projeto de força policial. São Paulo.

TRADUÇÕES

Manual de mineralogia ou esbôço do reino mineral, disposto segundo a análise de Mr. Forben Bergman, etc.; traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrada e publicado por frei José Mariano da Conceição Velozo, Lisboa, 1799, 2 vols.

Tratados sôbre o cânhamo, composto em francês por Mr. Morcandier, Lisboa, 1799.

Geologia elementar aplicada à agricultura e indústria, com um dicionário dos têrmos geológicos, ou Manual de geologia. Por Nereo Boubóe. Traduzido da quarta edição. Rio-de-Janeiro. Tip. Nacional, 1846 (Publicação póstuma).

MANUEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA

(Marquês de Baependí)

17-7-1823 a 10-11-1823
21-1-1826 a 15- 1-1827
5-4-1831 a 7- 4-1831

Nasceu na cidade de São João del Rei, Minas-Gerais, em 8 de setembro de 1765, filho do alferes Nicoláu Antônio Nogueira e de Joaquina de Almeida Gama, e faleceu no Rio-de-Janeiro em 15 de fevereiro de 1847. Primeiramente, estudou em escolas e cursos particulares naquela capitania e, com 19 anos, incompletos, seguiu para Lisboa. Alí, logo de chegada, conheceu privações, momentos penosos, pois, faltou-lhe, de parte da família, o auxílio pecuniário. O jovem estudante, contudo, não desanimou. Venceu as dificuldades que se lhe depararam. Ingressou na Faculdade de Filosofia e Matemáticas, onde se doutorou (1). Não contente com isso, requereu matrícula na de Medicina, chegando ao segundo ano. Inúmeros afazeres não lhe permitiram que concluisse esse curso. No entanto, no de matemática se distinguiu de tal modo que, depois de sua formatura, convidaram-no, com o posto de segundo-tenente, para professor substituto daquela disciplina na Real Academia de Marinha, onde se conservou até 1801. (2) Nesse ano abandonou a cátedra, visto ter aceito os cargos de inspetor geral das nitreiras e fábrica de pólvora de Minas-Gerais, deputado à junta de mineração e moedagem

(1) — Com efeito, a mesada faltou-lhe, a princípio, pela deficiência de comunicações e, depois, pelo fato de ter a fortuna paterna ficado comprometida na fiança de um arrematante de dízimos. Nesas fase, afirma-se que, entre outros empregos, teve o de copista de música.

(2) — Em 16 de dezembro de 1793 foi promovido a 1.º tenente de marinha; três anos depois (20 de outubro de 1796) a capitão tenente e em 23 de julho de 1798 a capitão de fragata. Em fevereiro de 1802, devido a ter se transferido para o Exército foi promovido a tenente-coronel do corpo de engenheiros; a 4 de julho de 1808 a coronel a 6 de fevereiro de 1818 a brigadeiro graduado, reformando-se em 1822 no posto de marechal de campo.

e secretário do govêrno de Minas-Gerais, lugar êsse que foi declarado vitalício na sua pessoa. (3) Porém, na metrópole chamaram-no novamente como ajudante do intendente geral das minas e metais do reino, no curso docimástico da casa da moeda. Nessa ocasião, fundou, naquele estabelecimento, um laboratório químico, sendo tambem encarregado da construção das nitreiras artificiais em Braço de Prata, das quais foi inspetor. Por fim, (março de 1804), voltou à pátria, onde pouco se demorou. (4) Somente em julho de 1806 retornaria definitivamente. Assumindo o cargo de escrivão da Junta de Fazenda, iniciou suas realizações no campo administrativo. Preocupou-se, principalmente, em organizar a arrecadação. Em 1808, D. João VI acolhendo-se ao Brasil aqui fundou o Erário Régio e o convidou para escrivão. Metódico e trabalhador, Nogueira da Gama procurou compreender as necessidades de sua repartição e, após rigoroso exame, apresentou relatório onde sugeria medidas capazes de minorá-las. Mas, os intrigantes do paço não permitiram que o mesmo chegasse às mãos do regente. Só em 1812, o príncipe teve conhecimento desse trabalho, aprovando-o incontinenti. Em 1811, foi nomeado inspetor da Real Academia Militar. Ao ser instalada a Junta das Câmaras do Brasil (1821), convidaram-no para secretariá-la. Feita a independência foi eleito deputado pela província do Rio-de-Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte e, no mesmo ano (1823), convidaram-no para ministro da Fazenda e presidente do Tesouro, cargos que ocupou de 17 de julho a 10 de novembro dêsse ano. A situação política já se ia tornando calamitosa, pois a Assembléia Constituinte se considerava ameaçada. Como ministro, cumpria-lhe encontrar meios capazes de atender às necessidades públicas, que aumentavam rapidamente. Não era possivel arquitetar programa. Recrudecera a luta política e, para dominá-la, o imperador resolveu dissolver a assembléia. Sabedor do intento imperial, Nogueira da Gama demitiu-se quatro dias antes, afim de se não tornar solidário com a violência.

Novamente, (21 de janeiro de 1826 a 16 de janeiro de 1827), ocupou a pasta da Fazenda e, mais uma vez, teve de enfrentar obstáculos. Estudioso de nossos problemas, quando chegou à administração já possuia boa dose de experiência. Em Lisboa, pudera observar, como administrador que fôra, vantagens e desvantagens dos métodos até então utilizados. Assim é que, chegada a ocasião, não tergiversou em promover os melhoramentos de que careciamos. Mas

---

(3) — Dêsse posto não chegou a tomar posse. Em 24 de setembro de 1803 foi nomeado escrivão da junta da Fazenda da citada província.

(4) — Uma desinteligência com o capitão general Pedro Maria Xavier de Ataide, obrigou-o a regressar à metrópole.

movimentaram-se os interessados e o monarca adiou a reforma já quase aprovada. (5) À vista disso, o ministro solicitou demissão (17 de outubro de 1826). Entretanto, como sabia D. Pedro que não era fácil substituí-lo, não a concedeu. Dessa forma, continuou no cargo até 16 de janeiro do ano seguinte. Ainda, à sua iniciativa se deve a lembrança da fundação de um montepio para as famílias dos militares e outro entre os pais de família, do qual resultou o atual Montepio Geral dos Servidores do Estado. Em 1831, após ter participado como titular da Fazenda (5 a 7 de abril) do Ministério chamado dos *medalhões,* retirou-se definitivamente da política. Todavia, no Senado, a que teve ocasião de presidir, distinguiu-se como orador fluente, sendo acatadas suas opiniões, quase sempre decisivas. Além das seguintes condecorações: Grã-cruz da Ordem Imperial da Rosa, dignatário da Ordem do Cruzeiro e comendador da de Aviz, possuia os títulos de fidalgo cavaleiro, visconde com grandeza, conde e marquês; tinha a patente de marechal de campo, reformado e a carta de conselheiro de Estado. Entre outras sociedades e instituições pretenceu às seguintes: Academia Imperial de Medicina do Rio-de-Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico, Sociedade Literária, Sociedade Amante da Instrução, Sociedade Promotora da Instrução de Vassouras, Sociedade de Agricultura. Comércio e Indústria da Baía; Sociedade Universal da Estatística, França; Academia Francesa de Indústria Agricola, Manufatureira e Comercial; Academia Real das Ciências de Lisboa, Sociedade Tiburciana, etc., etc.

BIBLIOGRAFIA

Memória sôbre o loureiro cinamomo, vulgo caneleira de Ceilão, Lisboa, 1717.

Teoria das funções analíticas, que contêm os princípios do cálculo infinitesimal, por Carnot, tradução do francês, Lisboa, 1798.

Cultura da granza ou ruiva dos tintureiros, por ordem de S. A. R. o príncipe regente nosso senhor, extraida dos melhores escritos que se teem publicado, Lisboa, 1803.

Reflexões sôbre a necessidade e meios de se pagar a dívida pública, por um cidadão constitucional, Rio de Janeiro, 1822.

Continuação das meditações do cidadão constitucional a bem de sua necessidade e meios de se pagar a divida pública, Rio-de-Janeiro, 1822.

(5) — Tratava-se de uma reforma que tencionou fazer na alfândega, repartição que dava motivo a constantes reclamações.

Exposição sôbre o estado da fazenda pública, Rio-de-Janeiro, 1822.

Relatório dos trabalhos do conselho da Sociedade Defensora da Independência Nacional da Vila de Valença desde sua instalação pública no dia 17 de novembro de 1831, até o dia 15 de agosto corrente de 1832, Rio-de-Janeiro, 1832.

Projeto de constituição para o Império do Brasil, organizado no conselho de estado sôbre as bases apresentadas por S. M. o Sr. D. Pedro I, Rio-de-Janeiro, 1823.

SEBASTIÃO LUIZ TINOCO DA SILVA

10-11-1823 a 13-11-1823

Nasceu em Viana, Portugal (batizado na freguesia de São Miguel da Pena, em 3 de agosto de 1758) e faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1839. (1) Na metrópole fez os seus estudos inclusive o de direito, na Universidade de Coimbra. Transportando-se para o Brasil (1803), foi destinguido com a nomeação de primeiro juiz de fora da cidade de Campos. Em 1821, já o encontramos desembargador da Casa de Suplicação, fiscal do Erário Régio e tambem pertencendo a uma junta de duração efêmera, incumbida de verificar à responsabilidade dos ministros e secretários de Estado. (2) Carater íntegro, juiz conciencioso (3) e de costumes sóbrios, Tinoco da Silva não era afeito aos embates tribunícios, dos quais sempre viveu afastado. Por quatro vezes, foi ministro. Da primeira, ocupou a pasta da Justiça por três dias (28 a 30 de outubro de 1822), como membro do ministério que substituiu, naquele curto espaço de tempo, o gabinete da Independência. (4)

---

(1) — Não há grande cópia de dados acêrca de Sebastião Luiz Tinoco da Silva. Quem mais minuciosamente o biografou foi o ministro Tavares de Lira em sua conferência — *Centenário do Senado do Império.* Nesse trabalho ainda ignorava o conferencista a nacionalidade do biografado; mas em nota manuscrita numa separata da conferência mencionada e que me foi gentilmente oferecida por Carlos Tavares de Lira, o ministro adiantou que Tinoco da Silva era português de nascimento e que isso afirmava visto possuir certidão de seu batismo.

(2) — Cfr. Decreto de 5 de junho de 1821.

(3) — Varnhagem chamou-o: velho e íntegro desembargador, Vasconcelos de Drumond narra que havendo D. Pedro I dado a Tinoco da Silva para assinar o decreto que dissolvia a Constituinte, êste recusou-se, dizendo: "Senhor, a mão treme, não posso assinar êste decreto."

(4) — O ministério que fez a Independência, perseguido e velipendiado, solicitou a sua demissão e o imperador a concedeu. Entretanto, atendendo à vontade geral da Nação, D. Pedro I o reintegrou, três dias depois.

No ano seguinte (1823), com o ministério presidido por Vilela Barbosa, foi êle convidado para ministro da Fazenda, mas só permaneceu no posto três dias, em face de ter solicitado exoneração. Contudo, ainda naquele ano, tendo subido o gabinete chefiado pelo visconde de Olinda, chamaram-no para tituiar da Justiça (21 de novembro) e, nesse cargo, Tinoco da Silva permaneceu até 21 de janeiro de 1826, visto que, tendo saido o gabinete Olinda e entrado o seguinte, orientado pelo visconde de Barbacena, foi reconduzido naquela pasta.

São as melhores, as referências que se encontraram relativas a sua passagem na pasta da Justiça. Efetivamente, muitas foram as iniciativas que tomou para melhor aparelhamento das dependências daquele ministério. O seu nome, honrado e probo, era uma verdadeira garantia para a fiel execução da lei e, a sua permanência no gabinete sempre trazia a êste boa parcela de autoridade, em virtude de seu prestígio de magistrado íntegro e digno.

No Senado, onde tomou assento como representante de Minas-Gerais, teve ocasião de proferir vários pareceres sobre matéria constitucional.

MARIANO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA

(Marquês de Maricá)

13-11-1823 a 21-11-1825

Nasceu no Rio-de-Janeiro, em 18 de maio de 1773 e faleceu na côrte, em 16 de setembro de 1848. Filho do comerciante Domingos Pereira da Fonseca e Teresa Maria de Jesus, descendentes de família abastarda e das principais da colônia. Aos 11 anos mandaram-no para Portugal onde estudou as matérias preparatórias, no colégio de Mafra. Era desejo seu ingressar no curso jurídico, porém, como não alcançasse a idade estatuária (15 anos), matriculou-se no de matemática e filosofia, obtendo o título de bacharel (1793). Graduado, preparava-se para ir cursar medicina em Edinburgo quando a morte de seu pai obrigou-o a retornar ao Brasil e assumir a direção dos negócios comerciais, que herdara. Aquí chegado, fez-se membro da *Academia Científica*. Essa associação cultural foi fundada em 1772, pelo marquês de Lavradio, porém o vice-rei, conde de Rezende, não lhe aprovando as atividades mandou fechá-la e prender seus componentes, após processo violento. (1) Maricá, por ter emprestado colaboração intelectual àquela sociedade, foi recolhido à prisão durante mais de dois anos, até que ordem régia o mandou pôr em liberdade. Sua detenção não impediu que continuasse aberto o seu estabelecimento comercial. Mas a verdade é que durane o seu reco-

---

(1) — Documento da época, assim anuncia a providência que foi tomada sôbre a dissolução da *Academia* "Devassa a que mandou proceder o Ilmo. e Emo. vice-rei do Estado do Brasil para as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam á involver em seus discursos materias offensivas da religião, e a falar nos negocios publicos da Europa, com louvor e aprovação do systema atual da França; e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia alguma, que alem dos ditos escandalosos discursos se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de sedição. Ano de 1794. Escrivão da dita diligencia: João Guerreiro de Amorim Pereira, desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva".

lhimento, interessou-se bastante pelos problemas brasileiros e, particularmente, pela administração pública.

Em 1822, foi nomeado deputado de agricultura da Mesa da inspeção do Rio-de-Janeiro e, sucessivamente: deputado à Junta de Comércio; diretor tesoureiro da Real Imprensa; administrador-tesoureiro da fábrica de pólvora; censor régio e tesoureiro do arsenal do Exército. Sob sua direção, em Minas-Gerais, foi promovida a extração do salitre e com tal eficácia que, de 150 arrobas no primeiro ano, passou a dez mil, no terceiro. Deputado e secretário da Junta Provisória do Rio-de-Janeiro (1821), quando se deu a independência, já o seu prestígio se consolidára no comércio e na administração. Em 13 de novembro de 1823, assumiu a pasta da Fazenda e, nesse posto, conservou-se até 23 de novembro de 1825. Coube-lhe atuar em fase evidentemente difícil. Havíamo-nos constituido, de pouco, em nação livre. Os meios financeiros, incipientes e escassos, mal suportavam despesas imprescindíveis à consolidação interna da nacionalidade então estabelecida. Foi ainda senador (1826). Pertenceu ao Conselho de Estado que elaborou a Constituição de 1824; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e possuia os graus de cavaleiro da Ordem de Cristo e a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro. Somente aos 60 anos, após profunda reflexão sôbre os homens e as coisas, iniciou seus trabalhos intelectuais continuando-os até aos 73 anos. As suas máximas que, somadas, quase atingem a 4.000, tornaram-se célebres e foram publicadas, primeiramente, em fascículos, distribuidos gratuitamente. Escreveu tambem o marquês odes anacreônticas que foram postas em música pelo padre José Maurício. Pensador profundo e original foi ainda filósofo e moralista. Alma pura e elevada, escreveu o seu epitáfio, onde encontramos retratado o homem que fôra:

Aqui jaz o corpo apenas
Do marquês de Maricá
Quem quizer saber-lhe da alma
Nos seus livros a achará.

Nele, que era religioso ao extremo, a doutrina cristã encontrou eloquência e fidelidade.

BIBLIOGRAFIA

Máximas, Pensamentos e *Reflexões.* Rio-de-Janeiro, 1843.
Novas reflexões, Máximas e *Pensamentos,* Rio-de-Janeiro, 1844.
Novas Máximas, Pensamentos e *Reflexões.* Rio-de-Janeiro, 1846.

Últimas Máximas, Pensamentos e Reflexões. Rio-de-Janeiro, 1850. (Coleção completa das maximas, pensamentos e reflexões. Edição revista e emendada pelo autor, aumentada com as maximas, pensamentos e reflexões publicadas pelo autor em 1844 e 1846 e com as ultimas máximas, pensamentos e reflexões do autor. 1850).

FELISBERTO CALDEIRA BRANT PONTES DE OLIVEIRA E HORTA

(Marquês de Barbacena)

21-11-1825 a 20- 1-1826
4-12-1829 a 2-10-1830

Descendendo pelo lado materno dos fidalgos portugueses Pires, Lemos e Moreiras, que aportaram aqui com Martim Afonso de Sousa (em São-Vicente), e pelo lado paterno da nobre família dos Anvers, de Utrech, na Holanda, conforme indica o nome Brant, Felisberto nasceu no arraial de São-Sebastião, perto da cidade de Mariana, Minas-Gerais, do casal Gregório Caldeira Brant e Ana Joaquina de Oliveira e Horta, no dia 19 de setembro de 1722 e faleceu no Rio de Janeiro, a 13 de junho de 1842.

Concluindo seus primeiros estudos, em Minas-Gerais (1786), veio para o Rio, e, aquí, em presença do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos, fez exame público obtendo aprovação com a nota máxima (1) Após isto, assentou praça, como cadete, e partiu para a Metrópole (1788), onde sob a direção de seu primo, Manuel José Peres da Silva Pontes (2), lente de Academia de Marinha, cursou essa escola e tambem o colégio dos nobres. Já guarda-marinha, embarcou em uma nau portuguesa, demorando algum tempo na Inglaterra. Nesse tempo, ocupava a pasta da Marinha, Martinho de Melo. Homem culto e grande animador da mocidade, instituiu êle postos de acesso aos estudantes que mais se distinguissem. O futuro Barbacena, que já dera provas de inteligência, candidatou-se e obteve todos os prêmios, conquistando, dessa forma, o pôsto de capitão de mar e guerra.

---

(1) — Foram tão brilhantes as suas provas que o mencionado vice-rei o convidou para jantar em sua companhia, o que, para a época, era distinção singular. Deu-lhe ainda cartas de apresentação para várias pessoas de destaque em Lisboa.

(2) — Em gratidão aos cuidados que lhe dispensou este parente, Felisberto tomou-lhe o nome Pontes.

Mas, como somente tivesse 19 anos, não lhe quiseram, dar tão elevado cargo. Desgostoso, solicitou e obteve transferência para o exército, com o pôsto de major do estado-maior, sendo designado para servir em Angola, (3) como ajudante de ordens do governador. Alí teve ensêjo de demonstrar qualidades de comando e bravura. Com efeito, tendo aparecido em águas de Angola dois corsários, coube-lhe perseguí-los e dar-lhes combate. E o fez por forma tal que o govêrno concedeu-lhe o hábito de Cristo. Após 2 anos naquela possessão, retirou-se para o Brasil, para Baía, onde, como tenente-coronel, foi comandar o regimento alí aquartelado (4). Nessa ocasião, havendo recebido a herança de sua espôsa (a quem coubera avultados bens), e gozando de vasto círculo de relações, fundou casa comercial, que se tornou a primeira da Baía, devido ao seu tino administrativo, e deu início a várias atividades que desenvolveu posteriormente. Introduziu o uso da vacina e foi tambem o que primeiro a experimentou.

Comerciante, homem de sociedade, polido e maneiroso, Caldeira Brant não se escusava a prestar obséquios. Em 1805, aportaram a Baía duas esquadras: uma, francesa, sob a direção de Luciano Bonaparte; outra, inglesa, comandada pelo almirante Popham. O primeiro, simpatizando com a acolhida dispensada pelo futuro marquês, ofereceu-lhe vários presentes, inclusive uma espada. Ao segundo, que se encontrava necessitado de víveres, êle tudo facilitou, emprestando-lhe, sem juros, 67:000$000 o que motivou especial agradecimento do comando da mesma e do próprio almirantado britânico.

Essa e outras atitudes suas deram nascimento a ciumes que, em breve, se transformaram em perseguições, obrigando-o a saír da Baía para Lisboa, onde foi nomeado coronel-comandante de um regimento (5), regressando dalí em companhia de D. João VI, quando êste fugiu afim de não cair prisioneiro dos franceses.

Nomeado brigadeiro e inspetor de tropas na Baía (1811), deu-lhes organização modelar; criou montepio para os oficiais; uma fábrica de material bélico, para a qual importou máquina de brocar e fazer armas, etc. Certo de que o progresso material é coisa indis-

---

(3) — Aí travou conhecimento com 2 degredados, vítimas da inconfidência mineira: Dr. José Alves Maciel e o coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.

(4) — No ano seguinte (1821) casou-se com D. Ana Constança Guilhermina Castro Cardoso, filha de Antonio Cardoso dos Santos, abastado proprietário e comerciante.

(5) — Dessa forma, foi êle o primeiro brasileiro que comandou uma guarnição na Côrte.

pensável, fez abrir estradas, algumas às expensas próprias (6), introduziu a máquina de moer cana (1813), propagou o plantio da cana caiena e fundou a caixa de descontos da Baía (1817). Nêsse ano rebentou a célebre revolução pernambucana (Confederação do Equador). A Caldeira Brant coube organizar a resistência baiana, por incumbência do príncipe regente. (Barbacena batia-se pela independência, porém contra a república; o marquês era monarquista intransigente e considerava êsse modo de govêrno, sob a forma constitucional, o mais perfeito).

Em 1819, fez vir da Inglaterra u'a máquina e construiu um barco movido a vapor (7). No dito ano foi promovido a marechal graduado e recebeu o fôro de fidalgo cavaleiro. Um ano depois, por decreto de 10 de maio, era agraciado com o grau de Cavaleiro da Tôrre da Espada. Entrementes, devido a acontecimentos em que involuntàriamente se viu envolvido, desgostou-se e se retirou para Londres, embora lhe desse o Regente provas de absoluta solidariedade. Em 1821, rebentou uma revolução na Baía, com o fim de fazer voltar o Brasil ao primitivo estado de colônia. Novamente naquela província, Caldeira Brant assumiu a leaderança de um movimento oposto, ousando pronunciar-se contra a revolução, declarando-se abertamente pela independência (8). Moveram-lhe, por causa dessa sua atitude, severa perseguição. Afim de evitar maiores dissabores, retirou-se para o Rio e, em seguida, novamente para Londres. Finalmente, pouco depois era feita a independência e, dessa forma, se confirmaram seus prognósticos. Nessa altura, decidiu intervir em favor da causa comum. De posse da carta que lhe havia sido passada pelo comando da esquadra inglesa, apresentou-se no *Foreign Office* e foi muito bem recebido por George Canning, ministro do Exterior, da Inglaterra.

Na mesma ocasião era eleito deputado à Assembléia Constituinte pela província da Baía e porisso retornou ao Brasil, sendo, ao mesmo tempo, convidado para ministro da Guerra, o que não aceitou. José Bonifácio, chefe do ministério, o sabia hábil diplomata e homem de prestígio, por essa razão, o fez retornar a Londres, onde negociou, juntamente com Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, o

(6) — Uma que mandou abrir, de S. Jorge dos Ilhéus ao arraial de Conquista, com 42 léguas de extensão, prestou excelentes serviços à agricultura, indústria e comércio. Por êsse motivo foi-lhe conferida a Ordem de Cristo, com a promessa de nomeação de alcaide-mór de Jaguaripe.

(7) — Foi o início da navegação a vapor na Baía.

(8) — Apesar dos insultos que recebeu do partido português, Barbacena manteve a proposta de independência e deu ânimo a que os brasileiros passassem à atitude mais digna.

Decreto — De 10 de dezembro de 1825.

primeiro empréstimo externo brasileiro, no valór de 3 milhões de libras esterlinas.

Em 12 de outubro de 1825, recebia a patente de tenente-general graduado. Ainda nesse mesmo ano foi eleito senador pelas províncias da Baía, Minas-Gerais e Alagôas, tendo o imperador o escolhido por esta última. Destarte, foi dos primeiros membros dessa câmara vitalícia, em sua organização primitiva.

Finalmente, ainda em novembro dêsse ano foi-lhe confiada a pasta da Fazenda, que ocupou até 20 de janeiro de 1826, isto é, sòmente pelo espaço de 60 dias.

Declarada a guerra originada pela absorção da Banda Oriental, Caldeira Brant nela tomou parte como general-comandante e não logrou vencer a batalha de Ituzaingó. (10) Por êsse motivo foi demitido do comando do exército, embora continuasse a merecer tôda confiança do imperador que, a seguir, o incumbiu de procurar-lhe uma segunda espôsa nas côrtes européias e de sondar o ânimo dos gabinetes em relação aos negócios com Portugal, que se encontravam interrompidos. De ambas comissões desempenhou-se satisfatòriamente. Ainda, em missão oficial, retornou à Europa (1828),

---

(9) — Declara guerra às Provincias Unidas do Rio da Prata.

Havendo o Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império sem provoação, e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convem á dignidade da nação brasileira, e á ordem, que deve occupar entre as potências, que Eu, tendo Ouvido o Meu Conselho de Estado, Declaro como Declaro a guerra contra as ditas provincias e seu Governo: portanto ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possiveis hostilidades. Autorizando o corso e armamentos a que os Meus Suditos queiram propor-se contra aquella nação; Declarando que todas as tomadas e prezas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos operadores, sem deducção alguma em beneficio do Thesouro Público. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça publicar, remetendo este por cópia ás Estações competentes e afixando-o por Editaes. Palácio do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1825, 4.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial

Visconde de Santo Amaro.

(10) — A verdade é que o marechal não comandava um exército capaz de ofensiva. O estado da tropa era lastimoso. A retirada efetuou-se, entretanto, em ordem e dentro da técnica militar.

"Descansemos na verdade histórica: Ituzaingó não foi uma derrota para as nossas armas, menos uma deshonra para o nosso exército. A circunstância da retirada, realizada nas condições em que o foi, nunca na arte da guerra equivaleu a uma derrota". L. Benevides. *História da Campanha de* 1827 — Pernambuco — 1873.

Macedo Soares (J. C.) em *Os falsos trofeus de Ituzaingó*, São Paulo, 1920, restaurou, finalmente, a verdade sobre este episódio.

para acompanhar a rainha D. Maria III e para representar o imperador no ato de seu casamento com D. Amélia de Leuchtemberg.

Em 1829, encarregado de organizar o Ministério ocupou novamente a pasta da Fazenda, na qual permaneceu de 4 de dezembro daquele ano a 2 de de outubro de 1830, data em que foi dispensado do posto (11).

Em 1835, mais uma vez Barbacena, em Londres, serviria ao Brasil. Com efeito, naquele ano, fôra à Europa tratar de sua saude. Aproveitando essa oportunidade, o regente, Diogo Antonio Feijó, nomeou-o ministro plenipotenciário afim de que negociasse com o govêrno inglês acerca de vários assuntos de interesse para o Brasil, o que êle realizou plenamente.

Estadista, diplomata, general da ativa, senador do império, conselheiro de Estado, gentil-homem da imperial câmara, mordomo-mór da imperatriz, alcaide-mór da vila de Jaguaripe, na Baia, cavaleiro da ordem de D. Pedro, I, Grã-cruz da ordem do Cruzeiro e da Rosa, comendador da de Cristo, cavaleiro da ordem da Torre e da Espada, Grã-cruz da Coroa de Ferro da Áustria, membro de várias sociedades científicas e literárias, Barbacena foi ainda parlamentar de relêvo, argumentador agil, lógico de recursos inesgotaveis, sendo considerado como dos melhores oradores do Senado. 1.º Visconde do título, com grandeza e marquês.

Conhecedor da economia política e da finança e sempre à frente de negócios de vulto, Caldeira Brant certamente não encontraria dificuldades na resolução de problemas pertinentes à pasta da Fazenda se não fosse o pouco tempo em que nela se demorou, tanto da primeira como da segunda vez em que a dirigiu. Os seus atos, em face disso, não vão além de simples medidas administrativas.

Assoberbado por intensa vida política, não nos legou bagagem literária de vulto. Os trabalhos que escreveu foi para justificar atitudes que tomou.

BIBLIOGRAFIA

Ofício, dando conta para a côrte de haverem abortado os planos de Tiradentes e seus sócios. (Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. tomo 49, 1.º parte).

(11) — Ao dispensá-lo, o imperador fez baixar decreto de 30 de setembro de 1830, onde se diz que foi êle exonerado "por ter de prestar contas das grandes despesas que fizera pela Caixa de Londres." Estas contas, segundo o decreto, foram com sua majestade fidelíssima, uma princesa real, os emigrados portugueses e especialmente com o casamento do imperador.

Em o seu trabalho — *Conta Geral da Caixa de Londres, desde a sua instalação no ano de* 1804 *até o fim de* 1830, o marquês deu todas as explicações daquelas despesas.

Defesa dos negociadores do empréstimo brasileiro em Londres — Rio, 1826.

Conta geral da Caixa de Londres, desde a sua instalação no ano de 1804 até o fim de 1830. Rio, 1831-1832.

Ofício em que se defende de atos que lhe foram atribuidos. Rio, 1829.

Reforma da Constituição, discurso proferido no Senado, na sessão de 18 de maio. Rio, 1832.

Instruções que estão em prática nos corpos de cavalaria do Império do Brasil, mandadas ensinar pelo visconde Barbacena, quando inspetor desta arma. Rio, 1832.

História da campanha do Sul em 1827. Batalha de Ituzaingó. (E' obra póstuma). (Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., tomo 49).

ANTÔNIO LUIZ PEREIRA DA CUNHA

(Marquês de Inhambupe)

20-1-1826 a 21-1-1826

Nasceu na Baía, em 6 de abril de 1760 e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1837. Na terra natal fez o curso primário e a maior parte dos preparatórios. Completou estes em Coimbra, onde se doutorou em matemática e filosofia. De volta ao Brasil, ingressou na magistratura (1789), como juiz de Fora da vila Torres-Vedra. Em 1798, tendo sido deposto o governador de Pernambuco, fez parte do govêrno interino que sucedeu àquela autoridade. Posteriormente, exerceu os cargos de ouvidor de Comarca (Pernambuco), ocupou idêntico posto em Rio-das-Velhas (Minas-Gerais; 1802), foi elevado a desembargador da Casa de Suplicação, do Porto, com exercício em Sabará (Minas-Gerais; 1803) e, por fim, obteve idêntica posição em Lisboa. Com a transmigração da família real, veio para a Baía, como chanceler da Relação. Em 1811, D. João agraciou-o com a ordem de Cristo. Ainda, por incumbência do príncipe herdeiro, elaborou um código de posturas para a Câmara da Capital e que pudesse ser adaptado a todo o reino; mas foi rejeitado êsse seu trabalho, por o terem considerado ofensivo às prerrogativas reais.

Na côrte, exerceu (1815-1820), os cargos de conselheiro da Fazenda e membro da Comissão compiladora das ordenações da marinha (regulamento da armada). Estudioso e de notória capacidade de trabalho, foi ainda escolhido deputado à Junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação e tambem fiscal das Mercês. Igualmente, foi um dos vinte membros de um conselho, de pouca duração, nomeado por D. João VI para examinar os artigos da Constituição portuguesa (1821) aplicáveis ao Brasil. Ocupou ainda durante oito meses, o cargo de intendente de polícia, prestando assinalados serviços à ordem pública.

Convocada a Constituinte, foi eleito deputado e, mais tarde, senador (1826), pela província de Pernambuco. Anteriormente, com a dissolução daquela assembléia, serviu como membro do Conselho

de Estado instituido pelo imperador para elaborar a Constituição que nos outorgou sua majestade. Em 20 de janeiro de 1826, aceitou a pasta dos Estrangeiros, na qual permaneceu até 12 de outubro e, por vinte e quatro horas, respondeu pelos Negócios da Fazenda (1). Com o ministério seguinte, presidido por Fernandes Pinheiro (visconde de São-Leopoldo), continuou na direção das Relações Exteriores. Em 1831, a situação política agravou-se seriamente, por causa dos desatinos de sua majestade. Por estar em divergência com o imperador, foi exonerado o ministério presidido pelo barão de Goiana (José Bernardo Gama). No mesmo dia (5 de abril), o monarca chamou Pereira da Cunha, que organizou, sob sua presidência, o ministério chamado dos *medalhões* (2). Com esta medida, cuidava D. Pedro remediar a angustiosa situação criada pelos seus caprichos. Não lhe foi asada a sorte. O anúncio da mudança ministerial aumentou a agitação popular, orientada por chefes políticos de prestígio e, com a confraternização da tropa, foi mandada comissão especial ao monarca, solicitando a reintegração dos ministros demitidos. No primeiro momento, cogitou D. Pedro de entregar o poder aos liberais; mas, impulsivo como sempre, abdicou. Concedendo a exoneração do ministério, conservou a Pereira da Cunha, a quem sempre destinguiu, para que êle transmitisse o poder ao seu futuro sucessor. Dessa data em diante, retirou-se o marquês da política ativa. No Senado, ao qual presidiu, freqüentou assiduamente as sessões, tendo sido relator em várias comissões. Possuia a comenda de oficial da ordem do Cruzeiro. Visconde com grandeza e marquês.

BIBLIOGRAFIA

Medidas e providências administartivas do govêrno interino da capitania de Pernambuco desde 7 de janeiro de 1799, até 4 de dezembro de 1802, e sôbre todos os ramos de economia pública, sendo o govêrno composto dos brasileiros José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, então bispo; José Nabuco de Araujo, então ouvidor, e do intendente de marinha Pedro Sheverin.

Plano de melhoramento e fiscalização da alfândega do algodão no Recife, Pernambuco, concebido pelo falecido marquês de Inham-

(1) — Em 21-1-1826, foi nomeado ministro da Fazenda o marquês de Baependí.

(2) — Império, marquês de Inhambupe; Estrangeiros, marquês de Aracatí; Fazenda, marquês de Baependí; Guerra, marquês de Lages; Marinha, marquês de Paranaguá e Justiça, visconde de Alcântara.

bupe em 12 de junho de 1799, sendo então ouvidor e nessa qualidade presidente da mesa inspetora.

Memória sôbre, a criação de duas capitanias, da Paraíba e Ceará-grande em govêrnos gerais. 1816.

Projeto de Constituição para o Império do Brasil 1823.

Código de posturas e regulamentos municipais para a comarca da capital, aplicáveis a todo o reino.

JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA

(Marquês de Queluz)

15-1-1827 a 20-11-1827

Nasceu em Mariana, capitania de Minas Gerais, em 1769 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1833, com 64 anos de idade. Filho do coronel Domingos Alves de Oliveira Maciel. Enviado para Portugal ainda criança, aí fez todos os seus estudos, graduando-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Recém-formado, ingressou na magistratura, alcançando o cargo de desembargador do paço do Rio-de-Janeiro (1808). Após a tomada da Guiana francesa, ordenada por D. João VI, foi nomeado governador da mesma, lugar em que permaneceu até 1819. Neste pôsto deu mostra de excelentes qualidades de administrador. A sua iniciativa deve-se a introdução da noz moscada, do cravo, diversas outras especiarias finas e tambem da cana de açucar que veio dar considerável aumento na produção das fábricas.

O monarca muito o distinguia e disso deu provas. Maciel da Costa, entretanto, não era dos mais extremados partidários do reino. Por certas atitudes jacobinas que tomou, caiu em desagrado chegando mesmo a ser prêso e recolhido à ilha das Cobras. (1) Reconciliado com sua majestade, seguiu com ela, na comitiva real, para Lisboa; mas as Côrtes não consentiram no seu desembarque. Novamente no Brasil, foi um incansável batalhador em pról de nossa independência. Após esta, esteve na Baía afim de pacificar os ânimos alí exaltados, no que se houve com bastante critério e tato político. Ao ser convocada a Constituinte, da qual foi presidente, elegeram-no deputado por Minas-Gerais e, depois, senador pela

---

(1) — Tem sido tomado como de sua autoria o folhetim: — *Devem nas presentes circunstâncias El-Rei e a família real de Bragança voltar para Portugal ou ficar no Brasil?*, publicado em 1821 essa publicação produziu verdadeira onda de indignação na metrópole e deu margem a inúmeros outros, refutando-o. Em sua defesa, Maciel da Costa, deu publicidade à *apologia.*

Paraíba. Em 1823-34, foi ministro do Império e dos Estrangeiros. Em 15 de janeiro de 1827, o imperador ofereceu-lhe a pasta da Fazenda, cargo que ocupou até 20 de novembro do mesmo ano. Na sua administração foi reduzido o quinto do ouro de 5 %; fundou-se a dívida pública; criou-se a Caixa de Amortização e instituiu-se o grande livro da dívida pública. O poder legislativo tambem deu um primeiro passo sôbre a votação da lei orçamentária.

Pertenceu aos Conselho de D. João VI e D. Pedro I. Sendo um dos constituintes, tomou parte ativa na elaboração da lei básica imperial, da qual foi o seu primeiro signatário. Em reconhecimento aos seus méritos, D. Pedro galardoou-o com o título de marquês (12-10-1825). Em trabalhos que deu à estampa, usou o pseudônimo: Brasileiro Saudoso e Agradecido. Era visconde com grandeza.

BIBLIOGRAFIA

Memória sôbre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sob o modo e condições com que esta abolição se deve fazer, e os meios de remediar a falta de braços que ela pode trazer; oferecida aos brasileiros, seus compatriotas. Coimbra, 1821.

Apologia que dirige à nação portuguesa para se justificar de imputações que lhe fazem homens obscuros, os quais deram causa ao decreto de 3 de julho e à providência comunicada no aviso de 11 de junho do corrente ano de 1821. Coimbra, 1821.

Ode à morte do ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. Francisco de Lemos de Faria Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil. Coimbra, 1822.

Análise e refutação do libelo acusatório, que publicou o almirante barão do rio da Prata, contra alguns ministros de Estado em particular, e em geral contra os ministros de 1826, 1827 e 1828, disfarçada com o título de Defesa perante o conselho de guerra. Rio-de-Janeiro, 1929.

O barão do Rio da Prata, nú e crú, tal qual é e sempre foi ou nova análise do último discurso, com que pretendeu justificar-se dos crimes de que está convencido, pelo mesmo autor da "Análise e refutação, etc." — Rio-de-Janeiro, 1830.

Reflexões sobre a união das três guianas francesa, portuguesa e holandesa para formarem um reino anexo ao govêrno do príncipe D. João.

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

(Marquês de Abrantes)

20-11-1827	a	15- 6-1828
25- 9-1828	a	4-12-1829
19- 9-1837	a	16- 4-1839
23- 3-1841	a	20- 1-1843
8- 4-1853	a	15- 1-1864

Nasceu no distrito da Patativa, vila da Purificação, hoje Santo-Amaro, Baía, em 22 de dezembro de 1769 e faleceu no Rio-de-Janeiro em 5 de outubro de 1865. Foi o quarto dos filhos do casal tenente-coronel José Gabriel de Almeida Calmon e Maria Germana de Sousa Magalhães, abastados fazendeiros, senhores de engenho e descendentes de ilustre família de militares e magistrados, emigrados de Rouergue. Na Baía, um seu tio, padre, ensinou-lhe as primeiras letras. Acreditava o sacerdote que o seu pupilo abraçasse a carreira eclesiástica; porém, tal não sucedeu, pois Calmon mostrou-se desejoso de se fazer advogado. (1) Assim é que, em companhia de um irmão, seguiu para Portugal, em 1816, acompanhados de dois escravos, doação materna. No Colégio das Artes, prestou exame de madureza; a 30 de outubro daquele ano estava matriculado e cinco anos depois (1822), bacharelava-se em Direito (2). Diante de sua excelente reputação como universitário, foi-lhe oferecido, na magistratura, o lugar de juiz de fora de Porto-de-Moz, em Portugal, o que não aceitou. Já, por essa época, familiarizara-se com os brasileiros deputados às Côrtes de Lisboa e lhes ganhara a afeição. Êstes deram-lhe a incumbência relevante de trazer a carta em que indicavam à Junta Provisoria e às Câmaras da Baía, qual o melhor govêrno para o Brasil. A sua chegada à terra

(1) — O tio ensinava-lhe latim; Luiz Vilhena, grego; Francisco Ferreira da Silva, retórica e Francisco Carneiro de Campos, filosofia.

(2) — No 4.º ano a congregação da Faculdade lhe conferiu, por merecimento, o prêmio de 40$000.

natal, como portador de mensagem tão significativa, constituiu motivo para que logo passasse a desfrutar a confiança dos chefes políticos locáis. E a Calmon deve-se boa parte, do muito que na Baía se fez pela independência brasileira. Instalada a Assembléia Constituinte, foi eleito deputado e secretário da augusta câmara. Em 1825, embarcou para Inglaterra, em busca do progresso. Alí, onde se demorou mais de um ano, redigiu o primeiro regulamento para a navegação a vapor no Brasil.

Em 1827 (20 de novembro) aceitou, a convite de Araujo Lima, a pasta da Fazenda. Anteriormente (agosto de 1827), no momento em que se votava a lei de dotação, estudara minuciosamente, as condições econômico-financeiras do país. Propugnou pela fundação da dívida, primeiro passo para a organização geral, pois o Estado estava a se dissolver num dilúvio de bilhetes, o *déficit* iniciara a sua marcha progressiva e não se conhecia o montante dos débitos. Não conseguindo o prevalecimento de sua tèse, obteve fôsse a mesma reconhecida, quanto à fundação da dívida. O aparelho circulatório reclamava medida urgente e extrema. Calmon aplicou então o resgate, ato êsse que, pouco depois, produziu o efeito desejado. Promoveu ainda a liquidação de dívidas passiva e ativa e fez baixar a primeira tarifa para a alfândega. O seu relatório, apresentado em 10 de junho de 1828, fugia a tudo o que, até à data, se havia feito. Conhecedor dos benefícios da estatística, impulsionou-a com entusiasmo, imprimindo à contabilidade fazendária novos métodos de arrecadação, já discriminando rendas, já prestando contas e atribuindo responsabilidades. Infelizmente, não duraria, nem ao menos um ano, a sua primeira investidura na pasta da Fazenda. Em 16 de junho de 1828, solidário com os demais colegas, demitiu-se do cargo. (3) Verdade é que, pouco tempo depois (25 de setembro), o imperador novamente entregou-lhe o pôsto, no qual se manteve até 4 de dezembro de 1829.

Fóra do govêrno, desenvolveu intensa atividade em vários setores. Como o próprio monarca, tudo fez para que não sossobrasse o Banco do Brasil; mas, o *deficit*, que sempre fôra coberto com empréstimo, não conhecia outro remédio e a situação de sua majestade, em luta aberta com o irmão, o príncipe D. Miguel, impedia que se realizasse operação vantajosa na Europa. Em 1832-33, a sua atuação se desenrolou voltada para os problemas brasileiros relativos à economia e à finança. Bateu-se pela retirada do cobre; pela

(3) — Havendo-se revoltado dois batalhões constituidos por soldados estrangeiros, D. Pedro I, sem maiores explicações, demitiu o ministro da Guerra. Araujo Lima, ministro do Império, surpreso com o ato imperial, dimitiu-se. Acompanhando-o, Calmon exonerou-se.

criação de um banco nacional em substituição ao desacreditado Banco do Brasil; propôs fôsse elevado o valor da oitava de 2$000 para 2$500 (o que posteriormente foi feito); opôs-se, formelmente, à emissão de 1833, destinada a cobrir o *deficit* e apresentou medidas de cunho financeiro. Em 1834, caiu no ostracismo e afastou-se um pouco das lutas políticas. Estudioso, não lhe faltavam meios para prestar bons serviços. Nesse mesmo ano, publicou o seu trabalho — *Ensáio sobre o fabrico do açucar*. Entusiasta da emigração, deu à estampa outra obra — *Memória sôbre o estabelecimento duma Companhia de Colonização nesta Província* — na qual propugnava a introdução do braço livre.

Em 1835, novamente na Câmara, foi nomeado, juntamente com Araujo Bastos e Carneiro de Campos, em comissão para estudar providências necessárias ao saneamento do meio circulante. No ano seguinte, convidado sucessivamente para ministro diplomático em Viena, na Áustria e para presidente da Baía, recusou ambos os cargos. Em setembro de 1837, o regente Feijó resignou sua alta função, passando-a a Araujo Lima. Êste, ao organizar o gabinete, convidou Calmon para, pela terceira vez, ocupar a pasta da Fazenda. (19-9-1837) Talvez tenha sido esta a fase em que mais se destacou como ministro das finanças. Efetivamente, a confiança quase desaparecera e o *deficit* se tornara invencível. O ministro, ante o que se lhe deparou, fez baixar medidas drásticas. Resgatou, incinerou notas e emitiu apólices da dívida interna, em lugar de seguir o rumo costumeiro do empréstimo externo. O câmbio subiu da casa dos 26 para 29 ½, em 1838, e para a dos 34, em 1839. Foi igualmente introduzido o sistema de créditos ádicionais. Entrementes, a agitação política continuava e a disputa de uma cadeira no senado o faria abandonar a pasta, que estava em boas mãos. (4)

As lutas no Prata, principalmente as desinteligências acêrca da independência do Uruguai, levaram a Regência a mandar o então visconde de Abrantes à Europa, em missão diplomática. Assim, em outubro de 1844, chegava a Falmouth, de onde seguiu imediatamente para Londres. Aí, discutiu com lord Aberdeen a questão do Prata e, posteriormente, com o govêrno francês. Afinal, venceu a tese que defendia. Aproveitando essa sua estada no velho mundo, visitou tambem a Alemanha, identificando-se com a sua civilização. Neste último país, o descrédito do império, no tocante à emigração, era lastimoso. Abrantes sentiu bem êsse estado de coisas e não

(4) — Com efeito, falecera um senador pelo Rio-de-Janeiro. Provida a eleição, coube a vaga a Lopes Gama. Calmon, que fôra concorrente, desgostou-se e se demitiu. O ministério, por solidariedade, exonerou-se.

desanimou. Como lhe foi possível, fez ver ao govêrno alemão e às empresas interessadas as possibilidades que lhe oferecia o solo brasileiro, sendo plenamente aceitas as suas referências e indicações.

Em março de 1841, novamente foi chamado à pasta da Fazenda, na qual permaneceu até 20 de janeiro de 1843. Finalmente, em 8 de abril de 1863, pela quinta e última vez, dirigiu o Ministério da Fazenda. Por morte de Holanda Cavalcanti, acumulou-o, interinamente, com o dos Estrangeiros, do qual era titular efetivo. Estava com 68 anos.

Como José Clemente, o marquês de Abrantes foi grande amigo da pobreza. Com o falecimento daquele, tornou-se difícil preencher-lhe a vaga, na mordomia da Santa Casa de Misericordia. Sòmente um homem de qualidades superiores estaria à altura de desempenhar cargo reputado tão espinhoso. E Miguel Calmon foi escolhido com agrado geral. Orador fácil e persuasivo; grã-mestre da Maçonaria durante treze anos (1850-1863); grã-cruz da ordem do Cruzeiro, grã-cruz da ordem de Carlos III, grande dignitário da ordem da Rosa, grã-cruz da real ordem constantina das Duas Sicilias; senador; ministro plenipotenciário; presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Imperial Academia de Música, o seu nome tambem se encontra ligado a inúmeros empreendimentos, nos quais muito é de se louvar o seu espírito empreendedor e filantrópico. Visconde com grandeza e marquês.

BIBLIOGRAFIA

Ensáio sobre o fabrico do açucar. Baía, 1834.

Memória sobre a acultura do tabaco Baía, 1835.

Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização desta Província. Baía, 1835.

Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral legislativa na primeira sessão da junta legislativa, pelo ministrò e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, visconde de Abrantes. Tip. Nacional, 1843.

Memória sobre os meios de promover a colonização. Berlim Tip. de Unger Irmãos, 1846.

Missão especial do visconde de Abrantes de outubro de 1844 a outubro de 1846. Rio de Janeiro. Empresa Tip. Dois Irmãos 1853.

Origem da cultura e comércio do anil entre nós e quais as causas do seu progresso e da sua decadência? — (Rev. Trimestral do Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. XV, 1852).

Discurso recitado pelo sob.: br.: m. na sessão do gr.: or.: em 16 dia do mês de abril do ano de 1861. Rio-de-Janeiro. Tip. do Comércio.

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

16-6-1828 a 18-6-1828

Nasceu em Adem, vila do Castelo-do-Mendo, comarca de Trancoso, Portugal, em 17 de fevereiro de 1787 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 10 de março de 1854. Filho de José Gonçalves e Maria Pereira, pequenos lavradores. Um seu tio, sacerdote e latinista, cuidou-lhe dos estudos primário e secundário, habilitando-o ao curso universitário, no qual ingressou e se doutorou em direito e cânones. Apenas saído da Universidade de Coimbra, alistou-se no batalhão acadêmico, organizado para dar combate aos franceses, tendo alcançado o posto de capitão. Terminada a campanha, deu baixa e escolheu a colônia americana para campo de suas atividades, o que fez com acêrto. Dessa forma, em outubro de 1815, desembarcava no Rio-de-Janeiro. Nos primeiros tempos, votou-se à advocacia, mas, em 1818, aceitou o cargo de juiz de fora da vila da Praia-Grande (hoje Niterói). Na criação da mesma, a sua operosidade destacou-se e foi muito louvada. Ao lhe ser dedicada uma rua, a Câmara local o fez numa declaração onde se lê: "Dedicada ao Ilmo. e Exmo. Sr. José Clemente Pereira, como primeiro juiz de Fora, criador e edificador da vila, e pelos muitos benefícios de que lhe é devedora esta cidade."

Em 1818, D. João VI nomeou-o juiz de fora da Côrte. Nessa época, apesar de sua origem portuguesa, já era dos mais ardentes paladinos de nossa independência. Eleito presidente do Senado da Câmara do Rio-de-Janeiro, mais aumentou o seu entusiasmo em pról de nossa libertação. E para isso não só colaborou com a pena brilhante. Homem de ação que era, não se poupava a qualquer trabalho ou emprêsa a ponto de, pelas suas iniciativas, tornar-se tão discutido quanto o próprio imperador. Ainda naquele cargo sugeriu e concretizou a célebre representação de 9 de janeiro de 1822, na qual se solicitava ao príncipe que permanecesse no Brasil, originando-se o então célebre — *Fico*. A sua passagem pela Intendência da cidade do Rio-de-Janeiro foi assinalada por vários melhoramentos, inclusive o abastecimento dágua, o qual providenciou inconti-

nenti. (1) Como ministro da Justiça, regularizou e incrementou o serviço de Correios.

Em 1828, a desordem política na Côrte tomou proproções alarmantes. Na Europa, D. Miguel tramava contra D. Pedro. A revolta de dois batalhões estrangeiros agravou extremamente a situação. Por não ter tomado medidas preventivas, o ministro da Guerra foi demitido. Solidário com êste, o gabinete renunciou. O monarca, então chamou José Clemente para ministro do Império e, interinamente (dois dias), para titular da Fazenda, após o que foi nomeado José Bernardino Batista Pereira.

Orador popular, jurista, presidente do Tribunal de Comércio, Conselheiro de Estado, duas vezes ministro da Guerra; ministro da Justiça; deputado (por Minas-Gerais e São-Paulo), senador (por Alagôas, Rio-de-Janeiro e Pará), José Clemente Pereira foi sempre homem de hábitos modestos e simples. Por várias vezes, foram-lhe oferecidos títulos nobiliárquicos o que êle recusou. Após a sua morte, por interferência dos amigos, a sua viuva aceitou o título de condessa da Piedade.

Mas onde a sua atuação muito o nobilitou foi na incansável proteção que dispensou aos infelizes. Nesse particular todos o reconhecem benemérito. A reorganização e desenvolvimento da Santa Casa de Misericórdia, da Casa dos Expostos e a fundação do hospício D. Pedro II foi quase exclusivamente obra sua. Reconhecendo-lhe os trabalhos relevantes o próprio imperador D. Pedro II tomou a iniciativa de fazer colocar o seu busto no hospício, como preito de gratidão. (2) Da Santa Casa foi o maior dos provedores. Quando iniciou a construção do imenso edifício, que aí está a prestar inestimáveis serviços, não poucos foram os que lhe chamaram doido. A sua paciência de esmoler, para terminar essa empresa, fez-se comparável a dos mais abnegados religiosos. Ferreira de Menezes chamou-lhe "mordomo de Deus". Em discurso, Porto-Ale-

(1) — Mandou fazer o encanamento das águas da Lagoinha e das Paineiras: construiu os chafarizes das Laranjeiras, do Cosme Velho e o de S. Cristóvão; executou igualmente, melhoramentos nos bairros do Catete e de Maracanã.

(2) — Querendo Dar um testemunho Pessoal do aprêço em que tenho os serviços prestados á humanidade pelo falecido provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira: Hei por bem que pela Mordomia da minha Imperial Casa se mande fazer a sua estatua que será colocada defronte da Minha na Sala do Hospício do Meu Nome. José Maria Velho da Silva, do Meu Conselho e Mordomo interino da Minha Imperial Casa, o tenha entendido e cumpra. Palácio do Rio de Janeiro em treze de março de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Império e Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

gre, a seu respeito, disse: "José Clemente era daqueles homens que engrandecem o lugar que ocupam, e para os quais não há trevas nem silêncios. Sua posição como homem político foi talvez a mais importante da época: todo o bem, todo o mal era atribuido à influência sua; êle era o alvo de todas as esperanças e de todas as decepções, de todos os encômios e de todas as calúnias". A verdade sobrepairou; hoje é um dos grandes vultos da nacionalidade.

Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, deve-lhe a Maçonaria os mais assinalados serviços, inclusive a aquisição da atual séde na rua do Lavradio.

BIBLIOGRAFIA

O ministério dos Srs. Andradas — Cfr. Ernesto Sena — José Clemente Pereira (Notas de um reporter) Rio de Janeiro, 1907 ps. 29/45.

Termo de vereação do dia 9 de janeiro de 1822 — Rio de Janeiro, 1822. (6 ps.) Diz respeito à representação que o príncipe recebia dos municípes para não sair do Brasil. Nele se menciona a resposta decisiva do príncipe: Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico." Em anexo, figura a alocução pronunciada por José Clemente.

Projeto de Código Criminal do Império do Brasil. Rio, 1827, (77 ps.) Ao tempo em que elaborou êste trabalho era deputado. Esta obra, depois de refundida com outra de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, tornou-se o Código Criminal de 1830.

Justificação do direito a não ser excluído do lugar de deputado à causa do Brasil. Maranhão, 1830.

Defesa de José Clemente Pereira, oferecida aos representantes da nação em 10 de julho de 1831.

Parecer da Comissão Eclesiástica da Câmara dos Srs. deputados dado sôbre o Breve de Reforma da Ordem Beneditina no Brasil, sôbre a petição de queixa da mesma Ordem contra o Dr. Scipião Domingos Fabbrini, Delegado da Sé Apostólica nesta Côrte, autor do mesmo Breve: no qual se mostra que não pode merecer o Beneplácito do Poder Eclesiástico, pelas razões do mesmo Parecer expendidas (Trabalho de colaboração) Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1833.

Parecer de uma comissão nomeada, pelo govêrno, demonstrando três teses de Direito Público Eclesiástico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1837.

Projeto de emendas para a terceira parte e Código Comercial do Império do Brasil oferecido a Assembléia Geral Legislativa pela

Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Rio, Tip. de J. Villeneuve & Cia. — 1833 (Trabalho de colaboração com José Antônio Lisbôa, L. Westin, Ignacio Ratton e Guilherme Midosi).

Relatórios do estado dos três pios estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia, de 1833 a 1853. Rio de Janeiro.

Representação que ao senhor D. Pedro, I, no dia de sua aclamação em nome do povo do Rio de Janeiro, como presidente do Senado da Câmara dirigiu o Sr. José Clemente Pereira como juiz de Fora desta Cidade. Tip. de Paulo Brito, 1859.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de N. S. da Glória. 1861 (Edição póstuma).

JOSÉ BERNARDINO BATISTA PEREIRA DE ALMEIDA SODRÉ

18-6-1828 a 25-9-1828

Nasceu em Campos-dos-Goitacazes, parte da capitania do Espírito-Santo, hoje freguesia de S. Gonçalo, Estado do Rio-de-Janeiro, em 20 de maio de 1783 e faleceu naquela freguesia, a 29 de janeiro de 1861. Filho de Manuel Batista Pereira e Ana Joaquina de Almeida. Descendente de família rica e aristocrática, fez os primeiros estudos na côrte. Após estes, mandaram-no para a Universidade de Coimbra. No terceiro ano de Faculdade, dando-se a invasão da metrópole pelas tropas francesas, emigrou para a Inglaterra de onde se passou para o Brasil. Retornando à Universidade, graduou-se em ciências jurídicas e sociais (1812). A seguir, foi, sucessivamente, nomeado: juiz de fóra da vila de Santo-Antônio-da-Sé (hoje extinta), juiz de fóra da vila de Magé e provedor da fazenda de defuntos e ausentes, abandonando, neste posto, sua carreira de magistrado, auspiciosamente começada. "De aparências soberbas e de acesso altivo (aliás afetuoso, ameníssimo e brincador em suas relações amigas), o mais pobre, humilde e desprotegido dos requerentes, contava com o sobrolho carregado de José Bernardino; mas tinha plena, absoluta confiança no despacho ou na sentença, firmadoras do direito contra o mais rico ou o mais poderoso que pretendesse sofismá-lo. Infelizmente, para a magistratura brasileira, José Bernardino abandonou-a em 1821."

Com a criação do Império, conseguiu ser eleito deputado às primeira e segunda legislaturas ordinárias, como representante do Espírito-Santo. "Distinguiu-se na Câmara nas discussões de assuntos financeiros, primando pela forma eloqüente, concisa e substanciosa dos seus diversos discursos, a que o seu busto erecto e a altivez nativa da sua fisionomia davam o tom quente das orações demostênicas. Com os dotes intelectuais de que dispunha, pelo seu carater sobranceiro e independente, e os princípios de rigorosa justiça reconhecidos tanto por liberais como por conservadores, não podia deixar o ilustre campista de chamar sôbre si a atenção do partido político a que se filiasse, a que iria levar elementos valiosos de fôrça

moral e prestígio, tornando-se por sua parte figura proeminente nele." (1) Em 1828 (18 de junho), a convite do monarca, aceitou a pasta da Fazenda, na qual permaneceu até 25 de setembro daquele ano, data em que a abandonou. A propósito dessa sua atitude, narra Macedo (2) o seguinte episódio:

"O imperador D. Pedro I autorizara, por si, despesas para o engajamento, na Alemanha, de dois mestres operários para o arsenal de guerra da Côrte.

Fizera-se o contrato, chegaram os engajados e era indispensável honrar aquele, pagando-se as despesas de adiantamento, de transporte, e outras garantias pelo gasto feito.

O ministro da Guerra requisitou do da Fazenda, que era José Bernardino, ordem para que o Tesouro Nacional desse a quantia, e recebendo negativa formal, deu disso parte ao imperador.

D. Pedro I interpelou Bernardino, que respondeu simplesmente.

— Senhor, no orçamento que vigora, não tenho verba que autorize essa despesa; ela é portanto ilegal, e eu não a posso ordenar.

O imperador disse com viveza:

— Mandei engajar êsses homens: quero que sejam pagas todas as despesas.

— E se-lo-ão, senhor, pois, Vossa Majestade o quer.

Dias depois D. Pedro I interrogou sôbre o mesmo assunto ao ministro José Bernardino e êste respondeu-lhe:

— Em face da lei o Tesouro Nacional não podia pagar a êsses engajadores; mas para que fôsse cumprida a ordem de Vossa Majestade, paguei-os à custa do meu bolsinho particular."

No mesmo ano (1828), entregou-lhe o monarca o Ministério da Justiça, o qual dirigiu tambem por pouco tempo. Inflexivel no cumprimento do dever, foi de retidão marcante, nesse posto. Visitou prisões, ouviu detentos e, se lhes assistia razão, imediatamente os libertava. Não temia enfrentar a vontade superior. (3) Aludindo à sua pessoa, ao seu carater íntegro, exclamou, em 1829, o deputado

---

(1) — Teixeira de Melo — *Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo LI, 1888, p. 323.

(2) — Macedo, Joaquim Manuel de — *Ano biográfico*, Rio, 1876.

(3) — Ainda uma terceira vez, D. Pedro I convidou-o para seu ministro, mas Bernardino respondeu-lhe: — "Senhor, confiança de ministro é como honra de donzela: só se perde uma vez. Não posso tornar a ser ministro de Vossa Majestade."

Na Regência, instaram para que aceitasse posto ministerial, mas êle recusou, igualmente.

Lino Coutinho, na Câmara: "...é o único ministro constitucional que temos tido até hoje."

Preterido numa eleição para senador (1836), afastou-se definitivamente da política e retirou-se para uma fazenda de sua propriedade, em Itaboraí. Dedicando-se inteiramente à agricultura, introduziu melhoramentos nos trabalhos agrícolas, utilizou máquinas a vapor, no fabrico do açucar e ministrou novos métodos de cultura. Deu-se, tambem, ao estudo da homeopatia, da qual foi um entusiasta e propagandista. A Câmara Municipal de Itaboraí, numa homenagem, elegeu-o juiz de órfãos. Em 1847, havendo o imperador D. Pedro II passado de viagem por aquele município, hospedou-se em sua residência.

Era dignitário das ordens de Cristo e da Rosa.

BIBLIOGRAFIA

Esbôço sôbre os obstáculos que se tem oposto à prosperidade da vila de Campos.

Reflexões histórico-políticas. Rio, 1824.

Dissertação analítica sôbre a legislação e prática orfanológica. Rio, 1824.

Farmácia homeopática. Rio, 1856-57 (2 vols.).

JOSÉ ANTÔNIO LISBOA

2-10-1830 a 3-11-1830

Nasceu no Rio-de-Janeiro, em 23 de fevereiro de 1777 e faleceu em 29 de julho de 1850, na côrte. Filho do capitão José Antônio Lisbôa, comerciante abastado, na metrópole. Perdera êste seus haveres com o terremoto de 1775 e emigrara para o Brasil. Após ter feito o curso primário e estudado latim, filosofia e retórica, no Rio, mandaram José Antônio para Lisboa, onde cursou o Colégio dos Nobres e, posteriormente, doutorou-se em matemática e filosofia, em Coimbra. Em Paris e Londres esteve perto de três anos, aperfeiçoando-se. Estudioso e sem preocupações sectárias, adquiriu vasta biblioteca literária e científica. De volta à metrópole, pôs-se em contato com a intelectualidade e passou a discorrer e citar as novas obras, que adquirira. Os espiões do Santo Ofício, entretanto, não se conformaram com a liberdade que êle tomou de escolher e comprar autores dados como suspeitos pelo famoso tribunal e quiseram denunciá-lo. Rejeitando a ameaça, José Antônio veio para o Brasil, para Baía, onde passou a lecionar na aula de comércio sendo tambem eleito para a junta comercial (1809).

Em 1821, encarregado por D. João VI de examinar a escrita do Banco do Brasil, apresentou relatório minucioso, no qual indicou medidas possíveis de serem adotadas. Assim, ofereceu, entre outras considerações:

"À vista, pois, do Balanço se vê que o público é ao mesmo tempo credor do Banco, como portador das Notas, que existem em seu poder e justamente devedor do Banco como Nação: que para receber do Banco daquilo a que tem direito debaixo da primeira qualidade, é preciso pagar ao Banco o que deve debaixo da segunda; e que si a Nação é solvável (o que só insensatos podem negar) nesse caso tambem o Banco o é.

Porém independente dêste meio, que não pode falhar, o Banco possue em metais recolhidos nos seus cofres, em bilhetes d'Alfândega, e em letras sacadas ou aceitas por pessoas solváveis, em bens de raiz penhorados aos seus devedores, uma quantidade de fundos

para o pagamento daquelas notas; e que, ainda na hipótese de faltar aquele primeiro meio, êle empregaria o segundo, como de fato o está fazendo. E suposto se pode afirmar com segurança, que a totalidade das dívidas particulares não será realizada, todavia o que são para êste estabelecimento quatrocentos ou seiscentos contos de réis de prejuizo ,a cuja importância não creio que êle chegue, se forem cobradas com prudência?"

Ainda naquele ano, o monarca que o sabia conhecedor da estatística, da economia e da finança, designou-o para o fim especial de organizar uma estatística do país. (1)

Em 1830, substituiu o marquês de Barbacena na pasta da Fazenda, na qual somente se demorou por um mês. E' de se acreditar que, sensato, ponderado e dotado de profundo conhecimento dos recursos econômicos-financeiros do Brasil, desse um excelente ministro. Não querendo transigir em uma questão que julgou lesiva

---

(1 — Aviso n. 28 — Reino — Em 29 de maio de 1821.

Manda organizar a Estatistica da provincia do Rio de Janeiro.

Convindo muito para o bom acerto das providencias do Governo, que haja uma exata Estatística do país a que ellas devem ter applicação: E constando a S. A. o Principe Regente, que Vm. de boamente se se occupará da Estatistica desta Provincia do Rio-de-Janeiro. O Mesmo Augusto Senhor confiando muito no bom desempenho, que Vm. dará desta obra: Há por bem de lha encarregar, na certeza que será reputada um bom serviço.

Deus Guarde a Vm. — Paço em 29 de maio de 1821 — Conde dos Arcos — Sr. José Antônio Lisbôa.

Decisão n. 65 — Reino — Em 7 de julho de 1822.

Nomeia os colaboradores que devem auxiliar a José Antonio Lisboa na organização da Estatistica desta Provincia de que se acha encarregada.

Desejando S. A. Real o Principe Regente que se ultime com a possivel exactidão e brevidade a Estatistica desta Provincia, indispensavel para o acerto d emultas e importantes providências: E tomando em consideração o que a este respeito lhe representou José Antonio Lisboa, encarregado daquelle trabalho por Aviso de 29 de maio de 1821: Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, participar ao referido José Antonio Lisboa que Ha por bem autoriza-lo por esta, para haver das diferentes Repartições os documentos e instruções necessárias para o bom desempenho da sua Commissão; e que na data deste se expedirão Portarias aos tres collaboradores que apontou para o coadjuvarem no mencionado trabalho. Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1822. José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os tres auxiliares apontados foram: Aureliano de Sousa e Oliveira, frei Leandro do Sacramento e a 2.° tenente, da Armada, Antonio dos Santos Cruz.

aos interesses nacionais, resignou o cargo. (2) O monarca, entretanto, não desprezou sua colaboração, pois a julgava necessária. Ainda a seu convite, fez alentado estudo sôbre as finanças públicas, propondo medidas afim de melhorá-las. Data, daí, o seu trabalho sôbre um novo padrão monetário e a organização de um banco. Sempre ouvido em questões econômicas, figurou em várias comissões que tinham como objetivo assunto de sua especialização, inclusive duas, especiais, brasileiro-portuguesa e brasileiro-inglesa, sendo esta relativa a danos e perdas de navios ingleses capturados pela esquadra brasileira que bloqueou o Rio da Prata durante a luta contra a Confederação Argentina. Nesta última, a sua atuação foi brilhante e patriótica. Em nota (de 29 de agosto de 1830) a legação britânica representou contra o conselheiro Lisboa, pedindo a sua retirada da comissão, pelas seguintes razões:

"1.º — Que o comissário Lisboa, desde a instalação da Comissão Mista até hoje tem suscitado muitas e desusadas objeções, tendentes a frustar o objeto da mesma Comissão; 2.º — Que o referido comissário não tem prestado aos seus colegas uma franca cooperação para o adiantamento de um arranjo equitativo; 3.º — Que o mesmo comissário tem exigido provas desnecessárias e contrárias à pratica do govêrno imperial em semelhantes casos; 4.º — Que nenhum progresso tem havido no exame das causas, cujas provas já se acham há algumas semanas em poder dos comissários; 5.º — Que não há confiança no conselheiro Lisbôa, e dele não se espera resultado algum benéfico por causa da sua conduta caprichosa e vexatória."

Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro dos Estrangeiros, respondeu à altura, todos os ítens da representação pouco diplomática, citada. Em nota de 4 de setembro de 1830, assim concluia seu revide à representação britânica.

"O abaixo assinado não duvida que alguns dos interessados nas reclamações tenham perdido a confiança que lhes inspirava o Comissário Lisbôa; mas por ventura será justo, que todos os membros da Comissão Mista sejam igualmente condescendentes para com os interessados e que atendam mais às suas vistas particulares, do que à dignidade e ao interesse dos govêrnos que o nomearam! A ilustração, independência e reconhecida probidade do conselheiro Lisboa abonam a sua imparcialidade, e repelem a imputação de caprichosa e vexatória que se fez à sua conduta."

(2) — Refere Inocêncio (*Dic. Bib. Port.*) e outros autores, que êle foi demitiu do cargo por não concordar com um pagamento ao negociante inglês W. Yong.

Quando da organização do Código Comercial, incumbiram-no de relatar a parte referente à letra de câmbio, o que êle realizou com verdadeiro conhecimento da matéria.

Conselheiro de Estado; deputado à Junta de Comércio, Agricultura ,Fábricas e Navegação; comendador da ordem de Cristo. sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lisboa pertenceu tambem a outras sociedades científicas. Modesto, despretensioso e de acendrado patriotismo, salientou-se igualmente como orador brilhante, capaz de discutir uma tese com argumentação segura e lógica.

ANTÔNIO FRANCISCO DE PAULA HOLANDA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

(Visconde de Albuquerque)

3-11-1830 a 5-4-1831
3- 8-1832 a 13-9-1832
2- 5-1846 a 17-5-1847
30- 5-1862 a 8-4-1863

Nasceu em Pernambuco, em 21 de agosto de 1797 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 14 de abril de 1863. Filho do capitão-mor Francisco de Paula Holanda Cavalcanti e Maria Rita de Albuquerque Melo, abastados agricultores e fazendeiros, descendentes de tradicional família, das mais importantes do norte brasileiro, desde muito radicada naquela zona. Aos dez anos assentou praça, sendo sucessivamente promovido até o pôsto de tenente-coronel, no qual se reformou. (1) Como militar, esteve em Moçambique, no cargo de ajudante de ordens do governador; no Rio-de-Janeiro, em comissão; em Macau, lecionando na escola real de pilotos e ainda no cargo de sargento-mór do batalhão do príncipe. Dessa possessão, veio novamente para Pernambuco, pouco antes de a colônia separar-se da metrópole. Feita a independência, foi eleito deputado à Assembléia Geral (1826), tendo o seu mandato renovado até 1838, quando ingressou no Senado.

Membro destacado das duas câmaras. Repetidamente debatendo, não se destacou como tribuno fluente. Saiam-lhe as palavras com dificuldade. Compensava-lhe essa deficiência, ao tempo muito

(1) — Segundo-tenente (1813); major (1819); tenente-coronel (1827). "Em sua carreira militar, Holanda Cavalcanti não teve ocasião de ilustrar-se; ela compreendeu um período de esterilidade para êle, não só por se achar fora do país, durante a luta da independência, como depois disso, em diversas ocasiões que o traziam afastado do campo de lutas tanto no próprio país, como no estrangeiro. No entretanto, possuia êle estudos especiais da arma de artilharia, e outros da arte militar, assim como de humanidades."

levada em conta, a sua gabada honestidade, a atitude decidida, leal, e a franqueza, por vezes, rude. Foi quem primeiro requereu a acusação formal dos ministros e tambem se bateu vigorosamente pela liberdade de imprensa.

Em quatro ministérios exerceu a pasta da Fazenda e quando mais se demorou foi por um ano e dias. Das duas primeiras vezes (1831 e 1832) ocupou-a em situação crítica. O estado econômico-financeiro do país era desalentador. O comércio, a indústria e a agricultura estavam pràticamente arruinados. A agitação política ainda mais concorria para o descrédito da riqueza pública, bem como para a emigração do ouro, que fugia para o velho mundo, em busca de estabilidade. O câmbio, que anteriormente oscilava entre 50 e 52, baixou a 21 e as apólices da divida pública valiam somente trinta por cento. Em 1846 (2 de maio), voltou ao Ministério da Fazenda com o gabinete presidido por Marcelino de Brito. Inúmeras vezes, compareceu à tribuna e propôs medidas drásticas que, julgava, devia o govêrno tomar. De uma feita retrucando a um aparte relativo à situação financeira, bradou o visconde: "Dinheiro temos nós de sobra, o que nos falta é juizo". Em 1862 (gabinete Olinda — chamado dos *velhos*), Holanda Cavalcanti, pela quarta e última vez, foi titular das finanças (até 8 de abril de 1863). Estava com 65 anos.

Para outras pastas foi o visconde igualmente chamado e se fez notar, especialmente, pela operosidade desenvolvida. A da Marinha, dirigiu tambem por quatro vezes; em 1840, com o ministério da maioridade e de 2 de fevereiro de 1844 a 20 de maio, de 1847, sucessivamente, em três ministérios diferentes. Ministro da Guerra (26 de maio de 1845 a 2 de maio de 1846), tambem o foi do Império (3 de agosto a 13 de setembro de 1832). Percorrendo postos de relevante importância, neles sempre se distinguiu pela probidade, singular espírito de justiça e inflexibilidade de carater. A tudo isso ajuntava forma excêntrica na sua maneira de argumentar e agir. No Senado, as suas respostas, naturais e fortes, tornaram-se proverbiais. Certa ocasião, procuravam determinar qualidades distintas entre políticos adversários. Sem maior rodeios tomou o visconde a palavra e disse: "Não há no Brasil duas coisas que se pareçam mais uma com a outra do que um liberal com um conservador." Ainda em outro momento, em que se discutiam assuntos graves, exclamou resoluto: "Senhor presidente, o país vai mal, e o seu estado não melhorará enquanto não se enforcar algum ministro."

Conselheiro de Estado (1850); visconde com grandeza (1855); gentil-homem da câmara, possuia o gráu de cavaleiro das ordens de Cristo e ainda do Cruzeiro e, condecorações de nações estrangeiras.

BIBLIOGRAFIA

Relatórios — 1831 a 1863.

Princípios de desenho linear. Rio, 1829.

Regulamento para as capitanias de porto. Rio de Janeiro, 1846.

JOSÉ INÁCIO BORGES

7-4-1831 a 16-7-1831

Nasceu no Recife, Pernambuco. Seguindo a carreira militar (arma de artilharia), obteve promoção de ajudante (1801), capitão (1808), sargento-mór (1810), tenente-coronel (1816), a comissão de comandante de armas no Pará (1824), cargo do qual não chegou a se empossar, reformando-se no posto de marechal de campo (1831). Governador do Rio-Grande-do-Norte (1816-17), dessa função foi deposto pela Revolução Pernambucana de 1817 e enviado preso para o Recife. Vencida a revolta, retornou ao posto anterior. (1) A instâncias suas, desmembraram a capitania de Pernambuco da do Rio-Grande-do-Norte (1821), na qual Inácio Borges fez instalar Alfândega, Junta de Fazenda, Trem Militar, Correios e outros serviços. Em Pernambuco, ajudante de ordens do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, substituiu êste, naquele cargo, por algum tempo (1821). Após ter visitado vários países europeus, (1825), regressou ao Brasil e fixou residência na côrte. No ano seguinte (1826), conseguiu ser eleito senador por sua terra.

Com a organização do gabinete da Regência Provisória (7 de abril a 16 de julho de 1831), chamaram-no ao Ministério, como titular da Fazenda. No Senado, já se havia feito notar pela coragem e franqueza de suas opiniões, por vezes, de extrema causticidade. Sem compromissos partidários, batia-se por idéias e princípios que lhe parecessem verdadeiros e necessários; agia desprezando tôda e qualquer acomodação. Membro do Govêrno, não modificou sua atitude. Assim, dizia na Sessão Extraordinária dos Representantes da Nação:

---

(1) — Há controvérsia quanto à sua conduta política no tocante a êsse movimento. O que é positivo é que não tomou, pessoalmente, a iniciativa de qualquer vingança e muito concorreu para que fôssem minoradas as penas impostas aos implicados naquele movimento. Cfra: Muniz Tavares — *História da Rev. de Pernambuco;* Tavares de Lira — *História do Rio-Grande-do-Norte.*

Quando se aconselham medidas fortes e prontas, aponta-se logo quais sejam, e eu não ouvi senão proposições em abstrato. Semelhante método de execução muito difícil e quase se pode afirmar, que é inexequível. Já se foi o tempo, em que os homens só se ocupavam de teorias, hoje curando só da prática não se contentam com as expressões vagas de-pode-se fazer.

Entrando em discussão (maio de 1831), dois projetos: um, mandando extinguir a Junta de Comércio; outro, organizando o Tesouro Nacional, teve de enfrentar, debatendo a matéria, cerrada argumentação produzida por Barbacena, Inhampube e outros, que lhe eram superiores em preparo intelectual. Mas o militar e administrador, se não dava resposta em linguagem escorreita ou arrimada em citações, deixava-os esbarrados na sua sinceridade. Ainda naquele ano, a respeito da reforma do Tesouro, teve ocasião de dizer:

"Apontam-se defeitos na atual organização do Tesouro, mas eu não vejo mais do que a falta do exato cumprimento desta instituição; nascem os defeitos dos empregados e das atribuições que a Lei marca aos emprêgos; à impunidade com que se tem deixado radicar os abusos nesta administração, é que eu atribuo os maus resultados que estamos vendo; e neste caso reformando a instituição e conservando os homens impunes, ficaremos pior; porque além da imoralidade, viria maior complicação no manêjo dos negócios, para dificultar o trabalho aos de boa fé e ajudar a trapaça dos imorais. Em poucos dias, talvez, eu apresente quais são e donde nascem os defeitos do Tesouro; eu não vinha preparado para esta discussão, por isso, os não apresento aquí, mas posso avançar em geral, que a mór parte provem da má escolha dos homens para os emprêgos; êste defeito não é invencível; dentro do mesmo Tesouro atualmente há muitos homens capazes, mas que se de sua parte fazem o seu dever passam os negócios para mãos que o entortam de todo."

Comparecendo, sempre que podia, ao Senado, para discussões, nelas tomava parte saliente. E se mais não debatia, é porque — informava — "ocupo no Tesouro 6 horas de trabalho, e não dou conta do expediente; o trabalho é imenso e as dificuldades são muitas". Mas o certo é que, quando comparecia, não se furtava aos debates e várias ocasiões ocupou a tribuna 4, 6 e 8 vezes, dando conta de suas atribuições e discutindo matéria de interêsse de sua pasta. Respondendo a Barbacena, e justificando emenda que apresentara, explicava:

"Apesar de ter entrado no sexto ano de ofício parlamentar, todos os dias aprendo: tenho visto sustentar nesta Casa que uma Lei

depois de passar em 1.ª e 2.ª discussão, ainda mesmo quando esteja redigida, se pode reparar, porque não deve sair do Corpo Legislativo um defeito que se conheça: isto é o que tenho ouvido aqui, e que se tem feito e algumas vezes, em medidas legislativas de pequena monta! Que deverá ser tratando-se de uma Lei tão importante como a da organização por inteiro das Finanças do Império, que é a principal de um govêrno qualquer! Com isto não quero dizer que seja boa a idéia que apresentei, digo isto para contrariar a opinião de que não pode ser admitida no estado atual em que a Lei está; pois se um Membro desta Casa apresentar uma idéia, que agrade a toda a Casa, há de se deixar passar aquela, que existia, se outra fôr melhor? Não é possível! Eu não tenho a esperança que minha idéia passe, mas ao menos leia-se a emenda; pois não é possível deitar-se uma Lei abaixo em uma discussão, embora venha já aprovada de uma Câmara? E' de certo, e parece-me que nesta parte tenho destruido os argumentos que apresenta o ilustre Senador."

Durante a sua gestão, o estado financeiro do Império era crítico. Parcimonioso e por esta razão exigindo para as despesas justificativa cabal, administrativa segundo o lema de que "tôda instituição que não tem em vista a economia é um mal." Tanto quanto pôde, tentou evitar o *deficit*. Não o conseguindo, propôs e foi reusada pelo ministério a idéia de se suspender, por cinco anos, o pagamento da dívida externa (expediente a que se recorreu, posteriormente, de forma assemelhada). Na Regência Feijó, exerceu a pasta do Império (15 de fevereiro a 7 de junho de 1835) e, interinamente, a dos Estrangeiros (5 de fevereiro a 3 de junho de 1835). Pertenceu ao conselho do imperador e possuia o gráu de cavaleiro da ordem de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

Memória resumida dos acontecimentos políticos que sofreu a capitania do Rio-Grande-do Norte no presente ano de 1817.

Memória das providências que se podem dar na capitania de Pernambuco para sua melhor defesa.

Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à assembléia geral legislativa na sessão ordinária de 1836, pelo respectivo ministro, etc. Rio de Janeiro. 1836.

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS

16-7-1831 a 10-5-1832

Nasceu em Vila-Rica, hoje Ouro-Preto, Minas-Gerais, em 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro em 1 de maio de 1850. Filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1) e Maria do Carmo Barradas. Aos 12 anos foi mandado para a metrópole afim de estudar, mas como fôsse o navio em que viajava aprisionado e conduzido para a Inglaterra (2), de lá o recambiaram para o Brasil. Assim, fez aquí mesmo os estudos preparatórios e somente seguiu de novo para Portugal em 1813, para cursar Direito na Universidade de Coimbra, na qual se doutorou em 1819. Recém-formado, demorou-se algum tempo em Lisboa, exercitando-se na carreira, no escritório de dois tios que tambem advogavam. (3) Desejoso de voltar à pátria, dirigiu-se ao monarca e solicitou sua nomeação como juiz de crime, na Baía ou juiz de fora de Mariana, de São-João-del-Rei ou de Taubaté. Tendo falecido seu pai, que era juiz do crime, no Rio, empenhou-se em que o designassem para Vila-Rica, pois ficaria junto de sua família. Entretanto, nomearam-no juiz de fora da vila de Santo-Antônio-de-Guaratinguetá, em São-Paulo. Nesse posto, não se destinguiu pela assiduidade. Licenciado constantemente para tratamento de saude, viu-se obrigado, por fim, a abandoná-lo. A verdade é que já a política e a imprensa principiavam a interessá-lo. Em 1825, foi eleito membro do conselho do govêrno de Minas-Gerais; pouco depois, deputado provincial e, finalmente, deputado à Assembléia Geral. Em 1830, conseguiu promoção ao cargo de desembargador da Relação, no Maranhão, mas não se empossou. No ano seguinte (17 de julho de 1831), a convite de Feijó, então ministro da Justiça e necessitado

---

(1) — Formado em direito, o Dr. Diogo exerceu cargos de destaque na capitania de Minas-Gerais, tendo falecido no Rio, como magistrado. Era genro do jurisconsulto português Dr. João de Sousa Barradas.

(2) — A Inglaterra, que estava em luta com a França, estabelecera o policiamento dos mares.

(3) — Bernardo de Sousa Barradas e José Fonseca.

de um pulso forte para ajudá-lo em sua tarefa administrativa, Bernardo Pereira de Vasconcelos aceitou a pasta da Fazenda, na qual permaneceu até 10 de maio de 1832. Não lhe foi fácil o desempenho dessa tarefa. Acostumara-se a chamar às contas os homens do govêrno. Exigir-lhes a presença no plenário para explicações fôra iniciativa sua. Com efeito, em agosto de 1825, na Câmara assim se pronunciava:

Sr. presidente, vou ocupar a atenção desta Augusta Câmara com matéria de grande transcedência, e pôsto que eu me reconheça com falta de fôrças para me convencer de sua importância, não desanimo, porque sobejas luzes e eloqüência há nes'e Recinto para apoiarem medidas úteis, e necessárias. Que os Ministros de Estado venham assistir às discussões da Lei de orçamento, e dar contas de suas respectivas repartições, eis o objeto da indicação, que vou oferecer e que é concebida nos seguintes termos:

Que sejam convidados o Ministro da Fazenda para asssitir à discussão do orçamento, e os das outras repartições quando se tratar do de cada uma, e das suas contas.

E' axioma em Legislação, que as Leis devem ser acomodadas às circunstâncias das Nações, para que são feitas; a falta desta conformidade torna inúteis, e mesmo prejudiciais as medidas mais aprovadas em teoria. E como haverá esta conformidade, se não conhecermos essas circunstâncias, se não tivermos experiência, hábito dos negócios, se ignorarmos, os obstáculos, que na execução podem ocorrer? e onde acharemos nós estes indispensáveis conhecimentos senão nos Agentes do Poder Executivo? porque pois os não convidaremos a assistir às nossas discussões? O expediente de pedir esclarecimentos por escrito é muito moroso como a experiência nos tem ensinado, e sujeito a grandes inconvenientes: que tergiversações, respostas ambíguas e obscuras? Estes inconvenientes são tresdobrados em discussões de contas e da Lei do orçamento; a cada passo encontraremos dificuldades, que nos obrigarão a resolver sem as suficientes informações, ou a suspendermos as discussões até que venham informações, esclarecimentos muitas vezes de outros esclarecimentos anteriormente dados: e qualquer destes expedientes não nos convem.

Todos estes inconvenientes aplana a medida, que venho de propor, e se de mais argumentos depende a sua aprovação, lembrarei, que ela tem por si a diuturna experiência do Parlamento Inglês que dela tem colhido os mais vantajosos resultados.

Tocaria a sua vez de, como parcela da Regência trina-permanente, prestar os esclarecimentos que lhe solicitassem. Ministro d

Fazenda, chamado como foi para justificação, prestou-as exaustivamente. Discutindo no parlamento o orçamento para o ano financeiro de 1832-33, o fez objetivamente, fundamentando, uma a uma, tôdas as verbas enumeradas. Aliás, as condições econômicas do país não eram das mais lisonjeiras. Contudo, tendo-se em vista o curto espaço de tempo em que se demorou na pasta da Fazenda e a situação desfavorável da época, pois a abdicação dera margens a desordens, sempre foi um realizador. Deu execução à lei de 4 de outubro de 1831, que reorganizou o Tesouro e as Tesourarias nas Províncias; reformou a Alfândega; o serviço de tomada de contas; o Cofre de Depósitos; criou a Bolsa do Rio-de-Janeiro; introduziu melhoramentos na Caixa de Amortização, liquidou as contas da Caixa de Londres e deu início à emancipação financeira das Províncias, discriminando as receitas e despesas das mesmas.

Em março de 1832, agravou-se o movimento restaurador que tinha como objeto fazer voltar D. Pedro I. Não desanimavam os saudosistas, apesar de saberem que, com isso, em nada lucraria a nação. Vasconcelos estava em Minas quando, alí, rebentou a sedição. Como se encontrasse ausente da capital o presidente da Província (Manuel Inácio de Melo e Sousa) êle, vice-presidente por ter sido o membro mais votado do conselho da mesma, assumiu a presidência. Como tal foi preso pelos amotinados. Enviado escoltado para Queluz, foi então solto pelo povo e, juntamente com elementos de São-João-del-Rei, iniciou preparativos para a reação, que se não fez esperar.

Em meiados de agosto de 1833, retornou à Câmara onde, até o final da sessão dêsse ano, só se ocupou de questões financeiras e monetárias, desinteressando-se dos outros assuntos. De forma minuciosa, estudou com real conhecimento da matéria, os danos da flutuação do valor da moeda, os inconvenientes da valorização apressada e a necessidade de se proceder à estabilização. Isso, entretanto não era possível realizar-se sem que, primeiramente, serenassem os ânimos. Ao contrário, a efervecência política aumentava gradativamente e a Regência não parecia capaz de contê-la. A maioria liberal, prevalecendo numa câmara investida de poderes constituintes, clamava pela reforma da lei básica. Desde 1851 êsse desejo era manifesto entre os parlamentares, que até já haviam tomado resoluções especiais sôbre o assunto, (lei de 12 de outubro de 1832). Dessa maneira, organizou-se um primeiro projeto de reforma constitucional, o qual foi modificado por um substitutivo (de autoria de Miranda Ribeiro). O Senado, após estudá-lo rejeitou-lhe as normas descentralizadoras. Finalmente, depois de reuniões em conjunto das duas casas, chegaram a um acôrdo. Dentro do que se estabeleceu, foram dadas providências iniciais, incumbindo-se a Vasconcelos,

Limpo de Abreu e Paula Araujo para organizarem um projeto novo. No cumprimento desta missão, trabalhou Vasconcelos de maneira estafante.. Lido em sessão, o projeto foi aceito, num primeiro exame; mas, até à sua promulgação muitas foram as críticas ao seu trabalho. Por fim, antes de ser aprovado, em agosto de 1834, o Ato Adicional, Vasconcelos que quase o elaborara sozinho e por três meses o defendera em debates acalorados, desgostou-se e, quando fez entrega do mesmo, crivado de emendas, bradou aos colegas: "Entrego-lhes o código da anarquia." Posteriormente, modificou êsse conceito maldoso que fizera de uma reforma para qual muito contribuira.

Novamente na oposição e dessa vez contra Feijó, seu antigo companheiro de gabinete, travaria uma de suas maiores lutas e não a perderia. Com efeito, aberta a sessão de 1836, principiou o seu combate quando se discutiu a resposta à fala do trono. De feitio autoritário, o então Regente não se dava bem com as praxes constitucionais e as violava, embora as suas boas intenções. Com isso não se conformavam seus inimigos no parlamento que, aumentados desmedidamente, obrigaram-no a tomar o único caminho que lhe restava: o da renúncia. Araujo Lima, que o sucedeu, sempre hábil e maneiroso, chamou para o seu gabinete Vasconcelos, já então conservador. Com efeito, explicara:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis quero hoje servi-l ,quero salvá-la, e porisso sou regressista. Não sou transfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, da sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete.

O ministério foi todo escolhido entre os membros da oposição, no momento, maioria. Dessa maneira, Vasconcelos que era o chefe da mesma (havia sido cognominado seu generalíssimo), recebeu a pasta da Justiça e, interinamente, a do Império (4) Nestes cargos desdobrou-se a sua admiravel capacidade de trabalho. Alem de outras providências administrativas, contam-se: a expedição de novo regulamento para os corpos da Guarda Nacional; incremento das vias de comunicações; fundação do colégio Pedro II, que lhe mereceu especial cuidado; remodelação do regime de numeração, impressão e distribuição dos atos oficiais, que ainda obedeciam aos velhos moldes

(4) — Foi uma interinidade que se prolongou por 2 anos.

coloniais; criação do Arquivo Público; reforma do Jardim Botânico e recenseamento do Rio de Janeiro.

Avolumava-se então a onda de descontentes contra a Regência de Araujo Lima e principalmente em relação ao seu ministro da Justiça, e se implantara a idéia da maioridade. Vasconcelos, que jamais temera interrogações, compareceu inúmeras vezes à Câmara e depois ao Senado(para o qual foi eleito em 1838, com 43 anos de idade) e explicou as razões das medidas tomadas pelo Govêrno. Temido e disposto aos embates tribunícios, era elemento que os inimigos constantemente procuravam alijar. Afinal, se demitiu. Não porque temesse a oposição, mas por estar em desacordo com seus próprios colegas de Ministério. Mas, uma terceira vez, voltaria a ser ministro. Discutia-se a maioridade. O regente opinava fôsse a mesma dada em 2 de dezembro quando D. Pedro completaria 15 anos. Na Câmara, os partidários da causa queriam-na em prática imediatamente. Com a finalidade de vencer obstáculos, o regente convidou Vasconcelos para ministro do Império e o incumbiu da tarefa de fechar a Câmara, o que permitia a lei constitucional. Violenta foi a reação e deu em resultado uma deputação enviada à sua majestade que, após consultado, opinou com o célebre *Quero já*. Em face disso, Vasconcelos convocou novamente a Assembléia Geral e se demitiu. Fôra ministro por 9 horas.

Êste fato, não o desprestigiou. No Senado, apesar de, por vezes, atacado, a sua palavra foi sempre autorizada e respeitada. Eleito para as comissões de Fazenda, Constituição e Diplomacia, estudava e examinava a matéria com perfeito conhecimento de causa. As questões financeiras, principalmente, depois de ter êle sido ministro, interessaram-lhe sobremodo. Tratou, por miudo, sôbre discriminação de rendas e chegou mesmo a apresentar projeto relativo ao meio circulante. Deu provas de bem conhecer questões cambiais, aduaneiras e outras relativas a impostos em geral. Na oposição, em 1836, examinou, rubrica a rubrica, todo o orçamento dêsse ano. Em 1843, por ocasião do casamento da princesa D. Francisca, o imperador o escolheu plenipotenciário, por sua parte, afim de tratar de assinar os papéis relativos ao ato. Foi homem de fôrça de vontade e tenacidade raras. Doente, sempre torturado por mal irremediável, nunca se abateu. Mesmo já paralítico, não diminuiu sua atividade. Falando sentado, pois não movimentava as pernas, assim mesmo dominava todo o plenário que se extasiava ante a consistência, fôrça e beleza de sua dialética poderosa. Discutia problemas, por mais difíceis que se apresentassem.

Conselheiro de Estado, possuia grã-cruzes da ordem do Cruzeiro e da Legião de Honra, de França. Por ordem do regente e em

nome de sua majestade, foi quem aprovou os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Carta aos senhores eleitores da província de Minas-Gerais, resumindo a história de seus trabalhos legislativos em 1828. São-João-del-Rei, 1828 (208 ps.).

Reproduzida na *Rev. do Arq. Pub. Min.*, 1904, ao IX, fasc. I e II. ps. 175/306.

Parecer sobre o sistema tributário. (Dado em 12 de abril de 1829). Cfa. *Rev. Arq. Pub. Min.*, ano VIII, fasc. I e II, 1903, ps. 641/646.

Comentário à lei dos juizes de paz, Ouro-Preto, 1829. (160 ps.).

Código Criminal do Brasil. Nesse estatuto é grande e substanciosa a sua contribuição.

Foi ainda colaborador dos jornais: *O Sete de Abril*, (Rio, 1833-37) e *A Sentinela da Monarquia* (Rio — 1840-47).

JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES

(Visconde de Itaboraí)

10- 5-1832 a 3- 8-1832
6-10-1848 a 6-12-1850
13- 1-1851 a 12- 2-1853
6- 3-1853 a 6- 9-1853
16- 7-1868 a 29- 9-1870

Nasceu em 13 de dezembro de 1802, na freguesia de N. S. da Conceição do Rio-de-Janeiro, e faleceu em 8 de janeiro de 1872, no Rio-de-Janeiro. Filho de Manuel Rodrigues Tôrres e Emerenciana Matildes Tôrres. Fez o curso primário na vila natal. Estudou preparatórios no seminário de S. José (Rio) e seguiu para Coimbra (1821), em cuja Universidade se doutorou em ciências naturais e matemáticas (1825). Inteligente, aplicado e quase vivendo para o estudo, foi tido como um dos melhores alunos de sua turma. De volta ao Brasil, nomearam-no lente substituto da Academia Militar, com as honras de capitão (1826). Tinha, por essa época, 24 anos. Mas, curta foi a sua permanência no magistério, visto que, para fazer curso de aprefeiçoamento, retornou à Europa (França), onde freqüentou aulas especializadas. Novamente na côrte (1829), ingressou na política partidária e dimiitu-se, afinal, da cátedra (1833). Ligado à corrente liberal moderada, impôs-se entre os correligionários pela sua cultura e erudição. Jornalista militante, fundou *O Independente* (de pouca duração) e nele redigiu longa série de artigos doutrinários, sôbre matéria constitucional, o que deu ao jornal prestígio e conceito. Com o primeiro gabinete da Regência trina-permanente (16 de julho de 1831) ingressou no Ministério, ocupando a pasta da Marinha (1), acumulando-a, de 10 de maio até 3 de agosto

(1) — De acôrdo com a época, as pastas militares não tinham grande importância. Pela da Marinha se iniciavam os principiantes da política. Fôra, então, o mais jovem ministro dessa pasta.

de 1932, com a da Fazenda e, neste mesmo ano, retornou à pasta da Marinha na qual se manteve até junho de 1834.

Na Câmara dos deputados começou estudando a reforma da Constituição e analisando a situação administrativa do país. Após o *Ato Adicional,* presidiu a província do Rio-de-Janeiro. (2) Em 1837, abandonou o partido liberal, filiou-se aos conservadores e passou à oposição contra Feijó. Ainda naquele ano, chamaram-no ao Ministério da Marinha, pela terceira vez, no qual permaneceu por quase dois anos. No ano seguinte, voltou ainda à direção dos Negócios da Marinha (4.ª vez), com o primeiro gabinete organizado pelo regente Araujo Lima, tendo tambem ocupado, interinamente, a pasta da Guerra. À gestão do Ministerio da Marinha, voltou no terceiro gabinete organizado pelo regente Olinda (1 de setembro de 1839 a 18 de maio de 1840) e, pela 6.ª vez, no quarto gabinete da mencionada Regência (23 de maio a 24 de julho de 1840). Decretada a maioridade, passou-se para a oposição. Apesar disto e da má vontade governamental, foi eleito deputado pelo Rio-de-Janeiro. A Câmara não chegou a instalar-se, pois foi dissolvida (1842). Mas conseguiu êle deputação na legislatura seguinte e, afinal, foi escolhido senador (1844), pelo Rio-de-Janeiro, em lista tríplice.

Com a ascenção do partido conservador (1848), chamaram-no à pasta da Fazenda (2.ª vez) e nela permaneceu por quatro anos e meses. (3) Neste período, providenciou sôbre o peso, toque e valores das moedas de ouro e prata; substituiu o papel moeda que servia de meio circulante por notas de giro limitado; reformou o imposto de sêlo e o processo de sua arrecadação; regulamentou os manifestos de embarcações de cabotagem; reformou o Tesouro e as tesourarias de Fazenda e autorizou a reorganização do Banco do Brasil. Esta sua gestão, realizada com pulso firme e orientada em sentido reconstrutivo, foi das mais benéficas ao país e valeu-lhe como uma consagração nos meios financeiros internos e externos. Ramiz Galvão, (4) exaltando-lhe os méritos, conta-nos:

"Nos países estrangeiros, e mormente na Inglaterra, seu nome era repetido com entusiásmo pelos homens mais competentes desde o famoso ministério de 48; e quando em épocas posteriores chegava

---

(2) — Coube-lhe, como o primeiro presidente dessa Província, organizar toda a sua administração.

(3) — Apesar disso, sua majestade, na fala do trono (1868), dizia: "Com o produto dos novos impostos a receita do Império excedera a despesa ordinária, apresentando saldos o orçamento."

(4) — *Discurso.* Rev. Inst. Hist. Bras. tomo XXXV, parte seg. 18 p. 644.

àquele país a notícia das alterações ministeriais porque passávamos, o que pensais, senhores, que preocupava o espírito dos grandes capitalistas de Londres, o que perguntavam sôfregos e ansiosos à legação brasileira? Só perguntavam "se o Tôrres havia subido." Êste nome era o farol de suas esperanças, porque êste nome era a garantia do acerto na direção dos negócios da Fazenda." (4)

Em 1852, assumiu a presidência do Conselho (11 de maio a 6 de setembro do ano seguinte), sendo tambem, naquele ano, nomeado conselheiro de Estado, e pouco depois, agraciado com o título de visconde de Itaboraí, com grandeza. Presidente do Banco do Brasil (1855-57); inspetor geral da instrução primária e secundária da côrte (1859-60); igualmente, presidiu à reforma a que se procedeu no Colégio Pedro II e, por mais de vinte anos, foi um dos chefes do partido conservador.

De regresso da viagem que fizera à Europa (1867), presidiu o gabinete e dirigiu o Ministério da Fazenda, pela terceira vez, tendo nele permanecido de 16 de julho de 1868 a 29 de setembro de 1870. Apresentando a sua plataforma, dizia o visconde:

A moderação, os princípios de rigorosa Justiça, o respeito aos direitos, de todos os cidadãos, a escrupulosa economia dos dinheiros públicos, serão o princípio fundamental da nossa política.

....

Mas, adiantada como vai a sessão, temos necessidade, mais que urgente, de tratar de leis de fazenda, e especialmente da decretação de recursos que são exigidos imperiosamente para acudir às obrigações que o Tesouro tem contraído e para terminar com honra e dignidade a guerra em que nos achamos empenhados; sendo, digo, esta no momento atual a mais urgente e de tôdas as necessidades, entendo que não resta tempo êste ano para tratar de outro objeto."

A luta contra o Paraguai se prolongava e o estado das finanças não era linsonjeiro. (5) Urgia encontrar meios para a satisfação das necessidades bélicas. Nesse período, o visconde de Itaboraí executou empréstimo interno de trinta mil contos (1868); emitiu quarenta mil contos de papel-moeda (para o exercício de 1868-69); deu regulamento para a arrecadação do imposto substitutivo da dízima das chancelarias; pôs em prática nova tarifa para as alfândegas; regulamentou o imposto sôbre indústrias e profissões; mandou executar novo regulamento para arrecadação do imposto do sêlo; autorizou a cunhagem de moedas de troca (liga de niquel e cobre); pôs em

circulação mais de cem mil quilos de moeda de niquel e determinam novas modificações nos estatutos do Banco do Brasil.

Em economia e finanças não se perdia Rodrigues Tôrres em teorias. Acostumado a administrar, enfrentou a execução dos problemas que se lhe apresentaram em várias ocasiões, prevendo todas as possibilidades que os mesmos pudessem oferecer.

Na fase imperial, foi o ministro que por maior espaço de tempo se demorou na direção dos negócios fazendários. Por defeito orgânico, não produziu orações arrebatadoras. Simples, claro, lógico e severo, penetrava o assunto, discutia-lhe as várias facetas, mas sem os arroubos nem floreios, tão peculiares à época.

"A autoridade e o prestígio de que gozou o Sr. visconde de Itaboraí como estadista de primeira ordem, principalmente na direção das finanças do Estado, e como chefe do partido conservador, dão-lhe lugar eminente entre os maiores vultos da política contemporânea.

Apesar de chefe de um partido da política militante, o visconde de Itaboraí mereceu por vezes a confiança de todo o país, ainda dos próprios adversários. Em 1867 e 1868 vimo-lo indigitado por ambos os partidos como o único estadista capaz de restabelecer as finanças e prosseguir no empenho de concluir a guerra contra o ditador do Paraguai. Essa geral confiança só o tem os homens superiores. O visconde de Itaboraí era dêsses que se impõem ao respeito dos próprios adversários."

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era dignitário da ordem do Cruzeiro (oficial) e grã-cruz da ordem espanhola de Carlos III.

BIBLIOGRAFIA

O Independente. Rio de Janeiro, 1931-33 (E' uma publicação periódica. Houve depois, na côrte, dois jornais com êsse título).

Ensáio sôbre Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 1862 (2 volumes).

NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO

13-9-1832 a 14-12-1832

Nasceu em Val-da-Porca, antigamente comarca de Chacin, hoje Macedo-de-Cavaleiros, província de Trás-os-montes, comarca de Bragança, Portugal, em 20 de dezembro de 1778 e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1859. Filho do Dr. Luiz Bernardo Vergueiro e Clara Maria de Campos. Fez os estudos primários na vila de seu nascimento, o curso de humanidades no Real Colégio das Artes, e na Universidade de Coimbra doutorou-se em leis (1801). Transferindo-se para o Brasil (1803), fixou-se em São Paulo, onde contraiu matrimônio (1804) e passou à advocacia militante, na qual se manteve até 1815. Exerceu igualmente os cargos de promotor de Resíduos (1806), juiz ordinário (1811) e o de vereador da Câmara de São Paulo (1813). Tendo adquirido, em Piracicaba, juntamente com o brigadeiro Luiz Antônio de Sousa uma vasta fazenda (Ibicoba), dedicou-se tambem a agricultura e a indústria sem com isso abandonar a política e a administração pública. Representante da província de São Paulo nas Côrtes Portuguesas (1821) alí se salientou pela dedicação com que defendeu os interesses da colônia. (1)

Tendo-se dado a independência e a conseqüente convocação da Constituinte Brasileira, Campos Vergueiro, que já se tornara um dos principais advogados de São Paulo e de muito grangeara a estima dos paulistas, foi eleito representante daquele povo e com a dissolução dessa câmara foi preso juntamente com os irmãos Andradas. Daí por diante, a sua carreira foi ininterrputa. Membro do Conselho do Govêrno de São-Paulo (1826-1829; 1830-1833); depu-

(1) — Efetivamente, nomeado para a comissão política dos negócios do Brasil, foi denodado reivindicador da causa colonial, oferecendo sôbre assunto voto em separado o qual foi violentamente regeitado por ter sido considerado enérgica medida com o fim de se desligar a posessão americana da metrópole.

Ainda, na assembléia portuguesa, negou-se a subscrever a constituição votada por nela se conter disposições desfavoráveis ao Brasil.

tado geral (1826-1828); senador, por Minas Gerais (1828-1859); componente da Regência Trina Provisória (1831); ministro do Império (1832); deputado a Assembléia Provincial paulistana (1835 a 1847) e tambem presidente da mesma Província (1835-37). Foi ainda ministro daJustiça.

Quando as injunções políticas levaram o primeiro imperador à extrema atitude da abdicação, já a sua personalidade se havia imposto nos meios governamentais e, no Senado, a sua posição e conceito se consolidara.

"O nome de Vergueiro era então como um emblema do partido liberal; sua influência moral valia um exército; porque o povo depunha nele a mais decidida confiança. Na noite de 6 de abril e em face da revolução ou do pronunciamento exigente da demissão do ministério organizado na véspera, dizem e sustentam muitos que D. Pedro I mandara procurar Vergueiro para encarregá-lo da organização do gabinete, que sem dúvida contentaria o povo em revoltosa desconfiança. Vergueiro, de fato, o procuraram, mas não o encontraram." (2)

Em 1832, encarregado de organizar o gabinete ministerial, acumulou, juntamente com a pasta do Império a da Fazenda, na qual permaneceu de 13 de setembro a 14 de dezembro daquele ano.

Acusado como um dos chefes da revolução liberal (1842), foi pelo Senado julgada improcedente a acusação.

Ao surgir o primeiro projeto de criação de cursos jurídicos no Brasil, Campos Vergueiro foi logo um dos que incondicionalmente apoiaram a útil e desejada medida. A êle ainda se deve um projeto mandando que, no curso fôsse instituido a cadeira de direito civil administrativo. Por decreto de 28 de janeiro de 1837, foi nomeado diretor do curso jurídico de São Paulo, o qual exerceu durante mais de cinco anos.

Do conselho do imperador; gentil-homem da imperial câmara, possuia a grã-cruz do Cruzeiro, era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras instituições científicas e jurídicas.

BIBLIOGRAFIA

Memória histórica sôbre a fundação da fábrica de ferro de São-João-de-Ipanema, na província de São-Paulo, Lisboa, 1832

Resposta dada ao Senado pelo senador... sôbre a pronúncia de cabeça de rebelião, contra êle proferida pelo chefe de polícia da província de São-Paulo, J. A. G. de Menezes, no processo de revolta de 17 de maio de 1842. Rio, 1843.

(1) — Macedo — Ano biográfico, vol. 3, 1876, p. 69.

CÂNDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANA

(Marquês de Sapucaí)

14-12-1832 a 2-6-1834

Nasceu em Congonhas-de-Sabará, Minas-Gerais, em 15 de setembro de 1793 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 23 de janeiro de 1875. Filho do capitão-mór Manuel de Araujo Cunha e Mariana Clara da Cunha. (1) Na vila natal fez o curso primário, estudou humanidades com o auxílio do Dr. José Teixeira Fonseca de Vasconcelos (depois visconde de Caeté), que servia como juiz de fora, e de seu tio, padre Joaquim Machado Ribeiro (poeta, orador sacro, exímio latinista) e também exerceu o cargo de segundo ajudante das ordenanças daquele termo. (2) Como mostrasse desejo de prosseguir nos estudos, já bem iniciados, mandaram-no para Coimbra (1816), onde colou gráu em Direito (1821). Frequentou igualmente aulas do curso médico e, amante que era das letras, fez aprofundados estudos de literatura, convivendo em íntima camaradagem com os principais intelectuais da época, inclusive com Almeida Garret, que muito admirava o seu talento. (3)

De retôrno ao Brasil, fizeram-no promotor de Capelas e Resíduos do termo de Sabará (1821), cargo do qual não chegou a se empossar, pois foi promovido e entrou em exercício, no mesmo ano, no de juiz de fora de Mariana, passando, a seguir, na mesma cidade, ao de provedor da Fazenda, Ausentes, Capelas e Resíduos. Reconduzido ao cargo (1825), antes do término do triênio passou a desembargador da Relação de Pernambuco (1827).

---

(1) — Até os 13 anos chamou-se Cândido Cardoso Canuto da Cunha quando então passou a assinar-se Cândido José de Araujo Viana.

(2) — D. João VI confirmou-o neste posto assinado a respectiva patente.

(3) — Em verdade, nada mais faziam do que reconhecer-lhe a cultura já bem aprimorada. A carta, em verso, que endereçou a José Cesário de Miranda Ribeiro (depois visconde de Uberaba) e que vem publicada na *Rev. do Arq. Pub. Min.* (ano XIV, 1909, ps. 449-455), é bem um atestado admirável dos bons conhecimentos que já possuia o então acadêmico.

Na Constituinte, elegeram-no deputado por Minas-Gerais (4) e lhe renovaram o mandato nas quatro legislaturas subseqüentes. Nomeado presidente da província de Alagoas (1826), somente tomou posse em 1828, por estar em exercício na Câmara e serem os seus serviços necessários àquela assembléia. Embora curta, a sua administração na citada província foi eficiente e construtiva. No ano seguinte (1829), foi escolhido presidente do Maranhão. Aí tambem não desmereceu o tino administrativo de que era dotado. Entretanto, como elementos exaltados perturbassem o ambiente, não lhe foi possível desenvolver com amplitude os vastos recursos maranhenses. Transferido para a Relação da Baía (1832) e, posteriormente, para a do Rio-de-Janeiro, serviu tambem como fiscal da Junta de Comércio, dessa cidade. Naquele ano, com o gabinete presidido por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, substituiu, na pasta da Fazenda, a Campos Vergueiro e nela permaneceu de 14 de dezembro a 2 de junho de 1834. (5) Coube-lhe providenciar sôbre a substituição da moeda de cobre em circulação, estabelecer novo padrão monetário e fixar o tempo de juros da dívida pública.

Em 1839, tomou assento no Senado, escolheram-no para examinador oficial do colégio D. Pedro II, dos candidatos à diplomacia e também para professor de literatura e ciências políticas do imperador e das princesas imperiais. (6) Ainda, naquele ano, ocupou, interinamente, a procuradoria fiscal do Tesouro. Afinal, tendo-se em vista o seu real merecimento como jurista e homem público, foi elevado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1850).

Cultivando a literatura com especial carinho, dominava várias línguas, inclusive o grego. Mas, sempre muito modesto, pouco produziu, em relação à sólida cultura que possuia. De sua lavra, o que se tornou mais accessivel ao conhecimento dos estudiosos foram os discursos feitos como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os quais constam de *Revista* da mencionada instituição.

---

(4) — Coube-lhe dirigir o *Diário da Assembléia.*

(5) — "Foi exonerado do cargo por decreto de 2 de junho de 1834 em resultado da desinteligência com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspetor de fazenda daquela província. A Regência que nessa quadra se compunha dos Exmos Francisco de Lima e Silva e João Braulio Muniz, por estar ausente o Exmo. Sr. Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, optou pela demissão do ministro, conservando o presidente." Sisson, — *Galeria de Brasileiros Ilustres* vol. 1.º, p. 36.

(6) — O monarca, que muito o estimava, convidou-o, posteriormente, para professor de seus filhos e tambem para testemunha, por sua parte, no casamento da princesa Leopoldina com o duque de Saxe.

Umas quadras que fez quando da morte de um ente querido, foram bastante admiradas, e mereceu de Sílvio Romero, estas palavras elogiosas:

"O velho mineiro tinha uma filha que havia plantado um canteiro de violetas; antes que estas desabrochassem, — morreu a moça. Sôbre o seu túmulo foi o poeta depor as primeiras flores, quando elas abriram, e escreveu estes versos:

Da planta que mais prezavas,
Que era, filha, os teus amores,
Venho de pranto orvalhadas
Trazer-te as primeiras flores...

Em vez de afagar-te o seio,
D'enfeitar-te as lindas tranças,
Perfumarão esta lousa
Do Jazigo em que descanças,

Já lhes falta aquele viço
Que o teu desvêlo lhes dava...
Gelou-se a mão protetora,
Que tão fagueira as regava...

Desgraçadas violetas
A fim prematuro correm...
Pobres flores!... tambem sentem!...
Tambem de saudade morrem!

E' uma coisa caprichosa a poesia.

Três ou quatro notas singelas tocam-nos as fibras dalma, e quantas vezes vastas composições, pretenciosas nos deixam de todo indiferentes! Nos versinhos de Araujo Viana a simplicidade da linguagem deixa ver em tôda a pureza a verdade do sentimento. Araujo Viana, como clássico e cristão, levou sua oferenda ao túmulo, como a levaria a um altar, e falou a filha como a uma sombra querida, invisível, que alí o escutaria. (7)

Homem de mérito reconhecidos, não foi, contudo, bom orador. A tribuna, era-lhe hostíl; a palavra, saia-lhe com dificuldade, não traduzindo fielmente o pensamento. Na Câmara e no Senado, sempre se revelou um tímido quando, no plenário, expendia considerações. Mas como homem de gabinete, era de iniciativas acatadas e decisivas. Além de possuir excelente capacidade de trabalho, inspri-

(7) — Sílvio Romero. — *Rev. Arq. Pub. Min.*, ano XIV, 1909, ps. 450/58.

mia aos seus relatórios e pareceres, cunho prático. E' de Joaquim Manuel de Macedo, este seu admiravel perfil:

"Na constituinte brasileira, na Câmara temporária e depois na vitalícia, o seu elevadíssimo merecimento foi sempre reconhecido. Nas comissões, infatigável no labor, nos pareceres fonte de luzes, entendido na redação das leis, mestre da língua, exemplar no estilo adequado, exímio conhecedor do Direito; em longos e difíceis estudos sobre os mais variados assuntos, assombroso por vastíssima ilustração e por opulentíssima ciência e, no entanto, o marquês de Sapucaí em mais de meio século de vida parlamentar, nunca brilhou, nunca obteve um triunfo na tribuna!...

Não era, não podia ser orador; faltava-lhe o dom da palavra, ou tinha-o e era incapaz de mostra-lo.

A timidez, o acanhamento, quase incríveis, em homem tão superior, tao sábio, chegaram até a fazer suspeitar defeito orgânico da voz.

Obrigado a falar como ministro, titubeava, hesitava a cada enunciação do pensamento; ainda lendo em assembléia solene, como as do nosso Instituto, parecia violentar-se, enleiava-se em exames.

Era o Prometeu, senhor do fogo do céu roubado aos raios do sol mas Prometeu a debater-se nas cadeias do Cáucaso; fora porém, do aparato da solenidade, fora da exibição na tribuna, livre dos ouvidos e dos olhos do público, na Sala das Comissões, no asilo da amizade, no seu gabinete de estudo, sempre de acesso fácil, ameno, encantador, êle era o livro de consulta, a enciclopédia viva, o rio imenso e caudal de sabedoria, cuja curva e cujo fundo êle só ignorava, êle só, monumento de ciência afundado em abismo de modéstia.

O marquês de Sapucaí foi a sabedoria amesquinhada pelo excesso da modéstia e da timidez sem par.

A consciência do seu elevado merecimento lhe teria dado extraordinaria influência nos destinos do Brasil.

Foi homem imenso que nunca teve espêlho em cujo reflexo apreciasse as proporções de sua própria grandeza". (8)

Visconde com grandeza e marquês, dignitário da ordem do Cruzeiro, cavaleiro das ordens de Cristo e da Rosa; grã-cruz da Torre e da Espada; grã-cruz da Ordem Ernestina, da casa ducal de Saxonia e grã-cruz da Ordem de S. Januário de Nápoles. Grão-mestre do Grande Oriente, presidente perpétuo do Instituto Histórico

(8) — *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, t. 38, part. seg., ps. 410/11 e 41

Geográfico Brasileiro, pertenceu ainda a várias outras instituições científicas.

BIBLIOGRAFIA

Relatório sôbre o melhoramento do meio circulante, apresentado a Assembléia Geral em sessão extraordinária de 1853. Rio-de-Janeiro, 1833 (124 ps.) Encontram-se anexos, trabalhos de outros autores.

Carta (em verso), a José Cesário de Miranda Ribeiro. Escrita quando estudante em Coimbra. — *Rev. Arquivo Público Mineiro*, ano XIV, 1909, ps. 449-445.

Discursos (pronunciados como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante 30 anos), além de outros que se encontram na *Revista* do Instituto, desde o ano 1843 a 1873.

Soneto. (Feito por ocasião da morte de sua filha).

ANTÔNIO PINTO CHICHORRO DA GAMA

2-6-1834 a 7-10-1834

Nasceu no têrmo de Nazaré, Baía, em 1800 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 10 de junho de 1887. Filho de Antônio Pinto Chichorro da Gama. Fez os estudos primários e secundários na capitania onde veio ao mundo, indo daí para a Universidade de Coimbra na qual se graduou em Direito (1825). De volta ao Brasil, obteve designação como juiz de fora de Pitangui, (1829) sendo transferido para idêntico lugar nas vilas da Ilha Grande e Paratí (1829), acumulando a provedoria da fazenda, defuntos e ausentes (1830).

Ingressando na poltítica, foi eleito deputado à Assembléia Geral (1830-1837) e exerceu as presidências do Espírito Santo (1830), de Alagoas (1832) e de Pernambuco (1845-48). Com o último gabinete da Regência permanente, chamaram-no ao govêrno para a pasta do Império e ainda, interinamente, para a da Fazenda (2 de junho a 7 de outubro de 1834). Como ministro do Império, coube-lhe referendar o decreto que suspendeu o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva do exercício da tutela de sua majestade, o imperador D. Pedro II. Por haver cumprido o seu dever, jamais lhe contestaram a sinceridade, a elevada compustura moral, a probidade de suas atitudes, sempre pautadas dentro de normas sãs e justas, embora fôsse dos mais enérgicos batalhadores da fase imperial. A propósito desse episódio, Cristiano Otoni (1), pronunciou, no Senado, as seguintes palavras:

"Mas o ato mais importante da sua vida de estadista, talvez, por muito tempo ao menos, não foi uniformemente apreciado; para muitos foi uma violência; refiro-me as medidas enérgicas adotadas pelo ministério de que era membro o preclaro varão, para fazer abortar a conspiração que tentava restaurar o primeiro imperador. Medidas que assumiram um carater especial de gravidade, porque a mais severa dentre elas feriu um homem que era uma glória da nossa pátria; foi necessário empregar severidade contra o sábio

(1) — *Anais do Senado*, sessão de 11 de junho de 1887.

José Bonifácio de Andrade e Silva, verdadeiro patriarca da Independência, o chefe da família Andrada, cujo nome naquela época era o que entre as nações civilizadas, dava mais lustre ao nosso país. O ato filia-se à um fato da história pátria contemporânea, não talvez bem esclarecido — o da tentativa de restauração.

....

Que, portanto, o ministério da regência tinha por dever decretar providências enérgicas, não há a menor dúvida.

Resta um ponto a esclarecer e que para muitos é duvidoso.

Houve excesso de severidade para com o tutor do imperador menino, que foi então suspenso e depois demitido pela Assembléia Geral? Não, senhores, assim não me parece.

As razões alegadas na exposição feita pelo ministro que referendou as medidas não deixam dúvida em espírito desprevenido; mas não julgo oportuno entrar no desenvolvimento dos pormenores dessa exposição. Entretanto, disse eu, não houve injustiça; e mesmo o fato em nada deslustra o primeiro tutor do imperador menino.

....

Eis o verdadeiro carater, a meu ver, dos acontecimentos daquela época? eles provam que Chichorro da Gama, decretando a suspensão do tutor do monarca menino, e empregando outras medidas para fazer abortar a conspiração restauradora, foi um verdadeiro patriota; e mais, como estadista não errou."

Desembargador da Relação, da côrte (1835), mais tarde (1860) foi elevado, pelo seu valor jurídico, ao posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo no qual se aposentou (1875), recebendo, por essa ocasião, a grã-cruz da ordem da Rosa.

MANUEL DO NASCIMENTO DE CASTRO E SILVA

7-10-1834 a 16-5-1837

Nasceu na vila de Aracatí, Ceará, aos 25 de março de 1788 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 23 de outubro de 1846. Filho do capitão-mór José de Castro e Silva e Joana Maria Bezerra de Menezes. Na vila onde nasceu fez o curso primário e tambem estudou português e latim. Aos 19 anos obteve nomeação de solicitador dos feitos e execução da Fazenda da então vila do Aracatí (hoje cidade), exercendo a seguir os cargos de tabelião público, judicial e notas; escrivão do crime e cível da vila do Crato; administrador dos direitos de exportação e inspetor do algodão (em Fortaleza). Após este estágio em vários postos, passou a servir junto à Secretaria do Govêrno da Província, como oficial-maior, tendo sido secretário, interino, do governador Pedro José da Costa Barros e tambem membro da comissão consultiva junto a êsse governador. Por ocasião das eleições para representantes brasileiros junto às côrtes de Lisboa, foi um dos delegados cearense e, como tal, pertenceu à Comissão de Ultramar. Feita a independência, o Ceará o elegeu à Assembléia Geral e renovou-lhe o mandato por sete vezes. Em 1825 (21 de março) aceitou a presidência do Rio-Grande-do-Norte. Com a Regência trina definitiva, foi chamado a ocupar a pasta da Fazenda (7-10-1834), em substituição a Chichorro da Gama, que a dirigia interinamente. (1) Organizado o 4.º e último gabinete da regência a que servia (16-1-1835), passou a dirigir, provisòriamente, a pasta do Império, conservando ainda a da Fazenda. Mudada a forma regencial, continuou Castro e Silva a ocupar a pasta das finanças, da

(1) — Castro e Silva foi o único ministro cearense na fase imperial, na pasta da Fazenda. Quando de sua nomeação escreveu-lhe o padre José Martiniano de Alencar: "Bem alegres nos deixou a notícia dada pelo Bandeira, que escreveu de Pernambuco, de achar-se V. feito ministro da Fazenda; o que não me surpreendeu; porque sempre esperei que V. fizesse êsse sacrifício à causa Pública. Agora além do bem geral, que sentirá a administração financeira, terá o pobre Ceará quem se lembre dele no Conselho dos Ministros, e pelo conseguinte melhorarão seus negócios." Cfra. *Rev. Instituto do Ceará*, tomo XXII, 1908, p. 104.

qual só se afastou em 16 de maio de 1837, após a organização do 4.º gabinete do govêrno Feijó. Três anos depois, ingressou no Senado (1840). Durante a sua gestão criou-se a Recebedoria do Tesouro, introduziam-se melhoramentos na arrecadação e se manteve regularmente o serviço das dívidas interna e externa. Se bem que não tenha revelado destacadas qualidades intelectuais, todos lhe reconheceram excelente capacidade de trabalho e muito senso prático. Os seus relatórios como ministro da Fazenda são dos mais bem organizados. Aliás, êle conhecia perfeitamente as necessidades do ministério que dirigiu por três anos. Os regulamentos que fez elaborar para a Alfândega e outras repartições por muito tempo serviram de base a reformas ulteriores.

Ao morrer era paupérrimo. À família unicamente deixou pequeno montepio. A Câmara dos Deputados, em sinal de reconhecimento aos seus leais serviços, votou, para a sua família, pensão anual de oitocentos mil réis. Quando de seu passamento a *Gazeta Oficial*, assim se expressou:

"Tal foi a vida do conselheiro Castro e Silva, vida de 38 anos de serviço em que seu desinteresse e probidade jamais se desmentirão, e pelo contrário são constantes de vários avisos e decretos do govêrno imperial, nos quais se lhe agradece sua generosidade, já servindo gratuitamente, já cedendo em proveito do tesouro público a importância de alguns vencimentos, que lhe competiam.

....

Durante seu ministério (perto de 3 anos) subiu o preço das apólices a 92 e 93 por um papel que em relação a prata apenas tinha o rebate de 40 por cento, quando ainda muito depois de 1831, vendiam a 36 e 40 por um papel que sofria em relação à prata o extraordinário rebate de 100 e 120 por cento. Foi tambem sob seu ministério que o cambio sôbre Londres chegou a 40 e 42, e que se cobrou maior quantia."

Por ocasião do ajuste de contas para a consolidação da dívida da Independência, entre o Brasil e Portugal, foi um dos nossos representantes. O govêrno português, em sinal de reconhecimento à sua cooperação, agraciou-o com a grã-cruz da Conceição. Possuia ainda o conselheiro Castro e Silva os gráus de cavaleiro das ordens da Rosa, do Cruzeiro e da de Cristo. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

IBLIOGRAFIA

Guia ou *Novo Manual* dos coletores e dos coletados. Rio de Janeiro. Tip. Imp. de Seignot-Plancher & C. (429 ps.).

Manifesto do ex-presidente da província do Rio-Grande-do-Norte e deputado pela província do Ceará, Manuel do Nascimento Castro e Silva. Rio de Janeiro. Tip. Imp. Nac. 1826. (27 ps.).

Refutação de um artigo na *Astrea*, n. 96, de 10 de fevereiro de 1827. Rio, 1287. (4 ps.).

Exposição ao respeitável público por M. N. C. C., ex-presidente da província do Rio-Grande-do-Norte e deputado do Ceará. Rio-de-Janeiro. Tip. Imperial e Nacional. 1827. (21 ps.).

Reflexões sôbre dois impressos que deu à luz o ex-presidente da província do Rio-Grande-do-Norte o deputado do Ceará Manuel do Nascimento Castro e Silva, em abono de sua ilibada conduta contra o caluniador Antônio da Rocha Bezerra. Reimpresso na Tip. Nac. do Ceará. 1828.

Resposta do deputado Manuel do Nascimento Castro e Silva às refutações documentadas do ex-comandante das armas do Ceará, Conrado Jacob de Niemeyer. Rio-de-Janeiro. Tip. de Torres, 1829.

Discurso pronunciado na sessão de 15 de julho de 1829 sobre a acusação ao Exmo. Sr. ministro da Guerra, Oliveira Alvares, *in* Astrea, n. 451.

Ao Público. Rio-de-Janeiro. Tip. de Tôrres. 1831. (Resposta a Manuel Inácio de Carvalho).

Preciso dos sucessos que ocasionaram o grande acontecimento do faustoso dia 7 de abril, etc. Rio de Janeiro. 1831.

Exposição do deputado M. N. C. S. na sessão do juri de 15 de março de 1832 em que se tratava do processo contra o capitão Manuel Inácio de Carvalho. Rio de Janeiro. 1832.

Exposição feita a S. M. I. pelo ministro da Fazenda M. N. C. S. acerca do procedimento do inspetor da alfândega da Côrte (Saturnino de Sousa e Oliveira) propondo em conselho de ministro a sua demissão. Rio, março de 1836.

Na revista do Instituto do Ceará, 1.º semestre (t. XXII) 1908, encontram-se Cartas de Manuel do Nascimento Castro e Silva ao senador José Martiniano de Alencar.

MANUEL ALVES BRANCO

(Visconde de Caravelas)

16- 5-1837 a 19- 9-1837
1- 9-1839 a 18- 5-1840
2- 2-1844 a 2- 5-1846
22- 5-1847 a 20-10-1847
18-11-1847 a 8- 3-1848

Nasceu na Baía, em 7 de junho de 1797 e faleceu em Niterói, stado do Rio, em 13 de julho de 1853. Filho do negociante João lves Branco e Ana Joaquina de S. Silvestre Branco. Naquela apitania fez o estudo primário e tambem aprendeu latim, francês; gica e retórica. A seguir, foi mandado para Portugal, para a Uni- ersidade de Coimbra. Alí, matriculou-se, primeiramente, na série e filosofia e matemáticas e a freqüentou até o quarto ano. Aban- onou-a no entanto, para seguir o curso de Direito, no qual se raduou. De volta ao Brasil (1824), ocupou o cargo de juiz de fora a vila, hoje cidade, de Santo-Amaro (Baía) do qual foi transferido ara o Rio-de-Janeiro. Em 1830, foi eleito deputado pela sua pro- íncia, filiado ao partido liberal. Logo nos primeiros discursos, z-se notar pela forma esclarecida e objetiva com que abordava os roblemas administrativos. Naquele mesmo ano, o incumbiu a âmara de organizar um projeto de código penal, tarefa essa que alizou com brilhantismo. Apresentou, igualmente, dois outros tra- alhos sôbre o poder moderador e o sistema eleitoral, reputados nbos como de real mérito.

Em 1835, com o último gabinete da Regência trina (16 de neiro a 14 de outubro), exerceu a pasta da Justiça e, ainda, inte- namente, a dos Estrangeiros, na qual continuou efetivo, no pri- eiro gabinete da Regência Feijó. Contador geral do Tesouro 1837), deu normas contáveis ao Erário instituiu regulamentos e terminou se obedecesse, na escrituração das rendas, o sistema por rtidas dobradas. Ainda naquele ano foi eleito senador pela Baía recusou o convite que lhe fizera Feijó para aceitar a Regência.

Por cinco vezes, ocupou o visconde de Caravelas a pasta da Fazenda e só de uma vez nela permaneceu por mais de dois ano Em 1837 (maio e setembro), depois de organizar o gabinete, entr gou a pasta do Império a Araujo Lima e foi dirigir a da Fazend Nessa ocasião, em discursos e providências que fez e tomou, deu pro vas de bem conhecer os problemas pertinentes ao seu ministério. Doi anos depois (setembro de 1839 a maio de 1840), voltou ao cargo com o gabinete organizado por Manuel Antônio Galvão. Foi quand propôs se constituisse um fundo de garantia, em ouro, ao lado d fundo de resgate, para valorização do meio circulante. Deu nova diretrizes à arrecadação interna e, com isso, pôde reduzir o *defici* que já se avolumava. Novamente à frente das finanças brasilei (1844), coube-lhe lançar, as bases do novo sistema monetár (1845), trabalho êsse que lhe mereceu especial cuidado. No intúit de que fôssem mais bem fiscalizadas a despesa e a receita pública apresentou projeto instituindo um Tribunal de Contas. Em 1847 ainda, por duas vezes voltou a ocupar o Ministério da Fazenda, meses, em cada ocasião. E sempre que êste ensêjo se lhe apresentou foi motivo para que reafirmasse o bom conceito que desfrutav como administrador e financista.

Estadista dos mais capazes, Alves Branco honrou o parlament brasileiro, tanto pela sua cultura como pelas virtudes que a emol duravam. Orador primoroso, fluente e combativo, ninguem o atem rizou. O temido Bernardo Pereira de Vasconcelos, de quem for amicíssimo, tinha nele um adversário à altura de suas investidas As polêmicas que ambos travaram, tornaram-se célebres e dera motivo a que as galerias regorgitassem. Sempre que nelas toma parte, jamais perdeu a compostura de linguagem. Ministro vári vezes, conselheiro de Estado, oficial das ordens do Cruzeiro e d Rosa, pertenceu tambem ao quadro do Instituto Histórico e Geogr fico Brasileiro. Honrado, íntegro e de rará modéstia, o viscon morreu paupérrimo, chegando, já moribundo, a conhecer as agr ras da necessidade. Foi o 2.º visconde do título, com grandez

BIBLIOGRAFIA

Ode a liberdade.

Ode à proclamação da Constituição portuguesa em 24 agosto de 1820.

Ode ao dia 2 de julho.

Ode à Primavera.

Relatórios apresentados no exercício de ministro da Fazen dos Estrangeiros e do Império.

Instruções para a escrituração por partidas dobradas. Rio de Janeiro.

Memória sôbre o Rio-da-Prata. Rio-de-Janeiro, 26 de janeiro de 1836.

A fala do trono de 1850, seguida da análise dêsse discurso e dos discursos do senador Manuel Alves Branco, proferidos no Senado, na discussão do voto de graças — 1850.

CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA

16-4-1839 a 1-9-1839

Nasceu em Porto-Alegre, capital da província de São-Pedro-o-Rio-Grande-do-Sul, em 15 de fevereiro de 1801 e faleceu em 26 e maio de 1865, a bordo do navio francês *Pelouse,* nas proximidades a Baía, onde foi sepultado. Filho de Francisco Batista dos Anjos e Francisca Candido de Oliveira. Queriam os seus pais que seguisse êle carreira eclesiástica e para isso o matricularam no seminário de S. José, no Rio-de-Janeiro, onde estudou humanidades. Não conordando com a vontade paterna, seguiu para Coimbra (1820), em uja Universidade fez o curso de matemática e filosofia. E com tal rilhantismo o fez, que foi graduado gratuitamente, às expensas do ovêrno. Em 1825, passou à França, freqüentando a escola Poliécnica, da qual foi tambem aluno laureado. O sábio Arago, que o eve como discípulo, gabava-lhe a cultura e erudição. Em 1727, de egresso ao Brasil, obteve o lugar de lente substituto da Academia Militar, passando logo a catedrático de mecânica racional, cátedra m que se jubilou, após vinte anos de professorado. Em 1830, ingres ou no partido liberal. No ano seguinte, Bernardo Pereira de Vas oncelos, que era ministro da Fazenda, nomeou-o inspetor do Teouro (1831-34). Por essa ocasião, Cândido Batista de Oliveira ntroduziu vários melhoramentos nas repartições fiscais e criou o erviço de estereometria (1), até então desconhecido nas alfândegas o país. Entrementes, já na Câmara, eleito deputado pelo Rio-Grande-do-Sul, fizera importantes discursos sôbre economia e fiianças, analizando os muitos projetos que sôbre a matéria, haviam ido apresentados. Estando o Rio Grande-do-Sul convulsionado e não se tendo processado eleição para deputados, ficou o parlamento rivado de sua efeciente colaboração e da bancada gaucha também. m face disto, rumou para a Europa, onde se demorou estudando pesquisando. De retôrno, reassumiu o posto de inspetor do Te-

(1) — Fórmula de arqueação dos navios mercantes para regular o agamento do imposto de ancoragem e sistematização dos pesos e medilas nacionais.

sôuro (1837-38) e, logo depois a convite de Holanda Cavalcanti que presidia o gabinete, assumiu ,efetivamente, a pasta dos Estrangeiros e, interinamente, a pasta da Fazenda na qual permaneceu de 16 de abril a 1 de setembro de 1839.

Com a mudança de gabinete, trocou, por algum tempo, a política pela diplomacia (1840-1843). Serviu, então, como ministro diplomático em São Petersburgo, passando desse posto a idêntico em Viena, na Austria. Culto e muito ilustrado, foi o nosso representante bastante considerado naqueles importantes centros europeus, tendo desfrutado a amizade de estadistas de nomeada, tais como o príncipe de Maternich e o conde de Nesselrod, os quais muito o apreciavam. Abandonando a diplomacia, retornou ao seu cargo de professor da Academia Militar. Em 1847 (22 de maio) assumiu a pasta da Marinha, tendo nela se conservado até 8 de março de 1848. Na sua gestão criou-se o corpo de fuzileiros navais. Dois anos depois, em lista sêxtupla, foi escolhido senador pelo Ceará. No ano seguinte (1851), ocupou o cargo de diretor do Jardim Botânico, sendo também diretor do Banco do Brasil, em 185

Na tribuna, não se destacava pela eloquência. Falava com clareza e simplicidade, mas sem os arroubos tão apreciados e cultivados à época. À força de sua erudição forte e intensa, juntava a frieza do raciocínio lógico da matemática, o que nem sempre faz sobressair a imagem.

"Era no gabinete que se manifestavam as proporções da sua inteligência. Então esplendia o seu gênio. Grande no cálculo, a precisão igualava aí a rapidez; amava o cálculo como Tasso a poesia: com o giz sôbre os dedos e a táboa diante dos olhos, esquecia o mundo; lia nos astros com perspicácia de Arago, e apreciava a ciência como um conquistador a sua espada de guerreiro.

"Reputado como o mais justo fundamento um sábio no nosso país, não desmereceu tão alta reputação quando por mais de uma vez se achou em relações com alguns afamados sábios do velho mundo: em França um grande astrônomo, na Rússia o diretor do observatório astronômico de S. Petersburgo, viram nele não um amador inteligente da ciência, não um simples e apenas esperançoso cultivador dela; mas um colega condigno, uma inteligência brilhante, abalisada, profunda; não ainda um aspirante, mas já uma fonte de ciência." (2)

Professor de matemática das princesas imperiais, vereador da Câmara Imperial, comendador das ordens de Cristo e da Ros

(2) — Macedo, J. M. — *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, t. XXVI 1865, p. 353.

ã-cruz da ordem russa de S. Nicolau, membro do Instituto Histó-co e Geográfico Brasileiro, pertenceu tambem a outras sociedades entíficas do exterior.

BLIOGRAFIA

Compêndio de Aritmética — Rio-de-Janeiro, 1932. Saiu 2.ª edição em 1863, com um apêndice sôbre metrologia.

Relatório sôbre o melhoramento do sistema de pesos e medidas e o monetário. Rio de Janeiro, 1833. (Trabalho de colaboração).

A escravatura no Brasil e a época provável de sua extinção. S. Petersburg. 1842.

Sistema financial do Brasil. S. Petersburgo, 1842.

A questão do ouro. S. Petersburgo, 1842.

Reconhecimento topográfico da fronteira do Império do Brasil na província de São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul na parte confinante com o Estado Oriental do Uruguai — Rio-de-Janeiro, 1850.

Apontamentos sôbre alguns fatos importantes da conquista do Rio-da-Prata pelos espanhois. Rio, 1851.

Sistema métrico decimal. Tabelas para a conversão das medidas métricas que correspondem ao sistema usual de pessoas e medidas do Brasil e vice-versa, 1865.

Problemas de cálculos astronômicos (memórias). Acham-se em aditamento às Efemérides do observatório astronômico do Rio de-Janeiro para 1855.

Memória sôbre a teoria da orientação do plano oscilatório do pêndulo simples e sua aplicação à determinação aproximada do achatamento esferoide terrestre — Em aditamento as Efemérides do Observatório astronômico do Rio-de-Janeiro para 1856.

Na *Revista Brasileira* (1857-1861) entre outros trabalhos, publicou:

Teoria da linha reta e do plano considerado no espaço. Tomo I, ps. 129-209.

Memória sôbre as condições geológicas do porto do Rio-de-Janeiro. Fórmulas aplicáveis ao cálculo das distâncias lunares na determinação das latitudes terrestres. Tomo II, ps. 57-72.

Teoria da composição e resolução das operações numéricas e dos seres elementares, etc. Tomo II, n. 7, tomo III n. 9.

Estudos de análise matemática. Teoria dos logarítimos tabulares, aplicáveis ao cálculo numérico. Tomo III ps. 181 a 223 e 383 a 410.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: *Parecer* sôbre a memória do coronel J. J. Machado de Oliveira sôbre a questão de limites entre o Brasil e Montevideu. Tomo XVI 1853, ps. 464 e segs.

Elogio histórico do marquês de Paranaguá, t. X, ps. 398-408

Foi tambem colaborador da *Revista Popular;* do *Correio Mercantil* (1858-1859) com o pseudônimo de *Vadius* e do *Guanabara* no qual publicou o ensáio romântico *Lucia de Miranda,* n. 9, 1851

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA MAIA

18-5-1840 a 24-7-1840

Nasceu no Porto, Portugal, aos 6 de outubro de 1789 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 3 de outubro de 1853. Após se graduar em Direito, pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil onde se iniciou na magistratura, como juiz de fora de Sabará (Minas Gerais), exerceu cargo de inspetor da casa de fundição comarca de Rio das-Velhas, chegando a desembargador da Relação da Baía e da Casa de Suplicação. Proclamada a Independência, aderiu ao novo regime e conseguiu deputação à Constituinte. Nas duas legislaturas que se seguiram (1826-29 e 1830-33) obteve renovação de mandato (por Minas Gerais) e foi ministro, interino, do Império (4 de agosto a 24 de dezembro de 1840). Na Regência Araujo Lima, voltou ao gabinete, exercendo, interinamente, a pasta da Justiça e, efetivamente, a da Fazenda (18) de maio a 24 de julho de 1840). Com a Maioridade e conseqüente vitória dos liberais ficou no ostracismo até que, com o fortalecimento dos conservadores, assumiu a pasta do Império (20 de janeiro de 1843 a 2 de fevereiro de 1844) e se elegeu para o Senado, pela província de Goiaz, posto no qual veio a terminar os seus dias (1853) e onde deu provas de bons conhecimentos financeiros.

Funcionário de grande competência, galgou os cargos de procurador da Coroa e Fazenda Nacional e fiscal do Tesouro.

Amigo íntimo do imperador D. Pedro I, que o estimava particularmente e o fez seu conselheiro, "a vastidão dos seus conhecimentos em legislação era tal que o consideravam um homem livro". Possuia os graus: grã-cruz da Ordem da Rosa e comendador da de Cristo. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Memória da origem, progressos e decadência do quinto do ouro na província de Minas-Gerais. Rio de Janeiro, 1827 35 ps.

A lei de 4 de outubro de 1831, da organização do Tesouro Público Nacional e das tesourarias das províncias, anotadas e editada com as disposições das leis e ordens conducentes à sua melhor execução, etc. — Rio-de-Janeiro, 1834, 181 ps.

Compêndio de Direito Financeiro. Rio-de-Janeiro, 1841.

Apontamentos da legislação para os procuradores da Corôa Rio de Janeiro.

Decreto n. 736, *de* 20 *de novembro de* 1850, que reforma o Tesouro Público Nacional, e as Tesourarias provinciais, com not explicativas e justificativas de suas disposições. Niterói, Tip. Fluminense de C. Martins, 1852.

JOAQUIM FRANCISCO VIANA

20-1-1843 a 2-2-1844

Nasceu em Campos-dos-Goitacazes, Estado do Rio-de-Janeiro, aos 15 de janeiro de 1803 e faleceu na Côrte, aos 11 de abril de 1864. Filho de Paulo Francisco da Costa Viana (capitão) e Maria Joaquina do Nascimento Reis, abastados fazendeiros e proprietários. Estudou as primeiras letras na província natal, preparatórios na capital do Império e graduou-se em matemática na Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, passou a administrar os seus haveres e ingressou na política partidária. Não lhe foi difícil alcançar deputação às Assembléias Provincial e Geral. Naquela, teve mandato de 1835 a 1843; nesta, foi eleito em 1834 (terceira legislatura) e conservou-se até 1843. Dado ao estudo da matemática e ciências correlatas, especializou-se tambem em estatística e finanças. E por ser considerado bom conhecedor, principalmente desta última matéria, era sempre indicado para as comissões de orçamento, tornando-se uma espécie de participante obrigatório das mesmas.

Em 1840, tendo o ministro da Fazenda, Alves Branco, nomeado uma comissão para estudar a situação financeira do Império, que era aflitiva, foi um dos membros que mais se destacou, pelas indicações que propôs e pelos pareceres que redigiu. (1) Subindo o ministério Silva Maia, convidaram-no para ocupar a pasta da Fazenda, na qual permaneceu de 20 de janeiro de 1843 a 2 de fevereiro de 1844. A situação era bem dificil. Nas três falas do trono, em 1 de janeiro, 3 de maio e 24 de outubro de 1943 o monarca pediu medidas para aliviar a agricultura e o comércio, insistindo por providências capazes de suprir o *deficit*, ao menos das despesas ordinárias e estabelecer em bases sólidas a ordem e a paz públicas.

Nessa fase, as lutas políticas dificultavam sobremodo a estabilidade econômica. Com a maioridade voltaram ao poder os liberais. Mas, não conseguiram governar nem ao menos um ano. Valeu-se

---

(1) — Igualmente, faziam parte da comissão: Silva Maia, Castro e Silva, Sousa Franco, Silva Tôrres, Gonçalves Ledo e Muniz Sarmento.

D. Pedro dos conservadores e lhes entregou a direção do país. Aqueles, entretanto, não davam tregua a estes e se escudavam em tudo para os desalojarem do poder.

A proposta do nome de Joaquim Francisco Viana para o Senado, finalmente, levou o gabinete a retirar-se. Dera-se uma vaga naquela Câmara. Em contraposição ao nome de Viana, indicado pelos conservadores, apontaram os liberais o de Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, que ao tempo ocupava o cargo de inspetor da Alfândega.

Por ocasião das eleições, Saturnino fez pressão sobre os seus subordinados, ameaçando-os, e, por escrito, atacou o plano financeiro do ministro, seu superior hierárquico. Com a vitória dos conservadores, Honório Hermeto Carneiro Leão, então ministro da Justiça, pediu e insistiu, junto ao imperador, na demissão de Saturnino. O monarca recusou. Honório expõe aos colegas o caso e propõe: ou a exoneração do inspetor da alfândega ou a demissão do gabinete. Feita a proposta, o monarca, mais uma vez, recusa a exoneração solicitada, o gabinete renuncia. E, por cima de tudo, o imperador não escolheu Viana para o Senado. Dessa maneira, ficou sem mandato de 1845 a 1849, o que lhe causou sério abalo. No ano seguinte (1850), passou ao cargo de diretor geral de Contabilidade, então criado (3), elegeram-no vice-presidente do Tribunal do Tesouro Público na qual permaneceu até 1864 e voltou à Câmara dos Deputados, eleito para as oitava e nona legislaturas (1850-1856). Com a ascenção de Paraná, que era seu leal amigo, conseguiu cadeira senatorial pela província do Piauí (1853).

Meticuloso por temperamento, não era Viana um apaixonado da tribuna, a qual evitava quanto podia, nem um ambicioso da glória política. Por mais de uma vez recusou tomar parte em gabinetes. O visconde de Itaboraí, referindo-se, certa vez, à sua desambição, disse: — "O Viana prefere fabricar farinha de mandioca a ser ministro!"

---

(2) — Esse cargo era considerado como equivalendo a uma pasta ministerial.

(3) — "Ora, a carreira de funcionário o seduziu com a sua meticulosidade pelas coisas da administração. De fato é Joaquim Francisco Viana que remodela por completo todos os serviços de contabilidade "conseguindo uma organização assaz perfeita para a época e que serviu satisfatoriamente, em sua estrutura geral, através largos anos"; e, sendo então criado pelo decreto n. 736, de 20 de novembro de 1880, o cargo de diretor geral da Contabilidade, ele é o seu primeiro ocupante. Sim; *bispo* do Tesouro, que é como se tornou conhecido aquele posto." Instituto Histórico — OS FUNDADORES — por Feijó Bittencourt, Rio 1938, pag. 358.

Como funcionário do Tesouro deve-lhe essa Repartição assinalados serviços, principalmente, no tocante à contabilidade. Foi presidente da Sociedade Campista de Agricultura (1853) e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES

17-5-1847 a 22-5-1847

Nasceu na freguesia de Furquim, têrmo de Mariana, Minas Gerais, em 17 de abril de 1797 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 24 de dezembro de 1869. Os primeiros estudos e os de humanidades realizou-os em Minas. Após estes o mandaram para a Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Direito. Com a criação dos cursos jurídicos, obteve nomeação (1829) para a academia de São-Paulo, como catedrático de direito criminal e teoria do processo criminal (2.ª cadeira do terceiro ano), cargo do qual se exonerou (1833) e se fez magistrado. Instado por amigos, ingressou na política como membro da assembléia provincial mineira (1835), obtendo renovação de mandato em 1838, 1839, 1842 e 1843. Conseguindo deputação à Assembléia Geral (1842), não poude se empossar em face do plenário ter sido dissolvido. Eleito novamente (1845), foi chamado no ano seguinte para colaborar no ministério presidido por Joaquim Marcelino Brito. Exerceu então a pasta da Justiça e, interinamente, a da Fazenda (de 17 a 22 de maio de 1847). Presidente de São Paulo (27 de setembro de 1857 a 17 de abril de 1860), foi a sua administração tida como das melhores, pelo muito que conseguiu realizar. Vice-presidente de Minas Gerais (1862-63) administrou esta província, interinamente, por três meses.

Com o terceiro gabinete presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos (3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868), exerceu o cargo de ministro do Império, no qual muito se distinguiu. Em 1869, meses antes de falecer, tomou assento no Senado.

SATURNINO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO

20-10-1847 a 18-11-1847

Nasceu no local denominado Córrego-Sêco, hoje Petrópolis, em
de novembro de 1803 e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de
ril de 1848. Filho do coronel de engenheiros Aureliano de Sousa
Oliveira e Francisca Flavia de Proença Coutinho. Estudou pre-
aratórios no Rio e formou-se em Direito pela Universidade de
oimbra (1825). Na côrte, abriu banca de advocacia, que logo se
rnou das mais solicitadas. Advogado do Banco do Brasil, da
âmara Municipal e das principais casas comerciais da metrópole,
n pouco tempo o seu nome se popularizou, transformando-se num
erdadeiro manto protetor, já pelo justo conceito que grangeou
mo profissional competente que era, já pela liberalidade com que
endia à sua vasta clientela. Por ocasião do rumoroso processo con-
a os irmãos Andradas (1828), êle, que patrocinava a causa da-
eles ilustres estadistas, produziu brilhante defesa. Em 1831, era
iz de paz da freguesia do Sacramento quando ingressou na polí-
a partidária, como liberal-moderado. Tenente-coronel da guarda
cional, prestou, quando convocado (1831-32), valiosos serviços à
em pública. Deputado eleito pelo Rio-de-Janeiro (1831), destin-
u-se na tribuna parlamentar como argumentador convincente e
reciso. Inspetor da alfândega por longos anos, foi leal colaborador
o govêrno nesta importante repartição fazendária. Todo o comér-
o muito o destinguia pelo seu trato lhano e despretencioso. Por
ais de uma vez, recusou a presidência de províncias. Contudo, ins-
do pelos amigos, aceitou a do Rio-Grande-do-Sul, na qual perma-
ceu por pouco tempo. Com efeito, tendo se desavindo com o co-
ndante das armas, foram ambos exonerados, voltando Coutinho
ara o seu lugar na alfândega. Após a Maioridade (1841) e tendo-se
urado que a sua conduta havia sido ilibada, foi novamente recon-
uzido à presidencia daquela província, onde se demorou por mais
e um ano, prestando então assinalados serviços de utilidade pública.
lovamente na côrte, reassumiu seu cargo na aduana. Candidato a
eputado pelo Rio-de-Janeiro (1844), não logrou deputação. Mas,
mo fosse a Câmara dissolvida, conseguiu ser eleito pelo Rio-
rande-do-Sul, após nova convocação da mesma.

Em maio de 1847, tendo Alves Branco assumido a presidência do gabinete, entregou-lhe o Ministério dos Estrangeiros (22 de maio de 1847 a 29 de janeiro de 1848) cabendo-lhe apresentar ao parlamento o programa político do partido. Interinamente, exerceu, ainda na presidência do visconde de Caravelas, a pasta da Justiça em substituição a Campos Vergueiro (1 a 29 de janeiro de 1848) e a direção dos Negócios da Fazenda (20 de outubro a 18 de novembro de 1847). Escolhido senador pelo Rio-de-Janeiro (1848) não lhe foi possível tomar posse do cargo. Efetivamente, adoecendo veio a falecer sem ter desfrutado daquela justa homenagem.

Ilustrado, culto e de gabada inteligência, na tribuna era ágil e lógico. Morreu paupérrimo. Quando de sua morte, os amigos se cotizaram afim de que êle fôsse enterrado condignamente. Conselheiro de Estado, ordinário; gentil-homem da Câmara do imperador fidalgo cavaleiro; dignitário da Ordem de Cristo; grã-cruz da ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição-de-Vila-Viçosa, pertencia igualmente a várias associações, inclusive ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Defesa dos cidadãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Martim Francisco Ribeira de Andrada. Rio de Janeiro, 1828. 43 p. (Publicado na Baía em 1829).

Comentário crítico da lei de 20 de setembro de 1830, com instruções práticas sôbre o juizo dos jurados, seguidas de um formulário dos têrmos e atos mais singulares do mesmo juizo. Rio de Janiero, 1830.

Protesto contra a multidão desenfreada que pediu deportação e se revestia de todo aparato de paixões ferozes de 1831. Rio de Janeiro.

Bosquejo histórico e documentado das operações militares na província do Rio Grande do Sul durante a presidência do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira. Rio de Janeiro, 1841 (160 ps.).

Negócios do Rio Grande. Operações do Passo Fundo, escrito pelo atual presidente do Rio Grande do Sul, etc. (Com 31 documentos oficiais) Rio de Janeiro, 1843 .(64 ps.).

Projeto para a supressão de alguns impostos e amortização de parte da dívida pública fundada. Rio de Janeiro, 1843. (64 com um mapa).

Regulamento consular do Império do Brasil, mandado executar por decreto n. 520, de 11 de junho de 1847. Rio de Janeiro, 18 (31 ps. seguidas de 36 modelos).

Foi ainda um dos redatores do jornal *A Verdade*, editado Rio (1831-32).

ANTÔNIO PAULINO LIMPO DE ABREU

(Visconde de Abaeté)

8-3-1848 a 14-5-1848
12-1-1855 a 27-1-1855

Nasceu em Lisbôa, Portugal, em 22 de setembro de 1798 e faleeu no Rio-de-Janeiro, em 14 de setembro de 1833. (1) Filho do enente-coronel de engenharia, Manuel do Espírito Santo Limpo (2) Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira. Tendo embarcado em ompanhia de sua mãe para o Brasil, onde esta vinha pleitear pensão que tinha direito, fez, na côrte, no seminário de São-José e às xpensas de D. João VI, o curso de preparatórios, após o que regresou a Portugal (1815). Alí, ajudado pelo seu tio, almirante Joaquim Monteiro de Barros, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e se graduou em leis, (1820). Ainda nesse ano, etornou ao Brasil, validou o diploma perante a mesa do Paço e se irigiu ao monarca, solicitando nomeação de juiz do crime do bairro e São-José, na côrte. Pouco depois, atendeu-lhe sua majestade desinando-o juiz de fora da vila de São João-del-Rei. Nesse posto, por asião da visita de D. Pedro a Minas-Gerais, foi uma das pessoas estinguidas pelo imperador, que lhe deu a incumbência de regulariar as rendas das fôrças armadas e manter a segurança da vila. ois anos e meses exerceu êsse cargo e tambem o de ouvidor, intenino, da comarca do Rio-das-Moraes. Com a independência do país tendo em vista os seus bons serviços, nomearam-no ouvidor da co-

---

(1) — Foi êle declarado cidadão brasileiro de acordo com o artigo 6 § 4.º da Constituição do Império, que assim considerava os que residissem no Brasil por ocasião da independência, e os que a ela aderissem expressa ou tacitamente.

(2) — Servia no regimento do Porto quando foi processado pelo Tribunal de Inquisição. Finda a pena, concluiu seus estudos, obteve o cargo de professor de matemáticas da Academia Real de Marinha sendo igualmente diretor do observatório astronômico da citada escola. Professor de vastos conhecimentos, deixou vários trabalhos publicados.

marca do Rio-Grande-do-Norte. No entanto, não se empossou, visto ter conseguido fôsse essa escolha declarada sem efeito, em troca de outra, para lugar idêntico, em Paracatú (Minas-Gerais). Em 1824, tendo sido eleito deputado, não abandonou a magistratura. Na Câmara, logo estreou com dois discursos desapoiando atos ministeriais, quanto ao cumprimento da lei eleitoral. Em 1827, novamente se fez notar em violenta peça, na qual propunha fôsse chamado à responsabilidade dois ex-ministros (José Clemente e o conde de Rio Pardo). Desde então os parlamentares passaram a dispensar maior consideração ao jovem colega. Liberal por princípio e convicção não desdenhava os que com êle não comungassem das idéias. Ao contrário, queria-os no parlamento para as lutas do espírito. A êste respeito, teve ocasião de dizer. "*Senhores, devo declarar que eu não julgo seja deshonroso ser republicano: se o fôsse não teria a menor dúvida em a dizer francamente, digo mais que, entendo que longe de ser deshonroso o seguir o sistema republicano, nós devemos fazer tôda a diligência para que na confecção da lei das eleições, que devemos dar ao país se facilitem todos os meios para que se assente neste recinto algum ou alguns republicanos, representantes do princípio republicano puro, para que sejam combatidos rigorosamente e saiba a nação então dicidir-se melhor a favor do sistema que felizmente nos rege.*"

Escolhido desembargador da Relação da Baía, conseguiu transferência para a Côrte, com a função de promotor. (3) Com a reforma judiciária (1833), efetivou-se como desembargador tendo chegado à presidência do Tribunal (1844). Em março de 1832, após agitações que se deram em Minas-Gerais em virtude de motins políticos, foi nomeado seu presidente, conseguindo com habilidade e tino administrativo, pacificar os ânimos. Feijó, que muito admirava a sua conduta política e jurídica, quando de sua Regência convidou-o para seu colaborador, entregando-lhe as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros, em 3 dos 4 gabinetes que teve o seu govêrno. Dedicado, competente e trabalhador, tornou-se o principal auxiliar daquele regente. Antes de renunciar, foi a êle a quem primeiro Feijó pediu para que o substituisse no posto, o que Limpo de Abreu recusou. Quando ministro da Justiça da Regência, teve de enfrentar momentos críticos. A guerra dos *Farrapos*, com os seus

---

(3) — Feijó, ministro da Justiça da Regência tri-permanente, em seu relatório de 1832, referindo-se à sua atuação naquele Tribunal assim se exprimiu: "E à integridade e amor à justiça do desembargador que nestes últimos tempos serviu de promotor, é que se deve, nas suas visitas às cadeias, a descoberta de tantos desgraçados inteiramente abandonados."

eptos e simpatizantes obrigou-o a permanentes cuidados, afim de e a mazorca não se alastrasse. Na pasta dos Estrangeiros (1836), orveu-o a política do Prata, sempre com imprevistos, às vezes ignificantes, mas que obrigavam a atenção especial, sem o que íamos tido maiores desgostos.

Em 1837, foi escolhido ministro adjunto do Supremo Conselho Justiça Militar, no qual serviu até dezembro de 1838. Novamente Câmara e sem ligações partidárias, formou na oposição e teve a oiá-lo bons elementos, entre os quais, Montezuma, Alvaro Maado, Teófilo Otoni e o cônego José Antônio Marinho. Na camnha da maioridade, a sua participação entusiástica e dinâmica se z notada. Tendo o imperador escolhido o ministério — *entre os e me fizeram maior* — não é para admirar a inclusão de seu nome gabinete da maioridade, como ministro da Justiça (24 de julho 1840 a 23 de maio de 1841). Era êste um cargo que sob a sua ientação estaria bem administrado. Jurista experimentado nas as parlamentares, cuidaria dos Negócios Interiores com real vanem, pois, bem conhecia nossos problemas internos e os resolveria acôrdo com o que mais conviesse ao país. Cioso dos seus deveres obrigações, examinava, minuciosamente, todos os papeis relativos sua pasta e a tudo atendia com o maior critério. Tendo recebido, rta vez, de um dos amigos do imperador, carta na qual lhe recoendavam determinada nomeação, guardou-a e assim que teve asião de se defrontar com D. Pedro, explicou-lhe: — *"Senhor, cebí uma carta do mordomo de vossa majestade que dizia transmi-me as suas ordens não respondi e peço vênia a vossa majestade ra dizer-lhe que lancei a carta na minha cesta de papeis inúteis, rque não posso admitir intermediários entre vossa majestade e os us ministros."*.

Em 1842, tendo sido um dos líderes da revolução liberal, foi eso e deportado juntamente com outros camaradas, para Lisbôa, gressando ao Brasil em junho do ano seguinte. Em 1845 (5 de oubro), pela quarta vez, voltou à pasta da Justiça, interinamente, é 26 de abril de 1846. Nesta data, assumiu a dos Estrangeiros. quí, a sua atividade foi das mais brilhantes, particularmente, com lação à escravatura, questão que vigorosamente discutiu com a glaterra. Com efeito, esta, ao dar execução ao *Bill Aberdeen* 8-1845), não tergiversou em postergar direitos e menosprezar a berania de tôdas as nações. No Brasil, causou repulsa a medida itânica, desde a sua apresentação no parlamento inglês. O embaador brasileiro protestou, no primeiro momento. Veio-nos resposta hábil, pouco satisfatória. Limpo de Abreu não se conformou ao ntrário, revidou-a energicamente. Em 1847, figurando em lista iplice, foi eleito para o Senado, por Minas Gerais. No ano se-

guinte, escolheu-o sua majestade para o Conselho de Estado, n qual serviu em todas as secções, principalmente na jurídica, ond teve oportunidade de proferir pareceres acatadíssimos. Com subida do gabinete organizado pelo visconde de Macaé (8 de març a 31 de maio de 1848), pela 4.ª vez, assumiu a pasta dos Estra geiros. Prosseguindo na sua desassombrada campanha contra a In glaterra, recusou-se a discutir o problema da escravatura, enquant vigorosasse o *Bill* citado. De 8 de março a 14 de maio de 1848, exe ceu, interinamente, a pasta da Fazenda. Após a batalha de Mon Caseros (1852), vencida pelas armas imperiais com o objetivo assegurar a independência do Uruguai e Paraguai, juntamente co Honório Hermeto Carneiro Leão, foi designado para assinar u tratado. No ano seguinte, havendo o marquês de Olinda organiza o gabinete de 6 de setembro de 1853, convidou-o para ministro d Estrangeiros (5.ª vez), posto em que se conservou até 14 de julh de 1855. Ainda com a Inglaterra debateu pretenções daquela a re peito da livre navegação do alto Paraguai e rio Amazonas. Nes gabinete voltou, pela segunda vez, a ocupar, interinamente, a pas da Fazenda, de 12 a 27 de janeiro de 1855. Sendo curta a sua pe manência como gestor das finanças brasileiras, desta como d ocasião passada, não ligou o seu nome à realização digna de nota. (4 E' de se crer que, se o fizessem ministro efetivo, agisse com acert No Senado, foram proferidas por êle, estas palavras sensata *"A história nos mostra que as grandes revoluções que teem apar cido em diferentes Estados proveem, principalmente, em primeir lugar, da má administração das finanças e em segundo lugar, da m administração da justiça."* Mas é como internacionalista e diploma que a sua tarefa tomaria maior relevo. A luta no Prata, depois d sucessivos revezes, estabilizou-se, com as presidências Flores e Bu tamente, no Uruguai. No entanto, como mantínhamos aquartelad naquele país a divisão brasileira, pediram-nos os uruguaios fôss a mesma retirada. Afim de ajustar novo tratado, foi Limpo d Abreu nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciári a Montevideu, conseguindo assinar uma convenção regularizand nossos interesses, após o que seguiu para a Argentina, onde compl taria sua obra. Efetivamente, alí assinou o tratado de 7 de mar de 1856. Com o desempenho dessa missão, deixava confirmadas

(4) — "Na da Fazenda, não deixou nenhum traço destacado de su passagem; limitou-se à expedição de ordens e ao despacho do expedient Nada de notável realizou". — Bruno de Almeida Magalhães. — *O v conde de Abaeté*, Rio, 1939.

as qualidades diplomáticas, agora postas a prova com real efiência (5).

A convite do imperador (1858), que esperava fôsse possível ntinuar a política de conciliação iniciada com o gabinete Paraná 1853-57), assumiu o visconde a presidência do Conselho e a pasta Marinha. Sabia êle não ser mais possível trilhar o caminho toado por Paraná. Na exposição de seu programa ministerial, justicava-se: *"Não sendo, pois, a conciliação um sistema de política, entendo que o gabinete não deveria considerá-lo como tal; e é r êsse motivo que o discurso da coroa não empregou esta palavra, a substituiu por essas — justiça e moderação. Não se trata de stiça aplicada à política; trata-se da justiça que protege todos os nteresses ligítimos, que defende todos os direitos; da justiça que gia incessantemente sôbre a fiel execução da Constituição e das is."* Neste seu período de presidência, foram efetuadas reformas dministrativas nas secretarias da Justiça, dos Estrangeiros, da larinha e do Império. (6) Tendo chamado a si a direção dos egócios da Marinha, fez baixar várias ordens relativas a material pessoal. Em 1862 e 1865, declinou da incumbência de organizar gabinete. Em 1878, instado, pela última vez, pelo monarca, ecusou a presidência dos negócios políticos do Império. Estava com 0 anos.

No Senado, emprestou ao cargo austeridade e, quando na sua residência, que se prolongou por doze anos, exigiu dos colegas o náximo de decôro, no desempenho do mandato, principalmente nas iscussões parlamentares, as quais solicitava fôssem feitas em linuagem elevada, sem referência desairosas. Consigo mesmo, chegava a rigor em demasia, na observância, dos menores preceitos ociais. De uma feita, viajando em seu *coupé*, este se desarranjou viu-se ele obrigado a tomar um tílburi. Passando por Machado de

---

(5) — "Tão grande foi a simpatia que Abaeté deixou na capital da Confederação, que era desejo geral de que êle voltasse como representante diplomático do Brasil" — Bruno A. Magalhães, op. cit. 241.

(6) — "Enganar-se-ia quem pretendesse aferir o valor de Abaeté pelos seus atos na presidência do Conselho. Ao exercê-lo já não era o combatente de outrora, cheio de abnegações e fé patriótica, ardoroso e destemido, que fôra um dos mais aclamados representantes do liberalismo nas inolvidáveis jornadas da abdicação e da maioridade. Era um desiludido que se não adaptara ao novo meio político. Nem mesmo o seduziam mais os encantos da política de conciliação que merecera o seu decidido apôio, porque esta se tornara um simples eufemismo para disfarçar a fuga de uns para o campo liberal e de outros para o campo conservador" Tavares de Lira, — *A presidencia e os presidentes do Conselho*, Rio, 1923.

Assis, evitou cumprimentá-lo. Momentos depois, no Senado, explicou-lhe que assim procedera por não ficar bem ao presidente daquela casa ser visto viajando num daqueles veículos, o qual julgava em desacôrdo com a sua elevada posição. Não discrepava o velho senador. De outra feita, julgando-se melindrado por um colega demitiu-se da presidência do Senado. Incontinenti, foi reeleito por unanimidade. O seu prestígio era consumado, inclusive entre o povo que, à sua passagem, destinguia-o com respeito (7).

Visconde com grandeza, possuia o grau de oficial da ordem do Cruzeiro e a grã-cruz da ordem de Cristo. Por ocasião de sua morte sua majestade ordenou que lhe dispensassem honras de príncipe.

BIBLIOGRAFIA

Protesto contra o ato do parlamento britânico, sancionado a 8 de agosto do corrente ano (1845) que sujeitou os navios brasileiros que fizeram o tráfico de escravos ao alto tribunal do almirantado, e a qualquer tribunal do vice-almirantado dentro dos domínios de sua majestade britânica. Rio de Janeiro, 1845 (41 ps. — Escrito em 3 idiomas: português, francês e inglês.

Tratado de comércio de 7 de março de 1856. Rio de Janeiro 1856.

(7) — A propósito e confirmando a consideração que êle desfrutava, conta-se: "Era costume aquí no Rio de Janeiro, durante o Carnaval, o não se consentir que ninguem passasse pela rua do Ouvidor com chapeu a cabeça. Se um indivíduo qualquer recalcitrava, a multidão intimava-o: "Tira". Se o indivíduo recalcitrava, um irreverente "limão de cheiro" atirava-lhe o chapeu ao chão. No sábado gordo de 1882. o visconde de Abaeté surgiu, em plena tarde, na rua do Ouvidor abarrotada de foliões, carnavalescos, com a cartola enfiada na cabeça, de onde se lhe derramavam pela gola da sobrecasaca os longos cabelos encaracolados. Ninguem, lhe atirou um "limão de cheiro". Ninguem o intimou — "Tira! "E se alguem que não o conhecia tentava um gesto ou uma palavra, logo se ouvia a advertência: "Psiu! È' o Abaeté!..."

JOSÉ PEDRO DIAS DE CARVALHO

14-5-1848 a 31-5-1848
24-5-1862 a 30-5-1862
15-1-1864 a 31-8-1864
12-5-1865 a 4-3-1866

Nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 16 de julho de 1805 e aleceu no Rio-de-Janeiro, em 26 de julho de 1881. Feitos os estu-os primários em aulas particulares, ingressou no seminário episco-al e, aos 15 anos, estudando latim, tomou tal gôsto pela matéria ue, por doença do professor, o substituiu durante um ano. Mu-ando-se a família para Vila-Rica, continuou colaborando nos negó-ios comerciais de seu pai, alheio à política. No entanto, o mesmo ão acontecia em relação à imprensa, que já lhe despertara o entu-iasmo. Assim, arrostando as dificuldades do meio acanhado e pri-nário, fundou o *Patriota Mineiro*. (1) Pouco depois, passou à dire-ão do *Universal*, (2) criado e dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e, ainda, redigiu o *Itacolomi*. Servindo às boas causas, iu os seus esforços premiados com a sua nomeação para juiz almo-acel e com a eleição para deputado. Dessa época em diante, foi uase ininterrupta a sua ascenção aos mais altos postos da adminis-ração e da política brasileira. Com efeito, tomou assento na camara unicipal (primeiro como suplente e depois efetivo), no Conselho eral da Província; foi membro da comissão incumbida de exami-ar, para nova classificação, os empregados da fazenda de Minas erais; procurador fiscal da Tesouraria; obteve a patente de capitão a Guarda Nacional; vereador da câmara municipal de Ouro-Preto; nspetor interino e efetivo da Tesouraria; juiz de paz (Ouro-Preto); eputado (várias vezes) a Assembléia Provincial mineira e à As-

(1) — Era o jornal impresso em tipos e prelo de madeira.
(2) — Saia igualmente da mesma oficina. Tendo Bernardo Pereira le Vasconcelos tomado posse de seu lugar na Assembléia Geral, o dono la tipografia chamou Dias de Carvalho para a direção do mesmo. Mais arde, já deputado, adquiriu êle e levou para Ouro-Preto, o primeiro prelo le ferro com que contou aquela cidade.

sembléia Geral. Em 1842, quando rebentou a *revolução liberal*, e ele um dos principais chefes e a ela se devotou ardentemente.

"Mas uma das afirmações mais notáveis da sua individualidad senhores, é a de revolucionário. Lancemos sobre esta face do dign patriota um pouco de luz.

Quaisquer que sejam os intúitos, que possam desentranhar d documentos relativos à revolução de Minas em 1842, um deles l de prevalecer sempre — o do zelo pelas liberdades populares.

Seria esse um protesto para justificar o rompimento? Haver incluso e oculto intuito por certo louvavel — outro que devia s condenado? Tranpondo-nos àqueles tempos, em que eram tão m lindrosos o patriotismo, e não estava ainda assentada a vida const tucional representativa, lançar mão das armas como recurso cont a lei considerada revogatória daquelas liberdades, parece-me t natural passo como é hoje, em casos idênticos, recorrer à impren à tribuna, às reuniões, à discussão enfim para conseguir a reform de semelhantes leis.

Dias de Carvalho, jornalista e político, não podia ficar em fr obscuridade, quando a chama da revolta espargia o seu médon clarão por toda a província, onde êle tivera o berço, e a que dev a sua já então notavel posição.

Pinto Coelho convida-o para seu secretário, e êle aceita es lugar com a convicção de bem servir ao país. Êle próprio redige "Manifesto aos Mineiros", que, em nome do presidente da rebeliã aparece na coleção de documentos.

Vencida a rebelião no arraial de Santa Luzia, Dias de Carvalh com os vultos mais eminentes do seu partido, caiu no poder das fo ças legais. Processado e pronunciado, apresentou-se ao juiz e pr duziu êle próprio a sua defesa. Seguem-se a absolvição por 10 vot mas apelando da sentença o juiz de direito, foi submetido a no julgamento, e desta vez absolvido unanimemente. Três dias depo quando se considerava de todo livre, é novamente recolhido à pris por ter apelado o promotor público. Durou pouco o efeito desse a porque, não havendo o tribunal superior tomado conhecimento apelação, o ilustre mineiro teve de voltar definitivamente ao gr da liberdade." (3)

Novamente deputado, Dias de Carvalho teve o grato prazer verificar que não havia perdido a estima de seus pares. Em 18 (14 a 31 de maio), ingressava no ministério, substituindo Limpo Abreu na pasta da Fazenda. No gabinete seguinte (chefiado

(3) — Franklin Tavora — *Discurso*, *Rev. Inst. Hist. Geog. B* t. XLIV, 1881, 2.ª parte, ps. 477, 480.

aula Sousa), coube-lhe a pasta do Império; de 1854 a 1857, serviu a diretoria do Banco do Brasil, como secretário e presidente; com gabinete Zacarias, de curta duração, foi o ministro da Fazenda 24 a 30 de maio de 1862). Novamente no poder, o conselheiro o amou, outra vez, para seu ministro daquela pasta (15 de janeiro 31 de agosto de 1864). Finalmente, pela quarta vez, retornou à ireção dos negócios financeiros do império, com o gabinete Olinda 12 de maio de 1865 a 4 de março de 1866). As suas gestões foram elativamente curtas e em gabinetes quase de emergência. Na Câara dos Deputados, produziu discursos, onde estudou nossa tuação financeira e indicou medidas no sentido de melhorá-la.

Primeiro secretário e presidente da câmara temporária; senaor (1857); conselheiro de estado (1857); veador de sua majestade imperatriz (1880), pertencia tambem ao quadro do Instituto Hisórico e Geográfico Brasileiro.

IBLIOGRAFIA

Manifesto aos mineiros. Trabalho publicado em 1842, por ocasião da revolução liberal em Minas Gerais.

Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de setembro de 1864. Rio de Janeiro, 1865.

Manifesto do centro liberal. Rio de Janeiro, 1869. (67 ps.).

FRANCISCO DE PAULA SOUSA E MELO

31-5-1848 a 18-8-1848

Nasceu em Itú, São Paulo, em 5 de junho de 1791 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1851. Filho de Antônio José de Sousa (bacharel em cânones) e Gertrudes Solidônea de Serqueira. Com a morte de seu pai, que o deixou orfão aos 4 anos, tuidou-lhe da educação o jesuita José de Campos Lara, seu parente, omem culto e ilustrado. Em Itú, iniciou as primeiras letras, pasando-se, a seguir, para São Paulo, onde fez mais da metade do urso de humanidades. Devido à sua compleixão franzina, não oude continuá-lo, retirando-se novamente para a vila natal, dediando-se à vasta biblioteca que lhe ficara como herança paterna. oi aí que verdadeiramente adquiriu o sólido cabedal de conhecimentos que a todos admirava.

Em 1820, após a revolução portuguesa, foi eleito deputado, por São Paulo, às côrtes de Lisbôa, figurando o seu nome ao lado de Feijó, Antônio Carlos e Vergueiro. Entretanto, sempre adoentado por essa razão não podendo embarcar, deram-lhe substituto na pessôa de Silva Bueno. Não lhe saiu mal ter permanecido no Brasil. Efetívamente, tendo-se iniciado o movimento pró-independência, a idade de São Paulo se pôs ao lado da metrópole. A câmara de Itú, m sessão extraordinária, se pronunciou contrariamente, pela obediência ao príncipe D. Pedro. Coube a Paula Sousa (como o chamavam), ser o porta-voz dos patriotas que anteviam a dissolução dos ados políticos.

Proclamada a independência, êle que já ganhara as simpatias le seus comprovincianos, foi escolhido deputado à Constituinte. Muito tímido e desacostumado aos embates tribunícios, o estreante ão se fez notar. Dissolvida a assembléia, retornou ao estudo, em ua biblioteca particular. Em maio de 1826, com a abertura da rimeira legislatura regular, voltou, novamente, como deputado. á, então, se destacou quando, por vezes, assomou à tribuna. Ouvido om atenção pelos pares, a todos surpreendeu os seus vastos conhecimentos relativos ao direito constitucional, administrativo, internacional e financeiro.

Em 1833, foi escolhido senador, pela Regência. Leis de grande importância, tais como o Ato Adicional, a reforma do Código de Processo e a criação do Conselho de Estado e outras foram por êle minuciosamente estudadas e descutidas, no Senado. Formando ao lado dos que defendiam as instituições liberais, das quais era verdadeiro paladino, com sinceridade apostolar bateu-se para que as injunções políticas não as maculassem. Quando Bernardo Pereira de Vasconcelos e seus colegas de partido iniciaram a oposição do princípio da autoridade contra os liberais, Paula Sousa foi dos primeiros a se manifestar, da tribuna, contra o retrocesso. Pronunciou notaveis e eruditas peças em defesa de sua causa. Em uma delas teve ocasião de dizer:

Se o país não se satisfez com o que então (nos tempos coloniais) gosava, como se quer agora voltar, não ao passado, não ao despotismo, mas à tirania? Depois de navegarmos no mar tempestuoso das revoluções, vamos ao porto, não do despotismo, mas da tirania! E pode alguem persuadir-se de quem queira isto? Creio que não. Eis a razão porque eu disse que hoje há de fato luta de oligarquia contra a monarquia; mas aqueles que tem combatido pelos princípios sagrados que nos tem salvado, aqueles que na crise de 183 sustentarão a monarquia e a constituição, ainda estão vivos, hão de trabalhar e a vitória há de ser da monarquia e da constituição. (1)

Em 1845, passou a pertencer ao Conselho de Estado, gozando de absoluta confiança por parte do monarca, que muito lhe admirava o carater. Três anos depois (31 de maio de 1848), aceitou a incumbência de organizar o gabinete, acumulando com a presidência do conselho (2) a pasta da Fazenda. Ideialista sincero, Paula Sousa não era pessoa indicada para postos de comando, ainda menos para enfrentar injunções políticas, na direção de um ministério. Assim, viu-se obrigado a abandonar o poder, ao cabo de cinco meses de governo, para não se incompatibilizar com os correligionários que lhe exigiam medidas partidárias, das quais discordava, por princípio. Mais afeito ao trato dos livros do que ao dos homens, e sempre indeciso por excesso de escrúpulos, perdeu êle ocasião de fazer valer os legítimos postulados do sistema representativo, pelos quais se batera valorosamente.

De austera religiosidade, grande cultura e louvada probidade manteve elegante compustura parlamentar e fé inabalavel no liberalismo.

---

(1) — Trecho de um seu discurso no Senado, na sessão de 3 de setembro de 1841.

(2) — Afim de evitar rivalidades, fez êle depender a sua participação no govêrno de nomeação de um presidente do conselho, no que foi atendido.

BERNARDO DE SOUSA FRANCO

(Visconde de Sousa Franco)

18-8-1848 a 29- 9-1848
4-5-1857 a 12-12-1858

Nasceu em Belém, Pará, em 28 de junho de 1805 e faleceu no io de Janeiro, 28 de maio de 1875. (1) Filho de Manuel João ranco (negociante) e Catarina de Sousa Franco. No seminário e Belém estudou humanidades e naquela cidade freqüentou igual- ente a aula de filosofia (dada pelo futuro marquês de Santa Cruz, rcebispo da Baía). Ainda jovem, dando-se no Pará uma revolta otivada pela proclamação da lei constitucional portuguesa, alis- u-se na guarda cívica nacional, organizada para debelar o movi- ento. Passado algum tempo, ingressou numa conspiração pro-inde- endência da colônia, foi preso e remetido para Lisbôa, juntamente om mais de duzentos outros companheiros, os quais foram encarce- ados durante meses na torre de S. Julião. Desgostoso com essa sua titude, o seu pai o empregou numa casa comercial, na qual êle tra- alhou por sete anos. O gosto pelos livros, que já se lhe havia des- ertado, não desapareceu. Parte desse período de comerciário, des- endeu-o quanto pôde em leituras e estudos. Foi por essa razão ue, ao dar-se a criação dos cursos jurídicos, abandonou o balcão, eguiu para Pernambuco (Olinda) e matriculou-se na faculdade e Direito, bacharelando-se, afinal, em 1835. Destinguiu-se, nessa ase, pela intensa vida intelectual que desenvolveu, tanto em pales- ras literárias como colaborando na imprensa, principalmente no *)iário de Pernambuco* e na *Voz do Beberibe*. Retornando ao Pará 1836), serviu como procurador fiscal da Tesouraria, ingressando, ouco depois no magistério, como juiz do Cível da Capital, aposen- ando-se (1854), no cargo de desembargador. Se não foi longa a ua carreira como magistrado, deve-se isso a ter sido constante-

(1) — Macedo, J. M. — *Rev. Inst. Hist.* ano 1875, p. 433, dá a sua orte em 9 de maio de 1875.

mente solicitado pela política e pela administração. E' de salie tar-se, todavia, que, no exercício daquela profissão, consagrou- magistrado digno, cumpridor de seus deveres e justiceiro.

Eleito deputado, primeiramente, filiou-se ao partido conserv dor, mas, por princípio, abandonou-o, formando com os liberais, quais o tinham como um verdadeiro chefe. Escolhido governad do Pará (1839), neste posto fez boa adminstração. Assumindo- quando naquela província reinava desordem proveniente de luta se vagem, que durara longos meses, restabeleceu a disciplina, regular zou as rendas e tomando ainda várias outras medidas administrat vas, firmou-se como administrador avisado e capaz. Presidente Alagoas (1844), alí, não lhe foi possível dar largas às suas qua dades já anteriormente comprovadas. Tendo de manter luta aber com grande horda de desordeiros, não pôde, por esta razão, ded car-se convenientemente aos problemas alagoanos, que urgiam p solução. A sua incumbência principalmente consistia em pacificar facções políticas que se degladiavam. Moderado e tolerante, procuro conciliar os elementos desavindos, concitando-os a não pertubarem ordem. Mas a luta vinha de longa data. Desde 1839, Sinimbú e seu adversários se batiam por ampla vitória eleitoral, ambicionando domínio absoluto da política local. Alegando que o presidente pro tegia Sinimbú, a oposição recorreu às armas. Obrigado a resistir sem efetivos para isto, valeu-se de reforços vindos da Baía e Per nambuco e, ainda, de tropas do exército mandadas pelo govêrno cen tral. Pacificados os ânimos, foi substituido pelo senador Caetan Maria Lopes Gama. Quatro anos depois (1848), aceitou a pasta do Estrangeiros, no gabinete Paula Sousa, a quem substituiu, interi namente, na pasta da Fazenda, de 18 de agosto a 29 de setembr daquele ano. Com o gabinete Olinda (1857), foi novamente convi dado para ministro da Fazenda. No impedimento do visconde d Maranguape, então ministro dos Estrangeiros, coube-lhe defender política governamental, na questão do Amapá, o que realizou con raro brilhantismo. Ao assumir pela segunda vez a pasta das Fi nanças — 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858 — trazi boa soma de conhecimentos sobre questões administrativas e finan ceiras e, se não lhe coube tomar, por essa ocasião, iniciativas de destaque, não é pouco dizer-se que, a braços com uma crise comer cial seríssima, soube manter as de bom quilate, introduzidas pel seus antecessores. Batia-se pela pluralidade bancária, mas condi- cionava-a à restrita autorização oficial. Foi por essa forma que auto rizou as operações de vários bancos (Banco Comercial e Agrícola Banco da Província do R. G. do Sul, Banco da Província de Per- nambuco, Banco da Província do Maranhão, Banco Rural e Hipo tecário e a do Banco da Província da Baía). Sales Torres Homem

u grande adversário de idéias financeiras ofereceu-lhe forte dis-ssão, da qual êle se saiu a contento, não obstante os arroubos no-veis produzidos pela eloqüência de Inhomerim. Em verdade, era merária a sua política, pois, redundaria no exagero das emissões. eal e sincero, estava convicto de que sustentava boa causa. "Há scos, senhores, — dizia êle — porém onde é que não os há? Mi-ades de navios sulcam os mares, e o seu número aumenta de dia n dia, não obstante os perigos do terrivel elemento". A situação nanceira, em 1857, tomou aspecto grave e o descontentamento umentou a oposição contra o ministério. O câmbio, inicialmente a 7, desceu a 23. Na Câmara, as interpelações se sucediam. Corajoso desassombrado, o visconde não escondia os males e se propunha remediá-los. A situação cambial era o pesadelo de todos. Silveira a Mota, com a palavra, exigiu amplas satisfações. Sousa Franco, ue não conhecia temores, respondeu:

O nobre senador sabe que câmbio baixo quer dizer descon-ança em todas as transações com o país, principalmente por parte os países estrangeiros... câmbio baixo quer ainda dizer sofrimen-s para as classes que vivem de suas rendas, para os servidores do stado em geral, que nas suas rendas, nos seus ordenados e nos seus ldos passam a receber menos do que antes.

Cada 100$000, *que equivalia a* 25 *oitavas de ouro, não passaria valer mais de* 22 *oitavas,* 20 *oitavas, e portanto a comprar menor uantidade de mercadorias.*

Câmbio baixo quer dizer a retirada dos metais e não somente ouro, que pode ser suprido pelo papel, mas tambem da prata, ue é moeda de trocos, e até da moeda de cobre quando, o câmbio escesse a 22; *e o nobre senador sabe os embaraços politicos e co-erciais que nos ia causando a retirada da prata, do que procedeu falta de trocos. E que calamidades a vir se, câmbio a* 22 *e a* 20, *exportarem as moedas de prata e de cobre!*

Câmbio baixo quer ainda dizer embaraços para todas as ansações, embaraços e sofrimentos para todos em geral, para todas s classes, sem exceção alguma.

O govêrno tomou medidas, afim de levantar o câmbio para 27 s primeiras providências foram dadas com decisão. Mas, o Banco o Brasil não dispunha de recursos para cooperar com maior efi-ência. Faltavam-lhe meios para sacar sobre Londres os fundos de

(2) — Em virtude de lei de 11 de setembro de 1846, o Banco do rasil sacou 101.000 libras em dezembro de 1857, e 250.000, em janeiro e 1858.

compensação. As dívidas comerciais eram enormes; só uma larga operação de crédito remediaria a situação. Assim, ao deixar a pasta o *deficit* não era pequeno.

Advogado militante, teve banca bastante concorrida. Na tribuna, foi orador de palavra fácil, enérgica e convincente. Certa vez (1850), era o único deputado liberal na Câmara. Chamavam-lhe *unidade oposicionista*. Sozinho, sempre doente, discursava quase todos os dias, às vezes, duas e três vezes, discutindo com lucidez invejável, tôdas as questões que lhe mereciam atenção. Era um espetáculo dignificante ver-se um único homem, alquebrado, enfrentando todo o plenário. Alguem, observando a Bernardo Pereira de Vasconcelos, disse: — "Que importa o Sousa Franco? Ele é um só na Câmara". — "Sim, um só, mas é o primeiro; — observou o velho estadista."

Ainda, a propósito de suas lutas ásperas e ferinas, conta-se o seguinte episódio:

— "Um dia o hábil e espirituoso deputado Aprigio falava sarcástico e insistente a torturar a *unidade oposicionista*: um desassisado espectador o interrompeu arremedando o latir de um cão. O presidente e toda a Câmara bradaram contra o grosseiro insulto, mas o imperturbavel Aprígio exclamou:

— Sr. presidente, foi um aparte do Sr. Souza Franco!

— Enganou-se, respondeu logo este; foi o éco de sua própria voz."

Em 1855, foi escolhido, em lista tríplice, senador pelo Pará. Livre pensador, quando se discutiu a *questão religiosa*, atacou exatadamente as pretensões da cúria romana. Economista de boa formação, era inabalavel em suas convicções. Achava que a monarquia constitucional era a melhor morma de govêrno e a ela emprestou tôda a fôrça de sua inteligência. Já sexagenário, aceitou a presidência do Estado do Rio de Janeiro (1864), numa fase quase de ruina financeira em que se encontrava aquela unidade brasileira. Em menos de um ano de govêrno melhorou-a consideravelmente, a ponto de quase equilibrar o orçamento provincial. Alem disso, como estavamos em guerra com o Paraguai, trabalhou intensamente na organização do voluntariado. No Conselho de Estado, ao qual pertenceu, nenhum de seus colegas o excedeu no desempenho dêsse elevado posto. Em 1872, foi agraciado com o título de visconde com grandeza. Possuia as condecorações: grã-cruz da ordem de Cristo, ide da Rosa, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a outras instituições de cultura.

IBLIOGRAFIA

Os bancos do Brasil, sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário. Rio de Janeiro, 1848.

A situação econômica e financeira do Brsail — in "Biblioteca brasileira", 1863, t. 1.º, numeros 1 e 2.

Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados na sessão de 1851 da nona legislatura da assembléia geral. Rio de Janeiro, 1851.

Manifesto do centro liberal. Rio de Janeiro, 1866,/67 ps. (Este trabalho está tambem assinado por José Tomás de Araujo, Zacarias de Gois e outros).

Programa do partido liberal. Rio de Janeiro, 1870 17 ps. Colaborou, quando em Olinda, no *Diário de Pernambuco;* no jornal *Voz de Beberibe* e na revista *Biblioteca Brasileira.* (Rio, 1863).

PEDRO DE ARAUJO LIMA

(Marquês de Olinda)

29-9-1848 a 6-10-1848

Nasceu no local denominado Antas (no engenho do mesmo me), Pernambuco, em 22 de dezembro de 1793 e faleceu no Rio Janeiro, em 7 de junho de 1870. Filho do capitão Manuel de aujo Lima e Ana Teixeira Cavalcanti, abastados fazendeiros e ricultores. No Recife fez os estudos primários e os de latim, ometria, filosofia racional e moral, indo em seguida para Coim- a (1813), em cuja Universidade se bacharelou em cânones 817) e obteve o grau de licenciado em 1819. (1) No ano seguinte, de regresso ao torrão natal, recebeu nomeação de ouvidor de racatú, porém não a aceitou. Em 8 de julho de 1821, partia eleito putado às Côrtes de Lisboa. Nesta assembléia limitou-se a obser- r; certamente, aprendendo a maneira de melhor vencer os exalta- s e de os induzir a colaborar, qualidade que desde então foi sen volvendo e aperfeiçoando. Em 1823, seguiu para a Inglaterra de se demorou alguns meses. Tendo sido eleito deputado, por ernambuco, à Constituinte, designaram-no para a comissão de onstituição. Não foi assíduo na tribuna. Calmo e maneiroso a mais o poder, conversava e convencia. Durante os 8 meses de consti- inte, foi essa a sua tarefa. Relatou alguns casos e impôs-se pela screção, embora sêca, sem afabilidades. Com a dissolução do par- mento êle, que não tomara partido, não foi molestado, enquanto tros sofreram prisão e banimento.

Com a demissão do general Vilela Barbosa, ministro do Impé- o, aceitou a pedido do monarca, aquele cargo em circunstâncias fíceis. Com efeito, dissolvendo a Constituinte D. Pedro I se in- spusera com os constitucionalistas e, para conseguir seus intentos, tava disposto a cometer maiores violências. Quem presidisse o

---

(1) — Ambos os cursos fê-los Olinda com notas distintas sendo uito considerado pelos seus mestres.

gabinete estaria obrigado a tolerar-lhe os desmandos. Com isso n se daria Araujo Lima. Por essa razão somente passou três dias poder. (De 14 a 17 de novembro de 1923). Estava com 30 ano A estréia no comando não fôra das mais auspiciosas; mas valeu-l a experiência, em que pese a curta demora. Sem função políti embarcou para Pernambuco e de lá para a Europa. Na França, d morou-se por um ano, freqüentou um curso de direito, visitou m seus, bibliotecas, arquivos e principalmente observou como alí fazia política parlamentar. Em 1825 foi para a Italia. De lá pa sou-se à Inglaterra (1826), de onde retornou à França. De vo ao Brasil (1827), estava novamente eleito deputado, por Perna buco, à Assembléia Geral e, até morrer, não mais deixaria a vi ministerial e parlamnetar. Em exercício, elegeram-no para a comi são de Constituição (uma das mais importantes). Aos poucos, f opinando e tambem demonstrando que a sua argumentação, apes de fria, sem a eloqüência tão do sabor da maioria, era de boa l gica. (2) Dessa forma, sem demonstrar ardores combativos, cond ziram-no à presidência da Câmara. (3)

Ainda naquele ano (1827) assumiu a pasta do Império (20 d novembro de 1827 a 15 de junho de 1828). A nova experiência f mais demorada; e teria sido mais prolongada se concordasse com a leviandades do imperador. Efetivamente, tendo-se dado uma revolt de batalhões estrangeiros, D. Pedro, sem mais explicações, demiti o ministro da Guerra (Bento Barroso Pereira). Araujo Lima, er face da desconsideração, solicitou, irrevogavelmente, a sua dispens no que foi acompanhado por Miguel Calmon e Lucio Soares Te xeira de Gouveia. (4) Embarcou para Pernambuco e, alí aceito por meses a direção dos cursos jurídicos de Olinda. Após o 7 d abril, novamente, na Câmara, iniciava a sua ascenção definitiva A abdicação do imperador, agitando os ânimos, provocara o descon tentamento e a revolta. Restabelecida a autoridade do poder ce tral, com a instituição da regência trinta provisória, foi a mesma, d curta duração, substituida por outra permanente. Com esta, foi ê chamado por Holanda Cavalcanti (ministro do Império), para pasta da Justiça. Durou quarenta dias a sua permanência no Mini tério. Mas, de acôrdo com as suas vitórias, sempre sem alarde

---

(2) — Esta observação, dá-nos Machado de Assis: "Quando tinh de responder a alguem, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atent cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem toma uma nota."

(3) — Presidiu a Câmara em 1829, foi vice-presidente em 1831-2 e voltou a presidí-la em 1835, 1836 e 1837.

(4) — Estes logo voltaram às boas com o monarca.

rém bem alicerçadas, ia-se impondo, já pela coerência, já pela neira discreta e simpática com que se havia no governo ou fora e. Depois de promulgado o Ato Adicional, Feijó assumiu o poder em menos de dois anos, teve quatro gabinetes. Na presidência da mara, Araújo Lima prestigiou o regente. A sua habilidade e tato, no um verdadeiro para-choques, amorteceu enquanto foi possível oposição, que gradativamente crescia ao padre-estadista. Com a saída para o Senado, para o qual foi eleito em 5 de setembro de 37, desarticulou-se a ala governista. Afinal, doente, desgostoso e ontado, o bravo ituano resignou (18 de setembro de 1837) e eou Araujo Lima ministro do império para que, de acôrdo com onstituição, assumisse a Regência. Praticamente, estava sem comissos partidários; assim, poderia agir livremente.

No supremo posto, em 19 de setembro de 1837, nele se conser- u até 23 de julho de 1840. Governou com quatro gabinetes, sendo e, com o inicial (19 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839) la primeira vez subiu ao poder o partido conservador, criado de uco pela fusão entre facções dos liberais-moderados e reacionás. (Foi o chamado ministério das *capacidades*. Dele faziam parte: rnardo Pereira de Vasconcelos, Maciel Monteiro, Miguel Calmon, drigues Tôrres e Rêgo Barros).

Na Câmara e no Senado dispunha de sólido prestígio. Maneio e sabendo contentar bem a gregos e troianos, só uma razão ito forte poderia atirá-lo fora do poder. Disto estavam bem avilos os liberais e foi bem atilada a descoberta de uma maioridade cessária. Por uma questão constitucional, Olinda desapoiava a ia e assim o fazia porque a sua atuação coroava uma fase singude nosso desenvolvimento político. "A Regência, com o seu vêrno eletivo e democrático, com a fragil simpatia de um partido m têmpera despótica e infenso às asperezas da luta, sem apôio om a animadversão declarada do exército, sitiada entre os restaulores e os exaltados, sem mendigar os favores dessas extremas rcialidades, e antes combatendo-as, foi de certo a era de maior ilidade na histórica política da monarquia." (5) Afinal, venceram maioristas e com eles os liberais que tomaram conta do poder. (6) sua fase regencial, embora curta, foi profícua. E se não tivesse

(5) — João Ribeiro — *História do Brasil*, curso sup. 13.ª ed., Rio, 5, p. 486.

(6) — Em 15 de abril de 1840 fundou-se o Club da Maioridade para iar essa idéia, levantada com sagacidade e entusiasmo desde o prinio do ano. A frente do movimento estavam os irmãos Andradas, intiratos e altivos. Por todas as formas, procuravam impressionar, afim levar de vencida seus propósitos. Na Câmara, Honorio Hermeto, apretou projeto reformando a Constituição para que se conseguisse a

de arcar com o descontentamento advindo das gestões anterior não se teria visto a braços com a *sabinada,* na Baía, a *balaiada,* Maranhão e a incruenta guerra dos *Farrapos,* no Rio-Grande-d Sul. Embora conseguisse jugular esses movimentos, as fôrças pr dutoras profundamente combalidas, não permitiam grandes gast e, consequentemente, reformas materiais que já se tornavam nece sárias.

Em 18 de julho de 1841, foi agraciado com o título de viscon de Olinda, com grandeza. Na sua poltrona do Senado, continu impassivelmente, observando e aguardando os acontecimen Aparteando com calma, relatando com minuciosidade e raram discursando, anotava, contudo, homens e fatos e com isso manti o segredo de saber resolver os problemas que se lhe deparavam. 1848, subia novamente ao poder, como presidente do conse acumulando as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda. No par mento, dando conta de sua futura atuação, dizia: "Direi que o at gabinete não faz promessas não quer prometer para não se ver m tas vezes na dura necessidade de não poder cumprir os seus desejo Conservando-se na mencionada presidência até 11 de maio de 18 foi gestor da Fazenda de 29 de setembro a 6 de outubro de 184 Dimitiu-se, desta vez, por não concordar com a orientação dada política do Prata. Deixou o poder para ficar com suas próp convicções. Voltou ao Senado, para contemplar os fatos.

Entretanto, não era um estático. Se observava a luta políti procurava tirar disso conclusões e não raro as expendia no plenár Pouco antes da formação do gabinete Paraná (1853), em discur incisivo, dizia com bastante razão: "Nós precisamos de administ dores; onde a corôa os achar, os vá chamar, quer sejam ou n membros da representação nacional; eu contento-me com uma beça política no ministério, os mais sejam administradores."

Em 1854, por ato de 2 de dezembro, se tornou marquês. T anos passados, assumia a presidência do Conselho e a pasta do I pério (de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858). Justi cando o seu rumo político, expunha, no parlamento:

"Quais são, porém, os princípios do atual govêrno? E' natu que se pergunte. São esses princípios, ou, para servir-me da pala consagrada nestas ocasiões, o programa do govêrno.

Senhores, um programa de govêrno não é mais do que a neira de resolver as questões pendentes. Nestes objetos pode

---

maioridade do imperador antes de 18 anos. A discussão foi cerra Outras medidas foram apresentadas para resolver a situação e povo principiava a inquietar-se quando tivemo so célebre — *Quero*

nsiderar questões de duas ordens. Umas são relativas ao pensa-ento regulador dos atos do govêrno, são relativas ao espírito que es dá vida, que lhes imprime um carater especial em seus efeitos, ão tanto em relação aos objetos sobre que recaem, mas em relação ordem pública em geral. Outras dizem respeito a objetos pura-ente administrativos.

Quanto às primeiras, o programa do governo encerra-se e ha-se já na exposição, que acabei de fazer, da maneira porque foi rganizado o ministério. O mesmo pensamento que presidiu a orga-zação do ministério, êste mesmo pensamento é que há de dirigir us atos.

Quanto aos objetos administrativos, na fala do trono acham-se dicadas as primeiras necessidades. O ministério remete-se aos tra-ulhos, que já existem, sobre alguns dêsses assuntos; e se julgará uito feliz si puder conseguir que alguns sejam convenientemente solvidos."

Ao organizar o gabinete, desnorteou a política faccionista. onservador que era, um dos chefes do partido, levou consigo, como inistros, dois ardorosos liberais — Bernardo de Sousa Franco e brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho. Êste para o Ministério da uerra, aquele, para o da Fazenda. A verdade é que assim procedeu ntando continuar a política de conciliação anteriormente iniciada elo marquês do Paraná. Pessoalmente, o seu prestígio era sólido. onstitúe caso singular, a sua personalidade solitária e sóbria, sem randes gestos amaveis, conquistando amizades e, mais do que isto, rnando-as submissas ao seu comando, sem mística. Parcimonioso n tudo, havia-se com raro tato e não temia ataques. Justificando a onduta que tivera na organização do ministério, explicava:

"O ministério está firme em manter a conciliação, está firme m manter os elementos que a Constituição consagra, está firme em eunir todos os brasileiros, em chamá-los aos gozos que a Consti-uição outorga a todos, em dar ao país todo o desenvolvimento que mesma Constituição permite."

"Senhores, olhemos para todos os ministérios que tem havido ntre nós; não se encontrarão neles indivíduos que em outras épo-as professaram opiniões opostas às dos gabinetes de que fazem arte?

E' preciso senhores, definir a nossa situação; o govêrno não onhece distinção de indivíduos, nem de princípios, quando contidos dentro da Constituição."

Afinal, a política financeira de Sousa Franco, combatida tenaz-nente, levou o gabinete à renúncia. Voltou Olinda para o Senado,

para aguardar os eventos. Sabia esperá-los. Havia sido regen presidente de conselho, ministro de várias pastas, presidira a Câma e o Senado. O seu posto seria sempre o do comando.

Em 1862 (30 de maio) assumiu novamente a presidência Conselho e a pasta do Império, demorando-se na direção dos ne mos até 15 de janeiro de 1864. A situação, como de outras vez a que fôra chamado ao govêrno, era difícil. No exterior, no Prat guerra civil lavrava no Uruguai, e este, de relações quase cortad com a república Argentina, obrigava-nos a uma vigilância con tante. No interior, decrescera as rendas do país; urgiam reform que proporcionassem um ressurgimento das fontes produtoras, b como cuidados especiais com o exército e a armada. Se não era po sivel atender-se convenientemente a êsses problemas, justo era q não os agravassemos. Senhor da situação, o marquês opinava sua plataforma:

"O programa do atual gabinete, na situação em que se acha os espíritos, é realizar, com o concurso das diversas opiniões pol ticas, certas medidas de há muito reclamadas pela opinião públic a respeito de cuja utilidade estão todos de acôrdo..

Para manifestar os princípios por que nos havemos de rege direi, quanto à política, que o nosso programa está nas nossas op niões, nos nossos atos, aquelas manifestadas, e estes praticados decurso de muitos anos.

Quanto aos negócios administrativos, um programa não é ma do que o complexo de medidas urgentes, imperiosas, do moment Ora, na fala do trono acha-se uma exposição das medidas mais u gentes; nós adotamos esta exposição da fala do trono como pr grama. A solução das questões que nela se envolvem, esta soluçã pede tudo.

O ministério, composto quase todo de homens de avançad idade, foi conhecido como o *gabinete dos velhos*. Olinda estava co 69 anos. Nessa sua fase de govêrno, a agitação política foi intens Havia sido fundada a *Liga*, que resultou de fusão de uma ala partido conservador e dissidentes liberais. No poder, o marquês, qu animara essa coligação, prestigiou-lhe as pretenções. Na Câmara, conservadores romperam contra o chefe do gabinete, em face apoio dado à novel agremiação que, nas urnas, conseguiu vitór significativa. Em que pesasse isso, não queria êle lutar, visto nã ser o seu propósito. Já no gabinete fizera substituições. Por sua ve elementos da *Liga* principiavam a se desavir. Coerente com se princípios de autoridade, solicitou e obteve dispensa do posto. Se tou-se na sua poltrona de senador para assistir à desagregação

rte do partido que ajudara a fundar. Em 1865, empreendeu agem de recreio à província natal, que não revia desde 35 anos. i, visitou o velho solar Antas, no qual nascera, e por onde passou i efusivamente recebido.

Naquele ano estavamos em situação difícil, quase caótica. A luta raguaia se iniciara com virulência incrível. Dado o assalto à aição, Lopez fantasiava a primeira investida com aparência de tória. No parlamento, discutiam-se as medidas de urgência, que veriam ser tomadas e isso se fazia sem se quebrar as barreiras rtidárias. Chamado ao govêrno, o marquês, que estava com 72 os, tomou posse em 12 de maio de 1865 e nele permaneceu até de agosto de 1866. "Nunca recusara olhar de frente situações sustentaveis. Quase todos os grandes chefes políticos do segundo pério temem certos momentos. Convidados para dirigir a administração do país recusam, negaceiam, apresentando desculpas, expiações, pretextos. São êstes, todavia os primeiros que alardeiam restígio na Câmara e tudo confiam na força moral dos governos. linda nada tem de comum com êsses métodos de medo e precaução mo certos médicos que, para que se mantenha íntegra a fama de randes cirurgiões, só operam numa alta probabilidade de sucesso, andando para os "principiantes" afoitos o segredo de errar acerndo. Olinda nunca recusa à Corôa o auxílio pedido. Em 1848 em aioria liberal, como em 1863 em maioria conservadora, o ex-deputado às Côrtes de Lisboa segue para a Câmara com uma naturalidade que escandalizava." (7)

Organizou o seu gabinete — chamado dos *águias* — e bem rto estava de que não era agradável a sua tarefa. A luta, no exteor, não unificara a opinião política, numa espécie de frente única. ram os partidos pela guerra ao ditador Lopez; mas, dentro do país, ão acordavam as idéias. E por causa de sua política orçamentária, ivamente combatida, renunciou o marquês, apesar do imperador ter rocurado demovê-lo de tal procedimento. (Não pude conservá-lo por ais que me esforcei — escreveu o imperador em nota ao livro de ito Franco). Retirou-se para o Senado e o Conselho de Estado. stava com 73 anos e com enorme experiência política. Ocupara os aiores lugares político-administrativos a que poderia chegar um údito do império. Não publicara grandes obras, nem fizera discursos notaveis. (8) Grave, lacônico, metódico e disciplinador, a isso ntava inegável bom senso.

---

(7) — Luiz da Câmara Cascudo — *O marquês de Olinda*, Rio, 1938 Brasiliana) p. 280.

(8) — Um tanto surdo desde moço, este defeito, com a velhice, auentou-lhe a gravidade e exigiu dos que o interrogavam cuidado especial, no falar.

Sócio fundador e honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, possuia as seguintes condecorações: oficial da ordem do Cruzeiro, grã-cruz da ordem de Cristo, grã-cruz da legião de honra (França), grã-cruz de Medjidies, grã-cruz de São Maurício e S. Lázaro (sarda), grã-cruz da ordem de S. Estevão (húngara) e grã-cruz de N S. de Guadalupe (mexicana), Visconde com grandeza e marquês.

BIBLIOGRAFIA

Projeto de Constitulção para o Império do Brasil.

Discurso em resposta ao Sr. senador Pompeu na sessão de de agosto de 1864. Rio de Janeiro, 1864 (8 pgs.).

Rio de Janeiro — Ministérlo dos Negócios do Império. Repartição geral das terras públicas, em 10 de abril de 1858. *Explicação* dada pelo marquês de Olinda, presidente do conselho de ministros ao visconde de Maranguape, ministro dos negócios estrangeiros sobre a nota que a este dirigiu o governo federal da Suiça, tratando da emigração suiça em geral, e especialmente dos colonos do senador Verguelro. Rio de Janeiro, 1858 — (ps).

Discurso — Proferidos no parlamento pelos senadores e deputados, 13 volumes.

Relatório apresentado à Assembléia geral legislativa pelo mlnistro do império, etc. — Rio de Janeiro — 1858.

Lulz da Câmara Cascudo, em *O marquês de Olinda*, Rio, 1938, pags. 45-48, dá-nos notícia de um trabalho do marquês, numa *composição literária*, dedicada ao general Luiz do Rego.

Certa vez, foi ele jogar em casa de Miguel Calmon e, ao iniciar-se a diversão, Calmon disse a esmo:

— Vê como jogas, velha besta.

Olinda, como se não percebesse, perguntou:

— Que diz?

— Digo que jogas admlravelmente, — respondeu Calmon.

Terminado o jogo e já de salda, Olinda chegou-se a ele e perguntou:

— Então seu Abrantes, o velho besta jogou bem?

Calmon, sem perder a calma, e a rir, exclamou:

— Ah! seu Olinda, eu sempre desconfiava que Você só era surdo quando lhe convinha.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUSA

(Visconde de Uruguaí)

6-12-1850 a 13-1-1851

Nasceu em Paris, aos 4 de outubro de 1807 e faleceu no Rio-Janeiro, aos 15 de julho de 1866. Filho de José Antônio Soares Sousa (físico-mór) e Antônia Madalena Soares de Sousa. Fez estudos primários no Maranhão seguindo dalí com 15 anos para oimbra em cuja Faculdade de Direito fez até o quarto ano. Ocor-ndo a revolução miguelista, transferiu-se para o Brasil e, em io-Paulo, concluiu o curso já iniciado. Após formado, foi nomeado iz de fora de São-Paulo, onde pouco se demorou .Com efeito, oteve transferência para a côrte, como juiz do crime do bairro de . José. Aquí, ocupou a segunda vara cível e, já desembargador, andonou a magistratura pela política. Em sua passagem pelas tras jurídicas deixou nome acatado tendo sido as suas sentenças pareceres bastante apreciados, tanto pela lógica dos conceitos como ela pureza da linguagem. Deputado pela província do Rio-de-Janeiro 1839) representou-a na Assembléia Geral, no Senado (1849), e oi tambem um de seus presidentes. Juntamente com Rodrigues orres e Eusébio, integrou o famoso triunvirato saquarema.

Em 1840 (23 de maio a 24 de junho) foi pela primeira vez hamado ao govêrno como ministro da Justiça. No ano seguinte e m 1843, voltou àquela pasta, interinamente, sendo que, ocupou o Ministério dos Estrangeiros em carater efetivo. Em 1849 dando-se retirada do marquês de Olinda da presidência do Conselho e tendo ido o mesmo recomposto sob a presidência de Monte-Alegre, este onvidou Paulino para ministro dos Estrangeiros. Num impedi-nento do ministro efetivo da pasta, Rodrigues Torres — de 6 de ezembro de 1850 a 13 de janeiro de 1851, exerceu a direção do Ministério da Fazenda. Sendo curta a sua permanência, não lhe foi ossivel assinar ato digno de menção. Em 1852, voltou pela ter-eira vez à pasta do Exterior.

Dando-se vaga de conselheiro de Estado sua majestade esco-heu-o como tal (1853) e, no ano posterior, (1854), agraciou-o com

o título de visconde de Uruguai, co mgrandeza. Ocorrendo, c a França a questão denominada de Oiapoque, esteve naquele pa (1855) defendendo os interesses brasileiros. Dotado de sólida c tura humanística e jurídica, o visconde teve o seu nome incluido quadro social de várias sociedades científicas e literárias, naciona e estrangeiras, entre outras: Instituto Histórico e Geográfico Br sileiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Institu Histórico do Rio-da-Prata; Academia Britânica de Ciencias, Art e Indústria; Academia Tiberiana de Roma; Sociedade de aclimaç de Paris e Sociedade animadora das ciencias e artes de Dunkerq

Possuia a grã-cruz da Ordem da Rosa, a comenda de oficial Ordem do Cruzeiro; grã-cruz da ordem de S. Genaro, de Napole grã-cruz da Ordem de Dambrog, da Dinamarca; grã-cruz da Orde de Corôa de Ferro, da Áustria e a grã-cruz da Ordem de Cristo, Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresenta à Assembléia geral legislativa. Rio-de-Janeiro, 1841, 2 volume

Código de processo criminal de primeira instância para o I pério do Brasil com anotações, nas quais se notam os artigos qu foram revogados, ampliados ou alterados. Contêm as disposiçõe provisórias relativas à Justiça civil e a lei de 13 de dezembro d 1841, que reforma o mesmo código. Rio-de-Janeiro, 1842.

Discursos proferidos na Câmara dos senhores deputados na sessões de 23 de janeiro, 27 de fevereiro de 1843. Rio-de-Janeir 1843.

Relatório da repartição dos negócios estrangeiros, Rio-de-Ja neiro, 1850-1853, 4 volumes.

Tratado jurídico das pessoas honradas, escrito segundo a legi lação vigente à morte de el-rei D. João VI. Lisboa, 1851.

Relatório do presidente da Província do Rio-de-Janeiro n abertura da 2.ª sessão da 2.ª legislatura da Assembléia provincia acompanhado do orçamento para a receita e despesa de 1339 1840, 3.ª ed. Niterói — 1851.

Três discursos do ministro dos negócios estrangeiros. Rio-d Janeiro, 1852. (Proferidos na Câmara e no Senado).

Resposta ao marquês de Olinda sôbre um projeto para melho organizar as administrações provinciais. Rio-de-Janeiro, 1853.

Limites com a Guiana francesa. Protocolo sôbre a respectiv negociação em 1856. (E' uma publicação anexa ao relatório d Ministério dos Estrangeiros de 1857).

Projeto de Código Criminal por uma comissão composta do visconde de Uruguaí, João P. dos Santos e M. Felizardo de Sousa e Melo. Rio-de-Janeiro, 1861.

Ensaio sobre o Direito Administrativo com referência ao estado e instituições peculiares do Brasil. Rio-de-Janeiro, 1862.

Estudos políticos sobre a organização das províncias do Brasil — Rio-de-Janeiro. 1865, 2 volumes (O visconde esperava escrever mais sôbre esta matéria, quando veio a falecer).

Administração local. Projeto apresentado à Câmara dos senhores deputados na sessão de 19 de julho de 1869 pelo ministro do Império. Rio-de-Janeiro, 1869.

MANUEL FELIZARDO DE SOUSA E MELO

12-2-1853 a 6-3-1853

Nasceu na freguesia de Campo Grande, no então municipio eutro, hoje Distrito Federal, aos 5 de dezembro de 1805 e faleceu a côrte, aos 16 de agosto de 1866. Filho de Manuel Joaquim de ousa (sargento-mór). Após estudar as primeiras letras e latim em ulas particulares, ingressou no seminário episcopal da côrte onde ursou humanidades. Mandado para Coimbra (1822), alí, na famosa niversidade, depois de um curso brilhantíssimo se bacharelou em iências matemáticas (1826). De regresso ao Brasil, obteve a comis-io de capitão de engenheiros, visto ter sido nomeado lente substi-uto da Academia Militar. Além disso, chamaram-no para integrar comissão de liquidação do primeiro Banco do Brasil e tambem para iembro da banca encarregada de examinar os candidatos a funcioná-io do Tesouro e de outras repartições arrecadadoras. Pouco depois, eguiu para o Rio Grande do Sul (1832), como inspetor da Tesou-aria provincial, cargo no qual se houve com grande proveito para as endas públicas. Novamente na capital do Império obteve nomeação e catedrático da Academia Militar (1836), passada pela congre-gação. No ano seguinte, aceitou a presidência do Ceará (1837-38). Nessa província, foram relevantes, os seus serviços. Além de ter ido introduzido melhoramentos de monta, coube-lhe cooperar efici-entemente na repressão às desordens que afligiam as capitanias do Maranhão e Piauí, que estavam ameaçados pelos *balaios*. Ainda com o intúito de dar combate aos amotinados, mandou-o o govêrno central presidir a província maranhense (1839). Com isso coube-lhe arefa das mais árduas. Era crítica a situação do governador a braços com uma revolta incruenta e quase sem meios para debelá-la. Manuel Felizardo, entretanto, não se atemorizou e opôs a mais enaz resistência. Com a chegada da expedição comandada pelo então coronel Luiz de Lima e Silva, serenaram os ânimos. (1) No

(1) — "Aí a presidência foi para Manuel Felizardo um martírio, uissão desesperadora, em que qualquer outro bastante faria não sucum-bindo, em que êle fez muito resistindo impassível, pondo em campo cerca

ano seguinte (1840), foi presidir a provincia de Alagoas que, sob sua orientação administrativa tomou grande impulso. Em sinal de reconhecimento, por parte do Império, foi agraciado com a comenda da ordem de Cristo.

Eleito deputado pelo Rio de Janeiro (1842), no ano seguinte mandaram-no para São Paulo como comandante das armas e presidente da Província. Ainda, no mesmo ano (1843), a congregação da Academia Militar conferiu-lhe o título de doutor em matemática tendo êle, posteriormente, se aposentado como lente catedrático no posto de tenente-coronel, graduado, (1847).

Com o ministério presidido pelo visconde de Macaé (1848) ocupou a pasta da Marinha (8 de março a 31 de maio). Mudado o gabinete, agora sob a chefia de Dias de Carvalho, aceitou a pasta dos Estrangeiros (31 de maio a 29 de setembro de 1848). Ainda no gabinete seguinte, conservou-se ministro, desta vez da Marinha (29 de setembro de 1848 a 11 de maio de 1852) e, interino da Guerra. E mais uma vez saia o gabinete e êle ficava. Com efeito retirando-se o ministério Monte-Alegre subiu e presidido por Gonçalves Martins, que o designou para a pasta da Guerra (11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853). Tendo respondido, interinamente, pelos negócios da Fazenda. Fôra ministro durante cinco anos, ininterruptamente, de cinco pastas, em quatro gabinetes distintos. Nos anos de 1859 e 1861 ainda voltou ao conselho de ministros, como titular, interino, das pastas da Guerra e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Enquanto isso, obtinha classificação no corpo de estado-maior (1850), sendo promovido a coronel (1852), passando a seguir a coronel de engenharia (1854) e, três anos depois (1857), solicitou aposentadoria, no posto de brigadeiro (1857). Nesse ano aceitou a presidência de Pernambuco, onde pouco se demorou. Novamente na côrte, teve ocasião de dirigir

---

de cinco mil soldados, e facilitando assim a completa pacificação da província, que foi mais tarde realizado pelo Sr. barão depois conde marquês e duque de Caxias.

Nas épocas de luta violenta o espírito de partido é muitas vezes iniquo e implacável: na colheita dos louros de um triunfo os vencedores amam o exclusivismo das honras, das vitórias: esmerilhar e patentear sem nuvens a verdade é difícil, senão quase impossivel aos que vivem com os homens da mesma idade, aos que houvem os interessados, àqueles que são partes e pretendem ser juizes; como quer que seja, é inconte tavel que na presidência do Maranhão, Manuel Felizardo soube não se deixar vencer por 15.000 rebeldes, conseguiu a restauração da cidade de Caxias, expôs a sua vida na tomada da vila de Icatú; prestou portanto, serviços reais, e por êles foi merecidamente promovido ao posto de major."

Macedo, *Ano biográfico brasileiro*, vol. 3.º 1876, p. 507.

cola Militar. Afinal, obteve reforma no posto de marechal de npo. (1864). Por ocasião da revisão, procedida na legislação mili-, foi um dos membros nomeados para á comissão especial de-nada para estudar a matéria.

Espírito profundamente ilustrado, foi igualmente tido como ministrador probo e progressista; parlamentar de palavra facil e nderada; professor culto, senhor da ciência e da arte que lecionou r vários anos.

HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO

(Marquês do Paraná)

6-9-1853 a 12-1-1855
27-1-1855 a 23-8-1856

Nasceu em Jacuí Minas Gerais, em 11 de janeiro de 1801 e faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1856. Filho de Antônio Neto Carneiro Leão e Joana Severina Augusta de Lemos. De família pobre, lutou com dificuldades para estudar. As primeiras letras e o curso de humanidades, fê-los em Minas seguindo depois para Coimbra (1820), em cuja Universidade se graduou em Direito (1825). De volta ao Brasil (1826) ingressou na magistratura como juiz de fora de São Sebastião (Minas Gerais), ocupando, a seguir, os lugares de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, aposentando-se, por fim, como desembargador da Relação de Pernambuco, com as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça. (1) Na magistratura destinguiu-se pela sua integridade e esclarecidas decisões. Liberal moderado, foi eleito deputado por Minas Gerais (1826), tendo o seu mandato renovado em três legislaturas. Entretanto, com esse partido militou somente até 1832 (7 de abril) data em que fez fracassar o golpe político que pretendia a renúncia da Regência. Não se destacara, até então, no parlamento, o futuro marquês de Paraná. Mas, naquele ano, ao ser apresentado, apoiado por inúmeros deputados, um projeto mandando se transtornasse a assembléia ordinária em nacional para o fim de se decretar nova constituição para o país, Carneiro Leão se insurgiu contra a medida, pela sua inconstitucionalidade e com tal energia e firmeza a combateu que, quase a êle, se deveu ter malogrado o intento, já em via de se concretizar. Colaborando com Bernardo Pereira de Vasconcelos (1836-37), freqüentou assiduamente a tribuna, defendendo o programa do partido conservador, sendo mesmo chefe dessa agremaição quando de sua ascenção ao poder, em 1837. Senador por Minas Gerais (1841), obteve assento no Conselho de Estado

---

(1) — Não pôde ingressar naquela côrte porque, sendo conselheiro de Estado, a lei não permitia que acumulasse as funções.

e no mesmo ano foi nomeado presidente do Rio de Janeiro (184
Havendo sua majestade chamado Silva Maia para presidente
Gabinete, este lhe entregou a pasta da Justiça, na qual Carne
Leão se demorou por um ano, exercendo, interinamente, a do Ex
rior. Afinal, tendo se desentendido com o jovem monarca, aba
donou o ministério (2). Novamente sem função governamental,
sumiu o seu posto na bancada de Minas. Já então se impusera
consideração geral, pelas suas raras qualidades.

"Dentro ou fora do poder o seu nome era significativo; porq
no meio dos vaivens de uma época em reconstrução, da versalida
dos homens, do fracionamento das parcialidades, das anarquias
todas as espécie, sempre conservou as raras qualidades da franquez
e de tornar-se responsavel à luz meridiana de todos os seus at
mesmo dos mais violentos. A sua força principal consistia na s
palavra, na sua firmeza, e na sua fidelidade; era um homem qu
quando prometia, assinava uma letra, depositava uma hipotec
O senador Paula Sousa se duvidada de alguma nova, importan
e grave, dizia: — Perguntarei ao Honório, porque ele não mente

Presidente de Pernambuco (1849-51), foi a sua administraçã
assinalada por vários melhoramentos que fez introduzir na provín
cia. Em 1851, o Governo imperial lhe confiou importante comiss
especial no Prata. Entrementes, sucediam-se *saquaremas* e *luzia*
(conservadores e liberais) na direção da política central. Desde
maioridade (1840) até 1853, somente um gabinete conseguira est
bilidade por mais de três anos de governo — o presidido pelo ma
quês de Olinda (29 de setembro de 1848 a 11 de março de 1852
Esse quase milagre realizou-o Araujo Lima, porque tinha atrás d
si a experiência de três regimes, força moral e prestígio inegual
veis. Sucedeu-lhe o visconde de Itaboraí, numa curta administração
Inegavelmente, era o visconde estadista de rara capacidade, princ
palmente como financista. Mas a luta politica que Olinda conseguir
amortecer, Itaboraí não lograra diminuí-la; tivera contra si fort
oposição, inclusive a do marquês de Olinda que, em discurso inci
sivo, lhe condenou a política interna e externa. Desenhava-se

(2) — Havendo o inspetor da Alfândega — Saturnino de Sousa
Oliveira — iniciado campanha de descrédito contra o gabinete, Honór
Hermeto, por duas vezes solicitou ao monarca a demissão daquele fun
cionário.

— D. Pedro deu-lhe desculpas tolas.

O marquês, exaltou-se e disse-lhe: "Um menino não tem o direit
de zombar de homens encanecidos no serviço da Nação, ainda mesm
que esse menino seja o imperador!"

gua dos partidos, novamente, e disso já estava o povo cansado e país necessitado de melhoramentos materiais. Na fala do trono 1851, já o monarca pedira: "Esforcemo-nos por obter o concurso todos para o bem de todos". Era o congraçamento geral que se lamava; o interesse nacional acima do partidário. Para a realiza- dessa tarefa urgente e difícil, sua majestade chamou Honório rmeto Carneiro Leão que, com a presidência do Conselho acumu- a pasta da Fazenda no chamado *ministério da conciliação.*

"Da sua categoria — escreve Nabuco — só restava Olinda, o al, se tinha uma inteligência superior, não tinha as suas qualida- s de domínio e tinha o espírito muito mais estreito, de fato oposto formas e idéias novas. Com uma inteligência naturalmente pronta perspicaz, Paraná era dotado de raro tino político, de uma disposi- o prática e positiva que o fazia observar friamente os homens, mular as pequenas observações de cada dia, de preferência a pro- rar idéias gerais, principios sintéticos de política. Êle deixava a tros a história, a imaginação, a ciência, os livros, e contentava-se trabalhar com a sua simples ferramenta, que não era outra coisa is do que a cautela, o bom senso, a penetração mineira, aperfei- ada por uma longa experiência dos altos negócios e trato dos mens notaveis do país. Havia nele um certo desdem pela natureza, geral, dos políticos; era um conhecedor de caracteres, e por isso o tomava os homens pelo que eles mesmos pretendiam valer, mas mpre com grande desconto. Viera da Regência e da Maioridade m uma grande reputação de energia, que a sua cena com o impe- dor em 1844 ainda mais aumentara. Durante os anos da oposição, seus golpes tinham chegado até a Corôa, que êle tratara mesmo m sobranceria."

Afim de melhor se desincumbir de sua tarefa, organizou pro- ama de concórdia, chamando a nele colaborar todos os brasileiros. o Senado, expondo os seus propósitos, assim o fez:

Não pretendemos ser meros continuadores, havemos de dirigir negócios públicos segundo as nossas inteligências e consciência.

Pelo que toca aos negócios externos, só ambicionamos conser- a paz e as boas relações com que estamos com as nações da ropa e da América. Seremos escrupulosos em manter lealdade m todos os empenhos que se acham contraidos com essas nações, o só pelo governo que nos precede, como pelo seus antecessores; temos em vista procurar desenvolver mais, se for possivel, as re- ções amigaveis que o gabinete passado estabeleceu com as nações América.

0 —

E' verdade que pelo que toca a política interna, pertencemos opinião que se tem apelidado "conservadora"; porém, esta opini tal qual eu e os meus nobres colegas a professamos, não exclue progresso, pelo contrário entendemos que não há boa conserva sem que haja tambem progresso.

Entendemos pois que devemos procurar melhoramentos, n só materiais, mas tambem intelectuais, e morais. Propomo-nos organizar a instrução pública primária e secundária e superio cuidaremos com muita especialidade da instrução do clero e mes da sua educação; e faremos todos os esforços para se obter da nos legislação, quer na administração da Justiça, quer em outros dif rentes ramos, aqueles melhoramentos que a experiência tiver d monstrado que são necessários.

Pelo que toca aos melhoramentos materiais, ocuparão, a nos particular atenção as vias de comunicação e a navegação dos noss rios. Começaremos com prontidão e dar execução à lei de 18 *setembro de* 1850 *acerca das terras; procuraremos promover a col nização e a imigração; faremos por conservar o crédito público; para que se possa contar com mais meios de promover os melhor mentos que temos em vista, teremos particular cuidado em zelar economizar os dinheiros públicos nas aplicações que dele fizermo e procurando promover a imigração, continuaremos a executar en gicamente a lei de* 4 *de setembro de* 1850 *acerca do tráfico e mes procuraremos adicionar novas providências a essa lei afim de torn mais eficaz essa repressão.*

Com o seu programa, conseguiu Carneiro Leão dominar ímpetos e dirigir a política com relativa calma. Efetivamente, e tudo e em todos, notava-se certa boa vontade e, assim, foi-lhe fá conseguir, por algum tempo, a estabilidade desde muito desejad

Na sessão de 1855, ao ser apresentado o projeto de reforn eleitoral, que mandava fôssem os deputados eleitos por distritos d províncias, deu isso margem a que a oposição se levantasse co extraordinária reação, renascendo a luta partidária. Justificando seu projeto, dizia o marquês:

Não duvido que o projeto seja uma "embaçadela" para aquel que se queiram salvar sobre a chusma, para os que não pudess apresentar-se isoladamente a um círculo. Mas aqueles que disp serem da influência legítima, podem-se apresentar pelo mes modo. As chusmas, senhores, convem muito a alguns porque é ve dade que sendo eu eleitor, tendo de votar sobre 10 *ou* 12, *e exam nando uma chapa de* 20, *posso deixar escapar um ou outro de men capacidade: mas quando se votar sobre um só, hei de escolher co*

utela, hei de votar com escrúpulo, procurando que aquele a quem nho de dar o meu voto reuna as qualidades precisas para ser vo-do... Eu não inibo ao Governo de se interessar por eleições since-s e livres; o que não permito ao Governo são as fraudes, as trocas, a imoralidade. O Governo é assaz interessado na marcha da socie-de para ser desinteressado nas eleições... Conheço que a solução questão por meio do adiamento é indireta, mas eu a tornarei di-ta: os nobres deputados que se pronunciarem do modo que lhes recer preferivel, porque eu aceito todas as soluções.

Talhado para grandes embates, Carneiro Leão não recuou de us propósitos; lutou incansavelmente. Na tribuna, respondeu a scursos memoraveis. A pugna, das mais árduas, deixou-o alque-ado e êle faleceu antes de ver corporificado o seu desejo. Obri-do a trabalhar sem descanso, morreu defendendo os seus prin-pios, baseados em política de cooperação ampla, sem a qual, lgava, seria impossivel a reconstrução nacional. (3) E nisso agia m acerto. Durante o seu govêrno congregou as fôrças vivas da ção num fim único, conseguiu dar novo alento e confiança ao pital, distraido principalmente na escravatura e procurou incor-rá-lo a empreendimentos mais nobres. Guiado pela experiência Itaboraí, regularizou a situação cambial, impôs a unidade ban-ria, mas não a praticou exageradamente (a prova é que elevou a nissão do banco oficial ao triplo) e manteve em ordem a admi-stração do Tesouro.

Leal e dedicado, foi mais homem de ação do que de pensa-ento. De excelente memória, não se destacou como orador de pala-a fácil; ao contrário. Entretanto, no ardor da discussão este de-eito desaparecia, sobrepujado pela firmeza de suas convicções na efesa da causa que abraçara. Não raro, mantinha bom humor e om êle respondia aos ataques oposicionistas. De uma feita, acusado estar seguindo a política absorvente de Luiz XIV, retrucou: — Si eu pudesse dizer — *O Brasil sou eu* — o nobre deputado é

---

(3) — "Essa política êle a praticou lealmente. Atribuiram-na ao nperador; *refletia um pensamento augusto*, no dizer de Araujo Lima; as os que estudam a vida de Paraná não podem admitir a hipótese de le êle executasse o programa da conciliação, se não estivesse convencido de que o momento a reclamava. E o próprio imperador fez a sua eleza, anotando este trecho de Tito Franco. "O prestimoso chefe do rimeiro gabinete imperialista, que, por dolorosa expiação de dez anos, avia aprendido a descobrir e apreciar o poder do imperialismo, cur-ou-se tambem". — Sua majestade escreveu à margem: *O Paraná não e curvava*. Max Fleiuss — *Hist. Administrativa do Brasil*, 2.ª ed. 1925, . 271.

muito amigo do Brasil para querer brigar comigo!" Homem sociedade, nos bailes onde compareciam os soberanos, foi, mais uma vez, par de sua majestade a imperatriz. Sócio do Instituto H tórico e Geográfico Brasileiro, possuia as condecorações: grã-cr da Aguia Branca, da Russia; grã-cruz da ordem militar da Conc ção-de-Vila-Viçosa, de Portugal e a de oficial da ordem do Cr zeiro. Visconde com grandeza, conde e marquês.

BIBLIOGRAFIA

Como deputado, senador, presidente de província, ministro conselheiro escreveu muitos discursos, relatórios e pareceres. tam-se, por correrem impressos, fora das publicações oficiais:

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão 19 de maio de 1832. Rio de Janeiro, 1832.

Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de de maio de 1855. Rio de Janeiro, 1855. (14 ps.).

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em respos à fala do trono. Rio de Janeiro, 1855. (19 ps.).

Discurso do senhor presidente do Conselho na sessão da C mara dos Deputados de 29 de maio de 1855. Rio de Janeiro, 18 (16 ps.).

JOÃO MAURICIO WANDERLEY

(Barão de Cotegipe)

23-8-1856 a 4-5-1857
25-6-1875 a 5- 1-1878

Nasceu na vila da Barra-do-Rio-Grande, hoje cidade, Baía, em
1 23 de outubro de 1815 e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de
vereiro de 1889. O quarto dos filhos do primeiro matrimônio do
pitão-mór João Maurício Wanderley e Francisca Antônia do Li-
amento, proprietários e fazendeiros. Na vila Campo-Largo veio a
nhecer as primeiras letras e na da Barra estudou latim, francês,
ografia, história, filosofia moral e racional. Em 1832, em com-
nhia de um irmão, rumou para Pernambuco afim de se matricular
a Faculdade de Direito. Durante o curso, não fez falta às rodas
vertidas de Olinda e Recife, entretanto, foi aluno aplicado. Já
charel (1837), voltou para a vila da Barra passando a seguir para
comarca de S. Francisco, na qual se iniciou na advocacia. Indo à
rte, solicitar nomeação para a magistratura, morreu-lhe o pai, sem
r assistido à sua investidura tão desejada no cargo de juiz muni-
pal e de órfão dos termos da Barra e Chique-Chique. Anterior-
ente, deputado provincial, escolheram-no para primeiro secretário
a assembléia. A sua atuação ponderada muito agradou ao eleitorado
ue o levou à Assembléia Geral (1842). Assim chegava êle, aos 27
nos, ao parlamento. Moço, sem pertencer a uma comissão de im-
rtância e tomado o ambiente por nomes que já se haviam imposto,
so não o faria desanimar. Não lhe faltavam ambição e fôrça de
ntade. Teriam os seus colegas de o considerarem devidamente.
ez então um requerimento contrariando normas já consagradas
elo oficialismo político, sendo o mesmo regeitado por grande
aioria. Esta sua coragem de enfrentar não lhe saiu mal. Conver-
ram as vistas para o novato, que, dentro em pouco, adverteria
om razão o ministério. Com efeito, a criação do Conselho de Estado,
reforma do Código Penal (1841) e a dissolução da Câmara deram
m resultado a revolução de 1842, em São Paulo e Minas Gerais.
Após a reabertura do parlamento, Wanderley, na tribuna, anali-

sando os acontecimentos, dizia: "*Conheço (sem querer ser dou*
ou lente em revoluções) que há duas maneiras de as fazer; elas o
partem do povo ou do govêrno, quando partem do povo tomam
nomes de rebelião, sedição, motim, etc., sendo mal sucedidas;
quando partem do govêrno tomam o nome de golpe de estado; ma
em um e outro caso tão criminoso é o govêrno como o rebelde, t
criminoso é o govêrno que infringe a Constituição no seu gabine
como o rebelde que a infringe apresentando-se no campo de arm
na mão."... Nesta forma, prosseguiu mostrando ao novo minist
rio que, se cumprem com os deveres, motivos não os haverá pa
distúrbios. E com esta peça de ironia branda, sagrou-se o jove
deputado, principalmente, pela independência em que se colocou n
exame e crítica dos acontecimentos. A sua posição era de fran
atirador; dessa maneira, continuaria interpelando sem filiação pa
tidária. Dissolvida a Câmara (1844), voltou para a Baía, como ju
de direito da comarca de Santo Amaro. No ano seguinte, novamen
deputado, limitou-se a opinar sobre assuntos administrativos. E
1846, dando-se a substituição de três ministros, desapoiou-a e inte
pelou o governo com severidade. Esta sua atitude, secundada po
inúmeros outros deputados, terminou por produzir a queda do mi
nistério. E assim, até 1848, continuou criticando, às vezes, co
mordacidade, apoiando idéias e não partidos. Naquele ano, entr
tanto, optaria pelas normas conservadoras. Com a ascenção do par
tido conservador (gabinete Olinda-Monte-Alegre; 1848-1852), pro
cederam a uma derrubada nas administrações provinciais. Lisbo
Serra, que fôra mandado para a presidência da Baía, não admini
trou mais de um mês. Substituiu-o Gonçalves Martins e o futur
Cotegipe o acompanhou como chefe de polícia da capital. Nes
cargo, foi a sua administração realizada com tato e brandura, mi
tambem com a devida energia. Quando em Pernambuco se desenca
deou a revolução praeira, Wanderley fez seguir para aquela pr
víncia quase tôra a fôrça baiana e, se não teve a sua terra conta
giada pela rebelião pernambucana, deve-se à sua enérgica atitude,
que atemorizou certos descontentes que desejavam aproveitar-se d
ocasião. Chefe de polícia, abriu luta e venceu grande horda de ma
feitores que infestavam o interior da província e tambem deu cab
dos passadores de moeda falsa, que desde muito agiam na Baía, fa
que lhe valeu o oficialato da Rosa. Em 1852, deixando Gonçalv
Martins a presidência da província, Wanderley o substituiu n
pôsto. Iria dar, então, a sua primeira mostra concreta de admini
trador dinâmico e progressista, com as várias providências que to
mou na agricultura, na indústria, no comércio e na instrução públic
No ano seguinte, aceitou a pasta da Marinha. Com a morte do mar
quês de Paraná (1856), Wanderley passou-se daquela para a d

azenda, interinamente (22 de agosto) e logo depois efetivamente 10 de setembro). Decreto de importância apenas levou a sua assitura o que mandou executar nova tarifa de alfândega (28 de arço de 1857). Econômico, sempre que dirigia levava a parcimônia ase ao rigor. Talvez fôsse êste o motivo pelo qual conseguiu pasr o cargo ao seu sucessor, com saldo. Lhano e cordeal, não feria r prazer, nas suas arremetidas. Sempre que podia, minorava com irreverência amiga, as advertências que tinha em mira. Joaquim abuco, que o apreciava com simpatia, dá-nos estes traços de seu rater vivo, atilado e perscrutador.

"Turo nele era talento, espírito, agudeza, não devia nada aos ros. Seu maravilhoso talento natural tratava a política como uma eada enredada que fosse preciso deslindar só com a delicadeza dos edos. Sua bagagem intelectual era tão pequena quanto possível; o se carregava de livro, "ommia mea mecum porto," podia êle zer em qualquer debate que se levantasse. Um espírito assim desenhava tudo que em política parecesse pensamento puro, teoria ou ência, de fato êle só respeitava no estadista a experiência e o suesso; para a política era preciso somente um bom senso apurado, mo o de Monte-Alegre, pouca cousa mais, senão menos do que ra dirigir, qualquer grande estabeecimento.

"Impulsivo, por vezes ríspido no debate e nas relações políticas, sua generosidade natural curava logo as feridas que o seu espírito u impaciência causava."

"Nenhum tinha a sua vivacidade, e sua advinhação, a sua graça, sua faculdade e compreensão das coisas; ao lado dele os outros areciam morosos, carregados, tristes, de outra raça como jurisconltos romanos diante de um leve sofista ateniense. Seu prazer era esolver as questões mais complicadas pela inspiração do momento, ratá-las na tribuna "à la minute."

"Wanderley produziu nos homens de sua época a impressão de er o mais "inteligente" de todos, o que não quer dizer que êle tivesse a intensidade mental dos outros: por mais inteligente deve ntender o espírito que percebera melhor e mais depressa o ponto ensivel ao maior número e sabia tirar partido dêsse avanço, que evava aos demais. Ao passo que o discurso de outros era feito com ma tonelada de erudição, e talvez, quando havia, uma onça de spírito *o dele era feito com uma tonelada de espírito* e quando avia, uma onça de erudição."

Um dos coordenadores da política de conciliação pela qual se ateu ardentemente o marquês de Paraná, seguiu-lhe os passos e ornou-se elemento decisivo na consecução dos objetivos alcançados

por aquele estadista. Quando administrava era tambem muito cio de seus deveres. Aceitava as ponderações dos colegas, mas não tol rava intromissões. Em vários momentos, agastou-se com amigos qu foram alem das simples satisfações a que tinham direito. (1) Apó eleição disputada (1856), ingressou no Senado (era o mais jove dos senaodres 41 anos). Casou-se é retirou-se da política ativa Recolheu-se à administração de suas vastas fazendas e por lá fico durante dez anos. Tendo D. Pedro II feito viagem de recreio Baía (1860), agraciou-o, por esta ocasião, com o título de barã de Cotegipe. A verdade é que, mesmo de longe, não abandonou política. A sua correspondência com os correligionários foi con tante; ademais, tendo fundado, juntamente com Demétrio Tourinh o *Diário da Baía,* orientava por este intermédio a política provin cial. Somente com a morte da esposa (1867), retornou ao Senado para a luta política. Subindo o gabinete Itaboraí (16 de julho a 2 de setembro de 1868, coube-lhe o Ministério da Marinha e, inter namente, o dos Estrangeiros. Em 1875 (gabinete Caxias) assumiu pela segunda vez, a pasta da Fazenda (2) e, de 25 de junho daquel ano a 15 de fevereiro de 1877, acumulou a pasta dos Estrangeiros Afinal, entregou-lhe o imperador a presidência do Conselho, carg que ocupou juntamente com a pasta do Exterior (20 de agosto d 1885 a 10 de março de 1888). Estava com 73 anos. Na chefia d gabinete, teve de enfrentar dois problemas, qualquer deles, capaz de atirar com o regime fora do poder: o abolicionismo radical e a questão militar. E o fato é que estes dois elementos se congregaran e produziram a queda da monarquia. (3)

Do conselho do imperador; presidente do Banco do Brasil administrador geral da Santa Casa de Misericórdia, em cujo carg fundou na côrte o Instituto Pasteur e o hospício de N. S. d Dôres, em Cascadura, para tratamento de tuberculosos, era barã (com grandeza), dignitário da ordem do Cruzeiro, comendador d

---

(1) — Ao assumir a pasta da Fazenda (1.ª vez), Tôrres Homem era diretor das rendas, conselheiro do Tribunal do Tesouro e já se havi reconciliado com o imperador. Cotegipe, como ministro, fez várias n meações. Tôrres Homem, que se julgava com o direito de ser ouvid sôbre as mesmas, pois algumas diziam respeito a lugares na secção qu dirigia, interpelou o ministro em ocasião pouco propícia. Wanderle revidou com energia. Foi então o caso levado ao imperadr que ao par d ocorrido, concordou com a demissão do futuro visconde de Inhomerim

(2) — Os principais decretos desta sua administração são: de de novembro, de 1875 — autoriza o Govêrno a conceder, sob certas clá sulas, ao banco de crédito real que se fundar (segundo o determinad na lei 1237, de 24 de setembro de 1864), garantia de juros e amortizaçã de suas letras hipotecárias, e bem assim a garantia de juros de 7 % à companhias que propuserem estabelecer engenhos centrais para fabr

lem da Rosa, da ordem portuguesa da Conceição da-Vila-Viçosa, -cruz a ordem belga de Leopoldo, da ordem espanhola de Isabel, Católica e da ordem italiana da Corôa. Pertenceu tambem ao Ins- uto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BLIOGRAFIA

Revolução da Baía, de 1837, Rio de Janeiro, 1837.

Fala — Recitada como presidente da Baía. Baía, 1853.

Melhoramento do fabrico do açucar — Baia, 1867.

Discursos pronunciados (no Senado nas sessões de 22 e 25 de julho de 1867. Rio de Janeiro, 1867.

Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro, 1868.

Regulamento da intendência da marinha. Decreto n. 4.361, de 15 de maio de 1869. Rio de Janeiro, 1869.

Discurso proferido na Câmara dos Deputados em resposta ao Sr. conselheiro Alencar. Baía, 1870.

Les negotiations avec le Paraguay et la note du gouvernement argentin du 27 de avril — lettre adressée à mr. Manuel Francisco Correia. Rio de Janeiro, 1872. (Publicado tambem em português, na Baía, no mesmo ano).

Discurso do voto de graça. Tratado de Assunção. Reforma eleitoral. Discursos pronunciados no Senado. Rio de Janeiro, 1873.

Informações sôbre o estado da lavoura. Rio de Janeiro, 1874.

Relações internacionais do Brasil com as repúblicas do Prata. Discurso pronunciado na sessão do Senado de 23 de julho de 1875. Rio de Janeiro, 1875.

Discurso pronunciado (no Senado) na sessão de 18 de fevereiro de 1879. Baía, 1879 (45 ps.).

---

açucar de cana; de 4 de março de 1876, regula a cotação oficial dos idos públicos, ações de companhias, metais preciosos e verificação curso do câmbio e descontos; de 2 de agosto de 1876, reorganiza as ândegas e mesas de rendas.

(3) — "Contam que ao deixar o ministério o estadista dissera à dentora, no paço da cidade:

— Eu por aquí (e indicava o caminho da porta) e vossa altesa por (e apontava na direção da barra).

Mais tarde, já terminada a campanha abolicionista, quando a agnânima princesa aludindo ao seu triunfo perguntava ao antigo preiente do conselho:

— Então, ganhei ou não a partida?

O estadista ponderava:

— Sim, Senhora, mas perdeu o trono."

Emissão de papel-moeda. Discurso pronunciado no Senado, sessão de 30 de junho de 1879. Rio de Janeiro, 1879.

Mesas de rendas alfândegadas de Pelotas e tarifa especial Rio Grande do Sul. Discursos pronunciados no Senado, nas s sões de 18 de setembro e 5 de outubro de 1880. Rio de Janei 1880.

Apontamentos sobre os limites do Brasil e a República gentina. Rio de Janeiro, 1882 (164 ps.).

Reclamação Waring Brother — Discurso pronunciado em r posta a uma interpelação do deputado Mata Machado. Rio Janeiro, 1886.

Fuga de Escravos em Campinas. Discursos. Rio, 1887.

Orçamento dos Estrangeiros. Discursos pronunciados Câmara dos senhores deputados. Rio de Janeiro, 1887.

A questão militar. Discurso pronunciado nas duas casas parlamento. Rio de Janeiro, 1887.

Tribunal arbitral estabelecido em Santiago do Chile. Discur pronunciado no Senado. Rio de Janeiro, 1887.

Projeto de indenização aos possuidores de escravos. Discur pronunciados no Senado. Rio de Janeiro, 1887.

FRANCISCO DE SALES TORRES HOMEM

(Visconde de Inhomerim)

12-12-1858 a 10-8-1859
29- 9-1870 a 7-3-1871

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 12 e faleceu em Paris em 3 de junho de 1876. De origem obscura, ase desconhecida. Na côrte fez os estudos primários e prepara- rios, ingressando após no curso médico-cirúrgico, no qual se dou- rou com 20 anos. Durante o período acadêmico mostrou-se estu- oso, brilhante, vivo e de invejável memória. Com a reforma do sino médico (1832), foram criadas novas cadeiras. Tôrres omem, ambicionando uma das cátedras recem-instituidas, lançou-se s livros e, certamente, teria alcançado o seu desejo, se a política o o tivesse roubado ao magistério. Com efeito, havendo Evaristo Veiga fundado a Sociedade Defensora da Liberdade e Indepen- ncia Nacional, procurou cercar-se da mocidade, interessando-a na fesa dos princípios pelos quais a novel associação se batia. (1) futuro Inhomerim, cuja ilustração já se tornara admirada entre seus poucos e leais amigos, foi indicado, sem que para isso fôsse nsultado, e passou a pertencer à Sociedade. A princípio, meio sambientado, quase abandonou-a. Contudo, reagiu, ante as pro- s de amizade que lhe deram e escreveu um primeiro artigo, dou- inando. Foi quanto bastou para grangear prestígio definitivo. varisto da Veiga, deputado de projeção e lider da imprensa, apon- u-o, em artigo de fundo, como das mais sólidas culturas do mo- ento. E nasceu daí a fraternal camaradagem que os ligou por lon- os anos. Auxiliado por Evaristo e outros companheiros da Socie- de, empreendeu viagem à Europa (1833). Em França, onde ficou mo adido à nossa legação, frequentou, com excelente proveito,

(1) — Dessa Sociedade, que muito influiu no desenrolar de vários tecimentos políticos brasileiros, faziam parte; ministros de Estado dores, deputados, médicos, advogados, banqueiros, etc.

cursos de direito constitucional, literatura, inglês e italiano. Ig mente, estudou, com proficiência, economia política e os siste monetários europeus. De volta ao Brasil, era intenção sua fund um grande jornal, nos moldes dos periódicos do velho contine Infelizmente, a morte de Evaristo, com quem contava para e fim, não lhe possibilitou essa oportunidade. Com esforço próp lançou à circulação o *Jornal dos Debates,* o qual, por falta de r cursos pecuniários, durou pouco mais de um ano. A seguir, pas a colaborar no *Jornal do Comércio* e no *Despertador* (matutino q tambem pouco viveu). Em 1839, filiado ao partido liberal, inici pela imprensa, forte e intensa campanha oposicionista. Em 18 foi eleito deputado pelo Ceará, mas envolvendo-se na *revolta li ral,* foi, juntamente com outros políticos pertencentes ao parti deportado para a Europa, da qual só retornou com a queda d conservadores (1844). Neste ano, conseguiu deputação por Mi Gerais e, tambem, por concurso, obteve a cadeira pública de filoso da cidade do Rio-de-Janeiro. Foi efêmera a sua permanência ne cátedra, a qual terminou por abandoná-la.

Deputado eleito pela provincia do Rio-de-Janeiro (1848), pouco lhe valeu o cargo. Efetivamente, tendo-se dado em Perna buco a revolução praieira e se agravado a situação política, o G verno dissolveu a Câmara. Por esta ocasião, com o pseudônimo *Timandro,* escreveu o célebre — *Libelo do Povo,* aparecido em f lheto (1849). E' um estudo da situação brasileira, onde a linguage apaixonada e vibrante dá largas ao seu espírito culto e inspirado, e que pese as agressões pessoais que nele se contem. (2)

Aderindo ao partido conservador, foi novamente enviado Câmara, pela Província do Rio de Janeiro. Pronunciou, então

---

(2) — Este panfleto trata de vários assuntos. O ataque pesso nele tambem se contem em alta dose, contra os políticos e contra o p prio imperador. O monarca, que era um espírito superior, relevou Sal Tôrres Homem e muito o destinguiu, posteriormente. Os seus adver rios entretanto, não fizeram o mesmo. E sempre que lhe faziam opo ção, gritavam: *Timandro! Timandro!*

"O imperador perdoou — Não assim a imperatriz. Quando Tôrr Homem partindo para a Europa foi ao Paço despedir-se, D. Pedro acolheu-o afavelmente. Timandro rehabilitado sentiu-se com corag para pedir-lhe permissão de apresentar à imperatriz as suas homenage de profundo respeito.

O imperador atalhou-o. Não, não, Sr. Sales, não pense nisso. Eu s homem e posso esquecer e perdoar. Depois não só posso como de Sou brasileiro e o Brasil precisa de homens como o senhor. Mas a i peratriz é mulher e não esquece. Demais, embora brasileira, hoje, e não esquece que é Bourbon e nasceu na Italia! Não se despeça da peratriz. Eu buscarei que com o tempo ela lhe perdoe."

as melhores peças parlamentares sobre matéria econômico-financeira, discutindo e justificando aspecto da questão bancária. Senhor magnífica instrução beletrista, decorava seus belíssimos discurso e os reproduzia com ênfase, escudado em sua memória prodisa. Quando em 1857 (gabinete Olinda), Sousa Franco (ministro Fazenda) passou a executar a política das emissões, Tôrres mem, que a condenava com veemência, não perdeu ensejo de cá-la e o fez ajuntando ao peso de sua argumentação vigorosa graças de sua linguagem aprimorada. Argumentando em contrário à política do gabinete, dizia:

As subsistências não podem encarecer sem elevar os salários e gir sobre o custo da produção dos valores de todas as outras dústrias, exceto quando a população agrária superabunda em vez diminuir. Aqui, pelo contrário, a exceção não existe e a carestia s gêneros vitais é agravada com a insuficiência de braços em todos mos de trabalho, de sorte que estas duas causas se reunem para neralizar os efeitos da alta de todos os produtos da indústria inna.

Como conseqüência do que acabo de expor, diminuin a parte rtencente ao benefício do capital em tôdas as empresas industriais trabalhos, em que avultam a mão de obra e os materiais, cujo prinbal valor, em última análise, se decompõe tambem em salários. iminuiram as acumulações das sobras individuais, que formam ualmente o acréscimo da massa dos capitais disponíveis do país.

. . . . . .

Não é verdade que os bancos de emissão criem capitais; eles nitam-se a operar sobre os que já existem, nem mais nem menos, a fazê-los passar de umas mãos para outras por meio do seu papel uma convertibilidade imediata.

Os capitais são os frutos exclusivos do trabalho e da economia, ue os acumula para empregá-los na criação de novos valores. Tiras papel não possuem a propriedade mágica de improvisar riquesas, nde os trabalhos as não produziu; na ciência do crédito não há mpadas de Aladino.

Um banco de emissão não desconta os produtos do trabalho uturo; o seu bilhete representa capitais que circulam atualmente sob forma de produtos até chegarem ao consumo e à liquidação definitiva. A multiplicação artificial dos sinais representativos da moeda umenta as artérias da circulação, sem aumentar ao mesmo tempo a uantidade dos valores circulantes; e neste caso o refluxo é igual à nissão.

Ao se organizar o gabinete presidido pelo visconde de Aba (12-12-1858), Tôrres Homem ocupou a pasta da Fazenda, na q se demorou até 10 de agosto de 1859. E seria êle que, com a política de economia centralizada, causaria a queda do próprio m nistério. Até à ascenção do visconde, os partidos, mesmo a cont gosto, haviam se subordinado à política de conciliação do marq de Paraná. Abaeté, entretanto, não logrou continuá-la, encontran ao contrário, forte oposição, dirigida, em grande parte, contra o ministro da Fazenda. Aberta a luta, Limpo de Abreu não a recus mas não teve a habilidade necessária para contornar a questão.

Ao assumir a gestão das finanças públicas Tôrres Hom encontrou-as gravada com forte *déficit*. Para minorar a situaç procurou realizar, em matéria financeira, o inverso do que preten o gabinete anterior. De acôrdo com o seu programa, aceitava a em são bancária, mas a queria com a obrigação de os bancos a re zarem em moeda, três anos depois de publicada a lei. Igualmen solicitou fôsse do legislativo a competência para encorporação novos bancos emissores. Mas, com isso não se conformou a oposiç que, bastante numerosa, fez cair essa sua pretensão e o próprio g binete.

Novamente entre os representantes do povo, mostrou-se incansável estudioso da matéria constitucional. O seu último d curso na Câmara pronunciou-o quando se discutiu o orçamento 1863 e em defesa da nacionalização da cabotagem. Ainda nesse a com a dissolução daquela casa, viajou para a Europa, onde ficou a'guns meses. Da volta, não tendo conseguido ingresso no par mento, foi nomeado, em compensação, conselheiro de Estado (186 o que não era pouca honra. Em 1870, presidia o Banco do Bra quando, após duas tentativas infelizes, conseguiu assento no Sena pelo Rio Grande do Norte. Naquele mesmo ano (29 de setembr subiu ao poder o gabinete chefiado por Pimenta Bueno (marqu de S. Vicente) e, com êle, Sales Tôrres Homem como ministro Fazenda. Esta sua segunda permanência à frente dos negócios Fazenda, somente de seis meses, não lhe possibilitou iniciativ dignas de nota. O marquês era pensador profundo, refletia c sangue frio e lógica; contudo, não era o chefe que a ocasião exig Em pouco tempo teve contra si liberais e conservadores, sendo sua queda inevitável. Dessa forma, não foi possível a Sales Tôr Homem corporificar as suas idéias, já tão conhecidas entre os par A situação das rendas era desanimadora. O *deficit* apurado (1870-7 passava de dois mil contos. E ainda mais por outras razões, viu-Inhomerim a braços com mais um empréstimo externo de 3 milhõ de libras.

Assumindo a chefia do gabinete (7 de março de 1871), o vis-de do Rio Branco imediatamente passou a cuidar da libertação escravos, problema que lhe merecia especial atenção. Em 5 de embro daquele ano, conseguiu, afinal, fazer passar a *Lei do ven- livre*. O assunto, importante como era, visto que atingia a pro-edade privada (*partus sequiter ventrem* dos semoventes), des-tou nos parlamentares os mais desencontrados argumentos. arias, com a palavra, atacou rudemente o projeto, expendendo tas considerações. Sales Tôrres Homem, em resposta, produziu de seus maiores discursos, vencendo a dialética de seu antago-ta.

Não será no recinto augusto do Senado, onde a par de tantas es e experiências, dominam os mais elevados sentimentos, que ei provar que as criaturas inteligentes e dotadas como nós dos smos atributos e dos mesmos destinos não podem ser equiparados, ponto de vista da propriedade, ao potro, ao novilho, ao fruto das ores e aos objetos inanimados da natureza submetidos à domina-o do homem. Doutrina absurda e execrável.

Aqueles seres não vivem ainda; a poeira de que seus corpos ão organizados inda flutua dispersa sobre a terra, a alma imortal e os deve animar ainda repousa no seio do poder criador serena e re e já o ímpio escravagista os condena, os reclama como pro-iedade sua, já os reivindica do domínio de Deus para o inferno escravidão.

.. ..

Se o imperador, como homem e cristão, se associou a êsse voto sua pátria e da humanidade com o ardor de uma conciência pie-sa; e, como rei, o amparou com os prestígios da sua posição ex-lsa, sem sair da órbita constitucional, bastaria esse fato, por si, ra imortalizar o seu reinado.

.. ..

Esperam-se às portas da entrada da vida as criaturas novas que raz à providência enviar a êste mundo e aí são recrutados para o tiveiro, embora nascidos no mesmo solo, junto do lar da família, n frente ao templo do mesmo Deus e no meio dos espetáculos da Derdade, que tornam mais sensiveis a sua degradação e miséria.

E', senhores, a pirataria exercida à roda dos berços nas águas jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo istão.

Em 1875, voltou pela última vez à Europa, pois gostava de tar ao par de tudo quanto em matéria espiritual se cuidava no

velho mundo. Contudo, dessa vez, não mais retornaria à pát
A asma, que o atacara ainda criança, prostou-o definitivame
num hotel, em Paris.

Visconde com grandeza, comendador da ordem de Cristo, m
bro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Institut
França, pertencia ainda a outras instituições científicas e cultur

A vaidade e carinho que dispensava à forma literária deu m
gem a que lhe fizessem críticas bem fortes. Um discurso seu,
fruto de profunda meditação; tudo fazia para que a frase, cu
dosamente engastada, realçasse da melhor maneira as partes
conjunto. Por outro lado, sendo homem de sociedade e aprecia
das boas maneiras, trajava com esmero, o que tambem conco
para as alfinetadas que lhe desferiam na imprensa e no parlame
(3) Entretanto, o gôsto pela forma literária e o talho elegante
suas roupas jamais prejudicaram os negócios públicos, quando e
veram sob a sua orientação.

BIBLIOGRAFIA

A oposição e a corôa — Publicado sob o anônimato, Rio
Janeiro, 1847 (50 ps.).

Libelo do povo, Timandro. Rio de Janeiro, 1849. Opusculo
96 ps. dividido em 6 capítulos, com subtítulos, conforme era us
no tempo.

Pensamentos acerca da conciliação dos partidos. (Coleção
artigos publicados no *Correio Mercantil* — Rio de Janeiro, 1
(28 ps.).

---

(3) — "Nada atraente o físico, a figura de Sales Tôrres Hom
De estatura baixa, tinha predisposição para engordar, com exagero
ventre proeminente, pernas curtas em relação ao busto, o todo pesa
O resto de tez amarelenta e feições inexpressivas, numa quietude
tica, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentuou no
da vida, quando a bronquite crônica, de que sofria desde moço se
transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o infe
um tanto penso, belfo. Usava óculos fixos de aro de ouro sobre os ol
pardacentos, esbugalhados, e basta cabeleira postiça sob chapeu alto
abas um tanto largas, o que lhe dava conjuntamente com o rosto
e barba sempre escanhoada em regra, aspeto de comodista e gordalh
pastor protestante.

Vestia-se, porém, com o maior apuro procurando conservar c
elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente
toada e bem assente ao corpo, nas gravatas de gosto com alfinetes a
ticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que tr
quase todo o dia calçadas.

— E' preciso, aconselhava ele, não deixar aos medíocres e t
siquer essa superioridade de trajar bem."

Sociedades em comandita e bancos de circulação (Discursos pronunciados na Câmara dos senhores deputados nas sessões de 5 e 6 de agosto de 1853). Rio de Janeiro.

Questões sobre impostos. Rio de Janeiro, 1856, (76 ps.).

Ao partido constitucional. Pernambuco, s/d (39 ps.)

Relatório apresentado à assembléia geral dos acionistas do Banco do Brasil. 1867, 1868 e 1869. Rio de Janeiro, 3 volumes.

Elemento servil. Discurso preonunciado na sessão de 5 de setembro de 1871. Rio de Janeiro, 1875 (15 ps.).

Foi redator de: *O Independente* (jornal) Rio de Janeiro, 1831-33; *Niteroi*, revista, 1836; *Jornal dos Debates* (fundador) Rio de Janeiro, 1837-38; *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 1938-39 (assumiu a direção por morte de Evarísto da Veiga); *O Despertador* — diário comercial, político, científico e literário, Rio de Janeiro, 1838-41; *O Maiorista* — Rio de Janeiro, 1840-41; *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1844 e tambem do *Jornal do Comércio*.

A *Revista Brasileira* teve-o entre os seus orientadores. Nessa publicação encontram-se, de sua lavra: *Da hidroterapia*, t. 1.º, p. 63; *Noticia cronológica*, t. 1.º, p. 95; *As plantas*, t. 1.º p. 27. Neste mesmo tomo existem outras colaborações de sua lavra.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

(Visconde do Rio - Branco)

2-3-1861 a 24-5-1862
7-3-1871 a 25-6-1875

Nasceu na cidade da Baía, em 16 de março de 1819 e faleceu
Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1880. Filho de Agostinho
Silva Paranhos e Josefa Emerenciana Barreiros Paranhos. Órfão
tenra idade e sem recursos, o coronel Eusébio Gomes Barreiros,
u tio materno, tomou-o sob sua proteção e o habilitou a seguir, na
rte, os estudos superiores. Com predileção para a matemática,
icialmente, matriculou-se na Academia de Marinha passando-se,
go depois, para a Escola Militar. Com grande esforço, pois era
upérrimo, e não menor dedicação, atirou-se aos estudos e em
uco o aluno se tornava mestre. Com efeito, graduado na ciência
que se distinguira, um ano após formado, escolheram-no para pro-
ssor substituto da Escola Militar, com honras de major, honorário.
(1844 a 1876), com real proficiência, regeu as cadeiras de arti-
aria, mecânica, economia política, estatística e direito administra-
vo. Com a sua retirada da cátedra para a política, perdeu-se um
celente professor, mas ganhou-se, na direção dos negócios públi-
s, um estadista de primeira plana. (1)

Ingressando no jornalismo (1844) como redator de o *Novo*
empo, passou-se após para o *Correio Mercantil*, onde teve ocasião
escrever excelentes artigos, firmando sua reputação de jornalista
escritor. Em 1846, sendo vice-presidente da província do Rio de
neiro, substituiu o presidente efetivo, por alguns meses. Depu-
do (eleito com 28 anos), distinguiu-se pelos seus discursos mo-
rados, incisivos lógicos e tambem pelos seus pareceres. Retornando
imprensa, integrou a redação do *Jornal do Comércio* onde tambem

(1) — Até 1856, regeu a cadeira de artilharia e fortificação per-
anente; de 1856 a 1863, a de mecânica; e desse ano em diante, as de
conomia política, estatística e direito administrativo.

se destacou com brilhantismo escrevendo as célebres *Cartas a* [illegible] *amigo ausente* (1850). Aí o foi buscar o marquês de Paraná pa[ra] seu secretário em importante missão junto às potências do Pra[ta] que o confiara o Governo imperial. Terminada a incumbênc[ia] retornou o marquês e deixou Paranhos em Montevideu, como r[esi]nistro residente, por mais de ano. Novamente na Câmara (1853) com o seu prestígio grandemente aumentado, chamaram-no p[ara] ministro da Marinha (1854), Nesse posto, deu providências sol[bre] promoções, promulgou regulamentos e criou, no Pará e na Ba[hia] corpos de aprendizes marinheiros. Em substituição ao visconde Abaeté, assumiu a pasta dos Estrangeiros (1855), tendo desenv[ol]vido fecunda administração. Assinou um tratado com o Paraguai, respeito do rio do mesmo nome; firmou um outro, com a Argentin[a] protestou contra violências praticadas por corsários ingleses e as[si]nou a declaração do Congresso de Paris (1856), relativo à aboliç[ão] do direito de captura da propriedade privada no mar. Em 18[57] voltou, pela segunda vez, à pasta da Marinha. No ano seguinte, [foi] mandado ao Paraguai como nosso ministro plenipotenciário e envia[do] extraordinário para o fim de assinar uma convenção (12 de nove[m]bro de 1858). De retorno ao Brasil, incumbiram-no, juntamen[te] com o visconde de Uruguai, de negociar, com o representante [da] Argentina, outro acôrdo diplomático. Em 1861 (12 de março), co[n]vidou-o o marquês de Caxias, então presidente do Conselho, para [o] cargo de ministro interino dos Estrangeiros e efetivo da Fazen[da]. Até essa data, não tinha Paranhos dado prova de financista. M[as] era êle desses homens de extraordinário talento, capaz de estud[ar] um assunto, mesmo sem ser da sua especialização e resolvê-lo co[m] acerto. Assim, não causou extranheza à sua escolha para a direç[ão] dos negócios financeiros do país. Se não ligou o seu nome a iniciati[va] de monta, nessa pasta, é que o programa do gabinete, adstrito [a] severas e drásticas medidas de parcimônia, tambem não teve a du[ra]ção necessária a providências de maior relêvo. O seu nome já [é] uma vitória; a sua colaboração preciosa. Tenaz no estudo e in[ca]tigavel no trabalho, quando é ministro é só ministro. Não se d[is]trai um só momento de suas funções e examina exaustivamente [o] papel ou documento de menor valia. Em 1862, em lista tríplice, [é] escolhido senador pela província de Mato-Grosso. Dois anos depo[is] antes do início da guerra com o Paraguai, voltou ao Prata em mis[são] especial. Em atenção ao seu real valor, já comprovado, escolhe[u] S. M. para o Conselho de Estado. Em 1868, pela segunda v[ez] assumiu a pasta dos Estrangeiros e, ainda, como ministro plenip[o]tenciário, retornou ao Prata (Paraguai), para assinar o acôrdo de[fi]nitivo de paz. A sua escolha para essas missões era das mais ac[er]tadas. Ao seu feitio pessoal calhava lidar com entraves diplomáti[cos]

quilibrado, ritmado, ático, esteta, nele havia mais cuidado, cautela, aciez, acuidade do que ambição, que lhe era apenas uma força da dácia da necessidade. Não lhe faltava energia, mas esta não explo- a nunca. Seu motor era de ar comprimido. Ativo e diuturno, ven- mais pela frequência das pequenas pancadas do que pelos golpes cisivos." (2)

Em 1871 (7 de março), assumiu a presidência do Conselho e pasta da Fazenda, postos nos quais permaneceu até 25 de junho 1875. Foi o gabinete que governou por maior espaço de tempo a sua influência na vida do país foi consideravel. E isso deve-se suas invulgares qualidades, seu equilibrado tato político. Le- va êle um programa sério e difícil. O seu ponto principal era a ertação do ventre da mulher escrava, o que conseguiu. Esse acon- cimento deu, é inegavel, relevo especial ao gabinete, principal- ente porque nenhum outro fato consta que o desabone. Quem es- da a ação do ministério Rio-Branco e a sua atividade construtiva ós cinco anos de luta incruenta, não pode negar os bons resultados e obteve, vencendo dificuldades de toda ordem, em forte dose onômicas. E verificar que o visconde não temeu infrentar as clas- conservadoras, já bastante torturadas, exigindo-lhes mais um crifício com a *Lei do ventre livre*, chega a ficar pasmado com o uito que êle conseguiu sem a necessidade de reformas radicais. s *Falas do trono* (1871-75), refletem bem o período sereno que veu o Império sob sua chefia política.

Nabuco, que estudou em o seu admiravel trabalho já por mais uma vez citado, a ação desse gabinete memoravel, traçou o se- uinte perfil do seu grande chefe:

"O visconde do Rio-Branco, era em tudo o "juste milieu": tinha riedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontuali- ade, correção, figura, maneiras; matemático, tinha alguma coisa de rio, de exato, de positivo, de regular, de metódico no espírito; o eu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação o não ar- astava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente ita mas em grau eminente de imitação e aproveitamento; era mavel, cortez, insinuante, cativante em grau de chamar a si a quem ueria; reservado e prudente, porem, não criava intimidade, não inha todos ao seu nivel; a qualidade superior nele era a sua diplo- acia nas relações com a Coroa e com a opinião, o seu modo de ompreender e zelar por igual, sem queixa de nenhuma, as duas nvestiduras de que falei. Altivo demais, como parlamentar, para

(2) — Wanderley Pinho, — *Cotegipe e seu tempo*, Rio, 1937, p. 430.

admitir no nosso regime político que devesse a sua posição à escol
do Monarca, ele procedia sempre como ministro do Parlament
mas antes que tudo monarquista e conhecendo que a realidade d
fatos era o predomínio da Coroa, a dependência dos Gabinet
principalmente da conformidade com o Imperante, ele sabia trat
o Imperador como a fonte direta da sua autoridade. Nele não ha
nenhuma dessas intransigencias de princípios, dessas paixões par
dárias, dessas exigências e imposições, que outros colocavam aci
do poder; aceitando o Governo das mãos do Imperador, as su
normas resumiam-se em ser leal ao soberano e em não govern
sem o apôio da Câmara; no mais o seu ponto de honra era govern
do melhor modo, segundo as circunstâncias só conhecendo ur
fronteira: a sua própria dignidade, entendida, naturalmente, n
no sentido político estreito, em que se confunde dignidade com
pricho, com amor-próprio, mas no sentido largo, amplo, senhor
em que se habituara a tomar a palavra como diplomata, isto é,
sentido de honra, de integridade pessoal, de carater, que as naçõ
só perdem quando se humilham, se acobardam, ou se desautora
perante todas. Tambem dos nossos estadistas, o visconde do Ri
Branco foi o que mereceu em grau mais elevado a confiança
Imperador, o que lhe pareceu reunir maior soma de qualidades pa
o governo, e a verdade é que as reunia, relativamente à época."

No parlamento, tendo de responder aos mais variados aparte
valia-lhe sua calma inalteravel. Quando acaso surgiam dificuldade
mantinha o mesmo tom cordial, a mesma linguagem escorreita, digr
de um homem superior. (3) Certa vez, estando em Paris e tend
aparecido em Londres um relatório no qual o consul inglês pinta
a situação brasileira em cores negras, Paranhos deu, por escrit
resposta por tal forma convincente que desfez, por completo,
má impressão causada nos meios londrinos pelo citado relatóri

Visconde com grandeza, professor jubilado da Escola Polit
cnica, lente honorário da Academia de Belas-Artes, major, honor
rio do exército, presidente do Montepio de Economia dos Servidor
do Estado, presidente do Montepio Agricola, comendador da orde
da Rosa, grã-cruz da ordem francesa da Legião de Honra, das o

(3) — Não descurava a frase.
"Uma vez, fiz nisso reparo.
— Ao marquês de Abrantes, explicou-me êle, devo este hábito. Na
há que mais eduque um orador, como êsse cuidado, até nas locuções ma
triviais. Nem o senhor imagina, quanto o velho Abrantes era cautelo
no seu modo de dizer, e ao mesmo tempo um espírito gracioso e ático
embora um tanto mordaz". — E d'Escragnole Taunay, *O visconde
Rio-Branco*, Rio, 1884, p. 10.

ens portuguesas da Vila-Viçosa e de Cristo; da ordem de Carlos I, da Espanha; da ordem de S. Maurício e São Lázaro, da Itália; Leopoldo, da Bélgica e dignitário das ordens da Aguia Branca e antana, da Rússia. Era ainda sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro, honorário, da British and Foreign nti-slavery Society, de Londres. Antes de morrer proferiu a seinte frase: "Estejam certos de que ei de confirmar perante Deus que ei afirmado perante os homens."

BLIOGRAFIA

Alem de varios *Relatórios, escreveu*:

O nosso tempo — Jornal político-literário. Rio de Janeiro — 1844/1845.

O moribundo — Jornal político, joco-sério. Rio de Janeiro, 1849.

Cartas de um amigo ausente — (Artigos publicados no *Jornal do Comércio* — Rio.

Projeto de código criminal militar, confecionado pela comissão de legislação do exército, composta do Dr. Tomaz Alves Junior, conselheiro José Maria da Silva Paranhos e consul Antonio Pedro de Alencastro. Rio de Janeiro, 1864.

A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do senado e dos sucessos de Uruguaiana — Rio de Janeiro, 1865.

Discurso do ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros. Rio de Janeiro, 1855.

Discurso do ministro da Fazenda, proferido na Câmara dos Deputados em sessão de 27 de junho de 1861. — Rio de Janeiro, 1861, 19 ps.

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 14 de julho de 1862, sobre a política externa. Rio de Janeiro, 1862.

Proposta do governo sobre a reforma do estado servil. Rio de Janeiro, 1871.

Sessões legislativas de 1870 a 1871 — Rio de Janeiro, 1872.

Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro, 1871.

Questão religiosa — Discurso no senado — Rio de Janeiro, 1873.

Voto de graças — Discurso — Rio de Janeiro, 1873.

Companhia de navegação do Amazonas — Discurso proferido no Senado, em 10 de outubro de 1877. Rio de Janeiro, 1877.

A medalha Hawkshaw — Discurso proferido em 13 de novembro de 1877, no Instituto Politécnico, em presença de S. M. — Rio de Janeiro, 1877 — 13 ps.

Discurso profediro no Instituto Politécnico Brasileiro, em sessão de 13 de novembro de 1877 — Rio de Janeiro, 1877.

Discurso pronunciado na abertura da sessão da assembléa geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, etc. em de outubro de 1877 — Rio de Janeiro.

Deixou inéditos, segundo consta, alguns trabalhos.

ANGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ

(Barão de Uruguaiana)

10-8-1859 a 2-3-1861

Nasceu na cidade de Valença, Baía, em 1812 e faleceu em Pe-ópolis, em 18 de Janeiro de 1867. Descendente de família de pequenos agricultores, destinavam-no à carreira eclesiástica. Na cidade do Salvador estudou humanidades no colégio do Palma, muito nceituado pelo seu seleto corpo docente. Aos 18 anos (1830) seguiu ra Olinda em cuja Faculdade de Direito se doutorou em ciências rídicas e sociais (1834). Durante o seu curso trabalhou ativaente na imprensa e foi um dos destacados próceres acadêmicos ntamente com Nabuco de Araujo e Sinimbú. Ainda em 1834 marou com tropas mandadas de Pernambuco para lutar contra os *banos*. No ano seguinte, aceitou nomeação de promotor público capital da Baía, muito se distinguindo pela operosidade que senvolveu no pôsto. Dois anos depois (1837) passou a juiz de ireito da comarca de Jacobina, tendo permanecido aí até 1843, ta em que o removeram para o juizo dos Feitos da Fazenda da aía (até 1844) e daí para a 1.ª Vara do Crime da Côrte onde, por o concordar com determinadas injustiças, viu-se transferido para comarca de Campo Maior, no Piauí, o que não aceitou, encerrando m honra e dignidade a sua carreira de magistrado (1). Eleito

---

(1) — "Por ocasião de instruir o famoso processo *Lirio* (empredo do Tesouro), julgou necessários exames na escrituração do Tesouro acional, para bem averiguar do delito e reconhecer, quais fossem seus tores e cúmplices.

Não convindo devassar o estado viciado dessa escrituração quando a gligência, e desidia com que corria aquela repartição, foi interdito ao iz de Direito Criminal proceder aos exames exigidos, devendo-se contar para o julgamento do infeliz *Lirio*, com as provas que pudesse luzir a acusação, restrita em seus recursos. E assim deixava-se o juiz terrivel perplexidade, de uma absolvição em fato tão grave, ou de m castigo sem todo o fundamento. Impunidade, ou tirania.

O ministério cortou todas estas dificuddades, removendo como pena, a Côrte para a comarca de Campo Maior, na província do Piauí, o

primeiramente deputado provincial (2 vezes), em 1842 conseg
deputação à Assembléia Geral, para a qual foi sucessivamente
eleito até 1848. Com menos de 30 anos estreou no parlamento c
notavel peça que lhe valeu a justa fama que desfrutou. Impetuo
e varonil, era com fortes golpes que respondia e interrogava,
vezes, enfrentando sozinho o plenário. Respondendo a um apar
justificava-se:

*Para uns é patriotismo deixar tudo ir por agua abaixo e n
se importar com cousa alguma, sacrificando assim todos os inter
ses públicos pela única vantagem de passarmos por bons moços
público e no particular; êste patriotismo não desejo de maneira
guma. Considera-se também patriotismo o lançarmo-nos no leito
corrupção, aproveitarmos tudo o que é do Estado para nós e para
nossos, sacrificando assim todos os interesses dó país pela única v
tagem de colhermos o nome de bons amigos e parentes e viver
numa posição feliz, e como cabedal e relações que nos garantem a
penas que merecemos; deste patriotismo fujo muito. Outro há q
muito depende de coragem, o qual inflama ao representante zel
que denuncia os atos maus, que não tem respeito e considerações p
soais, que nesta casa fala contra os abusos e não alia às suas afeiç
e princípios mesquinhos interesses de partidos ou de outra qualq
natureza. Êste considera-se um vício; êsse é o fogo a que o not
deputado atirbue o efeito de queimar tudo que o cerca. Pode
que eu tenha esta falta, este vício. Eu o ambiciono. Posso-me in
lizar movido por êle; mas creio que não deve desmerecer nada
opinião dos meus constituintes, creio que faço um serviço ao m
país.*

Na campanha pelo liberalismo manteve-se como um verdade
chefe. Os seus discursos ardentes e vibrantes dominavam o audi
rio e eram alavanca poderosa na propagação dos princípios a q
aderira com entusiasmo. Convidado, por vezes, para inspetor
Alfândega, só em 1848 aceitou o cargo, no qual permaneceu dura

---

magistrado escrupuloso, que não quiz arriscar a sua conciência, os
reitos da acusação e defesa, às pretendidas imunidades do Tesouro
cional, que se arrogou os privilégios das igrejas nos tempos de devo
clássica onde se homisiavam os facínoras impunes.

Para julgar o processo *Lirio* se nomeou outro juiz. O removido
poude obedecer; e nem seguiu para sua nova e longínqua comarca,
lhe pareceu uma pena de degredo. Interrompeu forçadamente a sua
reira de magistrado, que levava tão brilhante, e gloriosa." — Sisson
Galeria dos Brasileiros ilustres, Rio.

uco anos. Árdua foi a sua tarefa. Essa repartição, ao tempo do ıpério, não tinha fama das melhores. Ferraz assumiu-lhe a direção ın amplos poderes e, inspecionando severamente, fez inúmeras ımissões e conseguiu dobrar-lhe a renda. Daí passou-se para a curadoria fiscal do Tesouro. Em 1853, rompendo com a política conciliação orientada pelo gabinete Paraná, presenciou o parla-nto brasileiro uma das maiores pugnas tribunícias do Império. é essa ocasião os aposicionistas eram poucos (*jovem oposição,* mo a chamavam) e o gabinete nada receiava. Com a sua adesão, ıdaria o cenário.

— *Graças a Deus que não temos oposição. O Ferraz é um só.* Disse alguem a Paraná.

— *Um só mas que vale uma câmara.* — Respondeu o visconde, e bem conhecia a têmpera de seu novo adversário.

Em 1856, já desfrutando da simpatia do imperador, foi esco-do para a câmara alta. "Caxias — diz-nos Batista Pereira — i o primeiro a prever a grande carreira reservada a Ferraz e a scobrir quão fundamente entrara seu nome na admiração imperial. uando se apresentou a lista senatorial ao imperador, eram candi-tos Pinheiro de Vasconcelos e Ferraz. O velho Olinda, o vice-im-rador, tinha como favas contadas a escolha do primeiro. Caxias, rém, vira melhor. A antipatia tem olhos de lince. Apostou contra linda. Deu-se a reunião do gabinete. Apresentaram a lista ao ıperador, quem não disse nada. Discutiram sôbre outros assuntos. uando todos se despediram, o imperador, voltou-se para o ministro Justiça e disse-lhe "Mande lavrar a nomeação de Ferraz". E re-ou-se. Caxias ganhara a aposta..." (2) Em 1857, foi nomeado esidente do Rio Grande do Sul onde muito se distinguiu pelas rias iniciativas que tomou.

Desde a morte do marquês de Paraná, que com rara tenaci-ıde conseguira congregar, por algum tempo, os partidos, o monarca perimentava a possibilidade de continuar aquela política conci-tória, a qual julgava necessária. Valera-se, para isso, sucessiva-ente de Araujo Lima e Limpo de Abreu e não tivera melhor resul-do. Anteriormente, em face de recusas e desinteligências, já havia clarado. — "Os senhores me obrigam a recorrer ao Ferraz" — afinal, em 1859 (10 de agosto), entregou-lhe a presidência do nselho, acumulando êle as pastas do Império e da Fazenda. De mpetência reconhecida por todos, inclusive pelos seus próprios lversários, era tido como capaz de administrar com proficiência

(2) — *Figuras do Império e outros ensáios* — 2.ª ed. Rio, 1934. Col. Brasiliana).

qualquer ministério ou todos a uma vez, se acaso as circunstân a isso o obrigassem.

Ao assumir a pasta da Fazenda arcou com grande responsa lidade. Os seus dois antecessores, — Sousa Franco e Tôrres Home — conhecedores da matéria financeira, mantinham idéias anta nicas relativamente à solução a ser dada ao caso brasileiro, especi mente, quanto ao aparelhamento bancário. A luta que provocara na execução de suas respectivas políticas emissionistas, deu em res tado a queda de ambos os gabinetes a que pertenciam. Dessa for Ferraz já tinha contra si, contra suas possibilidades, carga bem p sada. Examinando o acervo que passaria a administrar, assim expressou, na Câmara, ao apresentar o seu programa:

"A nossa situação financeira não é lisonjeira e não o será e quanto atuaram certas causas, que nos são conhecidas, para o de quilíbrio entre a receita e a despesa do Estado. A mais estrita ec nomia é, portanto, uma lei de necessidade para nós e para os rep sentantes da nação.

Em nosso sistema econômico têm surgido ultimamente qu tões de muita gravidade e grande importância, que requerem u exame refletido e maduro, e reclamam o mais perfeito estu

Ante um parlamento dividido em facções numericamente qua iguais (pouca era a maioria governamental) decidiu-se por uma po tica de equilíbrio. A princípio, mostrou-se inclinado a tolerar ce liberdade emissionista e foi essa sua atividade louvada pelos par dários da causa. Mas, êle protestou dizendo que não seria o con nuador de política alguma. Foi então que subordinou as emissõ sob qualquer forma, ao controlo do govêrno. Igualmente, bateu pelo retôrno à circulação metálica. Não era um retrógado em assu tos econômicos, mas como herdara situação difícil não queria aventurar na incerteza. Entre a liberalidade temerária e a restriç quase ao extremo, preferiu esta última. (3) Em matéria econômic financeira as leis que fez votar foram drásticas. Na encorporação toda sociedade anônima exigiu, para o seu funcionamento, disc

---

(3) — Ante a adoção de medidas restritivas que o seu gabin pleiteara, dizia Sales Tôrres Homem: "Eu faltaria nesta ocasião a sagrado dever se, em nome de meus amigos desta casa, não agradece aos nobres ministros o haverem aderido a todas as nossas idéias e nômicas e promovido de maneira tão cordial o seu triunfo definiti Ao ministério de 10 de agosto competirá a gloria merecida de ha realizado este importante melhoramento, que nós os ministros de de dezembro, não fomos bastante felizes para realizar apesar de n esforços e dedicação."

nária autorização governamental. (Decreto de 22 de agosto de 60). Foi essa uma providencia que fez voltar contra o seu gabi- e reação das mais fortes. Outras leis fez passar (4) tambem com ater restritivo. A lei do selo (26 de dezembro de 1860) afinal ou o gabinete a retirar-se. (5) Alem desses diplomas essencial- nte financeiros, pertenceram a sua gestão outros, criando a nova cretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e ras Públicas; organizando o Quartel-General da Marinha; regu- entando a Casa da Moeda; dando novo regimento à Recebedo- , etc. etc. Em 1865 (12 de maio) assumiu a pasta da Guerra, por istência do imperador, depois de ter recusado duas vezes, por rito e de viva voz. Estávamos em guerra com o Paraguai, em e de organização e criação de recursos bélicos. A sua administra- nesse espinhoso cargo se destacou sobremodo. Com o objetivo atender prontamente às necessidades excepcionais, tanto do ército como da marinha, que precisavam marchar aparelhados ra o campo de batalha, trabalhou, incansavelmente, dia e noite, ponto de o monarca indagar: — *A que horas dorme o Ferraz?* ando D. Pedro foi ao teatro da luta, êle, na qualidade de mi- tro da Guerra, acompanhou-o naquela visita de estímulo aos bra- s que se batiam em defesa da pátria. Naquele cargo conservou-se é 27 de outubo de 1860 quando, devido a uma desinteligencia com xias, se retirou. Em recompensa aos relevantes serviços que pres-

---

(4) — Decretos em 1860: — 22 de agosto — dá providências sôbre ncos de emissão, meio circulante, etc.; idem, de 10 de setembro, põe execução o regulamento das Anfândegas e Mesas de rendas; idem, 10 de novembro, indica os casos de falência dos bancos e outras com- nhias e sociedades anônimas; idem, de 17 de novembro, regula a nissão de bilhetes ao portador; etc.

(5) — "O regulamento era, tanto pela imposição (renovada do tro regulamento de 1850, que nunca fôra cumprido) do sêlo propor- onal aos contratos de sociedade, sem distinção alguma, na razão do spectivo capital, como pela fiscalização que decretava, uma cerceação nsideravel do regimen *tão lucrativo quanto anormal* como foi cha- ado, em que viviam as companhias anônimas. Muitos bancos ainda não nham pago o sêlo proporcional e julgavam-se desobrigados de o fazer. regulamento levantou contra o govêrno a praça do Rio, e sobretudo a Baía, onde o estado do comércio e do crédito "tinha muito de aleató- o e vertiginoso". A interpretação dada ao decreto de Ferraz, como se izesse dizer o fechamento dos bancos e companhias que não se tinham nformado com a lei, produziu naquela província um verdadeiro pânico. imperador em viagem pelo norte, achava-se exatamente na Baía, ando se produziu esse pânico e as colchas pretas postas às janelas e tras demonstrações contra Ferraz na cidade baixa refletiram sôbre as estas imperiais." — Joaquim Nabuco — *Um estadista do império*, ol. 1.°, 1936, Rio, ps. 333/4.

tou, deu-lhe o monarca o título de barão de Uruguaiana (com gra deza) e o nomeou conselheiro de Estado.

Possuia a grã-cruz da ordem de Cristo e era comendador ordem da Rosa. Conforme já se disse alhures é uma figura q precisa passar da segunda para a primeira plana.

BIBLIOGRAFIA

Proposta e relatório do ministro da Fazenda, apresentado Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima legis tura. Rio-de-Janeiro, 1860.

Regulamento do imposto do sêlo e sua arrecadação. Rio-de- neiro, 1860.

Discurso sôbre o voto de graça na sessão de 15 de maio maio de 1844. (Esta juntamente com outros de vários deputado Rio-de-Janeiro, 1844.

Regulamento das alfândegas e das mesas de rendas — Rio Janeiro, 1860.

Dezesete notas feitas ao relatório da comissão encarregada rever a tarifa das alfândegas do Império, pelo presidente e re tor da mesma comissão. Rio-de-Janeiro. 1853 (21 ps.).

Relatório da comissão encarregada pelo govêrno imperial. p avisos de 1 de outubro e 28 de dezembro de 1864, de proceder um inquerito sôbre as causas principais e acidentais da crise mês de setembro de 1864. Rio-de-Janeiro. 1865. (Êste trabalho, sua maioria, é de Silva Ferraz).

Avisos do ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferr criando, e dando instruções à comissão de exame da legislaç do exército. Rio-de-Janeiro, 1868.

A tarifa das alfândegas do Império do Barsil — Rio-de-Janei 1860 (318 ps.).

CARLOS CARNEIRO DE CAMPOS

(3.º visconde de Caravelas)

31-8-1864 a 12-5-1865

Nasceu na Baía, em 1 de novembro de 1805 e faleceu no Rio Janeiro, em 28 de abril de 1878. Filho de José Joaquim Carneiro Campos e Custódia Maria do Sacramento (primeiros marqueses Caravelas). Após realizar os cursos primário e secundário, ser- i como cadete do Batalhão D. Pedro I e estudou dois anos na cola Militar. Entretanto, por se não dar com os rigores da car- ra das armas, devido à sua fraca compleixão, deu baixa e foi man- do para França onde, na Universidade de Paris, se graduou em ncias jurídicas e sociais (1827) De volta ao Brasil, obteve cáte- a no curso jurídico de São Paulo (1829), no qual permaneceu rante mais de trinta anos. Filiado ao partido conservador, ini- u-se na política ativa e na administração, ocupando cargos dos is importantes na direção do país. Primeiramente deputado pro- icial pela Baía, logo passou a representar São Paulo na Assem- éia Geral (1842), no Senado (1853), exercendo tambem a vice- esidencia daquela Província. Conquanto acatasse os princípios los quais se orientavam os conservadores, era "mais homem do verno do que de partido. "

Em 31 de agosto de 1864, subindo o ministério liberal presi- do pela senador Furtado, Carneiro de Campos exerceu, interina- ente a pasta dos Estrangeiros e, em carater efetivo, a da Fazenda, qual permaneceu até 12 de maio de 1865. Nesta sua curta per- anência à frente dos negócios fazendários, foram postas em vigor nportantes leis financeiras. Apresentando o seu programa, disse rancisco José Furtado, presidente do gabinete:

Será um dos primeiros empenhos do gabinete procurar resta- elecer o equilíbrio entre a receita e a despesa. Para alcançá-lo, pro- urará promover ,por todos os meios que estão na órbita das atri- uições do governo, o aumento da riqueza pública; cortara todas s despesas que forem dispensaveis, sem prejuizo do serviço pú-

blico; e alem disto promoverá a reforma das leis e regulamentos entendem com a arrecadação e fiscalização das rendas públicas, ordem a tornar os processos menos dispendiosos ao Estado, me vexatórios aos particulares.

Disse assim e é de se crer que, se não fosse o rompimento hostilidades com o Paraguai, teria Carneiro de Campos realiz a boa política financeira preconizada pelo chefe do gabinete. C efeito, fez baixar vários decretos, concretizando política de la visão, capaz de minorar a forte crise comercial de 1864 e leva as rendas públicas. A luta armada, entretanto, veio dificultar a obra, bem iniciada. (1)

"Na Assembléia Provincial, na Câmara dos Deputados e Senado — escreveu Macedo — ocupou sempre com a mais m cida atenção a tribuna, discutindo de preferência assuntos econô cos e financeiros, em que era considerado muito esclarecido. Fal com precisão, gravidade e lógica; mas faltava-lhe para ser ora popular condição indispensavel: em consequência de seus sofrim tos pulmonares, sua voz era apenas ouvida pelos colegas que o c cavam para escutá-lo, e o público lia impressos os seus discursos, quase não podia ouví-los."

Em 1873 (28 de janeiro) voltou à pasta dos Estrangeiros, qual permaneceu até 25 de junho de 1875.

Conselheiro de Estado, extraordinário (1869), passou a o nário (1875) e, em homenagem aos seus indiscutiveis méritos, c cedeu-lhe o imperador a dignidade de visconde, com grand (1872). Veador de sua majestade a imperatriz, possuia tambem condecorações: comenda da Ordem de Cristo; grã-cruzes: da gião de Honra (França), de Leopoldo (Belgica), da Corôa (Itál da Aguia Vermelha (Alemanha), Ernestina de Saxe e Corôa Ferro (Austria).

---

(1) — Lei de 24 de setembro de 1864, reforma a legislação hip cária e estabeleceu as bases das sociedades de crédito real; decreto 14 de setembro de 1864, dá curso forçado, por certo tempo, aos bilh do Banco do Brasil; decreto de 17 de setembro de 1864, manda obse disposições extraordinárias durante a crise comercial da praça do de Janeiro; decreto de 20 de setembro de 1864, regula a falência bancos e casas bancárias; decreto de 22 de outubro de 1864, regula nova forma a emissão de bilhetes e outros escritos ao portador; dec de 26 de abril de 1865, manda observar regulamento relativo à le lação hipotecária.

FRANCISCO DE PAULA DA SILVEIRA LOBO

4-3-1866 a 7-3-1866

Nasceu no município de Mamanguape, Paraíba, e faleceu em
te-Nova, Minas Gerais, aos 24 de abril de 1886. Filho de Manuel
o de Miranda Henriques e Ana Norberta da Silveira os quais
ram vários filhos. (2) Fez os primeiros estudos na Paraíba e,
o a sua família se mudasse para Minas-Gerais, alí os completou,
o que foi mandado para Recife, onde se doutorou em Direito.
Novamente entre os mineiros, obteve nomeação como juiz mu-
pal de Mariana e se consorciou com uma filha do conselheiro
Francisco Viana. Filiado ao partido liberal, o sogro guiou-lhe
primeiros passos, mas, dentro em pouco, tinha conquistado elei-
do próprio. Com a continuação, tornou-se uma das maiores
as políticas da província onde se abrigara. Eleito em 1857 para
âmara Geral, conseguiu reeleger-se continuadamente até 1868,
ndo ingressou no Senado (substituindo o marquês de Itanhaem).
de a primeira vez que assomou na tribuna, as sensações que êle
luziu foram primeiramente de espanto, depois de estima geral
respeito dos seus próprios adversários." Alto, forte, musculoso,
vibrante, o novel deputado ingressou nos debates parlamentares
om êles se ambientou vantajosamente. Sincero nas suas con-
ões e pondo acima de tudo as reivindicações do partido, era
em para quebrar, mas não torcia. E por essa razão, não poucas
es, teve de contrariar correligionários políticos. Afeito às lides
amentares, cuidava que o seu lugar era alí. Por esse motivo
va sempre disposto a patrocinar lugares administrativos para os
os já que não os ambicionava.

---

(1) — Pelo lado materno descende de Francisco José da Silveira,
nte-coronel do exército e um dos triúnviros de 1817, no govêrno da
aíba.

(2) — Francisco, Demóstenes, Júlio, Antônio, Adelaide e Aristides.
imeiro e o último tiveram acentuada projeção nos fastos pátrios.
ncisco, no Império; Aristides, na República.

(3) — Durante o curso foi tido como aluno aplicado e de grande
to.

Em 1865, em ocasião difícil, em face de termos iniciad provizadamente a guerra contra o Paraguai, o imperador, mai vez, chamou Araujo Lima ao poder. Então, organizou êle o tério denominado *das águias*. A composição do gabinete nã fácil. O conflito externo não conseguira unir, como parece, o mentos políticos, e êstes estavam desavindos por forma qu gavam a ponto de, impatrioticamente, dificultar a ação do go O pacto de 62 trouxera uma desunião deplorável entre libe conservadores e, êstes, quando da facção tida como intrans (puritanos), não se pejavam de se aliarem aos inimigos con próprios correligionários. Urgia, para fazer face à grave si criada com o conflito armado, encontrar uma maneira de s modar os partidos ou, ainda, de infrentá-los, visto que por ci tudo o govêrno tambem projetava reformas. Uns, não aceita convite do marquês, por obediência partidária; outros, por d diência. Nabuco de Araujo, ministro da Justiça, pode-se diz o elemento de coesão, o harmonizador de tanto choque em explodir. Por fim, escrevia êle ao marquês: "O homem in por todos para completar o ministério e o Silveira Lobo, qu disposto a aceitar, e é uma influência capaz de opor-se ao Ot campo liberal. O Silveira Lobo tomará a pasta da Marinha e Saráiva na de Estrangeiros. Peço a V. Ex. que, ponderando gência da situação vá amanhã a S. Cristovão afim de propor nomeações." E foi por essa maneira que se completou o ga reconhecendo-se a influência do deputado Silveira Lobo, liberal, republicano por temperamento, mas, tambem, simpáti conservadores progressistas. Ainda, naquele gabinete, exerceu três dias (4 a 7 de março de 1866) a pasta da Fazenda, em s tuição a Dias de Carvalho que teve como sucessor Silva Tem-se como felizes e acertadas as suas medidas na pasta da nha. Como titular dêsse ministério deu-se um fato onde a sua at decisiva deixou o monarca sempre grato a forma pela qual pronunciou. E', que, tendo o imperador se decidido a visita soalmente o teatro das operações, o gabinete hesitou sobre a veniência da visita imperial e Silveira Lobo foi o único que, o primeiro instante, aplaudiu e louvou a atitude de sua maj que era e foi de grande alcance. (4)

Com a retirada do gabinete Olinda e a ascenção do nov nistério presidido por Zacarias, o seu substituto na pas

---

(4) — Para um estudo de sua atuação nessa pasta, confira — Alexandre Boiteux — *Ministros da Marinha*, "*Jornal do Com* Rio, 16-2-1936.

rinha foi pessoa que o representava. (5) Em setembro de 1866, itou a presidência de Pernambuco onde permaneceu até novem- do ano seguinte. Zeloso em tudo que dizia respeito à matéria itica, a sua administração nessa província foi das mais difíceis. apaz de, pela violência, coagir os inimigos partidários, adstri- -se ao cumprimento da lei e deixava campo aberto à liberdade opinião. A propósito de sua gestão naquela província por mais uma vez, no Senado, teve oportunidade de justificar a sua ação como administrador única e exclusivamente. De uma feita, licou-se:

Evitei entender-me com os meus próprios amigos sobre eleições les que o digam.

Não lhes fiz um só favor siquer, que pudesse merecer o nome concessão ao partido. Já disse que não seguirei o exemplo dos sidentes de hoje, não farei a história da minha administração, bora pudesse referir muita coisa que me é honrosa e honrosa a itos pernambucanos distintos. Me entrego sem o mínimo receio juizo imparcial da província de Pernambuco, e descanso tran- ilo e seguro de que justiça completa ser-me-á feita.

Fui para Pernambuco em circunstâncias um pouco excepcionais. eitei a presidência, como tenho aceitado os outros lugares, que ho exercido, não por solicitação minha, mas por instâncias dos igos. O nobre ex-presidente do conselho sabe que recusei a pé me por muitas semanas aquela presidência, tinha para isso moti- os mais valiosos, entre estes o de saúde. Recusei-me tenazmente; s S. Ex. e seus colegas entenderam, que era indispensável a minha a. Fui para Pernambuco, quando verdade ou falsidade, anun- va-se a província em circunstâncias melindrosas. (6)

Retornando à Câmara, presidiu-a por alguns meses (1867-68), os o que obrigaram a aceitar a presidência de Minas-Gerais.

---

(5) — Nabuco, em *Um Estadista do Império* informa: "Na organização do seu gabinete Zacarias revela duas qualidades: adivinhação s homens de futuro e decisão nos golpes. Uma vez que o partido tava dividido, êle aceitava a divisão e estava pronto a levá-la até aonde oposição quisesse. Para isso procurava os homens mais capazes de ncê-la. O seu gabinete era nesse ponto constituido de modo diverso dos is outros, de vida efêmera, a que presidira: os homens novos de que se acercara tinham os requisitos para a luta a todo o transe, e, escoendo-os pode-se dizer que êle os creou chefes e dividiu entre êles o mpério: Dantas que então representava Saráiva, Afonso Celso, que presentava Silveira Lobo, Sá e Albuquerque que se sabia ter sido condado ,e Martim Francisco, tornavam-se os donatários liberais da Baía, e Minas, Pernambuco e S. Paulo."

(6) — Sessão de 5 de agosto de 1869.

Aquí foi mais curta a sua gestão. Rompendo com o gabinete e senador, resignou o posto e veio para a câmara alta onde comb tenazmente a política do conselheiro Zacarias. Ardoroso a mais poder, quando criticava não media consequências, dispunha-se aos extremos!

"O Sr. presidente" — Desejo que o nobre senador evite qu possa parecer personalidade.

"O Sr. Silveira Lobo" — Perdoe-me. V. Ex. sabe que em n parlamento tem-se analisado até com Lavater as pessoas dos m tros.

"O Sr. presidente" — O regimento não permite personalid

"O Sr. Silveira Lobo" — Em que consiste a personalid Pois não posso falar da vida e mesmo do carater público de todo homens que figuram na cena política do país?

Era homem que não transigia. Se amigos ou inimigos at va-os com a mesma independência. Inacessível a tôda ordem complascência a sua austeridade ía até a intolerância. Não rar sua linguagem tornou-se rude, eivada de expressões tais co Nunca se viu tanto cinismo como atualmente." Patrocinam-s interesses ainda os mais sórdidos". Não o fazia, entretanto, simples desejo de ferir, de melindrar o contendor. Era a fibra combatente que, retezada e altiva, investia contra toda sorte de mandos. Escrupuloso, julgar-se-ia humilhado se recebesse a re neração de senador sem prestar efetivamente os serviços peculi ao cargo. (7) Por esse motivo, já nos últimos momentos de sua arrastava-se, de muletas, de sua fazenda em Minas até o Sena

(7) — "Há já muito tempo que, nesta época do ano, os habit de certa zona da província de Minas-Gerais, viam passar, atravess as asperezas do terreno, em direção a uma das mais longinquas est da Estrada de Ferro Leopoldina, uma liteira conduzindo um nobr válido.

Por onde quer que passava, todos se descobriam e o saudavam peitosamente; muitos tomavam-lhe o passo para obrigá-lo a descans a reparar as fôrças perdidas pelo esgotamento que lhe produziam diga e as dôres: cada fazendeiro daquela região, cada locandeir estrada, considerava uma honra dar abrigo em seu teto hospitalei venerável cidadão, avelhantado pelos sofrimentos cruéis que o t ravam mais do que pelos anos decorridos, que, apesar de tudo, não seguiram quebrar-lhe nem a energia ne mo vigor físico.

....

Êsse cidadão era o senador Francisco de Paula da Silveira L *O País* — 28-4-1886.

da tomava parte nos debates. Antes de falecer, profundamente iludido, declarou-se republicano. Acreditava que sòmente a mudança de regime pudesse trazer uma regeneração política.

BLIOGRAFIA

Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados sobre a eleição do 1.º distrito da Província de Sergipe. Rio-de-Janeiro, 1864 (contem discursos proferidos por outros deputados).

Discurso pronunciado na sessão do Senado de 5 de agosto de 1869. Rio-de-Janeiro.

Discurso pronunciado na sessão de 25 de agosto de 1869. Rio-de-Janeiro.

Discurso pronunciado na sessão de 30 de junho. Voto de graças. Questão Religiosa. Rio-de-Janeiro.

JOÃO DA SILVA CARRÃO

7-3-1866 a 3-8-1866

Nasceu em Curitiba que então fazia parte da capitania de São ılo, em 14 de maio de 1810 e faleceu no Rio-de-Janeiro, em 4 de ıo de 1888. Filho do capitão Antônio José da Silva Carrão e s Carrão. Na sua infância experimentou as maiores dificuldades. ı meios de qualquer espécie para custear os estudos, aproveitava ız da iluminação pública para aprender as lições. Não o desaniıvam as privações de toda a sorte que o acossavam impiedosaıte; entretanto, elas o atrazaram no ingresso do curso jurídico. n efeito, devido àquelas provações, sòmente com mais de vinte ›s tomou assento nos bancos acadêmicos, já empregado como porro do Conselho Geral da Província, donde conseguiu transferên- para igual posto na Secretaria do Govêrno. Matriculado na culdade de Direito (1833) serviu como oficial de guarda-livros mesma Faculdade e se graduou em 1837. Na fase acadêmica aborou ativamente na imprensa e na direção de *O Novo Farol dlistano* (em substituição ao Dr. Francisco Bernardino Ribeiro), olicando numerosos artigos e comentários políticos. No ano sente ao de sua formatura concorreu a uma cátedra, mas o govêrno ılou o concurso.

Filiado à ala moderada do partido liberal, foi eleito suplente de utado (1840) e figurou nas sessões preparatórias da Câmara de 2, quando foi esta dissolvida. No ano seguinte, fixou residência São Paulo, abrindo banca de advogado que se tornou bastante rrida. Juntamente com o conselheiro Campos Melo, fundou na ital da província, o jornal denominado *Americano* com o objeprincipal de explicar a revolução de 1842. Não gostaram os fes do partido da forma altiva como falava o talentoso causidico. trementes, o seu prestígio cresceu. Após concurso memorável, ressou como professor adjunto da Faculdade de Direito de São ulo, passando a catedrático de Direito Natural (1858), donde transferiu para a cadeira de Economia Política.

Deputado provincial às legislaturas 1842-43, 1848-49, 1856-57, 52-63 e 1863-69, inúmeras vezes presidiu a assembléia da Provín-

cia. Na Assembléia Geral tambem foi representante paulista várias vezes. Iniciando-se em 1842, alcançou mandato na sexta tima, décima, undécima, duodécima, decima-terceira e décima-sé legislaturas. Em 1857, foi nomeado presidente da provincia do P a qual dirigiu por quase dois anos. Com a recomposição do gabi presidido pelo marquês de Olinda, em 1866, aceitou e dirigiu, 7 de março a 3 de agosto daquele ano, a pasta da Fazenda.

"Em sua longa existência prestou bons e inestimáveis serv ao país e ganhou renome na tribuna parlamentar, sobretudo assuntos jurídicos e financeiros. Como todos quantos, porén atiram nos braços ávidos, histéricos e mortíferos da política, sofreu grandes decepções, vendo, como acontece aliás em tod parte, a ascenção fácil dos astutos e sobretudo dos medíocres, r nhecendo quanto era inhabil aos cálculos e às aspirações e a firm de idéias e sobretudo curtindo dolorosos desenganos daqueles consideram seus melhores e mais dedicados amigos." (1) Sen do Império e membro do Conselho do imperador, Silva Carrão suia o grau de comendador das Ordens da Rosa e de Cristo e tencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Teses (para receber o grau de doutor).

Pleito Mauá — Memorial e diversos artigos. Rio de Jan 1877.

O Novo Farol Paulistano. São Paulo, 1831-37.

O Americano — periódico político — São Paulo, 1844.

O Ipiranga — São Paulo, 1849.

(1) — Visc. de Taunay — *Servidores ilustres do Brasil* — ps. 93/94.

ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS

3-8-1866 a 16-7-1868

Nasceu na cidade de Valença, província da Baía, aos 5 de no-
mbro de 1815 e faleceu na côrte, aos 28 de de dezembro de 1877.
lho de Antônio Bernardo de Vasconcelos (capitão) e Maria Bene-
ta de Assunção. Orfão aos 5 anos, o irmão mais velho (conse-
eiro João Antonio de Vasconcelos), cuidou-lhe da educação. Fez
estudos primário e secundário em Valença de onde seguiu para a
culdade de Direito, no Recife. (1) Quando acadêmico, desta-
u-se pela aplicação e competência. Conta-se que, tendo adquirido
hábito de estudar até alta noite, para vencer o sono passava cinco
seis horas com os pés dentro de uma bacia com agua fria. Doutor
n ciências jurídicas e sociais (1837), defendeu tese (1840) e no
no seguinte (1841) requereu e obteve, por concurso, uma cátedra
substituto, a qual regeu efetivamente por quatro anos tendo se
posentado em 1857. Atraido pela política, abandonou a carreira
uspiciosamente iniciada. Eleito deputado provincial pelos conserva-
ores baianos (1845), no mesmo ano entregaram-lhe a presidência
o Piauí (1845-47) e logo depois a de Sergipe (1848-49), tendo
le desempenhado essas funções com agrado geral. Eleito para a
Assembléia Geral (1850), quando aqui chegou já o seu nome se
ornara conhecido e aplaudido pela fama que trazia do Recife e
las duas administrações provinciais.

Em 1852, com o gabinete Torres assumiu a pasta dos princi-
iantes — a da Marinha, e nela permaneceu de 11 de maio daquele
no a 6 de setembro do ano seguinte. Foi uma ascenção relativa-
nente rápida .Mas não o procurariam durante mais de dez anos, para
utra função ministerial. Isso, todavia, não o preocupava. Na
Câmara estava bem. Gostava de discutir, principalmente de, nessas
casiões, dar expansão à sua sarcasticidade; ali tinha campo aberto
esses exercícios em que tanto primou. Tendo sido criada a Pro-

(1) — Aqui foi contemporâneo de vários futuros ministros, entre
utros: Ferraz, Saldanha Marinho, Sinimbú, Souza Franco, Wanderley
Sergio de Macedo.

vincia do Paraná. Com a queda do gabinete Caxias (1862), estav
D. Pedro em apuros. Sem que tivesse realmente concorrido par
isso, o duque apressou o choque entre os conservadores e precipito
a fundação da *Liga*, que se fortaleceu com nomes como Olinda
Nabuco, Zacarias e Saraiva. Chamou-o então sua majestade e e
tregou-lhe a incumbência de orginazar o ministério. Prontament
êle recolhe os nomes, apresenta-os ao monarca e vai para à Câma
justificar o seu programa assim concretizado:

*"Sem elevar a justiça e a economia à altura de um progra
político, o gabinete considera obrigação indeclinavel ser justo
econômico, entendendo que no Poder a Justiça deve ser semp
acompanhada da mais escrupulosa moralidade, que os orçament
sejam no país uma realidade."*

Eram bons e justos os seus propósitos. Mas êle tinha agid
anteriormente, por forma que muito disgostara ao duque e aos co
servadores e, aquele, não o perdoara. Primeiro, ele, que era uma d
maiores esperanças do partido, bandeou-se; segundo, fora ainda
autor de uma emenda a um projeto de resposta à *fala do trono* q
resultou na queda do ministério chefiado pelo glorioso marecha
A emenda citada passara, em 24 de maio, com a maioria de u
voto, obtida com o apoio da recem-criada *Liga*, obrigando Caxias
se retirar. Três dias depois, 27 do citado mês, estava o novo gab
nete Zacarias em minoria e, igulamente, via-se obrigado a deixar
govêrno. Foi o chamado ministério dos 3 *dias*. (2) Mais uma v
retornava à Câmara dos Deputados, chegando desta vez a pres
dí-la. Menos de dois anos passados, novamente D. Pedro o incun
biu de organizar o gabinete que se manteve de 15 de janeiro a
de agosto de 1864. Não foi tambem de grande duração esta s
segunda permanência no poder. A oposição logo se formou violent
mais contra o homem do que contra o partido, já que a facção
havia cindido. Zacarias, qual um mestre-escola que chama à liçã
de régua em punho, os alunos, criticava impiedosamente amigos
inimigos. Frio, ríspido, a desferir ininterruptamente golpes terríve
não tinha o menor traço de sentimentalismo. Rebuscador incansav
de jornais e relatórios, o fazia propositadamente, atrás de fraques
ou deslises de inimigos, para os chamar a ordem com quanto a ene
gia dava. Informa Machado de Assis: "Quando êle se erguia, e
quase certo que faria deitar sangue a alguem." O partido tinha u
objetivo, um programa, Zacarias vigia a sua execução com um z

(2) — Embora chamado dos 3 *dias*, o Ministério seguinte só tom
posse a 30 de maio.

pai. Não desgostava ao monarca, as suas atitudes desassom-
da. E a prova é que tendo êle se candidatado ao Senado contra
nes tambem respeitaveis, o monarca o escolheu sem delongas. (3)
Por fim, uma terceira vez no poder, teve maior duração o seu
ndato — 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868. Nesta fase
pou tambem a pasta da Fazenda. (4) Expondo a política do
inete dizia:

"O primeiro dever do governo nas circunstâncias em que nos
amos é esforçar-se por acabar honrosamente a guerra com o
raguai, sem alterar a política que o Império tem seguido com
peito às questões do Sul.

Outro assunto com que o govêrno muito se preocupa é comba-
a crise financeira, já no que toca ao meio circulante, que se acha
péssimo estado, já em relação aos recursos com que o govêrno
e contar para fazer face às despesas extraordinárias da guerra.
O govêrno não cogita de promover por ora reformas políticas;
s motivos ponderosos o induzem a proceder assim: em primeiro
ar a guerra que atráe todas as atenções, para concluir a qual
vem convergir todos os recursos do Estado; em segundo lugar a
se financeira, que tambem excita a atenção das Câmaras e do

---

(3) — A lista tríplice subiu com os nomes Zacarias-Saraiva-Spinola. verdade que êle já tinha sido preterido uma vez. Mas nessas escolhas monarca era discricionário. Enfim, chegava a sua vez.

A título de curiosidade, vai aqui o texto de uma carta senatorial, a cedida ao grande baiano:

"Zacarias de Goes e Vasconcelos, do Meu Conselho, Amigo. Eu o perador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil vos envio ito saudar. Atendendo ao distinto merecimento, letras e mais requeos necessários que concorrem na vossa pessoa, e Usando da Autoridade Me compete. Ei por bem Nomear-vos Senador do Império. E como e emprego havereis o subsidio estabelecido e gozareis de todos as ras, prerrogativas, autoridades, isenções e franquezas que como tal pertencem. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro, em dez de fevero de mil oitocentos e sessenta e quatro, quadragessimo terceiro da Independencia e do Imperio. Imperador. José Bonifácio de Andrada e va."

(4) — Em suas *Efemérides Brasileiras*, diz o barão do Rio-Branco: de agosto de 1866 — Começa o 3.º gabinete presidido por Zacarias Goes e Vasconcelos. Governou até 16 de julho de 1868. Este minisio reuniu no Paraguai recursos militares que habilitaram os nossos nerais de terra e mar a reassumir a ofensiva, depois do revez de rupati e da retirada da maior parte do pequeno exército argentino. esquadra forçou a passagem de Curupaití e de Humaitá, e Caxias conguiu quebrar a resistência das extensas linhas que por tanto tempo tiveram os aliados. Eram ministros da Guerra e da Marinha os conseeiros Paranaguá e Afonso Celso."

govêrno: em terceiro lugar acresce a circunstância de estar Câmara temporária chegando ao seu termo, parecendo ao gover que quando poucos dias restam da sessão, ainda aumentados c alguma prorrogação, mal chegam para se adotarem medidas de f meira e mais urgente necessidade, não era ocasião oportuna de p mover, de silicitar reformas e medidas de outra ordem."

O próprio imperador lhe dirigiu o apêlo para que organiza o gabinete. Homem de notavel intuição política, êle relutou e depois da quarta conferência com o monarca decidiu-se por acei a incumbência. E' que teria de organizar um ministério, como verdade foi, de combate. Recebeu o encargo para ditar opiniã não para amortecer choques ou encaminhar queixas. Mas, a peito de tudo, a sua gestão desenrolou-se numa fase dificílima, período mais árduo da guerra contra o Paraguai. Nenhum gra feito, excetuada a passagem de Humaitá, deu-se nessa época; e c isso a apatia se havia generalizado por forma lamentavel. Co chefe do gabinete a tudo estava atento, principalmente, procura evitar atritos entre os próprios correligionários. Como ministro Fazenda cabia-lhe providenciar o numerário indispensavel a gra despesa extraordinária decorrente do conflito armado. Na *fala trono* (1867) dissera sua majestade, que a renda pública continu em aumento, mas os gastos, especialmente originados da guer cresciam de maneira a produzir *deficit*, e que a extinção dêste de vital interesse. Não seria facil, alcançar tal objetivo. Zacar não emitiu nem fez empréstimos; houve-se com os recursos norm Ainda, em seu govêrno, foram reorganizados: o Tesouro Nacio e as secretarias de estado do Império, da Guerra, da Agricultu do Exterior e da Marinha. Em julho de 1868, para não ceder, nunciou. (5) Na câmara vitalícia, durante quase dez anos (1868-7 não faz outra coisa a não ser provocar, chacotear, dar quin humilhantes ao adversário desprevenido ou mesmo avisado. In pendente por temperamento e pela fortuna, falava diariamente, sua linguagem desabuzada e não media consequências. Certa v discursava desembaraçadamente quando, subito, emudeceu O at tório, pasmado, olhava-o surpreso e já quase aflito quando

(5) — "Por duas vezes, anteriormente, cedera a imperiosas circ tâncias. Da primeira, consentindo na saida de Ferraz da pasta da Gue da segunda, quando foi submetida ao Conselho de Estado a célebre *q tão Caxias*, da qual saiu vitorioso o duque; a terceira, apresento com uma questão de prerrogativa da corôa, suscitada por ocasião da colha de Tôrres Homem (visconde de Inhomerim) para senador p provincia do Rio-Grande-do-Norte. Então êle renunciou."

Contâncio Alves, *Jornal do Comércio*, Rio, 11-11-1915.

nico, explicou-se: "Não é nada, estou esperando que os nobres ões acabem de se barbear". Aludia aos barões de Pirapama e -Grande que comentavam sobre marcas de navalha. Os seus dis- sos se tornaram por tal forma procurados que, antes de os ma- nos sairem, acorriam os leitores à redação, disputando os pri- ros exemplares, com indisivel desejo de conhecer a vítima das estidas do senador Zacarias.

"Prestígio, ninguem no seu tempo o teve maior. Quer estivesse govêrno quer na oposição, — a sua influência era consideravel. quanto foi vivo, não se assentaram trilhos de bitola larga, na do Conde, porque êle não queria.

Adversários seus no poder procuravam satisfazer os seus dese- com pressa e receio da sua palavra temerosa.

"Julgado no conjunto de sua atividade, Zacarias foi, principal- nte, uma força oposicionista, talvez sem igual na monarquia, pelo rto de seus golpes, e o desassombro da sua independência, flage- do as mais altas individualidades, que a todos considerava ao ance de sua crítica." (6)

Membro efetivo do conselho naval, conselheiro de Estado e cio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Zacarias foi nbem advogado militante, tendo banca das mais concorridas.

BLIOGRAFIA

Da natureza e limites do poder moderador — Rio-de-Janeiro, 1862. Há, desta obra, uma 2.ª edição, aumentada.

Discurso recitado por ocasião de abrir o curso de direito na- tural na academia de ciências jurídicas e sociais de Olinda. Per- nambuco, 1851.

---

(6) — Ainda, como uma prova de seu prestígio, narra Constancia ves:

"Certa vez, conversando em sua casa, com seu médico, o ilustre rres Homem, perguntou bruscamente:

— Sr. Tôrres, (não costumava dar o tratamento de doutor a nin- em), já recebeu a importância de sua obra premiada?

— Não Sr. Conselheiro. Falei duas vezes ao Ministro sobre o caso: primeira soube que ainda era cedo; e da última disseram-me já ser rde; de sôrte que resolví não tratar mais do caso.

Retirou-se Tôrres Homem sem que Zacarias lhe tivesse dito coisa guma.

Poucas horas depois, o notavel médico, era procurado em sua casa r um soldado de cavalaria que lhe entregou um envelope.

Dentre esta a ordem de pagamento no Tesouro.

Deu-se esse fato, em situação conservadora."

Questão de limites entre o Paraná e Santa-Catarina — de-Janeiro, 1857.

Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1865 Rio-de-Janeiro, 1865.

Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1868 Rio-de-Janeiro, 1868.

Considerações sobre a atual situação política. Publicado "Opinião Nacional," Recife, Pernambuco, 21 de novembro de 1 E' uma reprodução da introdução de seu trabalho anterior.

Proposta para aprovação de créditos abertos pelo govêrno intervalo da sessão da Assembléia Geral de 1867 e 1868 — Ric Janeiro, 1868.

Discursos proferido na discussão do voto de graças de 1869 Rio-de-Janeiro, 1869.

Discursos proferidos no Senado e na Câmara dos Deputa na sessão de 1868. — Rio-de-Janeiro, 1868.

Reforma eleitoral — Discursos proferidos no Senado — I de-Janeiro, 1876.

Discursos proferidos no debate do voto de graças e do o mento do Império de 1870 — Rio-de-Janeiro, 1871.

Discursos parlamentares — (dos senhores conselheiro Z rias e senador Silveira Monteiro) — Rio-de-Janeiro, 1876.

Manifesto do centro liberal — Rio de Janeiro, 1869.

Programa do partido liberal — Rio de-Janeiro, 1870.

Legislação compilada sobre a empresa funerária e os ce rios da cidade do Rio-de-Janeiro.

Reflexões acerca do projeto de Estatutos da Faculdade Direito de Olinda, 1853.

Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça a de fevereiro de 1874 pelos senhores conselheiro Zacarias de G e Vasconcelos e doutor Antônio Ferreira Viana no julgamento Exmo. Rev. Sr. bispo de Olinda — Rio-de-Janeiro, 1874.

Relatório do presidente da Província do Paraná na abert da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854 Curitiba, 1854, v. vls.

Relatório apresentado à Mesa da Santa Casa de Misericór do Rio-de-Janeiro pelo seu provedor — Rio-de-Janeiro, 1867.

Propostas e *relatórios* apresentados à Assembléia Geral Le lativa pelo ministro da Fazenda, 2 vls., Rio-de-Janeiro, 1867 a 1

JOÃO LINS VIEIRA CANSANSÃO DE SINIMBÚ

(Visconde de Sinimbú)

5-1-1878 a 13-2-1878

Nasceu em São-Miguel-dos-Campos (no engenho Sinimbú), lagoas, em 20 de novembro de 1810 e faleceu no Rio-de-Janeiro n 21 de dezembro de 1906. Filho do capitão de ordenanças Manuel ieira Dantas e Ana Maria José Lins, abastados agricultores. Na ila onde veio ao mundo iniciou o curso primário, interrompendo-o, or duas vezes. Da primeira, por causa da revolução de 1817, quando ida a sua família se viu obrigada a fugir de São-Miguel; da se- unda, em 1824, por ocasião da proclamação da Confederação do Equador. Preso, desta última feita, juntamente com sua mãe, a eroina. D. Ana Lins, foi recolhida à cadeia pública da capital da rovíncia. Serenados os ânimos, voltaram para a fazenda, em São Miguel. Com a anistia, seguiu êle para Recife, onde completou o urso de humanidades (1831) e matriculou-se na Faculdade de Direito, na qual se doutorou em 1835.

O Recife de sua formação vibrava ante o desenrolar dos acon- cimentos políticos e a estudantada tomava partido, debatendo aca- oradamente idéias e princípios. João Lins, aparece, já nessa fase, screvendo no *Olindense*, no *Eco de Olinda* (1831-32), tendo neste ltimo; como companheiros de redação, Nabuco de Araujo e Silva erraz. Pouco depois, passou a redatoriar *O Equinocial*, terminando or dirigir, *O Velho Pernambucano*. Contudo, quando acadêmico, ão desprezou o estudo do Direito. No juri a sua presença foi no- ada e louvada. Terminado o curso, rumou para a Europa. Em Paris, frequentou as aulas dos professores Barnel e Orfila. Química medicina legal, estudou especializadamente, por mais de um ano. Após isto, seguiu para a Alemanha e ingressou na universidade de ena, na qual defendeu tese, obtendo o grau de doutor em 3 de etembro de 1837. Para coroar sua formação, empreendeu uma série le viagens, não como simples viajante, mas como um curioso obser- vador do progresso e da cultura. Assim é que visitou a Frauça, Alemanha, Inglaterra, Itália, Austria e Suiça. Dessa forma, pre-

parou-se suficientemente para galgar sua brilhante carreira de adm nistrador e político. Estava ainda na Europa quando foi eleito dep tado e primeiro vice-presidente da província de Alagoas e, a es quando chegou, encontrou revolucionada. Por ordem do govêrn imperial havia sido transferida para Maceió, a Tesouraria .Es medida, recebida a princípio com hostilidade passiva, tranf mou-se numa verdadeira guerra civil. A população e a trop confraternizados, haviam deposto o governador (Silva Neves Sinimbú, imediatamente, se pôs em contato com prestigiosas pesso da província e organizou um contra-ataque de efeito surpreenden Desbaratou a masorca, prendeu-lhe os chefes, repôs na presidên a autoridade violentamente deposta e promoveu a mudança defin tiva da capital para Maceió. Em 1839, com o apôio de Araujo Lim assumiu a presidência de Alagoas. Não lhe foi fácil governar. C deputados não haviam concordado com a transferência da capi e haviam aberto luta cerrada. Na Assembléia Geral repercutiu o ca e o Regente se viu obrigado a substituí-lo por Manuel Felizardo Sousa e Melo. Dois anos depois (1841), foi nomeado presiden de Sergipe, mas não chegou a assumir a direção executiva daqu província. Entrementes, escrevera a Miguel Calmon, mostran seus escrúpulos em assumir tal cargo. (1) Em face disso, o imp rador o nomeou presidente do Rio-Grande-do-Norte, o que êle, de cadamente recusou. Neste mesmo ano, pelos seus bons serviços, monarca o agraciou com a comenda de Cristo. No ano seguin (1842), foi eleito deputado à Assembléia Geral e fundou em Al goas o partido conservador. Na Câmara, iniciou-se enfrentan Teófilo Otoni, Antônio Carlos e outras personalidades. As eleiçõ de sua terra levaram-no à tribuna, para um exame de como as me mas se processaram. Desde então, o plenário passou a contar c um de seus elementos mais serenos e autorizados, sendo êle, a segu nomeado para as comissões de Belas Artes, Diplomacia, Comérci Agricultura, Indústria e Verificação de Poderes. Destacou-se, pr cipalmente, nos assuntos relativos à agricultura. Naquela fase, eleições provinciais muito animavam os debates. Longe de serc totalmente isentas de "defeitos políticos", algumas, entretanto, co seguiram a sua realização sob o respeito da lei. (2)

---

(1) — Dera-se, naquela província, o assassinato do Dr. Man Joaquim Fernandes Barros e os criminosos não foram punidos. Sinim só aceitara a presidência na condição de se mandar abrir inquérito pa punir os culpados. Esta circunstância, por outro lado, desgostaria cert amigos seus, alguns de real influência na província. Em face disto, p feriu não aceitar a honrosa distinção.

(2) — A uma delas, na qual se elegeu Sinimbú, Tavares Bastos p duziu contestação cerrada. O futuro visconde fez então defesa notá

Em 1843, aceitou o cargo de ministro residente na Repú-a Oriental do Uruguai, numa situação bem difícil. Rosas, na gentina, ameaçava aquele país e, para melhor levar de vencida s propósitos, ordenou o bloqueio de Montevidéu. Sinimbú, num de legítimo direito, protestou e submeteu a sua deliberação ao eplácito do govêrno imperial. (3) Este, entretanto, não o apro-u. Desautorizado, pediu, por escrito, a sua exoneração, o que lhe negado. Mas, incompatibilizado, ante as promessas que fizera govêrno uruguaio, embarcou para a côrte e, aquí, fez novo pedido demissão, irrevogável. Êsse lamentável acontecimento, perfeita-nte esclarecido por êle posteriormente, no Senado, refletiu na carreira política. Em Alagoas os seus adversários exploraram o o por tal maneira que sòmente com o apoio oficial poderia con-rer às eleições. Altivo e cônscio de haver cumprido dignamente o dever, retirou-se da política-partidária; foi ser magistrado (juiz direito). Em 1846, ofereceram-lhe a chefia da *Gazeta Oficial*, ue êle recusou. Juiz em Cantagalo, no Estado do Rio-de-Janeiro, licou-se, exclusivamente, aos afazeres de seu posto e, chamado foi, deu a sua cooperação ao desenvolvimento econômico da ta zona de seu juizado. Em 1848, nomeado chefe de polícia da ovíncia do Rio-de-Janeiro, solicitou e obteve dispensa, conti-ndo no seu cargo de juiz. Em 1952, aposentou-se com as honras desembargador. E' que, naquele ano, subindo ao poder (11 de

---

e pronunciou êste trecho: "Honro-me, senhores, com a minha elei-; se ela é devida a Guarda Nacional da minha provincia é porque a estão as verdadeiras influências, os homens representativos e de ceito. Findarei por dizer ao nobre deputado e desejo que êle atenda nas palavras que vou proferir com orgulho: — no dia em que, para ngear votos nos colégios eleitorais, for preciso ajoelhar-me perante oder, esteja êle nas mãos de quem estiver, para pedir que me habilite uma comenda, com um emprêgo de chefe de polícia, com um foral fidalgo, com uma carta de recomendação, nesse dia se findará a nha carreira parlamentar, porque, senhores, não sei porque pode ser putado da nação aquele que não tem a conciência de ser o represen-te imediato das suas idéias, o verdadeiro escolhido de seus consti-intes. Se o nobre deputado duvida da sinceridade destas palavras. ço-lhe que as registe no mais autêntico dos arquivos. Não tenho receio que elas me possam algum dia servir de corpo de delito para um jul-mento posterior."

(3) — Por ocasião de sua morte, o barão do Rio Branco, escrevendo conselheiro Lourenço de Albuquerque, assim se expressava: "Envio V. Ex. as minhas condolências pelo falecimento do visconde de Si-nbú, o digno Ministro Brasileiro que, em 1843, por ato de corajosa ic ativa sua, salvou a independência do Uruguai, e um dos estadistas e mais honrosa lembrança deixaram na nossa antiga Repartição dos egócios Estrangeiros."

maio) o gabinete presidido por Araujo Lima, foi convidado presidir o Rio-Grande-do-Sul. E por considerar incompatíveis magistratura e política — abandonou aquela. A sua atuação administração sul-rio-grandense foi das mais eficientes. Todos problemas gauchos foram cuidados por meio de medidas acertadas, a ponto de os filhos daquela província o considerarem de seus grandes administradores. (4) Eleito deputado (18 sòmente em 1855 o govêrno o dispensou da presidência do Grande. Novamente na Câmara, exerceu ainda, de 5 de julho quele ano a março do ano seguinte, o cargo de chefe de polícia côrte. Nomeado presidente da Baía (1856), deparou-se-lhe ta difícil. Passara na Câmara a reforma eleitoral energicamente de dida pelo marquês de Paraná. A ela Sinimbú dera todo o prest de sua cultura. Cabia-lhe, agora, executá-la, na Baía. Além d viu-se a braços com outros problemas. Resolveu-os, contudo; e baianos, como os sul-rio-grandenses, nele tiveram um magní incentivador do comércio, da indústria e da agricultura. (5) E senador (21 de agosto de 1857), só lhe deram substituto na pr dência da Baía a insistentes pedidos seus, em julho do ano segu Em 1859, com o gabinete presidido por Silva Ferraz, assumi pasta dos Estrangeiros. Fôra esta uma escolha acertada. A que do Prata ainda se mantinha viva e mais tarde rebentaria com a do Paraguai. Êle, que estivera em Montevidéu e bem observara acontecimentos, era bem uma pessoa indicada para aquela pa Concretizou, por essa ocasião, tratados e convenções com a Fra Inglaterra, Alemanha (Hanover), Venezuela e Perú. Em maio 1862, organizou o marquês de Olinda o chamado *gabinete dos lhos* (6). A pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de criação recente e para ela foi êle convidado, por sua própria e lha. Empossado em 2 de maio, nela conservou-se até 8 de janeir ano seguinte quando passou à da Justiça. Naquele Ministério, be-lhe dar execução à lei de 26 de junho de 1862, que, introduzi o sistema métrico deu motivo a desordens conhecidas com o n

---

(4) — "No govêrno do Rio-Grande-do-Sul, teve êle uma finali determinada pelo ministério — a sua cooperação na manutenção ordem nas fronteiras e na mobilização de tropas contra o ditador a tino. Êsses serviços foram de tal monta que o govêrno imperial os destacar elogiosamente num aviso do Ministério da Guerra, e o Im dor, por fim, galardoou-os com a ordem de Cristo." Craveiro Cost *O visconde de Sinimbú*, Rio, 1937, p. 145.

(5) — Ao deixar a presidência da província recebeu grandes m festações das classes conservadoras, como testemunho da excelente a nistração que fizera.

(6) — Sinimbú, que de todos era o mais moço, tinha 52 anos.

quebra-quilos. (7) Na gestão da pasta da Justiça, coube-lhe a
fa ingrata de executar o decreto que reformou, administrativa-
nte, em consequência de atos tidos como incompatíveis com o
rcício da magistratura, quatro ministros do Supremo Tribunal
rês desembargadores da Relação da Baía. Essa medida de fôrça,
ada pelo Govêrno deu margem a grandes discussões no Senado
a Câmara. Afinal, após ter sido examinada por uma comissão
cial parlamentar, foi encerrada e Sinimbú considerado irrespon-
el pela mesma. Em maio de 1864, seguiu para a Europa, demo-
do-se especialmente na Inglaterra. De volta, recolheu-se à sua
enda, dedicando-se à restauração de suas terras mandando
car, com resultados satisfatórios, os métodos que havia aprendido
exterior. Em 1867, vindo à côrte, freqüentou o Senado. Após,
vidado insistentemente, aceitou a missão especial de ir ao Prata
abolar negociações para a pacificação. Mas fracassou a pro-
da missão, pois o govêrno achou mais bem acertado adiá-la para
s tarde, o que aliás não se fez necessário. Novamente na pro-
cia, ocupado com o progresso de sua fazenda, somente retornou
ôrte em 1870.

Em 1868, com o gabinete Itaboraí, os conservadores galgaram
ireção dos negócios políticos e com ela permaneceram por dez
s. Os liberais quase já estavam acostumados a um plano secun-
io. Mas como uma falange decidida houvesse continuando a agitar
a tecla vibrátil — a reforma eleitoral — não desapareceu de todo
artido. Numa espécie de modorra, a pouco e pouco a onda ia
scendo. Em 1875, avolumou-se um pouco mais, porém, o gabi-
e, presidido pelo duque de Caxias, era uma barreira. Em 1878,
Pedro, que observava com precisão os acontecimentos, achou
asião asada para que se processasse a reforma eleitoral recla-
da. Sinimbú, foi, então, chamado pelo imperador para efetuá-la.
sim é que, em 5 de janeiro de 1878, assumiu a presidência do
nselho e a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (8)

---

(7) — Estava êle ainda na pasta da Agricultura quando se deu a
ebre *questão Christie*. O povo, exaltado, preparava-se para atacar a
ação inglesa. Avisado, Sinimbú compareceu à praça do Comércio,
de se aglomeravam milhares de pessoas reclamando pela desforra aos
os nacionais. Aí, então, em patriótico e vibrante discurso, concitou o
o a se manter calmo e confiar na ação enérgica que o Govêrno já
ia tomado. Aos poucos, e sob a impressão causada pelas palavras do
o ministro, desfez-se a multidão.

(8) — Na direção dos negócios concernentes a êste Ministério, foi,
ez, onde melhor realizou os seus intentos. Com efeito, todos os pro-
as agrícolas que ao tempo exigiam solução rápida e segura, encon-
ram nele um realizador progressista e capaz. Ao problema imigra-
rio deu esclarecida orientação.

Interinamente, ocupou as pasta da Guerra e da Fazenda, esta últ de 1 de janeiro a 13 de fevereiro de 1878. Apresentando o seu grama de govêrno, assim o fez:

"Sua Majestade tendo reconhecido a oportunidade de se f a reforma eleitoral direta, informado da opinião do país, que vê hoje nisto uma questão de partido, mas de interesse geral. e pois de ouvidos os presidentes do Senado e da Câmara dos D tados, entendeu, e no meu parecer mui logicamente, que devia c a realização desta reforma ao partido que primeiro a reclamo sempre sustentou como ponto principal de seu programa.

Honrado com a confiança da corôa, não podia desconh nem a dificuldade da missão que me era incumbida, nem as gr circunstâncias em que se achava nosso país. Entendi, porém, que devia declinar dessa honra, porque não me parece lícito a nenh cidadão recusar à corôa os seus serviços, quando entende que podem ser proveitosos á causa pública.

Tratava-se além disso de uma idéia pela qual eu, com todos meus amigos, tinha sempre propugnado com a maior insistência incorreria em grave responsabilidade si, achando ocasião oport para promover a sua realização, a isso me negasse.

Aceitando êste encargo nossa confiança está depositada no lamento.

E como a eleição direta é um simples princípio comum entr ministério e a representação nacional, principalmente a Câmara senhores deputados, estamos persuadidos de que ela, inspirand em verdadeiro patriotismo, com o seu poderoso concurso há de f litar a tarefa, esforçando-se para que seja realidade o que tem s até agora alvo constante de nossas aspirações.

Creio não haver neste país quem desconheça que, nas circ tâncias atuais com as provas repetidas que temos tido, as no instituições não podem marchar com segurança para um fut tranqüilizador, se não conseguirmos efetuar a reforma eleitoral sistema da eleição direta.

A missão que me foi confiada tornara-se ainda mais difícil desempenhar, porque então estava dispersa a Câmara dos senh deputados e achavam-se ausentes muitos dos meus amigos, de q podia tomar conselho. Vi-me, portanto, forçado a tomar a res sabilidade de resolver por mim só, confiando que não me faltar êles com o seu apôio e concurso.

Poderíamos seguir um dos dois caminhos, para realizar a ção direta por meio de uma lei ordinária, ou mediante reforma titucional.

Creio que o partido, de convicção sinceras, e que está persuadido necessidade de executar uma idéia como meio de tornar praticá- o sistema representativo, não deve fazer questão de formas.

Acrescentarei mais, que, pelo conhecimento que tinha das opi- es manifestadas no Senado por diversos membros do partido nservador, sabia que muitos votavam pela reforma eleitoral, pre- ndo a da Constituição.

Entendi, pois, que, tratando de uma medida da maior impro- cia, que interessa tão de perto ao futuro das nossas instituições, uma reforma destinada a garantir o exercício dos direitos polí- s de todos os cidadãos e assim firmar a verdadeira base do sis- a representativo; devia ressalvar todos os escrúpulos e sujeitar onciência dos que podem concorrer conosco para a sua realiza- ; e foi precisamente o que aconselhei à corôa.

O programa do ministério é já conhecido; consta da fala do no; e para efetuá-lo empenharemos todos os nossos asforços, n de que, em breve, seja satisfeita a vontade nacional."

Assoberbado com a administração de três pastas, não lhe coube, direção dos negócios da Fazenda, tomar grandes iniciativas. rdara *deficit* equivalente a quase oitenta mil contos, relativo aos rcício de 1877-78, anos de despesas extraordinárias, principal- nte, com a terrível sêca que assolou o nordeste. Por outro lado, veira Martins, que a convite seu assumira a pasta ,logo ao iniciar sua gestão, atraiu contra si e o próprio gabinete, forte oposição, que o levou a pedir demissão e a formar, pouco depois, contra o binete ao qual servira. Outros ministros, tambem pouco permane- am em seus postos. Efetivamente, foram substituidos: Carlos de rvalho (barão de Vila-Bela); Eduardo de Andrade Pinto e Ma- el Luiz Osório (marquês do Herval). Somente Lafaiete Rodri- es Pereira (ministro da Justiça), acompanhou Sinimbú ao fim jornada.

O movel principal de sua ascenção fôra a reforma eleitoral. pois de desçutidíssima, foi aprovada, na Câmara, em 2.ª discussão, r 71 votos contra 13. Representava isso grande vitória para o tadista alagoano. No Senado, entretanto, o mesmo não aconteceu. broquelados na vitaliciedade, os senadores, muitos dos quais antes rdadeiros campeões das eleições diretas, nessa hora, que era a de nsentir na sua realização emudeceram e negaram o seu voto, sendo mesma, por fim, rejeitada. Caiu, então, o gabinete. Sininbú, com o, retirou-se das atividades políticas. Em 1888, foi eleito para o nselho de Estado e sua majestade o agraciou com o título de vis- nde, título êsse que não o envaidecia e que êle somente usava na rrespondência oficial. Com a proclamação da República, estava

alquebrado e sem recursos. O Govêrno Provisório votou-lhe u pensão de 500$000, única fortuna que lhe restava, pois se viu p vado de seus vencimentos de senador. Ainda, por ocasião de s exéquias a República prestou-lhe significativa e digna homenage

Homem polido e de sociedade, trajava sempre com apuro e d crição, mantendo as melhores relações na côrte. Tendo muito es dado e viajado, falava e escrevia inglês, francês, alemão e italian Sendo um exímio conhecedor do latim, a língua materna saia com perfeição e elegância. (9) A sua bravura cívica era igual ao destemor pelas afrontas pessoais. Certa vez, avisado de que se desacatado por pessoas especialmente pagas para isso, respond "Os filhos de D. Ana Lins nunca tiveram medo." E, na ocas indicada enfrentou desassombradamente a turba que, ante o olhar firme e dominador, desfez-se sem o incomodar.

Visconde com grandeza, era, ainda, comendador das ordens Rosa e da de Cristo; grã-cruz da Legião de Honra, da França; ordem austríaca da Corôa de Ferro e da ordem hanoweriana Guelfos, pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a outras instituições científicas.

BIBLIOGRAFIA

Nota das colônias agrícolas, suiça e alemã, fundadas na guesia de S. João Batista de Nova Friburgo — Rio-de-Jane 1852, 48 ps.

Opinião do Sr. Dr. Cansansão de Sinimbú acerca da instru primária e secundária. Apresentado em sessão do Instituto tórico e Geográfico Brasileiro em 1854.

A verdadeira inteligência a dar-se à expressão *prédio* em gado no § 42 da cdáusula 3.ª do contrato aprovado pelo decr n. 1929, de 16 de abril de 1857.

Discurso pronunciado na primeira sessão do congresso a cola a 8 de junho de 1878.

Tarifas e condições regulamentares para o transporte viagens, bagagens encomendadas, mercadorias, dinheiro, joia animais, e transmissão de telégrafos pela estrada de Ferro D. dro II — Rio-de-Janeiro, 1879.

Relatório dos Negócios Estrangeiros — Rio-de-Janeiro, 18

Orçamento do Ministério dos Estrangeiros — Discurso nunciado no Senado — Rio-de-Janeiro, 1883, 62 ps.

(9) — De uma feita, no Senado, recitou um longo trecho de Byr Cotegipe, seu colega e que tambem conhecia o inglês, adiantou-se zendo: — Agora traduza. — Sem o menor embaraço, o visconde tradu o trecho recitado.

GASPAR SILVEIRA MARTINS

14-2-1878 a 8-2-1879

Nasceu em Bagé, Rio-Grande-do-Sul, aos 5 de agosto de 1835 aleceu no Rio-de-Janeiro, aos 23 de julho de 1901. Filho de Carlos veira e Maria das Dôres Silveira. Após estudar as primeiras as na aula de Cêrro-Largo, seguiu para Pelotas onde completou urso primário e empregou-se numa casa comercial. Não se dando com o ofício, consentiram seus pais que êle seguisse para a pro-cia do Maranhão na qual esteve matriculado em um colégio. Foi ta a sua demora alí. Retornando ao sul, ficou na Côrte, onde minou a primeira fase de seus estudos.

"Um belo dia apresentou-se Gaspar, sózinho, ao diretor do belecimento, Vitório Costa. Êste ficou logo impressionado com r resoluto daquele jovem de 13 anos de idade, que declarava com maior desembaraço querer matricular-se no colégio, sem levar em companhia qualquer parente para dar o necessário consenti-nto." "Era uma praxe religiosamente seguida por Vitório inda-de todos os jovens candidatos à matrícula no seu colégio qual arreira que desejavam seguir. Obtidas as respostas, êle as anotava livro especialmente destinado a êsse fim e, no decurso da vida olar, ia observando com o maior cuidado as aptidões, os pendores, inclinações de espírito de cada um dos seus alunos. Quando êstes xavam o colégio, dava-lhes o sábio mestre conselhos sôbre a car-ra que deviam seguir, de acordo com as observações que tinha, to.

Dirigiu, pois a Gaspar a sua habitual pergunta:

— Que desejas ser quando fores homem?

Com a rapidez de um relâmpago, qual se houvera advinhado a gunta, Gaspar respondeu:

— Quero ser ministro de Estado!

Não foi pequena, de certo, a surpresa do grande educacionista. ão tivera ainda a oportunidade de ouvir uma resposta semelhante. risso, repetiu a pergunta espaçando mais as palavras como que ndo a entender que não havia sido bem compreendido pelo seu fu-

turo discípulo. Obteve, pela segunda vez, a mesma resposta. Aq
rapaz, se obstinara em ser ministro de Estado! E Vitório teve
inscrever no livro competente que o aluno Gaspar Silveira Mart
com tantos anos de idade, queria ser Ministro..."

Dentro em pouco era o primeiro aluno do educandário. Assi
lando com particularidade, conseguiu fielmente aprender: fran
alemão, latim, grego e tambem hebráico. Terminado o curso
humanidades seguiu para o Recife (1852) onde se matriculou
Faculdade de Direito. Após ter cursado o segundo ano, por mot
de doença, transferiu-se para a Faculdade de São Paulo, na
tomou gráu (1856). Recém-formado, agregou-se ao escritório
advocacia do Dr. Freitas Coutinho, de quem se tornou genro. Po
depois, a convite do visconde de Muritiba, então ministro da Just
ingressou na magistratura, na Côrte, na qualidade de Juiz Munic
da 2.ª Vara. No exercício dêsse cargo mostrou-se integérri
Deixou o posto por se ter incompatibilizado com o ministro da J
tiça e o presidente do Supremo Tribunal. Regressou, em vista di
ao Rio Grande do Sul, para ocupar uma cadeira de deputado p
vincial (1861) e reabrir sua banca de advogado. Dois anos passa
(1863), concorrente às urnas numa eleição para a Assembléia Ge
foi preterido. Chamado para a direção do partido (1865), recu
a incumbência e deixou-se ficar na Côrte onde os seus servi
seriam úteis. Convidado para presidente da Paraíba, declinou
convite. Em 1870, com o término da guerra contra o Paraguai est
no Rio Grande levando de vencida a campanha radical. Na dire
do jornal *A Reforma* e com o apôio do general Ozório, seu am
desenvolveu atuação formidável. O partido radical conseguiu ele
todos os deputados gerais e provinciais, inclusive êle próprio. Alg
meses depois, estando já no exercício do mandato, deu-se o céle
incidente com o barão de Mauá. Êste, eleitó pelos liberais, estava
obrigação moral de defender o programa do partido. Entreta
para satisfazer a política do gabinete presidido por Rio-Branco,
amigo particular e protetor, fez discurso veemente, condenand
atitude de seus correligionários. Silveira Martins o advertiu de
não fôra êsse o compromisso assumido para com o partido e ex
bou o seu procedimento verdadeiramente desleal. O barão a
tou-se e se comprometeu a renunciar, se acaso os eleitores desa
vassem a sua conduta. Homem de atitude, Silveira Martins aceito
desafio pelas urnas. Um e outro, em manifestos públicos, des
tearam-se a valer, narrando fatos, etc., para melhor esclarecer
correligionários sobre a atitude que tomaram. Quase a humanid
do eleitorado liberal votou em Gaspar e, Mauá, conforme pro

renunciou. O famoso tribuno encarnava, dessa hora em diante, nsamento do próprio Rio-Grande-do-Sul.

Rebentando a célebre questão religiosa formou na oposição ra os bispos. Na tribuna, por várias vezes, condenou a atitude mida pelos prelados e teve, para isso, de enfrentar cerrados tes. Aparteado por um deputado que o objetou por não ser ico, redarguiu:

"Não estou fazendo profissão de católico. Estou desempando os deveres de cidadão patriota e liberal. Trato de repelir spotismo clerical, que oprime a consciência e cercêia a liberdade e cercêia a liberdade política. E não faço em nome de Cesar, em nome de alguem mais cioso de seu poder do que Cesar. Quer o nobre deputado saber que é esse alguem? E' a democracia! (*Apoiados*)

Prosseguindo a luta religiosa, afinal Rio-Branco e João Alfredo seguiram do imperador a dissolução do parlamento. E com isso aram os liberais. Com efeito, vindo a seguir o gabinete Caxias de junho de 1875), tambem conservador, não teve a necessária lidade para fazer serenar os ânimos, embora conseguisse mais anos de govêrno. Silveira Martins acatava e respeitava o duque, não teve dúvidas em externar-lhe o seu pensar sôbre a situação, momento em que o famoso cabo de guerra assumia as rédeas do er. (1) Afinal, entregou o monarca o govêrno aos liberais, chelos por Sinimbú. (2) Cabia-lhes, principalmente, realizarem a rma eleitoral tão desejada e apregoada pelo partido. E com êles u Gaspar, que aceitou a pasta da Fazenda, na qual permaneceu um ano. A propósito de sua ascenção a uma pasta ministerial, eveu Quintino Bocaiuva:

"Silveira Martins não tem especialidade. Seria tão notável mitro da Justiça, como da Guerra e como há de ser da Fazenda.

---

(1) — "'Ex. tem todos os títulos ao nosso respeito e à nossa conderação; mas não é o homem próprio na atual situação dos negócios a resolver os problemas cuja solução o país instantemente reclama, a poder elevar-se à altura de um povo livre."

(2) — "Houve quem extranhasse não ter o convite recaído no conselheiro Nabuco. Mas, no discurso de apresentação do gabinete, em 20 de setembro daquele mesmo ano, Silveira Martins, ministro da Fazenda, indicava que a escolha de Sinimbú se fizera muito regularmente, pois era de ser o presidente eleito do Club da Reforma, apontavam-no os seus correligionários como o verdadeiro diretor do partido" — José Júlio Silveira Martins — SILVEIRA MARTINS, Rio, 1929, ps. 157/8.

Orador impetuoso, arrojado quando está na tribuna, tem o [d]e atrair a atenção dos ouvintes de um modo especial: comuni[ca] cada um parte do seu entusiasmo; parece cada frase, cada pal[a]vra sua é uma faísca elétrica, tal é o estremecimento que produz [no] auditório.

Arrebata os amigos, como os indiferentes, fulmina os adve[r]sários, encanta as senhoras, convence os incrédulos e vai ao fundo [da] questão sempre pelo caminho mais curto.

De uma grande lealdade, de uma franqueza às vezes des[a]teadora, de coragem extraordinária, dotado de voz sonora e ret[um]bante, de gesticulação feliz, é capaz de arrastar as massas como [um] verdadeiro tribuno.

....

Entra agora pela primeira vez na administração: vão vê-lo [em] uma fase inteiramente nova e não se passarão muitos dias sem [se] fique surpreendido dos grandes conhecimentos que tem naquilo o[nde] tanto talento tem naufragado.

Silveira Martins vale um programa. Bastava o seu nome [no] ministério, para se saber que êste pretende empreender reformas [de] acôrdo com as exigências da democracia, e seguir a marcha polít[ica] de um povo até aquí não tem sido governado."

Não se enganou o articulista. Gaspar produziu discursos no[tá]veis nos quais estudou câmbio, emissões e orçamento. Mas a verd[a]de é que na sua gestão, o estado orçamentário não podia ser m[ais] aflitiva. O *deficit* de 1877-78 orçava por 80 mil contos. A sêca f[ez] gelava o nordeste e deu ensêjo a gastos maiores. Ao assumir a pas[ta] êlé opinou, para fazer face à crise, por uma emissão de 60 mil con[tos]. Aos poucos, o visconde de Sinimbú, conseguiu demovê-lo. I[m]pu zeram-se severas economias, mas, mesmo assim, não se conseg[uiu] melhorar a situação financeira ,que há muito era precária.

Recorreu então o ministro a emissão e já havia lançado 40 [mil] contos à circulação quando os ânimos se exaltaram no parlame[nto] e as suas idéias financeiras passaram a ser atacadas severamen[te] por gregos e troianos. (3) Entretanto, não foi êsse o motivo que [o] levou a abandonar o Ministério Sinimbú; mas o desapôio que [lhe]

---

(3) — "Quando assumiu a pasta da Fazenda, encontrou à sua [dis]posição uma imprensa alviçareira, pronta a exalçar os méritos e [os] feitos do ministro. Mas não saiu um único ceitil do Tesouro para rec[o]mpensar elogios de tal quilate, e teve o honesto e altivo ministro de sup[or]tar uma das campanhas mais degradantes que já se tem feito pela [im]prensa em nosso país", Ibdem ,p. 271/2.

nete deu à eleição dos acatólicos, quando anteriormente, se pro-ciara por elas. Com isso não lhe diminuiu o prestígio. Cada vez ia à tribuna para se justificar ou para interpretar voltava maior. chefes do partido não o perdoavam. Mas Gaspar, por seu lado perdeu. Politicamente educado na adversidade, combatendo se tajava, lutando se dignificava. Dando-se vaga no Senado, con-eu, apoiado fortemente pelos liberais do Rio-Grande e obteve vel vitória nas urnas (1879).

"O Tribuno foi sempre contrário à vitaliciedade do Senado. s, nunca teve grandes simpatias pela sua posição de senador. seu temperamento impetuoso dava-se melhor com os debates e sempre agitados da Câmara dos Deputados. Em 1883, dis-ando na câmara vitalícia, êle declarava parecer-lhe *ter vindo demais para o Senado* e confessava as suas saudades pela outra ara, em cuja atmosfera respirava melhor do que no *ambiente lcral e tétrico do Senado.* (4) Talento polimorfo que era, tou-se, entretanto, com facilidade, às exigências da câmara alta.

Com a decadência dos partidos políticos que, embora contassem chefes verdadeiramente capazes, cresceu avassaladoramente a ão republicana, principalmente, pela desunião existente no seio conservadores e liberais. O imperador, querendo viver à margem uns e outros, não percebia bem o que se passava. O processo de ezamento estava gasto e disso já tinham todos conhecimentos. n a *lei áurea,* aumentou desmedidamente o partido republicano, tinha a seu lado grupo seleto de chefes militares. Nas províncias se dera ainda nenhuma perturbação. No Rio-Grande-do-Sul, e vibrava com maior entusiasmo as idéias repúblicas, tinha a trabalançá-las o prestígio de Silveira Martins então seu presi-te. Todavia a discórdia minava o situacionismo; o visconde de ro-Preto, chefe do gabinete, compreendendo que não lhe era mais sível manter-se à frente do govêrno, aconselhou o monarca que ntregasse a Silveira Martins. Aceitou D. Pedro II tal alvitre e, diatamente, providenciou-se chamando Gaspar ao Rio Era tarde. ra proclamado o novo regime e não seria possivel qualquer resis-cia. Silveira Martins, que já havia embarcado, foi prêso em nta-Catarina e remetido escoltado para o Rio. "À chegada dêsse vio à capital da República, comparece a seu bordo Quintino Bo-uva, como representante do govêrno provisório, e conduz Sil-ra Martins à terra, acompanhando-o até a residência do Tribuno, praia de Botafogo n. 184. Aí, diz-lhe Quintino: *Gaspar! fica prêso em sua própria casa. O govêrno tinha deliberado enviá-lo*

(4) — Ibidem, p. 274.

para a fortaleza de Santa-Cruz, mas empenhei-me para que V. desse ficar prêso em casa, dando como garantia a minha palavra honra. Ao que respondeu Silveira Martins: *Agradeço a sua inter ção mas, ficar prêso na minha casa, só aceito uma garantia: minha própria palavra."* Mas como em dezembro se verificasse começo de rebelião em um quartel de S. Cristóvão, o govêrno pr sório julgou mais prudente desterrá-lo do "território nacional, a obrigação de residir em qualquer país do continente europ Dessa forma, em companhia de um filho, seguiu êle para Franç depois para a Inglaterra. Durante a sua estada no velho contine aproveitou todo o seu tempo em visitas a museus, arquivos, bibli cas e tambem no convívio dos homens ilustres. Tendo o govê revogado (1890) o decreto que o desterrara, retornou ao Br (1892) e em todos os lugares onde passou recebeu as mais inec vocas provas de carinho e admiração. No Rio-Grande-do-Sul e provas assumiram proporções verdadeiramente consagradoras despeito do muito que os inimigos fizeram para sempre despr giá-lo. Sobrevindo a revolução de 93, êle, que procurou sistem camente vetá-la, foi envolvido pelos acontecimentos, embora at última hora tivesse concitado os amigos a não recorrerem às arm Como estivesse no Uruguai, o govêrno revolucionário sediado Desterro, Santa-Catarina, nomeou-o seu agente naquela Repúbl chegando a oficiar ao govêrno uruguaio solicitando o seu reconh mento como representante das forças em operação. Gaspar, en tanto, não aceitou tal nomeação. A princípio, lutavam os revo cionários pela federação; com medidas posteriores tomadas p govêrno Prudente de Moraes, alguns chefes mais exaltados, h tearam a bandeira do separatismo. Consultado, Selveira Mart opôs-se com veemência:

"Nem separação, nem restauração! O Rio-Grande não tem direito de impor formas de govêrno aos demais Estados da fede ção, já quase quebrada. Para garantia da liberdade de cada um vantagem dos interesses de todos, devemos antes fortificar os la que unem os Estados uns aos outros. Se nossa pobre pátria é destinada, como parece que está, a pulverizar-se em republique não deve caber ao Rio-Grande a triste glória de começar a d truição."

Veio afinal, o término da luta, com uma pacificação geral. 95, embarcou para a Europa e, lá, com a família, demorou-se vários meses. De volta, destacou-se mais uma vez no congresso re zado pelo Partido Republicano Federalista.

Três décadas de lutas incessantes na tribuna pública e no p lamento tinham consumido quase todos os seus haveres, mas alquebrara a sua alma de patriota. Valendo-se de amigos que

restaram o suficiente, vai criar gado numa fazenda que lhe res-
, no Uruguai. Exilou-se voluntariamente. Ainda no govêrno
pos Sales, o visconde de Ouro-Preto, Andrade Figueira, La-
te, Custódio de Melo e outros elementos tambem de destaque,
aram um movimento de carater monárquico e o convidaram.
s êle não anuiu com a inclusão de seu nome. Regressou nova-
te a Montevidéu, vindo a falecer pouco depois. Em justa home-
em, o govêrno federal decretou, oficialmente, a trasladação de
s despojos, constituindo isso um fato de imponência rara na his-
a pátria.

Tribuno acima de tudo, era nos embates parlamentares que a figura máscula tinha o seu clima.

"Possuia uma palavra tumultuosa.

Como os rios, que quando encontram no seu leito obstáculos
uam cascatas, Silveira Martins, o gênio tribunício, viveu como
s rios, a opor a muralha das águas abundantes de seu verbo ao
ente político pelo qual se implantara no Brasil o sistema de auto-
cia republicana, sempre por êle combatido, perseguido e evitado.

Silveira Martins não realizou o seu ideal, mas a sua alma legou
República uma lição de civismo digna de ser apreendida."

Democrata sincero, era despido de tôda e qualquer vaidade.
cusou o título de visconde, que lhe foi oferecido pelo imperador
nomeado conselheiro de Estado, extraordinário (1889), não quís
nar posse do cargo.

BLIOGRAFIA

Conferência radical — Oitava sessão — Discurso sôbre o radicalismo. Rio de Janeiro, 1869.

Discurso, em 28 de junho de 1875. (Por ocasião de apresentar se á Câmara o gabinete de 25 de junho de 1875). Rio-de-Janeiro, 1876.

Um ministro negociante. Rio-de-Janeiro, 1877.

Quando estudante escreveu:

A literatura; Critica literária e *Num album*, todos na *Revista Literária do Ensáio filosófico Paulistano.*

AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO

(Visconde de Ouro Preto)

8-2-1879 a 28- 3-1880
7-6-1889 a 20- 7-1889
28-7-1889 a 15-11-1889

Nasceu em Ouro-Preto, Minas-Gerais, em 21 de fevereiro de 6 e faleceu em Petrópolis, em 21 de fevereiro de 1912. Filho João Antônio Afonso e Maria Madalena de Assís Figueiredo. ncluindo, em sua cidade natal, os cursos primário e secundário, uiu para São-Paulo. onde, na Faculdade de Direito, se matri- ou, aos 16 anos, no primeiro ano. Eram poucos os recursos de e a família dispunha para custear-lhe os estudos, pelo que o então adêmico passou a lecionar humanidade e tambem a defender cau- no tribunal do juri. Em 1856, nomeado para presidir a Provín- de São-Paulo o Dr. Francisco Diogo de Vasconcelos, foi êle mado para o lugar de oficial de gabinete daquele presidente, posto que permaneceu por mais de três anos (até às vésperas da for- tura). Graduado, logrou nomeação, em Minas, sucessivamente: secretário da Polícia, inspetor da Tesouraria e procurador fiscal Fazenda Geral da Província. Eleito deputado (dois anos depois formado) transferiu-se para a côrte, montou banca de advocacia passou a lecionar na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e So- is. Em 31 de agosto de 1866 (mal completara 30 anos), o conse- eiro Zacarias, que organizara o gabinete, convidou-o para minis- o da Marinha. Nesse cargo, consideráveis e assinalados foram os rviços que prestou. Durante dois anos, nos quais se trabalhou nos senais bélicos dia e noite, pois estávamos em guerra com o Para- i, a atividade desenvolvida pelo jovem ministro se distinguiu e assaz eficiente. Sem medir sacrifícios, fez aprestar boa parte s navios que levaram a efeito nossas brilhantes vitórias navais. ssim, quando deixou o cargo, estava consagrado estadista e eleito dos chefes do partido liberal.

Advogando ativamente no cível e no crime, teve a sua banca stante concorrida. Contudo, não desprezava a política e a im-

prensa. Nas colunas de *A Reforma* (orgão do partido liberal), o teve acentuada colaboração. Novamente eleito deputado por Gerais (1876), destacou-se pelas teses que desenvolveu re mente às questões fiscais, as quais estudou em seus pormen Com a ascenção dos liberais ao govêrno (1878), escolher líder do partido na Câmara e, ainda naquele ano, foi nomeado dor e ministro da Fazenda. Por mais de um ano dirigiu o visc os nossos negócios financeiros. O *deficit* havia sido grande no mento anterior (1878-79). Silveira Martins, então, ministro, ten melhorar a situação por meio de emissão. No parlamento esta idéia fôra combatida fortemente e acabou por tirá-lo da pasta gabinete. Chamado a substituí-lo, Ouro-Preto encontrou o Tes em situação precária. Era justamente contrário à política emis de seu antecessor. Promoveu a modificação de impostos, criou n e realizou um empréstimo de 50 mil contos, em apólices, pagá capital e juros, em ouro, a 4 %. Com essa providência, desafogo um pouco o estado financeiro. Bem ciente de nossos probl econômicos e administrativos, o visconde promoveu reformas e a sentou plano para amortização do papel moeda. Em 1879, levad Câmara, o orçamento foi vivamente debatido e somente aprov por acôrdo, entre os parlamentares. E' que do mesmo constav criação de novos impostos, entre os quais o do vintem, (1) que margem a distúrbios na Capital Federal, sendo, por fim, abo Já então a propaganda republicana tomara notável incremento. Câmara constavam deputados eleitos pelo partido republicano e Senado tambem tomava assento um seu representante. O gabi conservador, chefiado pelo conselheiro João Alfredo, que subira poder em 10 de março de 1888, fôra combatido tenazmente, desc sua ascenção. O seu programa, embora magnânimo, pois dele c tava a abolição da escravatura, o que se realizaria ainda no me ano, não conseguira diminuir a ação republicana, bem alicerçada

(1) — Ao ser aprovado o orçamento de 1879, entre as novas t criadas figurou, nas de transportes, defendida na Câmara por Bua de Macedo, relator da receita, uma que a lei citada determinou f assim arrecadada: "Cobrar-se-á tambem a seguinte taxa de transp De 20 réis por passageiro que circular nas linhas ferreas da cidade Rio de Janeiro ou seus subúrbios, em tranways ou carrís urbano tração animal ou a vapor."

Votada pelo Senado e pela Câmara, não mereceu a menor cri Entretanto, com ela não se conformaram alguns exaltados que, nos des, principalmente, recusaram-se a pagá-la. Deu isso, então, marge graves tumultos cuja repressão custou a vida de policiais e popula

Em 1880, subindo ao govêrno o gabinete presidido pelo conselh Saráiva, concordou êste com que fôsse dispensada a cobrança da t o que foi homologado pela Assembléia Geral Legislativa.

neração. D. Pedro II desejava que, apesar de combatidos e com
cas probabilidades, se mantivessem os conservadores no poder.
sim pensando, o monarca convidou, por sua vez, os viscondes do
izeiro e Vieira da Silva para organizarem novo gabinete, o que
s não aceitaram. Apelando para os liberais, sua majestade con-
ou o conselheiro Saraiva, que tambem recusou a tarefa. Final-
nte, foi lembrado o nome do visconde de Ouro-Preto, que tomou
se em 7 de junho de 1889. Membro proeminente do partido libe-
, recomendava-se, já pelo valor jurídico, já pelos serviços presta-
s ao país, nos vários cargos que desempenhara. Assumindo a pre-
ência do conselho e, pela segunda vez, a pasta da Fazenda, neste
to período de govêrno foi estafante a sua tarefa. Em todos os
ores deu providências, procurando com isso prestigiar a causa
nárquica, da qual era paladino. Ao pleito eleitoral de 1889, deu
las as garantias e êste se realizou em ordem, sendo eleitos novos
utados republicanos. Expondo, na Câmara, o seu avançado pro-
ma, advertiu-o certo deputado, exclamando:

— *E' o começo da República!*

Ouro-Preto, replicou:

— *Não; é a utilização da República.*

A refutação deu margem a protestos, mas o visconde, serena-
nte, prosseguiu:

— *Não se incomode V. Ex., Sr. presidente, esta tempestade
o me assusta; ao contrário, alegro-me com ela. Eu prefiro esta
tação, sinal de vida e de movimento, ao morno silêncio que por
tos dias reinou nesta casa, que deverá ser a oficina ativíssima do
balho nacional.*

*Eu prefiro porque, porque é a luta ativa dos partidos, é do cho-
e das idéias que surgirá a grandeza da pátria.*

Ante esta resposta, novamente voltou a calma ao recinto legis-
ivo. Mas, em realidade, já não mais era possível acôrdo entre
ublicanos e liberais ou conservadores. A nova idéia já se
aizara. Apenas aguardava oportunidade para se concretizar, pois
scera, alastrara-se e dominara. (2) Finalmente, com a proclama-
da República, foi o visconde exilado, partindo para a Europa,

(2) — Houve quem alegasse como motivo da queda do gabinete
fiado por Ouro Preto arbitrariedades cometidas pelo mesmo contra
classes militares. Não subsiste, tal acusação. Em trabalhos publica-
s, o visconde explicou cabalmente sua conduta dizendo com acerto
e a República não fôra obra de um dia, mas sim de longos anos.

onde permaneceu ano e meio. (3) Em Paris, matriculou-se Escola de Ciências Morais e Políticas, freqüentado os curso Economia Política e Finanças, dados pelos professores Stour Cheysson. Em 1895, no Estado de São-Paulo, iniciou-se a or zação de um partido monárquico que teria como objetivo a divu ção dessa idéia. (4) No Rio-de-Janeiro repercutiu a iniciativ também foi criada organização idêntica da qual figurava o visco de Ouro-Preto. (5) Para a defesa de seu programa fundou o p tido, no Rio-de-Janiero, o jornal *Liberdade*. Mas, como não conc dassem as autoridades com o funcionamento da novel organiza foi a mesma mandada fechar, tendo igual sorte o periódico. razão desta e de outras medidas tomadas contra a agremiação n nárquica, Afonso Celso retirou-se para a Europa (1897) re mando alguns meses depois. Inabalavel em suas convicções, con vou-se fiel ao trono, preferindo o ostracismo digno às vantagens uma adesão insincera.

Na tribuna, guardou sempre elevada compostura moral e in lectual. Jamais levantou a voz para o ataque desabrido. Calm porém, enérgico, revidava o ataque em linguagem limpa e sere Não prezava os excessos. Trabalhador infatigável, tarefa que cometessem era tratada com equilíbrio e digna de ser levada a efe Nas duas câmaras em que tomou assento, não houve projeto importância que não contasse com a sua colaboração. Estudioso problemas financeiros, sempre os discutiu e não raro prevaleceu seu pensamento. Mesmo na República, as suas opiniões, em mate dessa espécie tiveram justo acatamento. (6) Sócio benemérito

---

(3) — Por essa ocasião, escreveu os seus dois trabalhos: — Adv *da ditadura militar no Brasil* e *Excursão na Itália*. (Este último blicou-o com o pseudônimo de *Um brasileiro*).

(4) — A instituição tinha como orientadores, naquele Estado: J Mendes de Almeida, Eduardo Prado, Afonso Arinos e outros.

(5) — Entre outros, contava o novo partido, na Capital Fed com os nomes de: João Alfredo Correia de Oliveira e Lafaiete Rodri Pereira.

(6) — Gabinete do ministro da Fazenda.

Exmo. Sr. visconde de Ouro-Preto.

Apresento a V. Ex. os meus respeitosos cumprimentos.

Desejava, há muito tempo, ouvir a competentíssima opiniã V. Ex. sôbre a nossa situação financeira e meios de remediá-la. Te porém, tido acanhamento de incomodar a V. Ex.

Homem de govêrno e cheio de aptidões, V. Ex. pode bem aju das dificuldades, com que estou lutando para cumprir as obrigaçõe meu cargo.

E' para minha exclusiva orientação, pois, que tomo a liberdad pedir a opinião de V. Ex. sôbre os meios que julga eficazes para lhorar essa situação tão embaraçosa.

tituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tambem do quadro de tras sociedades culturais, possuia o título de visconde com gran- a grã-cruzes das ordens: de Isabel, a Católica, Espanha; de isto, Portugal; do Leão Neerlandês, da Holanda e a comenda de cial da Instrução Pública, de França.

BLIOGRAFIA

O Progressista — Ouro-Preto, 1859-1863.

A esquadra e a oposição parlamentar — Rio-de-Janeiro, 1868 (92 ps.).

A Reforma — Orgão democrático, Rio-de-Janeiro, 1869-1879.

Reorganização da contadoria de marinha, Rio-de-Janeiro, 1868.

Reorganização da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha — Rio-de-Janeiro, 1868.

Confidências e reservados expedidos pelo gabinete do conselheiro Dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo (1866-1868) relativos à guerra do Paraguai.

As finanças do Império — Rio-de-Janeiro, 1876.

Novissimo repertório da reforma judiciária — Rio-de-Janeiro, 1876.

As finanças de regeneração — Estudo político, Rio-de-Janeiro, 1877.

A comissão brasileira incumbida da construção da Independência perante o conselho de guerra — Rio-de-Janeiro, 1877.

Discurso pronunciado em sessão da câmara quatrienal de 18 de janeiro, 1879.

Discursos na sessão legislativa de 1879 — Rio-de-Janeiro, 1881.

Reforma das faculdades de dircito — Discurso — Rio-de-Janeiro, 1883.

Reforma administrativa provincial e municipal — Rio-de-Janeiro, 1883.

Muito agradeceria a V. Ex. a fineza de dizer-me si entende oporna, no momento, a atual reconstituição do Banco da República e dos mais emissores e sôbre que bases.

Copreendo bem que é muito o que desejo ouvir de V. Ex., mas os tadistas têm o dever de resumir em breves conceitos numa carta os s importantes planos de administração.

E' porisso que peço a V. Ex., esperando que me desculpará de imrtuná-lo.

Tomo a liberdade de enviar, com esta, um exemplar do nosso relario para completar a coleção de V. Ex.

Com muito aprêço, sou de V. Ex. respeitador e adm. e colega. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Rio, 18 de julho de 1892.

Algumas idéias sôbre instrução — Criação de um fundo e lar na côrte e nas províncias, para auxiliar as despesas da inst ção primária — Rio-de-Janeiro, 1888. Reproduzido na Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 157, 1929, ps. a 237. Imp. Nacional.

Resposta a uma impugnação — Statu liber — Rio, 1885. produzido na Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. 157, 1929, 275/302, Imp. Nacional, Rio-de-Janeiro.

O assassinato do coronel Gentil de Castro (Subsídio par história do regime republicano no Brasil) — Paris, 1897 — R na Rev. Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. 157, 1929, ps. 135-227, I Nac. — Rio-de-Janeiro.

Década republicana, Rio, 1899 — (E uma publicação com intúito de historiar e analizar os dez primeiros anos do regi Sairam oito volumes. Para essa coletânea o visconde concorr com duas grandes monografias: *Finanças* e *Armada Naciona*

Entre outros trabalhos de sua autoria, contam-se: *O penh Aos mineiros*, *Marcas de fábrica e nome industrial*, *O adven da ditadura militar*, *A marinha de outrora* e *Crédito móvel*.

JOSÉ ANTONIO SARAIVA

28-3-1880 a 20-1-1882
6-5-1885 a 19-8-1885

Nasceu na freguesia de Bom-Jardim, município de Santo naro, na Baía, em 1 de março de 1823 e alí veio a falecer, em 21 julho de 1895. Orfão de pais em tenra idade, foi, juntamente m oito irmãos, educado, primeiramente, por um extranho(em nto-Amaro) e, depois, pelos tios (em Quitangá). Queriam estes e o mais velho, José Antônio, ingressasse na lavoura ou no co-ércio. José Antônio, entretanto, tinha outras aspirações. Fôra ixeiro de engenho (em Quitangá) e, neste mistér, aprendera com preto Paiva, professor, latinista e maestro, as primeiras letras e rte do curso secundário. Queria estudar, ser bacharel. Não con-rdavam com isso os seus parentes, mas, afinal, imperiosas conve-ncias domésticas (1) fizeram com que o despachassem para São ulo, para o seu objetivo tão ambicionado — o curso jurídico.

No quarto ano, já o estudante mostrava desejos de advogar uero ver se em outubro princípio a praticar com algum advogado sta cidade, afim de que não saia daquí sem saber nada de prática, is que na Academia ao menos prática não se ensina coisa alguma". rranjou-se, de qualquer forma, com o Dr. Pacheco (sogro do con-lheiro Ferreira Viana), mas, no escritório dêste pouco tinha que zer, relativamente. Contudo, conseguiu pequenas questões e saiu-se

(1) — "Escândalo doméstico — D. Joaquina Mendes tinha na maior tima, como cria sua, a uma certa "Maria Mulatinha" — rapariga de ucos anos e de mulatos requebros. A convivência de seus encontros de rne moça, animada de escaldante sangue africano. Era um perigo a osa ternura da mulatinha, de olhos vivos oliváceos, com láivos de uma nsualidade mal contida no agitar de suas formas redondas.

Não viam, entretanto, êsse risco o hábito da vida comum e a amizade ga e cegadora.

... E Saraiva, nessa convivência, reprimia ardores de uma puber-de apenas estreada...

Aí estão os personagens. Fácil é completar o romance"

Wanderley Pinho — *Politica e politicos do Império*, Rio, 1930, p. 11.

bem, principalmente, no crime. Mas, não se tomou por vencer
Ao contrário, dizia: "Eu vou agora descobrindo a realidade da v
parece-me assás espinhosa. Entrar no mundo para se fazer fut
é uma das épocas mais críticas da vida de um homem. E' necessá
um braço forte que dirija por tanto tempo quanto baste para
ache recursos em si mesmo." Já formado (1846), veio ao Ri
pouco se demorou. No ano seguinte, desembarcava na Baía, anim
em dedicar-se à nova vida. Tentou obter, a princípio, a promot
de Valença e não lhe foi possível. Lançou a sua candidatura
Assembléia Estadual e conseguiu colocação como 4.º suplente. C
isso iniciava suas atividades políticas, pois, apesar de querer ad
gar, a política muito o fascinava. Entrementes, solicitou e obtev
promotoria de Jacobina (2) passando depois a juiz municipal e
orfãos, do mesmo termo. Finalmente, tendo realizado como p
motor e juiz a sua tarefa com honradez e dignidade, ganhou tam
as simpatias do eleitorado que o elegeu com significativa votaç
(1850) Tudo fôra obra de sua brava fôrça de vontade, de u
singular perseverança. Dai em diante prossegue a sua ascenção, s
sobressaltos. Com o mandato renovado várias vezes, ingressou,
fim, no Senado (1867). O seu nome criado e consolidado sem a
des, impusera-se de maneira singular. E todos admiravam suas q
lidades, embora não as coroasse os arroubos tribunícios.

Escolhído presidente da província do Piauí, (3) foi a sua ad
nistração assinalada por uma quase completa remodelação admi
trativa e material daquela unidade do Império. Fundou Teres
nova capital da Província, aumentou as vias do transporte, desen
veu a agricultura, incentivou a indústria, ampliou o número de es
las, etc. A propósito de sua gestão no Piauí, no Senado, (4) c
vez, revidando ataques, teve oportunidade de se expressar
guinte forma:

(2) — Em carta à família, assim descrevia a vila: "A Jac
uma vila no sertão com o luxo de uma cidade, e para dar-lhe um
mínima dêste, basta dizer que já se fazem reuniões, onde se dans
ouve cantar tambem. Não quero dizer que já se tenha por cá
desenvolvimento nessa sociabilidade que torna necessárias semel
reuniões, e só com isto quero mostrar que não está a muitos res
esta vila atrás de nossa cidade de Santo-Amaro, e outros lugare
vesse a vila um comércio florescente, e seria um oásis de civilizaçã
sertões desta Província."

(3) — Foi o 10.º presidente da Província. Nomeado em 19 de
de 1850, tomou posse a 7 de setembro do mesmo ano e governou
março de 1853.

(4) — Anais do Senado — Sessão de 27 de julho de 1869.

O que fiz no Piauí, os serviços que prestei, conhece-os bem o nrado senhor presidente do Conselho, e o país.

Se a minha administração no Piauí foi boa ou má, só a ela, e o a favores, devo a consideração de que tenho gozado. . .

O Sr. Paranaguá — Apoiado.

Saraiva — se essa administração que concorreu podcrosamente a a minha carreira política, pode dar disso testemunho o atual . presidente do Conselho.

Recordo-me, Sr. presidente, de que na administração da pro- ncia do Piauí, obtive do ministério de 29 de setembro de 1848, ovas as mais significativas de estima e consideração. Recordo-me e que fui do número dos poucos presidentes de província daquela boca que tiveram a fortuna de uma menção honrosa nos relatórios o Sr. Eusébio de Queiroz, ministro da Justiça. Chegado à côrte, ve ainda a fortuna de ser cumprimentado pelo nobre visconde de aboraí, pela maneira porque havia procedido naquela província.

Sr. Paranaguá — Fez uma excelente administração.

O Sr. Saraiva — Já se vê, pois que eu não contei com a pro- ção do filhotismo. Trabalhei, trabalhei muito seriamente, e tratei e recomendar o meu nome à estima pública.

Presidente tambem da província de Alagôas, não desmentiu as as qualidades anteriormente consolidadas. Se mais não realizou oi porque teve curta permanência a frente dos negócios alagoanos. m 1865, ocupando interinamente a pasta da Marinha, foi convidado ara, em carater efetivo, dirigir a do Exterior, mas declinou do con- ite. Aceitou, todavia, naquele mesmo ano e por uma segunda vez direção dos negócios da Marinha (12 de maio a 27 de junho) e mbem a pasta da Guerra (8 de julho a 10 de novembro) em substi- uição a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que se encontrava no Rio-Grande-do-Sul, na companhia do imperador. Em 1880 (28 de março), entregou-lhe o monarca a presidência do gabinete o que cumulou com a pasta da Fazenda. Expondo o programa que pas- aria a realizar, explicou o conselheiro:

Ao chegar a esta côrte, apresentei à Sua Majestade as bases da reforma eleitoral. Sua Majestade confirmou o que dissera, isto é, ue eu tinha toda a liberdade para oferecer à consideração das Câ- naras a reforma pelo modo que me parecesse preferível.

Em conseqüência das novas declarações de Sua Majestade, que obusteceram a confiança que se dignara assegurar-me, organizei o inistério que comparece hoje perante a Câmara dos senhores depu- ados.

Tem-se mostrando desejos de conhecer o que disse nas cartas o visconde de Paranaguá e ao visconde de Sinimbú.

Disse mais ou menos o seguinte:

Que a política da reforma constitucional do gabinete passa me tinha parecido prudente, e sem meio de remover os embara que talvez fôssem criados pelos escrúpulos constitucionais do Sena

Mas que, tendo sido rejeitado o projeto da reforma const tucional, nós os liberais não nos devíamos mostrar mais escrupulo do que os nossos adversários.

Que não era o mais próprio para continuar essa política, p nunca tive tais escrúpulos constitucionais, e não podia tomar a r ponsabilidade de organizar um ministério que afrontasse todas dificuldades que deviam provir da persistência em uma refor constitucional, que não podia ser considerada pelo Senado sen depois de um apêlo ao país.

Pelo que acabei de expender já conhece a Câmara dos senhor deputados, qual o programa do gabinete. O partido Liberal inscrev em seu programa muitas reformas. Os ministérios não teem e na podem ter programas largos. Êles devem escolher das reformas seus partidos a mais urgente e envidar esforços para a realiza A reforma eleitoral nos parece a mais urgente, e será a que ofer cemos à consideração da Câmara nessa sessão extraordinária.

Outro assunto grave nos deve preocupar. Sabe a Câmara qu em consequência de grandes melhoramentos iniciados pelo govêrn ou votados pelas Câmaras sem que se tivesse obtido em tempo opor tuno os recursos indispensáveis para as despesas tão extraordinária deram-se dificuldades tamanhas que assoberbaram o govêrno, resu tando daí a crença, no país e no estrangeiro, de achar-se em séri dificuldades em perigo a nossa situação econômica.

A despesa enorme que fazíamos com socorros públicos confi mava essas apreensões; porque em verdade nenhum país ainda de pendeu, em tão pouco tempo, tão avultadas quantias em auxilio d compatriotas necessitados.

Tais dificuldades, pois, fundamentavam a crença a que acab de aludir; mas mediante os esforços da administração passada e patriotismo das Câmaras, as dificuldades começaram a declina

Em breve cessará a necessidade de distribuir socorros, atent às chuvas abundantes nas províncias do norte, flageladas pela séc Além disto já conseguimos, graças, repito, aos esforços do mini tério passado, ajudado pelas Câmaras, equilibrar dois orçament por meio de operações de crédito vantajosamente realizadas.

A nossa missão agora, porém, é conseguir orçamentos norma pelo equilíbrio da receita e despesa, sem necessidade de operaçõ de crédito, mas pelo crescimento natural das rendas e pela dim nuição de todos os impostos, que puderem perturbar o progres

ndente da lavoura e das indústrias, ou mesmo que forem vexa-os.

Com a fiel execução que fez dar à lei n. 3029, de 9 de janeiro 1881 (*Lei Saraiva*), que reformou a legislação eleitoral, substi-do o antigo sistema pelo de eleição direta, a sua reputação ficou muito aumentada. Dessa data em diante passou a desfrutar con-ça e respeito sendo o seu exemplo apontado para imitação. Três s depois, voltava novamente à presidêncio do gabinete e à pasta Fazenda, demorando-se de 6 de maio a 20 de agosto de 1885. no da vez passada, o seu programa de govêrno foi pautado sôbre ais severa economia, (5) e a liberdade de opinião teve a mais pleta garantia. Não era sem muita razão que êle dizia: *"Sempre ndi que seria uma grande desgraça, e um motivo para demitir-me qualquer cargo, observar que meus adversários tinham receios de dirigir a mim para solicitar aquilo a que tivessem direito. E sem-*

(5) — A conduta política do conselheiro Saraiva tem sido julgada avoravelmente por mais de um historiador. Tavares de Lira (*A pre-ncia e os presidentes do conselho de ministros*. Rio, 1923), referin-e à sua atividade partidária escreveu: "Foi o mais oportunista de os estadistas; e, depois de completar sua evolução política do par-conservador para o liberal, dificilmente seria encontrado entre os disputavam os postos de combate. Aparecia, sim, para colher os os da vitoria."

O Sr. Luiz da Câmara Cascudo (*O marquês de Olinda*, Rio, 1938. 285), tambem dá-nos êste retrato pouco lisongeiro: "Saraiva é um político com a calma, o cuidado tranqüilo, a nitidez asseada dum crata exemplar. Funcionário público do poder, o exerceu sem timi-e entusiasmos, numa aceitação tácita de responsabilidades que cia profissional. E' êle, em nossa história política, o problema mais so de adaptação e adextramento técnico em matéria de predomínio. ico. E' pessoalmente um aproximador, um espírito simpático em fácil compreensão. Accessível, natural, calculadamente confiado e hoso, é um tipo bem brasileiro, depois de Martinho Campos, do "pra-o" que não perdeu os traços provinciais e deles se orgulha como uma nção ao ambiente nivelante. Mantem os seus hábitos de senhor-de-nho nortista, do de dono-de-casa agazalhador, farto, lhano, afavel. Seu senso era de boa têmpera. Mediano, comum, banal, mas tendo a rioridade de conhecer-se, medir-se e contar consigo dum modo abso-nos limites duma energia estudada e segura."

O certo é que êle bem conhecia o ambiente no qual teria que agir. icamente, vindo dos conservadores para os liberais, não cometeu isso nenhum crime ou deslise moral. Nesse passo acompanham-no eros dos maiores estadistas do Império. A verdade diz-nos Eugê-Egas (*Galeria dos presidentes de São-Paulo*, 1925, vol. 1.º, p. 235) escreveu: "Chamavam-lhe o *Messias*, porque nos momentos difíceis, u nome era sempre lembrado em primeira linha pelo imperador Pedro II, que lhe depositava a mais completa, a mais absoluta con-."

pre, Sr. presidente tive a fortuna de merecer da parte de meus c sários esta prova de confiança. Em tempo algum a oposição, quer que ela fôsse, deixou de defender, e defender com a seguridade sem bom direito perante mim."

Com advento do regime republicano, elegêram-no senador Baía, mas o conselheiro, que se formara num outro ambiente, tico, terminou por resignar o cargo. Quando de sua morte, o tado Vergne de Abreu, (6) disse entre outras palavras: " V. Ex., Sr. presidente, e a Câmara inteira conhece os serviços o conselheiro José Antônio Saraiva prestou ao regime passado, cipalmente nos anos de seu declínio; brasileiro mais e antes que acompanhando com interesse a evolução de sua pátria, êle primeiro estadista que teve a coragem de significar e proclamar subterfúgios, ao próprio ex-imperador, a necessidade de conde der com o progresso e com as aspirações legítimas da nação leira sob pena de sacrificar o seu trono. Foi o conselheiro Sa quem, dando o exemplo da maior coragem e do maior desp mento, propôs, como condição do programa liberal, chama poder em junho de 7889, a federação das antigas províncias."

Rui o considerava "eminente homem de Estado."

Pertenceu ao conselho do imperador e possuia as condecora comendador da ordem da Rosa e de Cristo, oficial da orde Cruzeiro e grã-cruz da ordem dinamarquesa de Danneborg. mente, foi o seu nome incluido em várias sociedades de letras.

BIBLIOGRAFIA

Regulamento para o Conselho Naval — Decreto n. 22 22 de junho de 1858. Rio de Janeiro, 1858.

Manifesto e programa do centro liberal. Baía, 1869.

A correspondência e documentos oficiais, relativos à su são no Rio-da-Prata. 1864, Baía, 1872.

Relatório apresentado pelo ministro e secretário de Esta Marinha — Rio-de-Janeiro, 1880.

Proposta e relatório apresentado à Assembléia Geral L tiva, 1880. Rio-de-Janeiro.

Proposta e relatório apresentado pelo ministro e sec de Estado da Fazenda. Rio-de-Janeiro, 1884.

(6) — *Anais da Câmara*, 1895, vol. III, p. 255.

(7) — Em 1914, o Dr. Mendes Pimentel, cumprindo disposiçõ tamentárias de um sobrinho do conselheiro, desembargador José A Saraiva Sobrinho, que herdara o arquivo do conselheiro, fez entr mesmo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Parte das que nele se contêm foram separadas e deveriam ser consultadas a de 1930.

MARTINHO ÁLVARES DA SILVA CAMPOS

21-1-1882 a 3-7-1882

Nasceu em Pitanguí, Minas-Gerais, em 21 de novembro de
e faleceu em Caxambú, em 29 de março de 1887. Fez os estu-
primários e preparatórios em Minas, após o que foi mandado
a côrte, onde se doutorou em medicina. (1838). De família
fazendeiros e agricultores, não clinicou; dedicou-se ao amanho
terra. Espírito zombeteiro, contador de anedotas e vastamente
cionado na terra natal, não lhe teria sido difícil ingressar na
tica, logo depois de formado. Mas, senhor de boas propriedades,
egou-se, primeiramente, ao seu cultivo e aparelhamento, no que
aiu bem. Em 1857, candidatou-se a deputado pelo partido liberal
oi eleito, sucessivamente, até 1882, com pequena interrupção
9-72), por conveniência partidária. Na câmara, médico de
so e agricultor profissional, destinguiu-se como oposicionista.
todos os gabinetes era oitavo ministro: o ministro sem pasta,
opinião pública". E tamanha era a sua tarefa obstrucionista que
deram a alcunha de *fiscal do poder*. Em tudo o que fazia era
inal e tinha graça. "Alto, magro, completamente glabro, não
sigia com a moda. Lá ia para a Câmara com as mesmas botinas
elástico e as mesmíssimas calças de riscado que um compadre
cate lhe vendera em Minas. E' verdade, porém, que adepto
ansigente dos usos e práticas ingleses, ajambrava essa indumen-
a nacional com o adminículo parlamentar de uma sobreca-
..." No seu afã em combater projetos, idéias e fustigar o mi-
ério, a ninguém poupava. A todos se dirigia, interrogava e até
osprezava. Conta-se que, certa vez, aludindo ao próprio monarca,
era: *"Lembre-se vossa majestade que a barra por onde o senhor
pai saiu em* 1831 *ainda está bem aberta!"* Tendo adquirido conhe-
ntos de direito administrativo e constitucional, entrava nas dis-
sões dessas matérias, citava autores e, se acaso não ocorria me-
res argumentos, valia-se de toda sorte de chistes, mas não re-
va, transtornava o assunto que se debatia, quando se achava na
ossibilidade de fazer vencer sua opinião. "Seus recursos eram
que, sem ser eloqüente, fazia-se ouvir como nenhum outro

deputado dos que eram freqüentes na tribuna. Dos nossos ant parlamentares talvez só êle tenha conhecido todos os segredos Regimento. Nenhum praticou de modo tão acabado a arte da pr lação. A sua especialidade era preencher o intervalo das discuss falava sempre à margem da ordem do dia; a propósito do r ligeiro incidente entrava em campo, passando em revista a sit toda do país, discutindo o vencido e o *in fieri*, evocando os per gens todos que conhecera desde menino, discutindo a pessoa e a de cada ministro, sem que ao presidente ocorresse tolher-lhe a l vra, que a Câmara acompanhava com avidez, interessada nas r lações que êle trazia, no seu bom humor, na novidade de suas l branças e dos epítetos e alcunhas que distribuia. Desde que se le tava Martinho Campos, formava-se o círculo de amadores da em torno dele. Tinha o privilégio de não ser chamado a ordem, que não aborrecia nem demorava, prendia a todos a começar presidente. Era por natureza *urgente*. Os seus discursos eram série de golpes todos mais ou menos pessoais. Havia neles, erudição política, os velhos precedentes da Constituição ing com que era familiar; não tinha, porém pretenções a publicista se preocupava de coerência, de sistema, de princípios polít O que queria nos homens era dignidade, fidelidade, sincerid honestidade." "Como lutador era de primeira fôrça. Era uma tura para um Presidente ver-se sujeito durante uma ou duas h a análise dêsse triturador impassível."

Em 1881, foi nomeado presidente da província do Rio-de neiro, cargo no qual se demorou pouco tempo. No ano seguinte, escolhido senador e, em janeiro (21) do mesmo ano (1822), assu a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda nas quais perm ceu até 3 de julho. No seu programa de govêrno propôs a ad de medidas tendentes a melhorar a situação cambial e a reduz dívida pública. Ao tempo, eram essas necessidades urgentes. fala do trono, sua majestade solicitou acurado exame do orçam bastante deficitário, e tambem que se dispensassem cuidados e ciais com o meio circulante. Sendo assaz curta a permanênci Martinho Campos como gestor dos negócios financeiros do Imp não lhe coube tomar, medida digna de nota. O mais certo, e êle não escondia, é que não dava para govêrno. Estava que o pape oposicionista era mais *patriótico*. Os seus propósitos eram nobr a êles emprestava toda sinceridade; mas governar não era ta para as suas inclinações. Desabusado por temperamento, no top carreira, certa ocasião, exclamou a um amigo: — *Mal me ach govêrno já estou com saudade da oposição.* De outra feita, ref do-se às dificuldades que estava obrigado a ladear ou vencer, a centou: — *Quanto não daria para poder meter desde já as l*

govêrno. *Decididamente, não nasci para agüentar cangalha.* Em
, o imperador, que muito o estimava, principalmente pela sua
ade à causa monárquica e ao govêrno constitucional, nomeou-o
o Conselho de Estado.

IOGRAFIA

Observações de tétanos precedidas de considerações sôbre esta moléstia. Tese. Rio-de-Janeiro, 1838 (87 ps.).

Criação da província de S. Francisco — Discurso na Câmara dos Deputados. Rio-de-Janeiro, 1873.

Relatório apresentado à Assembléia legislativa provincial do Rio-de-Janeiro, 1881.

Exposição — Rio-de-Janeiro, 1882.

Discurso — Rio-de-Janeiro, 1882.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ

(2.º marquês de Paranaguá)

3-7-1882 a 24-5-1883

Nasceu na fazenda Brejo-do-Mocambo, antiga freguesia de sa Senhora do Livramento, hoje Paranaguá, Estado do Piauí, 21 de agosto de 1821 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 10 de reiro de 1912. Filho de José da Cunha Lustosa (coronel de cava-) e Inácia Antônia dos Reis Lustosa. Orfão de pai em tenra te (8 anos), mandaram-lhe para Jacobina, na Baía, de onde, s fazer os estudos iniciais, foi enviado para cidade do Salvador, qual fez os primeiros preparatórios. Dando-se, por essa época, volta denominada dos *balaios* e tendo êstes tentado invadir a víncia do Piauí, embarcou para a vila natal e tomou parte na stência organizada contra os amotinados. Retornando a Baía, luiu os preparatórios e rumou para o Recife, em cuja faculdade loutorou (1846). Era ainda estudante quando o elegeram depu-) provincial, cargo que recusou para não interromper o curso. ós formado, voltou novamente para a capital baiana, na qual ogou por algum tempo. Aceitou, a seguir, o cargo de delegado polícia da capital passando depois a juiz municipal e de orfãos cidade de Cachoeira. Conseguindo assento na Assembléia Pro-ial da Baía (1848), teve o mandato reeleito por varias vezes 1853). Obtendo, tambem, como suplente, cadeira na Assembléia al, pelo Piauí, passou a efetivo e foi sucessivamente reeleito até 5, data em que ingressou no Senado. Entrementes, foi removido a comarca de São-Gonçalo-do-Amapá, naquela província, como de direito, exercendo, interinamente, a chefia de polícia. No-ido presidente da província do Piauí (1855), resignou o cargo s de entrar em exercício, por estar em divergência com a política gabinete Paraná, então na administração central do país. Mu-do-se para a côrte, convidou-o Nabuco de Araujo (ministro da tiça, por esse tempo) para o cargo de chefe de polícia da pro-cia do Rio-de-Janeiro. Encontrava-se êle no exercício dessa fun-) quando o chamaram para presidir o Maranhão (1858-59).

Aqui, introduziu melhoramentos, já fundando escolas, já cuida
da lavoura e da indústria que tiveram, nessa fase, forte impu

Com o gabinete Ferraz (1859), assumiu a pasta da Justiça
de agosto de 1859 a 2 de março de 1861) e coube-lhe a resol
de assuntos graves, tais como: o acôrdo com a Santa-Sé, a que
de nomeação dos novos bispos e o casamento dos acatólicos. Re
nando à magistratura, deram-lhe o juizado de direito de Petróp
no qual esteve até 1871. Administrar entretanto, parecia que er
seu destino. A situação em Pernambuco, em 1865, exigia pe
capaz de atenuar rixas e cuidar seriamente das necessidades da
víncia. A corôa o licencia da magistratura e o despacha para
E' outra ocasião para o futuro marquês de Paranaguá prova
eficiência de seu tirocínio experimentado. Nessa ocasião, a rem
de tropas era o serviço que o imperador mais apreciava. E n
êle tambem se sobresai com destaque, tanto porque o pernambuc
quizesse espontaneamente defender o solo pátrio, como porque
o incentivava com entusiasmo. Terminado o seu período de govê
retornou novamente ao seu posto de juiz, desta vez na terceira
civel da côrte. Afinal, transferido para a primeira vara de orf
aposentou-se com as honras de desembargador (1878).

Constituido o segundo gabinete Zacarias (1866-68), cha
ram-no ao Ministério para ocupar efetiva e interinamente, as pas
da Justiça (3 de agosto a outubro de 1866); dos Estrangeiros (9
dezembro de 1867 a 14 de abril de 1868) e a da Guerra (17 de o
bro de 1866 a 16 de julho de 1868). Na gestão desta última r
uma vez sobressairam as suas brilhantes qualidades de adminis
dor capacíssimo, enumeradas e reconhecidas por seus próprios ad
sários. Exerceu-a o marquês em fase dificil onde ao ministro t
cabia ver e providenciar visto que o império das circunstânci
isso obrigava. E é inegavel que à sua operosidade deve-se pa
apreciavel das vitórias ganhas no conflito bélico em que nos a
vamos empenhados. Terminada a sua função como ministro vol
ao seu posto na justiça comum. Mas, como já dera bastas prova
ser bom administrador, era quanto chegava para que mais ou
vezes o chamassem a prestar serviços. Com efeito, retornando
liberais ao poder, com o ministério Sinimbú (1878), novam
voltou à pasta da Guerra, em substituição ao marquês de He
Em 1881, seguiu para Baía e a presidiu por ano e meio, com o ag
geral dos baianos.

Por fim, o monarca entregou-lhe a chefia do gabinete t
êle ficado tambem com a pasta da Fazenda (3 de julho de 18
24 de maio de 1883). Expondo o seu programa, declarou que
o mesmo apresentado pelos liberais em 1868. Dessa maneira, c
ria da reforma eleitoral; de economizar nos gastos em geral

dução do papel-moeda; da diminuição dos juros da dívida interna; reorganizar o poder judiciário e da ampliação da instrução pú-a. Do ponto de vista financeiro, não poderia o marquês alcançar to de monta no curto espaço de tempo em que dirigiu as finanças blicas brasileiras. Entretanto, em período mais dilatado, é de se r que muito realizasse, pois não lhe faltavam os requisitos neces-ios ao estadista de larga visão, ao homem público conhecedor dos blemas de seu país. Ao deixar o govêrno mantinha intacto todo eu prestígio. E foi por essa razão que em 1885 (gabinete Sa-a), pela terceira vez ocupava a pasta dos Estrangeiros.

"Moderado, conciliador, cortez, corretíssimo em suas realiza-s de ordem pessoal e política, nunca despertou fanatismos, nem pouco ódios. Gozava da estima do imperador que o cumulou distinções. Apesar de ser considerado áulico, jamais abusou do lhimento que lhe dispensava a família imperial. (1) Sobrevindo nudança de regime (1889), retirou-se das refregas políticas e icou-se exclusivamente as atividades intelectuais. Presidente da iedade de Geografia do Rio-de-Janeiro (durante 29 anos) e do tituto Histórico e Geografico Brasileiro (12 anos), pertenceu almente a várias outras instituições científicas e literárias. ando da realização do 3.º Congresso Latino-Americano, foi o sidente da comissão organizadora.

Visconde com grandeza e 2.º marquês do título, era veador de M. a imperatriz, conselheiro de Estado, gentilhomem da imperial ara e possuia os graus de comendador da Ordem de S. Gre-o Magno e de oficial da imperial Ordem da Rosa.

(1) — Tavares de Lira. — A presidência e os presidentes do Conse- de Ministros. Rio, 1923.

LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA

24-5-1883 a 5-6-1884

Nasceu em Queluz, Minas-Gerais, aos 28 de março de 1834 e leceu no Rio de Janeiro, aos 29 de janeiro de 1917. Filho de ntônio Rodrigues Pereira (barão de Pouso-Alegre). Após o curso rimário, mandaram-no para Congonhas-do-Campo. Alí fez a aioria dos preparatórios os quais terminou em Prados, onde estu- u latim com o padre Felisberto Rodrigues, seu tio e homem de rga erudição. Na academia de São Paulo destacou-se como estu- nte inteligente e aplicado. A sua colaboração no jornal acadêmico *nsáio filosófico* foi, talvez, a de melhor quilate, o que lhe valeu istinção particular por parte dos colegas. Graduado (1857), no esmo ano iniciou breve estágio no magistério público de Ouro reto (promotoria) e, a seguir, mudou-se para a Côrte, na qual xou residência e passou a trabalhar no escritório de advocacia do tável jurisconsulto Teixeira de Freitas. No ano seguinte (1859), gressou na impresa. O marquês de Paraná havia inaugurado a olítica de conciliação; contra esta fórmula política levantaram-se afaiete, Flávio Farnese e Bernardo Guimarães, fundando o jornal *Atualidade,* com o fim de combatê-la. (1) Nele publicou, de sua vra, vigorosos artigos de fundo atacando a política do marquês. m 1868, o conselheiro Zacarias, então presidente do gabinete, nfiou-lhe a presidência das províncias do Ceará e do Maranhão 1869-70). Terminada essa sua tarefa administrativa, regressou à côrte e subscreveu o manifesto republicano (1870). Com a ascenção o partido liberal (1878), que desde vários anos havia sido alijado o poder, o visconde de Sinimbú, ao tempo chefe do gabinete, con- idou-o para ministro da Justiça. A sua entrada para o ministério ausou verdadeira estupefação e tantas foram as interrogações que e viu êle obrigado a justificar a sua participação como elemento do ovêrno imperial, quando anteriormente se declarara republicano.

(1) — Tinha o jornal 4 páginas e se publicava 2 vezes por semana. oi a primeira folha que se vendeu no Rio sob a forma avulsa, o que ra feito por escravos alugados a um negociante.

Na tribuna, respondendo à oposição conservadora que se concertara com a dissidência liberal, explicou:

A minha entrada para o gabinete de 5 de janeiro é um ato que tem o cunho da mais perfeita legitimidade, porque é uma conseqüência, um corolário da minha escola política. Eu sou, como vós sabeis, um soldado da democracia moderna. Mas, eu vos pergunto qual é a grande aspiração, qual é o objetivo principal, qual é o voto supremo da democracia moderna? E' o govêrno da nação pela nação ou, como se exprime um espirituoso homem de estado da Bélgica é o govêrno pêlos governados, num regime da mais vasta publicidade. Em qualquer país do mundo onde os grandes poderes, que formam o govêrno do Estado, se acham constituídos de modo que não se movem, não se agitam, não se exercitam senão debaixo do pensamento e da vontade, da nação, aí reina a democracia. Que é democracia? Democracia é o govêrno do povo. Povo na linguagem do direito moderno, quer dizer — a nação —, porque hoje não há mais castas, não há ordens; todos os cidadãos são iguais deante da lei. Eu vos posso, pois, senhores, dizer com a maior correção que a democracia transforma o govêrno inglês, desenvolve-se pacificamente na Itália, reina na Bélgica depois de 1830 e triunfa hoje em França. Posso dizer-vos ainda, com a mesma correção: J. Russell e Gladstone, na Inglaterra, frere-Orban e seus amigos na Bélgica, Rattazzi e Minghetti, na Itália, são servidores da democracia, tão fieis, e tão dignos das bênçãos da humanidade, como Franklin e Washington nos Estados-Unidos, como os modestos homens do Estado da Suiça, como Thiers, Grévy e Gambetta, em França. Os aparêlhos constitucionais de que os povos se servem são, deante da alta teoria, inteiramente indiferentes, desde que êles são combinados de modo a produzir o govêrno da nação pela nação. E' à luz dêstes princípios que a política e a história julgam dos homens e é à luz dêstes princípios que o meu procedimento há de ser julgado.

Já o orador se consagrara. Antes de ser deputado nunca experimentara suas qualidades tribunícias; mas desde que compareceu à Câmara, logo elas se revelaram da forma mais completa. À data foram duas coisas que surpreenderam sobremodo: a chamada, pelo imperador, do visconde de Sinimbú, chefe liberal, para realizar a reforma eleitoral e a entrada de Lafaiete como participante do gabinete. A mudança do modo de votar tentado pelo visconde fracassou e o levou ao destêrro político; o ensejo dado a Lafaiete, entretanto, foi dos melhores; consolidou-lhe os foros de jurista emérito e de orador primoroso. Em 1879, foi eleito para o Senado, por Minas Gerais.

Desde a queda do Ministério Sinimbú, acentuara-se a desorganização liberal. O imperador, entretanto, não mostrava desejo de tregar o poder a outra facção. O gabinete Saraiva, conseguiu a forma eleitoral (1881), mas, apesar disso, dessa verdadeira vitó-, foi curta a sua duração. Substituido por Martinho Campos, te somente conseguiu seis meses de govêrno. O ministério seinte, presidido pelo marquês de Paranaguá, tambem não chegou um ano. Novamente o monarca convidou Saraiva que declinou convite. Sua majestade chamou então Lafaiete que organizou o binete o qual dirigiu o Brasil de 24 de maio de 1883 a 6 de junho 1884. Foi uma escolha providencial para o partido, pois o seu me já era mais do que uma bandeira política, dado o justo renome e alcançara nas letras jurídicas. Justificando o seu rumo, dizia: *enhores, um programa não é uma invenção, uma criação arbiria do espírito humano: programa é um complexo de idéias e correspondem à realidade da situação do país em um momento do.*"

Do problema servil não esqueceu; ao contrário, levava boa disição em enfrentá-lo e procurou a forma de se não resolvê-lo, pelo nos animá-lo, já que a grita aumentava com justa razão e era govêrno a quem cabia solucioná-lo.

"Entre as questões que mais preocupam a atenção do país soeleva, pela sua gravidade e pelos efeitos econômicos e sociais, a elemento servil.

Vós o sabeis, a lei de 28 de setembro de 1871 organizou um canismo simples e eficaz, por meio de cuja ação, dentro de um uzo, que não será longo, o elemento servil estará extinto em todo Império. Mas, pergunto-vos, não será possivel adotar alguma meda, no sentido de auxiliar, de facilitar a ação da lei de 28 de sembro?

O Govêrno entende que é tempo de estabelecer, por lei geral, a alização do elemento nas províncias. E', uma medida que tem sido otada pelas assembléias provinciais, mas sem a necessária eficácia, rque falta-lhes competência para estabelecer a conveniente sanção.

Uma outra providência, que tambem pode ser deliberada, é o aumento dos recursos de emancipação como seria a creação de imposto especial sobre o próprio elemento servil."

Dava especial atenção ao problema financeiro ao qual se ligava timamente a lei do orçamento. Alfredo Pujol, (2) estudando a ão administrativa, escreveu: "Profundou Lafaiete, num seguro

(2) — *Discursos Acadêmicos*, vol. IV, Rio, 1936, p. 109.

descortino, a situação financeira do Brasil. O relatório da sua g
tão na pasta da Fazenda é uma das páginas mais lúcidas e mais s
satas que sairam daquele ministério. A sua política era a de u
ação decisiva contra o regime fatal dos "deficits", pela revisão
modificação do nosso imperfeito sistema tributário, fundado
facilidades da percepção, e pela adoção do imposto territorial, s
perturbação nem vexames da riqueza pública. Estudando, no
ríodo dos vinte exercícios anteriores, a marcha da renda e da d
pesa, extraiu dêsses algarismos argumentos irresistíveis para ju
ficar a possibilidade de se normalizarem os orçamentos e de se de
a progressão assustadora dos empréstimos."

Ao ser discutido o orçamento de 1884 êle foi atacado ru
mente. Não respondeu no primeiro momento. No dia imediato,
tribuna, estudou, verba por verba, justificando-as detalhadamen
O plenário que às suas primeiras palavras parecia levantar-se
inteiro contra a sua política financeira, com a forte e concisa ex
sição do presidente do conselho calou-se e terminou por recon
cer-lhe razão. Outros assuntos, tais como: a reorganização admi
trativa das províncias e dos municípios; a reestruturação do po
judiciário; a reforma da instrução, etc. igualmente mereceram
cuidados especiais. Nas *falas do trono* (1883-84), sua majest
observou com agrado que a ordem e a tranquilidade do império
haviam sido alteradas. Embora fôsse parlamentar hábil, capaz
dar resposta e com robusta argumentação a qualquer discurso
aparte, o conselheiro não pôde se manter no govêrno por mais
doze meses. A subdivisão do partido liberal, a questão militar
agitação na imprensa traziam o ambiente em sobressaltos. Por in
médio de simples carta, exonerou o seu ministro da Guerra.
Na Câmara êste fato repercutiu desfavoràvelmente. Posta em v
ção uma moção de confiança o Govêrno venceu por quatro vo

---

(3) — Na citada missiva dizia: "Coube a V. Ex. uma pasta al
aos seus estudos e hábitos; daí, fôrça é confessar, tem resultado not
tibieza e falta de conveniente direção nos negócios da guerra." Não
havia conhecido, até então, um presidente de Conselho que tivesse
dirigido dessa forma a um colega de ministério. O titular ofendido
Câmara, revidou: "Decline V. Ex. um fato! Diga qual foi o êrro
cometí!" Lafaiete replicou: "A incapacidade não se prova com fa
O ex-ministro não se conteve e atassalhou-o. No dia seguinte, volte
conselheiro à tribuna, justificando-se mais uma vez: "Não quero,
devo, responder ao discurso do honrado deputado ex-ministro
Guerra. Já manifestei o meu pensamento a seu respeito. Entendí,
juizo meu, que S. Ex. não tinha aptidão necessária para geri
negócios da Guerra. E' juizo meu e devo governar-me pela minha cal
Deante dêste juizo convidei o nobre deputado a retirar-se do minist
O nobre deputado é home mde espírito cheio de vacilações e de he

ulgando-se desconsiderado, dimitiu-se. (4) Em 1885, seguiu para Chile em missão especial do imperador, como enviado extraordiário e ministro plenipotenciário. Coubera ao Brasil a escolha do erceiro árbitro nos tribunais mistos internacionais incumbidos de ar parecer a respeito das questões decorrentes da guerra do Pacífico. A sua atuação nessa conferência deixou-o consagrado como m dos maiores juristas de seu tempo. Poucos anos depois (1889), oi nosso representante na 1.ª Conferência Pan-Americana reunida m Washington, por iniciativa do Secretário de Estado, Blaine. Nessa ocasião, o govêrno americano ofereceu-lhe uma cadeira que avia pertencido a George Washington. Estava êle na América uando foi proclamada a República. Monarquista sincero, abandou definitivamente a poltica e recolheu-se à sua biblioteca. Depois e alguma insistência, aceitou a indicação de seu nome como menro brasileiro do tribunal de Haia.

Foi o conselheiro uma das figuras mais vivas e debatidas do arlamento imperial. Afonso Celso assim o descreveu: "Estrábico, e óculos, cabeça poderosa, feições acentuadas e especiais, Lafaiete orça as atenções de quem o encara, dando idéia imediata de uma ersonalidade fora do vulgar. Vivacidade de modos, gesticulação nsofrida, maneira peculiar de se exprimir em tom constante, de xtrema fecúndia, tudo o particulariza, tudo grava picante sainete m quem faz ou diz." Mordaz e desconcertante, tratando do assunto ais sério não dispensava uma piada, um chiste, por vezes, bem esado. A sua entrada no gabinete Sinimbú despertou mais do que spanto, provocou verdadeira cólera um republicano confesso na asta da Justiça. Saldanha Marinho só o chamava — cidadão Lafaiete. Qualquer discurso que fazia era aparteado da forma mais gressiva. Mas, êle, por sua vez, não os deixava sem resposta. A um enador que atribuira a Machiavello determinada máxima, explicou: "Essa máxima não é de Machiavello. Machiavello era homem de boas letras clássicas, e, pois, não exprimiria o seu pensamento em latim tão bárbaro e incorreto". A Martinho Campos, tido como respeitado interrogador, teve de responder inúmeras interpelações. A uma delas, observou: "Pelo que me diz respeito, vendo o nobre

---

ções. Muitas vezes, diante de suas hesitações convenci-me de que era realidade e não cousa imaginária, a hipótese de Buridan". Por fim, com a intervenção de Ferreira Viana, o incidente terminou sem maior significação.

(4) — A propósito do ministério Lafaiete, Afonso Celso escreveu o seguinte comentário: "Se o gabinete Lafaiete não realizou reformas, nem legou benefícios eminentes ao país, prestou ao menos um serviço, graças à forte individualidade do seu chefe: inseriu na trivialidade dos nossos anais parlamentares alguns traços originais e artísticos."

deputado no comando desta campanha, eu me tranqüilizo, porque trinta anos S. Ex. comanda batalhas políticas e as tem perdido todas." Ao mesmo deputado, que indagara como subira tão depressa aos conselhos da coroa, respondeu com notável acerto: "Subí montado em dois livrinhos de direito". A alguns amigos que procurara a sua adesão ao novo regime, replicou: "Regimes novos requerem a direção de homens novos. Veja o exemplo do conselheiro Saraiva o chefe liberal de maior prestígio no segundo Império... Foi deputado à constituinte republicana. Apresentou uma infinidade de emendas ao projeto de Constituição e viu-se quase todas, senão todas, rejeitadas pelos cadetes da República." Possuia o conselheiro os graus: grã-cruz da ordem de Cristo e oficial da ordem da Rosa e foi o único titular da Fazenda, do tempo do Império, que veio a pertencer a Academia Brasileira. (5)

BIBLIOGRAFIA

Direito de familia, Rio de Janeiro, 1869.

Direito das coisas, Rio de Janeiro, 1877.

Proposta e relatório apresentados à Assembléia Legislativa na 4.ª sessão da 18.ª legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Rio-de-Janeiro, 1884.

Vindiciae. Rio-de-Janeiro, 1898. (Resposta ao livro *Machado de Assis*, de Sílvio Romero).

Direito Internacional Público, Rio-de-Janeiro, 1902.

Pareceres, Rio de Janeiro, 1922.

(5) — Eleito em 1909, na vaga de Machado de Assis, não tomou posse com solenidade. Por essa razão, não consta dos *Discursos Académicos*, a oração oficial que deveria ter pronunciado.

MANUEL PINTO DE SOUSA DANTAS

6-6-1884 a 5-5-1885

Nasceu na comarca de Inhambupe (engenho Itapororoca), na ia, aos 29 de fevereiro de 1831 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos de janeiro de 1894. Filho de Manuel Pinto de Sousa Dantas ronel da guarda nacional). Fez os estudos primário e secundário Baía. Dalí seguiu para o Recife, onde se bacharelou em Direito. 851) No mesmo ano em que se graduou foi eleito deputado pro- ıcial e nomeado promotor da capital baiana. Pouco depois, trans- iram-no para a cidade de Santo-Amaro como juiz municipal e de ãos. Reeleito para a Assembléia Provincial, por ocasião da orma eleitoral do marquês de Paraná conseguiu deputação à mara Geral. Ingressando na administração, aceitou o cargo de fe de polícia do Maranhão e, alí, demorou-se um ano. Retor- ıdo à Câmara, fez-se notar pelos discursos que proferiu contra olítica de gabinete Abaeté (1858), principalmente, contra as me- as financeiras de Tôrres Homem, ministro da Fazenda. Aqui os s dotes oratórios tiveram legitima confirmação. Agil no impro- e pronto no rebate, nada ficou a dever a quantos intervieram defesa do govêrno. No ano seguinte (1858), aceitou a presidên- de Alagoas e, nessa qualidade, acompanhou o monarca na visita sua majestade realizou à cachoeira Paulo-Afonso. Novamente parlamento (1861), produziu, na oposição, veementes discursos, tamente com Saraiva, Otaviano e Otoni. em oposição à política gabinete Caxias. Nessa atitude, de combatente audaz e intimo- , ainda o encontramos contra o ministério Furtado (1865). n a ascenção do marquês de Olinda, aceitou a presidência da a (julho de 1865 a março de 1866). Neste posto a sua maior fa consistiu na organização do voluntariado para a guerra para- ia. Como se sabe, S. M. julgava êsse um serviço de maior rele- cia e acompanhava com interesse tudo que os administradores vinciais fizessem nesse setor. Mas, a despeito disso, os partidos ticos locais dificultavam a ação dos presidentes, se acaso jul- sem isso da conveniência partidaria. Sousa Dantas, com rara ilidade, conseguiu, no alistamento do voluntariado, quanto foi

possivel. Por fim, chamou-o Zacarias para o govêrno central, co
ministro da Agricultura (3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 186
Com a retirada do gabinete e domínio dos conservadores, voltou p
a Baía e abraçou entusiasticamente o jornalismo. Na redação
Diário da Baía a sua principal atuação consistiu em defender os p
tulados liberais e animar os baianos de sua facção a cerrarem file
em torno deles. Exerceu, igualmente, por êsse tempo, a advoca
Afinal, subindo os liberais (1878), ingressou na câmara vitalíci
no conselho de Estado. Dois anos depois (1880), estando Sara
na presidência do Conselho, chamou-o para a pasta da Justiça
qual êle administrou até janeiro de 1822. Finalmente, e depois
ter feito várias consultas, o monarca o encarregou de organiza
novo gabinete, tendo Sousa Dantas chamado a si a pasta da Faze
(6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885) e, interinamente, a
Estrangeiros. Chegara o seu grande momento. Desde muito
fizera abolicionista convicto e julgava que ao próprio govêrno
veria caber a iniciativa de por termo à escravidão. Até então a
paganda era tida como coisa perigosa e os propagandistas em t
os cantos eram recebidos como elementos perniciosos. Na Câm
dos Deputados existiam abnegados paladinos da grande caus
muitos simpatizantes. Mas estes últimos, quando no govêrno,
tavam e não passavam à iniciativa. Anteriormente, três gabin
um escravocrata (Martinho de Campos) e dois contemporizad
(Paranaguá e Lafaiete), procuraram amortecer o choque que
se antevia. Sousa Dantas, embora com as cautelas que julgava
veniente, tomou de frente a questão. E a incluiu em seu progra

*"Resolução da questão financeira e do elemento servil; pa
primeira a necessidade de observância rigorosa do orçamento, f
lização mais estrita na arrecadação das rendas, redução seve
inteligente na despesa, ampliação da renda; para a segunda
necessidade da intervenção do govêrno para a solução progre
do problema, trazendo-o francamente para o seio do parlam
pois em tal assunto, nem retroceder, nem parar, nem preci
tendo imprescindiveis medidas que buscassem resolver a que
entre as quais apontava a da libertação dos sexagenários."*

Não podia ser maior a sensação que produziram as pal
do presidente do conselho. A sua coragem atingiu ao máx
Alguns amigos chegaram mesmo a pedir-lhe moderação na
guagem, mas Sousa Dantas tomara essa deliberação com â
forte e sabendo que teria de arrostar sérias dificuldades. Não r
cedeu. E, um mês depois, Rodolfo Dantas, seu filho e deputado
Baía, apresentou projeto de lei onde o governo se proporia a

amente a localizar os escravos, ampliar o fundo de emancipação libertar incondicionalmente os sexagenários.

"Foi o cartel, de desafio, a que se seguiu a luta, em que êle, mo Rio-Branco, teve que cindir os seus correligionários e sus-tar os mais renidos combates. Com êle estavam todos os aboli-nistas, quaisquer que fossem os seus matizes partidários; do lado osto os mais fortes elementos do escravismo. Na imprensa bata-a acesa, em que foram famosos os *a pedidos* de Gusmão Lobo, i Barbosa, Nabuco e Rodolfo Dantas, aos quais, por causa dos udônimos, Martinho Campos chamava *os ingleses do Sr. Dantas.*

O combate durou cerca de dez meses, porque, dissolvida a mara, a vitória das urnas não sorriu à causa abolicionista e o nistério não dispunha de maioria coesa e disciplinada. Teve de cumbir, afinal; mas sucumbiu gloriosamente." (1)

Venceu, temporariamente, a corrente reacionária. E Sousa ntas sagrou-se o chefe parlamentar do abolicionismo. Três anos pois estava realizado o seu grande sonho.

Em 15 de novembro de 1889 era presidente do Banco do Brasil, ando se deu a mudança de regime. Tendo solicitado a sua exone-ão, posteriormente, Floriano Peixoto o convidou para o citado go, no qual veio a falecer.

BLIOGRAFIA

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da 13.ª legislatura, pelo ministro dos negocios da agricultura, comércio e obras publicas, etc. Rio de Janeiro. Tip. do Diário, 1868.

Relatório apresentado à junta da irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Baía pelo senador... em 2 de julho de 1875. Baía, Tip. do Diário, 1875.

(1) — Tavares de Lira — *A presidência e os presidentes do conse-o de ministros*, Rio de Janeiro, 1823.

FRANCISCO BELISÁRIO SOARES DE SOUSA

20-8-1885 a 9-3-1888

Nasceu em Itaboraí, Estado do Rio-de-Janeiro, aos 9 de no-
bro de 1839 e faleceu na côrte, aos 24 de setembro de 1889.
o de Bernardo Belisário Soares de Sousa (desembargador) e
riana Álvares de Macedo Soares. Depois de ter realizado, na
víncia natal, os cursos primário e secundário, seguiu para São
lo, onde se bacharelou (1861). De família de recursos, não se
icou à profissão. Fez-se, sucessivamente, agricultor, industrial,
queiro e ingressou na política partidária. Deputado provincial
depois de formado (1862), na legislatura 1869-72 conseguiu
utação à Assembléia Geral e teve o seu mandato renovado por
ias vezes até que ingressou no Senado (1887). No parlamento,
rimeira vez que ocupou a tribuna causou verdadeira estupefacção,
ela coragem com que estudou o assunto, já pela argumentação
expendeu. Na sessão anterior, alguns oradores que trataram
re a guerra com o Paraguai e acerca dos recursos necessários à
continuação concluiram pelo prosseguimento da mesma e, para
r face a isso, opinaram pela majoração dos impostos. Belisário
a tudo assistira atento, resolveu estrear analisando friamente
elas duas proposituras. E o fez com desassombro. A guerra até
xtermínio de Lopez havia sido decretada e nisto fazia gôsto o
narca. Belisário, entretanto, pensava de outra forma e, como lhe
facultada a palavra, não tergiversou em externar francamente
a opinião a respeito de tão momentosa questão.

Um dos gabinetes que dirigiu os negócios públicos no começo
ta guerra, como observou há poucos momentos o nobre orador
acabou de falar, teve como único programa debelar a guerra.
Se naquela ocasião a guerra era a primeira das preocupações
Brasil; se então podia constituir o programa único, o fim exclu-
dos esforços do governo; hoje, que ela se tem tornado muito
s honerosa, muito mais desastrosa, que tem comprometido muito
s o nosso futuro, que exige sacrifícios muito maiores, a guerra
e ser a nossa primeira e principal preocupação.

....

Colocada a questão nêste terreno cumpre-nos falar com clar à nação; é preciso que conheçamos bem a posição em que se ac esta guerra, que conheçamos os sacrifícios que estamos fazendo os que teremos de fazer, para que a nação, pondo de um lado o f político que ainda nos mantem no Paraguai e de outro lado os o a que nos sujeitamos, as dificuldades com que sobrecarregamos futuro dêste país e que ameaçam esmagar-nos, possa julgar e d dir se convem continuar nossa guerra tão ingente, tão colossal sacrifícios que exige quanto mesquinha e estéril nos resultados promete ("Não apoiados").

....

Quando discutimos os novos impostos com que agrava ainda a sorte dos contribuintes para fazer face ao aumento das d pesas e dos juros dos nossos grandes empréstimos, a prim comissão do orçamento nos disse que a guerra já havia consum cerca de 350.000:000$000. Para chegar a êste resultado a comis comparou o "quantum" da nossa dívida ao começarmos a guerra c aquele que é atualmente, e da diferença entre os dois algaris concluo que aquela era a despesa da guerra.

Mas Sr. Presidente, não representa êste algarismo todas somas que a guerra nos tem absorvido; a maior renda do Bras elevação dos impostos e tudo quanto antes consumíamos dentro país nestes dois ministérios tão dispendiosos, o da Marinha e o Guerra, hoje são dispendidos no Paraguai; tudo isto constitue o de guerra.

Mas, senhores, não é somente na grande dívida que se ach representados os gravames que suporta o Brasil. Ela eleva-se h segundo os cálculos que posso fazer pelo relatório do nobre min da Fazenda, a mais de 500.000:000$000, e se calcularmos a dí exterior segundo o câmbio atual, se avaliarmos o empréstimo int de valor fixo, chegaremos a um algarismo pouco inferior a 600.000:000$000.

E' esta a importância em que um ilustrado senador aval nossa dívida atual, tendo tambem declarado que, se a guerra te nasse por um milagre neste momento ela não nos legaria uma d inferior a 800.000:000$000, pela qual teriamos de pagar mai 40.000:000$000 de juros anuais, e isto porque de uma grande da dívida, o papel moeda, não pagamos nenhum juro."

Prosseguindo em sua argumentação arrimada em boa ló combateu a continuação da luta armada que, dizia, "não é mais

rra nacional, é uma guerra meramente oficial..." A sensação duzida pelo discurso foi tamanha que sòmente Andrade Figueira parteou, algumas vezes, e ninguem mais o contraditou. Acresce la a circunstância de que estava no poder o seu próprio partido. nal, para que se desse resposta ao jovem deputado, o visconde Itaboraí fez reünir todo o ministério, para que os ministros tossem conhecimento do assunto.

Em 1873 foi indicado para a direção do Banco do Brasil, da l se retirou por motivo da ascenção ao poder do partido adver-o (1878), visto que o cargo era de confiança.

Ao assumir o barão de Cotegipe, em 1885, a presidência do selho, a quem primeiro convidou para seu ministro, foi a Beli-o, para a pasta da Fazenda. Excusou-se o convidado, delicada-te, alegando vários motivos. Mas o barão, retrucou:

— Bem; uma vez que não tenho ministro da Fazenda, volto . Cristovão para restituir o bastão a sua majestade, dizendo-lhe não posso cumprir as suas ordens.

— Isso é que não! Deus me livre de colocar V. Ex. e meu tido numa tal situação. Farei o sacrifício de aceitar a pasta que oferece, mas V. Ex. fica responsavel pelos desacertos que eu eter!

— Está dito! disse o barão apertando-lhe afetuosamente a mão; responsável por seus êrros todos. Está dito!"

Chefiados pelo barão estavam os conservadores no poder e, ndo anunciou Cotegipe, no seu programa cuidaria, particular-nte, da emancipação dos escravos, da imigração e das finanças. a a consecução desse ultimo item, na votação da lei de meios, iu urgência. A Câmara, entretanto, na sua maioria composta de rais, negou-lhe apôio. Dissolveu-a Cotegipe e, por essa forma, u o seu ministro da Fazenda com as mãos livres. Dessa liberdade sional, não se valeu Belisário. Conhecedor da situação econômi-inenceira do Império, sabia perfeitamente por onde melhor de-a iniciar a sua gestão. Principiou-a por realizar duas operações crédito, uma externa, de seis milhões de exterlinos (tipo 95, juro % amortização 1 %); e outra, interna, de cincoenta mil contos xa de 95 ½ %) e juro de 5 % (1). Terminadas essas duas sações levou a efeito uma outra, tambem de longo alcance, pois xe para o Tesouro uma economia de mais de três mil contos:

(1) — Procedeu dessa forma porque, segundo disse, era da "maior veniência operar simultaneamente dentro e fora do país, já para ificar a possibilidade da conversão das apolices de 6 % da dívida rna, já para evitar as grandes oscilações na taxa do câmbio e atenuar seguintemente, futuros prejuizos do Estado e dos particulares."

fez expedir o decreto n. 9.581, de 17 de abril de 1886, que efeti
a conversão de apólices de juros de 6 % em títulos de 5 %, a
meira realização dessa natureza que foi levado a efeito no Br

"Abertas as câmaras, esperou a ocasião mais apropriada de
contas de si, e foi quando se anunciou a discussão da receita ge

O ministro invertendo a praxe, pediu imediatamente a pala
e fez longa e minuciosa exposição, de quando poude realizar
curto período decorrido, do seu programa de administração, e
medidas legislativas de que carecia.

Cerca de duas horas ocupou a tribuna rodeado da maioria
deputados que não queriam perder uma palavra, e concluiu ap
dido e felicitado por todos." (2)

Desde êsse momento, já não mais foram postos em dúvida
capacidade administrativa e seus conhecimentos financeiros. I
suidor de calma invejável e sendo um trabalhador infatigável, q
nunca recuava, por mais difíceis que fôssem as situações, vá
criadas por seus próprios amigos. Educado na escola conservad
observava-lhe, fielmente, os princípios doutrinários. Na execu
do orçamento não admitia deslises e isso o fazia com uma alti
que marcou época. Certa vez, numa reunião ministerial, um dos c
gas, quando dava entrada no salão, dirigiu-se ao barão de Cote
e indagou amuado: — "Desejo que V. Ex. me diga até quand
Sr. Ministro da Fazenda quer ser meu tutor? Belisário, que
conhecia a intenção da pergunta e que não se furtava à discus
principalmente quando se julgava com a razão, respondeu:
Enquanto V. Ex. estiver fora do orçamento, não pago des
alguma não autorizada." Na defesa do erario, não transija.

---

(2) — M. Lúcio de Albuquerque Melo — *Século XX*, n. 4,
1.º, 1906, p. 5.

(3) — Por causa da construção de uma estrada de ferro, no
Grande do Sul, divergiram, certa vez, Belisário e Cotegipe, tendo aq
solicitado sua exoneração. O barão, entretanto, não a concedeu. E
veu-lhe belíssima carta na qual, assim se expressava em seu trecho f

"— V. Ex., acredita que a sua retirada não trará dano à situa
desde que eu continue no Gabinete. Por vezes tenho dito a V. Ex.
reputo indispensável a sua continuação. A retirada do nosso co
Sr. Conselheiro Chaves enfraqueceu-se; a de V. Ex. trará consequê
mais graves.

Não me iludo com a importância que V. Ex. empresta à minha
sença a frente do ministério.

Sinto-me alquebrado, e quase incapaz para aturados trabalhos. Si
prestei a gastar no serviço do Estado êste resto de vida foi porque
venci-me (talvez por imperceptivel vaidade) de qua poderia, co
coadjuvação dos companheiros que escolhí, melhorar o estado cal
toso de nossas finanças, e resolver de uma vez a questão da emancip

Inimigo implacável do papel-moeda não se cansava em conde-lhe os malefícios.

"A depreciação a que tem chegado nosso meio circulante, produ-lo conseqüências desastrosas para todas as classes da sociedade, õe-nos o dever de não dilatar por mais tempo a adoção de medi- que tendam a corrigir este estado de coisas e praparem o país a reconquistar o metal que perdeu com as emissões de papel da.

Aceito a princípio como recurso temporário pelos países neces-dos, com facilidade se constitue essa permanência e a custo se segue expeli-lo do organismo econômico. Não é isto motivo para armos os braços ante as dificuldades que se apresentem, mas duplicar esforços com o fim de superá-las

O valor do papel moeda depende de sua quantidade: qual deva esta é o que não podemos determinar e "priori". Mas não é na a numérica das notas que se pode achar o critério para conhecer eficiência ou o excesso do meio circulante: o critério único está preço do ouro, mercadoria e no estado do câmbio..."

.. ..

"Não devemos ficar a espera do desenvolvimento do país para corrigir a depreciação atual, que falseia a medida dos valores entorpece o crescimento das indústrias e torna-se onerosa para s as classes.

Sendo a depreciação conseqüência do excesso do papel moeda, eduzindo a sua quantidade será aumentar-lhe o valor. Nisto siste a primeira condição para chegarmos à circulação metálica... a que permaneça o ouro no país indispensável se torna a retirada porção de papel que impede a sua entrada e a sua conservação, ndo as leis naturais do comércio..."

---

intindo a tranqüilidade dos agricultores e preparando a substituição rabalho escravo pelo livre, sem abalo da ordem pública e sem o me- vexame dos fazendeiros. Temos, digamo-lo com orgulho, conseguido ma cousa no espaço de ano e meio; preparamos propostas de verda- a utilidade pública sôbre diversos ramos de administração; e tudo há de ser interrompido por uma questão que, em face de tantos resses, considero mínima!

Reflita V. Ex.: apelo para seu patriotismo.

Si, porém, minhas instâncias forem baldadas, conto com a lealdade V. Ex. para que reserve a sua resolução final para depois da reunião corpo legislativo. Então é provável que V. Ex. não se retire só e si provier qualquer mal ao Estado, a responsabilidade será de V. Ex. *sivamente* sua.

Lisongeio-me de que V. Ex. nesta já longa resposta reconhecerá, o sou de V. Ex. — *Barão de Cotegipe.*"

Era dos poucos que não se iludia, em questões financei Sabia o que queria. Se tencionava limpar o meio circulante não deria tomar outro caminho. E como isso atendia tambem à esta zação do câmbio. Conservador por temperamento e convicção, aventurava. Lafaiete, Afonso Celso e o visconde do Cruzeiro ap sentaram no Senado um projeto criando bancos de emissão só títulos da dívida pública fundada. Belisário não apoiou a idéia. discussão foi aguda. Afinal não vingou o projeto. E mais acat ficou a opinião do ministro da Fazenda, que passou a ser con rado como um dos mais esclarecidos orientadores das finanças Brasil-Império. Trabalhou êle tenazmente para restabelecer a fiança, aliviar o tesouro, firmar de modo definitivo o crédito cional e da fazenda pública. A permanente atenção prestada questões financeiras e comerciais, a decisão pronta, a energia execução e uma série de operações e medidas todas encaminh ao mesmo fim, tornaram inesquecível esta fase do nosso desen vimento financeiro.

Simpático e de porte bem aprumado, conversava com verv vivacidade. Jornalista combativo, (4) ingressou nas pugnas jor lísticas escrevendo inúmeros comentários políticos, principalmei no *Diário do Rio-de-Janeiro*. Fundou os jornais *Brasil* (1883 *Novidades*, já nos últimos momentos da monarquia. Trinta dias pois de ter deixado o gabinete, sua majestade escolheu-o Conselhe demonstrando assim o alto aprêço em que se tinha os seus méri

Sendo pessoa em que, conforme disse Capistrano de Abreu, preocupações administrativas e políticas não conseguiram amort

---

(4) — A êste respeito são de José do Patrocínio, as seguintes vras, e escritas por ocasião de sua morte:

..."Combatemo-lo sem tréguas e sem piedade.

À sua figura no campo adverso enfogava as nossas vistas; êle convergiam todos os nossos golpes.

Sentíamos que a fôrça era êle: talento, saber atividade infatig energia espartana, prontidão no executar, e, além disso, como um mágico, uma fisionomia atrativamente imperiosa, que parecia ape um sarcasmo entre dois sorrisos; uma cabeça fulgurante, bem plan entre dois hombros direitos, como um diamante em uma cravação de

Francisco Belisário era o nosso desespero.

Os chefes primitivos do escravismo não nos causavam a mesma pressão que esse moço que sabia combater à moderna, lapidando o es esculturando a palavra e disciplinando o espírito de tal modo que podia passar com o mesmo brilho do livro do *tonriste* à tribuna da o ção, do artigo vivo do jornal às declarações ministeriais.

Acastelou-se na pasta da Fazenda e, de manso, com uns movim velutinos, foi construido esse quebra-mar poderoso de sua administr financeira, que, por mais de dois anos, impediu que as vagas aboli tas afogassem o ministério Cotegipe..."

gôsto pelas letras", teve o seu nome incluido no quadro de várias ciedades literárias.

BLIOGRAFIA

O sistema eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro, 1872. 150 ps.

Reforma eleitoral. Rio de Janeiro, 1878. (Anteroirmente publicado no *Jornal do Comércio* com o pseudônimo de Flamínio).

Notas de um viajante brasileiro. Rio de Janeiro, 1882.

Situação atual da cultura do café no Brasil. (Conferência pronunciada no dia 1.º de novembro de 1882).

Discursos. Rio de Janeiro, 1887, 211 ps.

Ministério da Fazenda. Proposta e relatório apresentado à assembléia geral legislativa na 20.ª sessão legislativa. Rio de Janeiro, 1887.

JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA

10-3-1888 a 7-6-1889

Nasceu em Itamaracá (engenho S. João), Pernambuco, aos 12 dezembro de 1835 e faleceu no Rio-de-Janeiro aos 6 de março 1919. Filho de Manuel Correia de Oliveira Andrade e Joana zerra de Andrade, agricultores e proprietários abastados. No genho paterno fez os estudos primários (com o padre Pedro da va Brandão), em Olinda o Curso secundário, após o que ingressou Faculdade de Direito (1852), na qual se bacharelou (1856) e de- ideu tese (1858). Na fase acadêmica, fundou, juntamente com tros colegas (1855), um montepio de estudantes com o objetivo auxiliar alunos pobres qué se distinguissem pelo talento. Deu-se jornalismo combativo, colaborando no *Constitucional Republicano* depois no *O Conservador* (êste último de sua propriedade), e da no 4.º ano da Faculdade, candidatou-se e foi eleito deputado assembléia provincial. Mas a eleição foi anulada por não ter êle da atingido a idade exigida para tal investidura. Recém-formado, pou o cargo de delegado de polícia, passando a juiz municipal e z de direito (interinamente). Convidado para secretário da Pre- lência do Ceará, declinou do convite. Em 1859, aceitou a promo- ria da capital pernambucana. Afinal, entregando-se à advocacia ao jornalismo político, destacou-se sobremodo. Novamente eleito 858), mais tarde presidiu aquele orgão legislativo (1875). Ante- rmente, obteve cadeira à Assembléia Geral (1861), teve o seu ndato renovado várias vezes, até que tomou lugar no Senado. 884). Presidente do Pará (1869), diretor da Faculdade de Di- o de Recife (1875), presidente de São Paulo e conselheiro de ado (1885).

Com o gabinete Pimenta Bueno — marquês de São Vicente — 9 de setembro de 1870 a 7 de março de 1871), ingressou na admi- tração central do país. Estava com 35 anos. Confiou-lhe o mar- es a pasta do Império e, ainda, interinamente, a da Agricultura, ual dirigiu por cinco meses. Com o gabinete seguinte, Rio Branco de março de 1871 a 25 de junho de 1875), permaneceu na dire- os negócios do Império. (Dessa forma, foi o político da fase

imperial que por maior espaço de tempo se demorou num c
ministerial). Já então a sua personalidade se tornara discutidí
Alto, magro, elegantemente trajado e de aspecto traqüilo, mino
a feiura com o retoque de suas abotoaduras de platina, as gra
impecáveis sempre adornadas com uma pérola, as roupas de
elegante, emprestando-lhe o conjunto certa gravidade simp
Poucas vezes freqüentava a tribuna. Imperturbável, despreza
ataques e isso mais acirrava o ódio oposicionista. Silveira M
dizia que êle era membro da Academia dos Silenciosos, da P
José de Alencar, explicava: "As suas arengas pertencem ao g
indefinido: longas demais para apartes e curtas demais para di
sos". Apesar disto, conseguiu, com rara habilidade, grande f
parlamentar. Enquanto outros se atiravam às discussões, êle
curava votos. Quando da votação da *Lei do ventre livre*, a
atuação foi decisiva. Rio Branco, muito o estimava e dava-lhe
o prestígio. As principais medidas eram dadas sob a sua aquies
cia. A oposição, nessa época, chefiada na Câmara por Paulino
Sousa e, no Senado, pelo Visconde de Itaboraí, foi a maior qu
conheceu no Império; e os seus métodos e recursos eram a pa
e a obstrução por discursos de horas e horas. Ao ser posta em v
ção aquela célebre lei, João Alfredo ministro do Império e lider
Câmara atirou-se à luta com vontade inquebrantável; o proj
discutido artigo por artigo, alguns passaram por maioria insig
cante, mas afinal se tornou lei. (1) Com essa vitória obtida pelo
binete do qual era membro destacado, o seu prestigio aumentou
sideravelmente, passando o seu nome a ser objeto dos mais de
contrados, comentários, por parte da imprensa e do povo. (2)

---

(1) — "Foi nesse tempo que o chamavam lider taciturno e pr
mavam que êle não era orador. O conselheiro João Alfredo sacrifi
assim o seu natural amor próprio à necessidade de ganhar tempo e
cer a grande causa. Muitas vezes fez com que o presidente do Conse
sempre pronto a discutir, amando a tribuna, não tomasse a palavra
a restringisse em seus discursos.

— Se V. Ex. dizia, êle ao visconde do Rio Branco, com a sua r
tação feita de orador, não quer fazer este sacrifício, imagine qual
que eu faço, moço como sou, quase desconhecido e, constantemente
cado como incapaz de falar". — Eugênio Egas — *Galeria dos Preside
de São Paulo*. — São Paulo, 1925, vol. 1.º

(2) — No decurso de treze anos entre os meus dois primeiros M
térios e o último, de que fui organizador, governassem os meus c
ligionários ou os meus adversários, sempre se me atribuiu influê
política, e ninguem entretanto suspeitou-me de utilizar a minha pos
de Senador ou Conselheiro de Estado, ou o prestígio que me davam
ferências feitas a mim como futuro Presidente do Conselho, para au
a mínima vantagem pecuniária ou beneficiar ilicitamente parent

Em 1888 (10 de março a 7 de junho de 1889), em situação
litica já bem difícil, pois a propaganda republicana tornara a causa
ncedora, entregou-lhe o monarca a presidência do Conselho que
umulou com a pasta da Fazenda. Bom psicológo que era, teria
são de aproveitar esta oportunidade para concretizar os anseios
pulares. Assim é que fez constar de seu programa e realizou com
to a libertação dos escravos, com a Lei de 13 de maio. Na
mara, Nabuco dizia: "O Conselheiro João Alfredo mostrou com-
ender que o que faz o homem de Estado é a imaginação que pene-
no mais fundo do coração do povo e lhe adivinha o segredo de
, às vezes, êle mesmo não tem conciência." Fato é que a grande
icessão feita pelo trono quanto ao problema da escravatura não
efeceu a luta pela mudança das instituições e o conselheiro pre-
ndo os acontecimentos, propôs se organizasse um ministério de
, solicitando-se dos partidos trégua política. Não tendo consen-
do esta sua propositura, por duas vezes, pediu demissão ao mo-
ca que insistia para que êle enfrentasse a situação. "Travada a
a desigual e desproporcionada que desta sorte se tornou inevitável,
vencido pelo concurso de meios imprevistos, contra cujo em-
go eu era capaz de apostar a cabeça e que ainda hoje me parece
mau sonho." (3) Dando conta de sua gestão financeira, (4)
im a explica:

*O orçamento geral do Império, que me coube executar, tinha
o votado com "deficit" superior a vinte cum mil contos, e trazia
ja autorização para operações de crédito.*

*À vista disto e na previsão de dificuldades que poderiam se-
r-se à reforma que eu projetava, pouco depois realizada com a*

---

gos; nem se me acusou de me ter associado a pretenções dependentes
poderes públicos; nem se me notou nenhuma dessas práticas a que
deu odiosamente o nome de advocacia administrativa, e pelas quais
interposta pessoa seria fácil a um homem de minha situação obter
ros diretos ou indiretos do patronato que concedesse. Todos sabiam
eu vivia exclusivamente da minha pequena renda particular e dos
os públicos que exercia. João Alfredo — *Testamento* (escrito em
).

(3) — João Alfredo, — *idem.*

"Acossado pela oposição liberal, pelo partido republicano, improvi-
o orador diário para a defesa dos atos do seu Ministério. A tarefa
era fácil.

Os conservadores da velha guarda, Cotegipe à testa, uniram-se aos
rais e procuravam azucrinar o gabinete.

Cotegipe valia por uma legião de adversários sabendo tirar partido
circunstâncias mais frívolas na aparência e que qualquer outro des-
ria." — Escragnole Doria — *João Alfredo*, in *Jornal do Comércio*,
0-3-1919.

4) — João Alfredo, *ibidem.*

lei de 13 de maio, aproveitei a primeira ocasião favorável para ...ciar diretamente, em soma menor que a autorizada, um empré... externo, que foi considerado o melhor de todos.

Mas, afinal não precisei dele para pagar a avultada dívida ...tuante, a cuja consolidação era em grande parte destinado, e às ...pesas extraordinárias que me foram legadas; nem para novas ...pesas que as circunstâncias tornaram indispensáveis, como soc... públicos onde não houve fome e epidemia, e os primeiros au... dados à lavoura por intermédio de bancos antigos e respeit... aos quais o Govêrno forneceu sem juros metade do capital, que ... tinham de emprestar, por sua conta e risco, aos agricultor... 6 % ao ano, mediante hipoteca e penhor agrícola, ou simples... a crédito pessoal.

Passou, portanto, ao exercício de 1889 o produto do dito préstimo, aumentado com as sobras da receita de 1888, como ... monstrou o segundo ministro da Fazenda da República, no ... relatório, e assim ficou o Tesouro Nacional fartamente provid... meios para todas as necessidades daquele ano, sem recorrer a e... dientes de antecipação de renda, como não recorreu enquanto ... ministro, e sem precisar entrar no mercado de câmbio, porque ... a cautela de conservar em Londres ouro bastante para ocorrer ... pagamentos que se faziam fora do país.

Entretanto, nenhum ramo do serviço público foi prejudi... por mal entendida economia; pelo contrário, tiveram grande impu... entre outros, a imigração européia, a viação, o transporte rápi... cujas tarifas foram modificadas a bem da agricultura, a higiene... amparo e educação dos meninos desvalidos.

No tempo em que, segundo receios que alguns e em boa fé ... perimentaram e tristes vaticínios dos contrariados, deviam da... grandes perturbações de tôdas as espécies, principalmente econômi... e financeiras, o Império manteve-se em paz.

Abolida a escravidão, começou tranqüilamente o trabalho li... multiplicaram-se os imigrantes; se, no primeiro momento, a p... dução agrícola teve abalos e depressões locais, tornou-se logo m... festa a sua tendência para se desenvolver; cresceram as rendas ... blicas; o câmbio, antes oscilante no ponto em que se declarava ... o mais alto possível, e a que se teve a idéia de reduzir a taxa l... não só subiu ao par mais foi além, sem artifício ou intervenç... qualquer natureza; afluiu para os nossos mercados ouro estrang... a maior parte em moeda inglesa, êsse ouro circulava com difer... para menos do papel do Estado, então acima do nosso padrão mo... tário, e convergia para o Tesouro Nacional porque ninguem qu... recebê-lo pelo seu valor legal; tive necessidade de restabelecer ... clarar obrigatório o curso da libra esterlina, conforme a le...

...6; a Casa da Moeda, largos anos limitada a moedagem de cobre ...iquel, cunhava ouro e prata em quantidade que requereu a admis- ... de maior número de operários; enfim, o crédito do Brasil se ...ou à maior altura e tornou fáceis grandes operações como a con- ...são da dívida externa, de que eu tinha começado a tratar e que ...neu sucessor realizou.

Todos os fatos indicados podem ter sido só prevenientes de ...unstâncias felizes que se reunissem e cooperassem em favor da ...ha administração.

O conselheiro João Alfredo foi dos mais atacados e caluniados ...distas do segundo reinado. Negavam-lhe tudo, os adversários: ...estidade, inteligência e ilustração. Os fatos, entretanto, desmen- ...m tais conceitos, frutos do ódio partidário. O vigor de sua inte- ...ncia, sua enérgica fôrça de vontade, sua probidade e inteireza de ...ter prevaleceram sempre. Com a mudança do regime, afastou-se ...ntariamente de qualquer atividade política. A instância de ami- ... e influentes paredros republicanos, aceitou o lugar de diretor ... Banco do Brasil, no qual se manteve até dias antes de morrer. ...mbro honorário da então Academia e hoje Escola de Belas-Ar- ...; presidente do Liceu de Artes e Ofícios; possuia os graus de: ...aleiro da Ordem de Cristo; grã-cruz da Ordem da Corôa, da ...ia; idem, da Ordem da Águia Branca,. da Rússia; idem, da ...dem de Leopoldo, da Austria; idem, da Ordem de Cristo, de Por- ...al, e pertenceu tambem ao Instituto Histórico e Geográfico Bra- ...iro.

...BLIOGRAFIA

Discursos proferidos na Câmara dos Deputados em 1871.

Reforma eleitoral — Projeto apresentado à Câmara dos Deputados — Rio de Janeiro, 1873.

Regulamento do registo civil dos nascimentos, casamentos e obitos, expedidos com o decreto n. 5604, de 25 de abril de 1874 — Rio de Janeiro, 1875.

Discurso pronunciado na sessão do Senado de 7 de julho do 1879 — Rio de Janeiro, 1879.

Relatório apresentado à Assembléia legislativa da província de São Paulo — São Paulo, 1886.

Discursos parlamentares na sessão de 8 de junho de 1888, mandados publicar por Capitulino A. da Costa Aracajú, 1888.

CÂNDIDO LUIZ MARIA DE OLIVEIRA

20-7-1889 a 28-7-1889

Nasceu em Ouro-Preto, Província de Minas-Gerais, aos 6 de
ho de 1845 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 23 de agosto de 1919.
lho do tenente-coronel Cândido Teodoro de Oliveira e Luiza
ria Agostinha de Oliveira. Fez os cursos primário e secundário
cidade natal, sendo que, este último no Liceu Mineiro. A seguir
ndaram-no para São Paulo em cuja Faculdade de Direito se
ltorou em ciências jurídicas e sociais (1865). Quando acadêmico
tido como elemento dos mais destacados de sua classe. Redigiu
ornal *7 de Setembro* (orgão político), e escreveu diversas mono-
fias jurídicas as quais foram publicadas nas revistas *Ensaio
osófico Paulistano, Ateneu Paulistano, Culto à Ciência* e *Tri-
o as Letras*. Igualmente, presidiu e foi orador de associações
dêmicas que posteriormente o elegeram sócio benemérito. (1)
regresso a Ouro-Preto foi nomeado promotor público daquela
arca (1866) e procurador fiscal da Tesouraria de Fazenda
e, no ano seguinte, passou a juiz municipal da cidade de Cur-
onde esteve por quatro anos (até 1867). Solicitado pela
tica, abandonou a magistratura (1871) e foi sucessivamente
to presidente da Câmara Municipal de Curvelo, deputado pro-
cial (em quatro legislaturas) deputado geral (1878 a 1886), in-
ssando, por fim, no Senado (1886).

Na Câmara Geral, logo se fez notar pela coragem com que
ava no debate, pela firmeza com que revidava o ataque. Em
co tempo era, no parlamento, o lider do partido. Chefiando a
sição contra os gabinetes Saraiva (1885) e Cotegipe (1885-88),
nvolveu uma atuação que tornou ensustentavel a posição dos

---

(1) — Foi presidente e orador do Ateneu Paulistano, de Ensaio
sófico e de Culto à Ciência.

(2) — Por essa época era, alí, o correspondente do *Diário do Rio de
ro* e, nessa qualidade ,sempre mandava para a côrte notícias de
a-Gerais, principalmente dos atos governamentais de Saldanha Ma-
o, presidente da Província.

citados gabinetes. Aqueles chefes, que muito apreciavam as inegaveis qualidades reconheciam em Cândido de Oliveira inimigo temivel. Mas, onde mais a sua tenacidade tribunícia to relêvo foi na defesa do gabinete Dantas. "Aí se sobresaiu d modo excepcional. Contra êle convergiam todos os esforços da ção. Era, porém, um argumentador formidavel. Sem brilho de vras, sem elegância de porte, ou de expressão, era, entretanto, dito, conhecedor exímio de todos os ramos da administração, e se expunha sempre a todos os ataques e acudia em defesa do nete nos momentos mais tempestuosos dos debates parlamen Era incansavel. Conhecia todos os *trucs* de seus companheir parlamento; descobria-os com audácia e partidário decidido ap com inesgotavel facúndia todos os atos do seu partido, e assi na última década do Império, dos mais temíveis *debate* Câmara". (2)

Em 1884, foi pela primeira vez chamado para o govêr assumiu a pasta da Guerra (6 de junho de 1884 a 6 de mai 1885). Com o último gabinete do Império, voltou novamen ocupar um posto ministerial — a pasta da Justiça (7 de junho de novembro). Ainda, com o Ministério Ouro-Preto, admini interinamente, as pastas da Guerra e a da Fazenda.

Com a mudança de regime, afastou-se o conselheiro das a dades políticas e dedicou-se exclusivamente a advocacia e ao m cério superior. Austero e intransigente, não quiz aderir e e mesmo que, para o Brasil, a melhor forma de govêrno era a narquia constitucional. Entretanto, a República não lhe descon os méritos e quiz mesmo aproveitá-los por forma bastante d Com efeito, Afonso Pena, quando presidente da Nação escr expressiva carta convidando-o para ministro do Supremo Trib Federal; mas o conselheiro recusou o cargo.

Em 1891, tendo seguido para a Europa deportado pelo govêrno, abrigou-se em Portugal. Aqui, deu-se um fato bas significativo, e que lhe trouxe a simpatia de quantos souberam acontecimento.

"Conta-se que estando em Lisboa fôra assistir uma sess Tribunal de Juri como simples espectador, sem antes revelar o nome e as suas antigas posições,

Era julgado um processo em que o acusado se apresentara advogado e havendo o presidente do Tribunal nomeado, dentr presentes, vários causídicos, para defendê-lo, diante da recus todos, perguntara se não haveria no meio da assistência quem zesse encarregar do patrocínio da causa.

(3) — *Jornal do Comércio* — Rio, 24-8-1919.

Houve silêncio geral, que afinal foi interrompido por uma voz disse:

—Permitindo as leis portuguesas que um estrangeiros se in-ba da defesa e não havendo um nacional que a faça peço a pa-a."

Todos se voltaram curiosos.
O presidente, preso de curiosidade, indagou:
— Mas quem é V. Ex.?
A resposta foi pronta, repercutindo por todo o amplo salão.

Cândido Luiz Maria de Oliveira, ex-ministro da Justiça da ga monarquia do Brasil.

Houve um movimento de grande emoção e profunda simpatia. eclaração da ausência do juiz, seguiram-se entusiásticos aplausos eram ovações ao Brasil e Cândido de Oliveira, depois de ter, prazo que solicitou e obteve, examinado o processo, na oportu-de que lhe cabia a palavra, produziu magistral defesa que lhe u esplêndido triunfo." (4)

Em 1896, foi-lhe confiada o lugar de redator-chefe do jornal *erdade*, de orientação monárquica, onde tambem colaboravam os antigos adeptos do passado regime. Dando-se uma desinte-ncia entre aqueles e elementos republicanos exaltados, estes, jun-ente com um grupo de alunos da Escola Militar, incendiaram a ação daquele orgão, deixando o mesmo de circular, por ordem do êrno. Em face disso, isto é, de estar ameaçado mesmo de morte, onselheiro ocultou-se no interior de São-Paulo, por algum tempo. sada a agitação, voltou novamente as suas atividades de advo-o e professor. E foi na cátedra de Legislação Comparada e Prá-do Processo da Faculdade Livre de Direito onde mais brilhou eu espirito ilustrado e culto.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio respondente dos Institutos Históricos do Ceará e Minas-Gerais, conselheiro do imperador, possuia as comendas da Ordem da a e a grã-cruz da Ordem de Santana, da Rússia. Em 1910, orga-u os projetos do Código de Processo Civil e Criminal. Como nbro da Comissão Internacional de Jurisconsultos, organizou, em ntevideu, uma parte do Código de Direito Internacional Privado que fora encarregado a 5.ª Comissão.

(4) — José Bonifácio de Andrada e Silva — "Recordando tempos ", *Jornal do Comércio* — Rio, 23-5-1943.

BIBLIOGRAFIA

Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas s... de 3 de maio e 3 de junho de 1880. Rio de Janeiro, 1880.

Discursos proferidos durante a 18.ª legislatura na Câma... Deputados. Anos 1882, 1883, 1884 — Rio de de Janeiro, 1885.

Três discursos proferidos no Senado — Rio de Janeiro

Agravo comercial n. 762 — Rio de Janeiro, 1889.

Apelação comercial n. 340 — Rio de Janeiro, 1899.

O crime de conspiração — Defesa do conselheiro José B... Miranda Osorio — Rio de Janeiro, 1900.

Discurso proferido a 28 de dezembro de 1901 na Fac... de Direito do Rio de Janeiro, como paraninfo dos bachareis ... ano. — Rio de Janeiro, 1902.

Curso de legislação comparada sobre direito privado. Vo... 1.º — Rio de Janeiro, 1902.

Apelação ressisória n. 11 — Rio de Janeiro, 1903.

Curso de legislação comparada proferido na Faculdade L... de Direito da cidade do Rio de Janeiro pelo lente catedrátic... 4.ª cadeira — Rio de Janeiro, 1903.

Recurso extraordinário n. 401 — Rio de Janeiro, 1905.

Discurso proferido na colação de grau dos bachareis de ... como paraninfo — Rio de Janeiro, 1909.

Preleções de teoria do processo civil e comercial — Rio ... Janeiro, 1916-1918.

RUI BARBOSA

15-11-1889 a 21-1-1891

Nasceu na cidade do Salvador, Estado da Baía aos 5 de novembro de 1849 e faleceu em Petrópolis, no dia primeiro de março de 1923. Filho de João José Barbosa de Oliviera (1) e Ana Adélia Barbosa de Oliveira. Aos 4 anos iniciou-se nos estudos pelo método Castilho, então muito aconselhado pelos mestres. A propósito, seu professor referiu: "Apliquei o método Castilho de referência gramática, a um menino, filho do Dr. João Barbosa de Oliveira. Esse menino, de cinco anos de idade, é o maior talento que já vi, em mais de 30 anos de magistério. Em 15 dias aprendeu análise gramatical, a distinguir orações e a conjugar corretamente todos os verbos regulares." A seguir, matriculou-se no Colégio Abílio, dirigido pelo famoso educador, barão de Macaubas, (Abílio Cesar Borges). Aqui estudou preparatórios e escreveu os primeiros artigos, para um jornal literário do educandário e fez tambem o seu primeiro discurso, numa tertúlia organizada pela direção do estabelecimento. Ainda, naquele colégio, recebeu o prêmio máximo — medalha de ouro — pelo seu notável aproveitamento. (2) Estudou com as matérias com indisfarçável entusiasmo, servindo, muitas vezes, de explicador aos colegas. Para as matemáticas tinha particular predileção. Sempre que podia, durante toda a vida. estudava e resolvia problemas superiores daquela disciplina, embora isso não lhe impedisse a profissão de jurista. Já no fim da vida estava habilitado a compreender e interpretar qualquer grande matemático do mundo. Música, tambem conhecia, inclusive teoria. E' que, para animar sua mãi, Brites, passou a estudar 4 horas de piano por dia, durante muitos anos.

---

(1) — O Dr. João José Barbosa de Oliveira que era médico, dava-se com prazer ao cultivo das letras clássicas, das quais possuia bons conhecimentos. Membro do partido liberal, foi por várias vezes, deputado provincial e em duas legislaturas tomou assento na Câmara Geral. Foi, finalmente, diretor da Instrução Pública durante muitos anos.

(2) — Aqui teve como condiscípulo Castro Alves, que então se destacava na poesia.

Em 1864, ao ser encerrado o ano letivo, coube-lhe faz
oração de despedida. Esta com 15 primaveras e ansiava por en
o curso superior. Entretanto, não lhe era possível, por não te
gido a idade legal. Conta-nos êle próprio:

Estudante pertinaz e incansável, estava eu, em fins de 1
com atestados como o do engenheiro Silva Pereira, grande mate
tico, que me declarava capaz de "ensinar matemáticas element
aos meus 15 anos de idade, habilitado para a matrícula no R
e o frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, sábio filósofo daq
dias, que testificava achar-se o seu jovem discípulo em cond
de "ensinar filosofia racional e moral." Minguava-me somente
pontinho, um nada, uma coisita, que hoje será de rir. Era
darem-me um ano mais de idade. Mentirita, que, já naqueles
pos, entrava a ser coisa de nonada para outros. Já eu descon
pois, as minhas alegrias de matriculado, os meus orgulhos de
dêmico, quando uma palavra de meu pai me deitou água à ferv
"Não, meu filho", me disse êle. "Precisarias de certidão falsa e
hás de começar a vida por uma falsidade. Sou eu quem perco.
ficarás aí, ganhando no teu alemão mais um ano, até fazeres o
anos da lei." Perdi, com isso, um no de adiantamento nos inter
materiais de minha carreira. Mas, moralmente, ganhei o valo
tôda uma vida, com o profundo sentimento da verdade, que a
me gravou nalma a voz severa de meu pai. O menino a ouviu
espanto; o adulto guardou-a com reverência; o velho ainda a s
com altivez e amor, como coisa cada vez mais sagrada."

Afinal, em 1866, seguia para o Recife, onde se matriculou
Faculdade de Direito. Não lhe foi difícil ambientar-se, pois, alí
diam vários parentes seus (tios e primos). Entretanto, o mesmo
se deu em relação aos estudos. Com efeito, sem muita razão,
beu, em uma matéria uma nota em desacordo com os conhecime
que possuia da mesma. (3) Desgostoso com êsse fato e
anuência de seu pai, transferiu-se para São-Paulo, onde chegou
1868 (4). Nessa época cursavam a faculdade paulistana, entre
tros: Afonso Pena, Rio-Branco, Rodrigues Alves e Joaquim
buco. Naquele mesmo ano ingressou na imprensa colaborando
jornais: *Ipiranga, Independência* e *Imprensa Acadêmica*. Tendo

(3) — Não se simpatizavam, êle e o professor Vasconcelo
Drummond. Sem muita explicação o lente deu-lhe uma nota *simpl*
que profundamente o desgostou.

(4) — Saldanha Marinho, liberal e amigo íntimo do pai de
governava São-Paulo. Recebeu-o amavelmente e o hospedou por
dias no palácio presidencial.

é Bonifácio homenageado com um banquete, coube-lhe fazer iscurso de saudação. Foi essa a sua primeira oração política. Daí diante, a sua colaboração passa a ser efetiva, nas grande lutas nacionalidade. Funda, em companhia de outros, o *Radical Pau-no* (1869) e inicia a campanha pró-libertação dos escravos. Na onaria, no Clube Radical e na tribuna pública o seu verbo caus- severamente o govêrno que mantem nódoa tão negra. Dando-se bem às musas, por êsse tempo faz versos e poesias. Terminado rso jurídico (1870), regressou à Baía. Por motivo de doença, pôde logo se iniciar na advocacia. Mas, logo que melhorou 72), foi convidado e aceitou trabalhar no escritório do conse- o Sousa Dantas e reencentou sua atividade jornalística na re- o do *Diário da Baía,* orgão do partido liberal. Novamente agra- se-lhe os padecimentos e êle se viu obrigado a repouso absoluto. onselho médico, foi para França, afim de consultar especialista. ois de uma estada de 4 meses na Europa, e sem resultados, nou ao Brasil e, aquí mesmo, descobriram-lhe a origem de seus s. Estava com 24 anos e já agora retornava à luta, com mais to e com maiores responsabilidades. (5) Com a partida do con- iro Sousa Dantas para a Côrte, assumiu a direção do *Diário da* e iniciou vibrantes campanhas em favor da liberdade religiosa, ufrágio direto e contra a conscrição. Novamente, voltam-lhe lestar-lhe outros padecimentos (febres intermitentes) e, mesmo u, êle se mantem ativo. Em 1876, realizou uma conferência con- díssima sôbre o tema — A Igreja e o Estado, e contraiu nú- . No ano seguinte, marca-lhe as atividades o discurso de sau- o feito ao general Ozório, em nome do partido liberal e a tra- o do livro — *O Papa e o Concílio,* para o qual escreveu notavel

---

(5) — Em carta ao seu primo Albino, contava: "A minha vida é m labor e agonia muito acima das minhas fôrças, não morais, mas s. O meu emprêgo na Misericórdia, a advocacia, para mim aquí lhosíssima, bem que quase estéril, e a imprensa política, de que impossível separar-me, constituem três séries de deveres, cada uma quais seria suficiente para ocupar um homem são, e que, entretanto, me forçado a reunir em mim só. Demais a inopinada morte de Pai deixou-me de família, e sobrecarregado com uma dívida, supe- a doze contos de réis, quase tôda em letras bancárias, além de obrigações pecuniárias muito graves. Tenho letras em todos os s do ano, duas em cada dentre oito, e três nos restantes. Os meus mentos da Santa Casa (Rs. 2:000$000) não me chegam nem para ortização dêsses débitos, quanto mais, que excede a outro tanto ela quantia. A advocacia, nesta província, *mendiga*, e dia para dia e desanimadoramente... — Vejo-me, portanto, continuamente nos res apuros; e, si deles me tenho saído, sabe Deus a custa de quanta de uma vida que, neste ano só, se tem esgotado como em dez."

prefácio. Conseguindo ser eleito para a Assembléia Provinci
1877, no ano seguinte o partido o elegia para a Assembléia
Inicia-se, então, definitivamente, a sua vida política. Na
alguns amigos já haviam falado a respeito da sapicência do
deputado. Os seus primeiros discursos foram bem recebidos.
tanto, não produziram, qualquer sensação. Defendeu os direit
um adversário político (João Mendes) e deu resposta a S
Martins, que atacara o gabinete. A consagração inicial ve
1879, quando discutiu com José Bonifácio. Êste, que fôra seu
tre na Faculdade de Direito de São Paulo, era parlamentar e
mentado e tinha atrás de si o peso do nome ilustre. Mas Ru
rcusou a contenda e desnorteou o ex-mestre. Com efeito, a
minar um discurso rebatendo José Bonifácio, obteve do plen
das galerias, fortes palmas. Iniciando sua réplica, diz José Boni

*As palavras do nobre deputado acabam de receber o maio
castigos nas palmas com que foram acolhidas.*

Sereno e desconcertante, exclamou Rui:

Palavras de Montalembert, em 1848, *respondendo, na C
dos Pares, a uma interpelação de Victor Hugo.*

Nas legislatura 1878-84, muito trabalhou. Redigiu a re
eleitoral que tomou o nome de *Lei Saraiva,* escreveu a Reform
Ensino Secundário e Superior, a Reforma do Ensino Prit
afora inúmeros pareceres que proferiu. Extra-camara, tan
foram intensos os seus trabalhos, principalmente na imprens
passou a contar com sua preciosa colaboração. Em 1885, não c
guiu se eleger, embora tentasse com algum interesse a cadei
deputado. Os seus afazeres, como sempre, eram muitos. A advo
a luta pela Abolição e a colaboração diária na imprensa tomava
o tempo todo. Aceitando a direção do *Diário de Notícias,* red
a campanha pela federação. Nesta altura os republicanos viam
entusiasmo as idéias do grande brasileiro e almejavam-lhe a e
nas fileiras do partido. Êle, entretanto, ainda não se dicidira
nova fórma política.

*Sinceramente monarquista era eu, nesse tempo. Não por
tir preexcelências formais dêsse ao outro sistema de govêrn
mas porque a monarquia parlamentar, lealmente observada, e
em si tôdas as virtudes preconizadas, sem o grande mal da
blica, seu rival inevitável. — "...Queria eu republicanizar a m
quia, para a conservar, isto é, requeria que ela entrasse nos

ldes constitucionais, deixando com sinceridade o govêrno ao povo ao parlamento. Republicanizar, digo; porque não há monarquia npatível com a liberdade, si não for essencialmente republicana. Ora, eis aí como, trabalhando pela salubridade, pela cura e con-uintemente, pela prolongação dos dias do outro regime, me vi unciar de seu arqui-inimigo, de seu jurado subversor, do mais ranhado, maligno e perigoso dos republicanos. — E' assim que, ublicano sob o império, por querer a monarquia constitucional, ia eu de vir a ser taxado, com a mesma lógica e justiça, de mo-quista, na república, por não aduitir a república sinão dentro Constituição."

Com o advento do novo regime, convidaram-no para ministro Fazenda e, interinamente, da Justiça. A par disso, o marechal doro nomeou-o vice-chefe do Estado. Com esse último posto, concordou Rui. (6) Ministro das finanças, não se limitariam suas atividades à gestão dessa pasta. Sendo, como foi, o cérebro govêrno provisório, cabia-lhe a iniciativa ou a anuência a qual-r projeto de maior monta.

A implantação do novo regime teria de repercutir, como acon-u, em todos os setores da atividade nacional. Desarticulara-se, poucos, a estrutura monárquica e nisso foi decisivo o mal-estar nômico produzido pela emancipação dos escravos. A revolução nfante, como outro qualquer movimento armado vitorioso, pri-ramente, cuidaria de reformar as bases políticas da Nação, pois fôra o seu motivo primarcial. Entretanto, isso não se processa-sem muita grita... inconsciente e premeditada. A propósito, ocasião de dizer ao parlamento:

E, como as finanças são o nervo do Estado, é no terreno das nças que, desde os primeiros meses da República, se abriu con-nós o fogo da reação (Apoiados). Corpo informe, aspiração nfessável, acertou ela na fortuna de penetrar, sob as suas formas adas, no seio de muitas convicções republicanas, e explorar ilmente, nas maiorias irreflexiveis, êsse fermento de desordem,

(6) — "Corrí a S. Ex., expús-lhe as consequências desastrosas do passo, declarei-lhe peremptoriamente que, pela minha parte, não taria a sucessão; que outros provavelmente tambem não a assu-iam; que S. Ex., enfim, tinha, para com a revolução, compromissos, quais não lhe era lícito divorciar-se; e, após uma conferência de s de uma hora, tive a alegria de ver tornar à razão aquela alma pre íntimamente inclinada ao bem. Restituí então à S. Ex. a sua siva, e tão impenetrável segredo tecí em volta dêsse incidente, que o próprio ministério o vislumbrou."

esse gênio de oposição, essa índole de combate, essa superficial nos juizos, essa facilidade nas sentenças, essa leviandade na i tação do mal, em que o cativeiro civil e o cativeiro político educ o temperamento da nossa nacionalidade.

Durante tôda a sua gestão, os inimigos seus e do regime, r reram à calúnia, à traição e outras torpesas que, comun afloram depois de certos movimentos, para indispô-lo com a op pública e os poderes recém-instituidos. E como êle houvesse neado um plano financeiro, passaram os reacionários a ataca ministro e sua obra, alegando, entre outras, a baixa do câm Fazê-lo subir todos estavam bem cientes de que era impossível, vários motivos. No tempo de paz em que vivera o Império, n conseguiram titulares competentes e com boa messe de recur Estabilizá-lo, não rijamente, porque isso nunca se verificou forma continuada na história financeira do Brasil, senão em riodos intermitentes, talvez Rui pudesse conseguir. (7) Entret

(7) — A propósito, quando da defesa de sua administração, organizou a seguinte tabela oscilatória do câmbio:

"Em 1857 a média anual varia de 23 1/2 a 28; em 1858 de 27; em 1859 de 23 1/4 a 27; em 1860, de 24 1/3 a 27 1/4; em de 24 1/2 a 26 3/4; em 1862, de 24 3/4 a 27 3/4; em 1863, de 2 a 27 1/8; em 1864, de 25 1/2 a 27 3/4; em 1865, de 22 3/8 a 27 em 1866, de 22 a 26; em 1867, de 19 3/8 a 24 3/4; em 1868, de 20; em 1869, de 18 a 20; em 1870, de 19 3/4 a 24 3/8; em 187 21 7/8 a 25 7/8; 1872, de 24 1/2 a 26 3/8; em 1873, de 25 1/8 a 27 em 1874, de 27 3/4 a 26 3/4.

Em 1875 (tomando a média quinzenal) o câmbio subiu a 27 a durante 6 meses e meio.

Em 1876 manteve-se a 26 durante os dois primeiros meses, fix em 25 nos cinco seguintes, baixou a 24 em setembro e outubro, des ainda a 23 neste último mês, e voltando a 25 nos últimos 45 dias do

Em 1877 equilibrou-se em 24 durante oito meses e meio, interca mente, subindo, em julho, outubro e novembro, a 25, e descendo, três quinzenas, em abril e maio, a 23.

Em 1878, conserva-se, de janeiro à primeira quinzena de maio 24, desde logo a 23, onde fica até o fim de outubro, baixando ent 22, até 15 de novembro e daí em diante a 21.

Em 21 continua nos dois primeiros meses de 1879; cai a 2 março a abril; a 19, de maio a julho, para oscilar entre 20 e 2 julho a dezembro.

Em 1880 míngua de 23 a 20 nos cinco primeiros meses, flutu entre 21, 22 e 23, de meiados de maio a fins de dezembro.

Em 1881 apenas no mês de agosto ascende a 33, contando-se rante seis meses, a 22 e a 21 durante cinco.

Sustenta-se a 21 em todo o ano de 1882, exceto na última quin de janeiro e nos dois meses subseqüentes, durante os quais perma em 20.

o somente se concretizaria depois de serenados os ânimos exalta-
s pela contra-propaganda e possibilitado um reajustamento nas
idas externas e interna, que sangravam a economia do país.

Não assim pensavam e agiam inimigos pouco escrupulosos e
igos de pouca convicção. A verdade é que êle jamais se envaide-
do cargo e nada menos de nove vezes, solicitou a sua exonera-
: "a primeira, logo após os decretos de 17 de janeiro de 1890,
re bancos de emissões; a segunda, a 27 desse mesmo mês; a ter-
ra, a 6 de março; depois, a 14 de maio; em seguida, a 5 de agosto,
carta que a intervenção de Glicério obriga Rui a retirar; a 15
se mesmo mês, por causa da nomeação do tesoureiro da alfân-
ga de Alagoas; a 11 de novembro, por motivo da revogação dos
ores concedidos a uma companhia; a 16 de dezembro, em vir-
le do incidente da Quinta do Cajú; finalmente, a 17 de janeiro
1891, por fôrça da questão do porto das Tôrres, demitindo-se
bem, no dia 20, todo o ministério." (8) No Senado, para o qual
a eleito quando ministro do Govêrno Provisório, teve então,
êjo de explicar, por miudo, os seus atos na pasta da Fazenda.
1892 (20 de janeiro) data em que resignou o mandato, justi-
u cabalmente tudo quanto realizou naquele ministério. Reeleito
1893, iniciou, na câmara alta e nas colunas do *Jornal do Brasil*,
ual passou a dirigir, a oposição contra o Marechal de Ferro.
ido-se a revolta da esquadra, chefiada por Custódio de Melo,

No decurso de 1883 esteve sempre em 21. Em 1884 desceu gradual-
te de 21 a 19, continuando a declinar constantemente em 1885, de
em janeiro, a 17, em novembro, para subir em dezembro, a 18.
Em 1886 elevou-se de 17 a 21. Em 1887 fixou-se na média de 22;
endo, em março e abril, a 21, e subindo, em dezembro, a 23.
De janeiro a setembro de 1888 subiu de 24 a 26, elevando-se, em
ubro, acima de 27, taxa em que se manteve até abril de 1889;
ando, de maio a junho, entre essa e a de 26, para reascender, em
o, a 27, mantendo-se acima desse nível até novembro, e descendo
dezembro, a 25, 26/32.
Assim (como por essas médias quinzenais e mensais acaba a câmara
ver) de janeiro de 1876 a outubro de 1888, isto é, durante 13 anos,
âmbio manteve-se sempre abaixo de 27, atingindo essa taxa apenas
ageiramente em 1858, 1859, 1860, 1862, 1863, 1864, 1865, em seis
es e meio no ano de 1875, nos últimos três de 1888, e, em 1889, de
iro a abril, assim como de julho a novembro.
Tomado o período de 1875 a 1889 (15 anos); temos o câmbio abaixo
27 duarnte 10 meses, abaixo de 26 durante 10, abaixo de 25 durante
abaixo de 24 durante 21, abaixo de 23 durante 24 meses e meio,
ixo de 22 durante 42 meses, abaixo de 21 durante 9, abaixo de 20
ante 12, abaixo de 19 durante 10, abaixo de 18 durante 3 meses."

(8) — Fernando Neri, RUI BARBOSA (Ensáio bio-bibliográfico),
, 1932, ps. 62/63.

por precaução, retirou-se do país, para Buenos Aires (9). Saud dos seus, regressou ao Brasil e, apenas, trocou de condução, ret nando àquela capital platina. Seis meses decorridos, tomou o ru da Europa. Desembarcando em Portugal, permaneceu somente mês em Lisboa. (10) Seguiu para França de onde se passou à glaterra. Na velha Albion, onde se sentiu — "tão humilde de brasileiro e tão soberbo de ser homem" — escreveu as célel *Cartas da Inglaterra*. (11) Aquí, ainda, embora não tivesse exerc efetivamente a sua profissão de advogado, foi, por várias ve consultado, tendo ocasião de proferir alguns pareceres.

Em junho de 1895, regressou ao Brasil e foi recebido grande manifestação popular. Defensor dos oprimidos, aceitou patrocínio da causa dos implicados nas últimas revoluções. F chista da Constituição, bate-se vigorosamente pela sua observânc Novamente candidato ao Senado, obtem vitória consagradora. (Naquela côrte a sua voz continua serena e impávida, bradando c tra a tirania, contra o esbulho. Funda o jornal *A Imprensa* e in a campanha revisionista. Anteriormente, tinham se dados os pa iniciais para a elaboração po Código Civil. Chegando êste ao Sen coube-lhe a presidência da comissão incumbida de examinar e opi sobre o ante-projeto. (13) Não lhe foi possível desincumbi como desejava, de tão espinhosa missão. Considerou o seu not trabalho, *"circunscrevendo-se, em geral, à linguagem do texto metido ao corpo legislativo, era, meramente, um trabalho de meira intenção," trabalho de urgência, provisório e condicional, bordinado à revisão ulterior, ao estudo cabal do projeto na sua s tância, e, ainda, com maduro exame, na sua forma, estudo e re que me não coube a mim ensêjo de fazer."*

---

(9) — "Nenhuma participação direta nem indireta me cabe na revolução. O emigrado não é, por conseguinte, o revolucionário, é o nalista, o senador, o advogado, cuja atitude na imprensa, no parlam nos tribunais, em defesa dos perseguidos políticos, os livrara dos ques do govêrno dominante."

(10) — Aquí, tendo defendido, desassombradamente, o direito oficiais brasileiros que procuraram abrigo em território portugu governo luso convidou-o a deixar aquele país.

(11) — A convite do diretor do *Jornal do Comércio*, do Rio, escr uma série de cartas. A primeira foi sôbre o célebre *caso Dreyfus*. re-se que aquele oficial, certa vez dissera que fôra a voz de Rui Ba a primeira que se levantara no mundo em seu favor.

(12) — A má vontade governamental não o desejava no Se Mas o eleitorado baiano revidou a afronta dando-lhe 90.000 votos quanto o seu adversário (Cesar Zama), apenas conseguiu 10.000.

(13) — Por essa ocasião nasceu a célebre polêmica na qual entr Rui, Carneiro Ribeiro, Clovis Bevilaqua e outros.

Sobrevindo a *questão do Acre,* o barão do Rio-Branco, minis-
do Exterior, convidou-o para representar os interesses do
il. Aceitou êle a honrosa incumbência; entretanto, por discor-
forma pela qual se intentari asolucionar o problema, exone-
se da missão. Dando-se, em 1901, a revolta da Escola Militar,
unciou-se contra a mesma, mas, no Senado, patrocina um pro-
de anistia para os seus implicados.

Em 1905, tendo sido levantada a sua candidatura à presidência
República, em substituição a Rodrigues Alves, solicitou, incontí-
i, que os amigos desistissem de tal idéia.

Afinal, com a missão em Haia, veio-lhe a consagração defini-
Convidado para representar o Brasil naquele importante cer-
internacional, Rui, hesitou, a princípio e, somente depois de
tir por mais de um mês, decidiu-se a aceitar tão espinhoso
rgo. (14) A sua chegada à capital Holandesa não causou
uma surpresa, pois, não tínhamos maior projeção. Entretanto,
ssimismo de que se apossara o erudito chefe da delegação brasi-
foi-se dissipando ràpidamente. Cedo, por indicação da dele-
o russa foi nomeado presidente honorário de uma importante
ssão, fato que logo despertou atenção em torno de sua persona-
e. Stead, que foi circunstante à memorável assembléia na qua-
e de redator do *Courrier de la Conférence* dá-nos êste tópico,
peito de Rui:

"Entre os membros da Conferência não tardou muito que se
nescessem as dúvidas sôbre a qualidade e o calibre do repre-
nte do Brasil. Desde as primeiras assentadas, tomou parte o
Barbosa em todos os relevantes debates, com uma compostura,
uma calma e uma imperturbabilidade, que, a princípio, o tor-
n objeto de zombaria e, ao depois, de desgosto. Tinham vindo
ntir que o Dr. Barbosa era um combatente de primeira ordem
fôrça nunca se mostrava mais eficaz de que na investida.
ais de um dos que o saltearam, deu êle a experimentar de tal
o êsse predicado, que nunca mais se animaram a tocar-lhe.
il é imaginar contraste maior do que o que se deu, entre a

---

(14) — A propósito, escreveu: "Anuira às instâncias prementes que
riam. Mas não me convencera de que reunisse em mim as condições
árias ao desempenho de uma comissão tão espinhosa. Tremia ao
de não corresponder à confiança e à espectativa, que a eleição do
nome exprimia, e debaixo dessa impressão embarquei, impres-
do, pela minha tristeza, a quantos me cercavam na despedida.
ixo dela me aproximei de Haia. Debaixo dela encarei as primeiras
uldades, em que alí me vi, até me familiarizar com o meu posto, e
aclarado o meu horizonte com as primeiras mostras de felicidade
s trabalhos."

semana inicial e a derradeira semana da Conferência, na op geral a respeito do Dr. Barbosa. A princípio se dizia, que a C rência nunca aturaria o Dr. Barbosa. Mas daí a pouco já se ac mara a conferência a suportar o Dr. Barbosa, e não tardou n que nele reconhecesse uma das mais poderosas entidades da assembléia."

Ainda são do autor anteriormente citado, as seguintes vras:

"As duas maiores fôrças pessoais da Conferência fora barão Marshall, da Alemanha, e o Dr. Barbosa, do Brasil. Atrá barão Marshall, porém, se erguia todo o poder militar do im germânico, alí bem à mão e presente, de contínuo, aos olhos de t os delegados. Trás o Dr. Barbosa esava apenas uma longínqua pública desconhecida, com um exército incapaz de qualquer mento militar e uma esquadra ainda por existir. Todavia, ao ac da conferência, o Dr. Barbosa pesava mais (countede for m do que o barão Marshall. Maior triunfo pessoal, na recente co rência, nenhum dos seus membros o obteve; e tanto mais not foi, quanto o alcançou ele por si só, sem nenhum auxílio estra Aliados não tinha o Dr. Barbosa; tinha muitos rivais, muitos in gos e, contudo, vingou àquele cimo. Foi um imenso triunfo pe que redundou em crédito para o Brasil."

Cabendo-lhe relatar os mais variados assuntos, mais de t vezes foi a sua palavra ouvida nas várias secções em que se r ficara a Conferência e, de tudo que o cometeram saiu-se com lhantismo. Ninguem o excedeu na correção da linguagem, na s rança do conceito, no desejo de acertar. De regresso ao B (1908), foi eleito vice-presidente do Senado e prosseguiu na jornada gloriosa na tribuna e no parlamento. A pedido da Acad Brasileira de Letras, escreveu o necrológio de Machado de Assis discurso de recepção a Anatole France, naquela ilustre corpora

Antes do término de seu govêrno (fins de 1908) o presid Afonso Pena resolveu auscultar os chefes políticos, a respeito seu futuro sucessor na curul presideidencial. Afirmam que o c da Nação tinha um candidato. Essa ingerência do executivo assunto que não era de sua alçada produziu forte reação. Convi logo nos primeiros momentos, Rui somente aceitou a indicação seu nome depois de numerosos apêlos dos amigos. Iniciou, e a *campanha civilista,* da qual saiu derrotado pela fraude, pelo borno, pela corrupção. No Senado, assume novamente o seu p de defensor intimorato das instituições democráticas. Dando-s revolta chefiada pelo marinheiro João Candido, põe-se ao lado Govêrno, mas desaprova o estado de sítio decretado. Revoltand o corpo de fuzileiros navais contra os castigos corporais que

infligidos, foram os amotinados encarcerados em prisões pre-
das para os asfixiar e uma parte restante embarcada e fuzilada.
Rui quem protesta desassombradamente contra mais essa tirania,
tras, na tribuna parlamentar e pelas colunas do *Diário de Notí-*
Em 1913, voltaram os civilistas indicar o seu nome para o que-
io posterior (1914-18). Êle, entretanto, em face da gravidade
ituação, desistiu, dirigindo um notável manifesto à Nação. (15)
outra missão, no exterior, o faria ajuntar novas glórias as
as que já possuia. Celebrando a República Argentina, em 1916,
ntenário do Congresso de Tucuman, convidou especialmente a
para o mesmo. Foi então que êle pronunciou a célebre confe-
ia — *Dever dos neutros* —, na Faculdade de Direito de Buenos
s. Foi o primeiro brado na América contra a selvageria ger-
cia e a repercussão dessa notável peça foi mundial. Transcrita
ralmente nos anais do parlamento francês, teve, naquele país,
s edições esgotadas e foi traduzida para outros idiomas (inclu-
o árabe). Proclamado o armistício, tudo indicava fôsse êle o
ado brasileiro no Congresso da Paz. Rodrigues Alves, presi-

---

(15) — Nessa peça justificava: "Quando a Convenção de 26 de julho
nou os nossos dois nomes como centro de associação de todos os
ços liberais pela volta do país à normalidade constitucional, tôda
via que as circunstâncias eram de suma gravidade. Mas ninguem
inava chegassem a ser o que revelaram esta semana com as decla-
s oficiais confidenciadas, na Câmara dos Deputados, à comissão
finanças, e com as confianças de toda ordem arrancadas pelo deses-
ao ministério, seus amigos, seus orgãos parlamentares — O Tesouro
onal, exausto e raspado até o fundo, se mantem, dia por dia, das
alhas de uma arrecadação decrescente, de expedientes humilhantes e,
de indelicadezas criminosas. Quando, na reunião secreta de 19 deste
se expôs à comissão de Finanças o íntimo das nossas desgraças,
izendo-se-lhe que ou o Congresso outorgava a faculdade para o em-
imo solicitado pelo govêrno, *ou êste teria de bater moeda.* Ora, êsse
estimo, de 10 ou 11 milhões de esterlinos, não dando ao govêrno
150 mil contos, estaria longe, siquer, de o habilitar, para ocorrer
compromissos, de urgência imediata por êle confessados, que, de
si, sós, montam, a 220 mil contos. De 1909 a esta parte, a dívida
ada, interna, da União, cresceu *um milhão e onze mil contos* —
o esta a situação real do país, inteiramente diversa da que tinha
os olhos a grande Convenção Nacional de 26 de julho, já não pode-
os aceitar uma candidatura à presidencia da República, sinão por
movimento geral de opinião pública do país, que nos impusesse, como
r irrecusável, um sacrifício mais penoso, em circunstâncias tão
ivas, do que talvez, o da própria vida. De outro modo só proce-
o os que não tiverem conciência, ou os que do seu valor pessoal a
am, no grau da presunção e da vaidade. Não estando nós, nem num
no outro caso, não podemos, não devemos concorrer, em uma elei-
disputada à liquidação de um govêrno falido, às responsabilidades,
s invencíveis, de uma administração em bancarrota fraudulenta."

dente eleito da República, convidou-o, especialmente. "Mas a
veja, a ambição, a maldade, outra vez e sempre de mãos da
entraram a conspirar contra Rui, afim de burlar a vontade do
sidente e, impatrioticamente, furtar ao Brasil a glória de ter,
quele congresso um dos mais preeminentes lugares na pessoa do
embaixador. Quem sabe si não seriam outras as condições do
tado de Versalhes, si Rui alí houvesse comparecido?" (16)
razão particular, declinou do honroso convite e escreveu ao
sidente expondo os seus motivos. (17) Em 1919, celebrou-se,
grande pompa, o seu cinqüentenário de apostolado cívico. E
mentes, os amigos levantaram outra vez a sua candidatura à pr
dência da República (1919). Acudindo contra a vontade a t
êsse apêlo, teve que improvisar afanosa campanha política. C
êle próprio sabia e dissera, não havia tempo para coordenar e
entemente o eleitorado. E, assim, mais uma vez não lhe foi pos
alcançar o posto máximo. Em 1919, convidou-o o presidente Ep

(16) — Fernando Neri, op. citã p. 157.

(17) — "Meu coração, pois, e meu espírito, se dilatariam de
tentamento em contribuir de qualquer modo, embora modestíssimo,
a construção da paz, que vai por têrmo à calamidade, e coroar o h
ismo sobrenatural da resistência que a contęve. Confesso mesmo ter
sorrido, fugazmente, a esperança de ser em mim que recaisse a indica
de falar pelo Brasil na grande assembléia ecumênica dos legisladores
código das nações — Mais árdua e espinhosa é esta embaixada qu
de Haia. Sendo assim, para lhe dar cumprimento, necessitaria eu de
por seguro, no ilustre ministro de hoje (Domício da Gama), o me
calor de simpatía, uma cooperação do mesmo fervor, o mesmo e
siasmo, digamos assim, que encontrei no grande ministro daquele ter
Mas o barão do Rio-Branco não pretendera a missão de Haia. A m
escolha não lhe contrariava aspiração alguma. O emissário de um
vêrno, em comissões de tão extraordinária monta e tão singular
cadeza, há de ter as costas bem guardadas, si não quiser viver inqu
e, para tal, não vale muito contar com o chefe do Estado, em não
tando com a máquina administrativa, elemento sôbre todos sutil e p
roso. que estava nas mãos dos ministros. Não meço a minha dedic
ao meu país; mas, por isso mesmo não me arrisco a serví-lo mal per
o estrangeiro. V. Ex. há de reconhecer que eu, em derradeira aná
não recuso um convite, mas, antes, uma aparência de convite. Por
em verdade, convite não haverá, quando, entre a vontade leal de q
o faz e os bons desejos de quem o recebe, se metem de permeio im
sibilidades a que o convidante e o convidado são alheios, mas
nem um nem outro podem vencer. — Sacrifício não o pode haver m
do que o a que, neste momento, me sujeito, com tanta mágua, não
resistindo à vontade instante do chefe do Estado, à das câmaras l
lativas e, parece que, em geral, à Nação, mas tambem furtando-me
para onde me levaria o coração, para onde me apontou muitas vez
esperança, para onde, algum dia sonhei ir acabar, em Versalhes, o
encetará em Haia, e prosseguira em Buenos Aires."

Pessoa para representar o Brasil na Liga das Nações. Aceitou nvite, mas chamado para intervir na política baiana e desconsi- do pelo poder central, não quís ser seu mandarário naquela as- léia. Desiludido da política, renunciou à cadeira de Senador. leitorado baiano, entretanto, não lhe aceitou essa recusa e o geu e os amigos obrigaram-no a aceitar um mandato que legi- mente lhe pertencia. (18) Indicado para representar o Brasil Côrte de Arbitramento de Haia, instituição criada pela Liga das es, foi apontado o seu nome pelo Brasil, como seu delegado. lizmente, não lhe foi possível aceitar mais êsse posto interna- l que lhe vinha às mãos. (19) Verdadeiro chefe e mentor po- , os seus correligionários, na Baía e no Brasil, ouviam e aca- m com devotamento as suas indicações. Já nos últimos momen- le sua vida ainda reage contra a intromissão que pretendia o r central na política de sua terra.

Homem de vida absolutamente disciplinada, não fumou nem . Afável e atencioso sem demasias, trajava-se bem, porém, luxo. Falava e escrevia corretamente: francês, italiano e inglês; zia facilmente: espanhol, alemão, latim e grego.

Com a sua morte, o Govêrno Federal decretou luto oficial por dias e, posteriormente, fez adquirir a sua casa e biblioteca e as formou em museu público. Foi tambem ordenada a reedição das as suas obras, o que já se iniciou.

LOGRAFIA (*)

I

1 — *Ao dia 2 de julho* — soneto — Recitado no Colégio Abilio, em sessão escolar comemorativa da data nacional da Baía — 1865. Em "Rui estudante", conferência de Batista Pereira.

2 — *Discurso no Colégio Abilio*, em nome dos alunos, que completaram o curso de preparatórios — Baía, 26 de novembro de 1865.

---

18) — No Senado, em belíssima peça onde expõe as razões e aceita o mandato, termina: "Já não quero, pois, saber si acerto, sacerto; obedeço. E' um ato de obediência, em que abdico da minha ade, para me submeter à exigência do meu Estado natal e à impo- da nossa grande pátria comum."

19) — Eleito pelo conselho executivo e pela assembléia da Liga das es, obteve o coeficiente máximo — 38 votos; enquanto o represen- francês alcançou 30 e o inglês 29. Motivos supervenientes, entre- , impediram de que êle pudesse comparecer a tão significativa bléia.

*) — V. Artur Mota. Rev. da Acad. Bras. de Letras, n. 80, agosto de e Batista Pereira, Catálogo das obras de Rui Barbosa, Rio, 1929.

No *Diário da Baia*, 10 de dezembro de 1865.

Na *Revista de Lingua Portuguêsa*, numeros 43 e 50.

3 — *Surge* — 32 quadras — Recife, 30 de março de

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

4 — *A X...* — poesia — 1866 (?)

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

5 — *Sim* — 4 *sextilhas* — 1866 (?)

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

6 — *A minha noiva* — 2 estanças redondilhas.

Em "O Tempo", edição especial, 1924.

7 — *Saudade* — 6 sextilhas — 1866 (?)

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

8 — *Pensei, pensei morrer* — 6 sextilhas — 1868 (?)

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

9 — *Estrela do harem*, de Thomas Moore — traduç 1868 (?)

Em "Rui estudante", pag. 49.

10 — (*Libelo contar o trono*) — alexandrinos — 1868

Em "Rui estudante", paginas 49-50.

11 — *Dois de Julho* — poesia — S. Paulo, 1-7-1863 — Rec pelo autor em S. Paulo. Em 3 partes: 7 sextilhas alexand 6 oitavas, redondilhas, 6 oitavas hexasílabas.

Em "O Ipiranga", S. Paulo, 3-7-1868.

No *Diário de Noticias*, Baía, 17-6-1908.

Em *Revista de Lingua Portuguêsa*, n. 43 (1926).

12 — *A Humanidade* — *poesia* — alexandrinos.

Recitada pela primeira vez no "Ateneu Páulistano", na s magna de 22 de julho de 1868.

Em *A Independência* (S. Paulo), n. 9, em 9 de agosto de

Na *Revista do Centro de Ciências, Letra e Artes*, Camp n. 42 *O Jornal* (Rio), 28 de novembro de 1926.

Em *Revista de Lingua Portuguêsa*, n. 9.

13 — *Humaitá* — décima (redondilhas) — 1868.

Recitada no Teatro S. José, S. Paulo, no dia 3 de agos 1868.

Na *Imprensa Acadêmica*, S. Paulo, 14-8-1868.

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

14 — *Discurso a José Bonifácio*, no banquete do Hot França, S. Paulo, em 13 de agosto de 1868. — Foi o primeir curso político de Rui Barbosa.

Em *A Noite* (Rio), 23 de julho de 1918.

Em *O Tempo*, revista, 15 de janeiro de 1924.

Em *Revista de Língua Portuguêsa*, n. 50, (1923).

15 — *Emancipação dos nascituros* — Conferência na "Loja America", S. Paulo, 1868.

16 — *Abolição imediata.* — Necessidade da emigração européa — Ilegalidade da escravidão ante a lei de 7 de novembro de 1831. — Conferência no Clube Radical Paulistano, a 12 de setembro de 1869.

Publicada em resumo, no *Radical Paulistano*, de 23 de setembro de 1869.

17 — *Lenda de sangue* — sextilhas — 1870 — Descreve a perseguição e morte de Solano Lopes.

Em "Rui estudante", de Batista Pereira.

18 — (*Três discursos ao povo*) — S. Paulo, 1870.

1.º — da janela da casa do Dr. Balduino de Moura.

2.º — no Hotel de França.

3.º — no Hotel de França.

19 — *Discurso no juri* — Defesa de uma filha do povo "contra a lascívia opulenta dê um mandão" — Baía, 1871.

20 — (Espancamento) — *Causa Carvalho Mendes* — Razões que ao Supremo Tribunal da Relação (da Baía), oferece Aristides de Santana, em impugnação ao recurso interposto pelo reu Eloi Martins de Souza da sentença proferida pelo Dr. Juiz de Direito do distrito criminal. — Baía, 1872, Tip. de Marques, Aristides & C., 14 paginas.

Rui advoga a causa da vítima de um espancamento, cujos autores foram condenados. V. Batista Pereira, *Cat.* pag. 15.

21 — *Crime contra a propriedade industrial* — contrafação de marca de fábrica — Meron & C. e a Justiça Pública contra Moreira & C. — Baía, 1874, Tip. do *Diário da Baia*, 110 paginas — (Reunião de artigos de Rui publicados no *Diário da Baia*, *Jornal* e *Correio da Baia*) — V. Batista Pereira, *Cat.* p. 16.

22 — *Eleição Direta* — Discurso em assembléia popular no Teatro de S. José, na Baía, em 2 de agosto de 1874 — Baía, 1874, Tip do *Diário de Noticias*, 54 paginas.

Reproduzido em "Discursos e Conferências" (1907), pags. 11 a 54. — V. n.º 249.

23 — *Divisas de terras* — Apelantes: Capitão Eleutério Alves de Carvalho Mendes e sua mulher. Apelados: Francisco Leonino e sua mulher. — Baía, 1875, Tip. do *Diário da Baia*, 12 paginas — Batista Pereira, *Cat.* p. 16. — Artur Mota diz: Baía, 1872, Tip. Marques, Aristides & C., 14 paginas.

24 — *A Conscrição — As mães de familia* — folhetim — 1 de agosto de 1875.

No *Diário da Baia*, 8 de agosto de 1875.

Na *Rev. da Acad. de Letras*, n.º 63 (1927).

Na *Rev. de Língua Portuguêsa*, n. 50 (1928). V. 38.

25 — *Teus cabelos* — 4 oitavas redondilhas — 1877 (?).

Em *O Tempo*.

26 — *Pelos escravos* — Carta às senhoras baianas — Folh
no *Diário da Baía*, 15 de agosto de 1875.

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1, da Rev. de Lí
Portuguesa), 1920 pag. 13. — V. N.º 535.

Na *Rev. da Acad. Bras. de Letras*, n.º 63, (1927).

No "Decenário de Castro Alves," Baía, 1881, Tip. do *D*
da Baia. — V.. n.º 38.

27 — *Os Lazaristas* — Ofício ao presidente da província
Baía. protestando em nome do Conservatorio Dramático
proibição do drama "Os Lazaristas" de Antonio Ennes — I
15 de setembro de 1875.

No *Diário da Baía*, setembro de 1875.

Na *Revista da Acad. Bras. de Letras*, n. 65 (1927).

28 — *A Igreja e o Estado* — Conferência no "Vale dos B
ditinos", a 21 de julho de 1876, na Baía, — Rio, 1913, Tip. L
brand, 45 paginas (Batista Pereira, *Cat.*, p. 17).

Publicada no "Boletim do Grande Oriente do Brasil", num
5 a 8, (1876), págs. 670-700, com o título *Liberdade Religiosa*.

29 — *Discurso sobre Alexandre Herculano* — No Teatro
João, da Baía, em 18 de outubro de 1877, 6 paginas (Batista
reira, *Cat.*, p. 17).

Em *"Discursos sobre Alexandre Herculano"*, Baía, 1877,
Baiana, 56 paginas.

Em *Rev. de Língua Portuguesa*, n.º 30 (1924).

30 — *O Papa e o Concilio*, de Janus — Versão e introd
de Rui Barbosa — Rio, 1877, Brown & Evaristo, XV-CCLXXX
308 paginas e VI de índice.

2.ª edição: S. Paulo, 1930, Saraiva & C., XI pags. de índi
656 pags. — A introdução de Rui vai de pags. 5 a 443.

31 — *Fraude alfandegária* — Defesa do guarda-mór José
çalves Martins — Baía, 1877, Tip. do *Diário da Baía*, 43 pag

32 — *Discurso ao general Osório*, em nome do Partido Lib
na Baía, a 23 de outubro de 1877 (no salão do *Diário da B*

No *Diário da Baía*, 24 de outubro de 1877.

Em "História do General Osório", por Joaquim e Fern
Luiz Osório, 1915, Rio Grande do Sul, Tip. do *Diário Popula*
vols., 2.º vol., p. 718.

Na *Rev. de Língua Portuguesa*, n. 60 (1929).

Na *Revista da Academia Brasileira de Letras* n.º 109 (19

33 — *Liberdade Comercial — O Partido Liberal Baiano* —
curso na Assembléia Provincial da Baía, na sessão de 27 de j

de 1878 — Baía, Tip. do *Diário da Baia*, 26 pags., em duas colunas. — Mandado imprimir por seus amigos.

34 — Artigos em *O Cruzeiro*, do Rio, 1878. — Batista Pereira, *Cat.*, p. 18.

35 — *O Partido Liberal* — Discurso na Câmara dos Deputados — Sessão de 17 de março de 1879. — Baía, 1879, Tip. do *Diário da Baia*, 32 pags., em duas colunas.

36 — *Responsabilidade criminal* — Resposta ao chefe de polícia José Antônio da Rocha Viana, no processo de responsabilidade que lhe move Manuel Gonçalves da Costa. — Baía, 1880, Tip. do *Diário da Baia*, 44 pags. — Embora não assinada, é de autoria de Rui (Batista Pereira, *Cat.*, p. 19).

37 — *Oblação — A mais maravilhosa maravilha das maravilhas* — (Enígmas Burlesco) — Assinado com o pseudônimo de Brobdingnag.

No *Diário da Baía* de 20 de outubro de 1881.

38 — *Decenário de Castro Alves* — Elogio do Poeta, seguido de dois folhetins de Rui: *"Pelos escravos"* e *"As mães de familia"* — Baía, 1881, Tip. do *Diário da Baia*, 52 paginas.

Em *Revista da Acad. Bras. de Letras*, n.º 18.

Em *Revista de Lingua Portuguesa*, n. 2 (1919).

Em "Elogios acadêmicos e orações de paraninfo", pags. 3-54. — V. n. 518. — Os folhetins foram transcritos na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n. 63.

39 — *Ao pivot Vischer Joviniano Osarreres* — *Diário da Baía*, 1881.

40 — *Circular ao eleitorado do 2.º distrito* (Baía), pleiteando uma cadeira de deputado geral. — Baía, 2 pags. (A. Motta, n. 14).

41 — *O desenho e a arte industrial.* — Discurso no Liceu de Artes e Ofícios do Rio, em 23 de novembro de 1882. — Rio, 1882, Tip. Nacional, 31 paginas.

2.ª edição: Rio, Oficinas Gráficas do Liceu de Artes e Ofícios, 28 paginas.

Em "Orações do Apóstolo", pags. 69-113. — V. n. 516.

42 — *Centenário do Marquês de Pombal.* — Discurso no Imperial Teatro Pedro II, em 8 de maio de 1882. — Rio, 1882, Tip. G. Leuzinger & Filhos, 84 paginas — Há várias edições.

Em "Orações do Apóstolo", pags. 5-66. — V. n. 516.

43 — *Reforma do ensino secundário e superior* — Parecer e projeto relativo ao Dec. n. 7.247 — Câmara dos Deputados — Rio, 1882, Tip. Nacional, 110 pags. (em 3 partes: 74, 11 e 25 paginas).

44 — *Instrução pública* — No "Relatório" do ministro Rodolfo Dantas. — Rio, 1883, Tip. Nacional (Batista Pereira, *Cat.*, p. 31).

45 — *Reforma do ensino primário e de varias instituições complementares da instrução pública* — Parecer e projeto — Câmara dos Deputados — Sessão de 12 de setembro de 1882 — Rio. Tip. Nacional, 378 paginas, e 7 mapas.

46 — *Revista da Liga do Ensino*, publicação mensal — Redator principal Rui Barbosa, presidente da Liga do Ensino no B — Rio, 1884, Livraria Contemporânea, de Faro & Lino.

47 — *Petição de graça de Charles Monsegur* — Rio, 1884, Pereira Braga & C., 24 paginas.

48 — *Exposição de motivos da dissolução das Câmaras*, apresentada pelo Conselheiro Dantas ao Imperador — Dec. n. 9.27[illegible] 2 de dezembro de 1884 — Rio, 1884, Tip. Nacional, (Batista reira, *Cat.*, p. 21).

49 — *Causa Barão do Amparo contra o visconde de B Mansa* — Razões — Rio, 1884, Tip. Pedro Jardim & Gaspar paginas.

50 — *Féria politica* — Traços paar a história da oposiçã Artigos publicados com o pseudônimo de *Salisbury* — Rio, 1 Tip. Nacional, 104 paginas.

51 — *Artigo programa de "O Pais"*, n. 1, 1.º de outubro, 1

52 — *O Bezerro de palha — O Pais*, n. 2, 1884.

53 — *Da Emancipação ao Abolicionismo, — O Pais*, n. 3, 1 Estes 3 artigos foram transcritos na *Revista de Lingua Portuguesa*, 2.ª fase, n. 1 (1931).

54 — Artigos — no *Jornal do Comércio*, assinados com pseudônimos de *Grey* e *Lincoln* — 1884 — (Batista Pereira, p. 22).

55 — *Uma escaramuça conservadora em* 1883. — O crime 25 de outubro — Artigos sobre o assassínio de Apulcro de Ca com o pseudônimo de *Swift* — Rio, 1884, Tip. Nacional, 49 pag

56 — *Elementos servil* — Discurso na Câmara dos Deput em 23 de julho de 1884 — Rio, 1884, Tip. Nacional, 20 pag Na *Revista de Lingua Portuguêsa*, n. 46, (1927) p. 97.

57 — *Mandato civil, sua gratuidade* — Causa Francisco da Cruz — Razões — Rio, 1884, Tip. Pereira Braga, 16 pag

58 — *Emancipação dos escravos* — Parecer n. 48 A, acêrc projeto n. 48 — Sessão de 4 de agosto de 1884, da Câmara Deputados — Rio, 1884, Tip. Nacional, 203 paginas.

E' o parecer acêrca do projeto Dantas, ou da *Emancip dos Sexagenários.*

59 — *Ao eleitorado do 8.º Distrito da Baia* — circular — (1884).

60 — *8.º Distrito da Baia* — (agradecimento) — Rio, 9 1885.

No *Diário da Baia*, março 1885.

61 — *Homenagem ao ministério Dantas* — Discurso no Teatro Politeama, do Rio, em 7 de junho de 1885 — Rio, 1885, Tip. Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 52 paginas.

Outra edição: Baía, 1885, Tip. do *Diário de Notícias*, 68 pags., com prefácio de Manuel Vitorino.

Em "Discursos e Conferências", pags. 59-115. — V. n. 249.

62 — *Mamma dice* — poesia — Paráfrase de Metastásio — 8 quadras — 1885.

Em "Rui Barbosa", de Nazarét Menezes. ps. 64-65.

Em *O Tempo*.

63 — *A situação abolicionista* — Conferência no Teatro Politeama, do Rio, em 2 de agosto de 1885 — Rio, 1885, Tip. Central de Evaristo R. da Costa, 62 paginas.

Em "Discursos e Conferências", pags. 121-137. V. n. 249.

64 — *Conferência abolicionista* — Comemoração da lei 7 de novembro de 1831 — No Teatro Lucinda, do Rio, em 7 de novembro de 1885 — Rio 1885, Tip. Nacional, 64 paginas.

Em "Discursos e Conferências", paginas 251-267. — V. n. 249.

65 — *Ao eleitorado do* 11.º *Distrito da Baia* — (circular) — sd/ (dezembro 1885).

No *Diário da Baia*, dezembro 1885.

66 — *Desapropriação por utilidade pública* — Razões de apelação — Prolongamento da rua Lins de Vasconcelos — Apelantes: As religiosas do mosteiro da Ajuda. — Apelados: Dr. A. da Rocha Bastos e I. Narbal Pamplona — Rio, 1885, Tip. Montalverne, 30 paginas — V. n. 69.

67 — *Ao* 11.º *Distrito da Baia* — (agradecimento) — Rio, 6 março 1886.

No *Diário da Baia*, 17 março 1886.

68 — *Ao* 11.º *Distrito da Baia* — (Resposta ao seu competidor) — Rio, 22 março 1886.

No *Diário da Baia*, março 1886.

69 — *Desapropriação por utilidade pública* — Tribunal da Relação de S. Paulo. — Recorrentes: As religiosas de N. S. da Ajuda. Recorridos: Dr. A. da Rocha Bastos e I. Narbal Pamplona — Rio, 1886, Tip. Montalverne, 88 paginas.

Reimpresso em *O Direito*, vol. 39, pag. 614. — V. n. 66.

70 — *José Bonifácio* — 26 de outubro 1886. — Artigo escrito por ocasião do falecimento de J. Bonifácio.

71 — *Questão Matos Gonçalves* — Processo criminal — 1886 — V. ns. 188 e 189.

72 — *Primeiras lições de coisas*, de N. A. Calkins — Ver e adaptação da 40ª edição — Rio, 1886, Tip. Nacional, XXVI paginas e uma plancha colorida.

73 — *Canto noturno de um pastor erradio na Asia*, de G. L pardi — Versão homométrica do italiano — 1884.

No suplemento literário da *Gazeta de Noticias* de 18 de f reiro de 1886.

Em "Rui Barbosa", de Nazarét Menezes, pags. 67-72.

Em *A Federação*, de Porto-Alegre, 26-2-1927.

Em "Estante clássica" (*Rui Barbosa*), pags. 23-26 — V. n.

74 — *Pacto ante-nupcial* — Causa Madeira — Razões — 1886, Tip. Moreira, Maximiano & C., 14 paginas.

75 — *Regime dos bens uxórios e incomunicabilidade dos ad ridos no regime da separação de bens* — Causa D. Emília V Viana, contra Teodoro Sederstroem e outros — Rio, 1886, Leuzinger, 181 paginas — V. n. 205.

76 — *Defesa do diploma de Francisco Prisco de Souza Par* — Eleição do 3.º distrito da Baía, para deputado geral. — Rio maio 1886. — E' assinada por Prisco Paraizo, mas a redação é Rui Barbosa. — No *Diário da Baía*, maio 1886.

77 — *Abolição de atravessadoiros* — Nulidade por falta de ção — Tribunal da Relação da Côrte — Apelantes: Rocha Bri sua mulher. Apelados Manoel Luiz Caminha, seus filhos, e J da Silva Barbosa. — Sustentação de embargos dos apelados Rio, 1886, Tip. Pinheiro & C. 28 paginas.

78 — *Discurso* no "meeting" realizado no Teatro Recreio (R em 6 de fevereiro de 1887.

Na *Gazeta da Tarde* — Rio, fev. 1887.

79 — *O Conselheiro Rui Barbosa* — (Resposta a um tó de jornal, referindo-se a um trecho do discurso de 6 de fever de 1887) — Rio, 12 fevereiro 1887.

80 — *Filiação desconhecida* — Lei de 7 de novembro de — (Parecer) — Rio, 19 de junho 1887.

Na *Gazeta da Tarde*, Baía, 27 de junho de 1887 — Repr zido em *O Direito*, vol. 44, pag. 20.

81 — *Contas de tutela* — Impugnação de Miran Latif e mulher às contas de tutela do Barão Monteiro de Barros — J de Orfãos de Barra-Mansa — Razões de apelação — Rio, 1887, Moreira Maximiano & C. 30 paginas.

82 — (*Divórcio*) — *Causa Lobo-Lago* — Razões de apel — Rio, 1887, Tip. Miranda & Almeida, 16 pags. — (A. Mot Nazaré Menezes dizem: Tip. Gonçalves e Mendes).

83 — *Homenagem a José Bonifácio* — Discurso no Teatro São José, de S. Paulo, em 8 de dezembro de 1886 — São Paulo, 1887, Tip. King, 73 paginas.

Em "Elogios acadêmicos", pags. 55 a 152. — V. n. 518.

84 — *Direito das sociedades hipicas de recusarem inscrição em suas corridas aos parelheiros de certos proprietários* — Causa Derby-Club contra Seara & Ascoly — Razões. — Rio, 1887, Tip. Miranda & Almeida, 15 paginas.

85 — *Manifesto Pelotas-Deodoro* — 1887.

Em *Rev. do Inst. Hist. Brasileiro*, vol. 73, parte II, pag. 14. — E' datado de 14 de maio de 1887.

Em "História da Fundação da República no Brasil", por Anfrísio Fialho, Rio, 1891, Tip. Laemmert, pags. 80 a 85. — (Batista Pereira, *Cat.*, p. 128).

86 — *A abolição no Brasil* — Conferência — Teatro Politeama, do Rio, em 28 de agosto de 1887 — Rio, 34 pags. — Mandado imprimir pelos alunos da Escola Militar.

Outra edição: Baía,... (Batista Pereira, *Cat.*, p. 28).

Em "Discursos e Conferências", pags. 191 a 246. — V. n. 249.

Parte deste discurso foi reproduzida e revista pelo autor, no 2.º vol. da *Queda do Império*, pags. 301-312, sob o título *O senado faz política?*

87 — *Swift* — Prefácio às "Viagens de Gulliver" de Jônatas Swift, tradução de Carlos Jansen, Rio, 1888, Laemmert & C. — Rio, 1887, 44 pags.

Reproduzido em "Orações do Apóstolo", Rio, 1923, pags. 149 a 250. — V. n. 516.

88 — *O Ano politico de* 1887 — Rio, 1888, Tip. da *Gazeta de Noticias*, 152 paginas.

89 — *A lição da hora* — Rio, 18 maio 1888.

Na *Gazeta da Tarde*, Baía, maio de 1888.

89 — *Aos abolicionistas baianos* — Discurso no Teatro São João, da Baía, na manifestação da Sociedade Libertadora Baiana e outras associações abolicionistas, em 29 de abril de 1888.

No *Diário da Baia*, de 1 de maio de 1888.

Em "Discursos e Conferências", 1907, paginas 271-279. — V. n.º 248.

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1, da Rev. de Língua Portg.) 1920, pag. 29 a 35. — V. n. 535.

90 — *Ao 11.º distrito da Baia* — (circular) — Rio, 30 maio, 1888.

No *Diário da Baia*, junho, 1888.

91 — *Discurso* na festa de 6 de junho de 1888. em homenagem ao ministério Dantas.

No *Diário da Baía*, junho 1888.

92 — *Moeda falsa* — Revista-crime — Razões do recorre José Soares do Amaral, absolvido no júri da Côrte, contra a tiça Pública. — Rio, 1888. Tip. Pereira Braga & C. 56 paginas.

93 — *Discurso a D. Enrique Moreno*, ministro argentino Brasil, oferecendo-lhe uma corôa em nome da Confederação Al cionista — 1888. — No livro "La fecha de la libertad em el perio del Brasil". Colecion hecha por Enrique Moreno, Rio, 1 Tip. Nacional. — O discurso de Rui vem à pag. 139 — (Bat Pereira, *Cat.*, 28).

94 — *Necessidade de escritura pública em afolamentos* — dade de Anchieta (privíncia do Espirito-Santo) — Apelante: T maz Dutton Junior. Apelados: Francisco Parker, sua mulhe outros — Rio, 1889, Tip. de Oliveira Filho & C. 12 paginas.

95 — *Discurso* em resposta à Comissão Promotora da c datura do Orador pelo 1.º Distrito da Côrte — 1889. — Em 15 julho de 1889.

No *Diário de Noticias*, de 17 julho 1889.

Em "Discursos e Conferências", pags. 283-292. — V. n.

96 — *Seguros marítimos* — Parecer — 1889.

Em "O Direito", vol. 50, (Batista Pereira, *Cat.*, p. 30).

97 — *Auxilios à Lavoura* — Circular aos fiscais de Bancos 2% de novembro de 1889 — Rio, 1889, Imprensa Nacional, 250 p

98 — *Emissão e crédito* — Exposição ao chefe do Gov Provisório, em 18 de janeiro de 1890 — Rio, 1890, Imprensa cional, 12 pags.

99 — *Projeto de Constituição dos Estados Unidos do Br* — Apresentado ao Congresso Constituinte, Rio, 1890.

100 — *Lei Torrens* — Exposição ao Chefe do Govêrno visório — Lei e Regulamento — Rio, 1890, Imprensa Nacional paginas.

2.ª edição: Rio Grande do Sul, 1894, Echenique & Irmão, paginas (A. Mota, n. 51).

(Batista Pereira, *Cat.*, p. 122: Decreto n. 451B, de 31 de m de 1890 — Estabelece o registro e transmissão de imóveis pelo tema Torrens. — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 60 paginas).

101 — *A execução da lei Torrens na Capital Federal* — 1891, Imprensa Nacional, 40 paginas.

102 — *Plano de reforma bancária* — Mensagem a Deodoro Rio, 1890, Imprensa Nacional, 41 paginas.

103 — *Organização do Tribunal de Contas* — Exposição marechal Deodoro, 1890.

Em *O Direito*, vol. 54.

104 — *O Banco Hipotecário* — Exposição ao marechal Deodoro — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 60 paginas.

Edição em francês, tradução do próprio autor: *Banque Hypothecaire Nationale* — Rio, 1890, Tip. G. Villeneuve, 82 paginas.

105 — *Decreto n. 391C, de 10 maio de 1890* — Manda cobrar nas alfândegas e mesas de rendas uma porcentagem dos direitos de consumo em moeda de ouro, pelo valor legal — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 4 paginas.

106 — *Decreto n.* 660A, de 14 de agosto de 1890 — Manda garantir pelo Govêrno os empréstimos externos que se efectuarem até a soma de 50.000 contos a favor dos Estados. — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 14 paginas.

107 — *Decreto* n. 700A, de 29 de agosto de 1890 — Regula a emissão complementar assegurada ao Banco dos Estados Unidos do Brasil, pelos decretos de 31 de janeiro a 8 de março de 1890 — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 6 paginas.

108 — *Decreto* n. 724, de 6 de setembro de 1890 — Extingue todos os impostos gerais de exportação da herva mate, seja qual fôr a sua procedência ou destino. Com exposição a Deodoro — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 1 folha de 2 paginas.

109 — *Decreto* n. 732A, de 25 de setembro de 1890 — Contém diversas providências sobre o Banco de Circulação — Rio, 1890. Imprensa Nacional, 2 paginas.

110 — *Decreto* n. 823A, de 6 de outubro de 1890. — Regula a amortização e conversão da dívida interna fundada — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 30 paginas.

111 — *Decreto* (s/n), de 7 de novembro de 1890 — Autoriza a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil, regulando a emissão do novo estabelecimento, e provendo ao resgate do papel-moeda. — Rio 1890, Imprensa Nacional, 43 paginas.

112 — *Tarifa das Alfândegas* — Decreto n. 836, de 11 de novembro de 8190. — Rio, 1890, Imprensa Nacional, 179 paginas.

113 — *Discurso no Congresso Nacional*, em 16 de dezembro de 1890. — Rio, 1891, Imprensa Nacional, 88 paginas.

114 — *Relatório do Ministro da Fazenda*, em janeiro de 1891 — Rio, 1891, Imprensa Nacional, 470 paginas.

115 — *Anexos ao Relatório* (supra) — Rio, 1891, Imprensa Nacional, 394 paginas — São de Rui Barbosa só as 40 primeiras paginas).

116 — *O incidente da Quinta do Cajú* — Rio, 17 de abril de 1351.

Em "Finanças e política", pags. 463 a 469 — V. n. 134.

117 — *Discurso no Congresso Nacional* sobre o Projeto Co tucional apresentado pelo Govêrno Provisório — 1891. — (Ba Pereira, *Cat.*, p. 127).

118 — *O papel e a baixa do câmbio* — Discurso no Senado 3 de novembro de 1891.

Em "Finanças e política", pags. 1 a 132. — V. n. 134.

119 — *Os Bancos emissores* — Discurso no Senado em 1 janeiro de 1892.

Em "Finanças e política", pags. 133 a 218. — Vem aí a cél réplica ao senador Ramiro Barcelos. — V. n. 134.

120 — *A mobilização do lastro dos Bancos. O imposto em Império e República* — Discurso no Senado em 13 de janeir 1892.

121 — *O Tratado americano* — Carta à redação do *Com* em 22 de fevereiro de 1892.

Em "Finanças e política", pags. 403 a 416. — V. n. 134.

122 — *A malignidade contemporânea* — 1892.

Em "Finanças e política", pags. 445 a 462. — V. n. 134.

123 — *Ainda o convênio americano* — Artigo no *Jornal*

Em "Finanças e política", pags. 471 a 475. — V. n. 134 *Comercio* de 17 de maio de 1892.

Em "Finanças e política", pags. 471 a 475. — V. n. 134.

124 — *Sociedade anônimas.* — Questões de nulidade — Ra de Sebastião de Pinho e Companhia Chopin contra o Dr. Antonio P. de Magalhães Castro — Rio, 1892, Tip. da *Gazeta Notícias*, 66 pags. — Assinam Rui Barbosa e Graça Aranha.

125 — *Sociedades anônimas* — Aditamento à obra supra Rio, 1892, *ibidem*, 16 paginas.

126 — *O Estado de sitio, suas condições, seus limites, efeitos.* — *Habeas-corpus* requerido ao Supremo Tribunal Fed a favor dos presos pelos decretos de 10 e 12 de abril de 1892 Rio, 1892, Tip. da *Gazeta de Noticias*, 66 pags. — V. n. 127.

Em "Documentos parlamentares", *Estado de Sitio*, vol. 1916, pags. 359-392.

127 — *Habeas-corpus a favor dos prêsos pelos decretos de e 12 de abril de* 1892 — (Petição) — Baía, 1892, Tip. do *Diário Baía*, 76 paginas.

Incluído em "O Estado de Sítio, sua natureza, seus efe seus limites", pags. 3 a 54. — A petição é datada de 18 de a de 1892.

Em "Documentos parlamentares", *Estado de Sitio*, VI, 1 pags. 359-92.

Traduzido para o inglês e publicado na *Law Gazette*, hebdomadário jurídico, de Londres, a 23 de junho de 1894. (Bat. Perd., *Cat.*, pag. 165). — V. n. 126.

128 — *O Estado de Sitio — O "habeas-corpus"* — Discurso no Supremo Tribunal Federal, em 23 de abril de 1892. — Baía, 1892, Tip. do *Diário da Baia*, 52 pags. — Vide numeros 126, 127 e 129.

129 — *O Estado de Sitio, sua natureza, seus limites* — Rio, 1892. Companhia Impressora. II-280 paginas.

Contem: *a*) — petição de *habeas-corpus* requerido ao Supremo Tribunal Federal a favor das vitimas dos Decretos de 10 e 12 de abril de 1892 (pags. 3 a 54); *b*) defesa oral do *habeas-corpus* ante o Supremo Tribunal na sessão de 23 de abril de 1892 (pags 57 a 88); *c*) — o acórdão de 27 de abril (série de 18 artigos publicados no *Pais*, de 10 de maio a 12 de junho de 1892), paginas 91 a 227; *d*) *A Politica do Estado de Sitio* (pags. 229 a 234); *e*) *A moral do Estado de Sitio* (pags. 235 a242; *f*) *Ultimas palavras* (pags. 243 a 250); *g*) — *Post-Scriptum* (pags. 251 a 257); *h*) — *Replica ao Diário do Comércio* — Em *O Pais*, 21 de abril de 1892, (pags. 261 a 265); *i*) — Acórdão do Supremo Tribunal Federal (paginas 267 a 272); *j*) — Opiniões da imprensa (pags. 273 a 278); *k*) — *Errata*. — Os 18 artigos publicados no *Pais* acham-se reproduzidos em "Documentos parlamentares" (*Estado de Sitio*), VI, paginas 209-297, — V. numeros 126, 127 e 128.

130 — *Martial Law, its constitution, limits and effects.* Application made to the Federal Supreme Court, for Habeas-corpus on behalf of the Persons arrested in virtue of Decrees of April, 10 and 12, 1892. — Rio, 1892, Tip. Aldina, de A. J. Lamoureux & C., 60 paginas.

E' a tradução dos numeros 127 e 128.

131 — *Habeas-corpus* — Série de 18 artigos em *O Pais*, 1892, (de 10 de maio a 12 de junho).

Transcritos em *O Direito*, vol. 58 (1892), p. 369; e em "Documentos parlamentares". (V. n. 129) e incorporados no livro "O Estado de Sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites". — Rio, 1892. — V. n. 129, letra *c*.

132 — *A politica sob Washington e a administração financeira de Hamilton* — 1892.

Em "Finanças e política", pags. 437 a 444. — V. n. 134.

133 — *A Nação* — Manifesto em que resigna à cadeira de senador pela Baía. — Baía, 1892, Tip. do *Diário da Baia*, 108 paginas.

Publicado, em artigos sucessivos, do dia 20 de janeiro a 1.º de fevereiro de 1892. — Incluído em "Finanças e Política, paginas 301 a 399. — V. n. 134.

134 — *Finanças e Política da República* — Discursos e esc... Rio, 1892, Comp. Impressora, XI-477 paginas.

Contém: Discursos no Senado em 3 de novembro de 1891 em 12 e 13 de janeiro de 1892; Manifesto à Nação; O tratado a... ricano; Emissão nos Estados-Unidos; Repressão do jôgo de b... pelo Estado; Pressão dos Bancos estrangeiros para a baixa ... câmbio; Tabela do câmbio em 1891; A República em França; A ... lítica sob Washington e a administração financeira de Hamil... A malignidade contemporânea; O incidente da Quinta do C... Ainda o tratado americano.

135 — *Causa Sebastião de Pinho contra Joséfina Almeid...* Parecer — 1892.

136 — *Conferência em favor de 50 orfãos do Asilo de N. ...nhora de Lourdes* — Em Feira de Santana (Baía), a 22 de ... reiro de 1893.

Em "Visita à terra natal". — V. n. 139.

Em "Discursos e Conferências", paginas 345-388. — V. n. ...

137 — *Causa Oliveira Martins contra Dias Ferraz e D... Emilia Werneck Martins* — Parecer — 1892 — Na "Revista ... rente", de Belo-Horizonte, vol. 3.º

138 — *Idem* — Comarca de Além-Paraíba — Apelação n. 2... — Parecer, 3 de junho de 1893.

Na "Revista Forente" — Belo-Horizonte, vol. 13 fasc. 15.

139 — *Visita à terra natal* — Baía, 1893, Tip. do *Diário ... Baía*, 121 paginas — Publicação de um grupo de amigos. Tem c... dedicatória: "*A Baía a Rui Barbosa.*"

E' o discurso pronunciado no Teatro de S. João, na Baía, ... manifestação do Partido Federalista a Rui, em 7 de fevereiro ... 1892, e a conferência em favor de 50 órfãs. — V. n. 136.

Em "Discursos e Conferências", pags. 295 a 327. — V. n. ...

Em "Rui Barbosa" (*Estante clássica*, n. 1 da Rev. de L... Portuguêsa, pagina 37). — V. n. 535.

140 — *Discurso no Teatro de São João*, na Baía, por oca... da manifestação dos Empregados de Fazenda em 10 de fever... de 1893.

Em "Discursos e Conferências", pags. 331 a 341. — V. n. ...

141 — *Parecer ao Dr. Barbosa Lima, governador de Per... buco* — Rio, 4 de março de 1893.

No *Jornal do Comércio*, março de 1893.

142 — *Os atos inconstitucionais do Congresso e do Exec... ante à Justiça Federal* — Ações civeis dos reformados e demit... pelos Decretos de 7 e 12 de abril de 1892 — (Razões finais ... primeira instância) — Rio, 1893, Comp. Impressora, 249 pag... (Assinado em 31 de março de 1893).

143 — *Habeas-corpus a favor de Mário Aurélio da Silveira, imediato do paquete "Júpiter"* — Supr. Trib. Fed., sessão de 16 de agosto de 1893.

V. *O Direito*, vol. 62 pag 112.

V. "Documentos parlamentares", *Estado de Sítio*, VI, p. 459.

144 — *Defesa oral do "habeas-corpus" em favor de Mário Aurélio da Silveira*, no Supremo Tribunal Federal, em 16 de agosto de 1893.

V. *O Direito*, vol. 62, p. 112.

V. "Documentos parlamentares", *Estado de Sítio*, VI, pag. 460.

145 — *Habeas-corpus a favor dos prêsos civis do "Júpiter"* (David Ben Obill e outros) — No Supremo Tribunal Federal, sessões de 2 e 9 de agosto de 1893 (O pedido é de 31 de julho) — Rio, 1893, Tip. do *Jornal do Brasil*, 29 paginas.

Em *O Direito*, vol. 62, pag 70; e em "Documentos parlamentares", *Estado de Sítio*, VI, pags. 431-442.

146 — *Defesa do habeas-corpus em favor dos prêsos civis do "Júpiter"* — No Supremo Tribunal, sessão de 9 de agosto de 1893 — Rio, 1893, Tip. do *Jornal do Brasil*, 66 paginas — (Dois discursos).

147 — *Habeas-corpus a favor do almirante Eduardo Wandenkolk, capitão-tenente Duarte Huet Bacellar e 1.º tenente Antão Corrêa da Silva* — Sup. Trib. Fed., sessão de 2 setembro de 1893 (O pedido é de 30 de agosto).

Em *O Direito*, vol. 62, pags. 393-400.

148 — (*Divórcio*) — Côrte de Apelação — Apelante: D. Maria Bosisio do Lago (Ré) Apelado: Dr. João Lourenço Corrêa do Lago (Autor) — Parecer — Rio, 1893, pags. 41 a 43.

149 — *Carta a "La Nacion"*, de Buenos-Aires, sôbre os antecedentes e as causas da revolta da armada contra Floriano Peixoto — Datada de Buenos-Aires, a bordo do "Magdalena", 19 de setembro de 1893.

Em "Portugal e Brasil", de Augusto de Castilho, 3 vols., Lisboa, 1894, M. Gomes, editor (2.º vol., pags. 159 a 171).

Na "Rev. da Academia Brasileira de Letras", n. 110 (1931).

Incluída em "Ditadura e República". — V. n. 533.

150 — *Carta a "La Prensa"*, de Buenos-Aires, sobre o decreto de Floriano Peixoto, que lhe cassara as honras de general de brigada — Buenos-Aires, 2 de dezembro de 1893.

Na *Revista da Academia de Letras*, n. 111 (1931).

Na "Ditadura e República" — V. n. 533.

151 — *Carta a "La Prensa"*, de Buenos-Aires, sobre as operações da esquadra revoltada contra Floriano Peixoto — com vários documentos — Buenos-Aires, 4 de dezembro de 1893.

Em "Portugal e Brasil", de Augusto de Castilho, 2.º vol., ginas 262 a 266.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 111 (19

Em "Ditadura e República". — V. n. 533.

152 — *Justiça aos vencidos!* — Lisboa, 29 de abril de 18

No *Correio da Manhã*, de Lisboa, de 1 de maio de 1894.

No *Jornal do Brasil*, Rio, 14 de maio de 1895.

Na "Rev. da Acad. Bras. de Letras", n. 112, abril de 1

Em "Ditadura e República". — V. n. 533.

153 — *Processo-crime por excesso de emissão de debentures* Parecer dado a Raul de Carvalho — Londres, 1894 (Batista reira, *Cat.*, p. 166).

154 — *Carta sobre o convênio aduaneiro entre o Brasil e Estados-Unidos.*

No "Brasil Atual", do visconde de Boaventura, 1895.

155 — *Justiça militar* — Defesa do contra-almirante Dr. reira Guimarães perante o Conselho de Guerra — Rio, 1895, do *Jornal do Comércio*, 28 paginas. E' datada de outubro de 1 — V. n. 197.

156 — *Discurso no banquete do "Jornal do Comércio"*, em de novembro de 1895 — Rio, 1895, Tip. do *Jornal do Comé* 24 paginas.

Em "Orações do Apóstolo", paginas 117 a 146 — V. n.

157 — *A Constituição Rio-Grandense.* — Artigos publicado dias 22 e 29 de agosto de1895 , no *Jornal do Comércio.*

158 — *As taxas de capatazias e as docas de Santos.*

Em *O Estado de S. Paulo*, 12 de agosto de 1896. — V. n.

159 — *O Júri e a responsabilidade penal dos Juizes* — De do Dr. Alcides de Mendonça Lima — Rio, 1896, Tip. do *Jorna Comércio*, 145 paginas.

Outra edição: Rio, 1896, Tip. da "Revista dos Tribun acompanhada de todas as peças do processo.

160 — *Anistia inversa — Caso de teratologia jurídica* — fesa dos condenados pela anistia de 1895 — Razões. — Rio, Of. do *Jornal do Brasil*, 38 paginas.

2.ª edição: — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, XVII 127 paginas.

161 — *Aposentadoria forçada dos magistrados em dispon dade* — Ação de nulidade do decreto de 25 de julho de 1895 — 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, 74 paginas.

162 — *A inconstitucionalidade do decreto n.* 1.941, *de* 1 *janeiro de* 1895 — *Parecer* — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Co cio*, de p. 13 a 18.

163 — *Impostos interestaduai* — Rio, 1896 — Artigos publicados no *Jornal do Comércio*, em polêmica com Amaro Cavalcanti.

Em *O Direito*, vol. 92.

164 — *Ação de manutenção, requerida pelos lentes da Escola Politécnica, suspensos em virtude do ato ministerial de* 15 *de julho de* 1895 — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, 27 paginas (Oatado de 23 de junho de 1895).

Ha outra edição de 74 paginas (Bat. Pereira, *Cat.*, p. 167).

165 — *Companhias Estradas de Ferro do Rio-Doce ao Cuieté e Obras Públicas de Minas-Gerais contra o visconde de Guaí* — Supremo Tribunal Federal — Memorial das Autoras — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, 27 paginas — V. n. 166.

166 — *Uma revolução no Processo Civil — Abolição do Forum rei* substituido pelo dos Assistentes, Opoentes e chamados à autoria — Alegações pela Companhia Obras Públicas e Empresas de Minas Gerais contra o Visconde de Guaí — Rio, 1897, Tip. da *Gazeta de Noticias*, 34 paginas — V. n. 165.

167 — *Concessão da Estrada de S. João da Barra a Campos* — Causa Murtinho — Embargos de nulidade — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, 37 paginas.

168 — *Companhia Melhoramentos do Rio* — Parecer — Rio, 1896, Tip. do *Jornal do Comércio*, de paginas 35 a 43.

169 — *Municipalidade de Cataguazes* — 1896.

Em *O Direito*, p. 113.

170 — *Cartas de Inglaterra* — Rio, 1896, Tip. Leuzinger, 422 paginas — Publicadas primeiramente no *Jornal do Comércio*, do Rio. Contém: Prefácio de Rui, O processo do capitão Dreyfus, As bases da Fé, Lição do Extremo Oriente, Duas glórias da Humanidade, O Congresso e a Justiça no Regimen Federal, As minhas conversões.

2.ª ed.: São Paulo, 1929, Saraiva & C., 446 paginas, com prefácio (ps. 7 a 117) de Batista Pereira. — Desta edição foram tirados 25 exemplares em papel especial.

171 — *Discurso no Senado, em* 13 *de outubro de* 1896 Resposta ao deputado Cesar Zama — Baía, 1896, Tip. do *Diário da Baía*, 39 paginas em 2 colunas.

Outra edição: Ouro-Preto, 1897, Imprensa Oficial do Estado de Minas-Gerais, 113 paginas.

Outra edição: Rio.

Reproduzido em "Esfola da calúnia" (1931), paginas 15-71 — V. n. 525.

172 — *Concurrência desleal* — Causa Cerqueira & Soares contra Ortigão & Santos — Apelação n. 1.086 — Parecer — Rio, 1896. Tip. da *Gazeta de Noticias*, paginas 41 a 46.

173 — *Delegação de poderes* — Parecer — Rio, 1896. Na "Revista Jurídica", vol. 14.

174 — *A questão do imposto do fumo* — Parecer — No livro "A questão do imposto de fumo", de J. Ignacio T Baía, 1896, Impr. Comercial, pags. 125-12.

175 — *Suspensão do trabalho em dias e horas especifi* — Rio, 1896.

Em *O Direito*, vol. 21.

176 — *Concessão de um burgo agricola* — Apelado: J Saxe Queirod — Apelante: a União Federal. — Razões do Ap — Rio, 1897. Tip. Leite, Gomes & C., 60 paginas.

177 — *Idem* — Apêndice ao memorial supra — Rio, 1897, Leuzinger, 32 paginas.

178 — *Idem* — Memorial (de apelação) — Rio, 1898, Tip. zinger, pags. 77 a 128 (Atur Mota, p. 414).

179 — *Prova de quitação de impostos alfandegários* — tão Veiga Pinto & C. — Supremo Tribunal Federal — Razõ Apelação — Rio, 1897, Tip. do *Jornal do Comércio*, 102 pa

180 — *O Partido Republicano Conservador — Document uma tentativa baldada* — Duas conferências no Politeama B aos 24 e 26 de maio de 1897. — Rio, 1897, Casa Mont'Alver paginas — Trás, incluso, o artigo *"Jacobinismo e Terror* publicado no *Correio de Noticias, da Baía*, em 28 de maio de (pags. 111 a 130).

As duas conferências foram incluídas em "Discursos e ferências" (1907), paginas 389 a 558. — V. n. 244.

181 — *Discurso no Senado*, sessão de 6 de novembro de — sobre o atentado contra Prudente de Moraes — Vassouras, Tip. do "Vassourense", 21 paginas.

Incluído em "Ditadura e República", 1932 — V. n. 532.

Outra edição sob o título: *Educação civica* — Manáus, Tip. F. de Queiroz & C., 26 paginas.

182 — *Estado de sitio* — Discurso no Senado — 12 de n bro de 1897 — "Anais", p. 107. — Incluído em "Ditadura e blica" — V. n. 532.

183 — *Questão do Mercado da Glória* — Antonio Martin rinhas contra a Fazenda Municipal — Notas às alegações do procurador dos Feitos — Rio, 1898, Tip. do *Jornal do Co* 15 paginas.

184 — *Idem* — *A culpa civil das administrações públi* Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal — Ação de perdas e de Antonio Marinhas contra a Fazenda Municipal — Razões — Rio, 1898, Tip. do *Jornal do Comércio*, 93 paginas.

185 — *Honorários de advogado* — Parecer — Causa entre o Dr. Franklin W. da Silva e Almeida e a Companhia de Materiais e Melhoramentos do Rio — Rio, 1897, Tip. do *Jornal do Comércio*, pags. 27 a 29.

186 — *Idem* — Embargos de nulidade — Parecer, *ibidem*, 1897, pags. 33 a 34 (Batista Pereira, *Cat.*, p. 171).

187 — *Defesa do comendador João Leopoldo Modesto Leal* na ação comercial contra êle movida pelo Banco da República do Brasil — Rio, 1897, Tip. do *Jornal do Comércio*, 110 paginas.

188 — *Questão Matos Gonçalves* — Processo criminal — Parecer.

Juiz de Fóra, 1897. Tip. do *Jornal do Comércio*, paginas 9-13 e 27-30.

Vide numeros 71 e 189.

189 — *Idem* — Revisão crime — Exposição ao Supremo Tribunal Federal — Rio, 1898, Of. de Martins & C., 84 paginas.

V. numeros 71 e 188.

190 — *Leis interpretativas no Direito Brasileiro* — Rio, Tip. do *Jornal do Comércio*, 49 paginas.

Trata-se de uma ação proposta por professoras municipais adjuntas. — A petição inicial é de 14 de novembro de 1896 (Batista Pereira, *Cat.*, p. 172).

191 — *Seguros terrestres* — Parecer — Causa das Companhias de Seguros contra fogo Royal, Previdente e outras contra Marcelino Penteado, Tobias & C. — Rio, 1898, 16 paginas (Autógrafo). — (Batista Pereira, *Cat.*, p. 173).

192 — *Liquidação de sentença* — Agravante: Dr. João Candido Murtinho — Agravado: Artur A. Heredia de Sá. — Minuta de agravo e razões sobre a liquidação — Rio, 1898, Tip. do *Jornal do Brasil*, 48 paginas — (Com Edmundo Bittencourt).

193 — *Carta a Prudente de Moraes* — Nova Friburgo, 15 de janeiro de 1898.

Na "Cidade do Rio", de 19 de janeiro de 1898.

Em "Ditadura e República". — V. n. 532.

194 — *O estado de sitio* — Termo de seus efeitos — Petição de *habeas-corpus* a favor de João Cordeiro e outros desterrados em Fernando de Noronha — Rio, 3 de março de 1898.

Na "Revista de Jurisprudência", numeros 7 a 10 (1898), pags. 15 a 32.

195 — *Defesa do habeas-corpus a favor de João Cordeiro e outros.* — Supremo Tribunal Federal, sessão de 26 de março de 1898.

Na "Revista de Jurisprudência", numeros 7 a 10, paginas 32 a 69.

No *Jornal do Comércio*, de 27 de março de 1898.

196 — *Inventário Góes Viana* — Parecer — Rio, 1898.

197 — *Novum Jus* — Restituição de vencimentos por Execu Fiscal — Apelação para o Supremo Tribunal Federal — Apela A Fazenda Nacional — Razões do Apelado: Dr. José Pereira marães — Rio, 1898, Tip. do *Jornal do Comércio*, 60 pags. — n. 155.

198 — *Discurso agradecendo a manifestação que fizera Rui, os oficiais de terra e mar, cujos direitos foram defend por êle contra a ditadura de Floriano Peixoto* — Rio, 14 de jan de 1899.

Na *Imprensa*, 16 de janeiro de 1899 (Incompleto; só f publicados o exórdio e a peroração). — V. n. 524.

199 — *Causa Ernesto Cotrim contra a Campanha Agr Ribeirão Preto* — Tribunal de Justiça de S. Paulo — Parece São Paulo, 1899, Tip. Vanorden, pags. 73 a 74.

200 — *Arrendamento de imóveis* — Parecer — 1899.

Na "Revista de Direito", Rio vol. 2.º

201 — *Sócios comanditários em falência da sociedade* — 1

Em *O Direito*, vol. 8.

202 — *Apelação* n. 369 — Supremo Tribunal Federal — lante: a União Federal. Apelados: Companhia Colonizadora In trial — Rio, 1899, Tip. Leuzinger, 36 pags. (Com Ulysses Brand

203 — *Idem* — Embargos de declaração — Embargante: C panhia Colonizadora Industrial. Embargada: a União Federa Rio, 1910, Tip. de *A Tribuna*, 22 pags. (Com Ulysses Brand

204 — *Le premier plaidoyer pour Dreyfus* — Lettre de dres, publiée le 3 février 1895, au *Jornal do Comércio*, de Ri Janeiro — Rio, 1899, Tip. Leuzinger, 39 pags. — V. ns. 170 a

205 — *Causa Viana-Sederstrom* — Razões — Rio, 1899 — Leuzinger, 49 pags. — V. n. 75.

206 — *Discurso* na manifestação dos advogados ao conselh Andrade Figueira — 1900.

No *Jornal do Comércio*, 1900.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras," n. 121 (1 — V. n. 530.

207 — *Petição de "habeas-corpus"* ao Supremo Tribunal deral, em favor do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil — 20 de dezembro de 1899.

Em *A Imprensa*, de 21 de dezembro de 1899.

208 — *Associação de S. Vicente de Paulo* (contestação libelo) — Rio, 23 de julho de 1900. — V. n. 215.

Em *A Imprensa*, de 5 de agosto de 1900.

209 — *A Década Republicana* — Rio, 1900 — Comp. Tipográfica do Brasil, vol. V, n. XIV — *Segurança Individual* (editoriais da *Imprensa*), pags. 275-373. Transcrição dos artigos de Rui sobre a prisão do conselheiro Andrade Figueira: *Sem lei nem grei*, *Sem título* (12 de março, 1900, dois artigos), *Um homem* (13 de março), *Conspiração das consciências* (14 de março), *Os mandados* (21 de março), *A escusa* (22 de março), *A vara da policia* (24 de março), *Lei e regulamento* (26 de março), *Rol de atentados* (28 de março), *Recapitulemos* (30 de março), *A resistência individual* (1 de abril).

210 — *Arrendamento de imóveis que não são casas* — Aluguéis — Parecer — Rio, 1900.

Na "Revista de Direito", vol. 2.º, p. 49.

211 — *Posse de dircitos pessoais* — Rio, 1900, Tip. de Olímpio de Campos & C., 78 pags. — V. n. 522.

212 — *A letra falsa* — *Causa Poyares-Banco de São Paulo* — Alegações do réu, por seu advogado Alfredo Pujol — Parecer — S. Paulo, 1901, Tip. Carlos Gerke, pags. 72 a 92.

213 — *Carnes Verdes* — (Resposta aos Srs. Salgado Cardoso, Lemos & C.) — Niteroi, 20 de janeiro de 1901.

No *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro 1901.

214 — *Causa Jerônimo Ferreira contra Brito, Vieira & C.* — Tribunal da Relação do Estado do Rio — Parecer — Rio, 1901, Tip. Alex. Ribeiro. — (Bapt. Pereira, *Cat.*, p. 194).

215 — *Preservação de uma obra pia* — Razões finais pela Diretoria da Associação de S. Vicente de Paulo (Ré) com o Arcebispo Diocesano contra a condessa de Tocantins e outros. — Rio, 1901, Of. do *Jornal do Brasil*, 196 pags. (Com Ulisses Brandão). — Rui defendia a Associação e o Dr. Lacerda de Almeida o Arcebispo . — V. n. 208.

216 — *Companhias de Seguro* — Representação ao Govêrno contra o Decreto n. 4.270, de 10 de dezembro de 1901. — Parecer — Rio, 1902, Tip. G. Schmidt, pags. 13 a 30.

217 — *Parecer sobre a redação do Projeto de Código Civil da Câmara dos Deputados* — Rio, 1902. — No *Diário do Congresso*, Imprensa Nacional, 1902, in folio, ps. em 2 colunas. — E' datado de 13 de abril de 1902.

Outra edição: a mesma composição, mas numa só coluna — Rio, 1902 — Rio, 1903, Imprensa Nacional — in folio, 216 paginas em 2 colunas

218 — *Réplica às defesas da redação do Projeto de Código Civil Brasileiro* — Senado Federal — Datado de 31 de dezembro de 1902 — Rio, 1903, Imprensa Nacional — in folio, 216 paginas em 2 colunas (*Diário do Congresso*).

Outra edição: Rio, 1904, Imprensa Nacional, 599-XX pag

E' a mesma composição da edição supra, em uma só co
Reeditada pela "Rev. de Ling. Port.", números 1 a 43.

3.ª edição: Baía, 1929, separata de "As Pandectas Brasilei
370 pags. (Erradíssima).

219 — *Inventário dos bens imperiais* — Petições e docu
tostos dos Príncipes de Saxe — Rio, 1903, Tip. Leuzinger, 38 pag

220 — *Discurso de paraninfo, no Colégio Anchieta, aos b
relandos de* 1903 — Nova-Friburgo, 1903, Colégio Anchieta
paginas.

Outra edição: Baía, 1904, Tip. S. Francisco, 36 paginas.

Em *A Nação*, de 21 de dezembro, 1903.

Em "Elogios Acadêmicos e orações de paraninfo", pags.
a 336. — V. n. 518.

221 — *Incompatibilidades eleitorais* — Parecer — Rio,

Em *O Direito*, vol. 91.

222 — *Apelação* n. 570 — Supremo Tribunal Federal —
lante: Companhia de Mineração de S. João d'El-Rei. Apel
Associação Nacional de Mineração no Brasil — Razões de a
ção — Rio, 1903, Tip. do *Jornal do Comércio*, 40 pags. (Com
ses Brandão).

223 — *Lucros cessantes e danos emergentes* — Causa Vi
Teixeira contra a Fazenda Municipal — Parecer — 1903 — (F
Pereira, *Cat.*, p. 196).

224 — *Exposição de motivos do Plenipotenciário ven
O tratado de Petrópolis* — Petrópolis, 28 janeiro de 1904.

Nos "Anais" do Senado Federal — Rio, 1905, Imprensa
cional, pags. 15 a 38.

225 — (*Seguro Marítimo*) — Apelação n. 938 — Supr
Tribunal Federal — Apelados: Mileiro & C. Apelante: Compa
de Seguros Amazonia. Sustentação de embarços dos Apelados
Rio, 1904, Comp. Tip. do Brasil, 104 paginas.

226 — *Idem* — Memorial dos Apelados — Rio, 1904, *ibid.*
paginas.

227 — *Idem* — Apelação n. 946 — Razões dos Apelado
Rio, 1904, *ibid.*, 70 paginas.

228 — *Deportação de um Brasileiro* — Supremo Trib
Federal — Apelada: A Fazenda Nacional — Razões do Apel
— Antonio da Costa Borlido — Rio, 1904, Of. do *Jornal do B*
63 paginas.

229 — *Limites entre o Ceará e o Rio-Grande-do-Norte* —
premo Tribunal Federal — Razões finais — Rio, 1904, Comp.
do Brasil, 468 pags. e um mapa.

230 — *Idem* — Supremo Tribunal Federal — Impugnação dos Embargos do Ceará pelo Rio-Grande-do-Norte — Rio, 1908, Tip. Leuzinger, 58 paginas.

231 — *Causa Soutello-Margarida Chaves* — Parecer — Rio, 1904 (Bat. Pereira, *Cat.*, p. 197).

232 — *Competência de fôro para conhecer dos fatos criminosos ocorridos na noite de 14 de novembro de 1904* — Parecer de Rui Barbosa a pedido do ministro J. J. Seabra — 1904.

Em "Revista dos Tribunais", II, pags. 113 a 126.

Em *O Direito*,, vol. 96.

233 — *As areias monaziticas e sua exploração em terrenos de marinha aforados pela União* — Petição de Maurício Israelson ao Ministro da Fazenda — Pareceres — Rio, 1904, Tip. Leuzinger, 118 pags. — Parecer de Rui Barbosa, pags. 56 a 65.

234 — *Vendas e trocas entre ascendentes e descendentes* — Inventário de D. Mariana Salusse — Relação do Rio-de-Janeiro — Fôro de Nova-Friburgo — Razões de Apelação — Rio, 1904, Comp. Tip. do Brasil, 108 paginas.

235 — *Imposto sobre o álcool* — Parecer — Rio, 16 de junho de 1904.

No "Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Baía," apresentado e lido em sessão da assembléia geral de 13 de fevereiro de 1905 — Baía, 1905, Tip. Baiana, de Cincinato Melchiades. 233 pags. e 4 mapas — O parecer de Rui acha-se a pags. 101 a 115.

236 — (Consulta) "*Si cabe nos limites próprios da legislação processual, reservada entre nós aos Estados, revogar o artigo 65 do Decreto n. 3.900 de 1887*, isto é, reconhecer efeitos absolutos à cláusula do compromisso pela qual os compromitentes renunciam ao direito de recorrer?" — Parecer — Rio, 14 de setembro de 1904.

Rui responde negativamente — (Arquivo de Rui).

237 — *Carta à "Tribuna", sobre a concessão do estado de sitio* — Rio, 18 novembro 1904.

238 — *Bancos Ingleses contra a Fazenda Municipal* — Baía, 1905, Of. dos Dois Mundos, 16 paginas.

239 — *Alistamento eleitoral* — 1905.

Em *O Direito*, vol. 98.

240 — *Explicação à Baia* — Candidatura presidencial — Rio, 30 agosto 1905.

Na *Tribuna* (Rio), 31 agosto 1905.

241 — *Sociedade Anônima do Gás contra a Companhia Jardim Botânico* — Apelação — Parecer — Rio, 1905, Tip. Leuzinger, a pg. 20.

242 — *Manifesto à Nação*, indicando os nomes de Af Pena e Nilo Peçanha, para presidente e vice-presidente da R blica, no quadriênio 1906-1910. — Rio, 1 de setembro, 1905.

Em vários jornais do Brasil.

243 — *O caso Urbino de Freitas* — (Direito de exerc medicina no Brasil) — Parecer dado ao Dr. Urbino de Freita Rio, 24 março 1906.

No *Jornal do Comércio*, de 10 de junho 1906.

244 — *Os recursos extraordinários* — Parecer — Rio, 1 Tip. Almeida Marques, 61 pags. (A. Motta, n. 123).

245 — *Recurso extraordinário* n. 406 — Manuel Corrêa Brito e Estado do Amazonas — Rio, 1906, Tip. Almeida Marq pags. 43 a 55. (A. Motta, n. 124).

246 — *O Acre Setentrional — Reivindicação do Estado Amazonas* — (Petição inicial) — Rio, 1906, Tip. do *Jornal Comércio*, 162 pags. — Vide n. 307.

247 — *A transação do Acre no Tratado de Petrópolis.* — lêmica — Rio, 1906, Tip. do *Jornal do Comércio*. 126 pag

Reunião dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* so título *Em prol da verdade* — de 18 de junho a 2 de julho de 1 em resposta ao professor Gumercindo Bessa.

248 — *Levantamento de balanço e exame de livros* — Par — Rio, 1907.

Na "Revista Forense" (Belo-Horizonte), vol. 3.º

249 — *Discursos e Conferências* — Porto, 1907, Empresa L rária e Tipográfica Editora, 559 paginas.

2.ª edição: Porto, 1921, *ibidem*, 504 paginas, (sem declar da edição).

250 — *Luz e energia elétricas.* — Parecer sobre o privil da Compagnie d'Eclairage de Baía — Baía, 1907, Tip. da *Ga do Povo*, 104 paginas.

251 — *Deuxiéme Conférence de la Paix — Actes et Disc de Ruy Barbosa* — La Hayè, 1907, W. P. Van Stockum & I II-335 pags. — Vide n. 426.

252 — *Discurso agradecendo a manifestação dos Brasil de Paris* — No Hotel Continental, em Paris, aos 31 de outubr 1907. — Paris, 1907, Imprimerie Centrale de la Bourse, 31 pag O discurso de Ruy começa na pag. 23.

No *Jornal do Comércio*, de 24 de novembro 1907.

Em "Ditadura e República", 1932. — V. n. 532.

253 — *Discurso na Baia, ao regressar de Haya* — Na *Trib* Rio, 30 de novembro de 1907.

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1, Rev. de Lí Portuguesa, p. 141). — V. n. 535.

254 — *Discurso em resposta à suadação de Euclides da Cunha*, em 30 de dezembro de 1907 — No *Diário de Notícias*, Rio, 31 de dezembro de 1907.

255 — *Discurso no Clube de Engenharia, agradecendo ao Dr. Sampaio Correia* — 1908.

256 — *Adeus da Academia Brasileira de Letras a Machado de Assis* — 30 de setembro de 1908.

Nos jornais do Rio, de 1 de outubro de 1908.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 51 (1926).

Em "Coletânea literária", pags. 220-226. — V. n. 521.

257 — *O Brasil e as nações latino-americanas em Haia* — Discurso no Senado, em 21 de outubro de 1908 — Rio, Imprensa Nacional, 68 pags. — Reproduzido em "Esfola da calúnia" (1931), pags. 77-124. — V. n. 525.

258 — *Discurso agradecendo a medalha de ouro que lhe foi oferecida ao regressar de Haia.*

No *Jornal do Comércio*, de 26 de dezembro de 1908.

259 — *Da aplicação da lei n.* 1.021, *de agosto de* 1903, *aos casos de desapropriação por utilidade pública* — Supremo Tribunal Federal — The Rio de Janeiro Tramway Light & Power C. Ltd., 1908, 54 paginas.

V. Batista Pereira, *Cat.*, pags. 200-201.

260 — *Falência de C. Lima & C.* — Parecer — Rio, 1908, Tip. Leuzinger, pags. 38 a 43 — (Artur Mota, n. 130).

261 — *Ação Rescisória* — Manuel Lavrador contra a Fazenda Municipal — Parecer — Rio, 1908, Tip. do *Jornal do Comércio*, 118 paginas.

No *Jornal do Comércio*, de 4 de janeiro de 1908.

262 — *Os privilégios exclusivos na jurisprudência americana* — Parecer à "The Rio de Janeiro Tramway Light & Power C. Ltd. — Rio, 1908, Tip. do *Jornal do Comércio*, 58 pags. — V. n. 263.

263 — *Os privilégios exclusivos na jurisprudência constitucional dos Estados Unidos* — Parecer — Rio, 1911, Emprêsa Foto-Mecânica do Brasil. VI-72. — V. n. 262.

264 — *Anatole France* — Discours á l'Académie Brésilienne, le 17 mai 1909 — Rio, 1909, Imprimerie Nationale, 32 pags., com retrato de Rui Barbosa. — Está traduzido para o português pelo Sr. Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, e publicado na "Revista de Língua Port.", n. 36 (1925).

No *Jornal do Comércio*, 18 maio 1909.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 36, paginas 243-255.

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1), paginas 127 — V. n. 535.

265 — *Carta aos senadores Francisco Glicério e Antônio redo.* — Rio, 19 de maio de 1909.

Na *Tribuna*, de 20 de maio de 1909.

Em Contra o Militarismo", 1.ª série, pag. 101. — V. n

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1, Rev. de L Portuguesa), p. 147 — V. n. 535.

Em "Cartas políticas e literárias", de Rui Barbosa, p. 1 V. n. 470.

266 — *Discurso agradecendo aos estudantes a manifestaç 15 de julho de* 1909.

Em "Contra o Militarismo", 1.ª série, paginas 111-133.

267 — *Pela minha honra* — Artigo no *Jornal do Com* de 17 de junho de 1909.

268 — *Discurso na Convenção Nacional*, reunida no T Lírico, em 3 de outubro de 1909.

Em "Contra o Militarismo", 1.ª série, paginas 39-97.

269 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, n tação de Queluz (S. Paulo), 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pag. 9. — V. n. 300.

270 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, n tação de Lavrinhas (S. Paulo), 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pag. 11.

271 — *Alocução* agradecendo a manifestação popular, na ção de Cruzeiro (S. Paulo), 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pag. 16-17.

272 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, na ção de Guaratinguetá, 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 19-20.

273 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, na ção de Pindamonhangaba, 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pag. 22.

274 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, na ção de Taubaté, 16 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 24-25.

275 — *Conferência no Casino de S. Paulo* — em 16 de d bro de 1909.

Em "Contra o Militarismo", 2.ª série, pags. 3-75. — V. n

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 42 a 95. — V. n. 300.

276 — *Discurso no banquete oferecido pelo Partido Re cano Paulista* — S. Paulo, 17 de dembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 103-107.

277 — *Discurso na Faculdade de Direito de S. Paulo*, 17 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral," I, pags. 117-133.

Em "Ditadura e República", 1932, com o título *"A Justiça"*. —V. n. 532.

278 — *Discurso*, agradecendo a manifestação popular, na estação de Jundiaí (S. Paulo), 19 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 154-156.

279 — *No Teatro S. Carlos*, em Campinas, a 19 de dezembro 1909. — Campanhia civilista. — Conferência.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 170-224.

Em "Contra o Militarismo", 2.ª série, pags. 107-182.

280 — *Alocução*, agradecendo a manifestação popular, em Campinas, 20 de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 225-227.

281 — *No Coliseu Santista*, em Santos, a 23 de dezembro de 1909. — Campanha civilista. — Conferência.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 239-256.

Em "Contra o Militarismo", 2.ª série, pags. 79-103.

282 — *Discurso* em Santos, no banquete oferecido pelo *comitê* civilista (25) de dezembro de 1909.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 260-269.

283 — *Discurso* no banquete oferecodo à representação de São Paulo — Rio, 1909. — Na residência de Rui Barbosa.

Na "Imprensa", 1 de janeiro de 1910.

Em "Excursão eleitoral", I, pags. 272-275.

284 — *Causa Joséfa Maria da Conceição e Francisco Carlos da Silva Braga* — Recurso extraordinário — Parecer — Rio, 1909.

285 — *Brinde* no jantar do palacete das Mercês, na Baía, em 14 de janeiro de 1910.

V. "Excursão eleitoral", S. Paulo, 1910, Casa Carraux, II, p. 7.

286 — *Plataforma* lida no Politeama Baiano, em 15 de janeiro de 1910. — Baía, 1910.

2.ª edição: Baía, 1910, Oficinas da Emprêsa *A Baia*, 84 paginas com 2 gracuras e retrato de Rui Barbosa.

Outra edição: *Modelos de atas eleitoraes* (com a Plataforma) — Rio, 1910, Papelaria Central, 83 paginas.

Em "Excursão eleitoral", II, paginas 9-84. — V. n. 301.

287 — *Discurso-brinde* no banquete oferecido à Comissão Popular de Festejos a Rui Barbosa, na Baía, a 17 de janeiro de 1910.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 86-91.

288 — *Rui Barbosa na Baía* — Recepção promovida pela Comissão Popular — Discursos. A Plataforma — Baía, 1910, Tip. Baiana, 207 pags. com retrato.

289 — *Discurso no Conselho Municipal da Baía*, em 19 janeiro de 1910.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 93-96.

290 — *Discurso* no banquete de 17 de fevereiro de 1910, Juiz de Fora.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 103-105.

291 — *No Teatro Municipal de Juiz de Fora*, em 17 de reiro de 1910. — Campanha civilista. — Conferência.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 105-154.

292 — *No Teatro Municipal de Ouro-Preto*, a 19 de fever de 1910 — Campanha civilista. — Conferência.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 155-194.

293 — *No Teatro Municipal de Belo-Horizonte*, a 20 de reiro de 1910. — Campanha civilista. — Conferência.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 195-220.

294 — *A Nação* — Campanha civilista — Rio, 26 de fever de 1910. — Manifesto.

No *Jornal do Comércio*, 26 de fevereiro de 1910.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 223-231.

295 — *A Nação* — *idem* — Rio, 26 de março de 1910.

Em "Excursão eleitoral", II, pags. 233-231.

296 — *Carta-fac-simile ao eleitorado brasileiro*, solicitand voto para Presidente da República — Rio, 31 de janeiro de

297 — *Contra o Militarismo* — Campanha eleitoral de a 1910. — Rio, s/d, (1910), Jacinto Ribeiro dos Santos, 2 vols., e 182 pags., com retratos de Rui e Albuquerque Lins.

1.° vol.: *a*) Discurso do Teatro Lírica, em 3 de outubr 1909; *b*) Carta de Rui Barbosa aos senadores Francisco Glicé Antonio Azeredo, em 19 de maio de 1909; *c*) Discurso na man tação dos Estudantes, em 5 de junho de 1909.

2.° vol.: — Discurso em S. Paulo, Santos e Campinas.

298 — *Contra o militarismo* — Discursos políticos e sobre mércio e Navegação — Rio, 1910, Jacinto R. dos Santos, 78 pag com retratos de Rui e Albuquerque Lins.

Contém o discurso no Casino de S. Paulo e o de Santos.

299 — *Contra o militarismo* — Discurso financeiro — 1910, J. R. dos Santos, 100 pags. — E' o discurso de Campi

300 — *Excursão eleitoral ao Estado de S. Paulo* — S. P 1909, Casa Garraux, 278 pags., com retratos de Rui e Albuque Lins.

301 — *Excursão eleitoral aos Estados da Baía e Minas-Ge* — Manifestos à Nação — S. Paulo, 1910, Casa Garraux, 339 pag com os retratos de Rui Barbosa e Albuquerque Lins.

302 — *Discurso no Congresso Nacional*, em 16 de maio de 1910 (eleição presidencial).

Em "Anais", 1910, vol. I, pags. 3-13.

303 — *Discursos* (dois) *no Congresso Nacional*, em 20 de maio de 1910 (eleição presidencial).

Em "Anais", 1910, vol. I, pags. 56-61 e 62-64.

304 — *Discurso no Congresso Nacional*, em 27 de maio de 1910 (eleição presidencial). — Resposta ao Sr. J. J. Seabra.

Em "Aanais", 1910, vol. I, pags. 119-131.

305 — *Memória apresentada ao Congresso Nacional*, sobre a eleição presidencial, em 21 de julho de 1910.

Em "Anais", 1911, vol. II, pags. 1-212.

306 — *Discurso no Congresso Nacional*, em 23 de julho de 1910 (eleição presidencial).

Em "Anais", 1911, vol. II, pags. 874-887.

307 — *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional* — Razões finais — Rio, 1910, Tip. do *Jornal do Comércio*, 2 vols. 400 e 604 paginas.

V. numeros 246-247.

308 — *O caso do Amazonas* — Parecer ao senador Silvério Neri, em 25 de outubro de 1910.

Em "Anais" do Senado, setembro, 1918.

Em "Documentos parlamentares", *Intervenção dos Estados*, vol. XII, pags. 409-416.

309 — *Discurso no Supremo Tribunal, defendendo o habeas-corpus* para o Poder Executivo da Baía, em 20 de janeiro de 1911.

No *Jornal do Comércio*, de 21 de janeiro de 1911.

310 — *O caso do Amazonas* — Nova fase da questão — Parecer ao Sr. Sá Peixoto — Datado do Rio das Pedras (Campinas), 20 de fevereiro de 1911. — Rio, 1911, Imprensa Inglesa, pags. 26-43.

Em "Documentos parlam.", *Intervenção nos Estados*, vol. XII, pags. 416-424.

311 — *Discurso* no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, em 8 de maio de 1911.

Em "Conferência e principais trabalhos dos anos de 1911 e 1912 (Inst. da Ordem dos Advogados Brasileiros), Rio, 1914, Of. do *Jornal do Brasil*, pags. 219-243.

Em "Estante Clássica", n. 1 (*Rui Barbosa*), pags. 155-177. — V. n. 535.

312 — *Parecer Garcia Pires* — 1911.

No *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1911.

313 — *A Nação* — manifesto, renunciando por enfermo a cadeira de senador, em 2 de julho de 1911.

314 — *Nulidade e rescisão de sentença* — Rio, 1911, Tip. *Jornal do Comércio*, 78 paginas.

Outra edição: Rio, 1912, Imprensa Nacional, 97 pags. (Ba. Pereira, *Catal.*, p. 205). — V. n. 318.

315 — *Causa José Guilherme de Souza e Vicente de Ouro-P. contra a "Leopoldina Railway"* — Parecer — Rio, 1911, Tip. *Jornal do Comércio*, pags. 33 a 41.

316 — *Os antigos conventos e os seus bens em face da Co. tuição e da lei de 10 de setembro de 1893.* — Rio, 1911, Car. Filho & C., 84 paginas.

317 — *O dever do advogado* — Carta ao Sr. Evaristo Morais, em 26 de outubro de 1911 — Rio, 1912, Tip. da Cas. ritas, 18 paginas.

Outra edição: Rio, 1921, Instituto Bibliográfico Brasileiro, paginas.

Em "Cartas politicas e literárias", pags. 211-234.

318 — *Nulidade e rescisão de sentença* — Autora: Compa. Agrícola e Comercial do Brasil. Reu: Banco do Brasil — C. pareceres de Rui Barbosa, Clovis Bevilaqua e Bulhões Carv. — Advogado: Dr. João Maximiano de Figueiredo — Rio, 1. Impr. Nacional, 97 pags. — V. n. 314.

319 — *Discurso no Supremo Tribunal Federal, impetra. "habeas-corpus" para Virgilio de Lemos, Alfredo Rui e L. Brito.*

No *Diário de Noticias*, 30 de janeiro de 1912.

320 — *Petição de habeas-corpus* para a maioria do Congr. Baiano e o governador da Baía — Rio, fevereiro de 1912.

321 — *Habeas-corpus a favor de "O Imparcial"*, para que p. publicar os discursos de Rui Barbosa pronunciados no Senado. Rio, 1912.

Em *O Imparcial*, 7 de maio de 1912.

322 — *Discurso no Teatro Coliseu de Santos* — 9 de julh. 1912. — (Bat. Per., *Cat.*, p. 208).

323 — *Entrevista concedida á jornalista Virginia Quares. sobre a situação politica.*

Em *A Epoca*, 7 de outubro de 1912.

324 — *Entrevista ao "Imparcial" sobre o momento pol.* — Rio, 26 de dezembro de 1912.

325 — *The Western Telegraphic Company Ltd.* — Parece. Rio, 1912, Tip. do *Jornal do Comércio*, 110 paginas.

326 — *Concurso de preferência entre credores* — 1912.

Na "Revista do Supremo Tribunal", vol I, 1915, pags. 229.

327 — *Candidaturas presidenciais* — Declarações ao *Impar.* 25 de janeiro de 1913. — Vide n. 328.

328 — *Rui Barbosa e o Brasil* — Entrevista ao *Imparcial*, em 25 de janeiro de 1913 — Manáus, 1913, Tip. da Liv. Palais-Royal, 32 pags. — Vide n. 327.

329 — *Prisão e deportação de estrangeiros* — (Recurso ao *habeas-corpus*) — Carta à redação de *A Noite*, sobre a prisão e deportação do operário José Aires de Castro — Rio, 15 de março de 1913.

330 — *Convenções nacionais* — Entrevista ao *Correio da Manhã*, de 31 de março de 1913.

331 — *Carta à redação de "A Noite"*, de S. Paulo, *sobre a sua candidatura presidencial* — 6 de maio de 1913.

332 — *Discurso* no Teatro Politeama, do Rio (Parque Fluminense) na 2.ª convenção civilista, em 26 de julho de 1913.

Em "Rui Barbosa", de Mário de Lima Barbosa, pags. 309-310.

333 — *Programa do Partido Republicano Liberal* — Rio, 1913, 18 paginas.

Em "Manifestò, estatutos e programa do Partido Liberal", Rio, 1913, Papelaria Moderna, Arcanjo Sobrinho & C., 48 paginas.

334 — *Petição de "habeas-corpus"* ao Supremo Tribunal Federal, para os desembargadores de Manáus — Rio, agosto de 1913.

335 — *Defesa oral do "habeas-corpus"* ao Supremo Tribunal Federal, para os desembargadores de Manáus — Rio 21 de agosto de 1913.

Em "Documentos Parlamentares", *Intervenção nos Estados*, vol. XII, pags. 230-231 (resumo).

336 — *Defesa oral do mesmo habeas-corpus*, em sessão do Supremo Tribunal Federal, de 23 de agosto de 1913.

Em "Documentos parlamentares", *idem*, XII, pags. 233-238.

337 — *Saudação a Mr. Robert Bacon* — Discurso na Bibl. Nacional, em 10 de outubro de 1913.

No *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1913.

No *Jornal do Comércio*, de 11 de outubro de 1913.

Na "Rev. da Academia Brasileira de Letras" no 108, paginas 406-419.

338 — *O caso dos Estudante Paulistas* — Entrevista ao *Correio da Manhã*, 31 de outubro de 1913.

339 — *As cessões de clientes e a interdição de concorrencia nas alienações de estabelecimentos comerciais e industriais*: — Supremo Tribunal Federal — Apelante: — Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Apelados: Conde A. Penteado e a Companhia Paulista de Aniagens. — Razões de embargos dos Apelados — Rio, 1913, Tip. Fot. Mecânica, 395 paginas — V. n. 340 e 522.

340 — *Idem*. — Sustentação oral de embargos no Supremo Tribunal Federal, sessão de 12 de agosto de 1914, — Rio, 1913.

Na "Revista do Supremo Tribunal", n. 2, 1915, p. 474 — Vide n. 339.

341 — *Acumulações remuneradas* — Entrevista publica *Gazeta de Notícias*, do Rio, 1913.

342 — *Integralização de ações debenturistas*, etc. — Soc anônima — 1913.

Na "Revista de Direito", vol. 29.

343 — *Execução de contrato* — Madeira-Mamoré Railw Parecer — Rio, 1913, Tip. do *Jornal do Comércio*, pags. 15

344 — *Terrenos de marinha* — Parecer — 1913.

Na "Revista Predial", vol. 1.º, pags. 198-206.

345 — *Terras devolutas* — Estrada de Ferro S. Pau Grande — Parecer — S. Paulo, 1913, Casa Vanorden, 26 pa

346 — *Causa Guilherme Alvaro contra a Fazenda do E de S. Paulo* — Parecer — Poços de Caldas, 1913. — (Batis reira, *Cat.*, p. 206).

347 — *Manifesto à Nação.* — Candidaturas presidenciais de dezembro de 1913. — (Assinada tambem por Alfredo

Em "Rui Barbosa", de Mario de Lima Barbosa, pags. 3

Em "Ruinas de um Govêrno", pags. 253-261. — V. n

348 — *A verdadeira significação do manifesto dos cand liberais.* — Entrevista à *A Noite* — Rio, janeiro, 1914.

Em "Rui Barbosa", de M. de Lima Barbosa, pags. 33

349 — *A calúnia* — No *Correio da Manhã*, 17 de janei 1913.

350 — *Provocado* — No *Correio da Manhã*, de 4 de ja de 1914.

351 — *O govêrno Hermes* — Conferência escrita para ser nunciada em Juiz de Fora.

No *Imparcial*, *Correio da Manhã* e *Estado de S. Paulo*, e 2 de fevereiro de 1914.

Incluida em "Ruinas de um Govêrno". — V. n. 526.

Na "Rev. de L. Portuguesa", n. 2 (2.ª fase), 68 paginas.

352 — *Ruinas da Constituição* — Conferência escrita par pronunciada em Belo-Horizonte.

No *Imparcial*, *Correio da Manhã* e *Estado de S. Paulo*, e 8 de fevereiro.

Incluida em "Ruinas de um Govêrno". — V. n. 526.

Na "Rev. de L. Portuguesa", n. 3 (2.ª fase), 63 paginas.

353 — *A crise moral.* — Conferência escrita para ser pr ciada em Santos.

No *Imparcial*, *Correio da Manhã* e *Estado de S. Paulo*, d e 17 de fevereiro de 1914.

Incluida em "Ruinas de um Govêrno". — V. n. 526.

Na "Rev. de L. Portuguesa", n. 4 (2.ª fase), 63 paginas.

354 — *Esfola da calúnia — Carta à Nação*, em 20 de fevereiro de 1914. — Sobre o seu papel de advogado do Estado do Amazonas. — Resposta ao coronel Gabriel Salgado.

No *Correio da Manhã*, *Imparcial* e *Estado do S. Paulo*, de 26 de fevereiro de 1914.

Em "Cartas políticas e literárias", 1919, paginas 265-347.

Em "Esfola da calúnia", 1931, pags. 129-168. — V. n. 525.

Na "Revista de Língua Portuguesa", 2.ª fase, n. 1, setembro de 1931.

355 — *A Justiça* — Conferência escrita para ser pronunciada em S. Paulo.

No *Imparcial* e *Correio da Manhã*, de 28 e 29 de fevereiro de 1914.

No *Estado de S. Paulo*, de 1 e 2 de março de 1914.

Incluida em "Ruinas de um Govêrno". — V. n. 526.

356 — *Discurso* no Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas, agradecendo à manifestação que este lhe prestara a 25 de maio de 1914.

Na "Baía Ilustrada".

Na "Revista" do Centro de Campinas, n. 35-36 (1915), ps. 7-9.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 64 (abril, 1927), paginas 475-478.

Em "Estante Clássica" (*Rui Barbosa*), pags. 181-184. — V. n. 535.

357 — *Carta às senhoras cearenses*. — 1914.

No *Imparcial*, 4 de março de 1914.

358 — *Petição de "habeas-corpus"* ao Supremo Tribunal Federal, para garantia de direitos inerentes à sua função de senador — Em maio de 1914.

Em "Rev. do Supr. Trib. Federal", maio, 1914.

Em "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII, pags. 731-734.

359 — *Petição de "habeas-corpus"* ao Supremo Tirbunal Federal — para o *Imparcial*, o *Correio da Manhã*, *A Noite*, *A Época*, e outros jornais, afim de poderem circular livremente — Em abril de 1914.

Em "Rev. do Supr. Trib. Fed.", maio, 1914.

360 — *Discurso no Supremo Tribunal Federal*, defendendo o "habeas-corpus" para os jornais do Rio, em 9 de maio de 1914.

Em "Docum. Parlam.", *Estado de sitio, VII*, paginas 599-605.

V. "Documentos parlam.", *Estado de sitio*, VII, p. 605.

361 — *Petição de "habeas-corpus"* ao Supremo Tribunal Federal, em favor de José Eduardo de Macedo Soares, diretor do *Imparcial*, do Rio, em 9 de junho de 1914.

Em "Rev. do Supr. Trib. Federal", agosto, 1914.

Em "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII, pags. 68

362 — *Discurso no Supremo Tribunal Federal*, defendendo "habeas-corpus" para José Eduardo de Macedo Soares, em 1 junho de 1914.

V. "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII, p. 692.

363 — *Petição de habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Fe em favor de José Eduardo de Macedo Soares, em 19 de j de 1914, e aditamento à petição.

Em "Revista do Supr. Trib. Federal", setembro, 1914.

Em "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII, pags. 70

364 — *Discurso no Supremo Tribunal Federal*, defende "habeas-corpus" para José Eduardo de Macedo Soares, em 2 junho de 1914.

Em "Rev. do Supremo Tribunal Federal", setembro,

Em "Docum. parlament.", *Estado de sitio*, vol. VII, ps. 709

365 — *Aditamento à petição de "habeas-corpus"*, para Eduardo de Macedo Soares — Rio, 24 de junho de 1914.

Em "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII pag. 71

366 — *Discurso no Supremo Tribunal Federal*, defendendo "habeas-corpus", para José Eduardo de Macedo Soares, em 2 junho de 1914.

Em "Revista do Supremo Tribunal Federal", setembro, 1

Em "Docum. parlam.", *Estado de sitio*, vol. VII, p. 721 sumo).

367 — *Desapropriação* — Parecer — S. Paulo — 10 de s bro de 1914 — (Sobre desapropriação feita pela Câmara Muni de S. Paulo).

" Revista de Direito", vol. 39.

368 — *Bento XV? ou Benedicto XV?* — Quatro artigos. p cados no *Correio da Manhã*, de 22, 23, 24 e 25 de setembro de (Sem assinatura).

Em "Rev. de Ling. Port.", ns. 15 a 18 (1922).

369 — *Um ministro de hoje* — 1914.

No *Imparcial*, 15 de outubro de 1914.

370 — *O Éco* — Artigo sobre o govêrno Hermes.

No 1.º numero do jornal *O Éco*, 30 de outubro de 1914.

Em "Rev. de Língua Portuguesa", n. 8.

371 — *A gênese da candidatura Wenceslau Braz* — Disc no Senado, em resposta a Pinheiro Machado, em 13 de nove de 1914. — Rio, 1914. Tip. e Pap. Almeida Marques. 30 pag

Outra edição: Rio, 1915, *ibidem*, 83 paginas Com acréscim mais dois discursos de Rui: *O calote do Govêrno* e *Não se clamar contra o lodaçal*.

372 — *Discurso* na grande manifestação realizada à noite, em 28 de novembro de 1914, na Avenida Rio-Branco.

Em "Rui Barbosa, de Mario de Lima Barbosa, pags. 366-371.

373 — *Habeas-corpus em favor do Sr. Macedo Soares*, diretor do *Imparcial*.

No *Imparcial*, de 11 de dezembro de 1914.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal, vol. VII, parte I.

374 — *Invenção deslavada* — Na *Gazeta de Notícias* — 1914. — (Batista Pereira, *Cat.*, pag. 211).

375 — *Apelação* n. 2.286 — Apelante: *Conde de Leopoldina*. Apelados: A União e o Banco do Brasil — Razões do Apelante: com o parecer de Rui Barbosa. — Rio, 1914, Tip. do *Jornal do Comercio*, pags. 7 a 116.

376 — *Causa Carvalho Moreira* — Rio, 1914, Pap. Americana, pags. 7 a 27.

377 — *Ação de nulidade de arbitramento movida pelo Estado do Espirito-Santo contra Minas-Gerais na questão de limites entre estes dois Estados — Petição inicial* — Rio, 1914, Pap. Americana, 150 paginas.

378 — *Causa Cincinato Braga e Horácio Sabino contra Martinho Ferreira da Rosa* — Parecer — S. Paulo, 1914. — Casa Espínola, pags. 113 a 118.

379 — *Causa Otero, Filhos & C.* — contra a Fazenda Estadual (do Rio Grande do Sul) — Parecer — Porto-Alegre, 1914, Livraria do Globo, pags. 3 a 17. — V. n. 386.

380 — *Banco Hipotecário do Brasil* — Parecer — Rio, 1914, Tip. Leuzinger, 57 paginas.

381 — *Cotação cambial* — 1914.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", setembro, 1914.

382 — *Banco Hipotecário do Brasil* — Resposta a um difamador — Rio, 5 de novembro de 1913.

No *Jornal do Comércio*, de 6 de nov. 1913.

383 — *Carta à redação da "Gazeta de Noticias" sobre candidaturas à presidência da Baia* — Rio, 29 de julho de 1915.

Em "Cartas políticas e literárias", de Rui Barbosa, p. 357.

384 — *Contrato sobre depósito público de inflamaveis* — Causa Loureiro Barbosa & C. contra o Municipio de Maceió — Parecer — Recife, 1915, *Diário de Pernambuco*, 96 paginas.

(Batista Pereira, *Catal.*, pags. 212 e 215).

385 — *Limites entre o Paraná e Santa-Catarina* — Execução do acôrdo — Parecer — Rio, 1915, Tip. do *Jornal do Comércio*, pags. 26 a 85.

386 — *Taxação de comércio inter-estadual* — Proibição exportação de feijão feita pelo govêrno do Rio Grando do S 1915..

Na "Revista Jurídica", vol. 38, pag. 29.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", novembro de ps. 289-307. — V. n. 379.

387 — *Centro Industrial do Xarque contra a Fazenda d tado de Pernambuco* — Parecer — Rio, 1915, Tip. do *Jorn Comércio*, pag. 13.

388 — *Si pode o falido impugnar crédito* — Parecer — 6 de junho de 1915.

"Rev. do Supremo Tribunal Federal", outubro, 1915, pa 229-234.

389 — *Imposto de dividendo de sociedades anônimas com no estrangeiro* — Parecer — 1916.

Em *O Jornal* — Rio, de 12 e 14 de outubro de 1930.

390 — *Parecer sobre a sociedade anônima "Docas da B* — Rio, 10 de junho de 1913.

Na "Rev. do Supremo Tribunal Federal", abril, 1916, ps.

391 — *Nulidade de arbitramento por excesso dos poderes trais* — Razões de apelação do Estado de Minas-Gerais p Supremo Tribunal Federal, — na ação contra aquele movida Dr. Américo Werneck — Rio, 1916, Tip. do *Jornal do Com* 168 paginas.

392 — *Questão Minas-Wernack* — Competência do Su Tribunal Federal nas apelações de sentença arbitrais — Rio, Tip. do Jornal do Comércio, 120 paginas.

393 — *Américo Werneck versus Minas-Gerais* — Supremo bunal Federal — Sustentação dos Embargos do Estado ap — Rio, 1918, Tip. do *Jornal do Comércio*, 229 paginas.

394 — *Recurso extraordinário* 1.044 — *Martinho Garcez tra a Fazenda Nacional* — Rio 1916, Tip. do *Jornal do Com* "Traz apenas a concordância de Rui com o parecer de Ep Pessoa" (Bat. Per., *Cat.*, p. 213).

395 — *Demissão de Curador Geral de Órfãos* — Razõe defesa do Dr. Antônio Batista Pereira. — Supremo Tribuna deral. — Rio, 1916, Tip. do *Jornal do Comércio*, 114 paginas.

396 — *Liquidação de sentença* — Agravo n. 2.941 — vante: a União Federal. Agravado: Dr. Antonio Batista P Contra-minuta do agravado — Rio, 1921, 2 paginas.

397 — *Fatos sucessórios* — Parecer na questão Valdetaro, Na "Rev. de Direito", vol. 45 (Bat. Per., *Cat.*, p. 213).

398 — *Usofruto ou fideicomisso?* — 1916.

Na "Revista Jurídica", n. 5 (maio, 1916).

399 — *Parecer sobre recurso extraordinário* — Causa Eloi Pompeu contra o Estado de S. Paulo — 1916 — (Bat. Per., *Cat.*, p. 214).

400 — *Causa Alvaro Alvim contra a "Empresa Industrial da Gávea"*, 1916 — (Bat. Per., Cat., p. 214).

401 — *Competência em matéria de obras de portos* — A propósito da concessão das obras do porto de Porto-Alegre — Parecer — Rio, Tip. do *Jornal do Comércio*, 112 paginas.

402 — *Discurso apresentando as credenciais de Embaixador extraordinário junto ao govêrno da Argentina* — Buenos-Aires, julho de 1916.

No *Jornal de Noticias*, da Baía, julho de 1916.

403 — *Problemas de Direito Internacional* — Conferência na Faculdade de Direito de Buenos-Aires, a 14 de julho de 1916 — Londres, 1916, Jas. Truscott & Son Ltd., 138 paginas.

No *Jornal do Comércio*, Rio, 15 julho, 1916.

Nos "Anais da Câmara dos Deputados".

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", 1916, pags. 43-94.

Incluida em "A Grande Guerra", (V. n. 527), com o título "O dever dos neutros".

Tadução francesa: *Le devoir des Neutres* — com prefácio de Graça Aranha — tradução de Cardoso de Bethencourt, com retrato de Rui — París, 1917, Felix Alcan, 98 paginas.

Tradução espanhola: Vide *Conceptos modernos del Derecho Internacional*. — N.º 404.

404 — *Conceptos modernos del Derecho Internacional* — Conferência pronunciada al recebir el diploma de miembro honorario de la Academia de la Facultad de Derecho y Ciencias sociales de Buenos-Aires, 1916, Imprenta de Coni Hermanos, 80 pags. (Separata dos "Anales" daquela Faculdade, tomo I, parte 3.ª).

Esta tradução é do Sr. Manuel Bernárdez, ex-ministro do Uruguai no Brasil em 1916, e grande amigo de Rui Barbosa. — V. n. 403.

405 — *Discurso* no banquete oferecido pelo embaixador brasileiro (Rui Barbosa) ao govêrno argentino, em 16 de julho de 1916.

406 — *Conferência no salão de "La Prensa"*, de Buenos-Aires, em 20 de julho de 1916.

No *Jornal do Comércio*, Rio, 2 de agosto de 1916.

407 — *Carta à imprensa, explicando o pensamento de Estanislau Zeballos*, no discurso com que apresentou Rui Barbosa no salão de *La Prensa*, em 20 de julho de 1916. — Rio, 10 de agosto de 1916.

408 — *Conferência no Teatro Municipal*, do Rio, em 17 tembro de 1916 — (Liga dos Aliados) — Em benefício do I Brasileiro de Paris.

Incluida em "A Grande Guerra". — V. n. 527.

409 — *Principios constitucionais da União* — Parecer trópolis, 4 de abril de 1916.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", julho 191 nas 110-132.

410 — *Petição de habeas-corpus* ao Supremo Tribunal I em favor do general Gregório Taumaturgo de Azevedo, gov do Amazonas, e do vice-governador coronel Francisco F Lima Bacuri (Assina tambem a petição o Dr. Clovis Bevi — Rio, 10 de outubro de 1916.

Em "Documentos parlamentares", *Intervenção nos E* XII, pags. 375-382.

411 — *Petição*, requerendo juntada, aos autos de *hab pus*, do discurso de Clovis Bevilaqua no Supremo Tribunal ral em sessão de 18 de outubro de 1916. — (*Habeas-corpus* vor do general Taumaturgo e do coronel Bacur). — Assina t Clóvis Bevilaqua.

Em "Documentos parlamentares", *Intervenção nos E* XII, págs. 389-391.

412 — *Petição de habeas-corpus* no Supremo Tribunal F em favor dos mesmos pacientes Taumaturgo e Bacuri, em dezembro de 1916. (Assinada: Taumaturgo de Azevedo, Bevilaqua e Rui Barbosa).

413 — *Subvenções Municipais a Escolas de corporaçõe giosas* — Interpretação do art. 72, paragrafos 6.° e 7.° da tuição Federal. — Parecer — Rio, 1916, Tip. do *Jornal do*

414 — *Aos Atiradores Baianos* — Discurso no Teatro a 18 de setembro de 1916.

No *Jornal do Comércio*, de 19 de setembro de 1916.

Na "Baía Ilustrada".

Em "Ditadura e República", 1932. — V. n. 532.

415 — *Ensino leigo* — 1917.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", janeiro 1917.

416 — *Entrevista ao "Estado de São Paulo" sobre o mento de relações com a Alemanha* — Estado de São Paulo, abril de 1917.

417 — *Conselho administrativo da Associação dos Empre no Comércio do Rio de Janeiro* — Parecer — Petrópolis, abril de 1916.

No "Boletim dessa Associação", outubro, 1927, pags. 11

418 — *A Grande Guerra* — Conferência no Teatro Petrópolis, a 17 de março de 1917. — Rio, 1917, Tip. do *Jornal do Comércio*, 24 pags. em duas colunas. — Em benefício da "Cruz Vermelha dos Aliados."

Incluida em "A Grande Guerra". — V. n. 527.

Outras edições: Londres, 1917, Evre and Spottiswood, Ltd., 67 paginas; S. Paulo, 1917,Lit ogr. Sarcinelli, 20 paginas.

Edição francesa: Tradução de Clement Gazet — Paris, 1917, Librairie Garnier.

419 — *Discurso proferido de uma das janelas do "Jornal do Comércio"*, na manifestação popular pela entrada do Brasil na Guerra — 14 de abril de 1917.

Nos jornais do Rio, de 15 de abril de 1917.

Incluido em "A Grande Guerra" (V. n. 527), com o título "O dever do Brasil".

420 — *Pages choisies de Rui Barbosa* — Tradução de Clement Gazet. Rio, 1917, F. Briguet, 303 pags. — Prefácio de Paul Deschanel.

Coletanea organizada por Mario de Lima Barbosa.

421 — *Oswaldo Cruz* — Discurso no Teatro Municipal do Rio, em nome da classe médica, em 28 de maio de 1917. — Rio, 1917, Instituto de Manguinhos, 48 paginas.

Incluido em "Elogios acadêmicos", pags. 155-268. — V. n. 518.

422 — *Discurso no Senado*, 31 de maio de 1917, pugnando pela entrada do Brasil na guerra, em pról dos Aliados.

No livro "A revogação da neutralidade brasileira". Dois discursos (de Rui Barbosa e Pedro Moacir) — Londres, 1918. R. Clay & Sons, 147 paginas.

Incluido em "A Grande Guerra" (V. n. 527), com o título "Revogação da neutralidade do Brasil".

423 — *Manifesto á Nação, sobre candidaturas presidenciais* — Rio, 2 de abril de 1917.

424 — *Idem, idem* — Rio, 4 de maio de 1917 — Reproduz o de 2 de abril de 1917.

Em *O Imparcial*, de 6 de junho de 1917.

425 — *Habeas-corpus a favor do general Taumaturgo de Azevedo, governador do Amazonas* — 1917 — (Bat. Per., *Cat.*, p. 217).

426 — *Atas e discursos de Rui Barbosa na 2.ª Conferência da Paz* — Tradução de Artur Bomílcar — Rio, 1917, Jacinto Ribeiro dos Santos, 304 paginas.

Edição francesa: La Haye, 1917, W. P. Van Stockum et Fils, II-335 pags. — V. numeros 251 e 519.

427 — *Discurso* no Senado, ao discutir-se a revogação da neutralidade do Brasil na Grande Guerra, em 9 de setembro de 1917.

Em *O Imparcial*, de 10 de novembro de 1917.

Incluido em "A Grande Guerra" (V. n. 527), sob o "O Brasil na Guerra".

428 — *Apêlo de Rui Barbosa e Nilo Peçanha aos pres dos Estados e Prefeito do Distrito Federal, pedindo socorro as familias belgas, ameaçadas pela fome.* — Rio, 1917, T *Jornal do Comércio*, 9 paginas.

429 — *Obrigações impostas pelo Govêrno e não oriun contrato* — Parecer à Companhia Sapucaí — 1917. — A (Bat. Per., *Cat.*, p. 215).

430 — *Reelegibilidade presidencial ante a legislação do do Rio.* — Parecer — 1917, 12 pags. dactilografadas — (Ba *Cat.*, p. 216).

431 — *Relações contratuais entre Brasileiros e s alemães residentes no Brasil durante a guerra* — Parecer — Na "Revista de Direito", vol. 48, p. 53.

432 — *Homologação de sentença estrangeira* — Parecer Leerz — 1917 — Autógrafo — (Bat. Per., *Cat.*, p. 216).

433 — *Monopólio dos serviços públicos. — O poder da p* — 1917.

Na "Revista Jurídica" n. 18.

434 — *Laudo sobre a questão dos portos de Jaraguá rumbá* — Rio, 26 de outubro de 1917.

Na "Revista Jurídica", n. 25, janeiro, 1918.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", vol. XIV. — 1918, pags. 145-171.

435 — *Si o serviço da Divida Pública dos Estados, fei meio de apólices ou notas promissorias, está sujeito ao impos sêlo federal, regulado pelo Decreto n. 564, de 22 de janeiro de* — Parecer dado ao govêrno do Estado de São Paulo — 19 Autógrafo — 140 pags. (24 de agosto de 1917). — Bat. Per pagina 217).

436 — *Desapropriação por utilidade pública* — Parecer — Na "Revista de Direito", vol. 48.

437 — *Razões de Apelação* n. 605. — Superior Tribun Justiça do Paraná — S. José da Boa Vista — Apelante: C dador Domingos Manuel da Costa. Apelados: José Carvalh Oliveira e outros. São Paulo, 1917, Tip. do *Estado de São P* 42 pags. (Com José Joaquim de Palma e Ulysses F. Vieira V. n. 438.

438 — *Razões de Apelação* n. 607 — Superior Tribun Justiça do Paraná — Jacarézinho — Apelante: Comendad mingos Manuel da Costa. Apelados: Fernando Loureiro &

outors. — S. Paulo, 1917, Tip. do *Estado de São Paulo*, 56 paginas (Com José Joaquim de Palma e Ulisses F. Vieira). — V. n. 437.

439 — *Páginas literárias* (1877-1918) — Baía, 1918, Livraria Catilina, 442 paginas.

Coletânea organizada pelo Dr. Homero Pires.

440 — *Discurso no Campo de S: Cristovão* — (Jubileu cívico) — em 11 de agosto de 1918.

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*, n. 1, da "Rev. de Ling. Port.", p. 187. — V. n. 535.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 63 (1927).

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XVI, pags. 213-220.

441 — *Discurso na Biblioteca Nacional* — (Jubileu cívico) — Em 12 de agosto de 1918.

Nos jornais do Rio, de 13 deagosto de 1918.

Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 63 (1927).

Em "Rui Barbosa" (*Estante Clássica*), pags. 199-208. — V. n. 535.

442 — *Discurso no Teatro S. Pedro* — (Jubileu cívico) — em 13 de agosto de 1918.

Nos jornais do Rio, de 14 de agosto de 1918.

443 — *Em pról dos soldados mutilados da guerra* — 1918.

Na "Baía Ilustrada", 1918.

444 — *A questão dos portos no Brasil* — Parecer — Baía, 1919. Estab. dos "Dois Mundos", 145 paginas.

E' datado de Petrópolis, 12 de janeiro de 1918.

445 — *Desquite amigavel* — Falecimento de um dos cônjuges. Nomeação de tutor em testamento — Parecer — 1918.

Na "Revista de Direito", vol. 31, p. 14.

446 — *Paz... mas que paz?* — 1918.

Em *O Imparcial*, de 14 de outubro de 1818.

Incluido em "A Grande Guerra" — V. n. 527.

447 — *Saudação aos paises aliados* — Discurso no Senado, a 13 de novembro de 1918.

Em *O Imparcial* de 14 de novembro de 1918.

448 — *Discurso em resposta a Paul Claudel, embaixador de França, ao receber as insignias de grande oficial da Legião de Honra* — 1918.

449 — *Discurso de agradecimento à Inglaterra e à Belgica* — 1918.

Na "Baía Ilustrada", 1918.

450 — *Carta ao Dr. Rodrigues Alves, presidente eleito do Brasil, dando-lhe as razões por que não póde aceitar a nomeação de Embaixador do Brasil no Congresso da Paz, em Paris* — Rio,

9 de dezembro de 1918 — (Responde à carta de Rodrigues de 3 de dezembro de 1918) — V. "Campanha presidencial", p.

Em *O Imparcial*, de 12 de dezembro de 1918.

Em "Esfola da calúnia", 1931, pags. 243-256.

Foi traduzida para o francês — V. n. 451.

451 — *Porquoi je ne suis pas allé á la Conférence de la* — lettre ouverte á S. Excellence le président de la Républiq Brésil — Traduction de F. Briguiet — Paris, 1919, F. Br 23 paginas.

E' a tradução da carta a Rodrigues Alves. — V. n. 450.

452 — *Carta a Delphim Moreira, vice-presidente da Rep dando as razões por que não pode aceitar a designação p Congresso da Paz* — Rio, 9 de dezembro de 1918.

453 — *Carta ao senador Antônio Azeredo, vice-president Senado, explicando os motivos por que não pode aceitar a nom de embaixador do Brasil no Congresso da Paz* — Rio, 9 de de bro de 1918.

454 — *Telegrama ao senador Antônio Azeredo, sobre indic de presidentes da República mediante convenções de congress* — Rio, 8 de fevereiro de 1919.

Em "Companha presidencial", p. 17. — V. n. 466.

455 — *Entrevista ao "Correio do Povo"*, de Porto Alegre, s a revisão constitucional, em janeiro de 1919 — Em "Camp presidencial", pags. 3-16.

456 — *Carta a Nilo Peçanha, sobre candidaturas pre ciais* — Petrópolis, 20 de fevereiro de 1919.

457 — *Carta a Nilo Peçanha, desligando-o de compromi com a sua candidatura presidencial* — Petrópolis, 25 de fever de 1919.

Em "Campanha presidencial", p. 27. — V. n. 466.

458 — *Carta ao senador Paulo de Frontin, que lhe ofer uma cadeira de senador pelo Distrito Federal, caso renuncias sua pela Baía* — Petrópolis, 2 de março de 1919.

No *Correio da Manhã*, de 4 de março de 1919.

Em "Campanha presidencial, p. 50. — V. n. 466.

459 — *As classes conservadoras* — Conferência na Associa Comercial do Rio de Janeiro — Rio, 8 de março de 1919.

No *Imparcial*, de 9 de março de 1919.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XIX, abril, 1919, pagi 157-169.

Em "Campanha presidencial", pags. 53-104. — V. n. 466.

460 — *A questão social e politica no Brasil* — Conferência Teatro Lírico, do Rio, a 20 de março de 1919.

Na "Revista do Brasil", n. 40 (abril, 1919), 33 paginas.

Em "Campanha presidencial", pags. 107-169. — V. n. 466.

461 — *Minas vitoriosa* — Conferência em Juiz de Fora, a 2 de abril de 1919.

No *Imparcial*, de 3 de abril de 1919.

Em "Campanha presidencial", pags. 171-198. — V. n. 466.

462 — *O caso internacional, ou a Politica do Brasil durante a Grande Guerra* — Conferência em S. Paulo, a 4 de abril de 1919.

Na "Revista do Brasil", numeros 42 e 43, vol. XI, 1919.

Em "Campanha presidencial", paginas 199-285. — V. n. 466.

463 — Entrevista à *Época* sobre a dívida externa e os Estados-Unidos.

Em *A Patria*, de 17 de maio de 1919.

464 — *As classes armadas* — Conferência no Rio; a 24 de maio de 1919.

No *Estado de São Paulo*, de 26 de maio de 1919.

465 — *A pátria politica* — Conferência — 1919.

Na "Pátria Ilustrada", n. 37 (Batista Pereira, *Cat.*, p. 220).

466 — *Campanha presidencial* (1919) — Baía, 1921. — Livraria Catiilna, 285 paginas.

Contém: Entrevista ao *Correio do Povo*, de Porto-Alegre, em janeiro; Telegrama ao senador Azeredo, em 7 de fevereiro; Entrevista à *Noite* (22 de fevereiro); A convenção de 25 de fevereiro; Apêlo aos estudantes de S. Paulo, indicando o nome de Rui Barbosa para presidente da República; Discurso do senador Francisco Sá em pról da candidatura Rui Barbosa; Carta de Rui Barbosa ao Dr. Paulo de Frontin, em 2 de março; e as conferências de Rui Barbosa: *As classes conservadoras; A questão social e politica no Brasil; Minas vitoriosa; O caso internacional.*

467 — *Carta a Nilo Peçanha* — em resposta à que este lhe escrevera, felicitando-o pela assinatura do Tratado de Paz — Rio, 2 de julho de 1919.

Em *A Noite*, 3 de agosto de 1919.

468 — *Manifesto à Nação*, sobre o resultado da campanha presidencial — Rio, 17 de julho de 1919.

No *Imparcial*, de 19 de julho de 1919.

469 — *A questão das condecorações* — (A situação dos brasileiros condecorados perante a Constituição Federal), — Rio, 18 de junho de 1919.

No *Imparcial*, 21 de junho de 1919.

Na "Rev. do Supr. Tribu. Fed.", vol. 36, janeiro 1922, paginas 217-232.

Na "Coletânea Jurídica". — V. n. 522.

470 — *Cartas politicas e literárias* — I — Baía, 1919, Livraria Catilina, VI-334 paginas.

Coletânea organizada pelo Dr. Homero Pires (O 2.º vo não foi publicado). V. n. 551.

471 — *Defesa do Sr. Antônio Paulino da Silva*, juiz de d da 2.ª Vara Civel — Côrte de Apelação — Parecer — Rio, Jacinto Ribeiro dos Santos.

472 — *As Docas de Santos e as taxas de capatazias* — Pa dado ao govêrno do Estado de São Paulo — Rio, 1919, Imp Nacional, 104 paginas — V. n. 158.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed." vol. XVIII, jan. 1919, p 103-179. Martinho Garcez contra a Prefeitura do Distrito Fe — Recurso extraordinário n. 1.044 — Parecer — Rio, 1919, do *Jornal do Comércio*, de pagz. 241 a 286.

474 — *Delegação de poderes* — 1919.

Na "Revista Jurídica", n. 41.

475 — *Manifesto circular* — (Campanha Paulo Fontes Rio, 30 de setembro de 1919.

No *Diário da Baia*, de 19 de outubro de 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 7-9. — V. n. 531.

476 — *Entrevista ao "Correio da Manhã"* — (Campanha Fontes).

No *Correio da Manhã*, de 15 de outubro de 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 11-16. — V. n. 531.

477 — *Discurso na Convenção Estadual da Baia* — Em novembro de 1919.

No *Diário da Baia*, de 21 de novembro de 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 25-39. — V. n. 531.

478 — *Conferência em Alagoinhas* — Baía, 3 de dezer 1919.

No *Diário da Baia*, 4 de dezembro de 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 45-62. — V. n. 531.

Em "Rui Barbosa" (Estante Clássica, n. 1, da "Rev. de Port.", 1920, p. 211). — V. 535

479 — *Conferência em Serrinhã* — Baía, 4 de dezembro,

No *Diário da Baia*, 5 de dezembro de 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 63-79. — V. n. 531.

480 — *Conferência em Vila-Nova-da-Rainha* — Baía, 5 d bro, 1919.

No *Diário da Baia*, 9 dezembro 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 81-112. — V. n. 531.

481 — *Conferência em Nazaré* — Baía, 19 de dezembro,

No *Diário da Baia*, 22 de dezembro, 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 113-148. — V. n. 531

482 — *Conferência em Santo-Amaro* — Baía, 20-12-1919.

No *Diário da Baia*, 23 dezembro, 1919.

No *Correio da Manhã*, 29 dezembro, 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 149-185. — V. n. 531.

483 — *Conferência em Cachoeira* — Baía, 21 dezembro, 1919.

No *Diário da Baia*, 25 dezembro, 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 187-203. — V. n. 531.

484 — *Conferência na Feira de Santana* — Baía, 24-12-1919.

No *Diário da Baia*, dezembro, 1919.

Em "Uma campanha política", pags. 205-219. — V. n. 531.

485 — *Manifesto ao povo baiano* — Baía, 3 janeiro, 1920.

No *Diário da Baia*, 4 janeiro, 1920.

Em "Uma campanha política", pags. 222-226. — V. n. 531.

486 — *Carta ao "Diário da Baia"* (Campanha Paulo Fontes) — Baia, 25 janeiro, 1920.

No *Diário da Baia*, de 24 de janeiro, 1920.

Em "Uma campanha política", pags. 227-229. — V. n. 531.

487 — *A Baía* — manifesto (Campanha Paulo Fontes) — Baía, 26 janeiro, 1920.

No *Diário da Baia*, de 26-1-1920.

Em "Uma campanha política", pags. 231-232. — V. n. 531.

488 — *A Baia e o seu problema* — Manifesto à Nação — Rio. 5 fevereiro, 1920.

Nos jornais do Rio e da Baía, fevereiro, 1920.

Em "Uma campanha política", pags. 233-289. — V. n. 531.

489 — *Entrevista à "Noite"* (Campanha Paulo Fontes) — fevereiro, 1920.

Em *A Noite*, 24-2-1920.

Em "Uma campanha política", pags. 295-297. — V. n. 531.

490 — *Carta ao presidente Epitácio Pessoa* — Intervenção na Baía. — Petrópolis, 24 de fevereiro, 1920. — V. n. 531.

Nos jornais do Rio e da Baía, fevereiro, 1920.

Em "Uma campanha política", pags. 299-302. — V. n. 531.

491 — *O art. 6.º da Constituição e a intervenção de 1920 na Baía* — Tomo I — Manifesto à Nação — Rio, 1920, Livraria Castilho, III-470 paginas. — O tomo II não chegou a ser publicado. — E' datado de Petrópolis, 15 de abril de 1920.

Publicado primeiramente no *Imparcial*, em artigos sucessivos, de 29 de fevereiro, 1, 3, 5, 7, 9, 11, 14, 19, 21, de março; 1, 7, 11, 16 e 19 de abril de 1920.

492 — *Realização do ativo de massa falida* — Companhia Fiação e Tecidos Andaraí — Parecer.

Em "Rev. do Supr. Trib. Federal", out. 1919, pags. 171-176.

493 — *Oração aos moços* — Discurso de paraninfo, lido pelo Dr. Reinaldo Porchat, na Faculdade de Direito de S. Paulo, na

colação de grau dos bachareis em 29 de março de 1921. — S. P 1920. Casa Editora *O Livro*, 53 pags. com retrato do autor.

Na "Revista de Lingua Portuguesa", n. 11, Rio, 1921, p

Em "Elogios Acadêmicos" e "Orações de paraninfo". n. 518.

494 — *Demissão ilegal do Dr. Madureira de Pinho* — Sup Tribunal de Justiça da Baía — Embargos civeis n. 312 — Pa — Baía, 1920, 5 paginas, com o *fac-simile* do original (Batist reira, *Cat.*, p. 222).

495 — *Queda do Império* — Artigos do *Diário de Notic* 1889 — Rio, 1921, Livraria Castilho, 2 vols.: 1.º vol. LXXXI pags.; 2.º Vol., III-574 pags. — O 1.º vol. contém artigos de março a 14 de abril; o 2.º artigos de 14 de abril a 26 de

Os demais volumes desta série não foram publicados.

406 — *Discurso no Club Militar*, em 26 de junho de 1921

Em *O Imparcial*, de 28 de junho de 1921.

497 — *Discurso*, agardecendo à Comissão da Câmara dos D tados, que o fôra cumprimentar por sua reeleição de senador cadeira havia renunciado. — Rio, 16 de julho de 1921.

Nos jornais do Rio, de 17 de junho de 1921.

Na "Revista de Língua Portuguesa", n. 12 (1921), pags. 2

Em "Ditadura e República", p. 239 — V. n. 532.

498 — *Discurso*, agradecendo à Comissão do Senado, mesmo motivo — Rio, 17 de julho de 1921.

Nos jornais do Rio, de 18 de junho de 1921.

Na "Rev. de Ling. Portuguesa", n. 12 (1921) pags. 31-32.

Em "Ditadura e República", p. 241. — V. n. 532.

Estes discursos foram pronunciados na residência de Rui bosa, à rua de S. Clemente n. 134.

499 — *Discurso* no Senado, ao reassumir a cadeira que h renunciado. — Em 30 de julho de 1921.

Em *O Imparcial*, de 31 de julho de 1921.

Em "Ditadura e República", pags. 245-253. — V. n. 532.

500 — *Discurso* na Liga de Defesa Nacional, sobre a r triação dos despojos de D. Pedro II e de D. Maria Teresa, dezembro de 1921.

Na "Rev. de L. Portuguesa", n. 9 (1921), pags. 33-35.

Em "Ditadura e República", 1932. — V. n. 532.

501 — *Discurso* na mesma Liga sobre o mesmo assunto, em de dezembro de 1921.

Na "Rev. de L. Portuguesa", n. 9 (1921), pags. 35-43.

Em "Ditadura e República", 1932. — V. n. 532.

502 — *Seguros terrestres em relação a motins* — Causa F Ramos contra Froeb & C. — Parecer — 1921.

Na "Revista de Direito", n. 10, vol. 4.º, ano II.

503 — *Direito de convocação dos auditores de guerra mais antigos* — Parecer dado ao Dr. Garcia Pires — 1921, Petrópolis, 19 pags. autógrafos (Bat. Per., *Cat.*, p. 222). — V. n. 312 e 538.

504 — *Vitaliciedade do cargo de depositário público* — Parecer dado a Austin Nobre — 1921, 27 pags. autógrafas (Bat. Pereira, *Cat.*, p. 222).

505 — *O câmbio oficial é o da Câmara Sindical dos Corretores e não o da Caixa da Conversão* — Apelação Civel n. 3.922 — Causa Norton Megaw & C. contra a União Federal — Parecer — Rio, 1921, Tip do *Jornal do Comércio*, pags. 15 a 37.

506 — *Correspondência* — (íntima, literária e política, com o seu primeiro discurso e uma representação ao govêrno provincial) — colecionada por Afonso Rui — Baía, 1921, Impr. Oficial do Estado, 157 paginas.

507 — *O caso da desapropriação da "S. Paulo Northern Railroad C."* — Supremo Tribunal Federal — Embargos — Conflito n. 481 — 1921.

No *Jornal do Comércio*, de 27 de maio de 1921. — V. n. 546.

508 — *A desapropriação da "S. Paulo Northern Railroad C."* — Recurso extraordinário — Razões do recurso — 1922 (Batista Pereira, *Cat.*, p. 244). — V. numeros 507 e 546.

509 — Consulta: *Em face do contrato celebrado pelo Govêrno Federal com a "Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro", em 4 de setembro de 1899, nos termos do decreto n. 3.329, de 1 de julho do mesmo ano, pode o govêrno contratar com terceiro o fornecimento de energia elétrica para iluminação de suas propriedades, dentro do Distrito Federal?"* — Embargos na apelação civel n. 2.393. — Embargante: The Rio de Janeiro Tramway Light and Power C. Ltd. Embargados: Companhia Brasileira de Energia Elétrica e Guinle & C. — Memorial da Embargante. — Parecer — Rio, 1921, Tip. da "Revista dos Tribunais", 94 paginas (ps. 29 a 49).

O parecer de Rui é datado do Rio, 22 de agosto de 1909.

510 — *Saudação a Charles Hughes* — em inglês (Pronunciada no leito, onde Rui se achava enfermo). — 1922.

V. *O Tempo*, revista, 15 de setembro de 1922 (Batista Pereira, *Cat.*, p. 224).

511 — *Saudação aos jangadeiros.*

Em *O Tempo*, revista, 1 de outubro de 1922.

512 — *Garantia de juros* — Companhia "Port. of Pará" — Parecer — Rio, 1922, Tip. da "Revista dos Tribunais", — V. n. 523.

Em "Revista de Direito Público", ano III, vol. 5.º, n. 1.

513 — *Carta-Parecer ao Sr. John Gordon sobre a exp de areias monazíticas no Estado do Espírito-Santo* — Pet 18 de janeiro de 1922, 6 paginas datilografadas.

(A carta responde a um memorial de John Gordon (3 neiro de 1922). — No arquivo de Rui Barbosa.

514 — *Inconstitucionalidade do imposto sobre a renda.* - tão Barcelos-União — Parecer — 1923 (Bat. Per., *Cat.*, p. 22

515 — *Reelegibilidade dos presidentes e a limitação tem do poder dado aos chefes da Nação* — "Parecer, que com escrever, dias antes do seu falecimento, sobre mais uma das ções do Sr. Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, e q xou incompleto" — 1923.

Em "Rui Barbosa e o Rio Grande do Sul", de Batista P pags. 43 a 46. — Foi o último trabalho de Rui (Batista Pe p. 224).

516 — *Orações do Apóstolo* — Rio, 1923, Edição da " de Língua Portuguesa", 250 páginas.

Contém: 1.º, Discurso no centenário do Marquês de (8 de maio de 1882); 2.º O desenho e as artes industriais novembro de 1882); 3.º Discurso no banquete do *Jornal do*

517 — *A imprensa e o dever da verdade* — Conferência cio (30 de novembro de 1895); 4.º Swift (1887).

em beneficio do "Abrigo dos Filhos do Povo", da Baía — 1924, sem indicação tipográfica, 96 pags. — Lida na Baí Dr. João Mangabeira.

518 — *Elogios acadêmicos e Orações de paraninfo* - 1924, "Rev. de Língua Portuguesa", 399 paginas.

Contém: 1 — Elogio de Castro Alves; 2 — José Bonif — Oswaldo Cruz; 4 — Discurso no Colégio Anchieta; 5 — aos moços.

519 — *O Brasil em Haia, por William Stead* e *dez di de Rui Barbosa* — Tradução de Artur Bomilcar — Rio Imprensa Nacional — XVII-190-XI paginas — V. n. 426.

520 — *Pensamentos de Rui Barbosa* — Coligidos e pref por Moisés Horta — S. Paulo, 1925, Livraria do Globo, 181 p.

521— *Coletânea literária* (1868-1923) — S. Paulo, 1928 panhia Editora Nacional, 334 — VII paginas Organizada, ciada e anotada por Batista Pereira.

2.ª edição: S. Paulo, 1932.

522 — *Coletânea Jurídica* — S. Paulo, 1928, Compan tora Nacional, 393 paginas.

Contém: 1 — *O Habeas-corpus;* 2 — A anistia; 3 — premo Tribunal Federal no nosso mecanismo político; 4

sões de clientela; 6 — As Condecorações; 6 — Posse de direitos pessoais.

523 — *Companhia "Port. of Pará" — Questão da garantia de juros* — Parecer — Rio, 19 de dezembro, 1922 — Rio, 1929, Gráfica Ipiranga, 27 paginas. — V. n. 512.

524 — *A Cruz e o Mar* — Discurso proferido em 14 de janeiro de 1899 — Rio, 1931. Tipografia S. José, 8 paginas — Edição de 12 exemplares numerados, distribuidos por Homero Pires a doze Ruistas, cujos nomes foram impressos nos respectivos exemplares. — São os dois trechos do discurso de Rui na manifestação que lhe fizeram os oficiais de terra e mar. — V. n. 198.

525 — *Esfola da Calúnia* — Prefácio e notas de Fernando Neri — Rio, 1931, Editora Americana (rua dos Ourives, n. 95), 527 paginas — Contém: 1 — *Resposta a Cesar Zama;* 2 — *O Brasil e as nações latino-americanas em Haia;* 3 — *Esfola da Calúnia;* 4 — *A politica internacional do Brasil durante a Grande Guerra;* 5 — *Carta ao Dr. Rodrigues Alves*, recusando o convite para Delegado do Brasil à Conferência da Paz.

526 — *Ruinas de um govêrno* — Prefácio e notas de Fernando Neri — Rio, 1931, Editora Guanabara (rua dos Ourives, n. 95), 263 paginas — Contém quatro das conferências escritas para a 2.ª campanha presidencial, não pronunciadas, mas publicadas em jornais do Rio e S. Paulo: *O Govêrno Hermes; As ruinas da Constituição; A crise moral; A Justiça;* e, em apêndice, o *Manifesto à Nação*, em 28 de dezembro de 1913, assinado tambem pelo senador Alfredo Elis, desistindo ambos das candidaturas à presidência e vice-presidência da República. — Os editores Waissman, Reis & Ç., são os mesmos que editaram a *Esfola da Calúnia* — Oficina Industrial Gráfica, de Américo Bedeschi, rua da Misericordia, n. 74, Rio.

527 — *A Grande Guerra* — Prefácio e notas de Fernando Neri — Rio, 1932, Editora Guanabara, 299 paginas — Contém: 1 — *O dever dos neutros* (a conferência de Buenos-Aires); 2 — *Conferência no Teatro Municipal;* 3 — *A Guerra Européa* (conferência em Petrópolis); 4 — *O dever do Brasil;* 5 — *Revogação da neutralidade do Brasil;* 6 — *O Brasil na Guerra* (discurso); 7 — *Paz... mas que Paz?* — A tipografia (Canton & Reile é a mesma que imprimiu a *Esfola da Calúnia.*

528 — *Um conselho desatendido* — Rio, 25 de junho de 1909. — Artigo publicado na imprensa sobre a candidatura Campista e a morte do presidente Afonso Pena.

Na "Rev. da Acad. Bras. de Letras", n. 119 (1931), paginas 292-307.

529 — *Rui e Floriano* — Na "Rev. da Acad. Bras. de L
numeros 110 e 111 (1931).

Contem as cartas de Rui a *La Nacion* e a *La Prensa*, de
Aires. — V. numeros 149, 150, 151, 152 e 533.

530 — *Rui Barbosa e Andrade Figueira* — Na "Rev. d
demia Bras. de Letras", n. 121 (1932).

Contem: — Carta de Rui a Andrade Figueira (12 março,
os artigos; *Um homem, Conspiração das conciências, Mai
rância* publicados em *A Imprensa*, e o discurso de Rui na
festação dos advogados do Rio a Andrade Figueira. — V.

531 — *Uma campanha politica — A sucessão govern
na Baia* — (1919-1920) — organizado e revisto pelo Dr.
Pires, lente catedrático da Faculdade de Direito da Baía
Paulo, 1932, Livraria Acadêmica, Saraiva & C., 307 paginas.

Contem, além de outros escritos de Rui, as conferência
tivas à campanha Paulo Fonte. — V. numeros 475 a 490.

532 — *Uma lição de português — Que é decente e de
— Discurso pronunciado no Senado, em sessão de 26 de d
de 1901, respondendo ao senador Ramiro Barcelos.

Em "Anais do Senado Federal".

Na "Rev. da Academia Brasileira de Letras", n. 126
1932), paginas 218-239.

533 — *Ditadura e República* — Prefácio e notas de Fer
Neri — Rio, 1932, Editora Guanabara (Waissmann-Koogan
atda), rua dos Ourives, n. V-255 paginas — Contem: 1 —
Floriano (Carta a *La Nacion*, Duas cartas a *La Prensa*,
aos Vencidos. Carta a Prudente de Morais, *No túmulo do*
no Senado); 3 — *Revolta da Escola Militar* (discurso no Se
cidos); 2 — *O atentado de 5 de novembro de* 1897 (cinco di
4 — *A Conferência de Haia* (discurso em Paris); *A Justiç*
curso na Faculdade de Direito de S. Paulo); 6 — *Aos Alir
Baianos* (discurso); 7 — *D. Pedro II* (dois discursos na L
Defesa Nacional); 8 — *Reassumindo a senatória* (três disc

533-A — *Comentários à Constituição Federal Brasilei*
coligidos e ordenados por Homero Pires. — 1.º volume: art
15 das Disposições Preliminares — S. Paulo, 1932, Saraiva
XL — 424 paginas, e mais duas de *Errata*. — Com prefác
Homero Pires.

534 — *Primores*, — com prefácio de Laudlino Freire -
1932, Estab. Gráfico de Canton & Reile, Edição de "Revi
Língua Portuguesa", 255 paginas.

Contem 32 artigos de Rui, publicados em *A Imprensa*,
sive o artigo programa desse jornal.

535 — *Estante clássica* da Revista de Língua Portuguesa vol. I: "Rui Barbosa" — Rio, 1920, Tip.-Lit. R. Rohe, 224, paginas, com prefácio de Laudelino Freire e retrato de Rui.

Contem juizos vários sobre a personalidade de Rui, e os seguintes trabalhos: Pelos escravos, Canto noturno de um pastor, Aos abolicionistas baianos (1888), Discurso no Politeama Baiano (1892), O processo Dreyfus (1894), Liberdade e Tiradentes (peroração de um discurso (1897), A difamação, A lição das esquadras, O fim dos audazes, A Cruz e as sete palavras, Rio-Branco e Suiça, No século XX. Discurso na Baía (1908), Discurso a Anatole France, Carta política (1909), Discurso no Instituto dos Advogados (1911), Discurso em Campinas (1914), Em missa campal (1918), Na Biblioteca Nacional (1918), Primeira oração do Apostolo (conferência em Alagoinhas, (1919).

536 — *A lição dos dois acórdãos* — (Estudo sobre os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, em 27 de abril de 1892 e 26 de março de 1898, relativos a *habeas-corpus* a desterrados politicos) — Nova Friburgo, 10 de maio de 1898.

Na "Revista de Jurisprudência", numeros 7 a 10, 1898, paginas 69-115.

537 — *Asilo a malfeitores* — Parecer ao Dr. Alfredo Pujol. — Rio, 14 de agosto de 1897.

Na "Rev. de Jurisprudência", ns. 7 a 10, 1898, pags. 163-170.

538 — *Delegações legislativas ao poder executivo* — Vitaliciedade dos auditores de guerra — Rio, 15 de agosto de 1911.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", abril de 1914, pags. 123-127 — V. numeros 312 e 503.

539 — *O "habeas-corpus". Sua feição jurídica, e sua evolução no direito público brasileiro* — (Trechos do discurso proferido no Senado em 22 de janeiro de 1915.

Na "Revista do Supremo Tribunal Federal", vol. III, 1915, paginas 5-11.

540 — *O Supremo Tribunal Federal* — Sua competência para dirimir questões políticas. Sua preeminência no nosso organismo jurídico-constitucional — (Trceho do discurso pronunciado no Senado em 22 de janeiro de 1915).

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. III, 1915, pags. 77-110.

541 — *Interpretação do artigo 431 do Código Comercial* — Parecer — Rio, 5 de fevereiro, 1915.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", set. 1915, pags. 53-63.

542 — *Capacidade de dispor por testamento. O testamento se equipara ao mandatário* — Parecer.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XVI, set. 1918, pagonas 571-576.

543 — *Juizo arbitral* — Posição jurídica do sub-empreteiro relação ao empreiteiro e ao dono da obra. Validade de protesto. — Laudo arbitral.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XVII, 1918, pags. 1

544 — *Compagnie Française du Port. de Rio Grande contra o Estado do Rio Grande do Sul e a Societé Fraiçaise treprises* — Apelação civel n. 2.898. Defesa oral no Supremo bunal Federal, em sessão de 25 de janeiro de 1919. — Rui bosa advogava o direito do Rio Grande do Sul.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XVIII, fev. 1919, 347-355.

545 — *Sigilo da correspondência* — Interpretação do § 18, da Constituição combinada com os artigos 189, 190, 194 do Codigo Penal — Parecer.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XXIV, 1920, 93-101.

546 — *Conflito de jurisdição* — Embargos ao acórdão premo Tribunal Federal opostos pela "S. Paulo Northern R Company" — Rio, 1921.

Na "Rev. do Supr. Trib. Fed.", junho, 1921, pags. 1

No *Jornal do Comércio*, de 27 de maio de 1921. — V.

547 — *Acórdão de limites entre Paraná e Santa-Catar (Inuo e anual)* — Discurso pronunciado no Senado, em de 23 de julho de 1917.

Em "Anais do Senado", julho 1917.

Na "Rev. da Acad. Bras. de Letras", numeros 129, 130, (1932).

Transcrito, quase integralmente, em "Comentários à tuição Brasileira", de Rui Barbosa, 1932, vol. I, pags. 83

548 — *A cláusula de bem servir, e a indemissibilida funcionários por ela mantidos.* — Razões de embargos — S Tribunal Federal.

Em "Rev. do Supr. Trib. Wed.", vol. XX, julho-setem 1919, pags. 185-198.

549 — *O Supremo Tribunal Federal na Constituição Bra* — Discurso no Instituto dos Advogados ao tomar posse do de presidente, em sessão de 19 de novembro de 1914.

Em "Rev. do Supr. Trib. Fed.", 1914, pags. 393-414.

450 — *Defesa oral do "habeas-corpus" a favor de Erne mões da Silva*, para poder candidatar-se ao cargo de inte do municipio da cidade de S. Salvador (Baía) — No Supremo bunal Federal, sessão de 29 de outubro de 1919.

Em "Rev. do Supr. Trib. Fed.", vol. XXI, novembro de pags. 363-367.

551 — *Correspondência* — coligida e prefaciada por Homero Pires — São-Paulo, 1932, Livraria Acadêmica, de Saraiva & C. — (E' a 2.ª edição, aumentada, do n. 470).

II — PREFACIOS

1 — Em "Lições de Coisas", 1886 — V. n. 72.
2 — Em "O Papa e o Concilio", 1877 — V. n. 30.
3 — Em "Viagens de Gulliver, 1888 — V. n. 87.
4 — Em "História da Revolução da Baía", do Dr. João Gonçalves Tourinho — Baía, 3 de fevereiro de 1893.
5 — Prefácio ao livro "O problema naval", de Artur Dias — Rio, 1899, Of. da Estatística.
6 — Em "Discursos", de Francisco de Castro, Rio, 1902. Tip. de Besnard Gréres — Transcrito na "Rev. de Língua Portuguesa", n. 2 (1919).
7 — Em "O problema sexual" (sem nome do autor, nem data, nem indicação tipográfica), 1913 (?) — Imanema, 15 de maio de 1918.
8 — Em "Abolição", de Osorio Duque-Estrada, Rio, 1918, Leite Ribeiro & Maurillo — Petrópolis, 27 de fevereiro de 1918.
9 — Em "Prosas de Cassandra", de Edmundo Ramos, Rio, 1919, Leite Ribeiro & Maurillo, 19 de julho de 1918.
10 — Em "Poemas bravios", de Catullo da Paixão Cearense, Rio, 1921, Livraria Castilho.
11 — Em "Enciclopedia jurídica", tradução de Landelino Batista, 1921.
12 — Em "Crítica e polêmica", de Osorio Duque-Estrada, Rio, 1924, Papelaria Venus — Ipanema, 11 de maio de 1913.

III — JORNALISMO

1 — Colaboração no jornalzinho literário do Colégio Abílio — Baía, 1861.

2 — No *Radical Paulistano*
No *Ipiranga*
Na *Imprensa Acadêmica*
} São Paulo, 1868-1870.

3 — No *Diário da Baia*, 1872-1879;
A masorca, 1873.
A conscrição (Às mães de família), 1-8-1875.
Pelos escravos (Às senhoras baianas), 15-8-1875.

Pela abolição
Eleição direta
Liberdade religiosa
} séries de artigos

Dois de julho, 2-7-1877.
Ao pivote Vischer Joviniano, 1881.
Oblação ao Dr. J. E. F. de C. (José Eduardo Fr
Carvalho) — A mais maravilhosa maravilha das
vilhas — 30-10-1881.
As várias e a moção do dia 4 — 13-5-1885.
A Marselhesa e o hino russo.

4 — No *Cruzeiro*, Rio, 1878.
5 — No *Pais*, Rio, 1884.
Artigo programa (sem título), 1.º numero.
O bezerro de palha.
Da emancipação ao abolicionismo.
Estes três artigos foram reproduzidos no n. 1 (2.ª
Rev. de Ling. Port., Rio, 1931. — (V. abaixo,
6 — Na *Gazeta da Tarde*, Baía:
A lição da hora — maio, 1888.
7 — No *Jornal do Comércio*, Rio, 1884 e 1885:
A hora do combate — 8 março 1885.
Artigos de Salisbury (V. *Féria política*, n. 50).
Artigos de Grey.
Artigos de Lincoln.
Artigos de Swift (V. *O crime de 25 de outubro*, n. 55
Não *deficit*, mas dívida — 23 de fevereiro, 1891
(V. abaixo, numeros 12 e 18).
8 — Em *O Pais*, Rio, 1892:

1 — O acórdão de 27 de abril:

I — Sentenças inconstitucionais não cream direitos.
II — O voto dos Srs. ministros Amphilophio e Macedo
III — O aresto de Marshall: primeiro engano do Sr. Ba
IV — A lição de Marshall.
V — *a*) O caso Merryman e o caso Milligan: segundo
do Sr. ministro Barradas.
VI — *b*) O caso Merryman e o caso Milligan: segundo
do Sr. ministro Barradas.
VII — O argumento Achilles da sentença: seu erro.
VIII — Ainda a evasiva *política*: sua liquidação.
IX — A história do estado de sitio e o acórdão de 27 de

X — Onde se abalisa a fronteira entre a questão política e a questão política.

XI — As condições da decretação do estado de sítio: competência judicial a êsse respeito.

XII — As funções do executivo no estado de sítio são de simples *política repressiva*. — As prisões e destêrros impostos durante o estado de sítio cessam com êle.

XIII — As solenidades da decretação do estado de sítio. — Prisões arbitrárias, feitas antes e depois do estado de sítio, em nome dele.

XIV — Prisões invertidas; a liberdade no Império; a opressão na República. Os arestos da justiça imperial mantendo o *habeas-corpus* contra a sentença da justiça e republicana denegando-a.

XV — Lição de liberdade constitucional, dada pelo Império, sustentando a competencia do *habeas-corpus* nas prisões de autoridade privativa do govêrno.

XVI — Opinião da imprensa mais conservadora do império! conselho de Estado ao Supremo Tribunal republicano.

XVII — Outras lições da imprensa conservadora, em 1883, aos jurisconsultos republicanos.

XVIII — O voto do Sr. Ministro Pisa e Almeida.

2 — A Política do estado de sítio.

3 — A moral do estado de sítio.

4 — Ultimas palavras.

5 — *Post-scriptum*.

6 — Réplica ao *Diário do Comércio*.

Todos estes artigos foram publicados nos dias 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 30 de maio e 1, 2, 3, 5, 8, 9, e 12 de junho. Estão incluidos em *O Estado de sítio* (V. n. 129).

V. abaixo, n. 19.

9 — Em *La Nacion*, Buenos-Aires, 18-9-1893:

Carta à direção sobre a revolta da armada.

10 — Em *La Prensa*, Buenos-Aires, 1893:

Carta à redação sobre o decreto de Floriano que lhe cassara as honras de general de brigada — datada de 2-12-1893. (Vid. n. 150).

Idem, sobre a revolta da armada, com váriis documentos 4-12-1893 (Vid. n. 151).

11 — No *Correio da Manhã*, Lisboa, 29-4-1894:

Justiça aos vencidos. — (Protesto contra injurias irrogadas aos revoltosos brasileiros). — (Vid. n. 152).

12 — No *Jornal do Comércio* (V. acima, n. 7).
— Cartas de Inglaterra (Vid. n. 170).
— A questão do *habeas-corpus* — 30-3-1898.
— Por uma vez (resposta a J. J. Seabra) — Petró
22-3-1907.
— Impostos interestaduais (vários artigos, polêmi
Amaro Cavalcanti) — (V. n. 163).
13 — *A Lanterna* — Rio:
— Manuel Vitorino — 20 novembro 1912.
— Pela Baía — 4-7-1904.
14 — Em *O Estado de S. Paulo*, 12-8-1896.
As taxas de capatazias e as Docas de Santos. — V.
15 — No *Correio de Notícias* da Baía, 28-5-1897:
Jacobinismo e terrorismo. — V. n. 180.
16 — Em *A Tribuna*, do Rio:
— Considerações sobre a revolta contra o presidente
gues Alves, 18 de novembro de 1904.
— A coligação e o discurso do Sr. Joaquim Murti
17-10-1905.
— Carta aos senadores Gilberto e Azeredo — 19-5-1
V. n. 265.
17 — No *Comércio de S. Paulo* — 17-12-1903:
Entrevista sobre o dia 15 de novembro de 1889.
18 — No *Jornal do Comércio*, do Rio (V. acima, n. 7):
— Carta sobre o estado de sítio — Nova-Friburgo,
março de 1898.
— Carnes verdes (Resposta aos Srs. Salgado, C.
Lemos & C. — Niteroi, 20 de janeiro de 1901. — V.
— Em pról da verdade (série de artigos, publicados
de junho a 2 de julho de 1906, reunidos depois no
"A transacção do Acre") — V. n. 247.
— Pelo minha honra — 17-6-1909 — V. n. 267.
— Tribunal de honra. O caso Humberto Taborda — 5
— O senador Rui Barbosa ao público — 24-7-1918.
19 — Em *O País*, Rio, 1908:
— A palavra neutro (política da Baía). — V. acima,
20 — Em *O Século*, Rio:
— A política na Baía — 4-9-1912.
21 — No *Imparcial*, Rio:
— *Spes non fracta* — 13-8-1912 (1.º numero).
— Entrevista sobre o momento político — 26-12-1912.
— Candidatura presidenciais — 25-1-1913.
— O govêrno Hermes — 1 janeiro 1914.
— Ruinas da Constituição — 7-2-1914.

— A crise moral — 17-2-1914.
— A justiça — 28-2-1914.
— Acudindo às senhoras cearenses — 4-3-1914.
— Um ministro de hoje — 15-10-1914.
— Paz... mas que paz? — 14-10-1918 — V. n. 446.
— A questão das condecorações — 21-6-1919 — V. n. 469.

22 — No *Imparcial*, Baía:
— Adeus à Baía — 17-4-1919.

23 — Em *A Noite*, Rio:
— Entrevista sobre a verdadeira significação do manifesto dos candidatos liberais — janeiro, 1914.
— O caso da fuzilamento de Silveira Martins (entrevista) — 22-2-1919.

24 — Na *Gazeta de Notícias*, Rio:
— Uma fábula — 27-9-1909.
— Acumulações remuneradas (entrevista).
— Invenção deslavada — 1914.

25 — No *Correio da Manhã*, Rio:
— Falsos precedentes — 13-9-1901.
— Saraiva e o projeto eleitoral — 19-9-1901.
— A coligação e o discurso do Sr. Joaquim Murtinho — 17-10-1905 — (Reproduzido na *Tribuna*, desse mesmo dia).
— A calúnia — 17-1-1913.
— Entrevista sobre convenções nacionais — 31-3-1913.
— Entrevista sobre o caso dos estudantes paulistas — 31-10-1913.
— Provocado — 4-1-1914.
— Eleição no Rio Grande do Sul — 21-4-1918.
— Bento XV? ou Benedito XV? — 22, 23, 24 e 25 de setembro de 1914 — V. n. 368.

26 — Em *O Éco*, Rio, n. 1:
— O éco — 30-10-1914 — V. n. 370.

27 — No *Jornal de Notícias*, Baía:
— Meus votos — 18-1-1917.

28 — Em *A Tarde*, Baía:
— Pontapé numa canalhice — 14-4-919.

29 — No *Correio do Povo*, de Porto Alegre:
— Entrevista sobre a revisão constitucional — janeiro, 1919 — (Transcrita em "Campanha presidencial") — V. n. 466.

30 — Na *Independência*, da Baía, 1923:
— Longe da vista, perto do coração.

31 — Em *A Época*, Rio, 17-5-1919:
— A nossa dívida externa e os Estados-Unidos (entrevista).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

(1889)

Março 7 — O nosso rumo (artigo programa) — 7 de
" 8 — O beriberi na marinha.
" 9 — Partidos: ruina e reconstrução. — Beriberi marinha.
" 10 — O terror. — 10 de março.
" 11 — Reagir pela vida.
" 12 — Nada de diversões. — A última hora.
" 13 — Agua e não zombaria! — Vitória triste.
" 14 — Buscar lã... — O direito de reunião.
" 15 — O direito de reunião. — Solução? — Se
" 16 — Agua em seis dias. — O direito de reun Santos consolada.
" 17 — Agua em seis dias! — Liberdade ou Rep
" 18 — O direito de reunião. — Comissão Fr
" 19 — Libertos e republicanos. — Bulha no alt Registro de punições. — Comissão Fr
" 20 — O exército punido. — Direito de reunião.
" 21 — Origens republicanas. — Escola militar.
" 22 — A política da ingratidão.
" 23 — Rio-Santos (apêlo à imprensa) — Polític adulação.
" 24 — Política da paz. — Homens de côr. — Agu seis dias.
" 25 — Escola militar. — Agua em seis dias. — Santos (apêlo à imprensa).
" 26 — Agua em três dias. — Escola militar.
" 27 — Basta! — Presídio do Araguaia.
" 28 — O Príncipe consorte. — Melhoramentos riais.
" 29 — O Príncipe consorte. — Ofícios da Justiç Vitória Frontin.
" 30 — Ameaças à imprensa. — Escola militar. — cepção do conde d'Eu. — Exército. — R mento.
" 31 — Ensino secundário.
Abril 1 — Ameaças à imprensa. — Ensino secund
" 2 — Nossa coerência. — Escola militar.
" 3 — Nossa veracidade.
" 4 — Ensino secundário. — Nossa democracia Assim vale a pena.

Abril 5 — Nossa ingratidão. — Nós em S. Paulo.
" 6 — Péle dura. — A nossa reação.
" 7 — de abril. — Nossos ídolos.
" 8 — Ensino secundário. — Nós e os republicanos.
" 9 — Últimas palavras.
" 10 — Ensino secundário. — Lippe sem regimento.
" 11 — Agua: uma solução. — A mosca do côche.
" 12 — Comédia!
" 13 — Rio-Santos. — Príncipes e Epidemias. — Em tempo.
" 14 — O exército punido. — O casamento civil na Argentina (estudo).
" 15 — A pior. — Em tempo. — Basta!
" 16 — Pelos enfermos. — O casamento civil na Argentina (estudo). — Que miséria!
" 17 — Incrivel. — O casamento civil na Argentina (estudo). — Berib-ricos na marinha.
" 18 — Agua: solução infinitiva. — Já é demais, senhores!
" 19 — Viva a Rainha!
" 20 — Trono e masorca.
" 21 — Liberdade comercial. — Lição recente.
" 22 — Casamento civil.
" 23 — Responsabilidades dos reis. — Grave. — Casamento civil.
" 24 — A corôa e a guerra de raças. — Campinas. — Miséria.
" 25 — Moedas estrangeiras. — Campinas.
" 26 — A enchente da anarquia. — Estações agronômicas.
" 27 — Clmência imperial. — Casamento civil.
" 28 — Clemência imperial. — Escola Normal. — Moedas estrangeiras.
" 29 — Clemência imperial.
" 30 — Instituições e príncipes. — E' demais! — Reclamações do comércio.
Maio 1 — Subalterno soberano.
" 2 — E si a monarquia não quizer? — Buena-Dicha.
" 3 — O réu.
" 4 — Em fuga. — Resposta à fala do trono.
" 5 — Varrido. — O varão das duas pastas.
" 6 — Às claras. — A crise. — Que defesas!
" 7 — O gabinete do terror. — O Senado faz política? (trecho de um discurso).
" 8 — A posição das oposições.

Maio 9 — À Nação e ao Senado. — Véspera e dia.
" 10 — O Senado Americano (estudo).
" 11 — O partido liberal. — 13 de maio. — A disso pelos Loyos.
" 12 — De joelhos.
" 13 — O dia máximo.
" 14 — Reforma eleitoral.
" 15 — O govêrno do desplante. — Reforma elei — 5 % adicionais.
" 16 — Até onde baixará? — Reforma eleitoral.
" 17 — Coisas do Senado. — Reforma eleitoral.
" 18 — A moléstia do imperador. — Reforma elei
" 19 — A moléstia do imperador.
" 20 — A moléstia do imperador.
" 21 — A moléstia do imperador.
" 22 — A moléstia do imperador. — Irrisão!
" 23 — Revelações Loyas. — A moléstia do imper — Liberdade religiosa.
" 24 — A moléstia do imperador.
" 25 — República Argentina. — A moléstia do rador.
" 26 — O idílio dos Loyos.
" 27 — A moléstia do imperador.
" 28 — Moralidade administrativa.
" 29 — Dissolução.
" 30 — Gangrena senil. — A moléstia do imper
" 31 — Dissolução: Revolução.
Junho 1 — Ao banco dos réus! — Em via de solução.
" 2 — Indiscrições.
" 3 — O programa liberal — Reação?
" 4 — Jogo de disparates.
" 5 — Pastel d'El-Rei.
" 6 — A solução Saraiva.
" 7 — Lição útil.
" 8 — O novo gabinete — Uma erportagem.
" 9 — Ao país.
" 10 — O ministério — Pastas técnicas.
" 11 — Pastas de Sua Alteza — Começa!
" 12 — Hontem e amanhã.
" 13 — Deus nos de pachorra!
" 14 — Mais realista que o rei.
" 15 — Conversas ao poder.
" 16 — 10 de março — 7 de junho.
" 17 — Conservação, federação — Primeiro san

Junho 18 — Autonomia, federação.
" 19 — Que é do programa?
" 20 — Partidos e idéias.
" 21 — Festas a príncipes.
" 22 — Norte e Sul.
" 23 — Quando aprenderão?
" 24 — O gás.
" 25 — Cabala coroada — Água.
" 26 — O gás — Política e Administração.
" 27 — Anarquia pelo Rei.
" 28 — Cinto de castidade.
" 29 — Federação e Trono.
" 30 — Burgos agrícolas.
Julho 1 — A imigração na República Argentina (estado): (Emilio Couchon: *Apuntes sobre inmigración y colonisación*, Buenos-Aires, 1889).
" 2 — A imigração na República Argentina.
" 3 — A imigração na República Argentina.
" 4 — A imigração na República Argentina.
" 5 — Escola Normal.
" 6 — Os 50.000:000$000.
" 7 — A imigração na República Argentina.
" 8 — Mar cresp.
" 9 — O gás.
" 10 — O gás.
" 11 — Contágio — O gás.
" 12 — O gás.
" 13 — O manifesto Paulino — Ao Sr. presidente do Conselho — O beri-beri em Friburgo.
" 14 — 1789.
" 15 — Enxadadas na cova — Ao Sr. de Ouro-Preto.
" 16 — A grande revolução.
" 17 — O Imperador (sobre o atentado) — Discurso de Rui Barbosa, agradecendo a uma comissão de eleitores. — (V. bibl. n. 95.).
" 18 — Calma e lei.
" 19 — Contraste (sobre o atentado) — O gás.
" 20 — O arrôxo (sobre o atentado).
" 21 — Processo de inquisição (sobre o atentado).
" 22 — Radamontadas (sobre o atentado).
" 23 — A bernarda.
" 24 — Política de calabrote.
" 25 — Lição.
" 26 — O edital.

Julho 27 — Liberdade e liberais.
" 28 — O gás — O posto de Recife.
" 29 — O gás.
" 30 — O gás.
" 31 — O gás..
Agosto 1 — O gás.
" 2 — O gás.
" 3 — O avesso liberal — O gás.
" 4 — Reptil.
" 5 — *Qu'est-ce que cela prouve?* — O gás.
" 6 — O gás — Imigração.
" 7 — O gás — Contas de gás.
" 8 — O gás.
" 9 — O gás.
" 10 — A eleição.
" 11 — Guarda Nacional.
" 12 — Guarda Nacional.
" 13 — Guarda Nacional.
" 14 — Boas intenções — Guarda Nacional.
" 15 — O gás (a questão do preço).
" 16 — O gás (a questão do preço).
" 17 — Concursos.
" 18 — A árvore da desordem — A eleição do 1.º trito.
" 19 — O gás.
" 20 — Província à venda.
" 21 — O gás (a questão do preço). — (2.c) An da cláusula XVIII (Os dividendos).
" 22 — O gás (a questão do preço). — (2.º) An da cláusula XVIII (Os dividendos).
" 23 — O gás (a questão do preço). — (2.º) An da cláusula XVIII (Os dividendos).
" 24 — Faculdade de Recife (Martins Junior).
" 25 — Príncipe imperador.
" 26 — Façanhas do gás.
" 27 — Só corrupção! — Questão do gás.
" 28 — Oficinas e inspecção do gás — Societé Anon
" 29 — Guarda Nacional.
" 30 — O empréstimo.
" 31 — Vitória?
Setembro 1 — Ao país.
" 2 — A máquina do rei.
" 3 — Sempre os mesmos.
" 4 — Representantes de que?

Setembro 5 — Câmara unânimes — Clearing-House (I).
" 6 — Um preságio — Clearing-House (II).
" 7 — 7 de setembro — Clearing-House (III).
" 8 — Partidos imperiais.
" 9 — A patetice nacional — O beriberi em Friburgo.
" 10 — Corrupção pela vaidade.
" 11 — Conciência e disciplina.
" 12 — Fischio.
" 13 — Pobre ensino público — Ceará.
" 14 — A questão do gás.
" 15 — O gás (a questão do preço — A fiscalização).
" 16 — Burgos pobres.
" 17 — Crime oficial — O gás (a questão do preço — A fiscalização) — Empréstimo de cem mil contos.
" 18 — Quantas numa só! — Empréstimo de cem mil contos.
" 19 — O incidente militar.
" 20 — Federação — O incidente militar.
" 21 — Federação — O incidente militar.
" 22 — Federação — O incidente militar.
" 23 — O crime do Recife — Incidente militar.
" 24 — A fiscalização do gás — Incidente militar.
" 25 — Revéz ministerial — Francisco Belisário — Incidente militar.
" 26 — Pelos que se afogam — A fiscalização do gás.
" 27 — De maio a abril... — Incidente militar.
" 28 — Novo sangue — ágio.
" 29 — A verdade oficial — Incidente militar.
" 30 — Autos do crime.
Outubro 1 — Beriberi na marinha — Pelos que se afogam.
" 2 — Pelos que se afogam — Os beribéricos em Friburgo.
" 3 — Federação.
" 4 — Federação.
" 5 — Federação.
" 6 — Federação.
" 7 — Alianças eleitorais — O incidente militar.
" 8 — Voto e mochila.
" 9 — Liberais ou corcundas? — Banco do Brasil.
" 10 — Irmãos de além Prata — Assuntos militares.
" 11 — Bancos de emissão — Beriberi na Marinha.
" 12 — Chile — A velha Messalina — Conflito em Ouro-Preto — Instituto Kopke.
" 13 — As grandes operações — Conflito em Ouro-Preto.

	Outubro	14	— O Brasil na Grande Enciclopédia.
	"	15	— Estamos todos marqueses.
	"	16	— Estudos chilenos. (Receita pública).
	"	17	— Grandes operações — Estudos Chilenos (O postos).
	"	18	— Congresso Americano — Assuntos mili
	"	19	— Estudos chilenos (A dívida pública).
	"	20	— Os republicanos brasileiros na imprensa a
	"	21	— Os republicanos brasileiros na imprensa a
	"	21	— A tarifa e o livro.
	"	22	— Nuvem no horizonte — Congresso Amer
	"	23	— Estudos chilenos (Dívida e Crédito).
	"	24	— Olá, da imprensa!
	"	25	— Congresso Americano — Assuntos mil (Uma hipótese).
	"	26	— A Federação e o gabinete — O Congresso ricano.
	"	27	— Questão militar — Emissão bancária.
	"	28	— Nec plus ultra — Assuntos militares (T crito no *Jornal de Notícias*, Baía, 5-11-39).
	"	29	— O rei dos contratos — Amigo agastadiço posta à *Gazeta de Notícias*).
	"	30	— O Banco-Estado.
	"	31	— Pantagruel banqueiro.
	Novembro	1	— Quem é pelo curso forçado?
	"	2	— O polvo financeiro.
	"	3	— Hosana!
	"	4	— Questão militar. — Monopólio sobre mono
	"	5	— Armada. — O curso forçado em França.
	"	6	— Entre pai e prole. — Ainda o contrato F redo. — Assuntos militares.
	"	7	— O Congresso Pan-Americano e a opinião eur — Curso forçado em França.
	"	8	— A questão militar. — A agitação republicar Brasil.
	"	9	— Plano contra a Pátria.
	"	10	— *Poenitet nos.*
	"	11	— O exército banido da lei.
	"	12	— Disciplina e lei.
	"	13	— O Congresso das nações americanas.
	"	14	— Dívida paraguaia.
	"	15	— Boas vindas.
1891	Novembro	29	— A intervenção federal.
	Dezembro	29	— O nosso dever e o deles.

JORNAL DO BRASIL

(1893)

Maio 21 — Traços de um roteiro.
" 22 — República por todos os meios.
" 23 — Vitória da lei. — Vice-presidente denunciado.
" 24 — Jacobinos e republicanos.
" 25 — A denúncia. — Uma página da época, (carta ao *Jornal de Noticias* da Baía).
" 26 — Ainda a denúncia.
" 27 — Concluamos.
" 28 — Tornando à denuncia. — Embargos ao Sr. Serzedêlo.
" 29 — A câmara e o Rio-Grande.
" 30 — A guarda nacional. — Razões finais.
" 31 — Pela paz e pela fé.
Junho 1 — O incidente religioso. — A guarda nacional.
" 2 — A Constituição adulterada. (Episódio da constituinte, a propósito da guarda nacional).
" 3 — A legação do Vaticano.
" 4 — A espionagem.
" 5 — Lincoln, Johnson e Jackson.
" 6 — A espionagem. — O reinado de Jackson.
" 7 — Teoria de *Impeachment*.
" 8 — *Immanis Bellua*.
" 9 — Nossa Constituição, a espada.
" 10 — A diplomacia brasileira (a propósito do incidente religioso).
" 11 — A espionagem. — Atentado iminente.
" 12 — Onde a verdade?
" 13 — Nova corporação.
" 14 — O Rio Grande do Sul.
" 15 — Militares e Política.
" 16 — As incompatibilidades militares.
" 17 — A abdicação militar. — Com a minoria da câmara.
" 18 — Disciplina.
" 19 — Liberdade de imprensa. — O Prefeito.
" 20 — Hino a Pernambuco.
" 21 — Pelo exército contra o militarismo.
" 22 — O Prefeito (sua incompatibilidade) — O Tribunal de Contas.
" 23 — A deputação Rio-Grandense.

Junho 24 — O Tribunal de Contas.
" 25 — A reforma financeira.
" 26 — A reforma financeira.
" 27 — Verso e reverso.
" 28 — A reforma financeira.
" 30 — Até quando?
Julho 1 — Conservadores destruidores. — Frutos da
" 2 — A reforma financeira.
" 3 — A convenção literária.
" 4 — Ministros.
" 5 — Ministros.
" 6 — Ministros.
" 7 — Pródromos.
" 8 — Ministros.
" 9 — A Esfinge.
" 10 — O dínamo eleitoral. — Como Deus com os
" 11 — Invasão, restauração, separatismo.
" 12 — Em estado de sítio.
" 13 — Pas da anarquia.
" 14 — 14 de julho! — Némesis.
" 15 — Pirata!!!
" 16 —Pirata!!!
" 17 — Inventário da legalidade.
" 18 — Cerração...
" 19 — Pirata!!!
" 20 — Pirata!!!
" 21 — Viver às escuras.
" 22 — Pirata? Não!!!
" 23 — Imunidades parlamentares.
" 24 — Partidos.
" 25 — O "Causus"". — As imunidades parlamentares nos delitos militares.
" 26 — O fôro da questão Wandenkolk.
" 27 — Fôro criminal dos refromados.
" 28 — Ontem e Hoje.
" 28 — Hontem e Hoje.
" 30 — As nossas responsabilidades.
" 31 — Os suspeitos. — O fôro da questão Wande (novos apontamentos).
Agosto 1 — Paz rubra. — As nossas pretenções.
" 2 — Santa Catarina.
" 3 — Tristes tempos.
" 4 — *Habeas-corpus*.
" 5 — O "clamor nacional" & quejandos.

Agosto 6 — Fôro dos reformados civis.
» 7 — O "Código Penal da Armada".
» 8 — O embróglio dos dois Vice-presidentes.
» 9 — Inimitavel.
» 10 — *Habeas-corpus*.
» 11 — A lição.
» 12 — O corolário.
» 13 — Mau sinal.
» 14 — Pelo Supremo Tribunal Federal.
» 15 — O *habeas-corpus* e a imprensa.
» 16 — A aptidão de apanhar.
» 17 — O *habeas-corpus*.
» 19 — Finanças.
» 20 — Apêlo aos conservadores pessimismo.
» 21 — Apêlo aos conservadores patriotismo.
» 22 — O almocreve de suspeitas.
» 24 — Retratado por si mesmo.
» 26 — O ferrete da calúnia. Cartas de Rui e Wandenkolk. — O parecer.
» 28 — O voto de hoje. — A licença para processar: ao Senado.
» 29 — O orçamento.
» 30 — A batalha do dia 28.
Setembro 1 — O logar do processo.
» 2 — O *habeas-corpus* (Rio-News).
» 3 — Relíquia.
» 6 — Uma da época. — Discurso de Rui Barbosa no Supremo Tribunal.
» 23 — "Law-Gazette" — *Habeas-corpus*.

1895:
Maio 14 — Justiça aos vencidos. (V. n. 152).

A IMPRENSA

(1898-1901)

1898:
Outubro 5 — Projetos e esperanças (1).
» 6 — O privilégio parlamentar.
» 7 — O poder que não peca.
» 8 — Falsa igualdade.

) — Revista de Língua Portuguesa, n.º 7; Rev. da Academia Brasi-de Letras, n.º 116 Primores, 1932, p. 15.

Outubro 9 — Uma instituição funesta. — O presider Estados-Unidos. —, Sobre uma nomeação tão do Amapá).
" 10 — O câmbio.
" 11 — A reforma municipal. — O câmbio. — C mento da paz.
" 12 — O estado de sítio. — A reforma m (nota).
" 13 — A lógica do abuso. — Sobre advogados n gações (nota).
" 14 — O sufrágio municipal. — Sobre o câmbio — Sobre a exoneração de um funcionário
" 15 — Onde o perigo? — Sobre o café (nota). — vimento da paz.
" 16 — A exegése do sítio. — Sobre a nomeação para uma missão junto ao govêrno francês
" 17 — Apadrinhemo-nos. — Sobre o quarto cer da descoberta do Brasil (nota).
" 18 — Defesa da ré. — O presidente dos Estados
" 19 — Nacionais e estrangeiros. — Sobre o inq (nota).
" 20 — Fatos e algarismos. — Sobre a posição *prensa* ante o govêrno e o oposicionista
" 21 — A Baía e o estrangeiro. — Viação urb Sobre o Conselho Municipal (notas).
" 22 — Entendamo-nos. — Viação urbana. — O de sítio (discurso no Senado, em 21-1
" 23 — Rio-Grande-do-Sul. — Sobre o Conselho cipal (nota).
" 24 — Exércitos estaduais. — Viação urbana — Sobre o quarto centenário da descob Brasil (nota).
" 25 — A obediência militar.
" 26 — O estrangeiro na Argentina.
" 27 — Um pouco de estatística. — Sobre um de Pinheiro Machado (nota).
" 28 — A comunhão municipal.
" 29 — Esbôço da reforma.
" 30 — O exemplo americano.
" 31 — O estigma policial — 122 contos (nota).
Novembro 1 — O processo do capitão Dreyfus (Transcri "Cartas de Inglaterra"). — Sobre o I Dreyfus (nota).
" 2 — De Washington ao Rio.

Novembro 3 — Jôgo e lôto. — O diabo ermitão.
" 4 — *La politique svamuse*. — O nome das ruas (nota).
" 5 — O terfor obsceno (1-A). — Um ano depois (nota).
" 6 — O vise-presidente.
" 7 — O veredictum.
" 8 — O serviço telefônico.
" 9 — Sua majestade a Política.
" 10 — Coisas da fábula.
" 11 — Monópolis.
" 12 — Conquistas liberais.
" 13 — A *interview*.
" 14 — A legação do Vaticano.
" 15 — 15 de novembro.
" 16 — A lição das esquadras (reproduzido no numero do dia 26 deste mês) (2).
" 17 — O manifesto inaugural.
" 18 — A mensagem terminal. — Sobre apreciações do artigo "O manifesto inaugural" (nota). — Sobre a nomeação do diretor do Banco da República (nota).
" 19 — Lentes de medicina. — Sobre o primeiro "véto" do prefeito Cesario Alvim.
" 20 — O prefeito.
" 21 — Praxes presidenciais. — Castro Alves (nota).
" 22 — Pelo Supremo Tribunal.
" 23 — O busto de Washington.
" 24 — A apologia das praxes.
" 25 — Estados autonomos.
" 26 — Polícia judicante. — A lição das esquadras (reedição do editorial do dia 16 deste mês).
" 27 — De Augias e Temis. — (Em *Primores*, p. 67).
" 28 — *Ad absurdum*.
" 29 — Compromisso presidencial.
" 30 — A reforma policial.
Dezembro 1 — Governadores soberanos.
" 2 — O imposto em oiro. — Sobre o projeto da amnistia (nota).
" 3 — O imposto sobre a renda. — Liberdade de imprensa (nota). Sobre a venda de dois couraçados em construção em Toulon (nota).
" 4 — O imposto do sêlo.

-A) — Primores, p. 35.
) — Estante Clássica, p. 89; Coletânea literária, p. 173; Primores, 61.

Dezembro 5 — O lixo. — Sobre a substituição do alm
Brasil, chefe da comissão de fiscalizaç
Europa (nota).
" 6 — O internato do ginásio. — O lixo (nota).
" 7 — De volta ao projeto. — O livo (nota).
" 8 — O projeto e o júri.
" 9 — O lixo.
" 10 — Abolição da imprensa.
" 11 — O jubileu da prevaricação. — (Em *Pri*
pag. 73).
" 12 — Uma questão de imprensa. — Sobre a q
da chefia da comissão de fiscalização de co
ção naval na Europa (nota).
" 13 — A difamação (3). — Sobre a questão da
da comissão de fiscalização das const
navais na Europa (nota).
" 14 — Polícia e justiça. — Sobre os jornalistas e
geiros (nota).
" 15 — O livo em ação.
" 16 — Os restos do projeto.
" 17 — O executivo do lixo.
" 18 — Fisco e cisco.
" 19 — O projeto e a fiança.
" 20 — O tal executivo.
" 21 — O imposto sobre o oiro.
" 22 — O projeto e o júri.
" 23 — O júri e a Constituição.
" 24 — Revalidação ou nulidade?
" 25 — Prece de natal (4). — Nascimento e infânc
Cristo (original de Robertson Nicoll, vers
Rui Barbosa).
" 26 — A velha de Siracusa. — Último capricho.
" 27 — O júri na República.
" 29 — A questão da agua.
" 30 — A cauda do lacrau.
" 31 — Inventário.

1899:

Janeiro 1 — Ano Bom.
" 2 — O problema da agua
" 3 — A revisão do gás.
" 4 — De Mal a pior.

(3) — Estante Clássica, p. 81; Coletânea literária, p. 166; Pri
pag. 83.
(4) — Coletânea literária, p. 179; A Platéa (S. Paulo), 25-12-192

Janeiro 5 — Apêlo ao prefeito.
" 6 — Teoria e prática.
" 7 — Vilania liquidada.
" 8 — Monópolis.
" 9 — Vem de cima.
" 10 — Questão oportuna.
" 11 — A questão da luz.
" 12 — Lamentavel exclusão.
" 13 — Comissões militares.
" 14 — Luz e lixo.
" 15 — O sêlo de consumo.
" 16 — Renovação de monopólios. — Discurso de agradecimento à manifestação dos militares de terra e mar — V. numeros 198 e 524.
" 17 — Serviço telefônico.
" 18 — Lixo, fôrça e luz.
" 19 — Taxas em conflito.
" 20 — O telefone em silogismos.
" 21 — Os empréstimos de 68 e 89.
" 22 — O escândalo telefônico. — Resposta à *Noticia* (nota).
" 23 — Polícia e tribunais.
" 24 — Retificação.
" 25 — A um argumento pessoal.
" 26 — Neutralidade e coerência.
" 27 — Fóra da lei.
" 28 — A nossa caturrice.
" 29 — O pleito municipal. — Resposta ao *Jornal do Comércio* (nota).
" 30 — A Prefeitura.
" 31 — Transação, não esbulho. — Resposta ao *País* (nota).
Fevereiro 1 — Trecho de uma questão.
" 2 — *Chinoiserie*.
" 3 — Episódio na questão da agua.
" 4 — Exemplos na questão da agua.
" 5 — O voto do estrangeiro.
" 6 — Pretexto inepto.
" 7 — A oração do paraninfo (5).
" 8 — Exemplo vitando.
" 9 — Ponderações.

5) — Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 64, p. 402; Prí-, p. 107.

Fevereiro 10 — O "véto" de Londres.
" 11 — Serviços militares.
" 12 — Resposta.
" 13 — No Carnaval.
" 14 — O arcebispo de Granada.
" 16 — Ditadura jornalística.
" 17 — Réplica. — Os nossos clientes.
" 18 — A nota.
" 19 — Contra-réplica.
" 20 — França.
" 21 — *Qualis ab incepto.*
" 22 — Entrelinhados.
" 23 — Credores do Estado.
" 24 — 24 de fevereiro (reeditado no numero de fevereiro de 1900).
" 25 — A *via-crucis* da justiça.
" 26 — A dívida paraguaia.
" 27 — Curiosidade orçamental.
" 28 — Um raio da verdade.
Março 1 — Pedreiras.
" 2 — Grave.
" 3 — Agua: saldo, não *deficit*.
" 4 — Conspirações.
" 5 — A voz dos algarismos.
" 6 — A oposição necessária.
" 7 — Não! Não é verdade!
" 8 — Somos nós oposicionistas?
" 9 — A primeira dificuldade.
" 10 — O dote da especulação.
" 11 — Lições do incidente.
" 12 — A propósito da incineração.
" 13 — A missão Nabuco (6).
" 14 — Um Código Civil.
" 15 — O Código Civil. — (Em *Primores*, p. 115).
" 16 — Entre velhos amigos (7).
" 17 — Pela palavra livre.
" 19 — Viveiro de juizes.
" 20 — A República e a Justiça.
" 21 — De onde saem magistrados.
" 22 — Os tribunais e a opinião.
" 23 — Leis de circunstâncias.

(6) — M. de Assis e Joaquim Nabuco, de Graça Aranha, p. 196
(7) — Machado de Assis e Joaquim Nabuco, de Graça Aranha, p

Março 24 — Aquém e além Mancha.
" 25 — A reprovação universal.
" 26 — Um discurso presidencial.
" 27 — Danton em Ouro Preto. — (Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 128).
" 28 — O fim dos audazes (8).
" 30 — Heróis do medo. — (Em *Primores*, p. 133).
" 31 — O justo e a justiça política (9). — (Reeditado no numéro de 13-4-900).
Abril 2 — *Surrexit* (reeditado em 15-4-1900) (10). — A Cruz e as sete palavras (original de Robertson Nicoll, tradução de Rui Barbosa) (11).
" 3 — A visita do presidente.
" 4 — O beri-beri em Friburgo.
" 5 — Resposta atrazada (a propósito da missão Nabuco).
" 6 — O primeiro logro.
" 7 — O abastecimento. — A carteira de *bonus*.
" 8 — O arsenal de marinha.
" 9 — A nova potência militar.
" 10 — Simples comento.
" 11 — A higiene e a expansão americana.
" 12 — A detenção.
" 13 — O caso do Rio.
" 14 — O regimen da irresponsabilidade.
" 15 — A manifestação paraguaia.
" 16 — As penas dágua.
" 17 — As compensações.
" 18 — Chinas americanas. — O futuro dos Estados-Unidos (trad.).
" 19 — O que é a política.
" 20 — A remuneração do capital.
" 21 — Ainda o arsenal.
" 22 — Fim de um incidente.
" 23 — A renda e as obras futuras.
" 24 — Confiança.
" 25 — A insinceridade política.
" 26 — Poder e não querer.
" 27 — O govêrno na questão da agua.

) — Estante Clássica, p. p. 95; Primores, p. 125.
) — Revista da Academia Brasileira de Letras n.º 39; Coletânea lite-
p. 183; Primores, p. 139.
0) — Coletânea literária, p. 190; Primores, p. 41.
1) — Estante Clássica, p. 103.

Abril 28 — Escola do povo. — (*Primores*, p. 45).
" 29 — As soluções legais. — (*Primores*, p. 49).
" 30 — Civis e militares. — (*Primores*, p. 57).
Maio 1 — A Constituição a todo o transe.
" 2 — Um escândalo de truz.
" 3 — O continente enfermo.
" 4 — O deleixo latino-americano.
" 12 — A mensagem (o terceiro degime).
" 13 — A mensagem (Política interior).
" 14 — A mensagem (Política interior).
" 15 — A mensagem (Política externa: a espe
" 16 — A mensagem (Política externa: o perigo).
" 17 — A mensagem (Administração).
" 18 — A mensagem (O Código Civil).
" 19 — A mensagem (Defesa naiconal: sua dei).
" 20 — A mensagem (Defesa nacional: seu es
(Reeditado no n. de 25-9-900).
" 21 — A mensagem (Finanças: *Pœnitet nos*). (
duzido no n. 25-9-900).
" 22 — A mensagem (Finanças: conclusão).
" 23 — Marinha.
" 24 — O pretexto anexionista. (Reeditado no n
de 21-3-900).
" 25 — Explicação supérflua.
" 26 — Do papel à ação.
" 27 — Instrução naval.
" 28 — Velha mania.
" 29 — Vã confiança (A ilusão americana).
" 30 — Vã confiança (A doutrina de Monroe
origem).
" 31 — Um arbítrio presidencial.
Junho 1 — A Constituição e a fronteira fiscal.
" 2 — O contrabando e a repressão local.
" 4 — A organização do contrabando.
" 5 — O relatório da marinha.
" 6 — *Quid est veritas?*
" 7 — Espectros da cegueira.
" 8 — A lógica do inimigo.
" 9 — "A história repete-se". — (*Primores*, p.
" 10 — O "perigo imediato". — (*Primores*, p.
" 11 — A festa naval.
" 13 — De teiró com a história.
" 14 — O subsídio parlamentar.
" 15 — O novo mercado.

Junho 16 — A queima do papel.
" 17 — O subsídio parlamentar.
" 18 — Ainda a queima.
" 20 — O *funding* e a bancarrôta.
" 21 — Parêntesis.
" 22 — De moratória a moratória.
" 23 — O precedente decisivo.
" 25 — Um pouco de agua fria.
" 26 — Mais uma lição de *funding*.
" 27 — O subsídio nas prorrogações.
" 28 — O subsídio nas prorrogações (reedição do antecedente).
" 29 — A revisão do *funding*.
" 30 — A dívida e a pressão estrangeira: o problema.
Julho 1 — A dívida e a pressão estrangeira: os direitos do devedor.
" 2 — A dívida e a pressão estrangeira. a teoria dos credores.
" 3 — Nota de protocolo.
" 4 — A dívida e a pressão estrangeira: a atitude das potências.
" 5 — A dívida e a pressão estrangeira: o risco.
" 6 — A dívida e a pressão estrangeira: a independência dos Estados.
" 7 — A dívida e a pressão estrangeira: a solução.
" 9 — Mato-Grosso.
" 10 — Rebate em tempo.
" 11 — Um apêlo.
" 12 — A liquidação naval.
" 13 — Três exércitos (reeditado no numero de 12-2-900).
" 14 — Funções militares do Lloyd. — A questão do Acre (nota).
" 15 — O *fac-simile* (questão do Acre).
" 16 — "Pescadores de aguas turvas".
" 17 — Conclusões do incidente (questão do Acre).
" 18 — *Ecce iterum*. — O exemplo argentino.
" 19 — Pelo direito de defesa.
" 20 — Filosofia da queima. — O exemplo argentino.
" 21 — Amizade e justiça.
" 22 — Duas autoridades sobre a queima.
" 23 — A queima no Brasil.
" 24 — O governador da Baía.
" 26 — O projeto reacionário.
" 27 — A dívida agrícola em S. Paulo.

Julho	28	— Acêrca de um edital.
"	29	— Uma voragem (reeditado no número de [illegible] agosto).
"	30	— Guerra e imprensa.
Agosto	1	— Tarde piaste.
"	2	— Não desafinemos. — Discurso no Senado, e[illegible] deste mês (projeto Alfredo Pinto).
"	3	— Uma voragem (reprodução do editorial de 2[illegible] julho).
"	8	— Um dia histórico.
"	9	— Frutas do tempo.
"	10	— A bandeira argentina.
"	11	— 1813 e 1888.
"	18	— A prevenção da peste.
"	19	— A duração da quarentena.
"	21	— Com a nossa higiene.
"	22	— Deus proverá.
"	23	— Velha estratégia.
"	24	— *Platus vocis.*
"	25	— A cidade do Maranhão (reproduzido no núm[illegible] de 31 deste mês).
"	26	— Ainda a higiene.
"	30	— Um programa.
"	31	— Uma receita política. — A cidade do Marar[illegible] (reedição do editorial de 25 deste mês).
Setembro	1	— O reino da virtude.
"	2	— Fóra da lei.
"	3	— O sepulcrário constitucional.
"	4	— O caso do dia.
Outubro	6	— Um ano depois.
"	20	— *Ex malo bonum.*
"	23	— Considerações de um ignorante.
"	25	— Vontade de errar.
"	26	— Contar com o pior.
"	29	— Incapacidade confessa.
"	31	— Uma da época.
Novembro	1	— Um pouco de lógica.
"	3	— A convenção fatal.
"	4	— O terceiro passo.
"	5	— Os dois relatórios.
"	6	— Emenda em tempo.
"	7	— Pelo mesmo correio (resposta ao chefe de polí[illegible]
"	9	— A situação (discurso no Senado).

Novembro 10 — A convenção fatal: desinfecção preliminar. — A situação (2.º discurso no Senado).
" 11 — A convenção fatal: origens políticas.
" 12 — A convenção fatal: a irmã primogênita.
" 13 — A convenção fatal: contrato *fin-de-siècle*.
" 14 — A convenção fatal: dois pontos de vista. — Mato-Grosso. — Prefácio ao livro "O problema naval" de Artur Dias.
" 15 — A convenção fatal: define-se a questão.
" 16 — A convenção fatal: o critério estatístico.
" 17 — A convenção fatal: a interdição dos portos; seu aspecto higiênico.
" 18 — A convenção fatal: a interdição dos portos; outros aspectos.
" 19 — A convenção fatal: as quarentenas.
" 20 — A convenção fatal.
" 21 — A convenção fatal: o arbítrio.
" 22 — A convenção fatal: o espectro amarelo; ponderações à imprensa argentina.
" 23 — Uma "reputação esfarrapada". — (Em *Primores* pag. 165).
" 25 — Quintino Bocaiuva. (Transcrito no *Jornal do Comércio*, de 15-4-1921).
" 26 — Verdades de exportação.

Dezembro 2 — O novo monopólio.
" 3 — Ainda o monopólio.
" 5 — As armas da defesa.
" 6 — Abolição da defesa.
" 7 — Por desencargo.
" 8 — Um alento.
" 10 — Pródromos.
" 12 — Porneia (12).
" 17 — O país dos vitalícios. (Reproduzido no dia 18), — (Em *Primores*, p. 179).
" 18 — A bem do serviço. — O país dos vitalícios (transcrição do editorial do dia 17).
" 19 — Menos zêlo.
" 21 — O *habeas-corpus* Tomaz Pompeu (petição ao Supr. Trib. Fed.).
" 25 — Natal. — (Em *Primores*, p. 101.

---

2) — Reproduzindo no número de 24-12-1900. Coletânea literária, p. Revista de Língua Portuguesa, n.º 32; Revista da Academia Brasileira tras, n.º 117; Primores, p. 173.

1900:

Janeiro	4	— A velha messalina. — (Em *Primores*, p.
»	8	— Finanças brasileiras. — Rebatendo uma c (nota).
»	21	— Lições da gréve.
Fevereiro	3	— Mais uma calúnia.
»	9	— Agora eu.
»	12	— Três exércitos (reedição do artigo de 13 de de 1899).
»	13	— Como quizerem (resposta a José Carlos gues).
»	24	— 24 de fevereiro (reedição do editorial de fevereiro de 1899).
Março	6	— A situação.
»	10	— Palavras de um descrente.
»	11	— De onde vem o mal?
»	12	— Correspondência violada.
»	13	— Um homem (13) — Carta a Andrade gueira (14).
»	14	— Conspiração das conciências (15).
»	16	— Um caso de moral (16).
»	20	— Inquéritos policiais (17).
»	21	— Os mandados (18). — O pretexto anexi (V. 24-5-1899).
»	22	— A escusa (19).
»	24	— A vara da polícia (20).
»	26	— Lei e regulamento (21).
»	28	— Ról de atentados (22).
»	29	— Bradar no deserto.
»	30	— Recapitulemos (23).
Abril	1	— A resistência individual (24).
»	2	— Mais tolerância (25).
»	4	— Parada e resposta.

(13) — Revista de Língua Portuguesa, n.º 43; Rev. da cademia leira de Letras, n.º 121; Década Republicana. V. p. 282; Primores, pag
(14) — Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 121, pag. 73
(15) — Transcrito em O Tribuguense, de 18 deste mês; Década blicana, V. pag. 289. Revista da Academia Brasileira de Letras, n. Primores, pag. 197.
(16) — Década Republicana. V. p. 295.
(17) — Década Republicana. V. p. 305.
(18) — Década Republicana. V. p. 314.
(19) — Década Republicana. V. p. 320.
(20) — Década Republicana. V. p. 326.
(21) — Década Republicana. V. p. 336.
(22) — Década Republicana. V. p. 342.
(23) — Década Republicana. V. p. 356.
(24) — Década Republicana. V. p. 363.
(25) — Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 121.

Abril 9 — A conflagração de Friburgo.
" 10 — O gato em Friburgo.
" 11 — Surra geral.
" 12 — Pelo povo e pelos contribuintes.
" 13 — O justo e a justiça política (reedição do editorial de 31-3-99).
" 15 — *Surrexit* (reedição do editorial de 2-4-1899).
Agosto 2 — (Continuando) (artigo programa da nova fase de *A Imprensa*).
" 3 — A tragédia de Monza (26).
" 4 — O perigo anarquista. — (Em *Primores*, p. 93).
" 5 — O divórcio no Senado (26 A). — Associação de S. Vicente de Paulo (contestação do libelo).
" 6 — O divórcio e a Nação.
" 7 — A mãe dos adeantados (27).
" 8 — A mãe dos adeantados (reproduzido, por ter saído, na vespera com incorreções). — (*Primores*, p. 209).
" 9 — Um painel oportuno. — Discurso de Rui no Senado, pronunciado na véspera, defendendo a reversão de Jaceguai. — La tragédia de Monza (versão italiana do editorial do dia 3 deste mês).
" 10 — Da Margherita a Sátana. — (*Rev. da Acad. Brasileira de Letras*, n. 127).
" 11 — O divórcio nos Estados-Unidos.
" 12 — Os incomunicáveis.
" 13 — O divórcio em Alemanha.
" 14 — Reprimir mas prevenir. — (*Primores*, p. 219).
" 16 — Por uma vez.
" 17 — O direito da vaia (28). — Discurso de Rui, no Senado, pronunciado em 7 desse mês, elogio de Jaceguai).
" 18 — O divórcio na Inglaterra. — Continuação do discurso no Senado, em 7 desse mês.
" 19 — O saneamento. — Continuação do discurso do dia 7.
" 20 — Ruas e monumentos. — Continuação do discurso do dia 7.

---

26) — Traduzido para o italiano e publicado no n.º de 9-8-900. — Revista de Língua Portuguesa, n.º 34; Primores, 89.
26-A) — Primores, p. 203.
27) — Revista de Língua Portuguesa, n.º 38.
28) — Revista de Língua Portuguesa, n.º 40; Coletânea Literária, 199; Primores, p. 227.

Agosto 21 — Fantasmas de reformas. — Continuação d
curso do dia 7.
" 22 — Ferreira de Araujo.
" 24 — Resposta a uma carta.
" 26 — Dissimulação é confissão.
" 27 — Direito contra arbítrio.
" 28 — As nossas contradições.
" 29 — Da Trindade ao Acre.
" 30 — Um trapo e um resto.
Setembro 1 — Uma opulência devorada. — O Acre (nota
" 2 — Grandes tempos.
" 3 — Areias férteis.
" 4 — Traços característicos.
" 5 — Coerência e areia.
" 6 — A extravagância do caso.
" 7 — O tesoiro abandonado. — Discurso sobre o
no Senado, em sessão de 6 desse mês.
" 8 — O terreno da questão.
" 9 — A emboscada.
" 10 — Um caso podendo. — Resposta à *Gazeta*
sobre o Acre).
" 11 — Pela Pátria ao poder. — A emboscada (
" 12 — *Fur Deutschland.*
" 13 — A nova fórmula. — Carta de Rui a Manu
rastiaga.
" 14 — A "seleção natural".
" 15 — Crédito e descrédito.
" 16 — Patriotismo oficial.
" 17 — As medidas de salvação.
" 18 — Um título de jogo.
" 19 — Imprevidência. — Discurso, no Senado, so
crise baiana, em sessão de 18 desse mês.
" 20 — Discurso sobre o Acre, no Senado, em
de 19 deste mês.
" 21 — Uma palavra.
" 23 — A sabença do Sr. Sales.
" 24 — Liquidação final (palavras preambulares
Ainda as areias.
" 25 — Liquidação final: *poenitet nos* (29).
" 26 — Liquidação final: deserção.
" 27 — Liquidação final: pequeninos e grandes.
" 28 — Liquidação final: páginas do Govêrno Pr
rio: As entradas de um intruso.

(29) — Reedição do editorial de 21-5-1889.

Setembro 29 — Liquidação final: páginas do Govêrno Provisório: como se fez o projeto constitucional.
" 30 — Um requerimento.
Outubro 1 — Liquidação final: a emissão: Pressões e soluções.
" 2 — Liquidação final: a emissão: Co-réus e cúmplices.
" 3 — Liquidação final: a emissão: Duas revoluções. — Retificação retificada (nota).
" 4 — Liquidação final: a emissão: Quanto se emitiu sob o Sr. Rui (30).
" 5 — Por saldo (resposta a Cesário Alvim). — (V. nota 30).
" 6 — Liquidação final: a emissão freios e limites.
" 7 — Liquidação final: a encampação.— O Acre (nota).
" 8 — Liquidação final: o imposto em ouro.
" 9 — Liquidação final: a anarquia em ação.
" 10 — Liquidação final: os factores morais.
" 11 — Liquidação final a poltrona do Sr. Rui.
" 12 — Liquidação final: epílogo.
" 13 — A situação baiana.
" 14 — Tudo pela Bolívia.
" 15 — No cravo e na ferradura.
" 16 — Duas imprensas. — (*Primores*, p. 233).
" 17 — A saburra de Pasquino. — (*Primores*, p. 239).
" 18 — A imprensa buenairense.
" 19 — Visões do mar.
" 20 — Contrabando na fronteira.
" 21 — Matinas de fetsa. — Ao público (nota).
" 22 — Mais um monstro.
" 23 — Nova tutela. — Ao público (nota).
" 24 — A bolsa e os déspotas.
" 25 — Os modêlos do arrôcho.
" 26 — Argentina-Brasil.
" 27 — A crise. — Já?
" 28 — Falso exemplo. — O projeto Elias Fausto.
" 29 — Apadrinhados.
" 30 — Spencer contra Spencer.
" 31 — Entre o Acre e o Prata.
Novembro 1 — Princípios sem mascara.
" 3 — Pobre "leis naturais".
" 4 — No túmulo dos vencidos (31).

) — Reproduzido no dia seguinte, 5, por se ter esgotado a edição 4.

) — Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º 114, p. 178; Prip. 243. Dictadura e República. (V. n.º 532).

Novembro	5	— *Nec plus ultra.*
"	6	— *Honni soit...*
"	7	— Dois monopólios num prégo.
"	8	— Boas vindas.
"	9	— Alto lirismo.
"	10	— Pactos e prosas.
"	11	— Sancho, o escudeiro.
"	12	— Solidariedade sul-americana.
"	13	— Nós e a questão do Pacífico.
"	14	— A talho de foite.
"	15	— O ideal dos seringais.
"	16	— Alianças.
"	17	— Vozes inúteis (32).
"	18	— A côrte na República.
"	19	— Franqueza sem franqueza (resposta a Se Corrêa).
"	20	— Fé extinta (resposta a Serzedelo Corrêa).
"	21	— A magistratura na comitiva (resposta a de Mendonça).
"	22	— Potências e impotências.
"	23	— A sentença (sobre o caso Andrade Figu
"	24	— De reação em reação. — A regeneração ban
"	25	— Novo legislador.
"	26	— A venda do Acre.
"	27	— A regeneração bancária. — Nós e o Banco
"	28	— A regeneração bancária: notas e inform — O discurso do Sr. Serzedelo.
"	30	— A carta boliviana. — Muito obrigados (res à *Noticia*).
Dezembro	1	— A regeneração bancária.
"	2	— Rio-Branco e Suissa (33).
"	3	— A indústria do trigo.
"	4	— Gratidão.
"	5	— O nosso florianismo.
"	6	— A dívida paraguaia.
"	7	— Do ladrão fiel. — (*Primores*, p. 249).
"	8	— A alucinação financeira.
"	9	— Criterio moral.
"	10	— O Tribunal de Contas.
"	11	— Coisas do exército.

(32) — Transcrito em O Império (S. Paulo, 19-11-1900) e O P (Rio, 18-11-1900).
(33) — Estante Clássica, p. 113.

Dezembro 12 — O crime político e a extrdiação. — Locação de serviços (nota).
" 13 —Lição e aviso.
" 14 — O nosso café.
" 15 — Reforma embiocada.
" 16 — Reforma, república e rãs.
" 17 — Pés de lã.
" 18 — Autonomia municipal.
" 19 — Orçamentos rabilongos.
" 20 — Estado selvagem. — Discurso de Rui Barbosa no Senado, em sessão de 17 deste mês .
" 21 — Solon, Carlos Magno e Enéas.
" 22 — Por onde rebenta a corda.
" 23 — Dever contra dever.
" 24 — O sizo à toleima. — Porneia (reprodução do editorial de 13 de dezembro de 1899).
" 25 — Fé.
" 27 — Assiduidade parlamentar.
" 28 — Dois Senados. — Notas do dia (1.ª).
" 29 — Lógica de surrate.
" 30 — Um rio por outro.
" 31 — Relatório e prorrogações.

1901:

Janeiro 1 — No século XX (34).
" 2 — O novo govêrno do Rio.
" 3 — Ainda o Banco.
" 4 — Ainda o Sr. Petersen.
" 5 — A lei no caso do banco.
" 7 — Tornando ao Acre.
" 10 — Ao Sr. ministro da Bolívia: a entrevista.
" 11 — Ao Sr. ministro da Bolívia: diplomacia jornalística.
" 12 — Ao Sr. ministro da Bolívia: "certa imprensa".
" 13 — Ao Sr. ministro da Bolívia: a venda do Acre.
" 20 — A caça aos solimões. — Carta ao Dr. Ulises Brandão.
" 21 — Carnes verdes.
Fevereiro 25 — A *Braziliana Review*.
Março 3 — Atas e atos do Govêrno Provisório.
" 8 — Rui Barbosa (uma explicação).
" 10 — Atas e atos do Govêrno Provisório (resposta ao Sr. Dunshee de Abranches).

(34) — Estante Clássica, p. 119.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

(1910-1912)

1910:

Julho 28 — Atalhando uma insídia (adendo à minh testação). — (V. n. 305).

1911:

Maio 26 — O direito da minoria e o exemplo amer

" 27 — O direito da minoria e a Constituição.

" 29 — O direito da minoria e o interesse da m

Junho 11 — Da Inglaterra ao Brasil.

" 12 — O caso Clementino.

" 14 — Nosso Deus, o Deus dará.

Julho 8 — Duas inelegibilidades.

" 9 — A condição de residência — Alto lá! (do tigos).

" 10 — Os sofismas da elegibilidade.

" 11 — *Malbrough s'en va-t-en guerre.* — Contas c má fé (dois artigos).

" 12 — Pedr'Alvares e o Colosso.

" 26 — Por desencargo.

Outubro 13 — Código Civil.

1912:

Janeiro 11 — A intervenção na Baía.

" 12 — A marcha da traição.

" 13 — Mentira e sangue.

" 15 — O *habeas-corpus*.

" 16 — Quinze dias.

" 17 — A crucificada.

" 18 — Farça descoberta.

" 19 — O bombardeio.

" 23 — As nossas restrições.

" 24 — Conjura de ministros. — As artes de J. sartes (dois artigos).

" 25 — O novo atentado. — Esperar é desconfiar artigos).

" 26 — Nova deposição. — Viva! (1) (dois arti Carta de Rui ao marechal, protsetando cont ação das fôrças federais na Baía.

" 27 — Tardías e ineficazes.

" 28 — Renúncias a revólver. — Atenção, mare (dois artigos).

---

(1) — Transcrito na Rev. de Ling. Port., n.º 48 (1927).

Janeiro 29 — A teia da caranguejeira.
" 30 — Discurso no Supremo Tribunal Federal (*habeas-corpus*).
" 31 — A coação e o *habeas-corpus*.
Fevereiro 1 — O juiz e a lei.
" 2 — Caím.
" 4 — Tenentes e cabôclos.
" 6 — O cadáver vaiado.
" 8 — As garantias.
" 10 — Fôrça ou farça. — Lógica da fábula (dois artigos).
" 11 — *Grand Guignol*.
" 17 — Hermes contra Hermes.
" 19 — Uma vez por todas. — Hermes contra Hermes (dois artigos).
" 21 — A rebenqueida. (Na *Colet. Liter.*, p. 249).
" 26 — A pasta do exterior.

IV

DISCURSOS PARLAMENTARES

I — NA CAMARA DOS DEPUTADOS (*)

1879:
Janeiro 9 — Defesa do diploma de João Mendes contra o de Gavião Peixoto.
" 16 — Eleições em S. Paulo. Resposta a José Bonifácio.
" 23 — Para uma reclamação.
Março 8 — Política do Ceará.
" 17 — *O Partido Liberal.* — (V. n. 35).
Abril 16 — Resposta a Ribeiro Martins, em nome do Partido Liberal.
Junho 22 — Reforma eleitoral.
" 30 — Reforma eleitoral.
Julho 3 — Reforma eleitoral.
" 27 — Secularização de cemitérios.
Agosto 18 — Prêmio ao conselheiro Capanema.
" 19 — Mesmo assunto.
Setembro 11 — Para uma retificação.
Outubro 30 — Para um requerimento.
1881:
Janeiro 7 — Abolição do juramento religioso dos deputados.

) — V. Anais da Câmara dos Deputados.

Janeiro	7	— Reforma eleitoral.
7882:		
Janeiro	30	— Eleições na Báía.
Fevereiro	6	— Abolição do juramento religioso na Câma Deputados.
"	14	— Escola Militar do Rio-Grande-do-Sul.
Março	6	— Reforma eleitoral.
"	7	— Para uma observação.
Maio	23	— Orçamento do império (dois discursos).
Junho	7	— Discurso (mencionado por Batista *Cat.*, pag. 20).
Setembro	11	— Leis provinciais.
"	12	— Leis provinciais.
"	29	— Auxílio às províncias.
1883:		
Maio	26	— Apoiando o ministério Lafayette.
"	28	— Professores municipais.
Junho	13	— Finanças provinciais.
"	14	— Explicação pessoal.
"	22	— Declaração de voto.
"	23	— Matrícula de estudantes.
Agosto	20	— Liberdade de ensino.
Setembro	12	— Reforma do ensino primário.
1884:		
Maio	8	— Para uma reclamação.
"	18	— Declaração de voto.
"	28	— Redação da ata.
Junho	3	— Para se suspender a sessão.
"	27	— Para enviar à mesa um requerimento.
Julho	18	— O Partido Liberal.
"	23	— Para uma explicação pessoal.
"	28	— Moção de confiança ao ministério.
Agosto	4	— Parecer e projeto sobre emancipação dos e
"	26	— Sobre um lápso de redação de um projeto à Câmara pelo Senado.

II — NA CONSTITUINTE

1890:		
Dezembro	16	— Projeção de Constituição.
"	22	— Questão de ordem.
"	23	— Projeto de Constituição.

III — NO SENADO (*)

1891:

Janeiro 12 — Apuração da eleição senatorial.

Junho 9 — Apuração senatorial da Baía.

" 16 — Sobre a escolha do local para a abertura do Congresso.

" 17 — Projeto de regimento. — Sobre a presidência do Congresso (dois discursos).

" 20 — Tratados e convenções.

" 22 — Nomeações para o Supremo Tribunal Federal.

" 25 — Tratados internacionais. — Nomeação de um ministro para o Supremo Tribunal Federal (dois discursos). — Resposta a Tavares Bastos.

" 26 — Declaração pessoal.

" 27 — Reforma do regimento. — Resposta a Eliseu Martins.

Julho 3 — Apresentando uma indicação. — Reforma do regimento.

" 4 — Resposta a Tavares Bastos.

Novembro 3 — Finanças do Govêrno Provisório. O papel e a baixa do câmbio. — (V. n. 118).

Dezembro 29 — Renúncia de Quintino Bocaiuva.

1892:

Janeiro 7 — Projeto de lei eleitoral.

" 12 — Finanças, Bancos emissores. — (V. n. 119).

" 13 — Finanças, Mobilização do lastro dos bancos, O imposto em ouro. — (V. n. 120).

" 15 — Portestando contra a infidelidade dos extratos dos seus discursos.

" 20 — Renúncia à senatória.

Agosto 25 — Tomando posse da cadeira para que fôra reeleito após a sua renúncia.

Setembro 8 — Recusa a sua nomeação para a comissão de finanças.

" 28 — Finanças Conversão de apólices.

Outubro 6 — Reclamando contra o modo como é feita a publicação dos debates no "Diário do Congresso".

Novembro 11 — Finanças.

" 11 — (Sessão noturna) — Declaração de voto.

1893:

Maio 6 — Sobre o parecer n. 1.

(*) — V. Anais do Senado Federal.

Maio	6	— Sobre o parecer n. 2.
"	22	— Sobre a nomeação de prefeito para o I Federal.
"	27	— Apresentando um requerimento.
"	29	— Requerendo prorrogação da hora do expe
"	29	— Enviando um requerimento à mesa.
Julho	6	— Apresentando uma indicação.
"	21	— Apresentando um requerimento.
"	21	— Requerendo prorrogação da hora do expe
"	21	— Resposta a Aristides Lobo.
"	21	— Observações sobre o resultado de uma v
Agosto	14	— Sobre o parecer n. 184.
"	26	— Sobre o parecer n. 203.
"	28	— Explicação pessoal.
"	31	— Projeto sobre juizes e desembargadores nã veitados na organização judiciária da
1895:		
Agosto	4	— Pacificação do Rio Grande do Sul.
"	4	— Anistia.
1896:		
Maio	25	— Iniciativa do Congresso na concessão de pecuniárias.
Outubro	13	— Resposta a Cesar Zama. — (V. n. 171).
1897:		
Outubro	19	— Estado de sítio. — (Doc. parl., "Estado de V. pag. 362).
Novembro	6	— Assassínio do marechal Bittencourt. — (mero 533).
"	10	— Idem. Resposta a Ramiro Barcelos (do cursos).
"	12	— Idem. Estado de sítio (dois discursos).
Dezembro	1	— Orçamento do ministério da fazenda. Con forçada.
"	2	— Pensão à viuva do marechal Bittencourt.
"	6	Custas dos membros do ministério público.
Dezembro	7	— Orçamento do ministério da justiça. ciedade.
"	7	— Orçamento do ministério da viação.
"	7	— Resposta ao senador Esteves Junior.
1898:		
Julho	7	— Questão regimental.
"	22	— Estado de sítio. Licença para processar o dor João Cordeiro.

Agosto 13 — Véto do prefeito relativo à Companhia Ferro-Carril Carioca.
" 20 — Ferro-Carril Carioca.
" 25 — Idem.
Setembro 21 — Monopólio de zona dos carris urbanos.
" 22 — Estado de sítio. Efeitos da anistia.
" 24 — Aprovação de atos do govêrno durante o sítio.
" 28 — Anistia restrita.
" 29 — Retificando tópicos de um seu discurso publicado no "Diário do Congresso".
Outubro 19 — Estado de sítio. Restrições da anistia.
Dezembro 2 — Companhia Vila Isabel. Véto do prefeito.
" 5 — Iluminação e monopólio.
" 26 — Orçamento da receita.

1899:

Junho 19 — Companhia Vila Isabel. Declaração de voto.
Agosto 1 — Prevenção e repressão de crimes.
" 19 — Idem.
Setembro 21 — Pretensão de William Reed & C.
Novembro 8 — Impostos de consumo.
" 8 — Resposta ao senador Oiticica.

1900:

Maio 10 — Sobre um requerimento de Jonatas Pedrosa.
Julho 30 — O divórcio.
Agosto 7 — Reintegração do almirante Jaceguai.
" 8 — Idem.
Setembro 6 — O Acre.
" 15 — Subvenção ao Dr. Chapot Prevost.
" 18 — Auxílio ao Banco da República.
Novembro 19 — Questão do Acre.
Dezembro 17 — Explicação pessoal.
" 24 — Orçamento da Fazenda.

1901:

Junho 3 — Resposta a Barata Ribeiro. Defesa de Francisco de Castro. Reforma do ensino.
" 8 — Idem.
" 19 — Tropelías da polícia. Companhia S. Cristovão.
" 21 — Idem. Resposta a Vicente Machado.
" 26 — Idem. Resposta a Ramiro Barcelos. — (Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", n. 126, junho, 1932). — V. n. 532.
Dezembro 5 — Orçamento da Fazenda.

1902:

Maio	22	— Aumento de membros da Comissão do C Civil.
Julho	21	— Código Civil. Explicação pessoal.
Outubro	27	— Idem. Resposta a Carneiro Ribeiro e à Con do Código Civil na Câmara dos Deputados.
Novembro	10	— Falecimento de Manuel Vitorino.
"	11	— Sobre uma publicação da Comissão do C Civil da Câmara dos Deputados no "Diár Congresso".
Dezembro	10	— Orçamento da receita. Questão do Acre. Lot Hidrômetros.
"	12	— Idem. Calúnia. Washington.
"	18	— Loterias.
"	19	— Idem.

1903:

Maio	8	— Eleições no Amazonas. Caso Ladário.
"	18	— Desmentindo acusações. Eleição senatoria Amazonas.
Junho	18	— Sobre um pedido de urgência em despach ministro da Fazenda.
Julho	8	— Eleição senatorial em Minas-Gerais.
"	21	— Falecimento de Leão XIII
Outubro	14	— Pedido de dispensa de membro da Comissã Código Civil.
"	29	— Autonomia do Distrito Federal.
Novembro	10	— Vice-presidência da República e president Senado.
"	12	— Idem. Resposta a Mendonça Sobrinho.
Dezembro	10	— Venda da secção baiana do Lloyd Brasil
"	12	— Idem.
"	24	— Questão do Acre. Explicação pessoal.
"	26	— Orçamento da receita. Imposto sobre divide
"	28	— Reorganização da justiça do Distrito Fed

1904:

Fevereiro	13	— Ofício ao Senado, enviado as "Razões do potenciário vencido" (Questão do Acre. — número 224).
Agosto	31	— Trabalhos da Comissão do Código Civil.
Setembro	24	— Imposto sobre dividendos. Representação companhias e sociedades anônimas da Baía.
Novembro	16	— Estado de sítio. Revolta das escolas milit — (Em Doc. Parl., "Estado de sítio", IV ginas 11-30).

Novembro 24 — Imunidades parlamentares durante o sítio.
Dezembro 5 — Votação de créditos para o cumprimento de sentenças do poder judiciário.
" 20 — Orçamento do ministério da justiça.
" 21 — Licença para processar o senador Lauro Sodré.

1905:

Agosto 5 — Projeto de anistia para os implicados na revolta de 14 de novembro de 1904.
Setembro 15 — Execução da anistia.
" 22 — Tratado de Petrópolis. Nomeação de um membro do tribunal arbítral brasileiro.
" 24 — Atentado contra José Marcelino.
Novembro 7 — Sessões secretas, no Senado. Reforma do regimento.
" 21 — Sobre a renúncia de Pinheiro Machado do cargo de presidente do Senado.
Dezembro 14 — Demora da chegada dos orçamentos ao Senado.
" 21 — Alteração de sentença feita por ordem do presidente do Supremo Tribunal Federal.
" 26 — Idem.
" 27 — Orçamento da marinha.
" 29 — Responsabilidade do Supremo Tribunal Federal.

1906:

Maio 15 — Deputados pela Baía. Discussão com Rosa e Silva.
Julho 13 — Sucessos de Mato-Grosso. Contra o estado de sítio.
Agôsto 2 — Saudação a Elihu Root.
" 14 — Novo arsenal de marinha.
" 20 — Idem.
" 24 — Fixação da fôrça para 1907.
" 27 — Falecimento do senador Artur Rios.
Setembro 24 — Aposentadoria do diplomata Artur de Carvalho Moreira.
Outubro 20 — Pensão à viuva José do Patrocínio.
" 26 — Ao tomar posse da vice-presidência do Senado.
" 29 — Resposta a Pires Ferreira. Crédito suplementar.
" 29 — Nomeação de lentes.
Novembro 20 — Política baiana. Eleições J. J. Seabra — Oiticica. (Na *Gazeta de Notícias*, de 21 nov., 1906).

1907:

Maio 14 — Viagem do príncipe D. Luiz ao Brasil. Banimento da família imperial.
" 16 — Idem.

Maio 17 — Eleição senatorial de Alagôas. Resposta enredos do Sr. J. J. Seabra.
Dezembro 31 — Sessão solene de encerramento do Congr
1908:
Maio 5 — Assassínio de D. Carlos I, de Portugal, e príncipe D. Luiz.
" 7 — Agradecendo a eleição de vice-presidente do nado.
" 30 — Imposto sobre vencimentos.
Outubro 21 — Resposta a Estanislau Zeballos. O Brasil nações latino-americano em Haia. — V. n
Novembro 14 — Política baiana. Resposta a Severino Vieira.
Dezembro 14 — Agradecendo a Barata Ribeiro.
1909:
Abril 26 — Sobre materia regimental.
Maio 7 — Agradecendo a reeleição à vice-presidência Senado.
" 22 — Renúncia à vice-presidência. (E' unanime rejeitada a renúncia).
Julho 15 — Necrológio de Afonso Pena.
Setembro 23 — Verberando o assassínio de dois estud cometido na véspera, por soldados de polici
Dezembro 1 — Conflitos em Minas-Gerais por ocasião da v do candidato militar àquele Estado.
" 4 — Idem. Resposta ao senador Francisco S.
" 14 — Arbitrariedades no Piauí.
" 14 — Resposta ao senador piauiense marechal I Ferreira.
1910:
Maio 16 — Contra a resolução de se reunir no Senad congresso para apuração presidencial.
" 20 — Reclamando a concessão de prazo, para co tar a eleição do candidato militar.
" 20 — Sobre o modo de entender-se a questão do p
" 27 — Resposta ao Sr. J. J. Seabra.
Julho 21 — Memória apresentada ao Congresso Naci relativa à eleição presidencial. — (V. n.
" 23 — Protestando contra arbitrariedade da mes Senado, por ocasião de ser aprovada a el presidencial.
Novembro 23 — Sobre a revolta dos marinheiros.
" 24 — Idem. Anistia.
" 24 — Defendendo o projeto de anistia. Respost Pinheiro Machado.

Novembro 29 — Sobre abolição de castigos corporais no Exército e na Armada.
Dezembro 10 — Contra o estado de sítio para o Rio e Niteroi. (Em Doc. parl., "Estado de sítio", IV, ps. 225-38).
" 10 — Resposta ao senador Alencar Guimarães, que defendera o projeto de sítio. — (Ibidem, IV. paginas 240-44).
" 19 — Resposta ao senador Azeredo.

1911:
Maio 30 — Responsabiliza o governo pela matança da ilha das Cobras e pelos fuzilamentos do "Satélite".
Junho 2 — Idem. Militarismo.
Agosto 1 — Viagem do marechal à Baía.

1912:
Outubro 24 — Fatos ocorridos no Senado.
" 25 — Sessões secretas.
" 26 — Idem. Nomeação de um ministro para o Supremo Tribunal Federal (Pedro Mibielli).

1913:
Julho 3 — Contra o reconhecimento do barão de Tefé, sogro do marechal-presidente, como senador pelo Amazonas.
Agosto 28 — Bombardeio de Manáos. O negócio da cunhagem de moedas de prata.
Setembro 6 — Bombardeio de Manáos.
" 10 — Idem. *Habeas-corpus* impetrado pelo Tribunal do Amazonas ao Supremo Tribunal Federal.
" 11 — Idem. Descrição do bombardeio de Manáos.
" 12 — Idem. Análise da Constituição amazonense.
" 13 — Idem. Projeto de intervenção.
" 24 — Idem.
" 25 — Idem.
" 26 — Idem.
" 27 — Idem.
" 29 — Noivado do marechal.
Novembro 7 — Contra a reunião, no Senado, de assembléias estranhas, e utilização dos navios de guerra para *matinées*.
" 7 — Resposta ao senador Pedro Borges.
" 7 — Declaração de voto favoravel ao crédito para a aquisição da biblioteca do barão do Rio-Branco.

1914:
Maio 4 — Contra o estado de sítio de 25 de abril.
" 5 — Idem. Publicação dos debates parlamentares.

Maio	7	— Idem.
»	8	— Idem. Imunidades parlamentares.
Junho	6	— Contra a prisão do jornalista Macedo S redator do *Imparcial*.
»	13	— Contra a incomunicabilidade em que se a o jornalista Macedo Soares.
»	16	— Estados de sítio decretados pelo poder exec
»	18	— Estado de sítio. — Resposta ao senador A Guimarães.
»	20	— Caso do Estado do Rio.
Julho	27	— Evasão do jornalista Macedo Soares.
Agosto	4	— Decretações de feriados nacionais. Public dos debates parlamentares.
»	6	— Feriados nacionais.
»	7	— Feriados e moratória.
»	11	— Protestando contra o projeto de emissão mil contos (papel).
Outubro	5	— Situação política e financeira. Moratória.
»	6	— Idem.
»	8	— Automoveis oficiais. Relatórios oficiais. tória.
»	9	— *Funding*. Situação geral.
»	13	— A situação política. Resposta ao Sr. Francisc
»	16	— O caso do Estado do Rio. Explicação do seu
»	19	— Falecimento de general argentino Julio F
»	20	— Resposta ao general Vespasiano, ministr guerra.
»	21	— Informações sobre despesas das pastas milit
Novembro	7	— Manifestações de estudantes. Os indultos do rechal.
»	9	— Anarquia militar. Reunião de militares.
»	11	— Liberdade de imprensa.
»	11	— A gênese da candidatura militar. Teoria incompetentes.
»	13	— A gênese da candidatura Wenceslau Braz. posta a Pinheiro Machado. — (V. n. 371).
»	14	— A *matinée* de bodas. O caso do *Satélite*.
Dezembro	15	— Os casos da ilha das Cobras e do *Satélite*.
»	17	— Ainda o caso do *Satélite*.
»	23	— Idem.
»	26	— Resposta a Pinheiro Machado e a Azeredo.
»	27	— Resposta aos senadores Azeredo e Pinheiro chado. Revolta dos marinheiros.
»	28	— A anistia dos marinheiros. O caso do *Sa*

Dezembro	28	— O ministro Rivadávia e o *Satélite*. O almirante Alexandrino e sua carreira.
"	29	— Resposta a Pinheiro Machado. Bombardeio da Baía. O caso do Ceará.
"	30	— Resposta ao senador Azeredo. Aves palreiras ou guinchantes. — (V. n. 371).
1915:		
Janeiro	20	— Intervenção no Estado do Rio.
"	20	— Idem. Resposta a Pinheiro Machado.
"	21	— Idem.
"	22	— Idem. Histórico do *habeas-corpus*.
Fevereiro	8	— O caso do *Satélite*.
Julho	5	— Eleição Rosa e Silva.
1917:		
Maio	31	— A guerra. Revogação da neutralidade. — (V. número 527).
Julho	23	— Limites entre Paraná e Santa Catarina. (Na "Revista da Academia Brasileira de Letras", números 129 a 131. 1932).
Agosto	1	— Idem.
Setembro	27	— Necrológio do senador Severino Vieira.
Outubro	26	— Guerra à Alemanha.
Novembro	9	— Estado de guerra com a Alemanha. (V. n. 527).
"	10	— Estado de sítio.
1918:		
Novembro	13	— Saudação aos países aliados. — (No *Imparcial*, de 14-XI-918).
Julho	30	— Tomando posse da cadeira que havia renunciado, e para a qual fôra reeleito. — (incluido em "Ditadura e República", 1932. — (V. n. 533).

TA — A bibliografia completa de Rui ainda está por ser organi-Atualmente, sôbre o assunto, o que de mais completo existe é a afia organizada por Fernando Nery e inserta em seu trabalho ARBOSA (Ensáio bio-bibliográfico) Rio, 1932. Com a devida ação daquele intelectual aquí a transcrevemos.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

22-1-1891 a 4-7-1891

asceu na cidade do Icó, aos 7 de julho de 1821 e faleceu no
-Janeiro, aos 3 de julho de 1908. Filho do tenente-coronel
o Gonçalves de Alencar (1) e Ana Tristão de Araripe. Com
te de seu pai quando êle era ainda criança, ficou a família em
dificuldades. Com um irmão mais velho, aprendeu as pri-
letras e latim. Pouco depois, tendo sido eleito senador um
o (José Martiniano), foi trazido para a Côrte, em sua com-
. E foi assim que teve ensêjo de continuar os seus estudos
minário de São-José, onde fez os preparatórios após o que
para o Recife. Alí tambem fez os dois primeiros anos da
lade de Direito e concluiu o curso na de São-Paulo (1845).
nando ao Ceará, obteve nomeação de juiz municipal e de
do têrmo da comarca de Fortaleza e da vila de Aquiraz
). Vindo novamente para a Côrte, exerceu durante dois anos,
r de 2.º oficial da secretaria do Ministério da Fazenda, até
i nomeado juiz de direito da comarca de Bragança, no Pará
56). Não querendo permanecer no posto, aceitou a chefia de
do Espírito-Santo (1856-59), tendo sido transferido para o
com idêntica função (1859). Afinal, não lhe agradando mais
o, solicitou e obteve demissão, tendo o govêrno o designado
ara especial do comércio, naquela última cidade. Promovido
embargador, teve exercício na Relação da Baía (março de
e alguns meses depois (outubro), na do Rio-de-Janeiro e,
na Relação de São-Paulo (1873), da qual foi presidente.
n, escolheram-no ministro do Supremo Tribunal de Justiça
). cargo que desempenhou até 1894, quando se aposentou.
iliado ao partido conservador, em 1847, foi eleito deputado à
bléia Provincial Cearense, a qual presidiu. Mandado para a
a Geral, foi sucessivamente reeleito para a 14.ª (1869-72),
1872-75), 16.ª (1878) e 20.ª (1886-89) legislaturas. Entre-

) — Foi um dos chefes cearenses da Revolução de 1824.

mentes, exerceu as presidências das províncias do Rio-Gran
Sul (1876) e Pará (1885).

Com a proclamação da República, o marechal Deodoro
vidou para ministro da Fazenda (22 de janeiro a 4 de julho de
depois para titular da Justiça (22 de maio 23 de novem
1891), tendo ainda respondido, interinamente, pela pasta do
rior (enquanto se aguardava a chegada do ministro efetivo).
dão de virtudes peregrinas, a sua qualidade de homem do
passado não inibia que aproveitassem a sua sólida experiên
serviço da nova ordem instituida. O convite que lhe fez o ch
govêrno para seu colaborador foi bem recebido pelos líderes
blicanos e, inegavelmente, trouxe prestígio ao ministério.
renúncia do marechal, retirou-se das atividades políticas de
do-se inteiramente aos seus estudos jurídicos e literários, que
intensos. Com efeito, embora dando-se ativamente às lides
rias, não abandonava o estudo do direito e tambem da histór
qual era um apaixonado. Entregava-se às pesquisas historica
árduas com um devotamento beneditino. Poucos, talvez, nesse
tenham trabalhado tanto quanto o conselheiro Alencar Araripe
Ceará depois de mais de cinco anos de buscas em arquivos p
e particulares, deu-nos a *História da província do Ceará até*
Após êsse trabalho outros vieram a lume, mas não o superara
concisão da forma, na interpretação da documentação comprob
do desenvolvimento da terra cearense. Presidente do Rio-G
do-Sul, administrou-o numa fase verdadeiramente tormentosa.
sar disso, freqüentou os arquivos da província e quando de
gressou trouxe quase todo o material de sua *História da*
civil no Rio-Grande-do-Sul.

Não era de seu temperamento conservar-se desocupad
não lhe tomavam o tempo completamente as ocupações absor
de magistrado, procurava um pretexto condizente com o seu e
superior e, dessa maneira, trabalhava sempre. A propósito des
particularidade, conta-nos Araripe Junior, seu filho:

"O conselheiro Araripe sempre teve o exercício da lingu
pela tradução, como um dos seus queridos passatempos; e qua
sentia enfadado de trabalhos originais, para ocupar o esp
satisfazer a necessidade de ação que lhe era ingênita, trad
primeiro livro que lhe caia à mão, do latim, do inglês, do fran
línguas que manejou."

Nesses passatempos resultou que, dos 20 volumes de Pl
guardava êle entre os seus papeis traduções para mais outr
volumes impressos: de obras de Kant, de De Prat, de Demó
de Bernardi, de Bancroft, de Erasmo, de Eutrópio, de B

e Homero), de Raynol, de Condillac, de Aristóteles, de lon, etc."

No jornalismo político tambem trabalhou com entusiasmo. do da célebre *questão religiosa* numerosos foram os artigos leu à estampa combatendo o interdito que se cogitou de lançar jas maçônicas. No parlamento não brilhou como orador dos ardorosos. De palavra fácil e segura, eram os seus estudos os em estilo correto, guardando um conjunto harmonioso, n, grave. Não se lhe notavam por isso, arroubos oratórios, ações para maior efeito. Discutia a matéria, examinava-lhe os e contras, mas não se exaltava com facilidade. Dava mais a ssão do juiz decidindo do que do político querendo convencer. A sua carreira de magistrado foi interrompida várias vezes exercício de funções políticas e administrativas. Na missão de buir justiça notabilizou-se pela sua alta competência como ontulto, firmada em inúmeras decisões que o colocaram na de nossos maiores magistrados.

Conselheiro de Estado (1874), possuia o grau de oficial da m da Rosa e pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico leiro.

OGRAFIA

Mapas estatístico da população do Espírito-Santo — 1856.

Eleição de 1863 *em Pernambuco.* (Com o pseudônimo Philopoemen) — Recife, 1863.

Males presentes — Recife, 1864.

História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850 — Recife, 1867.

Análise do folheto — O rei e o partido liberal — Recife, 1869.

Elemento servil (artigos abolicionistas) — Paraiba do Sul, 1871.

Discurso defendendo o parecer para que seja examinada a denúncia contra três ministros acusados de traição. Rio-de-Janeiro, 1871.

Negócios do Ceará. (Com o pseudônimo Tabajara) — 1872.

Questão religiosa (Artigos) — Rio-de-Janeiro, 1873.

Relações do Império do Brasil (Compilação jurídica) — Rio de Janeiro, 1874.

Limites do Ceará e Piauí — 1875.

Marcas fabris (Discursos) — Rio-de-Janeiro, 1875.

Consolidação do processo criminal — Rio-de-Janeiro, 1876.

Como cumpre escrever a história pátria — Rio-de-Janeiro, 1876.

Patriarcas da Independência — Rio-de-Janeiro, 1876.

As sêcas do Ceará (Discursos) — Rio-de-Janeiro, 1876

Primeiras linhas sôbre direito orfanológico — Rio-de-1879.

Código criminal do Império do Brasil — 1880.

Discurso (pronunciado por ocasião do passamento do do Rio-Branco em nome da Maçonaria) — Rio-de-Janeir

História da guerra civil no Rio-Grande-do-Sul — R neiro, 1881.

A maioridade do imperador — Rio-de-Janeiro, 1882.

Classificação das leis do processo criminal — Rio-de-1884.

Código civil brasileiro — Rio-de-Janeiro, 1885.

Neologia e neografia do Brasil — Rio-de-Janeiro, ...

História de uma viagem à terra do Brasil, por Jean (tradução) — Rio-de-Janeiro, 1889.

Movimento colonial da América — 1892.

Ao marechal Deodoro da Fonseca — Reminiscências — Janeiro, 1897.

Alem *de Relatórios e Falas* encontram-se, de sua la Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in estudos e artigos sôbre história e outros assuntos.

HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA

(Barão de Lucena)

4-7-1891 a 23-11-1891

Nasceu no município do Bom-Jardim, Pernambuco, aos 27 aio de 1835 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 10 de dezmbro de Filho do coronel Henrique Pereira de Lucena e Ana Bar- da Silva. Após fazer os estudos primários, em Bom-Jardim, para a côrte onde, no colégio Pedro II, bacharelou-se em letras amente na terra natal, ingressou na Faculdade de Direito, na se doutorou em ciências jurídicas e sociais (1858). Possuindo conhecimentos de latim e grego, era ainda estudante quando omeado examinador desta última disciplina (1857) num con- realizado no Ginásio Pernambucano. A sua primeira tarefa, s de graduado, consistiu em pacificar, como delegado de poli- comarca de Ouricouri (Pernambuco), onde os ânimos estavam dos. E saiu-se com tal brilhantismo dessa empresa que, em de reconhecimento, o Govêrno imperial o galarduou com o ofi- o da Ordem da Rosa. Sobrevindo a guerra contra o Paraguai, nbiram-no de organizar o voluntariado pernambucano, tarefa ambem desempenhou com absoluto êxito. valendo-lhe o hábito risto, por parte da coroa. Em 1867, aceitou o juizado municipal oiana e, no ano seguinte, foi transferido para a comarca de Tei- na Paraiba, como juiz de Direito. Aqui, coube-lhe tomar enér- medidas no sentido de por têrmo a constantes desordens pro- as por arruaceiros. Como prêmio de mais êsse serviço pres- a ordem pública, foi agraciado com a comenda da Ordem da

Mandado para Jabotão (Pernambuco), ainda como juiz de o, por fim foi nomeado presidente da província pernambucana. mais uma vez os seus serviços foram valiosos. Como prova de hecimento, o govêrno imperial concedeu-lhe a honra de desem- dor honorário, distinção raramente conferida pela coroa. (1)

---

1) — "Na presidência de Pernambuco, ainda no tempo do Império, rado barão de Lucena mostrou-se um presidente tão amigo da sua

Em 1889, já havia sido lavrada a sua transferência para uma comarcar, no norte, quando, com a mudança de rigime, foi ê interrompido e Lucena transferido para a Capital Federal, juiz dos feitos da Fazenda. Fora de sua brilhante carreira de trado, o barão deu provas de administrador capaz e progres por êsses motivos é que foi mandado para as presidências d Grande-do-Norte (1872), Pernambuco (1872), Baía (1877) muito trabalhou (2) e, por fim, Rio-Grande-do-Sul (1885 govêrno dessa última nasceram as suas boas relações com o m Deodoro, que então era o comandante das armas daquela Eleito deputado pelos pampas (1888), no mesmo ano pres Câmara Geral e foi agraciado com o título de barão com gra Com a proclamação da República, voltou ao seu lugar na ma tura, na Vara dos Feitos da Fazenda tendo sido pouco depo vado a ministro do Supremo Tribunal Federal, posto no qual s sentou. Amigo de Deodoro, foi por êste mandado para Perna como governador, cargo que exerceu até a realização das dos representantes pernambucanos à Constituinte. Por fim, te marechal reorganizado o ministério, convidou-o para auxiliá-lo tarefa ingente e foi êle um elemento verdadeiramente de ação. tou a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (22 neiro a 4 de julho de 1891); entretanto, como era pessoa de luta confiança do grande soldado e como tivesse Deodoro de mar o ministério novamente, incumbiu-o, interinamente, de nistrar a pasta da Justiça (22 de janeiro a 22 de maio) e a da Fa — (4 de julho a 23 de novembro de 1891) — (3).

---

terra natal, tão interessado pelo seu progresso sob todos os pont vista, quanto fora anteriormente, o benemérito conde da Boa-

Podemos mesmo afirmar, sem o menor receio, de erro, ou d testação, que o conde da Boa-Vista e o barão de Lucena, foram inc tavelmente, os dois presidentes que mais fizeram por aquele E então Província, foram os dois presidentes aos quais mais devem nambuco no antigo regime".

José Bezerra — *Andis da Câmara*, vol. XI, 1915, p. 555/6.

(2) — Administrava essa província quando, nas aguas baiana fragou o vapor francês *Orenoque*. Pelos serviços que prestou à sal de passageiros e cargas, o govêrno francês agraciou-o com o ofic da Legião de Honra.

A propósito de sua gestão no govêrno baiano, disse o conse Saraiva: "Se em nossa terra a administração não se confundisse c política, eu me empenharia pela conservação do desembargador L na administração da nossa província".

Cfira Olinda Cavalcanti, *Almanaque de Pernambuco*, 1901.

(3) — Não há a registrar, quando de sua passagem na past Finanças, decreto de maior importância. Isso, entretanto, não im

Retirando-se o fundador da República, êle, que havia sido um
eus principais conselheiros, acompanhou-o e abandonou as ativi-
s políticas. (4) Posteriormente, no govêrno Campos Sales, foi
ntemente convidado para voltar à ação partidária e, mais uma
os seus correligionários pernambucanos deram-lhe forte demons-
o eleitoral. (5) Inegavelmente, desfrutou êle, nos dois regi-
de grande prestígio. Lembrado nos momentos mais difíceis, não
ava tarefa, por mais ingrata que parecesse. Para a Baía foi
lado pelos liberais e era conservador. A influência de Silveira
ins no Rio-Grande-do-Sul, era vasta e sólida. Para contraba-
-la, o gabinete fez Lucena presidente daquela província, e Gas-
om isso, não lhe levou a palma. E' que êle sabia prestigiar-se,
fazendo em pról da província que estivesse sob sua orientação.
'Representa seu nome uma tradição notavel de serviço meri-
que o tornavam digno do respeito, do acatamento e da vene-
dos seus concidadãos. Possuia a fibra do homem de Estado,
eza de espírito, a segurança de ações, a visão dos destinos
os e socais da estremecida pátria. Tinha a envergadura do ver-
ro administrador com a revelação de um superior descortino;
is ainda, um extraordinário valor moral" (6).
Como magistrado, tornaram-se as suas decisões e pareceres
nte acatados. Constantemente solicitado pelas atividades poli-
não poude dedicar-se convenientemente as letras jurídicas.
ue pese isso, deixou fama de juiz esclarecido, réto e competente.

—

minuição de seus méritos, Administrador capacissimo, o barão
perfeitamente à altura dos problemas dêsse Ministério.
) — A respeito da dissolução do congresso constituinte, o seu
tem vindo à baila como um dos inspiradores dessa medida de força
a pelo marechal. Refutando-a, o barão, em entrevista concedida ao
do Comércio, do Rio, (4-9-1909), deixou bem clara que o men-
o ato "foi de iniciativa do merachal Deodoro.".
)— Muito concorreu para a presidência do general Dantas Bar-
em Pernambuco, e tambem tomou parte saliente na candidatura
s da Fonseca.
) — Sebastião de V. Galvão — *Dic. Cor., Hist. e Est. de Per-
co.*

ANTÃO GONÇALVES DE FARIA

23-11-1891 a 26-11-1891
31-12-1891 a 10- 1-1892

Nasceu na vila de São-Sepé, na então província do Rio-Grande-
ul, aos 17 de janeiro de 1854, e faleceu em Porto-Alegre
Grande do Sul), aos 3 de novembro de 1936. Filho de Mateus
ira de Faria e Umbelina Gonçalves de Faria. Após tirar o
primário e o de preparatórios, mandaram-no para a Côrte (1870),
êle ingressado na Escola Naval. A pedido de seu pai, entretanto,
rante, deu baixa e matriculou-se na Escola Central (hoje
Politécnica), na qual colou grau de engenheiro, depois de
brilhante (1876). Novamente em Porto-Alegre, exerceu
cargos técnicos, inclusive o de diretor da Secretaria das Óbras
cas, no tempo do Império. Propagandista entusiasta das idéias
icanas, tornou-se um dos nomes em evidência no sul do país.
a mudança de regime, tomou parte no primeiro govêrno repu-
o do Rio-Grande-do-Sul, como secretário das Óbras Públicas
1890, veio como representante gaucho à Assembléia Consti-
. No ano seguinte, convidou-o o marechal Floriano para seu
tro da Agricultura (23 de novembro de 1891 a 22 de junho
92). Nessa ocasião, por duas vezes, ocupou, interinamente, a
da Fazenda. Da primeira (23 a 26 de novembro de 1891),
nto se aguardava a chegada de Rodrigues Alves, que havia
convidado para ministro efetivo; da segunda (31 de dezem-
e 1891 a 10 de janeiro de 1892), em substituição àquele, que
a São-Paulo tratar de interesses particulares.
Estando em desacôrdo com a política do marechal Floriano,
iu-se do cargo e seguiu para o Rio-Grande. Aquí, tomou parte
volução de 1893 e esteve exilado em Buenos-Aires, até 1895,
o voltou para o Brasil. Desiludido da república que pregara,
u-se completamente das atividades políticas, recusando todas
sições que lhe foram, posteriormente, oferecidas, passando a
r a sua profissão até aos 75 anos de idade. Pela imprensa
ou vários estudos tecnicos, inclusive um sobre a Viação-Fer-
o Rio-Grande-do-Sul como rede estratégica. Foi um dos funda-
do Instituto Histórico e Geográfico de seu Estado.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

16-11-1891 a 31-12-1891
10- 1-1892 a 31- 8-1892
15-11-1894 a 20-11-1896

Nasceu aos 7 de junho de 1848, na então vila de Guaratinguetá, ncia de São-Paulo e faleceu na Capital Federal, aos 16 de ja- de 1919. Filho de Domingos Rodrigues Alves e Isabel Per- de Marins Alves. Após ter feito os estudos iniciais, manda- para o Colégio D. Pedro II, no qual tirou curso distinto e relou em letras. Seguindo para São-Paulo, ingressou na e de Direito (1866) e se doutorou em ciências jurídicas (1870). Naquela academia destacou-se também como aluno o e talentoso. Tomando partido, bateu-se ardorosamente pelas políticas. No periodismo universitário seu nome tornou- hecido pela colaboração que deu à estampa nos jornais *Dezes- julho* — conservador — e *Imprensa Acadêmica*, — orgão da —. (1) Ainda como estudante foi designado para saudar os tários paulistas que regressavam a São-Paulo, com o término da paraguaia. Recém-formado, seguiu para Guaratinguetá, foi elei- reador, nomeado juiz de paz, tendo igualmente, aceito a promo- pública local. Transferido para idêntico cargo na capital da ncia, demorou-se poucos meses. Era pequena a renumeração da o e êle não quís concordar em aceitar a ajuda paterna, para nuar residindo na capital. Por êsse motivo, retornou para Gua- guetá, desta vez como juiz municipal e de órfãos. A sua atuação, iosa e reta logo grangeou a simpatia de toda a zona norte da ncia. A convite dos amigos, deixou a magistratura e abriu de advocacia que se tornou movimentadíssima. Em consequên-

(1) — O cargo de redator-chefe do orgão da classe, *Imprensa Aca-*, era tido como de muita honra e a sua disputa era renhida. No e 1870 a eleição para essa função foi das mais agitadas. Dois eram didatos: Rodrigues Alves, pelos conservadores, e Afonso Pena liberais. Travada a eleição, empataram. Em face da dificuldade de cidir qual o mais competente, deliberaram os eleitores que, naquele o jornal teria dois redatores-chefes.

cia das atividades da profissão, ganhou, igualmente um forte e rado, que, espontaneamente, passou a seguir-lhe a orientação.

Eleito deputado provincial (1872), tomou parte ativa n bates, principalmente, nas comissões de finanças e instrução blicas. Em 1881, por ocasião do 2º Congresso Agrícola do Ri neiro, foi indicado representante paulista. Ainda naquele an geram-no deputado à Assembléia Geral e, como tal, conservou 1889. No parlamento, embora não fôsse, na tribuna, dos mais v tes, tornou-se acatado pelos discursos e pareceres que proferiu orçamento, terras e bancos. Em 1887, tendo-se dado a renú presidente de São-Paulo, foi nomeado para aquele posto. Est numa fase difícil. A causa abolicionista agitava profundame ânimos e temia-se por uma dissidência dentro do partido cons paulista. Rodrigues Alves colocou-se alheio às lutas política impôs como magistrado e administrador. Preocupou-se em a ordem. (2) Ao deixar o cargo ambos os partidos elogiaram conduta e disso deram ampla demonstração. Dessa forma, êle saia o prestígio aumentado.

Sobrevindo a mudança de regime, obteve eleição para a tituinte e sempre esteve na primeira linha dos debates. Em tendo o marechal Floriano Peixoto assumido a presidência da pública e dado o seu acertado contra-golpe, chamou-o para se nistro da Fazenda, posto o qual ocupou por nove meses, em mo dos mais graves. Tudo fazendo para por em ordem as finança cionais, foi um colaborador eficiente que teve, Floriano em seu bulado govêrno. Por motivos particulares, solicitou e obteve e ração do cargo. (3)

Em 23 de março de 1893, foi eleito para o Senado, em vaga corrente da renúncia de Rangel Pestana. Reeleito, a seguir, nove anos, resignou o mandato por ter aceito o convite de Prud de Moraes que, indo governar a nação o escolheu seu ministro

---

(2) — São-Paulo contava 107.239 escravos equivalentes a Cr$ .. 73.557.811,00. A libertação sumaria traria grande prejuizo. Disso s o presidente e os seus temores mais se justificavam pela desorganiz que traria uma medida para qual não estava aparelhada a Provi

(3) — Tendo de seguir para São-Paulo, onde foi tratar de ass próprios, passou o ministério, temporariamente, a Antão Gonçalve Faria, ministro da Agricultura (de 31-12-1891 a 10-1-1892).

Quanto à sua exoneração, há controvérsia. A propósito, escr Roberto Macedo "Resignou em condições altamente nobilitantes, probatóriorias de uma sinceridade desisnteressada que merece ho gens de gregos e troianos" (*Floriano*, Memórias e documentos, vol Rio, 1939, p. 80).

ças. (4) Nessa fase, fez executar decretos: que autorizou
ão de papel-moeda até a importância de cem mil contos; provi-
ndo sôbre o resgate de papel-moeda; autorizando o contrato
empréstimo de seis milhões de libras, em Londres, e ainda
de carater administrativo. (5)

endo Prudente de Moraes por enfermidade, passado o govêrno
r. Manuel Vitorino, deixou êle a pasta e foi novamente eleito
o Senado onde mais uma vez os seus serviços foram apreciá-
las, o govêrno não precindiu de seus valiosos conhecimentos
eiros. Substitui-lhe na pasta Bernardino de Campos; porém,
gravemente enferma pessoa de sua família e tendo Bernar-
le prestar todo o cuidado a êsse ente que lhe era caro, valeu-se
odrigues Alves a quem pediu para dar toda a atenção à ope-
de *funding-loan*, que então se iniciara entre os credores in-
representados pelo sr. Tootal e o govêrno brasileiro. E foi
a habilidade de Rodrigues Alves que se conseguiu vencer certas
cias dos credores externos.

ito presidente do Estado de São-Paulo, pela segunda vez, em
março de 1900, renunciou outra vez o mandato de senador e,
2, resignava a curul presidencial paulista por ter sido esco-
supremo magistrado da Nação. Durante as consultas proce-
entre os líderes políticos, houve algumas desconfianças, visto
Rodrigues Alves era um estadista formado na escola nonár-
não era um republicano histórico. (6) Mas, pontamente, dis-

---

4) — Eram amicíssimos os dois estadistas e Prudente tinha abso-
onfiança em Rodrigues Alves. A respeito dessa boa amizade que
la, conta Eugênio Egas:
Quando foi da reforma do contrato, da São-Paulo Railway, Prudente
raes, presidente da República, confiou-lhe a redação da minuta
o-lhe que era êle, Rodrigues Alves, dos raríssimos homens cujos
s êle, Prudente, era capaz de assinar sem ler.
passou-se no palácio do Govêrno da República esta cena memo-
lida e aprovada a minuta, Prudente tomou a pena escreveu-a de
ditada pelo Sr. Rodrigues Alves.
É' preciso, disse o presidente Prudente de Moraes, é preciso que
ita vá para o Tesouro com letra do meu próprio punho."

5) — Posteriormente, em resposta a uma carta que lhe fôra dirl-
or Campos Sales, assim êle se referia às nossas finanças e à ma-
pela qual se deveria conduzí-las:
— Tenho para mim como grave ainda a situação financeira, que
ser por muito tempo o eixo da nossa vida política e administra-
Como ministro da Fazenda, sentí a influência da agitação nesse
da administração pública e observei de perto que as finanças,
as nossas, não podem absolutamente medrar em um meio pertur-
pelas paixões ou por grandes divergências partidárias.

6) — Sôbre o assunto, escreveu êle a Campos Sales: "Não me
da desconfiança que o meu nome possa porventura inspirar a

siparam-se os equívocos e deu-se, então, a sua grande oportu
Durante quatro anos, ininterruptamente, governou Rodrigues
o Brasil e trouxe ao país grandes benefícios. Na Capital F
tornaram-se célebres as obras de remodelação e de saneame
que ela passou. Não foi a sua quadra totalmente isentas dess
estéreis que, por várias vezes, o ódio político fez explodir
brasileiro. Entretanto, isso não o impediu de solidificar as f
públicas, através de orçamentos equilibrados, fortalecendo o
créditos interno e externo. O câmbio elevou-se de 1$ para
se recorreu a emissões e, quando do término de seu govêrno,
mador o estado financeiro do país. Pelos muitos serviços que
à Nação, recebeu o cognome de *Grande Presidente*. Finda a
tão, percorreu vários países da Europa, em viagem de recreio
nando para a sua cidade natal, onde se recolheu à vida privada

Mas, os paulistas, que lhe tributavam a estima merecida
maram outra vez para a presidência de São Paulo, tendo êle
posse em 1.º de maio de 1912. Novamente, o notável estadi
tenteou as suas perigrinas qualidades de administrador fec
progressista. Com a morte do general Glicério, deu-se vaga
nado Federal e para êle foi Rodrigues Alves novamente eleito
dezembro de 1916).

Não estava finda a sua notável tarefa de homem público.
pública em formação ainda carecia de seus sábios conselhos.
agora não eram só os paulistas que solicitavam a sua orientaçã
a própria nacionalidade que a êle recorria, visto que era um do
brasileiros capazes de guiá-la com acêrto.

Em março de 1918, realizadas as eleições presidenciais, p
gunda vez o nome de Rodrigues Alves foi sufragado com grande
ciente elietoral. Enfêrmo, porém, não pôde êle tomar posse no
de novembro daquele ano, razão porque assumiu o cargo de vi
sidente eleito, dr. Delfim Moreira. Tendo obtido alguma m
o inolvidável estadista transportou-se para o Rio-de-Janeiro, n
rança de convalecer e assumir a presidência da República. T
aconteceu, entretanto. Agravaram-se-lhe os padecimentos e êl
a falecer sem poder se empossar no cargo para o qual fôra eleit
grandes esperanças por parte de seus concidadãos.

Foi uma das mais vivas personalidades da nossa história p
Dotado de bôa formação humanística e jurídica, e de rara in
cia, reunia todas as qualidades necessárias ao homem de estado.

---

alguns; parece-me mesmo que ela é natural, dada a minha proce
política e as responsabilidades que me sejam atribuidas nos fat
determinaram a velha cisão do partido". E, mais adiante: "R
V. o que tenho dito sempre: — em política não guardo ódios n
sentimentos e sou inclinado à tolerância e à concordia."

INOCÊNCIO SERZEDELO CORRÊA

31-8-1892 a 30-4-1893

Nasceu em Santa-Maria-de-Belém, Província do Pará, aos 16 ...o de 1858 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 5 de junho de ...ilho de Ambrósio Pinheiro Correa e Carolina Serzedelo Cor... Seminário menor da capital paraense, no qual foi recebido ...mo gratúito, fez os estudos primários, com grande provei... ...sando, a seguir, ao Seminário maior (1871), aqui, igual... deu inequívocas provas de talento e aplicação, obtendo em ...s séries as melhores notas. Terminada essa etapa, decidiu-se ...reira das armas. E foi ainda vestido de seminarista que se ...ou ao quartel do exército sediado na capital paraense e as... praça (1875). Como desejasse cursar a Escola Militar, em...ar-no, para o Côrte, como soldado raso. (1) Ingressando na... estabelecimento, mais uma vez o estudante Inocêncio Serzedelo ...a brilhou. Com efeito, foi o primeiro aluno da turma, nos ...s de preparatório e superior da Escola, embora por mais de ... vez não o quisessem como tal. (2) Promovido a alferes-aluno ...), matriculou-se no curso de artilharia e foi dos prinpicais, na ...a. No ano seguinte (1878), ingressou no curso de Estado ... de 1.ª classe e, como sempre, obteve distinção em tôdas as

---

1) — Conta-se que o Barão de Mamoré, que também viajava no ...o navio, e que era um admirador de seu talento, o foi buscar para ... conseguindo que lhe dessem melhores acomodações.

2) — "Era do regulamento da escola fazer cada professor, sema...ente, uma sabatina com seus alunos.

...á quatro sabatinas haviam sido feitas sem que Serzedelo fôsse cha... à lição. Esse fato havia causado grande surprêsa aos seus com...eiros de turma, que ignoravam a prevenção com que o lente o tra...

... quarta sabatina foi afinal arguido, com visível menosprêso do ...or.

...as, como êsse visse que o menino respondia, com segurança e ..., a tôdas as perguntas que lhe eram feitas sôbre a questão do ...assou a interrogá-lo sôbre toda a matéria dada, assunto das outras ...inas. Foi tão brilhante, tão linda essa lição, que o professor Antíoco ...ediu que dissertasse sôbre o ponto da matéria que se seguia no ...ama.

...o terminar a hora o professor disse aos seus alunos: *Acabais de ... a lição de amanhã. Eu como professor, não daria melhor.*"

...ornal do Comércio — Rio, 6-6-1932.

cadeiras (astronomia, geodésia, economia política, direito ad- trativo e desenho de cartas geográficas). Promovido a 2.º t (1879), no ano seguinte passou a 1.º tenente do Estado Ma Artilharia, por merecimento. Fatigado e esgotado pela grand de energia dispendida em seus estudos, obrigaram-no a não o tinuar por alguns meses, para descanso do espírito. Restab conciuiu, com láurea, o curso de engenharia (1881). No mesm a congregação da Escola Militar o designou coadjuvante do superior. Na indicação proposta, dizia, entre outras, o m nci corpo docente, com respeito ao merecimento do apontado: "São e tão extraordinárias as provas de inteligência e amor ao est das por êsse oficial, que, se houvesse vaga uma cadeira na êle seria proposto para exercê-la". Nomeado coadjuvante, a reger a cadeira de fortificações, durante dois anos. A segu cionou, sucessivamente, mecânica, cálculo, química orgânica tânica e geologia. A par disso, se tornara digna de admiração boa formação sociológica e filosófica. Também muito despert tusiasmo a sua simpatia pelo sistema republicano. A propósito, certa vez o Imperador comparecido à Escola Militar, e como conhecesse e soubesse de suas tendências indagou:

— Então, inda está muito republicano, capitão?

— Muito majestade.

— E por que ainda não está nomeado?

— O govêrno de V. M. é que deve saber.

— Exlique-me isso.

Dias depois compareceu Serzedelo ao paço e, após enten com o monarca, saiu, afinal a sua nomeação para catedrático d logia.

Já então a sua justa fama se espalhara por tôda a Côrte suas aulas tornaram-se famosas pela erudição. Ante aquele co unânime, o próprio D. Pedro II resolveu ir pessoalmente ass uma dessas preleções.

"Sentou-se o monarca em ponto onde pudesse apreciar o fessor, e abstraindo-se por completo das coisas circunstantes, centrou tôda a sua atenção nas palavras e nos gestos do lente.

Terminada a hora da lição, Serzedelo ainda se estendia.. general Miranda Reis, comandante da Escola, que acompanha Imperador, temeu que o monarca se impacientasse e, por duas fez menção de sacar o relógio para advertir a Serzedelo. Na ceira vez que o general ia tentar o gesto, o imperador interrom desabridamente e com uma ar de benévola censura: "Guarde o s lógio, comandante. Preleções como esta se houvem sem cogit tempo". E ficou-se, por mais de uma hora, a ouvir a lição, durou duas horas, sem se enfastiar, pelo contrário, cada vez ma teressado.

Quando Serzedelo entendeu de terminar, o imperador se levantou se ao comandante da Escola: "Mande elogiar êste professor em do dia. Ouví na Europa muitas conferências de professores de e universal, mas nunca ouví uma que fôsse mais brilhante, mais e mais bela do que esta lição. Êste professor fez jús a um gabinete: êle que peça o que desejar".

Mas, êle, que era republicano convicto, nada quís da monarquia. ontrário, combateu-a vivamente, iniciando-se como abolicionista oso.

Na companhia de Benjamim Constante e outros fundou o Clube r e as primeiras reuniões da novel sociedade foram realizadas em sidência. Em vésperas da mudança do regime confiou-lhe aquele o a incumbência de catequizar os colegas da marinha para o que já se avizinhava. Graças às suas excelentes relações naquela ração, foi-lhe fácil a tarefa e constituiu isso um relevante serviço a. Leal e dedicado amigo de Benjamim Constant e pessoa de oluta confiança, marchou ao seu lado, quando da proclamação ública. A seguir, Benjamim, tendo sido nomeado ministro da do novo regime, escolheu-o para seu secretário (3), cargo al foi dispensado por ter aceito o de membro da comissão en- ada de reformar o ensino das escolas militares, na qual tra- com a costumeira proficiência. Decretada a reforma do En- ilitar, passou da cadeira de biologia para a de química orgâ- inorgânica. É já se encontrava no exercício de seu novo mis- ando foi promovido a major e nomeado, por Floriano, go- or do Paraná, acumulando, por essa ocasião, o posto de coman- das armas. (4) Foi curta, porém a sua permanência nesta função. É que o Pará não esquecera o seu digno filho e o seu representante à Assembléia Constituinte.

ão foi difícil à sua personalidade forte e bem equilibrada, adap- aos debates políticos e ilustrá-los com os seus votos, discursos

) — Noticiando essa nomeação, assim se expressou a *Cidade do* rnal que se editava na capital do país.

atual Secretário do Ministro da Guerra, major Inocêncio Serze- orreia é quase uma criança. Não há no exército brasileiro, muitos s que tenham como êle, feito tão rápida e tão brilhante carreira. belo talento, o seu patriotismo, a sua energia, e o seu nobre com- ento, abrem-lhe tôdas as portas e deram-lhe aos 29 anos de idade osa posição que hoje tem.

quase uma criança repetimos, mas são já tantos os seus títulos ria, que ninguem se deve limitar a aplaudí-lo como um vitorioso; tambem tratá-lo como um exemplo que é, do quanto pode fazer igência quando se alia a um carater puro e um coração bem for-

) — Pela sua notável atuação nesse posto, Floriano Peixoto a elogiá-lo em ordem do dia.

e pareceres, quase sempre alicerçados em boa lógica e aceitos po
nimidade. Argumentador robusto, ágil e senhor de boa for
humanística, foi relativamente fácil o desempenho de sua no
refa; e com isso juntou novas vitórias às muitas que alcanç
magistério.

Promovido a tenente-coronel (1892), ainda nesse mesmo a
chamado pelo Marechal de Ferro para ocupar, como titular
a pasta das Relações Exteriores. O novo regime ainda não
solidara. E perante o exterior, as atitudes desassombradas de
produziam certa inquietação. Embora tivesse o presidente o a
boa porção de civís, o retraimento de certos políticos tornava
biente um pouco pesado. Ao Ministro do Exterior cabia infor
missões diplomáticas as providências que o Govêno ía toman
relação aos negócios externos. No seu novo mister Serzede
encontrou embaraços. Admirado por civís e militares, a sua
ção para titular dessa pasta ecoou favorável, principalmente,
era homem de atitudes ponderadas e refletidas.

Em trabalho que publicou, narra-nos êle a seguinte pas
relativa a sua gestão naquela Secretaria de Estado:

"Na Câmara, recebí um chamado de Floriano ao Itamara
fui. E disse-me êle:

— Está vaga a pasta do Exterior e resolví dá-la ao Pará
você indica?

— Disse-lhe eu:

— Indico o senador Nina Ribeiro, moço inteligente e d
carater e parente do dr. Lauro Sodré, então governador do
Corrí à casa de Nina Ribeiro, para dar-lhe a notícia desse

No dia seguinte, pela manhã, ao ler o Diário Oficial, ví a
nomeação para Ministro do Exterior. Fui ao Itamaratí pergun
marechal como era isso.

Êle disse-me:

— Pensei e resolví a sua nomeação, e espero que n
negará o seu concurso nesta emergência difícil.

— Aceitei o lugar.

E uma vez investido no cargo, tive logo de resolver a n
tosa questão das Missões.

O árbitro era o presidente do Estado Unidos, governad
por Harrison, cujo secretário do Exterior era o grande Blaine
simpatias pela grande República Argentina eram notórias.

Todo o meu trabalho, pois, consistia em retardar a nomea
advogado brasileiro, para entregar a decisão da questão a Cle
incorruptível e justo.

Os argentinos, por sua vez, apressaram-se a nomear o Sr. Ze- e todos os dias e impreterivelmente ia à secretaria o ministro tino, pedir-me a nomeação do delegado brasileiro.
Já não sabiam o que dizer-me.
Quando Cabo-Frio interveio e disse-me:
— Vou livrá-lo dessa maçada.
No dia seguinte, o ministro argentino, cedo, foi à secretaria. E Cabo-Frio recebeu-o na sala de espera e mandou que aí me rdasse.
Chegando depois o ministro alemão, Cabo-Frio recebeu-o no salão e, por onde eu tinha de passar, para ir ao meu gabinete.
Ao chegar eu e tendo encontrado o ministro alemão no salão, ne audiência antes do argentino.
Este, indignado, protestou junto de Cabo-Frio, contra o meu ato, ue Cabo-Frio disse-lhe:
— Quer romper, pois rompa.
Nunca mais voltou à secretaria o ministro argentino.
Feita a eleição de Cleveland, Cabo-Frio aconselhou-me que nosse para advogado do Brasil a Rio Branco e mostrou-me um mapa ostas espanholas, enviado por este, e onde o território das missões eclarado português.
O general Dionisio, então nos Estados-Unidos, em longa carta selhava-me que nomeasse Salvador de Mendonça, que gozava de de prestígio e dizia-me:
A nomeação de um homem estranho à diplomacia será mal re- a em Washington, de grandes exigências".
À vista disso, passei um telegramma a Rio-Branco, convidando-o advogado do Brasil, e oferecendo-lhe a legação que escolhesse.
Rio Branco respondeu-me dizendo que aceitava a nomeação de gado do Brasil, mas que recusava a de ministro por motivos par- ares.
O marechal Floriano Peixoto queria a nomeação do barão de rio para advogado do Brasil.
Aconselhado por Cabo-Frio, opus-me a isso e conseguí que fosse tada a nomeação de Rio-Branco, que Paula e Souza, meu sucestornava efetiva dois meses depois.
Eis como ganhámos, com glória e honra para o nosso país a ão das Missões.
Ao sair eu do Ministério do Exterior, Floriano recebeu de todos inistros estrangeiros, aquí acreditados, um abaixo assinado lásndo a minha retirada da pasta.
Este documento deve achar-se no arquivo de Floriano." (5)

(5) — Serzedelo Corrêa — *Páginas do passado* — Rio de Janeiro, 48-50.

Levado a modificar o ministério, Floriano, tinha nele um a dos mais competentes e à altura de dirigir qualquer pasta. E f essa razão que, em 22 de junho de 1892, confiou-lhe o Ministé Indústria, Viação e Obras Públicas (era como então se denomi e, em 31 de agosto daquele ano, instou para que tambem diri pasta da Fazenda, na qual êle permaneceu até 30 de abril de quando a abandonou.

Notável sob todos os pontos de vista, foi a sua atuação na ção dos negócios financeiros do Brasil. Com a exoneração sol por Rodrigues Alves, então ministro da Fazenda, Floriano fic situação embaraçosa. Urgia encontrar-se alguem que realmen desse substituir o eminente estadista que se retirava. A situaçã crítica. O câmbio baixava sem cessar e o comércio e a agric sentiam plenamente os efeitos dos malentendidos políticos. O maiores estabelecimentos de crédito — o Banco do Brasil e o da República, estavam às portas da falência. Foi nesse moment caríssimo que Serzedelo aceitou a pasta da Fazenda. Segun próprio relata, tinha de vencer, entre outras dificuldades: as v ções de Floriano, desconfiando de tudo e de todos; a atitude d neral Glicério, aprovada pela quase unanimidade de Câmara, que a organização do Banco da República; e o *Jornal do Comércio* tendo à frente o seu Diretor (José Carlos Rodrigues), queria lios ao Banco do Brasil, esquecido de que já se haviam emprest êsse banco, doze mil e quinhentos contos de uma emissão de v cinco mil contos que fora feita. Inteirado da situação dos dois belecimentos de crédito, concluiu o ministro que o mais acertado fundí-los. E fez então a proposta. O marechal presidente não tou o alvitre. Melindrado Serzedelo solicitou demissão. Cien ocorrido, a bancada gaucha, tendo à frente Júlio de Castilhos, curou Serzedelo e conseguiu que êle retirasse o pedido de dem Com isso, Floriano consentiu fôsse feito um exame preliminar peito do estado das duas casas de crédito. Disincumbindo-se des refa, terminou o ministro com a seguinte propositura:

"A fusão dos Bancos da República e do Brasil, pois sr. chal, impõe-se.

O da República pela impossibilidade de reorganização. N reorganizam ruinas. Aí só há crimes a punir.

O do Brasil, pela impossibilidade do Tesouro de auxiliá-lo mais do que tem feito. A situação do Tesouro, por informaçã

---

(6) — Entre êles estava a questão acreana com a Bolívia, a que Serzedelo conhecia em seus pormenores. À propósito dela, es à *Tribuna*, do Rio, e foi publicada em 31-1-1903, uma carta onde ciosamente estudou a matéria.

vós a conheceis: Há dias fecho a Caixa com quatro contos tendo gar no dia seguinte cerca de quatrocentos.

Aceitou Floriano a exposição leal e categórica. Entretanto, mo-ou-a em três pontos, embora isso não alterasse, no fundo, a ques-(7) Afinal operou-se a reforma pretendida e nisso o ministro deu com a virtude de Sócrates, conforme afirmou o Conselheiro iel Francisco Corrêia, acatadíssimo financista que a República ara a seus serviços, embora as suas convicções monárquicas.

Para melhor controlar os dinheiros públicos, Serzedelo conseguiu fôsse instalado o Tribunal de Contas. A idéia não agradou ao chal que tendo de prestar informações minuciosas sôbre seus via no novo orgão "um poder superior ao seu". E tendo, certa o, o Tribunal negado registo a um despesa, Floriano azedou-se e "São coisas do meu amigo ministro da Fazenda, que criou um nal superior a mim. Precisamos reformá-lo".

— Não, repliquei eu. Superior a V. Ex., não. Quando as suas s. Quando V. Ex. está fora da lei e da Constituição, o tribunal ior a si. Reformá-lo não podemos. As autorizações legislativas s ficam esgotadas e, por lei geral, o Executivo não pode mais icá-las. Se V. Excia. quer reformar o tribunal, demita-me, e o ucessor que referendo ao ato". (8)

por não querer assinar tal reforma, demitiu-se da pasta. Saía inistério após ter realizado uma obra notável. Encontrara o a 5 e o deixava a 18. À sua entrada o Tesouro estava às por-falência. Já agora possuia sete e meio milhões de libras. E sa uma ajuda inestimável com que contou Floriano para ven-revolta e livrar-se de qualquer intervenção estrangeira, "pois com tos daquí e de Santos bloqeados, sem um centil de renda, pôde no exterior, pontualmente, todos os nossos compromissos e ar navios". (8) Ainda no govêrno de Floriano exerceu Ser-interinamente, a pasta da Viação e Obras Públicas e teve opor-de de prestar relevantes serviços à Nação inclusive o de solucio-crise dos transportes, que se dera naquela fase.

fastado da política, vivia completamente para os seus livros, as ulas na Escola Militar, na Escola Livre de Direito, onde lecio-conomia Política, e escrevendo para os jornais. Tendo explodido

) — O decreto autorizava a fusão do Banco da República *no* do Brasil; o marechal fez redigir... fusão do Banco da República Banco do Brasil; o ministro propôs se desse ao novo estabelecimento de Banco do Brasil; o marechal modificou-o para Banco da Repú-lo Brasil, mas posteriormente vingou a primeira denominação; o ro propôs que o capital do Banco fôsse de 50 mil contos; o marechal por 150 mil. Da divergência surgiu então o capital de 100 mil

) — Serzedelo Corrêa op. cit. pag. 60.

a revolta da esquadra, chefiada por Custódio de Melo, foi dado suspeito e preso. (9) Melindrado com o que se lhe imputavam citou demissão do exército. Terminada a revolução, elegeram-no tado pelo Distrito Federal. No parlamento, a atmosfera era pe Uns, queriam a anistia ampla; outros, sob a forma restritiva. ambiente, tomou a palavra e desassombradamente se externou os acontecimentos. Belíssima foi a oração que pronunciou conc a Câmara a perdoar, visto que isso não importava num gesto d queza. E prosseguindo altaneiro, dizia:

"... vem do caminho da ingratidão e da injustiça, vem meses de injustiça, vem de 15 meses de trabalho quase sobreh na gestão dos mais intrincados negócios, tendo em mãos a fortu blica e a particular em um período de crise assombrosa em "crack" tudo ameaçava arruinar. Vem de noites não dormidas, gilias contínuas, acumulando as duas pastas da Viação e das Fin Vem de deixar a administração, tendo deixado a seu sucessor surpresa a meio de seus planos, cerca de sete milhões e meio c quais se pagou credores e se pôde pagar o nosso pessoal no e geiro. A consciência não o acusa de um desfalecimento. A con não lhe recrimina uma só vacilação e, no entanto, teve de ser e, o que é mais, confundido êle que podia afirmar que salvara tuna pública de uma catástrofe, êle que viu presas em suas reputações e tudo o que o país possuia na indústria, na navegaç viação férrea e urbana, êle que não deixara em casa o necessári a alimentação do dia seguinte, confundido depois de ter repres

---

(9) — Foi essa uma fase dolorosa que teve de enfrentar.

Afligia-me ter deixado a minha velha e santa mãe sem recur

Escrevi-lhe então um bilhete, dizendo-lhe que fizesse leilão tinhamos e se fosse mantendo com isso, até que eu saisse da p cuidasse da sua subsistência.

Esse bilhete, apanhado pelo diretor da correção, foi levado a Fl

E este assim se exprimiu, disse-me Cassiano do Nascimento:

— Quero mostrar aos senhores como tenho feito um govêrno h O Serzedelo, que geriu vários postos e foi o meu verdadeiro pre de Conselho, está paupérrimo.

E leu o bilhete.

Daí em diante nunca mais faltou dinheiro à minha mãe. Em os fins de mês recebia pelo Correio uma carta anônima com três de réis, além de uma dezena de contos, que anônimos desta Ca de vários Estados lhe enviavam.

Quem seria o autor dessa generosa esmola?

Seria Floriano?

Não sei."

O trecho antes transcrito escreveu-o Serzedelo em *Páginas sado* (pag. 62).

pública, ser preso pelo mesmo govêrno a que servira, em con-
om galés e os gatunos, sem que contra si houvesse um só ato
o, um só documento que traisse a sua conduta.

através de apartes violentos, prosseguiu:

n pois, da ingratidão e da injustiça. Vem, porém, sem outra
edade com essa revolução a não ser a do sofrimento, pedir à
, que vote a anistia que é a mais completa e a mais fecunda
ressões. Vem, sem ódios, esquecido do que sofreu, esquecido
imas que viu derramar, pedir clemência para os vencidos, por-
lado a lado houve êrros, de lado a lado houve faltas, de lado a
uve idéias que enobrecem o homem, enaltecem o carater e en-
em uma época.

1897, voltou novamente a representar o seu Estaudo em três
ra sucessivas. Nessa fase, tendo sido indicado relator do orça-
teve oportunidade de oferecer ao plenário verdadeiros tratados
matéria. E isso porque, além de sua boa formação matemá-
a também conhecimentos especializados de economia e finanças.
ósito de sua capacidade detrabalho, conta-se que, tendo sido
adas, em um só dia, 70 emendas sôbre os orçamentos da re-
despesa, no dia imediato êle deu parecer sôbre todas elas, fun-
ndo-as cabalmente. Em 1900, a Câmara dos Deputados votou,
mente, a sua reversão ao Exército, a restituição de seu lugar
nte da Escola Militar e reembolso de todos os vencimentos.
êle as duas primeiras distinções e desistiu da vantagem pe-
. Em 1905, em virtude de se ter colocado ao lado dos estu-
da Escola Militar, que se revoltaram chefiados pelo general
e Travassos e coronel Lauro Sodré, foi preso e desterrado.
xilado, foi eleito deputado por Mato-Grosso (1906). E mais
foi brilhante a sua atividade parlamentar. Com efeito, não
rojeto de importância, particularmente econômico-financeiro,
contasse com a sua preciosa colaboração.

govêrno Nilo Peçanha, ocupava a direção da Estatística Comer-
ndo foi convidado para dirigir a Prefeitura do Distrito Fe-
unho de 1909 a novembro de 1910). Embora curta, a sua ad-
ção assinalou-se pelos vários melhoramentos que introduziu
s os setores municipais: instrução, higiene, fazenda e obras.
2, mais uma vez o Estado do Pará o fez seu representante na
. Em 1914, pronunciou notável discurso, condenando um em-
solicitado pelo govêno Wenceslau Braz. No ano seguinte,
intrigas na política paraense, o seu nome deixou de ser
na chapa federal. Devido a isso, perdeu o Pará o maior re-
nte que até hoje teve no parlamento. Reformado no posto de

general de divisão, recolheu-se Serzedelo à vida privada, pas
viver no seu gabinete de estudos, até que veio a falecer. (1
Foi ainda por proposta sua que se deu a Deodoro, por ac
popular, o título de generalíssimo.

BIBLIOGRAFIA

O Rio Acre (Ligeiro estudo sobre a ocupação Para
Rio Acre, limites, navegação e comércio com a Bolívia). —
Janeiro, 1899.

Folheto contra folheto — Orçamento Municipal de
Rio de Janeiro — Imprensa Nacional, 1900.

Reforma da Marinha Mercante — Projeto — Rio de
Tip. Gutemberg, 1902.

Discurso proferido no salão do R. Clube Ginástico P
apresentando as bases da projetada Sociedade Mutualid
dial e Beneficente — Rio de Janeiro — Oficinas do *Jo
Brasil*, 1903.

Associação Comercial do Rio de Janeiro — *Comissão d
da tarifa aduaneira* — Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do C
1903, 2 volumes.

O problema econômico no Brasil em 1903 — Rio de
— Imprensa Nacional, 1903.

Discurso sôbre a Caixa de Conversão, proferido na
dos Deputados em sessão de 30 de agosto de 1906 — Rio de
Tip. Leuzinger, 1906.

A revisão constitucional — Rio de Janeiro, Tip. da Co
Litografia, 1904 — (Série de artigos enfeixados em volum

Associação Comercial do Rio de Janeiro — *discurso*,
sobre a questão dos impostos interestaduais — Rio de Janei

Inspecção Sanitária Escolar (Prefeitura do Distrito
Rio de Janeiro — Of. Gráfica do *País*, 1909.

Pontos de Economia Política — Rio de Janeiro, 1913.

Páginas do Passado — Rio de Janeiro, Oficinas Grá
Jornal do Brasil, 1919.

Além dessas obras deixou inéditos um *Tratado de
superior* e *Aulas de mecânica nacional*.

(10) — Numa terra onde tanta mediocridade anda biograf
verdadeiro endeusamento, não é justo que um homem como
Corrêa, que representa uma das glórias mais puras do regi
blicano instituido entre nós, permaneça quase esquecidos pel
riadores dos nossos fastos.

FELISBELO FIRME DE OLIVEIRA FREIRE

30-4-1893 a 18-8-1893

Nasceu na cidade em Itaporanga, na então província de. Ser- aos 30 de janeiro de 1858 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 8 aio de 1916. Filho do coronel Felisbelo Firmo de Oliveira Freire sa do Amarante Goes Freire. Fez os cursos primário e secundá- a terra natal, parte no Ateneu Sergipense, após o que se trans- para a Baia. Aquí, tendo se matriculado na Faculdade de Me- a (1), doutorou-se com distinção (1881). De tendências repu- nas, e tendo encontrado meio propício às suas idéias, abraçou-as vigor e transformou-se em um dos mais devotados paladinos ela causa. Indo clinicar na cidade de Laranjeiras, ao tempo uma mais prósperas de Sergipe, tanto o entusiasmava a profissão o credo político. "Aí começou a exercitar a sua clínica, que dquirindo, desde logo numa grande extensão, dando-lhe a um o, meios de subsistência e o aprêço e a estima dos seus coes- nos, que lobrigaram no compatrício recenvindo qualidades de gência e atos de energia capazes de lhe dar um grande desta- no decorrer de sua existência. E, de fato, tais previsões se rmaram. Felisbelo Freire compreendeu, por sua vez, a sua si- o e apreendeu o alcance da missão que lhe destinava o momento. regou amigos, solidarizou-os em torno do seu ideal e constituiu rtido republicano de Sergipe, fundando, logo, dois jornais (2) a defesa dos interesses do partido e para empreenderem uma sa propaganda da causa por que se empenhavam".

Proclamada a República, êle, que por essa época, na Côrte, pro- a ajudar à causa republicana, foi nomeado pelo govêrno provi-

---

1) — Além de ter sido aluno aplicado do curso médico, tomou parte na imprensa baiana. No jornal republicano *Horizonte*, dirigido pelo go Rodrigo Oliveira de Menezes e pelo Dr. Francisco Gil, do qual edator, escreveu inúmeros artigos defendendo os principios repu- nos.

2) — Um deles era o *Laranjeirense*, o que teve o seu primeiro ro saido em 1 de janeiro de 1885.

sório, governador de Sergipe (13-12-1889 a 17-8-1980). Eleito o congresso constituinte, a sua atuação nessa assembléia foi das brilhantes, tendo se destacado, na Comissão de organização dos tados; no exame do movimento de 1891; discutindo demoradam a constitucionalidade do sítio de 92 e tambem o projeto de a aos implicados nesse movimento. Afinal, também muito contr para a Constituição de 1891. Tendo o marechal Floriano Peixot sumido a presidência da República, chamou-o para seu ministr Exterior (22 de abril de 1892 a 30 de junho de 1893) cabend tambem responder pelo Ministério da Fazenda (30 de abril a 1 agosto de 1893). Não lhe faltava competência para, nesta pasta, ilustrá-la com a boa soma de conhecimentos que acum sobre economia e finanças. Entretanto, no seu período de ge tudo estava subordinado à política de emergência e de salvaçã marechal Floriano. Não era possivel, em uma fase difícil aquela, excutar um plano ou traçar diretrizes. Tendo-se exonerad govêrno, reabriu o seu consultório médico (até 1897), voltou a borar nos jornais e conseguiu ser reeleito para Câmara, pelo se tado. Na 4ª legislatura, não alcançou mandato, em virtude de cisão na política sergipana. Mas, tendo voltado ao parlamento 1907, nele permaneceu até morrer.

Inegavalmente, Felisbelo Freire foi uma personalidade singu Espírito ávido de saber, não limitou os seus conhecimentos. Atira -se aos livros com ardor e perseverança, percorreu-os em grande qu dade e variedade. A história deve-lhe pesquisas importantes. Os trabalhos: *História de Sergipe*, *História da cidade do Rio-de-Jan* *História territorial do Brasil* e *Arquivos Palamentares do Brasil* bem um atestado de seu afan de rebuscador de arquivos e bibl cas. A imprensa tinha nele um profissional devotado e capacíssi Tanto lhe era facil escrever artigos de fundo, doutrinários, e êl ridigiu às centenas, como era de seu inteiro conhecimento toc parte material da arte tipográfica.

O direito constitucional estudou êle em suas raizes, como qual mestre. E sendo essa uma matéria que no parlamento se del constantemente, provou bem conhecê-la. Discutindo sobre essa d plina sustentou as mais acaloradas polêmicas, reptando ao prio Rui, na interpretação de autores americanos. Ao estudo da nomia política e finanças deu-se com prazer. Vem daí a série de gos artigos que escreveu examinando minuciosamente a formação nômica da nação. "E, se nem sempre as suas conclusões eram ac veis, sempre havia de louvar nos seus estudos uma perfeita erud e verdadeira noção técnica das questões". A par disso, era um sico de louvada sensibilidade. Conta-se que, sem a menor dif

, ao piano, executava trechos seletos dos mais afamados mestres
música e que conhecia todos os instrumentos. (3)
Socio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Insti-
Histórico de Sergipe, o seu nome foi incluido tambem no quadro
l de varias outras associações culturais.

LIOGRAFIA

Os caracteristicos clínicos da cirrose hipertrófica são suficientes para classificá-la como uma molestia distinta da cirrose atrófica? — Dissertação. Baía, 1881.

Discurso — Pronunciado por ocasião de inaugurar-se o Clube Democrático. Vem no *O Laranjeirense*, de 18-9-1887.

Evolução da matéria — Conferência — Laranjeiras, Sergipe, 1888.

Colonização de Sergipe de 1590 a 1600 — Govêrno de Tomé da Rocha e Diogo de Quadros. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, suplemento ao tomo II, paginas 205-227.

Discurso proferido pelo Governador do Estado, Sergipe, 1890.

História de Sergipe (1575-1855) Rio de Janeiro, 1891.

Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro do Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 1893.

Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1894.

O ex-ministro da Fazenda ao público (Questão das loterias). Rio de Janeiro, 1895.

História da revolta de 6 de novembro — Rio de Janeiro, 1895.

Noções de Direito pátrio e Economia Politica para uso das Escolas Públicas do 2.º grau e de acôrdo com o programa de 1895 — Rio de Janeiro, 1896.

Elementos de História Natural (Zoologia e Botânica) para uso das Escolas Primárias do 1.º grau — Rio de Janeiro, 1896.

História do Brasil adotada pelo Conselho de Instrução da Capital Federal para uso das Escolas Públicas do 2.º grau — Rio de Janeiro, 1896.

---

3) — Revelada a sua vocação, facilmente assenhoreou-se dos segredos da arte, aperfeiçoando-se com tanto brilho, que, simples acadêmico de medicina, fora convidado para reger a orquestra de 180 professores, num concerto oferecido ao maestro Gottschald na sua passagem pela Baía." Armindo Guaraná — *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*, 1925, pag. 83.

As constituições dos Estados e a Constituição Federal — de Janeiro, 1898.

História da cidade do Rio de Janeiro (1500-1900) 1.º fasc — Rio de Janeiro, 1901 (Este trabalho ficou incompleto).

Tarifas aduaneiras (Discursos pronunciados na Câmara Deputados) Rio de Janeiro, 1905.

Economia Nacional — História do comércio brasileiro (de seis conferências) Rio de Janeiro, 1905.

Manifesto político aos sergipanos — Circular ao eleito — Rio de Janeiro, 1905.

História territorial do Brasil (Baía, Sergipe e Espirito Sa Rio de Janeiro, 1906.

Direitos do Amazonas sobre território do Acre — Ri Janeiro, 1906.

Manifesto político aos sergipanos — Rio de Janeiro, 1

História do Banco do Brasil — Rio de Janeiro, 1907.

Arquivos Parlamentares do Brasil. Câmara dos Deputad Senado, 3 volumes.

Os portugueses no Brasil (Estudo histórico e crítico) (S XVI ao século XIX). Vol. 1.º — Rio de Janeiro, 1907.

A Constituição da República dos Estados Unidos do B interpretada pelo Supremo Tribunal Federal (Fascículo I) — de Janeiro, 1913.

Os bastidores da política do Brasil — Rio de Janeiro,

As crises financeiras, comercial, econômica e monetária Brasil (XIX e XX) — Rio de Janeiro, 1913.

A formação do direito orçamentário brasileiro (Suas le evolução). Série de artigos — Rio de Janeiro, 1916.

Tendo desenvolvido grande atividade jornalistica, encontra ainda, em vários jornais de Sergipe e da Capital Federal, inúm trabalhos de sua autoría.

ALEXANDRE CASSIANO DO NASCIMENTO

18-8-1893 a 15-11-1894

asceu na cidade de Pelotas, Rio-Grande-do-Sul, em 1859, e
i no Rio-de-Janeiro, aos 9 de setembro de 1912. Filho de
el Lourenço do Nascimento. Depois de ter realizado os cursos
io e secundário, na cidade natal, mandaram-no para São-Paulo,
ja faculdade de Direito se matriculou, bacharelando-se em ci-
jurídicas e sociais. Ainda acadêmico, fez profissão de fé repu-
. Recém-formado, obteve a promotoria pública da cidade de
rande, donde foi transferido para Pelotas e depois para a comar-
Livramento, como juiz municipal. Tentado pela política par-
, abandonou a magistratura, abriu banca de advocacia e pas-
propaganda. "Quando, em várias localidades da antiga provín-
iniciou a propaganda republicana Cassiano do Nascimento fez
do grupo dos oito primeiros apóstolos, que constituiram a auda-
e simpática guarda de frente, na cidade de Pelotas e distin-
e logo pelo seu ardor. Na tribuna das conferências, nos jornais
ros, que então surgiam para advogar os interesses políticos, nas
iorações de datas da história republicana — Cassiano do Nas-
o era dos primeiros a aparecer, com o entusiasmo comunicativo,
seu sorriso eterno, e com aquela admiravel bonhomia, que foi
e o traço simpático do seu carater".

roclamada a República, obteve êle, merecidamente, o seu lugar
nstituinte e, nesse pôsto, se manteve até quando Floriano Pei-
foi buscar para ministro do Exterior (23 de outubro de 1893
e novembro de 1894). Em dezembro de 1893, com a fusão das
do Interior e Justiça e anexação do novo Ministério da Ins-
, entregou-lhe o marechal a direção dêsse novel departamento,
êle permanecido no posto até o término do quadriênio. Pouco
, havendo Felisbelo Freire, ministro da Fazenda, solicitado de-
do cargo, Floriano confiou-lhe também, interinamente, a dire-
aquele ministério. Dessa forma, foi gestor das finanças bra-
s, de 18 de agosto de 1893 até 15 de novembro de 1894. Dei-
o govêrno, elegeram-no deputado federal (25 de agosto de
e na Câmara permaneceu até 1912, data em que passou ao Se-

nado da República. Por várias vezes, dirigiu, na Câmara, o
parlamentar que ficou conhecido com o nome de *concentração*
rante alguns anos, presidiu a comissão de orçamento. Mas,
mais avulta a sua obra como estadista foi na ajuda incomparave
prestou a Floriano Peixoto como um de seus auxiliares mais ef
tes. Dotado de formidavel capacidade de trabalho e de absoluta
dade, foi chamado para a direção dos três ministérios que geriu,
fase aguda da política nacional e não desmereceu a confiança
se lhe depositou.

Carater íntegro e tido igualmente como de louvada probidad
ainda orador de largos recursos, fluente e vibrante. Teve oc
de ser convidado para ministro do Supremo Tribunal Federa
declinou do convite.

BERNARDINO JOSÉ DE CAMPOS

20-11-1896 a 23-6-1897

Jasceu aos 6 de setembro de 1841, em Pouso-Alegre, Minas
e faleceu em São-Paulo, aos 18 de janeiro de 1915. Filho
rnardino José de Campos (magistrado) e Felismina Rosa
lves. Mudando-se a família para São-Paulo, na cidade de
nas terminou o curso primário e fez o secundário, após o que
para a capital da província onde ingressou na Faculdade de
o (1859). Aí teve como companheiros, entre outros, Campos
e Prudente de Morais. Formado (1863), depois de curso bri-
, casou-se com D. Francisca de Barros Duarte e fixou resi-
na cidade de Amparo, na qual iniciaria sua profissão e car-
política. Combativo e ardente o jovem advogado ingressou na
a partidária e fundou, juntamente com Peixoto Gomide,
de Sousa e Antonio Bittencourt o jornal *Época*, em cujas
s se defendiam ardorosamente duas grandes causas: a abolição
ravatura (1) e a República. A sinceridade de suas convicções
estemor com que as propagava logo destacaram-lhe a persona-
Na célebre Convenção de Itú (1873) fora o delegado de
ro, de sorte que, com a organização do partido republicano,
am-no deputado provincial (1888). Com a mudança de forma
ovêrno, inicia-se verdadeiramente a sua carreira política.
ado chefe de polícia da capital paulista (1889), dois anos
elegeram-no deputado à Constituinte, na qual foi lider da
la, seu representante na Comissão dos 21, incumbida de dar
r sobre o projeto de Constituição elaborado por iniciativa do
no provisório e chefe do Partido Republicano Paulista. Reali-
a constitucionalização do país, elegeram-no primeiro presidente
mara dos Deputados, sendo-lhe tambem oferecido o alto posto
nistro do Supremo Tribunal Federal, convite que declinou por-
a desejo seu dedicar-se à política e à administração. Efetiva-
, pouco depois foi eleito presidente de São-Paulo (1892),

) — Foi tambem Bernardino um dos operosos membros do célebre
dos *caifases*, que protegia a fuga em massa dos escravos.

cargo que voltou a ocupar uma segunda vez (1902). Aí a sua op
sidade destacou-se sobremodo. Entre as muitas realizações de
govêrno, citam-se: Serviços de Assistência Pública, que foram g
demente ampliados; Hospital de Isolamento e Desinfetório Cen
Laboratórios bacteriológicos farmacêuticos e de análises químic
Hospício de Juqueri, Instituto Vacionogênico. Na instrução pú
e técnica, igualmente, foi longa a sua contribuição. Criou Es
Complementares, Escola Normal de Itapetininga, Escola Mo
Ginásios do Estado; Escolas de Medicina e Politécnica; Es
Agrícola de Piracicaba e o Instituto Agrônômico de Campinas.
mulgou várias leis de ordem judiciária; instalou o Minis
Público; reorganizou a Polícia e a Força Pública; deu providê
sobre a imigração e núcleos coloniais; ampliou os Serviços de
e esgôtos e tambem se deve à sua iniciativa a instalação do M
Ipiranga, hoje um dos estabelecimentos dos quais o Brasil se o
lha. Governava São-Paulo quando rebentou a Revolta da Arm
A sua decisão, colocando-se ao lado das autoridades constituidas
de efeito animador e eficaz. Sem tergiversar, telegrafou imed
mente ao marechal Floriano: *"Navios revoltados não podem im
a sua vontade à nação, pelas armas. E' inaceitavel a força
resolver assunto politico, quando funcionam livremente os po
legais. Dou e darei todo o meu apoio à vossa autoridade de p
dente da República, porque sois o poder legítimo. Vosso civ
amparará as instituições no lance aflitivo a que são levadas.
fiai na minha lealdade."* Pelos seus bons serviços, foi-lhe conf
o título de general de brigada, honorário.

Com a presidência Vitorino Pereira foi escolhido ministro,
rino, da Justiça, e, em seguida, titular efetivo da pasta da Faz
(20 de novembro de 1896 a 23 de junho de 1897), em substitu
a Rodrigues Alves. Anteriormente, em face da péssima situ
financeira, havia sido iniciado os primeiros passos para a realiz
do *fundng-loan* que empreenderíamos em 1898. Na direção dos N
cios da Fazenda, Bernardino de Campos empenhou-se igualm
para a sua realização. Muito acertada foi pois a escolha de seu n
naquela hora, para gestor das finanças brasileiras. Os *defici*
vinham acumulando assustadoramente; urgia que homens de
estatura moral fossem chamados para a solução de tão melin
caso. Não lhe coube levar a cabo tão importante operação de
dito, mas é inegavel que a sua cooperação foi de valor inestim

"Descrevendo-lhe a atividade como homem público, Eng
Egas (2) da-nos este perfil:

---

(2) — Galeria dos presidentes de São-Paulo, 1927, vol. II, pagi

Foi realmente extensa, e profunda a influência deste homem
rte e destinos da República, desde os seus primeiros dias dela
seus últimos momentos dele. No silêncio do seu gabinete, ou
lício da praça pública ou no ruido das discussões calorosas e
tas, ou ainda na assustadora agitação das lutas armadas, o
ernardino de Campos possuia o dom de impressionar, agir,
r e impor a sua decisão. A República, tanto em São Paulo
em todo o Brasil, jamais, poude viver sem os seus conselhos
mplos de Prudente, Glicerio, Campos Sales, Rangel Pestana,
ues Alves e Bernardino de Campos. Mas a verdade é que o
era sempre ouvido, e as suas decisões acatadas, pelos outros.
scendência foi notada em todos os meios republicanos e em
as crises do regime." Não seria possivel escrever a história
pública, durante todo o tempo da existência política de Berna-
le Campos, sem que fosse ele o centro de convergência dos
s episódios, não só por sua pessoa e atos, mais ainda por ter
empre o homem de confiança absoluta dos amigos, que, como
ram chefes, os grandes chefes do partido republicano brasi-

rnalista militante, colaborou na *Época*, na *Tribuna Amparense*,
zeta de Campinas, no *Diário Popular* e no *Estado de São-*
Senador federal (1896), foi reeleito (1900), tomando tam-
ssento na câmara alta estadual. Na Campanha civilista igual-
destacou-se pelo modo ardoroso como se bateu por aquela
Membro da comissão encarregada de estudar o projeto do
Civil, Rui Barbosa o incumbiu de estudar o Direito das
, matéria que versou com real conhecimento, demonstrando
neira positiva a solidez de sua formação. Candidato a
ncia da República, retirou a sua candidatura, "não de motu
, mas em obediência ao voto geral de seu partido." segundo
u com elegante nobreza. Pouco antes de falecer, ficou cego.
disso não lhe diminuiu o brilho de suas atividades. Senador
al e presidente da comissão executiva do Partido Republicano
a, era a sua opinião decisiva nas questões políticas que se
ntavam, em face de sua inegavel autoridade.

JOAQUIM DUARTE MURTINHO

23-6-1897 a 23-6-1902

Nasceu na cidade de Cuiabá, Mato-Grosso, aos 7 de dezembro
48 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 18 de novembro de 1911.
de José Antônio Murtinho e Rosa Joaquim Murtinho. Após
r, na cidade natal, as primeiras letras, mandaram-no para a
em 1861 (1), onde passou a frequentar o colégio dos padres
s. Foi o seu curso naquele educandário, dos mais brilhantes.
7 anos, incompletos (1861), ingressou na Escola Central (hoje
a Politécnica) e, como era de se esperar, logo se revelou aluno
do e competente. Não contente de ser um futuro engenheiro,
culou-se também na Faculdade de Medicina e, com o mesmo
asmo, passou a estudar as matérias do curso médico. (2) Tendo
udar as várias disciplinas do dois cursos e cumprindo com ver-
a sofreguidão essa tarefa estafante, o seu organismo enfraque-
e êle se viu obrigado a repousar, indo então para Mendes, no
o do Rio, para a fazenda de um parente (Dr. Luiz Antônio
s). Aí, sem muito o que fazer, pôs-se a examinar os livros do
te e encontrou entre outros, dois que logo o interessaram viva-
Organon e Matéria Médica Pura, de Hahnemann.

A leitura dêsses livros não só implantou no seu espírito a con-
da moléstia do imortal Hahnemann, como ainda lhe deu os
de curar a de que sofria, por meio de remédios que aplicou a
mo, d ecôrdo com a lei dos semelhantes.

De volta a Niterói, onde morava, encontrou o Dr. Paula Fonseca
m alí residente, que se surpreendeu da sua saude florescente.
– Então, meu amigo, tomou os meus remédios?
– Não, senhor; tomei algumas doses de Sulphur e Noxvômica,
do a homeopatia e assim me restabelecí prontamente.
E aí está porque o republicano se resolveu a ser médico e o médico
u-se homeopata".

Em 1870 graduou-se em engenharia e, três anos depois, doutorou-
u uma significativa tese. Versava a mesma sobre homeopatia;
minadores, de início, não se dispuseram a recebê-la no mesmo pé

---

1) — Refere um seu biografo que êle gastou na viagem penosa e
sa, três meses e dias, atravessando a cavalo e a pé, 1713 léguas.
2) — Conta-se que êle quís dedicar-se à medicina visto que a enge-
a talvez não lhe proporcionasse maiores vantagens.

de igualdade com que aceitavam as outras, da escola oficial. ante a admirável argumentação desenvolvida pelo novo coleg se dedicara com louvável sinceridade ao método apregoado por nemann, o aprovaram com distinção. A sua fama de estudioso petente se consolidara, desde os bancos acadêmicos. Era quart quando o convidaram para reger, interinamente, a cadeira de z e botânica e, logo após formado, obteve, por concurso, uma na Escola Central. Com a reforma procedida nessa faculdade caram-no para reger a cadeira de biologia, então recem-criada. ma-se, a êsse respeito, que o visconde do Rio-Branco, dire Escola, dissera ser êle o único capaz de regê-la. Ainda naque tituto teve Murtinho ocasião de lecionar outras matérias. En isso, também já era médico de reputação consumada. Chamad clinicar, de acôrdo com a sua escola, doentes dados por desenga obteve êxito completo, nas muitas ocasiões que isso se repe tamanha foi a fama que até a princesa Isabel o mandou procura receitá-la. (3) Entrementes, juntamente com outros idealistas dou o Instituto Hahnemaniano. Em 1882 estudando-se no mento a reforma da Faculdade de Medicina, pleitearam os hor tas a criação de uma cadeira médica. A discussão foi acalo terminou por ser indeferido o pedido dos homeopatas. Murtinho veu, então, uma série notável de artigos, pela imprensa, mos a necessidade da cadeira e refutando os fundamentos que moti o indeferimento do pedido. O monarca, que sempre acompanha interesses as discussões científicas, tomou bem nota do que sera a respeito do novo método. Tendo Murtinho sido con para fazer uma conferências sôbre as vantagens da medicina de nemann, D. Pedro compareceu a ela e, no fim da palestra inte o cientista:

— *Mas o senhor não provou a verdade da lei dos semelh*

(3) — A propósito, escreveu Carlos de Laet:

"Diz-se que da sua medicação tantas vezes coroada de êxito foi, *vebi gratia*, aquele notório caso do marechal Malet, desen pelas culminâncias da Faculdade e redivivo pelo tratamento de J Murtinho, eram empregadas doses bem diversas das preceituada patriarca da homeopatia. Não sei. O que é certo é que as curas e dinárias se amiudavam na clientela do sábio médico, e que a creio que a tôda a gente, pouco importava a dosagem contanto remédio cure. Por isso duravam, toda a tarde, e entravam pela a dentro. Muitas vezes só depois da meia noite cessava o exte labor, e conseguia o médico jantar. E então, como no princípio d gosa consulta, não se alterava de uma linha a serena compostu calma imperturbavel de Joaquim Murtinho."

Na fase republicana foi êle médico de Deodoro, Benjamin C e outros paredros do regime.

— *Senhor, respondeu o conferencista — as leis naturais não se am; ninguem jamais provou a lei da gravitação, nem outra qual- lei natural.*

E para melhor esclarecer o que afirmara, escreveu, pela imprenova série de artigos nos quais fundamentava a tese que delera.

Cientes de seu inegável valor, alguns amigos lvantaram a sua cantura à Assembléia Geral. Não logrou vingar a idéia em face de êle, desde estudante, se declarado republicano. Ainda, em 1889, indicado o seu nome, em lista tríplice, para o Senado. Mas do-se a mudança do regime, não pôde ter prosseguimento a indiio. A República, todavia, reconheceu-lhe os méritos. Assim foi essivamente eleito: senador à Assembléia Constituinte, deputado feal em legislaturas ordinárias e, por fim, senador federal e presidente Câmara alta, posto no qual terminou os seus dias. No plenário, quim Murtinho deu sobejas provas de seus notáveis conhecimentos. inúmeros pareceres que proferiu, examinou, exaustivamente, o do geral do país e apontou soluções objetivas no sentido de se lar a orientação que se davam aos negócios públicos. Em 1896, lo assumido a presidência interina da República o então vice-prente, Dr. Vitorino Pereira, convidou-o para ministro da Indústria, ção e Obras Públicas, (20-11-1896 a 1-10-1897). Não foi longa a permanência nesse cargo, visto que se limitou à gestão do citado -presidente. Contudo, houve, nesses poucos meses, tempo para Murtinho deixasse assinalado de quanto seria capaz.

No ano seguinte, tendo Campos Sales assumido à presidência da ública, chamou-o para seu ministro das Finanças.

"Ao convidá-lo para seu ministro da Fazenda, o Dr. Campos es já sabia bem que fibra moral, que competência na especialidade, segurança no modo de encarar a situação e no processo de a reer ia ficar ao serviço da obra de rehabilitação do nosso crédito. Dr. Murtinho ocupou sempre entre os elementos da política repuana uma posição especial. Pouco suscetivel de entusiasmos e paies, encarando todas as formas de atividade na vida por um critério o, de rigidez matemática, com a preocúpação dos resultados úteis, ratário a sugestões, indiferente ao peso das autoridades tradicionais, cado no exercício da independência intelectual, superior a conflitos interesses estéreis e das emulações do poder, em maior ou menor ula, êle achava-se em condições particularíssimas para, nesse monto da vida nacional, ocupar um posto como aquele, que reclava, com a mais lúcida penetração dos fatores da crise, o mais amconhecimento dos nossos recursos para a resolver, uma energia a, metódica, resoluta, na prática das medidas salvadoras".

Os credores externos estavam bem cientes de nossa aflitiv tuação financeira e, por essa razão, nos aconselharam a realiza *funding-loan,* operação que se iniciara no quatriênio anterior. Re agora executar a medida de emergência, o que, certamente, era importante. Não foi, a princípio, bem recebida a indicação do nom Murtinho, em que pessasse a justa fama que desfrutava principal como médico. Seria êle o mais bem indicado para o desempenho d espinhoso cargo? Os meios financeiros, segundo se escreveu, receb com acentuado ceticismo o nome do novo ministro. Acreditavam qu tarefa ingente a que se iniciaria e melhor caberia a um homem que vesse acostumado ao trato diário das coisas financeiras. No iníc grita foi enorme. Na Câmara, pululavam os teóricos provando que nistro levaria o país à falência. Para isso concorria o seu feitio in rente, independente, afastado dos partidos e inimigo de cortejar pularidade. Tinha idéias precisas e claras sôbre a situação e bem que, ou se tomava o caminho que êle traçara, ou não seria pos cumprir-se o que se acordara com os credores externos. Por isso, se perturbou nem respondeu à saraivada de invectivas e impro com que o mimosearam. Criou o imposto de consumo, deu maior ciência à fiscalização da arrecadação... e as rendas subiram. Fo três anos de economias severas. Nas propostas orçamentárias cort máximo que pôde, a despeito da onda de protestos, que perdur Dois anos passados, deu início à queima do papel inconversível, e videnciou o resgate e arrendamento das estradas de ferro que g vam de garantia de juro. E foi graças à sua energia inflixível q produtor e o consumidor respiraram e o *deficit* desapareceu. Te de concorrer a uma vaga no Senado, renunciou o cargo. Cumprira o que prometera. Estava o país em condições de retomar o pagam de seus compromissos. E se há obras meritórias do govêrno C pos Sales, uma delas é a realizada pelo ministro da Fazenda.

Novamente no Senado, voltou a tomar parte nos debates ilustrá-los com os seus votos e pareceres. Em 1906, vindo à l um projeto que autorizava a criação da Caixa de Conversão, nifestou-se contra. O partido a que estava filiado, entretanto, apo a medida. Para não entrar em choque contra a sua própria conc cia, renunciou o mandato. Reeleito em maio daquele ano, os pares, numa digna homenagem, elegeram-no presidente do Sen

Em 1909, visitou vários países da Europa, em viagem de rec e, ainda neste mesmo ano, representou o Brasil num congresso americano, reunido em Buenos-Aires. Por três vezes, nos govê Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, rejeitou c vites para ministro de Estado. Desgostoso por motivos particula

ável estadista limitava-se mais ao seu consultório, vivendo afas-
das lutas políticas. (4)
negavelmente, foi uma das figuras mais representativas do Bra-
publicano. De rara inteligência, energia e carater, foi faculta-
dos mais competentes, engenheiro abalizado, mestre emérito e
nentar consagrado.

IOGRAFIA

Do estado patológico em geral; Acústica, Acupressura, Respi-
ração em geral, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.

A síntese na química orgânica (Tese de concurso à Escola
Politécnica) — Rio de Janeiro, 1880.

Escola Politécnica (Relatório da diretoria) — Rio de Janeiro,
1880.

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Relatório)
— Rio de Janeiro, 1897.

Ministério da Fazenda (Relatórios) — Anos de 1898-1902.

) — Em sua bela vivenda, em Santa Teresa, vivia êle entre os
e um canil que fez construir para abrigar animais abandonados.
nta-se que, era tal a afeição que o sábio tinha pelos animais que,
uem tinha um cão e não mais podia criá-lo, abandonava-o nas
ções de sua residência, certo que dentro em pouco êle estava abri-
elo Dr. Murtinho.

SABINO ALVES BARROSO JUNIOR

2- 9-1902 a 15-11-1902
15-11-1914 a 31- 5-1915

Nasceu em São-Sebastião-das-Correntes (no sítio Bom-Jardim), arca de Serro-Frio, Minas-Gerais, aos 27 de abril de 1859 e fa- em Belo-Horizonte aos 15 de junho de 1919. Filho do capitão no Alves Barroso e Maria Josefina de Araujo. Após ter feito studos iniciais, em Diamantina, mandaram-no para o famoso colé- lo Caraça, como aluno interno. Em 1879, em Ouro-Preto, capital rovíncia, realizou com brilhantismo, os exames preparatórios. Se- do para São-Paulo (1883), alí, na Faculdade de Direito, bachare- e em ciências jurídicas e sociais (1884). Retornando à terra passou à advocacia militante e foi chamado para patrocinar nu- ssímas causas. Maneiroso e convincente, logo teve os seus me- ientos aproveitados pelos amigos e admiradores que o elegeram tado provincial (1884-86), pelo partido conservador. E assim eeleito até 1889, quando então presidiu a Assembléia Provincial. ora conservador, não relutou em aceitar a nova ordem de coisas uida, pondo-se, imediatamente, a trabalhar pela causa republi- . Realizadas as novas eleições, obteve assento na constituinte ra que se reuniu na cidade de Barbacena, como 1.º secretário. is de ter contribuido eficientemente para a elaboração da Cons- ão do Estado, foi sucessivamente reeleito até 1898 data em que u para o Senado estadual. Não se demorou nesse posto, entre- . É que, no seguinte (1883), elegeram-no deputado federal (pelo istrito eleitoral). Com a eleição de Silviano Brandão para a dência do Estado de Minas-Gerais, embora não fôsse êle cor- onário político do mencionado presidente foi pelo mesmo con- o a colaborar com o situacionismo. Dêsse momento em diante, carreira continuou na ascenção brilhante em que iniciara, para nais declinar. Afável, atencioso e possuidor de razoável bom , cercou-o uma simpatia geral que redundou em inegável pres- Eleito para a Câmara Federal, escolheram-no os colegas de da para lider da mesma. No Govêrno Campos Sales, exerceu a da Justiça e Negócios Interiores (6 de agosto de 1901 a 15 de nbro de 1902) e, tendo Joaquim Murtinho se exonerado da pasta

da Fazenda, ficou também incumbido da sua gestão, no perí
2 de setembro a 15 de novembro de 1902. (1)

Espírito dinâmico e de grande capacidade de trabalho, foi
à sua colaboração juntamente com outros próceres mineiros qu
a Minas-Gerais dar, com o conselheiro Afonso Pena, substituto
Silviano Brandão na vice-presidência da República, na qual o
sidente mesmo não chegou a tomar posse. Tanto na política e
como na política federal, seu prestígio pessoal fez-se prevalecer
renúncia de Carlos Peixoto à presidência da Câmara a política
nas ficou assaz abalada. Foi ainda graças a ação construtiva
bino Barroso que conseguiu o Estado se manter em primeiro pl
política do país e também obter a presidência da Câmara dos
tados, que lhe coube. "E, nessa posição, atuou eficazmente, mui
tribuindo para que a sucessão presidencial do marechal Herr
Fonseca viesse caber ao Dr. Wenceslau Braz. ((2) Por fim,
este estadista sido eleito primeiro magistrado da Nação, ch
para titular da Fazenda. Com a saude abalada, Sabino Barr
cusou o convite. Mas como o arganização do ministério es
provocando agitação nos meios políticos, êle, para evitar um
entre amigos, afinal, tomou posse do cargo. O momento fin
era crítico. O ministro, para atender as reclamações do co
emitiu letras do Tesouro, com juros, para satisfazer aos m
cessitados, tomando esses títulos o nome de *Sabinas*, em alusã
tular que os pôs em circulação. Obrigado a uma tarefa es
na direção dos negócios financeiros do país e também constant
procurando congregar os elementos políticos que estavam d
dos, agravaram-se-lhe os padecimentos e viu-se êle obrigad
exonerar do cargo e se ausentar do país, para uma estação de
De volta ao Brasil teve de seus amigos e dos correligionários a
sobejas provas de estima. Com efeito, Joaquim Sales renunci
positadamente o mandato de deputado federal para que êle
ser eleito pelo distrito que sempre o elegera. Astolfo Dutra,
dente da Câmara, renunciou o posto para que o mesmo fôss
mente entregue a Sabino Barroso.

Embora não completamente restabelecido, manteve excelent
ção no cenário político de sua terra e do país. Em 1918, algun
tados, alegando que o seu estado de saude o impossibilitava
grande tarefa de dirigir o parlamento, mostraram-se dispostos
bater a reeleição de Sabino Barroso. Contra essa opinião insu
grande maioria de parlamentares e foi ele novamente eleito.

---

(1) — Afirma-se que Joaquim Murtinho o indicou a Campo
como sendo pessoa capaz de dirigir com proficiência a pasta da F

(2) — *O País* — Rio, 16-6-1919.

ira, devido a um prestígio que poucos desfrutaram dirigiu os os do parlamento do Brasil de 1909 a 1919. Gilberto Amado que o conheceu intimamente, dá-nos estes traços de sua peridade verdadeiramente singular:

'Ainda não há uma semana, longe de pensar que estava tão próo têrmo de uma vida que vinha resistindo com tôda energia a implacável das moléstias, conversando com um amigo sôbre os s homens, tive um trabalhão para convencer de que Sabino Bara um dos maiores espíritos que teve a República, um homem simo, destinado com certeza a sobreviver de um naufrágio em ivessem de afogar-se quantos ocupam imerecidamente em nosso as primeiras posições.

— Pois se êle nunca falou, nunca escreveu uma linha!...

Realmente, a resposta era embaraçosa, e a propósito dela, e de amigo que foi para mim Sabino Barroso, vou entreter-me com tores sobre um dos mais curiosos aspetos da nossa vida política"..

.....

'Sabino Barroso nunca disse uma asneira. Isto, no Brasil, num político, já é uma coisa de assombrar. Presidindo a Câmara, ava um conhecimento espantoso do regimento, e uma capacidade stica de decidir, de resolver as questões. A sua esfera de influêna política nacional era imensa. Além da sua autoridade pessoal, u prestígio, dêsse dom que têm certos indivíduos de impor-se, andar, de serem ouvidos, essa influência vinha, sobretudo, de ó dizer alguma coisa, quando alguma coisa era oportuna". "Não um maluco, nem possuindo vaidades, não querendo voltar à cacia, onde se destacou em Minas, como ninguem, salvo o Sr. les Pimentel, não desejando entrar para a diplomacia, tendo uma precária e o gôsto das manobras políticas, mandando, dirigindo, tando como poucos homens teem mandado neste país, Sabino oso preferiu fazer o menos de discursos possivel. Havia nisto que não dizer?) certo pudor de temperamento aristocrata, um horror do que lhe parecia vulgar, a repugnância pela tolice de coisas inúteis." "Na intimidade, conversando, é que se podia ar o talento, a cultura, a finúra de espírito, a delicadeza moral, e idade de admirar, a vibração do companheiro entusiasta, que, aparencia rígida e com um ar distante, era Sabino Barroso". ua experiência dos nossos homens e dos nossos costumes polía perfeita claridade da sua inteligência, a sua memória minudos incidentes da nossa história política, a altura solitária do

3) — *Gazeta de Notícias* — Rio, 18-6-1919.

seu carater, emprestavam à personalidade dêsse enfêrmo heróico, cuja bôca nunca passou uma palavra de lamentação ou de tris nas horas de maior sofrimento — um atrativo a que não podia tar-se a curiosidade do observador intectual, ávido de saber, de co cimento e de motivos de estudo".

Na sua cidade natal fundou o periódico *O Serro*. Em Belo rizonte, juntamente com Mendes Pimentel fundou o *Diário de nas*. Quando se criou a Faculdade de Direito de Belo-Horizont nomeado catedrático da citada Faculdade e, na Revista da me publicou vários trabalhos. Advogado capacíssimo e grande estu do Direito, teria sido um de nossos maiores jurídicos, se a p não o tivesse absorvido tanto.

JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM

15-11-1902 a 15-11-1906
4- 6-1909 a 15-11-1910

Nasceu na cidade de Goiaz, capital da Província do mesmo nome, 5 de setembro de 1856 e faleceu no Rio-de-Janeiro, aos 25 de bro de 1928. Filho de Inácio Soares de Bulhões (major) e nia Emília de Bulhões Jadim. Fez os primeiros estudos na natal após o que seguiu para São-Paulo onde se bacharelou em as jurídicas e sociais (1880). De retorno a Goiás, filiou-se ao o liberal e entregou-se às atividades políticas. Eleito deputado sembléia Geral (1881), conseguiu reeleger-se (1885), mas foi nara dissolvida. Na legislatura seguinte, não teve o mandato re-o. Defensor tenaz da abolição e da federação das províncias, u, juntamente como um irmão (Felix de Bulhões) o jornal (1886) que passou a justificar, entre outros, aqueles princí-Em 1888, tendo se reunido, na Côrte, o Congresso do Partido l, veio como delegado goiano e, ao lado de Rui, Saraiva e Na-propuguou ardorosamente a federação das províncias.

om a proclamação da República, aderiu sinceramente à nova e foi eleito deputado à Constituinte. Nesta assembléia desta-, pelas muitas indicações que ofereceu, principalmente, relati-matéria financeira. Tendo sido nomeada uma comissão com-de 21 deputados para dar parecer sôbre o projeto de Constitui-oi um dos escolhido para tal. Reeleito para a primeira legisla-rdinária, incluiram-no na comissão de orçamento da Câmara e m lhe foi dada a incumbência de relatar o projeto que reorga-o Banco do Brasil. Em 1891, tendo aderido à revolução, deve-iniciativa sua a passagem da lei de meios que foi votada para êrno Floriano Peixoto. Ainda naquele ano os seus compro-nos o elegeram presidente de Goiaz. Mas, para atender a um de Custódio de Melo, não tomou Leopoldo de Bulhões posse go. Eleito para o Senado (1894), fez parte da comissão de fi-e sobre êsse assunto proferiu numerosos pareceres. Em 1897, ceu a Comissão Extra-Parlamentar de Tarifas e o projeto que eu foi sancionado pelo congresso. No ano seguinte, substituiu no Vieira no posto de lider do Senado e também se destacou efesa que fez do *funding-loan*, que se procurava realizar.

Na presidência Rodrigues Alves, foi então chamado por notável estadista para Ministro da Fazenda, posto no qual se teve durante quatro anos (15-11-1902 a 15-11-1906). Foi u mais devotados auxiliares com que contou Rodrigues Alves par lizar o seu vasto e construtivo programa de govêrno. Com o té de sua gestão, passou para a diretoria do Banco do Brasil (19 e também foi eleito presidente da Associação Comercial. Em novamente o escolheram para o Senado, entretanto, ainda nes renunciou o cargo por ter aceito, pela segunda vez, a pasta d zenda, no Govêrno Nilo Peçanha (4 de julho de 1909 a 15 d vembro de 1910).

Em 1911, pleiteou nova cadeira senatorial e a conseguiu 1917, por ocasião da renovação do mandato, mais uma vez o dis mas, não conseguiu ser reconhecido. Tendo em vista as suas in aptidões, ofereceram-lhe o comissariado da Alimentação Públic go no qual se manteve até 1919. Posteriormente, presidiu o lho dos Constribuintes do Imposto de Renda e as Companhias: América, White Martins e Empresa de Melhoramentos da B Fluminense.

Trabalhador infatigável, onde mais se destinguiu foi como sicionista. Como tal, revelou-se combatente tenaz, e persister que dificilmente se rendia. Não sendo orador eloqüente, supr deficiência com a argumentação cerrada que produzia. Quan nistro declarou-se ante-papelista e tudo fez para assim pro Nas presidências Floriano Peixoto e Prudente de Morais, co ram-no para ministro, mas ele declinou dos convites.

BIBLIOGRAFIA

Discursos, proferidos na Câmara dos Deputados — R Janeiro, 1882.

Discursos, sobre a conversão do papel-moeda — Rio de J 1882.

Meio circulante e Abolição dos Escravos — Rio de J 1883.

Discursos, na Câmara dos Deputados — Rio de Janeiro

Discursos, na Câmara dos Deputados — Rio de Janeiro

Relatórios, do Ministro da Fazenda — Anos de 1903, 1905 e 1906.

DAVID MORETHSON CAMPISTA

15-11-1906 a 14-6-1909

Nasceu na Côrte, aos 22 de janeiro de 1863 e faleceu em Compe-ue, na Dinamarca, ao 12 de outubro de 1911. Filho de Antônio oldo da Silva Campista (1) e Emília Morethson Campista (2). os estudos primários em aulas particulares e o curso secundário no io D. Pedro II, no qual se bacharelou em letras, com distinção. inada essa etapa, não estava ainda em idade que lhe permitisse ícula numa escola superior; mas, conseguindo remover essa di-dade, seguiu para São-Paulo e ingressou na Faculdade de Direito, ual se bacharelou, aos 20 anos (1883) Não lhe foi difícil, essa ra. Ele mesmo se julgava feliz, visto que as suas posses per-m-lhe assinar o *Jornal do Comércio* (do Rio), a *Revue des Deux des* (de França), e tambem estudar pintura com o mestre Al-a Junior. Ao terminar o curso, entretanto, já a boa situação na entrara em declínio. Retornando à Côrte, depois de graduado, u esse estado de coisas e logo quís trabalhar. Estava vaga a pro-ria de Rio-Preto, pequena cidade em divisa com o Estado do Rio-aneiro. Luiz Eugênio Horta Barbosa, seu tio e governador de as-Gerais, então, ofereceu-lhe o cargo. Era desejo seu, tambem gar. Entretanto, tomou tal gosto pela função que preferiu ser amente defensor da sociedade. Por essa fase, a propagação das s republicanas tomava maior intensidade. Campista, embora não um político militante, declarou-se pela República. Com essa sua de, não concordaram os seus desafetos que conseguiram a sua ferência para São-Paulo-de-Muriaé. Com isso êle não se ate-ou. Demitiu-se do cargo (1887) e passou ativamente à campa-republicana. Com a mudança de regime, nomearam-no prefeito cipal de Rio-Preto (agente executivo, como era designado o car-

(1) — Negociante de drogas, possuiu firma comercial que, por mais 0 anos foi das mais conceituadas. Do casal houve ainda 2 outros s: Homero e Américo (este falecido ainda criança).

(2) — Filho do banqueiro, em Juiz de Fóra, David Marethson. Foi ora de educação esmerada e possuidora de boa ilustração.

go). Desde êsse momento, revelou-se Campista o homem de go capaz de empreender uma tarefa e de levá-la a cabo. Introduziu m ramentos no município e organizou-lhe um estatuto que foi julg mais completo do Estado, segundo afirmou Francisco Sales, c tomou por modêlo para organização municipal de Lavras. Com primeira investidura, lançou êle, definitivamente, as bases da sua pública. Em dezembro de 1890, Bias Fortes cientifica-o de qu nome estava "contemplado na chapa de deputados ao congresso m organizada de acôrdo com as influências do Estado". No dese nho do mandato provincial (1891-92), logo demonstrou qualidad periores. Discutia-se a futura constituição do Estado. O novel lamentar, que tinha predileção pelo direito constitucional, teve, e ensêjo de dar largas aos bons conhecimentos que acumulara sol matéria. Entrou nos debates com ânimo forte e obteve ganho inúmeras disposições que apresentou. E foi por essa razão que, tro em pouco, o escolhiam vice-presidente da câmara estadual. a renúncia de Cesário Alvim (1893) e consequente ascenção de A so Pena à presidência de Minas-Gerais, foi David Campista ocu secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1893 tambem, a cadeira de Economia Política na Faculdade de Direi Belo-Horizonte, recém-criada. No ano seguinte (1894), na pres cia Bias Fortes, foi comissionado para estudar, na Europa, o se de imigração e colonização, tendo passado na Itália (3) e na Fr quatro anos encaminhando ao solo mineiro colonos e todo o mat relativo ao assunto de sua missão no exterior (1894-98). Essa estada no velho continente foi-lhe bastante útil. Inteligente, ar e estudioso, teve oportunidade de observar como administravar europeus. Retornando ao Brasil (1898), convidou-o o Dr. Silv Brandão para secretário das Finanças, cargo que ocupou por 4 a

A arrecadação era defeituosa e o aparelhamento fiscal c inoperante. David Campista, para fazer face a situação, tomo rias medidas e organizou a *Consolidação das leis fiscais*, trabalh qual reuniu dispositivos esparços num verdadeiro código, inst com notas e apontamentos para facilitar a explicação do tex govêrno Silviano Brandão foi, em Minas-Gerais, dos mais com dos e foi nesse ambiente de luta que se lançou o imposto territ Campista, naturalmente, era, em face de sua posição de secr das Finanças, o defensor da política governamental, o que faz *Diário de Minas*, com vários pseudônimos.

Em 1903, concorrendo às eleições para a representação fe conseguiu ser eleito para a Câmara dos Deputados. Aquí foi i

(3) — Por essa ocasião deu à estampa um trabalho, em itali *Lo Stato de Minas-Gerais*.

e rápida a maneira por que se fez notar. Eloquente, sem arrou-demasiados, frio no comentário e mordaz na crítica, tornou-se itado. A propósito escreveu João do Rio, em sugestiva crônica: id Campista ocupou, durante um certo prazo, papel saliente na política. Veio como deputado, surgiu elegante e impertinente, ou e cintilou, fulgurou, foi o primeiro da Câmara, graças à sua a ironia e ao seu superior modernismo de ver, de sentir e de ". Indicado para a Comissão de Finanças, relatou, com minú-matéria que lhe coube estudar e defendeu com admiravel argu-ação e sinceridade um programa financeiro que tivesse como o, entre outros pontos principais, a fixação do câmbio e a cria-le um mecanismo capaz de o regular (a Caixa de Conversão). o Afonso Pena assumido a presidência da República e sendo a ntenção esposar os princípios econômico-financeiros pelos quais ia David Campipsta, convidou-o para seu ministro da Fazenda. , teve êle ensêjo de procurar realizar na prática o que defen-como teoria.

Sustentou com brilho a política da Caixa de Conversão, limi-a ascenção repentina e efêmera das taxas e garantindo a esta-de cambial, — programa de govêrno que só poderia ser executado m estadista de seu porte.

O ano de 1907 ficou assinalado, na história financeira do Brasil, o primeiro em que a estabilidade cambial foi inflexivelmente da.

Um dos grandes benefícios que a Caixa de Conversão trouxe ís foi o aumento de negócios bancários, notadamente em em-os e descontos.

m 1909, após esforços ingentes, podia o intimorato financista, tando o êxito feliz da Caixa de Conversão, escrever em seu rio: *O câmbio manteve-se absolutamente fixo durante o ano à presente data. Conservou-se inalterada a taxa de* 15 3/6 *no do Brasil e a* 15 1/8 *nos bancos estrangeiros, dando em resul-média constante de* 15 5/35 *registada pelo Câmara Sindical orretores. A ação conjugada da Caixa de Conversão e do Banco asil, que em todos os tempos contou com o auxílio do Govêrno, e a estabilidade do câmbio.*

aixa de Conversão não resumiu a sua extraordinária atividade. ou não só conservar as disponibilidades do Tesouro, como acres-Regularizou o serviço de amortização e juros da Dívida Ex-dos Estados e Municípios. E as rendas públicas, em sua ges-stiveram em ascenção contínua." (4)

) — Antonio Gontijo de Carvalho — *Vultos da República*, 1.ª série, paginas 54-55.

Foi administrador escrupuloso, prestigiando a autoridade de subordinados e auxiliares, não se deixando conduzir pelo critéri lítico no provimento dos cargos e promoções. Mais de uma vez tentou representantes da Fazenda Nacional contra conveniências tidárias de situações locais. É inegavel de que foi ingente a sua na pasta da Fazenda. Mal compreendida por uns e combatid outros, todos, entretanto, louvavam a pureza de suas intenções

A predileção que se atribua a Afonso Pena ao propósi fazer David Campista seu sucessor, jamais manifestada por qu ato político ou administrativo, vinha do desejo de manter a p financeira que o mesmo iniciara, mas, que, certamente, não se solidaria em um só quatriênio. A suposta imposição atribu Afonso Pena foi um puro eufemismo originado de acontecim que haviam acreditado Minas-Gerais em posição de elevada ência na política nacional. No govêrno de Rodrigues Alves, a nunciar dos pôdromos de sua sucessão, ao Estado de Minas p legítima sua aspiração ao govêrno da República. Estava Can credenciado à benemerência política e benquerença paulista pel lor de sua ação parlamentar. Assim foi que sustentou a políti barão do Rio-Branco na manutenção da legação de Santa-Sé, mente combatida, defendeu a vacina obrigatória, projeto extr mente impopular, que serviu de pretexto para um pronuncia revolucionário apoiado pelo positivismo; apoiou o convênio de baté e teve a autoria do projeto de sua conseqüência, a Caix Conversão. A sua atuação na Câmara Federal deu-lhe relêvo parlamentar dos mais experimentados, contribuindo grandemente o prestígio de seu Estado natal, para sua elevada posição no rio da política brasileira. A representação mineira, naquela qu foi das mais fortes e brilhantes que teve o Estado até hoje e a didatura de Afonso Pena à presidência da República surgiu q Minas firmava seu prestígio na política nacional. Em face dess biente favoravel que se criára em favor do estado montanhês, natural não perder a posição conquistada não sem muito es não desmerecer do destaque de sua influência nos destinos da N É de se crer que isso tivesse motivado a adoção da condidatur neira à sucessão de Afonso Pena. Minas apoiou, inicialmente, a didatura Campista, que Afonso Pena via com simpatia, pela op nidade que oferecia à manutenção da política financeira, que er cional, e não decorria de qualquer imposição, segundo propal os adversários de David Campista. Finalmente, desavieram-se os fes políticos e Campista solicitou a Wenceslau Braz que ret qualquer tentativa em torno de seu nome, para evitar choque. P depois, aceitou, por oferta de Rio-Branco, o cargo de representan plomático do Brasil, na Dinamarca, posto no qual veio a termi

dias. Estava desiludido de tudo e de todos. Exilado voluntaente, ainda, com um resto de entusiasmo, tentou terminar um lho que iniciara, sobre finanças. A saudade da pátria e a saude da, tiraram-lhe todo o ânimo. E êle distruiu a obra já esboçada. lutas políticas não lhe arrefeceram a veia artística nem o gosto ciência. Nele tanto se destacou o homem de salão, vestido com ado apuro, o "causeur" magnífico que encantava com a sua tra viva e colorida, o pintor sensivel que se comprazia em copiar des clássicos, como sobressaia o economista senhor de ciência de tempo, o financista esclarecido, certo da necessidade de se enve- por um rumo menos empírico, sem o qual não seria possivel ças sãs.

LOGRAFIA

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE MINEIRA

1) — Justificativa de moção para confirmar poderes (8-4-1891).
2) — Justificação de uma emenda substitutiva (8-4-1891).
3) — Discurso recusando o lugar de membro da comissão encarregada de saudar o Sr. Governador do Estado (10-4-1891).
4) — Análise do projeto de Constituição do Estado (Criação do Senado — Mudança de Capital — Período governamental) (5-5-1891).
5) — Combate a criação do Senado e sustenta a unidade da Câmara (16-5-1891).
6) — Justificativa da supressão de várias emendas, impedindo que os poderes Legislativos e Executivo intervenham nas decisões das Câmaras Municipais (23-5-1891).
7) — Eleições de senadores (3-6-1891).
8) — Invocação do nome de Deus na Constituição mineira (8-6-1891).
9) — *Consolidação das leis fiscais do Estado de Minas Gerais* — Belo-Horizonte (1900).

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

1) — Eleição no 7.º Distrito do Estado de Minas-Gerais (23-5-1903).
2) — Concessão de um prédio à Sociedade operária de S. José (13-8-1903).
3) — Orçamento das Relações Exteriores (12, 15, 29 de setembro de 1903).

4) — Imposto interestadual (17-9-1903).
5) — Crédito Agrícola (4de junho, 9, 27 de junho de 190
6) — Vacina obrigatória (7-8-1904).
8) — Explicação pessoal em resposta à apreciação feit
O País (28-9-1905).
9) — A reforma do Banco do Brasil (24, 26, 28 de outu
de novembro de 1905).
10) — Convênio de Taubaté (19 e 21 de julho de 1906).
11) — Caixa de Conversão (as orações estão enfeixadas e
lume).

Proferiu discursos na 1.ª Assembléia Legislativa de
Gerais e escreveu relatórios como secretário da Agricultura
Finanças e ministro da Fzaenda.

Deixou *O Direito Público e a sua reconstrução científi*
Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, vol. 6.º

Tiradentes — (discurso)

Oração de paraninfo — No Ginásio Grambery, de Juiz de
Minas Gerais.

Lo Stato de Minas Gerais, trabalho publicado na Italia,
os recursos naturais, vias de comunicações, indústrias, comé
legislação de Minas Gerais.

No jornal *O Minas-Gerais*, deu à estampa inúmeros a
sobre vários assuntos.

NOTA — Ainda não se organizou uma bibliografía completa de
Campista. A que aquí vem indicada transcrevemos, com a devida
do livro *Vultos da República*, de autoria do brilhante escritor e
riador, Dr. Antonio Gontijo de Carvalho.

FRANCISCO ANTÔNIO DE SALES

16-11-1910 a 9-5-1913

Nasceu na cidade de Lavras, Província de Minas-Gerais, aos
e janeiro de 1863 e faleceu na Capital Federal, aos 16 de janeiro
933. Filho de Firmino Antônio de Sales (industrial) e Ana Cân-
a de Sales. Fez os primeiros estudos na cidade natal, sob a orien-
o do professor padre Américo Brasileiro. Dali seguiu para
iana em cujo seminário continuou os estudos de humanidades,
inado-os, por fim, em Ouro-Preto, antiga capital de Minas
1). Seguindo para São-Paulo (1882), ingressou na Faculdade
Direito e se graduou (1886), após curso brilhante. Ainda acadê-
, fundou, juntamente com outros colegas, o "Clube Republi-
Mineiro", do qual foi vice-presidente. Retornando para La-
abriu banca de advocacia que se tornou bastante procurada, visto
a reputação que grangeou de profissional competente e probo.
to fervoroso da causa republicana, entregou-se às atividades po-
s, pronunciou inúmeras conferências em defesa de seu credo e
ém fundou clubes com a mesma finalidade. "A palavra auto-
a do fervoroso apóstolo da liberdade fez-se ouvir com acata-
o nos redutos onde predominavam, até então, unicamente, os
os do regime combatido, cercado de prestígio próprio e da in-
cia que as posições conquistavam; e o seu esforço, inteligente e
, foi sempre coroado do melhor êxito" (1)

Com o advento da República, êle, que a defendera desde os tem-
le acadêmico, não reivindicou posições. Aceitou o lugar de juiz
cipal da comarca de Lima Duarte (1891). O eleitorado, porém,
o tinha em alta conta, o elegeu para o congresso constituinte es-
l. Espírito sereno e equilibrado, logo se impôs perante os seus
, que o indicaram para as comissões de Orçamento e Justiça
e Criminal. Posteriormente, tendo o Dr. Bias Fortes assu-
a presidência de Minas-Gerais, chamou-o para seu Secretário
inanças, tendo êle, por essa ocasião, tomado uma série de me-
que muito o recomendaram. Ainda nessa fase, acumulou a
ão da Secretaria da Agricultura, por mais de um ano. Termi-
essa sua tarefa, escolheram-no para o Senado do Estado, posto

1) —*Minas Gerais* — Belo-Horizonte, 18-1-1933.

no qual não se empossou para aceitar o cargo de prefeito de Belo rizonte. Aquí também se demorou pouco pois passou à represen federal do Estado. (2)

No parlamento, integrava as Comissões de Poderes e de mento e era lider da bancada de seu Estado quando, por mo saude, renunciou a esses postos. Político de larga influência e balável firmeza nas suas convicções, com isso não teve o seu tigio ofuscado. Ao contrário, elegeram-no membro da Comissão cutiva do Partido Republicano Mineiro (1898) e a sua opinião pre foi acatada. Em 1902, afinal, assumiu a direção executiva d tado. "A sua administração brilhantíssima sob todos os pont vista, lançou as bases de uma política de trabalho e de tolerância dentro de pouco tempo empolgou os espíritos, formando-se em do presidente todos os mineiros, sem distinção de côres poli aplaudindo os seus atos orientados pelo desêjo de bem servir a terra. Foi o organizador do Congresso Agrícola e Industrial, que a presidência do inolvidável João Pinheiro, sugeriu as medidas madas pelas classes produtoras, no intúito de impulsionar o aparelhamento econômico. Deixando o govêrno a 7 de setembr 1906, foram os seus serviços novamente reclamados e o povo mi em significativa votação, elegeu-o seu representante no Senado dera!, onde gozou sempre do maior prestígio". (3)

Em 1910, por ocasião dos acontecimentos políticos que t náram com a indicação do marechal Hermes da Fonseca para a sidência da República, coube-lhe papel saliente das conversações precederam a escolha daquele militar, graças à sua projeção soal e política. Convidado para ministro da Fazenda do Go Hermes da Fonseca, manteve-se no posto de 15 de novembro de até 9 de maio de 1913, quando, por motivo de uma desinteligênc seio do partido republicano conservador, relativa à escolha dos didatos a presidência e vice-presidência da República no quadr

---

(2) — Silviano Brandão, presidente do Estado, ao conceder-l exoneração, assim se expressou:

"Ao conceder-vos a exoneração que solicitais do cargo de pr da Capital, é-me muito grato significar-vos os meus agradecim pelos relevantes serviços que, com tanto zelo, inexcedivel dedica comprovada competência, prestastes ao Estado durante o vosso ex no referido cargo.

Prestando serviços tão valiosos, ainda mais recomendastes nome à consideração pública.

Lamentando que a capital tenha ficado privada da vossa intell e direta cooperação na obra do seu engradecimento, e acompnhan com a minha modesta simpatia, faço votos para que, a bem da

nte, abandonou o cargo. Novamente eleito para o Senado alí aneceu até 1924 quando, com o término do mandato, retirou-se itivamente da política, passando a cuidar de seus interesses parti-es.

a, não fiquem por muito tempo desaproveitadas as vossas conhe-aptidões."
) — Minas Gerais — Belo-Horizonte, 18-1-1933.

RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA

9-5-1913 a 15-11-1914

Nasceu na cidade de Santana-do-Livramento, província do Rio-ndo-do-Sul, aos 9 de julho de 1866 e faleceu em Petrópolis, Es-o-do-Rio, aos 9 de fevereiro de 1920. Filho de José Bento Corrêa e a da Cunha Corrêa. No Rio-Grande fez os estudos primário e ndário, após o que fixou residência em São-Paulo. Aquí, ingres- na Faculdade de Direito e se bacharelou (1887). Quando aca- ico, juntamente com Horácio de Carvalho e João Falcão Júnior, dou o jornal *Ganganelli,* no qual faziam ardorosa propaganda da lição e da república. Radicado em São-Paulo, com a mudança de ime foi eleito para a Constiutinte Estadual e obteve renovaçãode ndato na primeira assembléia ordinária. Com o golpe de Estado novembro de 1891 renunciou o mandato e somente retornou à ati- de depois da normalização política. Dedicando-se à imprensa co- rou ativamente no *Correio Paulistano* e em outros jornais pau- s (1). Em 1895, a sua terra o elegeu para a representação fe- l tendo sido reeleito sucessivamente até 1903. No parlamento, parte de várias comissões, inclusive às de diplomacia e justiça. da naquele ano, tendo divergido de Júlio de Castilhos, presidente Rio-Grande, não pleiteou renovação de mandato. Mas, no ano inte (1904), voltou novamente à Câmara e nela permaneceu 1910, quando renunciou o mandato por ter aceito o cargo de Mi- ro do Interior e Justiça do Govêrno Hermes da Fonseca. "Como istro do Interior, de um período agitado, demonstrou tato poli- e habilidade e nos decretos de que teve a iniciativa, doutrina, a e programa. As suas reformas no ensino superior e secundário justiça local consubstanciavam idéias, princípios, um sistema ente e lógico. A *lei orgânica* foi muito combatida, e tinha muitos itos, criou, porém, institutos que não mais desaparecerão, e se em e não podem subsistir sem prejuizo para o ensino, não se pode ne- entretanto, que continha um programa que denunciou coragem ensamento e coerência de escola".

---

(1) — Por essa época, mostrou-se combatente vigoroso, tornando-se re dma polémica que manteve com Ferreira de Araujo.

Em maio de 1913, havendo o ministro da Fazenda Dr. Fra co Sales, por motivos políticos, solicitado exoneração do cargo Rivadávia Correa designado, interinamente, para responder por le Ministério (9 de maio a 11 de agosto). Por fim, como ac vêrno fôsse necessária a sua continuação neste posto, passou a gente efetivo das finanças brasileiras (11 de agosto de 1913 a novembro de 1914), exonerando-se, em conseqüência, do Mini da Justiça.

Não lhe foi fácil a tarefa financeira. Já o Govêrno Herme via realizado várias operações de crédito. Dois empréstimos ext em Londres: um, de quatro milhões e meio de libras (Dec. 8.62 23-3-1911); outro, de 11 milhões de libras (Dec. 10.197, de 30-4-19133) emissões internas superiores a trezentos mil co afora créditos especiais, e a situação continuava se agravando. o rompimento das hostilidades nos Balcãs, o comércio exterior p piara a se retrair e, no mercado interno, não se via com otimis futuro das operações financeiras. A braços com um acervo v deiramente extraordinário, Ricadávia teve também que recorre crédito externo. E foi, então, realizado mais um empréstimo Londres, sob a forma de *funding*. Dentro do que lhe era pos sempre realizou, isto é, procurou estabilizar a aflitiva situaçã que se encontrava o Tesouro.

No quatriênio seguinte (Govêrno Wenceslau Braz) assum cargo de Prefeito da Capital Federal tendo bastante trabalhado metrópole, notadamente no tocante ao ensino profissional, que pliou e refundiu. Em maio de 1916, renunciou a chefia da dade, por ter sido eleito senador. No parlamento, fez parte de meras comissões, inclusive à Comissão dos 21, incumbida de da recer sobre o projeto de Código Civil. Foi igualmente relator do tado sobre a Lagoa Mirim. Homem de partido, mostrou-se se disciplinado. Culto, talentoso e de grande poder de atração, frutou real prestígio, chegando-se mesmo a se cogitar de sua can tura para presidente da República.

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS

31-5-1915 a 29-5-1916
30-6-1916 a 6-9-1916

Nasceu na Côrte, aos 19 de junho de 1870 e faleceu em Petrópo- Estado do Rio-de-Janeiro), aos 21 de abril de 1934. Filho de Mi- Calógeras e Júlia Ralli Calógeras. Com os avós paternos e profes- s particulares aprendeu as matérias dos cursos primário e secun- o e, realizou, de uma só vez, aos 14 anos, no Colégio Pedro II, os preparatórios necessários ao ingresso na Escola de Minas, de o-Preto (1). Seguindo para aquela cidade, teve ainda que aguar- a idade legal, para se matricular no curso desejado. Entrementes, earam-no examinador dos preparatórios de francês, inglês, história ografia (tinha então 15 anos). Em 1884, ingressou na Escola de as (2). Não desmentiu a fama que grangeara. Foi o primeiro o da turma, até a sua formação, em 1890. Obteve, com isso, o prê- de viagem à Europa, mas não o utilizou. Tendo casado logo após ado, dedicou-se imediatamente à profissão que abraçara. Seguindo Santa-Catarina, alí se demorou em pesquisas geológicas. Re- ndo para Minas, aceitou o posto de engenheiro de distrito, em aba. Por essa época, escreveu, para jornais e revistas do Rio, s trabalhos e monografias, focando assunto de sua especiali- . Dotado de excelente capacidade de trabalho, aceitou vários en- os particulares para demarcação de terras, o que executou com a e presteza. E tal foram os bons resultados nesses empreen- ntos que teve o seu nome lembrado para deputado estadual. izmente, porém, não se concretigou, dessa vez, à boa idéia le- da. Em 1896, foi nomeado diretor da Secretaria da Agricultura, o que exerceu por três anos e do qual se demitiu por ter aceito

---

1) Da banca examinadora constava um lente que não mantinha boas ões com a família de Calógeras. Por essa razão, quís o citado exa- dor prejudicar o examinando. Não o conseguiu, entretanto, graças ervenção de Cipistrano de Abreu que julgou o estudante suficien- e preparado.

2) Compunha-se a turma de 32 alunos. Mas, somente 3 conseguiram aduar (Calógeras, Carlos Leopoldo Prates e José Cupertino Siqueira).

a sua candidatura para o Congresso Federal, apoiada pelo Pa
Republicano Mineiro. Eleito aos 27 anos, incompletos, já o seu n
se fizera conhecido em todo o Brasil. No plenário, destacou-se
cipalmente, nos assuntos de marinha, guerra, limites, mineração e
-férreas. Na tribuna, os seus discursos não produziam efeitos re
bantes. Comedido e frio, o raciocínio era lógico e seguro. Não c
java a popularidade; limitava-se ao estudo das matérias debatidas,
outra qualquer preocupação. Em 1900-1902, a inveja o afasto
parlamento. Com isso, não se prejudicou. Aceitou o cargo de di
da mineração do manganez em Bananal e teve oportunidade para e
ver observações algumas das quais à publicidade. Em 1901, empree
viagem de recreio à Europa. Em França, a convite, proferiu
tável conferência sobre — *La situation economique du Brési*
Sociedade de Geografia Comercial. Retornando ao parlamento (19
mais uma vez, comprovou a sua gabada cultura geral. Com efei
reforma eleitoral, a sêca do nordeste, a reforma dos Estatuto
Banco do Brasil, a responsabilidade civil das estradas de ferro, os
postos interestaduais etc., mereceram-lhe estudos amplos, quase
nitivos. Ao ser efetuada a 3.ª Conferência Pan-Americana do
de-Janeiro (1960), a convite de Rio-Branco, tomou parte na me
como delegado brasileiro. Dois anos depois (1908), iniciou os
bates, no parlamento, sôbre os problemas do nosso aparelhamento
lico. Com minúcia e verdadeiro conhecimento, estudou o orçam
da Guerra. Essa sua iniciativa causou verdadeira admiração nos n
militares, que, pela primeira vez, assistiam um civil se interessar a
rosamente pelas questões daquela ordem. Em 1910, escolherar
delegado brasileiro à 4.ª Conferência Pan-Americana, reunida
Buenos-Aires. Como deputado, dependia de licença, do Congres
sua ausência do país. Não sendo essa votada em tempo hábil,
lhe foi possível comparecer àquele certame. Contudo, conseguiu
chegasse até às delegações o admirável trabalho que escreveu espe
mente para o mesmo — *La Politique Monetaire du Brésil*.
Estes incidentes não o desanimavam. Trabalhava pelo Brasil e
o Brasil. Assim, continuou batalhando, na tribuna, em discurs
conferências, pela solução de todos os nossos grandes problemas.
1913, proferiu um de seus maiores discursos ,examinando o
mento da receita. Falou durante cinco horas e, quando term
apenas cinco deputados ainda o ouviam, desde o início (Homero

(3) — A propósito desse trabalho, escreveu a Gastão da Cu
"Em três meses, pude escrever, corrigir e publicar *La politique mone
du Brésil*. Para isso conseguir, adoecí de "surmenage", gastando do
bolso mais de dois contos de réis e dei meu trabalho e toda a ediçã
govêrno. Não me cabe dizer se cumprí o que esperavam de mim,
asseguro a você que fiz o que pude".

Carlos Peixoto, Joaquim Ozório, Simões Lopes e Marçal Es-
). Ainda naquele ano obteve grande repercussão o estudo que
ou sobre o orçamento da Guerra.
leito presidente da República, Wenceslau Braz encontrou di-
lades para organizar o seu ministério. Afirma-se que cogitou
rios nomes que não pode utilizar. Sabino Barroso, que estava
e, viu-se obrigado a assumir a pasta da Fazenda, para dissipar
s. E, por último, incluiram o nome de Calógeras como mi-
da Agricultura, para se alcançar um equilíbrio político. Se a
scolha resultou de imposição ou conveniência, foi deveras acer-
e com isso quem lucrou foi o país. Assumindo o cargo em no-
ro de 1916, deixou-o em junho do ano seguinte, por ter sido
ado para a pasta da Fazenda. Nesse curto espaço de tempo
he foi possivel realizar grande tarefa. Alhures, escrevera: "A
da Agricultura é a mais difícil de gerir, tantos e tão amplo
s conhecimentos que exige, para o seu chefe poder agir por si
ser mero joguete em mãos de seus subalternos e colaboradores".
or desses conhecimentos, mesmo em pouco tempo, teve oportu-
e para incrementar a produção do fumo e do algodão, organizar
dito agrícola, regular a propriedade das minas e remodelar o
o pastoril e geológico.
Chamado para ocupar a pasta da Fazenda, em virtude de se
agravados os males do ministro efetivo (Sabino Barroso), a
ermanência seria interina, mas logo se tornou efetiva. Concen-
fez um exame rápido do acervo que lhe tocara administrar e
ou ao presidente Wenceslau de que se faria necessária ação
ica, principalmente em relação às emissões. Apoiado pelo pre-
e iniciou também uma campanha de moralização administra-
coisa verdadeiramente perene. Valeu-lhe isso outra quase sem
dentes na imprensa da Capital Federal. A propósito, escreveu
fessor Assis Chateaubriand, também reputado jornalista: "Nun-
homem público tão corajoso, tão intrépido no seu desdem pelo
lismo venal, pela baixa imprensa de chantage e de escândalo
io-de-Janeiro. Houve um instante em que quase toda a impren-
rioca o invectivava, arrastando-lhe o nome na vasa dos in-
mais abomináveis. Aquilo que para outros seria um calvário,
êle era uma redenção. *De quanta gente ruim*, dizia-me depois,
1917, *ví livre o meu gabinete*. Era o olímpico no seu des-
. Não lia e não respondia às diatribes que lhe eram assacadas,
dava a honra de odiar os escribas imundos, que o insultavam.
ndendo os dinheiros públicos, com uma ferocidade exemplar,
Ministro da Agricultura, da Fazenda e da Guerra, não matou
e com um níquel, nem com cem contos dos beiços ávidos do
lismo de aluguel do Rio. Com essa inquebrantabilidade de ca-

rater viveu e morreu". (1) As devassas que mandou abrir na fândega de Recife também lhe aumentaram a onda de ódio por dos salafrários de todos os tempos. O ministro, que bem co a matilha que o procurava alcançar, despresou altivamente as borradas e ameaças.

Ainda na sua gestão foi regularizada a selagem dos estoc deu-se nova organização à Casa da Moeda e também se regula em parte, a dívida flutuante (5). Por essa época, tendo se re em Buenos-Aires, o Congresso Financeiro Pan-Americano, co receu ao certame como representante brasileiro. Por fim, tend monstrado à saciedade que estava à altura da pasta, e que não as invectivas dos deshonestos que o atacavam pela imprensa, tou demissão do posto. Justificando a sua atitude, disse, entre ou

"Receio que minha ação, em vez de auxílio seja um est Não se dirige a Fazenda Pública, principalmente em períodos êste que atravessamos, sem suscitar graves dificuldades, e sem i rer, conscientemente, na impopularidade que decorre das rest impostas pelo momento. Esse é o preço do cumprimento do D

Não o alegaria eu a V. Exa., entretanto, pelo aspecto pe que possa ter semelhantes fator, se não estivesse convencido de para a desenvolução benéfica da ação governamental, a entra um elemento novo, sem a pesada bagagem da dolorosa liquida que fui obrigado, vale por um fortalecimento e por um incenti prosseguir na política racional e digna da verdade orçamentária educação tributária do povo, qual se vê, com tanto brilho, os mentos da Inglaterra.

Minha saida, portanto, nesta hora, longe de ato de egoi cômodo, será talvez pequeno serviço de ordem pública, pre ao Brasil".

Novamente sem encargo político, voltou para os seus estud quais eram incessantes. Entretanto, como uma personalidade de quilate sempre era util ao país, incluiram-no na delegação bras que compareceu à Conferência da Paz, tendo êle tomado parte debates inúmeras vezes. Em junho de 1919, tendo Epitácio Pe que era o chefe de nossa delegação, se retirado da mesma, passou a presidência. Terminada a sua tarefa naquela Assembléia, receb

---

(4) — *O Jornal*, Rio, 25-4-1934.

(5) — "Se, em sua administração, não há grandes planos e mas, impossíveis, numa fase anormal, como a da guerra, realiza ob severíssima vigalância na arrecadação dos créditos e de excrupulos nos gastos indipensáveis. Dois fatos o comprovam. O câmbio de 11 sobe a 13 e as apólices de um conto de réis descidas a Cr. $691,0 cançaram Cr. $840,00". Antônio Gontijo de Carvalho, *Calógeras*, 1935 — pág. 85.

umbência de chefiar a Missão Comercial Brasileira que visitou a laterra. Retornando ao Brasil, foi então convidado para ministro Guerra, numa inovação do govêrno Epitácio que escolheu para ele ministério um civil. Quando deputado Cológeras estudara amente os problemas da citada pasta e os militares esboçaram movimento no qual pediam a sua nomeação para ministro da rra. O gesto do presidente Epitácio, por êsse motivo, foi bem bido e Calógeras como tal, revelou-se digno da estima do Exér- brasileiro. (6)

Novamente fora do govêrno, a intriga política privou-lhe de seu dato de deputado, por Minas-Gerais. Com isso, mais uma vez oltou para a indústria e para as suas publicações, que lhe toma- todo o tempo. Em 1928, converteu-se ao catolicismo (era filiado reja grego-cismática) e se fez crente sincero e fervoroso. Em 0, tendo assumido Olegário Maciel a presidência de Minas, in- biu-lhe de reformar o sistema tributário do Estado, tarefa que o lhe custou, visto que já estava com a saude abalada. Em 1934, er convocada a Assembléia Constituinte, foi eleito para a mes- com grande votação.

Escrevendo sobre Calógeras, Capistrano julgou-o "bom, inte- te, talvez ilustrado demais": Azevedo Amaral, que também lhe es- u a obar, diz-nos que êle "nasceu algumas dezenas de anos ntado do tempo em que a sua personalidade vigorosa e o seu es- o construtor poderiam representar no Brasil um papel que a iência dos seus dias não comportava". As duas opiniões se com- m. Raramente temos visto, entre nós, um homem que fosse, a tempo, historiador, economista, mineralogista, financista, socio- , poliglota, pedagogo e moralista, sem que não caisse nas gene- ades versáteis de nossa ilustração, já que não pudemos alegar ra. Calógeras, constitue um desses casos ímpares.

Comprazia-se, nos arquivos do Itamarati, com uma paciência ditina, em decifrar a cifra da correspondência diplomática da pri- a fase de nossa formação. Mas também era capaz de ir aos arsenais e ensinar aos operários como manejar os ins-

---

6) — Quando de sua morte, assim se expressou o general Góes eiro, então chefe do Estado-Maior do Exército: "Considero a atua- ão sr. Pandiá Calógeras das mais notáveis no Ministério da Guerra, foi particularmente útil no que diz respeito ao plano de realizações riais que traçou e executou, construindo alojamento para as tropas. eiro civil que ocupou essa pasta, o sr. Pandiá Calógeras revelou, logo, uma perfeita compreensão dos problemas do Exército. Se sua se ressentiu de algumas deficiências, não foi culpa sua, mas das nstâncias especiais em que dirigiu o Exército". *O Jornal*, Rio, 1934.

trumentos para chegar a um bom resultado. (7) Por cima, de tu
quando dirigia, êle mesmo escrevia os seus próprios relatórios.
um homem talhado para presidir o país e seria capaz de muito re
zar. Mas, como não fosse político e maleável, teve o seu nome s
pre relegado pelas injunções político-partidárias.

BIBLIOGRAFIA

O manganez de Cariguaba — Santa Catarina) — 1891.

Relatório dos trabalhos feitos na fazenda de Guanderela — colaboração com o dr. Artur Guimarães). Prefácio de Cor — Ouro-Preto — 1892.

Meteorito de Santa-Catarina — Jornal do Comércio, — 20 de — Rio-de-Janeiro — 1892.

Le fer nicklé de Sainte Catherine — Revue Scientifique. París. extrato dessa comunicação foi publicada em 1893 no "N Jahrbuch für Mineralogie". — 1892.

Contribuição ao estudo da siderurgia no Brasil. — Jornal do Co cio. Rio — 27 de agosto de 1893. — 1893.

Minérios de ferro — Jornal do Comécio, Rio-de-Janeiro, 9 de tubro — 1893.

As linhas telegráficas mineiras — Revista Industrial — Ouro-P — 1893.

Contribution à l'etude des exploitations de diamants ou Brésil. N sur les gisements diamantifères d'Agua Suja — Extrait de

(7) — "Quando o Brasil aceitou o estado de guerra que lhe im a Alemanha, as nossas classes armadas não dispunham de muniç Não possuiam cintas para as granadas, que eram compradas no Esta Unidos, e as importações estavam suspensas.

Incapacitado o arsenal de guerra, Calógeras aventou a idéia de utilizada a Casa da Moeda, iniciativa classificada de irrisória p ministros da Guerra e da Marinha.

Resolve o gestor das Finanças dar-lhes uma lição de técnica milit

Dirige pessoalmente o serviço. Sem paletó, de ferramenta em pu chegava pela manhã ao estabelecimento e voltava à tarde. Retirav somente às 11 horas da noite.

A sua vitória foi completa e de grande repercussão nos meios n tares. Conseguiu pela primeira vez na América-do-Sul laminar-se c em vergas.

Exibida de surpresa a lámina de um metro para cintas na mesa despachos, teve Calógeras um dos seus dias de glória.

Memorável foi o seu triunfo profissional, navegando os ex-navios mães. Esse fato deixou atônito o ministro da Marinha, que não acr tava no êxito e repetidas vezes dissera a Calógeras tratar-se de u aventura, comprometedora de seu nome profissional".

Antônio G. de Carvalho — op. cit., págs. 124-5.

Révue Universelle des Mines — Tome XXIX pág. 1, 1895. O mesmo ensaio foi reproduzido na "Revista Industrial de Minas Gerais — Janeiro e Fevereiro de 1895. Ouro-Preto. — 1895.

A propósito dos trabalhos do Museu Paraense — Revista Brasileira (155-172) Tomo 16.

A fábrica de ferro de São-João-do-Ipanema — Revista Brasileira, Rio-de-Janeiro — Um extrato foi reproduzido no "Brazilian Bulletin", São-Paulo, Dezembro de 1895. — 1895.

Plano de Viação Férrea em Minas-Gerais — em "Minas-Gerais no século XX", do Professor Rodolfo Jacob — Belo-Horizonte —1911 — 1896.

As estradas de ferro federais — (Revista Brasileira), de 1º de Novembro de 1896 e 1. de Janeiro de 1897 — Rio de Janeiro.

Prolongamento do ramal de Ouro-Preto — Jornal do Comércio, 7 de Janeiro — Rio-de-Janeiro — 1897.

As estradas de ferro federais — Novo Estudo — Jornal do Comércio de 4 e de 23 de Fevereiro — Rio-de-Janeiro. — Resposta a uma série de artigos publicados na "Gazeta de Notícias" — 1897.

Manifesto ao eleitorado do 1.º *Distrito Federal de Minas-Gerais* — Jornal do Comércio — Rio-de-Janeiro, 16 de Fevereiro — 1897.

Responsabilidade das Vias Férreas na Execução do Contrato de Transporte — Rio-de-Janeiro — 39 páginas — 1898.

O manganez e seu transporte na E. F. Centralo do Brasil — Rio-de-Janeiro — Jornal do Comércio — 20 de Abril — 1899.

O orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para 1900 — Rio-de-Janeiro — 1899.

La situation économique du Brésil — Conferência realizada na Societé de Geografie Commerciale — París — 32 páginas — 1901.

"*Electro siderurgia* — Belo-Horizonte, "Minas-Gerais" de 2 de Abril — 1902.

O Café — Diário de Minas — Belo-Horizonte, 28, 29 30 de Agosto, 1, 3, 4, 10 e 11 de Setembro — 1902.

Reforma Tributária — Comércio de Minas, 23, 24, 25, 30 e 31 de Dezembro de 1902 e 3 de Janeiro de 1903 — 1902.

As minas de ouro nacionais — Jornal do Comércio de 3 de Dezembro — Rio-de-Janeiro — 1904.

As Minas do Brasil e a sua legislação 3 volumes — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro — Parte do capítulo sobre o Ferro foi publicada na Revista do Instituto Histórico de São-Paulo. Parte do outro capítulo sobre pedras preciosas foi publicada nos Estado-Unidos, em Chicago, janeiro de 1906, no The Mining World, sob o título Gem Mining in Brasil — 1904-1905.

O transforte de manganez — Polêmica com o dr. Osório de
da, Jornal do Comércio — Rio-de-Janeiro 2, 9 e 18 de A
1905.

Discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico Bra
— Jornal do Comércio, 7 de Outubro — 1905.

Nomes indígenas — Resposta a Diogo de Vasconcelos — "Mi
rais, 24 de Março — 1905.

La politique monétaire du Brésil — Imprensa Nacional — I
Janeiro 526 páginas — 1910.

Relações exteriores do Brasil — Imprensa Nacional — 43 pá
Rio-de-Janeiro — 1911.

Os jesuitas e o ensino — Revista Americana — Rio de Jan
2.ª edição — 65 páginas — 1911.

Novos rumos econômicos — Imprensa Nacional — Rio-de-Jane
páginas — 1912.

Vida de Mariano Procópio Ferreira Lage — Conferência pronu
ao ser inaugurada a sua herma em Juiz-de-Fóra — O País
de Maio — 1912.

O Brasil e o seu desenvolvimento econômico — Conferência r
blioteca Nacional — Volume 35 dos Anais da Bibliote
cional — 1912.

Rio Branco e a política Exterior — Revista Americana — Rio-
neiro — Houve uma segunda edição na Imprensa Nacion
1913 — Terceira edição em Res Nostra, São Paulo, em 19

A Defesa Naval — Folha do Dia. Rio-de-Janeiro, 10 e 13 de
— 1913.

A crise monetária — Imparcial de 12 de Agosto — Rio-de-Ja
— 1913.

A proposta de orçamento para 1914 — Jornal de Economia Po
— Rio-de-Janeiro — Outubro — volume I, páginas 89 a 97 —

A receita federal e a Economia Política — Jornal da Economia
tica — Rio-de-Janeiro — Volume I n. 2 — Novembro — pá
179-213 — 1913.

A lei de Minas — Imprensa Nacional — 110 páginas — 1914.

O problema econômico do Brasil — Biblioteca da Câmara do C
cio Internacional do Brasil — Rio-de-Janeiro — 17 págin
1914.

Introdução ao Relatório da Fazenda — Imprensa Nacional — R
Janeiro — 1915.

Introdução ao Relatório da Fazenda — Imprensa Nacional R
Janeiro — 1916.

Relatório Confidencial ao Conselheiro Rodrigues Alves sobre a
ção orçamentária e administrativa do Brasil. Publicado em

sob o título Problemas de Administração — Companhia Editora Nacional — São-Paulo — 1917.

Diário da Conferência da Paz, publicado em 1933 na obra "Calógeras na opinião de seus contemporâneos" — São-Paulo — 1919.

Introdução ao Relatório da Guerra — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro — 1920.

Introdução ao Relatório da Guerra — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro — 1921.

Introdução ao Relatório da Guerra — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro — 1922.

Circular dirigida ao eleitorado do 2.º distrito de Minas-Gerais — Rio-de-Janeiro, 15 páginas — 1924.

Indústrias Brasilares — Revista de Arte e Ciências — Rio-de-Janeiro —Há uma separata de 31 páginas — 1924.

O poder pessoal e o lapis fatidico — Edição "O Jornal" sobre Pedro II — Rio-de-Janeiro — 1925.

O Brasil em 1840 — Edição "O Jornal" sobre Pedro II Rio-de-Janeiro — 1925.

Um Homem — no volume Epitácio Pessoa e o juizo de seus contemporâneos — Rio-de-Janeiro — 1925.

Aspectos da Economia nacional — São-Paulo, 47 páginas —1926.

A indústria nacional existe — Revista Viação n. 4 — Rio-de-Janeiro — 1926.

Emprestimo de consolidação — Revista "O Comentário" n. 7 — São-Paulo — 1926.

O Brasil e a sociedade das Nações — Separata do n. 6 de "O Comentário", 58 páginas — São-Paulo, reproduzido no volume Res Nostra — 1926.

A Teoria de Wegner sobre a formação dos continentes — Revista da Escola Politécnica de São-Paulo n. 81 — Sá uma separata de 46 páginas — 1926.

A ordem de São Bento e a civilização — São-Paulo — 20 páginas e reproduzida no volume Res Nostra. — 1927.

Discurso proferido ao ser empossado da Presidência da Sociedade Brasileira de Engenhairos — "Jornal do Comércio" — Rio-de-Janeiro — 1927.

A politica Exterior do Império — As origens 1.º volume — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro, 490 páginas — 1927.

A politica Exterior do Império — O primeiro reinado — Imprensa Nacional — Rio-de-Janeiro, 568 páginas — 1928.

A missão apostólica social — Conferência pronunciada no Colégio S. Inácio — Rio-de-Janeiro, na revista "A Cruz" — 1928.

O tratado provisional de 1828 — Edição "O Jornal" de 12 de bro, comemorativa do Centenário da Paz Argentino Brasile 1928.

Problemas de govêrno — São-Paulo — 188 páginas. Contém guintes conferências: Aspectos da Economia nacional — F de energia — A mineralurgia em São-Paulo — Meios de nicação do Brasil — Valores produzidos — Ministério inco dido — Classes armadas — Diretrizes Internacionais do I — 1928.

Valores a reajustar — Revista Nacional n. 1 — São-Paulo —

A Casa da Divina Providência — "O Jornal" — Rio-de-Janeiro de novembro de 1928 e 14 de julho de 1929 — 1928.

As Cooperativas — A "Ordem", de 2 de abril — Rio-de-Janeiro —

A Gazolina — A "Ordem" de 15 de maio — Rio-de-Janeiro —

A União Brasileira — Prefácio e Estatutos, — 32 páginas — 19

Formação Histórica do Brasil — Pimenta de Melo — 2.ª edição (Cia. Editora Nacional — 1930.

Res Nostra — contem os seguintes estudos: Capistrano de A — Tobias Monteiro e a História do Império — Diário da gação de Pero Lopes de Souza — Frei Vital — A orde São Bento e a Civilização — Padre Manoel da Nobrega — dre José Manoel Madureira (o cristão, o historiador e o li — A naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão — Per buco e o carater nacional — Osório — Rio Branco e a Po exterior — Domício da Gama — A Liga das Nações — O cismo — A reorganização militar Argentina — O problem desarmamento da América-do-Sul — O Brasil e a Socie das Nações — O Brasil e a Liga das Nações — Os tratado 1827 e 1828 — Oliveira Lima diplomata — A questão roma O Govêrno da Igreja — Diplomatas mineiros — Revisão titucional — Emendas religiosas — Máximas Budistas — lavras de um velho — O problema universitário brasileiro senso da vida — A lição dos paises divorcistas — A ilusão netária — O projeto monetário — Cooperação — Transp arcaicos — A marca do Sul. — 1930.

Reforma tributária de Minas — Imprensa Oficial — Rio-de-J ro — 1931.

A Escola de Minas e Ouro Preto — Discurso de paraninfo — N lume Calógeras na opinião de seus contemporâneos —

Conceito cristão do trabalho — Companhia Editora Nacional — Paulo — 1931.

Feijó e a crise religiosa — Na "Hierarquia" — Rio-de-Janeir 1931.

Os engenheiros e os novos ideais econômicos — Conferência na Sociedade Mineira de Engenheiros — Revista do Instituto de Engenhari a — São-Paulo — 1931.

Oração ao Senhor — Jornal do Brasil — Rio-de-Janeiro — 1931.

Prefácio Aos aspectos geográficos sul-americanos de Mário Travassos — 1931.

Educação politica de D. Pedro II — em "Política" — São-Paulo — 1932.

Feijó regente "Política" — São-Paulo — 1932.

O Marquez se Barbacena — Companhia Editora Nacional — São-Paulo — 1932.

Politica exterior do Império — 3.º volume: Da Regência à Queda de Rosas. Companhia Editora Nacional — São-Paulo — 1933.

Lund — Revista do Instituto Histórico — Rio-de-Janeiro — 1933.

Prefácio de "Engenharia na Indústria" do dr Francisco de Sales Oliveira — 1933.

Prefácio carta ao "Trabalho na Rússia", do dr. Francisco de Sales Oliveira, no volume Calógeras na opinião de seus contemporâneos — 1933.

Ascenções d'alma, com um prefácio do Padre Leonel Franca — edição limitada — 1934.

Rareceres e discursos parlamentares — Anais da Câmara — Rio-de-Janeiro. A sua obra parlamentar é vastíssima. Discutiu exaustivamente todos os orçamentos e os problemas referentes à Mineração, Instrução pública, Questões de limites e Tratados, Transporte e Vias férreas, Café, Caixa de Conversão e Reforma Tributária. Foi a maior autoridade da Câmara em assuntos de Marinha e Guerra — 1897 a 1899 — 1903 a 1915 — 1933.

Colaboração intensa em jornais e publicações periódicas — 1891 a 1933.

Vasta correspondência, salientando-se a série de cartas trocadas com o Padre Madureira a propósito de sua conversão religiosa. No volume Calógeras na opinião de seus contemporâneos, acham-se as cartas escritas aos Drs. Roberto Simonsen e Antônio Gontijo de Carvalho. — 1891 a 1933.

AUGUSTO TAVARES DE LIRA

29- 5-1916 a 30- 6-1916
1-11-1918 a 15-11-1918

Nasceu na cidade de Macaíba, na província do Rio-Grande-do-
e, aos 25 de dezembro de 1872. Filho de Feliciano Pereira de
Tavares e Maria Rosalina de Lira Tavares. Fez os cursos
ário e secundário na terra natal e o superior no Recife, na
re Faculdade dessa cidade, na qual se bacharelou (1892).
n-formado, abriu banca de advocacia, em Natal, ingressou no
lismo, na qualidade de redator de *A República* e tambem no
tério (1892-1897), como professor de História do Ateneu
-Riograndense (instituto oficial de ensino secundário do Es-
. Passando à política partidária, Tavares de Lira, pelo seu
gio pessoal e suas inegáveis qualidades de administrador e esta-
subiu, rapidamente, desfrutando o melhor conceito, entre os
correligionários, desde as primeiras missões com que foi des-
do.

Deputado estadual, aos 21 anos (1893), conseguiu, logo a seguir,
ação à Câmara Federal, na qual permaneceu até 1904. Neste
tendo sido eleito governador do Rio-Grande-do Norte (25 de
) dirigiu aquele Estado até novembro de 1906. Foi a sua
inistração assinalada, a despeito da forte crise que assolava o
o, com o incentivo da instrução, o aparelhamento da agricul-
obras da remodelação de Natal. Ainda, à sua iniciativa, deve-se
ção, alí, do primeiro estabelecimento de crédito. Quando
o Pena, então presidente eleito da República, empreendeu a
gem de inspecção aos Estados, visitou também o Rio-Grande-do-
Aquí, palestrando animadamente com Tavares de Lira, logo veri-
que êle lhe seria útil. E foi assim, dessa ligeira convivência,
fonso Pena decidiu convidá-lo para ocupar a pasta da Justiça
ócios Interiores, uma das mais importantes, dado o seu carater
o. De 15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909, man-
e o ministro Lira em seu posto e teve oportunidade de dar as
res providências a respeito da reorganização da polícia civil,
de penhores, Casa de Detenção, Colônia de Dois-Rios, Corpo

de Bombeiros, Instituto de Música e organização adminis
do Território do Acre. Com a morte do conselheiro Affonso
Nilo Peçanha, que assumiu Presidência da República para o t
do quadriênio, instou para que êle continuasse no cargo, mas
res de Lira, retirou-se do Ministério, juntamente com a maio
seus colegas.

Com o sétimo quadriênio republicano, 1914-1918, volt
Ministério, como titular da Viação e Obras Públicas. Aquí ta
a sua tarefa foi desempenhada com brilhantismo, embora as m
drásticas de economia para fazer face à guerra. Com efeito,
vindo a primeira grande guerra mundial e estando o Tesouro F
sobrecarregado com grandes compromissos, determinou-se o r
mento das grandes obras que se empreenderiam, afim de aliviar
nanças nacionais. Após reexaminar vários contratos, escreveu
nistro Lira, em seu relatório:

*E' possível que à impaciência de alguns pareça lenta e de
a ação do govêrno, por julgarem preferiveis as soluções rápid
que o poder público se arroga o direito de ser, ao mesmo
juiz e parte; mas, quem conhecer as condições em que êle t
agir facilmente compreenderá que dados os atrazos que hav
pagamentos e a existência de contratos em pleno vigor — outr
podia ser o seu procedimento para fazer obra útil e profí
salvo de possíveis e prováveis indenizações que teriam de ser
mais tarde.*

*O que fica exposto é bastante para demonstrar que está
zada uma grande parte da obra empreendida; e dos atos do g
— de que resultaram economias e cessação de responsabilidades
tadíssimas, como se verifica examinando os algarismos ind
em relação a cada um dos contratos a que me referi — só un
vocou protesto judicial dos interessados; foi o que decretou a c
dade do contrato de construção da Rêde Cearense. Mas êste n
conforme acentuastes na mensagem dirigida ao Congresso Na
por ocasião de sua abertura, baseou-se em cláusula expres
mesmo contrato e foi praticado em conseqüência da desidia e in
dade da companhia contratante que, falida, não podia satisfa
obrigações contraidas.*

*Nos demais casos, a ação calma, ponderada e prudente da
nistração exerceu-se no sentido de procurar, por acôrdo, so
convenientes que, sem sacrificios de direitos respeitaveis do
tratantes, permitissem a redução apreciável de despesas e co
missos do Tesouro, ressalvando do melhor modo o crédito p*

A propósito de sua gestão na pasta da Viação, Alcindo C
bara, após estudar com perspicácia, as responsabilidades que to

govêrno Wenceslau Braz resolver, em face da situação européia, ata: "A fatalidade tinha-lhe imposto a tarefa penosíssima de urar diminuir essas responsabilidades quanto lhe fôsse possível. uma tarefa dificílima, para execução da qual se reclamava um rito de juiz, um ânimo de diplomata, uma inteligência aguda e integridade a tôda a prova. O Sr. Wenceslau Braz, que nem pre tem sido feliz, teve, nesse particular, a fatalidade extrema de r o homem talhado para a obra! O Sr. Ministro Tavares de ."

Por duas vezes, ocupou, interinamente a pasta da Fazenda. rimeira, em 1916, de 29 de maio a 30 de junho, no impedimento Pandiá Calógeras, que fôra à República Argentina, em missão cial; a segunda, em 1918, de 1 a 16 de novembro, em substio a Antônio Carlos, que se exonerou do cargo, para se desenpatibilizar e poder concorrer a uma vaga de senador, que se dera ancada mineira. Se os fados o tivessem levado a ocupar, efetivate, essa pasta, certamente ela teria tido um administrador à ra de seus problemas, pois Tavares de Lira sempre se revelou conhecedor dos problemas econômicos e financeiros. No Senado, o relatado nas comissões de poderes, justiça, constituição e do igo Civil, onde mais revelou sua argúcia, seu espírito de obserio foi justamente na comissão de finanças, a qual tambem emtou o brilho de sua formação.

Orador sóbrio e preciso, nos seus discursos sempre fugiu às cações teóricas, procurando apontar soluções práticas aos proas que focalizava. Afastado da política, aceitou o cargo de stro do Tribunal de Contas (1918), o qual presidiu mais de uma durante o seu exercicio de mais de vinte anos.

Sócio grande benemérito do Instituto Histórico e Geográfico ileiro e seu vice-presidente; membro fundador e benemérito do ituto Histórico do Rio-Grande-do-Norte, pertence, como titular espondente, aos Institutos Históricos dos Estados do Ceará, aíba, Pernambuco e Sergipe. Sócio efetivo da Sociedade de grafia do Rio-de-Janeiro, e tambem um dos fundadores da edade de Direito Internacional, igualmente pertence a sociedades árias estrangeiras, entre as quais a Academia Portuguesa de ória. Os seus conhecimentos em matéria de história administrativa ileira são dilatados e profundos. A propósito escreveu Afonso nay:

"Poucos, muito poucos, conhecem como Augusto Tavares de os fatos imperiais. Ninguem lhe levará a palma neste setor de os anais.

E'-lhe extraordinário o cabedal de conhecimentos sobre a tória política, e administrativa, parlamentar, anedotica, do per monárquico.

Notavel massa de informes os mais variados, que de pron memória lhe sugere tão interessantes quanto preciosos, pois com verdadeiro bom gosto passar

Du grave au doux, du plaisant au sevère.

Diversas monografias lhe deve a análise da fase imp substanciosas como raras; sobre o Conselho de Estado, o re eleitoral monárquico, o Senado do Império, a propósito de com rações centenárias das altas instituições relembradas, etc."

Foi ainda professor de direito administrativo da Faculdad Ciências Jurídicas e Sociais (1915-1937), até quando êste estab mento encorporou-se à Universidade do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

O estado de sitio — Natal, 1900.
A questão de limites entre o Ceará e o Rio-Grande-do-Nort Rio, 1902.
O Rio-Grande-do-Norte em 1911 — Rio, 1911.
Acumulações remuneradas — Rio, 1911.
Aposentadoria dos funcionários públicos — Rio, 1913,
Dominio Holandês no Brasil — Rio, 1914.
História do Rio-Grande-do-Norte — Rio, 1921.
Os cursos jurídicos de São-Paulo e Olinda — Rio, 1927.
O Primeiro senado da República — (1938).
Organização Política e Administrativa do Brasil — (19
Regime eleitoral — (1822-1922).
Correios e Telégrafos.
Contribuição para a biografia do Imperador — (1925).
O primeiro Conselho de Estado — (1931).

CONFERENCIAS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO:

Aspectos económicos do Rio-Grande-do-Norte — (1919).
As sêcas do Nordeste (1919).
Procuradores Gerais das Províncias — (1922).
A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros (19
Centenário do Senado do Império (1926).

(1) — Afonso de E. Taunay — *O Senado do Império*, São P 1941, pag. 39.

Deodoro da Fonseca — (1927).
Centenário do Supremo Tribunal de Justiça — (1928).
O Marquês de Queluz (1933).
Lafayette Rodrigues Pereira (1934).
Conselheiro João Alfredo (1935).
O Duque de Caxias, Presidente do Conselho de Ministros (1936).
Quintino Bocayuva (1936).
O Presidente Afonso Pena (1939).
Francisco Belisário (1939).
Francisco Glicério (1941).
Senador Pedro Velho (1942).

MEMÓRIAS APRESENTADAS AO CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA, REUNIDO EM LISBÔA (1940):

Independência do Brasil.
O parlamentarismo no Brasil durante o Império.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

Mensagens na qualidade de Governador do Rio-Grande-do-Norte:

Em 1904
Em 1905
Em 1906

INTRODUÇÕES E RELATÓRIOS MINISTERIAIS:

NA PASTA DA JUSTIÇA:

1907
1908
1909

NA PASTA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Em 1915
Em 1916
Em 1917
Em 1918

— *Exposição e Bases para uma Reforma Geral do Ensino* — (Remetida ao Congresso Nacional, acompanhada de Mensagem do Sr. Presidente da República) — Rio, 1907.

Parecer e Relatório, apresentados ao Sr. Ministro da Faz
sôbre a organização dos serviços públicos federais, em nom
Comissão Especial para êsse fim nomeada pelo Govêrno —
1924.

Relatórios apresentados ao Conselho Administrativo do
tuto de Previdência dos Funcionários Públicos, na qualidade d
Presidente:

Em 1928
Em 1929
Em 1930

RELATÓRIOS COMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Em 1939
Em 1940

Publicou, ainda, vários discursos e escritos, ao tempo em
militou ativamente na política, e tem inúmeros votos e trab
no Tribunal de Contas.

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA

6-9-1917 a 1-11-1918

Nasceu na cidade de Barbacena, província de Minas-Gerais, aos setembro de 1870. Filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada elaide Feliciano Duarte de Andrada. Fez o curso primário em cena, estudou preparatórios no colégio Abilio, no Rio-de-Ja-o, e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Direito de São-Paulo (1891). Quando estudante, trabalhou na ensa como redator dos jornais *O Popular* e o *Leste de Minas;* u parte ativa nas rodas literárias da época e pertenceu ao Club ublicano. Recem-formado, obteve nomeação de promotor público há (Minas-Gerais), de onde passou para a comarca de Palma; o juiz municipal. Em 1894, fixou residência em Juiz-de-Fora ixou a magistratura pela advocacia. Eleito vereador e vice-pre-nte do conselho municipal daquela cidade, ingressou, igualmente, magistério, como professor de História Geral e Economia Polí-na Escola Normal, e de Direito Comercial, na Academia de nércio. Abraçando tambem o periodismo, foi primeiro redator e is diretor do *Jornal do Comércio,* de Juiz-de-Fora (1896). umindo o Dr. Francisco Sales a presidência do Estado, convi-o para secretário das Finanças (1902) tendo tambem exercido rgo de prefeito municipal de Belo-Horizonte (1905-6). Con-ndo a uma vaga aberta no senado mineiro (1907) conseguiu eleito. Orador persuasivo e de largos recursos logo se destacou lucidez com que tratava os temas que focalizava, principalmente roblemas financeiros, de seu particular conhecimento. Naquela foi ainda presidente da Câmara Municipal e prefeito do muni-de Juiz-de-Fora. Em 1911, tendo-se dado vaga na representa-federal do Estado foi então eleito (21 de janeiro) e reeleito ssivamente até passar a ministro de Estado. No parlamento u parte em várias comissões especiais inclusive na de finanças, relator do orçamento da Fazenda. Por essa época, passou ler da bancada de Minas, na Câmara. No govêrno Wenceslau foi então convidado para gestor da pasta da Fazenda tendo mpenhado o cargo de 6 de setembro de 1917 a 1 de novembro

de 1918. Retornando à Câmara (1918), ocupou a presidên
várias comissões e tambem e posto de lider da maioria, no g
Artur Bernardes. Em 1925, tendo se reunido, em Belo-Hor
uma convenção incumbida de tratar da sucessão presidenc
Estado, foi o seu nome escolhido para chefe do executivo es
(setembro de 1926). Organizador e chefe da Aliança Liber
qual resultou a Revolução de 1930, realizada a constitucional
do país elegeram-no deputado e presidente da Assembléia Na
Constituinte. Em 1936, tendo o presidente da República se
tado do país para uma visita à Argentina e Uruguai, Antônio
los, na qualidade de substituto do primeiro magistrado da
ocupou durante 15 dias a curul presidencial. Ainda naquele
tendo rompido com o govêrno de Minas-Gerais, renunciou a
dência da Câmara. Não concordaram com essa sua atitude o
lamentares. Num gesto de rara nobreza, reconduziram-no, por
midade, à presidência para a qual havia sido escolhido mais
seu prestígio pessoal do que pela qualidade de representante mi
Com a mudança de regime operada em 10 de novembro de
retirou-se completamente das atividades políticas.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o seu
encontrou-se ainda no quadro de inúmeras outras sociedades liter

BIBLIOGRAFIA

O ministro da Fazenda da Independência, Rio-de-Janeiro,
Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., tomo LXXVI.

Relatorio do Ministério da Fazenda. Rio-de-Janeiro, 1918.

Bancos de emissão no Brasil. Rio-de-Janeiro, 1922.

Discursos — Rio de Janeiro, 1922.

Plataforma lida no banquete de 23 de janeiro de 1926
Belo-Horizonte. Imprensa Oficial. Minas-Gerais, 1926.

Relatórios apresentados como presidente do Estado de M
Gerais, 1927-29.

AMARO BEZERRA CAVALCANTI

15-11-1918 a 17-1-1919

Nasceu no sítio Domingos, município de Caicó, comarca do Se-
ó, Província do Rio-Grande-do-Norte, aos 15 de agosto de 1848
aleceu na Capital Federal, aos 28 de janeiro de 1922. Filho de
aro Soares Cavalcanti de Brito e Ana Cavalcanti. Em Caicó, em
s estipendiadas pela administração provincial, estudou as pri-
ras letras e mais: português, francês e latim. Possuido de gran-
fôrça de vontade, valeu-se disso contra os parcos recursos de que
unha para se ilustrar. E foi com a tenacidade que domina os que
em querer que seguiu para o Maranhão, onde trabalhou no comér-
e concluiu os estudos num colégio no qual foi simultaneamente alu-
e professor. Tranferindo-se para o Ceará, obteve, por concurso,
adeira de latm da cida de de Baturité. Alí dedicou-se também à
ocacia, provisionado pela antiga Relação do Estado. O contato
a ciência jurídica abriu-lhe novos horizontes e veio-lhe o desêjo
e graduar em ciência jurídicas e sociais. Requereu, para isso, con-
itantemente, exames preparatórios e das cadeiras que constituiam
rso de Direito. Mas, indeferiram-lhe a pretensão. Já então se fi-
admirado e acatado pela sua brilhante formação humanística.
fim, tendo em vista o seu inegável valor, a administração provin-
o comissionou para estudar, nos Estados-Unidos-da-América-do-
te, um sistema de instrução pública que pudesse ser adotado no
rá. Com isso, teve a sua grande oportunidade. Com efeito, in-
ou na Union University (Albany), Estado de Nova-York
e se graduou em Direito defendendo a tese — *Is education a legal
gation?* Após diplomado, foi-lhe passado pela Côrte Suprema Ame-
na o título de *counsellor at law*, o que lhe dava consentimento para
ogar em todo o território da grande república. Retornando ao
il, foi nomeado inspetor geral da Instrução Pública, do Ceará e
tor do Liceu do Estado. Em 1883, a convite de Leão Veloso, en-
ministro da Justiça, veio à capital do Império como delegado
ense num Congresso de Instrução presidido pelo Conde d'Eu.
do se resolvido a ficar na Côrte, fez exame de suficiência para
r advogar na metrópole, exonerou-se dos cargos que exercia no
rá e obteve a cátedra de latim, interina, do Colégio Pedro II, na

qual permaneceu até 1884. Filiado ao partido conservador, foi e
deputado à Assembléia Geral (1884), pelo Ceará, mas o seu di
ma foi anulado. Fixando-se definitivamente na metrópole, abriu b
de advocacia e dirigiu à Companhia Navegação do Rio-das-Velhas
qual foi presidente. Em junho de 1889, com a queda do partido
que militava, aderiu à causa republicana e passou à propaganda.
clamado o novo regime foi nomeado vice-governador do Rio-Gra
do-Norte e, logo depois eleito senador à Constituinte, por aquele
tado. Nessa assembléia, fez-se notar na discussão de vários assu
inclusive em matéria financeira e administrativa e foi um dos n
bros da Comissão dos 21. Findo o seu mandato, aceitou o post
ministro plenipotenciário no Paraguai, na qual se demorou p
mais de um ano. Novamente do Rio-de-Janeiro, apesar de ter
reiteradamente convidado para permanecer na carreira diplom
pois puseram à sua disposição as legações de Buenos Aires e V
na Austria, desistiu da diplomacia e retornou à sua profissão de juri
Retirado das lutas partidárias, dedicou-se aos seus trabalhos de a
gado do Banco da República e iniciou também as suas pesquisa
nanceiras, das quais resultou o seu notável livro — *Elementos de*
nanças (EstudoTeórico-Prático). Ingressando novamente na p
tica, foi eleito deputado (1896), pelo Rio-Grande-do-Norte, po
no ano seguinte (7 de janeiro de 1897), renunciou o mandato
ter aceito o cargo de Ministro dos Negócios do Interior e Jus
(exercício presidencial do Dr. Vitorino Pereira). Voltando à a
cacia, nela permaneceu ativamente até que, por dois anos, ocupo
cargo de consultor jurídico do Ministério do Exterior (1904-06). N
fase, foi ainda delegado brasileiro à 8.ª Conferência Internac
Americana reunida no Rio-de-Janeiro. Afinal, em 1906, foi nom
ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual se aposen
(1915), depois de ter bem patenteado, através de numerosos a
dãos, os seus conhecimentos jurídicos. Cidadão de comprovada c
cidade de trabalho, a sua aposentadoria não o deixou relegado.
contrário, sabedor da sua aptidão para administrar, o então
sidente Wenceslau Braz o chamou para Prefeito da Capital Fed
(1917) numa fase de aguda crise financeira na edilidade. A
missão era regularizar a máquina econômico-financeira munici
Dentro do curto esaço de tempo que ainda lhe restava, pois a
tão municipal correspondia à presidencial, não lhe era possível
çar um programa de linhas amplas. Apesar disso, tomou inúmeras
vidências que muito recomendaram a sua administração. Assim, a
novas escolas, aperfeiçoou o ensino industrial, criou o Serviço
Proteção à Lavoura do Distrito Federal e promoveu a realização
uma feira anual com o objetivo de se fazer, em última análise,
mostra completa da riqueza nacional. Ainda foi objeto de sua ge

nstrução de estradas de rodagem ligando a zona urbana do Dis- Federal ao centro da cidade, numa extensão de 280 quilôme- Só na sua administração foram construidos 90 quilômetros. 1918, havendo se dado uma grande carestia nos gêneros, Amaro alcanti tudo fez em favor das classes necessitadas que, plenamente, preenderam a sua atuação patriótica e digna.

Havendo Rodrigues Alves sido eleito, pela segunda vez, presi- e da República, convidou-o para Ministro da Fazenda, cargo que ou de 15 de novembro de 1918 a 27 de junho de 1919. Com a te daquele presidente e conseqüente ascenção do vice-presidente, Delfim Moreira, que quís continuar no posto, acompanhando os demais colegas de ministério, que se demitiram.

Produto de seu próprio esfôrço, Amaro Cavalcanti era uma in- dualidade forte, de grande firmeza, coragem, aliada à sólida cul- jurídica, econômica e financeira. Todos as suas comissões e datos exerceu-as com inegável proficiência, revelando espírito icioso, diligente e progresssta.

Delegado do Brasil à conferência Financeira Pan-Americana re- a em Washington (1915); Juiz do Tribunal Arbitral de Haia, o delegado do Brasil (1917); fez parte da comissão extra-par- ntar do Código Civil, quando se discutiu esse código, na Câ- a; presidiu a Sociedade Brasileira de Direito Internacional; foi essor de Finanças na Academia de Altos Estudos e também só- benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

A Religião. Ceará, 1874.

A meus discipúlos (polêmica religiosa) Ceará, 1875.

Livro popular (Miscelânea de conhecimentos uteis) Ceará, 1879 e New-York, 1881.

Educação elementar nos Estados-Unidos-da-América-do-Norte — Ceará, 1883.

Noticia cronológica da Educação Popular no Brasil — Ceará — 1883.

Ensino moral e religioso nas escolas públicas. Rio, 1883.

The Brazilian language and its agglutination — Rio-de-Janeiro — 1884.

Finances du Brèsil. París — 1889.

Projeto de Constituição de um Estado (sob o pseudônimo de Agonates) Rio-de-Janeiro — 1890.

Reforma monetária e bancária. Ri-ode-Janeiro, 1891.

Meios de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais. Rio-de-aneiro, 1884.

A reforma monetária. — Rio-de-Janeiro — 1891.
Politica e Finanças. Rio-de-Janeiro — 1891.
Politica e finanças. Rio-de-Janeiro — 1893.
O meio circulante nacional. Rio-de-Janeiro — 1893.
A situação poltica ou a intervenção do Govêrno Federal nos Es
da União. Rio-de-Janeiro — 1893.
Resenha Financeira do ex-império. Rio-de-Janeiro — 1890.
balho premiado na Exposição Internacional de Trabalho
rídicos, realizada no Rio-de-Janeiro em -894).
Elementos de Finanças. (Estudo Teórico-Prático). Rio-de-Jar
Imprensa Nacional — 1896.
Tributação constitucional. Rio-de-Janeiro — 1896.
Regime federativo. Rio-de-Janeiro — 1990.
Unidade no Direito Processual (Congresso Jurídico Ameri
Rio-de-Janeiro — 1901.
Direito das obrigações (Relatório à Comissão Parlamentar d
digo Civil Brasileiro) Rio-de-Janero — 1901.
O arbitramento. Rio-de-Janeiro — 1901 e 1906.
A Justiça internacional. Rio-de-Janeiro — 1902.
Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras. Rio de Janeiro —
Responsabilidade civil dos Estados. Rio-de-Janeiro — 1905.
Trabalho na 3.ª Conferência Americana. Ri-de-Janeiro — 190
Revisão das sentenças nos Tribunais Estaduais pela Suprema
dos Estados-Unidos-da-América-do-Norte. Rio-de-Janeiro —
The Federal Judiciary in Brasil and the United States of Ame
(Chriv. of Pensylvania Law Review). Piladélfia — 1911
Pan-American Questions. Rio-de-Janeiro — 1913.
La condification du Droit International Americain (Rev. Ge
droit int. Public). París — 1914.
Restrictive clauses in international arbitration treaties (The
Journ. of intern. law) Nova-York — 1914.

JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUSA

17-1-1919 a 27-6-1919

Nasceu na cidade de Entre-Rios, hoje cidade de João Ribeiro, ntiga província de Minas-Gerais, aos 9 de julho de 1863 e fale- no Rio-de-Janeiro, aos 7 de novembro de 1933. Filho do coronel uim Ribeiro de Oliveira e D. Ardelina Carolina de Oliveira. ois de ter feito os estudos primários na cidade natal, man- n-no para o célebre colégio do Caraça, no qual cursou humani- s. Daí, seguiu para a côrte, onde fez exames preparatórios, iculando-se, a seguir, na Faculdade de Direito de São-Paulo, ual tomou grau, em 1886. Republicano ardoroso, fundou e diri- durante o curso acadêmico a *Revista Republicana*. Recem-for- o, abriu banca de advocacia, em São-João-Nepomuceno. Entre- , demorou-se pouco alí, pois, aceitou a promotoria pública de uz, hoje conselheiro Lafaiete. Transferindo-se para Juiz-de- , trocou a magistratura pela advocacia e tambem pelo jorna- o, pois fundou o *Diário de Minas*, orgão de propaganda repu- na.

Em 1888, o govêrno, para remediar os males causados à lavoura abolição da escravatura, fez contratos para introdução no país migrantes europeus e tratou da criação de institutos de crédito servissem aos interesses respeitaveis dos fazendeiros. Nestas nstâncias surgiu o Banco de Crédito Real, tendo como incorpo- res e fundadores, João Ribeiro de Oliveira e Sousa, Francisco ta de Oliveira e o visconde de Monte Mário, tendo como obje- operações de crédito real. Exerceu João Ribeiro a gerência do o, ininterruptamente, desde a fundação do estabelecimento e setembro de 1889) até 30 de junho de 1906. Durante esse o período, deu-se o encilhamento, que teve a sua crise aguda setembro de 1900 a julho de 1901. Dos doze bancos existentes, , em Minas-Gerais, apenas o Crédito Real resistiu a essa borrasca ômico-financeira. Em junho de 1901, seguiu êle para Paris, de assinar um contrato de empréstimo para o Govêrno de s, cujas clausulas tinham sido negociadas diretamente, entre -Horizonte e Paris. Chegando àquele centro financeiro, verifi-

cou que as condições exigidas pelos banqueiros para realizare operação eram altamente inconvenientes e, por esse motivo, assinou o contrato. Foi aliás de muita felicidade essa sua atit visto que, logo depois o Banco que agenciaria o emprestimo sus deu os seus pagamentos. Regressando ao Brasil, não assum gerência do Banco de Crédito Real. Aceitou o convite que lhe o conselheiro Afonso Pena, para presidir ao Banco do Brasil. O nosso grande estabalecimento de crédito havia sido reorgani por decreto de 30 de dezembro de 1905 e a João Ribeiro cou espinhoso encargo de rehabilitar o Banco perante a confiança blica, desenvolver suas carteiras e fundar novas filiais e a cias. (2) Em 1908, dando-se a saida do Dr. Custodio Coelh diretoria do Banco, coube-lhe exercer, cumulativamente, a car cambial. Na gestão dessa carteira, o fato mais importante fo êle liquidado com a especulação do câmbio, mantendo sem opera onerosas a estabilização de 15 ¼ a 15 ½ durante o largo per de sua administração, que foi de um ano e sete meses, e dura qual se manteve inalterado por mais de 15 meses a mesma m $15^{5}/32$, fato virgem nos anais da história financeira do Brasil, d a independência até os nossos dias, e que trouxe inegáveis benef à adminsitração do país, ao comércio e a indústria.

Apesar de insistentemente convidado para continuar na p dência do Banco do Brasil, pelo então presidente Nilo Peça João Ribeiro, com a morte do conselheiro Afonso Pena, demiti do cargo em carater irrevogável e retirou-se para Juiz-de-F Retornando à Capital da República, fundou, em 1910 (2 de jul o Banco Mercantil do Rio-de-Janeiro, do qual foi presidente a sua morte, aos 7 de novembro de 1933 e da direção de seu e belecimento só se afastou quando assumiu a direção do Minist dos Negócios da Fazenda, no Govêrno Delfim Moreira, em su tuição a Amaro Cavalcanti. Os fatos mais importantes de sua tão foram: emissão de bilhetes do Tesouro, na importância de mil contos, lançada na praça e coberta no mesmo dia, sem co sões nem corretagens; a conversão de letras-papel cujo vencim se daria em 18 de fevereiro de 1919, em apólices da dívida púl de 5 % ao tipo de 90 ou o seu resgate. O público, dando uma monstração de confiança ao govêrno, preferiu, na sua quase to dade, a conversão em apólices, tendo sido a operação de gr vantagem para o Tesouro Nacional, visto como se permutou

(1) — Os demais diretores eram: comendador Silva Porto, Dr. D Estrada e Dr. Leopoldo de Bulhões.

(2) — Iniciou a criação de diversas agências, começando pel Manaus, em seguida a do Pará e a de Santos.

ida de 6 % líquida, certa e vencida, por títulos consolidados de %. Os títulos da dívida pública, interna, que estavam a..... $ 915,00 em 17 de janeiro, chegaram às proximidades do par — $ 980,00. Os títulos da dívida externa, reagiram, em Londres, ido que os do *funding* chegaram ao par. O câmbio, que no dia posse estava a 12 13/15 manteve-se firme a 14 37/64. (3)

Deixando a direção das finanças brasileiras, retornou à preência do Banco Mercantil, dando a êsse estabelecimento notavel pulso. Exerceu ainda o cargo de membro do conselho consultivo Caixa de Amortização e declinou de vários convites para exercer cargos de ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil. nda com a vitória da revolução de 1930, foi convidado para igir as finanças brasileiras, o que novamente recusou.

BLIOGRAFIA

Banco de Crédito Real de Minas Gerais — Gestão de 5 de setembro de 1889 a 30 de junho de 1906 — Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1925.

Bancos — Memória apresentada ao Congresso Industrial de Minas-Gerais. — Juiz de Fora, Tip. Industrial, 1903.

(3) — Quando de sua nomeação o vespertino *Correio da Manhã*, do , em artigo de fundo, disse entre outras "A nomeação do Dr. João eiro para ministro da Fazenda não apresenta somente um gesto feliz Sr. Delfim Moreira; é também um acontecimento nacional, porque a primeira vez no nosso regime republicano assume a gerência dala pasta um verdadeiro profissional das finanças, um homem edu- o na prática do trabalho diário — persistente, conhecendo como pou- as graves questões ligadas a toda a vida econômica do Brasil.

"A notícia da escolha feita pelo vice-presidente da República constou gerais aplausos, não contando até agora uma só voz dissonante, menos que a politica surja a pretender amesquinhar por motivo de intese subalternos, aquilo que constitue já um grande serviço prestado nação pelo chefe do govêrno.

"A nomeação do Sr. Dr. João Ribeiro está portanto, perfeitamente harmonia com os fins visados pelo regime representativo, que é o otado pelo Brasil, pois em competência, em capacidade para o cargo lhe foi oferecido, S. Excia. podera ter quem se lhe equipare, mas encontrara quem o exceda.

HOMERO BATISTA

28-6-1919 a 15-11-1922

Nasceu na cidade de São-Borja, na província do Rio-Grande-do- aos 30 de janeiro de 1861, e faleceu na Capital Federal, aos 14 utubro de 1924. Na terra onde veio ao mundo, freqüentou os co- s Gomes e Sousa Lobo, nos quais se destinguiu como aluno apli- . Transportando-se para São Paulo, fez os estudos preparató- e ingressou na Faculdade de Direito. Sem grandes recursos para ar, trabalhou como tipógrafo nas folhas *Tribuna Liberal* e *Jor- a Tarde* e também foi professor na Fazenda Tamborim (de pro- lade de José Pedro de Morais e Sales). Seguindo para o Recife, completou o curso jurídico (1884). Retornando para São-Borja, banca de advocacia, redigiu os jornais *Município* e *Movimento* ssou à propaganda republicana, com particular entusiasmo. Nos ressos reunidos em Santa-Maria (1887-88) e em outro que ficou ecido com o nome de *da Reserva,* nos quais os circunstantes ju- m absoluta fidelidade à causa republicana, destacou-se sobre- . Com a mudança do regime, foi chamado para o govêrno rio- dense, chefiado pelo general Júlio Frota, como superintendente azenda (1). Pouco depois, dando-se a instalação da Assembléia tituinte, veio como representante gaucho (2). Por fim, tendo aque- gresso especial se transformado em ordinário, manteve-se no de- enho do mandato, sendo designado para as comissões de Instru- Pública, Fazenda, Revisão do Código Penal e, também, Orça- o. Em 1893, ao ser discutido um projeto de estado de sítio para o-Grande-do-Sul, coube-lhe dar combate à providência que se nha, o que realizou com galhardia (3). Sobrevindo a Revolu- Federalista, fez parte da Divisão do Norte, como deputado do

---

1) — Então de Faria, que também foi Ministro, interino, da Fa- , dirigia a Superintência ds Obras Públcas e Júlio de Castilhos, a intendência do Interior.

2) — Tinha, entre outros, como colegas: Júlio de Castilhos, Assis , Demétrio Ribeiro, Pinheiro Machado, Fernando Abott e Alcides

3) — Demétrio Ribeiro, Epitácio Pessoa, Luiz Murat e outros depu- propugnavam a intervenção federal no Rio-Grande. Sabedor disso,

ajudante-general do Exército. Terminada a revolta, tendo se in
patibilizado com Júlio de Castilho, afastou-se da política. Ret
para São-Borja e reabriu sua banca de advogado (1895). Cha
para Porto-Alegre, fundou, juntamente com Assis Brasil, o peri
República e, meses depois, voltou para São-Borja. Posteriorm
havendo se aproximado de Borges de Medeiros e Pinheiro Mac
renunciou às suas atividades partidárias e foi eleito deputado f
(1906). Novamente no parlamento, passou a pertencer, de mod
cessivo, às comissões de Finanças, Pensões, Marinha e Tarifa,
proferido vários e excelentes pareceres. Reeleito em 1909, p
neceu no posto até 1912, quando o renunciou por ter aceito a d
do Banco do Brasil. Aquí, a sua atividade relevou-se. Imprimi
tante desenvolvimento a êsse instituto de crédito, que teve o n
de suas agências sensivelmente aumentado.

Em 1919, tendo Epitácio Pessoa assumido a Presidência d
pública, convidou-o para seu Ministro da Fazenda, posto que o
de 28 de junho daquele ano a 15 de novembro de 1922. Os en
com que arcaria o país não eram pequenos. Com o final da guerr
ropéia, na qual também nos envolvemos, procederíamos a um r
de contas, decorrente de despesas que realizamos para honrar a
sas tradições e dignidade e, ainda, em razão de se ter abalado o
cado mundial, onde operávamos como exportadores e importad
Estudioso e comedido, Homero Batista se especializara em ass
econômico-financeiros e chegara a ser um dos mais entendido
seu tempo. No parlamento, proferira sobre a matéria, numero
substanciosos pareceres e discursos que se tornaram disputados, q
vinham à publicidade. O momento de sua gestão, em que pese
vontade e a grande disposição do ministro, era desfavorável,
muitos aspetos. Era e sempre foi fácil aos campeões de gener
des que pulalaram no parlamento brasileiro, no Império e n
pública, batalhar por um orçamento equilibrado, discutir a b
de exportação e indicar como se deveriam discriminar as re
Sair da teoria apressada e inconsistente para a realização segura,
quíssimos o conseguiram.

Adepto sincero da escola clássica, Homero Batista não quís
donar os postulados de sua escola e, com veemência, bateu-se pe
neamento do meio circulante, opondo-se às emissões e aos exc
do protecionismo industrial. No meio de condições difíceis,
mesmo foi construtiva a sua tarefa. Não minguaram críticas à
porque procedia e procedeu na defesa de economia nacional.

Júlio de Castilhos, presidente do Estado, incumbiu Homero Bati
combater tal intenção, o que êle fez com veemência, juntamente co
siano do Nascimento.

ceramente, teremos que homenagear a rigidez de sua conduta. Sa-
e estava certo de que já não mais satisfazia o sistema tributário.
opôs-se a reformá-lo, com a instituição de um código aduaneiro,
ue não lhe foi possível. Advogava certas zonas francas, para um
lhor entendimento da economia continental, e não conseguiu rea-
-las. Introduziu, contudo, melhoramentos no processo de organi-
ão das tabelas orçamentárias; deu novo impulso ao Banco do Bra-
ampliando a carteira de redesconto dessa casa de crédito e, ainda,
horou o aparelhamento fiscal, com providências que fez executar
Tesouro.

Propagandista da República, jornalista militante e parlamentar con-
rado, foi ainda professor de Direito na Escola Livre do Rio-de-
eiro e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Tiradentes e a República (Conferência) Rio-de-Janeiro.

Pela federação. (Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados) Riode-Janeiro. 1882.

A revolução e o estado de sítio no Rio-Grande-do-Sul (Discursos). 1894.

Manuel dos Santos Loureiro (Manduca Loureiro, perfil, biográfico. Rio-de-Janeiro, 1900.

A Receita Geral em 1911. 1 vol. Rio-de-Janeiro, 1912.

A Receita Geral em 1913. 1 vol Rio-de-Janeiro, 1913.

A uniformidade do padrão monetário. — (Conferência) Rio-de-Janeiro, 1917.

São ainda da sua autoria: *A tirania legal* (panfleto) e *A evolução tarifaria* (Conferência).

RAFAEL DE ABREU SAMPAIO VIDAL

1-11-1922 a 2-1-1925

Nasceu na cidade de Campinas, Província de São-Paulo, aos 14 janeiro de 1870 e faleceu na cidade de São-Paulo, Estado do smo nome, aos 13 de julho de 1941. Filho de José de Abreu Sam- o Vidal e Maria das Dores Sampaio Vidal. Fez os estudos pri- rios e secundários em Campinas. Seguindo para a capital da Pro- cia, matriculou-se na Faculdade de Direito (1886) onde se ba- trelou. Depois de formado, foi advogar na cidade de São-Carlos, le a sua banca se tornou procuradíssima. Pouco depois, adquiriu fazenda e passou também a agricultar. Ingressando na política, eleito vereador municipal, por São-Carlos. Desenvolveu, então, a atividade que muito o recomendou à estima de seus concidadãos. pírito dinâmico e de larga visão, conseguiu a reforma do serviço contabilidade do município, a remodelação do código de postu- e a ampliação do serviço de esgôtos. Eleito provedor de Santa- a de Misericórdia de São-Carlos criou o hospital do estabeleci- nto, aumentou as instalações hospitalares e pôde, com isso socor- um maior número de necessitados. Membro do Clube da Lavou- organizou Campos de Demonstração e conseguiu fôsse levantada a estatística completa da lavoura municipal. Transferindo-se para ital do Estado, abriu seu escritório de advocacia e tornou-se con- or de inúmeros bancos e importantes firmas comerciais. Eleito a a Câmara Estadual, sempre esteve no primeiro plano dos de- es das questões econômico-financeiras de São-Paulo, permanecen- como membro das comissões de Agricultura e Finanças. Nessa e, foi maior defensor do projeto de lei que criou o Patronato rícola (1911) destinguindo claramente os direitos e deveres en- colonos e fazendeiros. Por fim, depois de ter sido reeleito três es, passou para o Senado Estadual.

Constantemente preocupado com os problemas econômico-finan- os, fundou, juntamente com outros, os Armazens Gerais, para nciamento a defesa dos produtos do Estado e, pela imprensa, de- volveu intensa campanha justificando a necessidade dêsses entre- tos. Nessa fase fundou também a Sociedade Rural Brasileira que prestado relevantes serviços ao país. Ao assumir, pela terceira

vez, o govêrno de São-Paulo, Rodrigues Alves o convidou para Secretário da Justiça e Segurança Pública. Empreendedor e p gressista, Sampaio Vidal logo se dispôs a reformar para melhor Assim é que instituiu a Polícia Técnica, contratando, na Suissa, especialista para êsse fim; deu nova organização ao Gabinete de vestigações e fez contratar uma missão militar francesa, para dar i trução à fôrça policial paulista.

No quadriênio seguinte, passou a Secretário das Finanças do tado e muito é de se louvar os serviços que prestou à sua terra tal, nesse momento. Com efeito, a guerra européia, entre outros p juizos causara à exportação do café, principal produto da pauli um dano considerável. A safra, que não fôra pequena, não t como se escoar. Dispondo de pequeno crédito, em face das circu tâncias, Sampaio Vidal entrou no mercado e conseguiu realizar, c rara habilidade, uma operação de crédito que bastante desafogou a tuação dos agricultores. E isso valeu-lhe como grande recomenda por parte dos paulista que tinham nele tôda confiança. Ainda na passagem nessa Secretaria, criou a Bolsa Oficial de Café; a Caixa Liquidação, a Câmara Sindical dos Corretores e oficializou a Asso ção Comercial de Santos. Deve-se também à sua iniciativa a o nização do atual Banco do Estado de São-Paulo e as Caixas Eco micas do Estado. Deixando êsse posto, foi eleito para a represe ção federal do Estado (1919). Acostumado ao estudo e exame questões econômica e financeiras, nas quais se especializara, no p lamento prosseguiu estudando-as com proficiência. Certa ocas (1920), analisando o desaparelhamento da produção nacional e lientando as providências capazes de ampará-la realmente, dizia com absoluta razão:

"A falta de organização comercial e sobretudo a falta de or nização bancária deixaram o país exposto à perda lamentável valores de sua produção na voragem das crises repetidas e nas n nobras da especulação desenfreada. Francamente, os brasileiros t balham como colonos do capitalismo estrangeiro. Na hora da apu ção das colheitas, a máquina poderosa da organização comercial trangeira estende para aquí os sèus tentáculos, as suas bombas sucção, e arrebata galhardamente o melhor dos lucros da produç manobrando o mercado à vontade.

"É a triste sorte dos povos sem organização bancária, que po fornecer os elementos para a expansão de todas as atividades produ ras e comerciais e para a defesa dos mercados na hora da necessidade

Em 1922, assumiu Sampaio Vidal o Ministério da Fazen tendo permanecido no mesmo de 15 de novembro daquele ano de janeiro de 1925, data em que divergindo da política do chefe Nação, exonerou-se do cargo.

Ao iniciar a gestão das finanças do país, encontou as rendas inando, como conseqüência da situação anormal que reinava. A cadação baixara, por último, a setecentos mil contos e a dívida uante não era pequena. Ante êsse quadro bem pouco lisonjeiro, ou diretrizes que tinham, entre outros objetivos: evitar a evasão rendas e comprimir as despesas para melhor atendê-las. E nisso u bem avisado. Em menos de dois anos conseguiu elevar o ardação para um milhão e duzentos mil contos e as despesas baim. Reorganizou o Banco do Brasil, para transformá-lo em Banentral de Emissão e Redesconto, tendo ainda como finalidade regular a circulação do papel moeda, o câmbio e acudir às necessidade rodução. Em que pese à sua competência, seu conhecimento dos lemas relativos à pasta, não lhe foi possível realizar o seu intento. eredou por caminhos que, se não eram de todo seguros, não contram o interesse nacional. Mas, para atingir o seu objetivo, necessi, principalmente, de duas coisas que se faziam necessárias e fôram ntes: serenidade política e continuidade nas providências que ini. A primeira, não conheceu o govêrno Bernardes; quanto à segunêle mesmo não permaneceu no posto nem ao menos até o fim do riênio que iniciou, visto que se demitiu em janeiro de 1925. Con, justo é confessar-se que, no meio de condições verdadeiramente avoráveis, conseguiu que se não a arruinasse o crédito do país. Pertenceu ao Conselho Técnico de Economia e Finanças; foi depu, por São-Paulo, à Constituinte de 1934 e membro da Comissão Dra do Partido Republicano Paulista.

ANIBAL FREIRE DA FONSECA

2-1-1925 a 15-11-1926

Nasceu na cidade do Lagarto, província de Sergipe, aos 7 de ju-
o de 1884. Filho de Antônio Cornélio da Fonseca (capitão da guar-
nacional) e Júlia Freire da Fonseca. Fez os estudos primários
cidade natal e o curso de preparatórios no Ateneu Sergipense
em um colégio particular (dirigido pelo professor Alfredo Gomes).
guindo para a Baía, alí, fez o primeiro ano de Direito. Transfe-
ndo-se para o Rio-de-Janeiro, habilitou-se nos segundo e terceiro
o do curso jurídico e, afinal, bacharelou-se no Recife (1903).
nda acadêmico ocupou a promotoria pública de Aracajú (1902-4)
depois de formado, o cargo de inspetor de seguros da 3.ª circuns-
ição (1904-6)

Eleito deputado estadual, por Pernambuco (1907), logo de-
nstrou qualidades de argumentador lógico, esclarecido e de per-
ito conhecedor dos problemas pernambucanos. Em homenagem
s seus méritos, elevaram-no a vice-presidência da câmara estadual,
sto que renunciou visto ter aceito a Secretaria Geral do Estado.
seguir, dando-se vaga na representação federal, ocupou lugar na
ncada do Estado na Câmara Federal (1909-1911). Anteriormente
909), por concurso, havia ingressado no corpo docente da Facul-
de de Direito do Recife, como substituto da 3.ª secção, donde foi
nsferido para a 2.ª secção, após o que passou a catedrático de
reito Administrativo (1916).

Em 1924, novamente foi eleito para a representação federal
rnambucana. No ano seguinte, o então presidente Artur Bernardes
chamou para ministro da Fazenda e como tal se manteve de 2
janeiro de 1925 a 15 de novembro de 1826. A fase de sua admi-
tração, do ponto de vista financeiro, foi difícil, em vista da re-
ta militar que grassava. Em seu relatório acentuou o ministro:
, em face de as circunstâncias não permitirem, não foi possível re-
larizar a situação financeira do país, como se desejava; e, que, de-
rente de causas imperiosas, foram suspensas a execução de obras
blicas, para se aliviar os encargos de Tesouro. Êsses motivos, im-
sibilitaram o equilíbrio orçamentário, que se almejava.

Em 1927, voltou ao parlamento onde permaneceu até a disso-
ção do mesmo, em 1930.

Sócio correspondente do Instituto Arqueológico Pernambuca membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, sócio co respondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e comen dador da Ordem de Cristo, de Portugal (1923). Em 1935, perte ceu ao Conselho Nacional de Educação e, afinal, em 1937, foi n meado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocu atualmente com grande destaque.

BIBLIOGRAFIA

Um talento ignoto — Em *O Tempo*, Aracajú, numero de 7 dezembro de 1898.

Sergipe intelectual. Ao Júlio Freire — Em *O Tempo*, série artigos publicada em os numeros de 20, 22 e 27 de janeiro de 189 *Sergipe Intelectual* — 2.ª série em os numeros de 12, 15 e 17 fevereiro do citado ano.

Clovis Bevilaqua e Araripe. Ao Dr. Laudelino Freire — E *O Tempo*, Aracajú, em os numeros de 26 e 28 de abril de 1898.

Movimento literário. Ao talentoso Dr. Homero de Oliveira 1890-1899 — Em *O Porvir*, Sergipe, numeros de 22 e 25 de fev reiro, 4 e 11 de março, 1, 8 e 29 de abril de 1900.

Um esteta. Ao inspirado vate baiano Silvà Sena, como tribu de gratidão e amizade — Em *Estado de Sergipe*, de Aracajú, num ros de 8 a 25 de abril de 1900.

Notas a esmo. Discursos de Tobias Barreto — Rio de Janei Tip. Laemmert & Comp., 1900.

Da reincidência. Ligeiras notas penalógicas — Em *Estado Sergipe*, numeros de 31 de outubro e 1 de novembro de 1900.

Bancos e suas espécies. Quais os perigos a que se expõem bancos que comanditam diretamente indústrias. (Prova escri no concurso de Economia Política, Finanças e Direito Admini tivo) — Revista da Faculdade de Direito de Recife, vol. XXI 1915, pags. 67-81. Saíu ainda no *Jornal do Recife*, n. de 2 de jun de 1915 e no *Estado de Sergipe*, a partir de 19 de junho do citado.

Relatório apresentado ao governador do Estado de Pern buco pelo secretario geral — Recife, Tip. do *Diário de Pernambu* 1909.

Do Poder Executivo na República Brasileira — Rio de Janeir Imprensa Nacional, 1915.

Relatórios apresentados a 15 de agosto e 7 de outubro de 19 pelo representante da Congregação da Faculdade de Direito Recife e no Conselho Superior do Ensino — Em *Revista Acadêm* da Faculdade de Direito do Recife, ano XXII.

Relatório apresentado pelo representante da Congregação da Faculdade de Direito de Recife, relativo à sessão do Conselho Superior do Ensino, de julho de 1917 — *Revista Acadêmica*, tomo XXV, 1917.

Discursos proferidos por ocasião da posse solene do "Centro Acadêmico de Direito" — Em *Diário de Pernambuco*, número de 26 de maio de 1919; Rev. da Fac. de Direito do Recife, 1921.

Discurso pronunciado pelo paraninfo dos bachareis de 1921 por ocasião da colação de grau no dia 14 de dezembro do mesmo ano. Publicado em *A União*, da Paraíba, numeros de 20 e 21 de dezembro de 1921.

Discurso pronunciado no Congresso Brasileiro do Ensino Secundário Superior.

Discurso de saudação o Dr. Luiz Mitre — Em *Revista Acadêmica* da Faculdade de Direito do Recife, 1923.

Discurso pronunciado no Hotel Glória, em 22 de dezembro pelo orador oficial no banquete oferecido ao Dr. Graccho Cardoso pelos seus amigos e admiradores no Rio de Janeiro. Saíu no *Jornal do Brasil*, do Rio, de 23 de dezembro de 1924 e tambem no *Diário Oficial* de Sergipe, em 9 de janeiro de 1924.

Discursos — Rio, Ariel, 1934.

GETÚLIO DORNELLES VARGAS

15-11-1926 a 17-12-1928

Nasceu em São-Francisco-da-Borja (sítio do Triunfo), no o-Grande-do-Sul, aos 19 de abril de 1883. Filho de Manuel Nas- nento Vargas (general, reformado e fazendeiro) e Cândida Dor- lles Vargas. Estudou as primeiras letras na terra natal (com Carolina Ferreira), passando, a seguir, a uma escola primária, gida por Fabriciano Fraga (mulato tido como de boa formação tural). Ainda em São-Borja iniciou os preparatórios em um curso rticular dado por Luiz Patrício Boscot (italiano que alí se radicara, ós várias peregrinações). "Getúlio foi um bom estudante, e seus egas observavam que sendo êle o que mais se destinguiu nas aulas, o único dos companheiros que alcançou renome e posição ofi- l." (1) Durante sua meninice muito se comprazia em ouvir his- ias relativas às batalhas travadas na guerra contra o Paraguai e campanhas políticas desenvolvidas pelo partido republicano. Refe- se que Pinheiro Machado, observando a atenção que êle prestava conversas tão serias e graves, dissera a seu pai: "Vargas, êste nino irá muito longe! Quem sabe se não estará nele um dos futuros efes da República, que tanto nos preocupa!" Aos 14 anos, depois ter cursado colégios particulares na cidade natal, foi mandado ra Ouro-Preto, onde estudavam dois de seus irmãos. Entretanto, curta a sua permanência naquela cidade mineira. De retôrno a

---

(1) — Leal de Sousa, GETULIO VARGAS, Rio, 1940, pag. 37. Na ma obra, pag. 40, escreveu aquele autor: "A carreira feliz do presi- te não surpreendeu os que foram seus companheiros na escola e nos ncos da infância. Um desses amigos de sua alvorada, num círculo contemporâneos, dizia-me, aplaudido pelos demais:

— O Getúlio nasceu para cumprir um destino superior. Sem ser o is velho de sua família, nem dos grupos a que pertencíamos, era m nos dirigia, escolhendo e orientando as nossas brincadeiras. Tal a sua ascendência, que todos nós iamos procurá-lo, em sua casa, para ra saber o que havíamos de fazer.

E concluiu:

— O Getúlio não saíu dos livros, saíu daqui. Êle sempre foi assim: Reservado, governando a gente sem contar prosa.

São-Borja, pouco depois assentava praça no 6.º Batalhão de In
taria, alí aquartelado. Um ano após, promovido a 3º sargento,
citou e obteve matrícula na Escola Preparatória e de Tática
Rio-Pardo. Neste estabelecimento, juntamente com um grupo
cadetes, rebelou-se contra certa medida tomada pelos instrut
tendo sido desligado e enviado para Porto-Alegre, onde passo
servir no 25.º Batalhão de Infantaria sediado naquela capital.
minado o seu tempo de serviço, enquanto aguardava a baixa
triculou-se na Escola Brasileira, na qual se prepararia para ingr
na Faculdade de Direito. Entrementes, rebentando a célebre *que
do Acre* e tendo o govêrno brasileiro feito seguir tropas para M
Grosso, com elas seguiu o soldado Getúlio Vargas, acompanhan
seu batalhão. Terminada a luta sem maiores danos, então êle se
ligou definitivamente do Exército. Afinal, em 1904, ingresso
Faculdade de Direito. "Durante o curso, e nas lides acadêmic
políticas, já se entrevia a sua personalidade como orador da tu
e de toda a classe de estudantes de direito. Foi movimentada a
acadêmica. *O Debate,* jornal violento e excessivo, era fundado
por um grupo de acadêmicos, em cujo meio estava Getúlio Var
O jornal era castilhista, e castilhista o ideal de todos êles. A
pela renovação política do Estado empolgava-os; êles lutav
tomando parte ativa na arenga política. Eram todos tremendam
políticos... Getúlio Vargas escrevia, quando já quintanista, os
gos de fundo de *O Debate,* ventilando, não raro, temas literár
E' dêste tempo o seu ensáio sôbre Emile Zola, publicado na re
Panthum. Suas reflexões graves apareciam. Terminado o cu
deixava *O Debate,* falava em nome da turma, e acabava com
ardores da juventude, agora bacharel e homem feito."

Em 1908, obteve a promotoria pública da comarca de Po
Alegre. A nova vida, não o entusiasmou, como acreditava. Tod
o defensor da sociedade mostrou-se digno e atento aos seus
resses. (2) Mas a sua vocação era outra. A disciplina partidária

(2) — "Há, dessa época. um episódio dos mais expressivos, na
maneira gráfica. Getúlio Vargas empossára-se, recentemente, no c
de promotor público. Precisamente, naqueles dias, um boêmio, turbul
serenatista dos subúrbios, atacou e agrediu à noite, um operário, qu
recolhia ao lar. Em revide à agressão, o operário desferiu no desor
um golpe de formão, ferramenta de seu trabalho. Instaurou-se proc
contra o operário, por crime de ferimentos leves. Porque o juiz de di
não tinha então a atribuição de decretar a impronuncia, em casos s
lhantes, o pobre homem viu-se conduzido à barra do tribunal do J
Um rábula, que farejava tôdas as oportunidades de se fazer ouvir
tribuna judiciária, correu a dar a sua assitência ao réu. Não dese
apenas a exibição oratória, no aranzel empapado de ciência infusa,
quê antegozava tambem, os apuros do promotor inexperiente. No di

gaucho índice dos mais elevados. O então promotor via nisso na finalidade e julgava-se capaz de aceitá-la como um veículo a aiores realizações. Demitiu-se do cargo e, em pouco, era aproveido como deputado à Assembléia Estadual. Reeleito, em 1913, ndo-se a dissidência republicana, renunciou. Explicando o seu sto, dizia o então deputado Getúlio Vargas:

"Como sabeis, ao ferir-se o último pleito eleitoral que nos trouxe êste recinto, deu-se no município de Cachoeira, devido às recentes nimosidades entre os dois candidatos da chapa republicana uma série divergências, da qual resultou procurarem os adeptos dêsses candi-tos excluirem um ao outro, votando, contudo, nos candidatos res-ntes.

Ora, uma vez que, como em Cachoeira, tambem na minha terra tal alguns correligionários nossos votaram em chapas especiais, fragando unicamente o meu nome, e, tendo, por outro lado, o gno e ilustre chefe do partido republicano, Dr. Borges de Medei-s, adotado como critério, em relação a esses dois candidatos, o vitre de renunciarem êles os seus mandatos, como medida disci-inar, sinto-me compelido a renunciar, como ora renuncio, o meu ndato, para que os meus dignos colegas não julguem que pretendi ceder às escadarias dêste recinto praticando um ato de desleal-de política.

E concluiu sobranceiro:

.. ..
ão venho penitenciar-me, porque nenhum ato pratiquei que se me ssa inculpar; quero apenas declarar que os votos a mais, que re-i em S. Borja, me foram dados espontaneamente, sem que os licitasse."

Afastado da política, aumentou com isso o seu contacto com os mens e com a ciência jurídica. Constantemente lendo para ilustra-

gamento, lá estava o chicaneiro, a ocupar a tribuna da defesa, solene e portante, ao lado de um montão de livros, tôrre babélica de erudição, reaçando desabar sôbre o bacharel noviço. Ia começar o torneio, com luelo dos tratadistas, o choque das autoridades, a guerra dos autores. promotor público subiu à tribuna, placidamente. Fez o histórico do o, num resumo lapidar, para pedir logo aos jurados a absolvição do , no interêsse da própria justiça. Descendo da tribuna com a mesma nquilidade de minutos antes, lançou um olhar furtivo ao seu confuso tagonista: a tôrre babélica dos criminalistas, a miragem do discursa-r". André Carrazzoni — *GETULIO VARGAS* — Livraria José Olímpio, itora — Rio, 1939, paginas 77-78.

ção do espírito, deu-se também ao estudo do teatro chegando mes
a escrever uma peça dêsse gênero. Promovido o congraçamento
republicano (1917-22), pela terceira vez obteve mandato à Asse
bléia estadual, desta vez como líder da maioria republicana.

Em 1922, inicia-se, com o feito maravilhoso dos 18 *do Fo*
a luta pela libertação política da nacionalidade. No sul, a oligarq
Borges de Medeiros começa a ser enfrentada seriamente pelos *li*
tadores chefiados por Assis Brasil. Ainda, naquele ano, vencem
republicanos e aumenta a onda contra o govêrno do patriarca
pampas. Abrindo-se vaga na representação federal, foi Get
Vargas indicado e eleito para a Câmara Federal (fins de maio
1923). Observador perspicaz senhor de admirável calma e lhan
de trato, passou a estudar os novos horizontes que lhe descortinav
as lutas de parlamento. Não se apressou em defender idéias e p
cípios. Reeleito em 1924, no ano seguinte confirmaram-lhe a li
rança do partido no parlamento. Já, nessa altura, o país estava c
vulsionado. Em São-Paulo, estalara a revolução chefiado pelo ge
ral Izidoro Dias Lopes. No sul, os partidos, que, de início, estav
nas lutas do espírito passaram à ação armada. Na Câmara êle man
atitude discreta e disciplinada, o que não o impede de antever mom
tos bem graves para a nacionalidade, se não se trata, imediatame
de serenar os ânimos exaltados ao extremo. Em discurso que en
pronunciou, disse entre outras: "*Tenhamos mais em conta a realida
nas soluções dos grandes problemas da vida nacional e não nos af
remos demasiadamente à sonora vèrbosidade dessas expressõe*

Com a presidência Washington Luiz, foi escolhido ministro
Fazenda. No parlamento, em várias comissões de que fôra memb
inclusive a de Finanças, patenteara a sua capacidade de traball
por outro lado, era representante de um Estado que se impunha p
seu coeficiente político e econômico.

Durante dois anos foi um leal colaborador do presidente
seu plano de reorganização financeira. A par disso, deu provid
cias: criando o cargo de tesoureiro do cofre dos Depósitos Públic
ampliando o número das delegacias fiscais do Tesouro Nacion
alterando o sistema monetário, com o estabelecimento de medi
econômicas e financeiras; criando a alfândega de Belo-Horizon
alterando disposições especiais no imposto sôbre a renda; auto
zando a revisão dos regulamentos das repartições fiscais subordi
das ao Ministério da Fazenda, para o fim exclusivo de estabele
que os recursos dos contribuintes fôssem julgados e resolvidos
um conselho; estabelecendo taxas e direitos para o papel destin
à impressão de revistas e jornais ilustrados; criando e regulam
tando o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos (h
IPASE); extinguindo isenções e reduções de impostos alfan

rios condicionando-se o seu restabelecimento à expressa autori-ção do poder legislativo; autorizando o Banco do Brasil a com-ır e a vender cambiais sôbre o exterior, por conta do Tesouro, ando e regulamentando a Caixa de Estabilização; dando novo ulamento à Caixa de Amortização; criando, em Londres, uma al da Caixa de Estabilização anexa à Delegacia Fiscal naquela pital e ainda outras medidas administrativas tambem de real ance.

Eleito pelos seus coestaduanos para dirigir os destinos do -Grande-do-Sul, chegou àquela unidade da federação num mo-nto em que muito se precisava de paz. Homem de visão, equili-ido, sereno e com perfeito conhecimento dos problemas de sua ra, não lhe foi difícil apaziguar os ânimos. Promoveu entendi-ntos e logo todos reconheceram que ao presidente somente inte-sava o bem estar de seus governados, já intranquilos pela eterni-le do govêrno anterior.

Enfim, iniciou-se a campanha pela sucessão presidencial (1929). vamente, todo o país se apossou de um intenso frenesi, provocado o mandonismo oficial. "Getúlio Vargas não queria a Revolução, dindo fáceis concessões doutrinárias em homenagem aos melin-s de companheiros, propôs acôrdo ao candidato reconhecido como to pelo Congresso, mas o estouvamento iracundo de Washington iz obstou à reconciliação e no turbilhão dos acontecimentos, o ba-rel de S. Borja encarnou as aspirações nascidas com a República nsufladas por quarenta anos de maus govêrnos." Foi quando, sob responsabilidade, três grandes Estados, — Paraíba, Minas rais e Rio-Grande-do-Sul, decidiram se unir e enfrentar a intran-ência do Catete. Adeptos, não lhes faltaram, pois, desde 1922, vimentos isolados irromperam lutando por uma mudança na ex-tura política do país. Aumentada a dissidência, recorreram ambos contendores à fôrça armada da qual resultou a vitória de 24 de ubro de 1930, por parte dos revolucionários. Anteriormente, estes iam decidido que a chefia do Govêrno seria entregue a Getúlio gas e nisso andaram bem avisados. Vai para mais de doze anos êle governa o Brasil. Entraves tem encontrado e não poucos, rnos e externos: por parte dos decaidos; decorrente de ambições, vezes, desmedidas, dos correligionários e, ainda, supervenientes. eno, sem rancores e com admirável senso das proporções, a todos vence opondo-lhes aos caprichos e vaidades as vantagens maiores reclama a Nação.

Doutor *honoris-causa* pela Faculdade de Medicina da Baía; ubro da Academia Brasileira de Letras; presidente de Honra do ituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio benemérito de

várias associações científicas e literárias o seu nome tem si incluido nas diversas categorias de centenas e centenas de as. ciações existentes em todo o país.

BIBLIOGRAFIA

A Nova Política do Brasil — I — Da Aliança Liberal realizações do 1.º ano de govêrno 1930-1931. Livraria José Olím Editora — Rio, 1938.

A Nova Política do Brasil — II — O ano de 1932 — A Re lução e o Norte, 1933. Livraria José Olímpio, Editora — Rio, 19

A Nova Política do Brasil — III — A Realidade Nacional 1933 — Retrospecto das realizações do govêrno, 1934. Livraria J Olímpio Editora — Rio, 1938.

A Nova Política do Brasil — IV — Retorno à terra natal Confraternização sul-americana e a Revolução Comunista, nove bro de 1934 a julho de 1937. Livraria José Olímpio Editora — R 1938.

A Nova Política do Brasil — V — O Estado Novo — 10 novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Livraria José Olím Editora — Rio, 1938.

A Nova Política do Brasil — VI — Realizações do Estado No — 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro. Livraria José Olím Editora — Rio, 1940.

A Nova Política do Brasil — VII — No lumiar de uma no era — 20 de outubro, de 1939 a 29 de junho de 1940. Livrar José Olímpio Editora — Rio, 1940.

A Nova Política do Brasil — VIII — Ferro, Carvão, Petró — 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Livraria José Olím Editora — Rio, 1941.

As Diretrizes da Nova Política do Brasil — Livraria Jo Olímpio Editora — Rio, 1942.

Não é possível traçar o perfil de Getúlio Vargas no espaço a q me obriguei, em face das proporções do meu modesto trabalho. Dirigi os destinos do Brasil há mais de uma década, a sua personalida encheu-nos o vasto território atravessou as fronteiras e já se projet no cenário mundial.

O que tentei realizar foi um esbôço fiel, em rápidos traços, do home de Estado até 24 de outubro de 1930. A bibliografia que abaixo tra crevo, e que não é completa, dará ao leitor uma idéia mais perfeita suas realizações posteriores à fase onde finda minha nota biográfi

CARRAZZONI, André — *Getúlio Vargas* — Livraria Olímpio, Editora, io, 1939.
COSTA, Licurgo — *Cidadão do mundo* — Livraria José Olímpio, ditora — Rio, 1943.
AMARAL, Azevedo — *Getúlio Vargas Estadista* — Rio, 1941.
DINIZ, Zolachio — *Getúlio Vargas, Estadista, orador, homem de ração* — Rio, 1942.
PESSOA, Alfredo — *Um homem que governa* — Rio, 1942.
PEREIRA DA SILVA, José — *As melhores paginas de Getúlio Var-s — Leituras cívicas* — Rio, 1940.
O PENSAMENTO POLÍTICO DO PRESIDENTE — Separata de Cultura Política" — Rio, 19 de abril de 1943.
SOUZA, Leal de — *Getúlio Vargas* — Rio, 1940.
ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa C. de — *Getúlio Vargas* (Esboço ográfico) — Rio, 1939.
GENTIL, Alcides — *As idéias do Presidente Getúlio Vargas* — Li-aria José Olímpio, Editora — Rio, 1939.
FRICHAUER, Paul — *Presidente Vargas* — Biografia, 1943 — mpanhia Editora Nacional.

FRANCISCO CHAVES DE OLIVEIRA BOTELHO

17-12-1928 a 24-10-1930

Nasceu em Montevideu, Uruguai (1), aos 19 de fevereiro de 68 e faleceu na cidade de Resende, Estado do Rio-de-Janeiro, aos de junho de 1943. Filho de Joaquim Antônio Chaves Botelho e razilia Augusta Chaves Botelho. Fez os cursos primário, secundá- e superior, na cidade do Salvador, Baia. O primeiro, no colégio ndependência (do professor Argiro José dos Santos Malhado); o gundo, no Colégio Pedro II (do professor Antônio Augusto Gui- arães) e o terceiro, na Faculdade de Medicina, na qual colou grau n 3 de setembro de 1890. Após formado veio para o sul e fixou re- dência na cidade de Resende, Estado do Rio-de-Janeiro, onde cli- cou durante vários anos. Alí radicado, passou a se interessar pelas ividades políticas e foi eleito vereador municipal (1 de janeiro de 98 a 31 de dezembro de 1900 e de 19 de janeiro de 1904 a 31 de zembro de 1906), tendo, por duas vezes, sido presidente do Con- lho. Candidatando-se à deputado estadual, obteve significativa vo- ção; tomou posse em setembro de 1901 e como tal permaneceu até aio de 1905. Por essa fase, foi igualmente vice-presidente do Es- do (31-12-1903 a 31-12-1907) e presidente da assembléia estadual, sto que ocupou de agosto de 1904 a maio de 1905. Em abril deste timo ano elegeram-no deputado federal, mas em maio do ano se- inte renunciou êle o mandato para assumir o govêrno do Estado Rio, quando Nilo Peçanha deixou êsse cargo para se desincompatibi- ar. Foi curta, desta vez, a sua passagem pelo executivo fluminense; enas um mês e dias. No ano seguinte (1907), foi novamente eleito putado federal. Se rápida foi a sua ascenção, justo é que se diga e foi um dos mais trabalhadores membros do Partido Republicano, quele tempo sob a orientação de Nilo Peçanha.

Em 1910, apoiado pelo citado chefe, concorreu à eleição para stor do executivo estadual, em oposição ao candidato, dr. Edwiges ueiroz, que tinha a sustentá-lo o dr. Alfredo Baker, então na pre- dência do Estado. O pleito foi renhido e Oliveira Botelho conseguiu aioria. Mas, ante o entrevero, cindiu-se a Assembléia Legislativa, e

(1) — Por essa ocasião estava o seu pai naquele país, em missão plomática do govêrno brasileiro.

cada facção reconheceu o seu candidato, empossando-o na presidência do Estado. Afinal, não vingando a duplicada de govêrno, Oliveira Botelho continuou a frente do mesmo, no quadriênio 1910-1914. (2) Sob a sua administração o Estado do Rio-de-Janeiro passou por uma fase de verdadeira reconstrução. Além dos muitos melhoramentos que iniciou e executou, em parte, nas cidades de Campos, Macaé, Teresópolis, Barra-Mansa e Resende. Em Niterói, as obras do novo abastecimento dágua e esgôto; também fez construir os edifícios para a Assembléia Legislativa, Tribunal da Relação e Forum, Repartição de Polícia e Escola Normal, concluidos, posteriormente, na administração Nilo Peçanha. Grande parte da máquina burocrática igualmente foi modificada, tendo nesse particular se destinguido a colaboração prestada pelo Secretario Geral do Estado, Dr. Sebastião Lacerda e do Chefe de Polícia, Dr. José de Morais.

Reeleito deputado federal, ocupou lugar importante na bancada fluminense, inclusive o de lider, sendo também relator dos orçamentos da Agricultura e Viação, comissão de finanças da Câmara. E a 17 de dezembro de 1928, a convite do então Presidente Washington Luiz, passou o Ministro da Fazenda. O chefe da Nação havia estabelecido um plano financeiro e se dispusera a executá-lo. Na pessoa de Oliveira Botelho encontrou um dedicado e fiel executor de suas intenções. Formado na escola constitucionalista, era dos raros que, no poder, respeitava as convicções de seus inimigos políticos. Embora, às vezes, fosse criticado por correligionários pouco escrupulosos, não vacilava. Antes da realização de um pleito no Estado do Rio, assim se dirigiu a um chefe local da política situacionista:

"Cordiais cumprimentos. Notícias alarmantes vindas daí aconselham ida Dr. Delegado Auxiliar para assistir o pleito a manter a ordem. A lealdade e a honra do partido solenemente empenhadas pelo nosso Chefe, nos obrigam a manter uma linha irrepreensivel; nada de fraudes nem violências.

Perder a eleição é mil vezes preferível a ensanguentá-la. Os nossos amigos de Cantagalo sabem que não deminuirão de valor aos meus olhos se forem derrotados nas urnas. O partido não exige mais do que os amigos podem dar honestamente. Conto consigo para manter os nossos correligionários nos limites da ordem, evitando a menor coação.

A maior glória do Conselheiro Saraiva foi ter presidido a maior livre das eleições, ao tempo do Império; nessa eleição foi o Govêrno derrotado, perdendo dois Ministros.

---

(2) — Quando de sua sucessão, houve, novamente, uma duplicata de presidente que resultou no chamado *Caso do Estado do Rio*, que teve grande repercussão na Câmara Federal e que terminou com a intervenção federal decretada pelo govêrno Artur Bernardes.

Conto consigo porque o conheço bem. É preciso ter a coragem saber suportar uma derrota, se ela for a consequência de uma luta".

Inegavelmente, é um documento que honra a quem o subscreveu ambém uma prova de que, por vezes, se tentou bem compreender a mocracia.

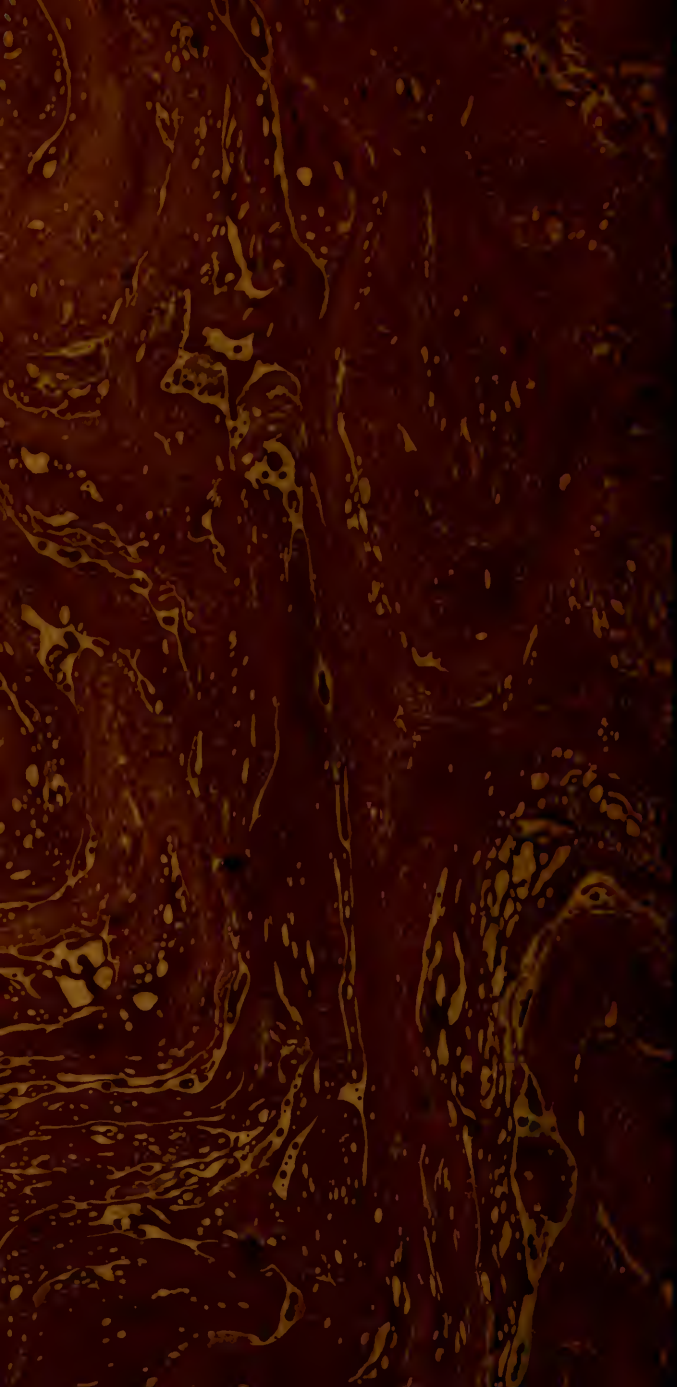
Com a Revolução de 1930, e conseqüente queda do Govêrno Was-ıgton Luiz, foi nomeado oficial de registo de imóveis, posto no al foi aposentado.

ÍNDICE

Guisa de Prefácio 7

elação cronológica dos ministros que ocuparam a pasta da Fazenda no período compreendido entre 7 de Setembro de 1822 a 24 de Outubro de 1930 11

artim Francisco Ribeiro de Andrada 15
anuel Jacinto Nogueira da Gama 21
bastião Luiz Tinoco da Silva 25
ariano José Pereira da Fonseca 27
lisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta 31
ntônio Luiz Pereira da Cunha 37
ão Severiano Maciel da Costa 41
iguel Calmon du Pin e Almeida 43
sé Clemente Pereira 47
sé Bernardino Batista Pereira de Almeida Sodré 51
sé Antônio Lisboa 55
ntônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. 59
sé Inácio Borges 63
rnardo Pereira de Vasconcelos 67
aquim José Rodrigues Torres 73
colau Pereira de Campos Vergueiro 77
ndido José de Araujo Viana 79
ntônio Pinto Chichorro da Gama 85
anuel do Nascimento de Castro e Silva 87
anuel Alves Branco 91
ndido Batista de Oliveira 95
sé Antônio da Silva Maia 99
aquim Francisco Viana 101
sé Joaquim Fernandes Torres 105
turnino de Sousa Oliveira Coutinho 107
ntônio Paulino Limpo de Abreu 109
é Pedro Dias de Carvalho 115
ancisco de Paula Sousa e Melo 119
rnardo de Sousa Franco 121
dro de Araujo Lima 127
ulino José Soares de Sousa 135
anuel Felizardo de Sousa e Melo 139
nório Hermeto Carneiro Leão 143

João Maurício Wanderley 1
Francisco de Sales Torres-Homem 1
José Maria da Silva Paranhos 1
Ângelo Muniz da Silva Ferraz 1
Carlos Carneiro de Campos 1
Francisco de Paula da Silveira Lobo 1
João da Silva Carrão 1
Zacarias de Goes e Vasconcelos 1
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú 1
Gaspar da Silveira Martins 1
Afonso Celso de Assis Figueiredo 2
José Antônio Saraiva 2
Martinho Alvares da Silva Campos 2
João Lustosa da Cunha Paranaguá 2
Lafaiete Rodrigues Pereira 2
Manuel Pinto de Sousa Dantas 2
Francisco Belisário Soares de Sousa 2
João Alfredo Corrêa de Oliveira 2
Cândido Luiz Maria de Oliveira 2
Rui Barbosa 2
Tristão de Alencar Araripe 3
Henrique Pereira de Lucena 3
Antão Gonçalves de Faria 3
Francisco de Paula Rodrigues Alves 3
Inocêncio Serzedelo Corrêa 3
Felisbelo Firme de Oliveira Freire 3
Alexandre Cassiano do Nascimento 3
Bernardino José de Campos 3
Joaquim Duarte Murtinho 3
Sabino Alves Barroso Junior 4
José Leopoldo de Bulhões Jardim 4
David Morethson Campista 4
Francisco Antônio de Sales 4
Rivadavia da Cunha Corrêa 4
João Pandiá Calogeras 4
Augusto Tavares de Lira 4
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada 4
Amaro Bezerra Cavalcanti 4
João Ribeiro de Oliveira e Sousa 4
Homero Batista 4
Rafael de Abreu Sampaio Vidal 4
Aníbal Freire da Fonseca 4
Getúlio Dorneles Vargas 4
Francisco Chaves de Oliveira Botelho 4

IRMÃOS PONGETTI, Imprimiram